ISSN 1677-7042

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 121

Brasília - DF, quarta-feira, 30 de junho de 2021

SEÇÃO 1

## Sumário

Atos do Poder Judiciário ..... 1
Atos do Poder Executivo ..... 1
Presidência da República ..... 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ..... 3
Ministério da Cidadania ..... 11
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações ..... 11
Ministério das Comunicações ..... 12
Ministério da Defesa ..... 14
Ministério do Desenvolvimento Regional ..... 16
Ministério da Economia ..... 17
Ministério da Educação ..... 106
Ministério da Infraestrutura ..... 114
Ministério da Justiça e Segurança Pública ..... 120
Ministério de Minas e Energia ..... 127
Ministério da Saúde ..... 135
Ministério do Turismo ..... 164
Controladoria-Geral da União ..... 166
Ministério Público da União ..... 167
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ..... 167

..... Esta edição completa do DOU é composta de 169 páginas .....

## Atos do Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### PLENÁRIO

**DECISÕES**
**Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

**Acórdãos**

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 547** **(1)**

ORIGEM : 547 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARÁ
**RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, conheceu da arguição de descumprimento de preceito fundamental e julgou procedente o pedido para: (i) suspender as decisões judiciais nas quais se promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto ou sequestro no patrimônio da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA; (ii) determinar a sujeição dessa estatal ao regime constitucional de precatórios; e (iii) determinar a imediata devolução das verbas subtraídas dos cofres públicos, e ainda em poder do Judiciário, para as respectivas contas de que foram retiradas, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio, que julgava improcedente o pedido. Foi fixada a seguinte tese de julgamento: "Os recursos públicos vinculados ao orçamento de estatais prestadoras de serviço público essencial, em regime não concorrencial e sem intuito lucrativo primário, não podem ser bloqueados ou sequestrados por decisão judicial para pagamento de verbas trabalhistas, em virtude do disposto no art. 100 da CF/1988, e dos princípios da legalidade orçamentária (art. 167, VI, da CF), da separação dos poderes (arts. 2°, 60, § 4°, III, da CF) e da eficiência da administração pública (art. 37, *caput*, da CF)". Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

***Ementa**:* Direito constitucional, administrativo e financeiro. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Bloqueio judicial de verbas de estatal prestadora de serviço público.

1. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF proposta pelo Governador do Estado do Pará contra decisões judiciais do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região que determinaram o bloqueio, penhora, arresto e sequestro de valores da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA, sem a observância do regime de precatórios previsto no art. 100 da Constituição Federal de 1988.

2. Cabimento de ADPF para impugnar um conjunto de decisões judiciais tidas como violadoras de preceitos fundamentais. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o requisito da subsidiariedade é satisfeito quando inexiste, no caso, outro meio processual eficaz para sanar a lesão a preceito fundamental de forma ampla, geral e imediata (cf. ADPF 33, Rel. Min. Gilmar Mendes).

3. Atos de constrição do patrimônio de estatal prestadora de serviço público essencial, em regime não concorrencial: afronta aos princípios da separação dos poderes (art. 2º, CF/1988), da eficiência (art. 37, caput, CF/1988) e da legalidade orçamentária (art. 167, VI, CF/1988) e ao sistema constitucional de precatórios (art. 100, CF/1988). Precedentes: ADPF 485, sob minha relatoria; ADPF 556, Rel. Min. Carmen Lúcia; ADPF 387, Rel. Min. Gilmar Mendes; e ADPF 114 MC, Rel. Min. Joaquim Barbosa.

4. Ação conhecida e pedido julgado procedente para determinar a suspensão das decisões judiciais que promoveram constrições judiciais no patrimônio da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA e determinar a sujeição dessa estatal ao regime constitucional de precatórios.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

## Atos do Poder Executivo

**DECRETO Nº 10.736, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Institui a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - Rede Pesca Brasil.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009,

**D E C R E T A :**

CAPÍTULO I
DA REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS

Art. 1º Fica instituída a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - Rede Pesca Brasil, de caráter consultivo e de assessoramento, com o objetivo de subsidiar a gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros.

Parágrafo único. A Rede Pesca Brasil será composta por representantes:

I - de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal; e

II - da sociedade envolvida com a atividade pesqueira.

Art. 2º A Rede Pesca Brasil será coordenada pela Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e terá a seguinte estrutura:

I - banco técnico-científico; e

II - dez comitês permanentes de gestão da pesca e do uso sustentável dos recursos pesqueiros.

CAPÍTULO II
DO BANCO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Art. 3º Compete ao banco técnico-científico subsidiar a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Rede Pesca Brasil em suas atribuições relacionadas à atividade pesqueira.

§ 1º O banco técnico-científico será integrado por pesquisadores, técnicos e profissionais de notório saber com atuação comprovada em pesquisa, gestão dos recursos pesqueiros ou áreas relacionadas à atividade pesqueira.

§ 2º A Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicará no Diário Oficial da União edital de chamamento público para compor o banco técnico-científico.

Art. 4º A Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento selecionará integrantes do banco técnico-científico para auxiliá-la na resolução das demandas dos comitês permanentes de gestão da pesca e do uso sustentável dos recursos pesqueiros e, no que couber, na gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

CAPÍTULO III
DOS COMITÊS PERMANENTES DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS

Art. 5º Os comitês permanentes de gestão da pesca e do uso sustentável dos recursos pesqueiros, de caráter consultivo e de assessoramento, têm o objetivo de subsidiar a gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros.

Art. 6º Ficam instituídos:

I - o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Norte e Nordeste;

II - o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Norte e Nordeste;

III - o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Sudeste e Sul;

IV - o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul;

V - o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins;

VI - o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável das Lagostas;

VII - o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias Amazônica e Tocantins-Araguaia;

VIII - o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste;

IX - o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste; e

X - o Comitê Permanente de Gestão do Uso Sustentável dos Organismos Aquáticos Vivos para fins de Ornamentação e Aquariofilia.

Art. 7º Compete aos comitês permanentes subsidiar a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na adoção de medidas e na execução de ações destinadas à unidade de gestão, além de auxiliá-la em sua implementação e avaliação.

§ 1º A unidade de gestão compreende a espécie ou o grupo de espécies, ecossistemas, áreas geográficas, bacias hidrográficas, pescarias ou modalidades de pesca.

§ 2º A unidade de gestão poderá dispor de plano de gestão para estabelecer diretrizes para o desenvolvimento sustentável, que será discutido no âmbito dos comitês permanentes.

§ 3º O plano de gestão de que trata o § 2º deverá conter, no mínimo:

I - diagnóstico;

II - objetivo;

III - ponto de referência;

IV - medidas de ordenamento e de monitoramento; e

V - planos de implementação e de revisão.

§ 4º O plano de gestão de que trata o § 2º será aprovado e publicado por ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 8º Cada comitê permanente será composto pelos seguintes representantes:

I - um da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que o coordenará;

II - até quinze de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal; e

III - até quinze da sociedade envolvida com a atividade pesqueira.

§ 1º Cada membro dos comitês permanentes terá um suplente, que os substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º Os membros dos comitês permanentes de que tratam os incisos I e II do **caput** serão indicados pela Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 3º Os membros dos comitês permanentes de que trata inciso III do **caput** serão selecionados por meio de edital de chamamento público elaborado pela Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 4º A Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicará no Diário Oficial da União o edital de chamamento público de que trata o § 3º.

§ 5º Os membros dos comitês permanentes e os respectivos suplentes serão designados em ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 6º Os Coordenadores dos comitês permanentes poderão convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 9º Cada comitê permanente se reunirá, em caráter ordinário, no mínimo, anualmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu Coordenador.

§ 1º O quórum de reunião dos comitês permanentes é de maioria simples.

§ 2º As recomendações dos comitês permanentes serão aprovadas, preferencialmente, por consenso.

§ 3º Na impossibilidade de consenso entre os membros, a recomendação será submetida à votação durante a reunião do comitê permanente.

Art. 10. Cada comitê permanente terá a seguinte estrutura:

I - secretaria-executiva;

II - grupo de trabalho; e

III - grupo técnico-científico.

**Seção I**
**Das secretarias-executivas**

Art. 11. Cada secretaria-executiva coordenará as atividades de seu comitê permanente e será composta por:

I - Secretário-Executivo;

II - Secretário Adjunto; e

III - equipe de apoio.

Parágrafo único. As funções das secretarias-executivas dos comitês permanentes serão exercidas por servidores lotados na Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**Seção II**
**Dos grupos de trabalhos**

Art. 12. Os comitês permanentes poderão instituir grupos de trabalho, de caráter consultivo e de assessoramento, para tratar de temas específicos no âmbito de cada comitê permanente.

§ 1º Os grupos de trabalho:

I - serão instituídos e compostos na forma de ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

II - serão compostos por, no máximo, dez membros;

III - terão caráter temporário e duração de cento e oitenta dias; e

IV - estarão limitados a, no máximo, três em operação simultânea.

§ 2º Os grupos de trabalho serão compostos por integrantes dos comitês permanentes e por especialistas com comprovada experiência no tema a ser tratado.

§ 3º Os grupos de trabalho serão coordenados por membros dos comitês permanentes.

§ 4º O prazo de duração do grupo de trabalho de que trata o inciso III do § 1º poderá ser prorrogado uma vez, por igual período.

§ 5º Cada grupo de trabalho deverá apresentar o relatório final de suas atividades ao comitê permanente.

**Seção III**
**Dos grupos técnico-científicos**

Art. 13. Os comitês permanentes serão assessorados por grupos técnico-científicos.

§ 1º Os grupos técnico-científicos serão compostos por integrantes do banco técnico-científico e serão coordenados pela secretaria-executiva do comitê permanente.

§ 2º Os grupos técnico-científicos:

I - serão instituídos e compostos na forma de ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

II - serão compostos por, no máximo, vinte e cinco membros; e

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano.

§ 3º Os grupos técnico-científicos poderão convidar especialistas para participar de suas atividades.

§ 4º Cada grupo técnico-científico deverá apresentar o relatório final de suas atividades ao comitê permanente.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os membros dos comitês permanentes, dos grupos de trabalho e dos grupos técnico-científicos que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, nos termos do disposto no Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 15. A participação nos comitês permanentes, nos grupos de trabalho e nos grupos técnico-científicos da Rede Pesca Brasil será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 16. As despesas com diárias e passagens dos servidores da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dos integrantes do banco técnico-científico serão custeadas com dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na hipótese de a reunião não ser realizada por meio de videoconferência por inviabilidade ou inconveniência.

Parágrafo único. Os demais membros serão responsáveis por custear as despesas com diárias e passagens necessárias para participar das atividades das Rede Pesca Brasil.

Art. 17. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá editar normas, estabelecer critérios e padrões e adotar medidas de gestão independentemente das recomendações emitidas pela Rede Pesca Brasil.

Art. 18. O regimento interno da Rede Pesca Brasil será elaborado pela Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. A Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicará o regimento interno da Rede Pesca Brasil.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de junho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
*Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias*

# Presidência da República

## DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 308, de 29 de junho de 2021. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.884.

Nº 309, de 29 de junho de 2021. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Alexandre Barreto de Souza.

Nº 310, de 29 de junho de 2021. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita sobre a Concessão de Vistos de Visita para Cidadãos de Ambos os Países, firmado em Riade, em 30 de outubro de 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

SAVIO LUCIANO DE ANDRADE FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

## CASA CIVIL
## COMITÊ INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA

### RESOLUÇÃO Nº 5, DE 15 DE JUNHO DE 2021

Altera a Resolução nº 2, de 29 de junho de 2020, que estabelece o fluxo, os prazos e as obrigações relacionados ao monitoramento das recomendações e dos alertas exarados pelo Tribunal de Contas da União no âmbito do Processo de Prestação de Contas do Presidente da República.

**O COMITÊ INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 9º-A do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º A Resolução nº 2, de 29 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º As providências adotadas pelos órgãos e entidades com vistas ao atendimento das recomendações e alertas aos Ministérios serão:

.....

III - validadas eletronicamente pelo Secretário-Executivo, por ocupante de cargo de natureza especial ou autoridade competente." (NR)

"Art. 4º No âmbito das entidades da administração indireta, as providências para atendimento das recomendações e alertas serão:

.....

IV - validadas eletronicamente pelo Secretário-Executivo, por ocupante de cargo de natureza especial ou autoridade competente." (NR)

"Art. 5º Os registros estabelecidos no fluxo de monitoramento serão formalizados em sistema eletrônico específico estabelecido pela Controladoria-Geral da União, devendo os órgãos e entidades observar os prazos estabelecidos no Anexo desta Resolução, sem prejuízo de outras interações no Sistema que sejam necessárias para se buscar maior efetividade nas providências a serem adotadas e, consequentemente, elevar o nível de atendimento às recomendações e alertas." (NR)

Art. 2º O Anexo a que se refere o art. 1º da Resolução nº 2, de 29 de junho de 2020, passa a vigorar nos termos do Anexo à presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO NUNES GUEDES
Ministro de Estado da Economia

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO
Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

**ANEXO - FLUXO DE MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES E ALERTAS DA PCPR**

| ITEM | AÇÃO | RESPONSABILIDADE | INÍCIO | TÉRMINO | CRONOGRAMA GERAL (JUN / JUL / AGO / SET / OUT / NOV / DEZ / JAN / FEV / MAR / ABR / MAI / JUN) |
|---|---|---|---|---|---|
| | ***SESSÃO PLENÁRIA DO TCU PARA APRECIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE*** | | 0 | 0 | X |
| | **Internalização** | | 0 | 44 | X X X X X X |
| 01 | Relação de todas as recomendações e alertas do Tribunal, classificadas pela Corte de Contas como objeto de monitoramento, por não terem sido consideradas integralmente atendidas, com a identificação dos órgãos responsáveis pela implementação | Casa Civil | 0 | 2 | X |
| 02 | Registro das recomendações e alertas emitidos a cada Ministério | Casa Civil e CGU | 5 | 16 | X X |
| 03 | Reunião de alinhamento com os Ministérios sobre o fluxo de monitoramento, forma, responsabilidades e prazo das providências | Casa Civil e CGU | 19 | 23 | X X |
| 04 | Calendário de reuniões com grupos específicos de Ministérios, que dependam de providências transversais; | Casa Civil e CGU | 26 | 44 | X X X |
| | **1º Ciclo de Monitoramento** | | | 174 | X X X X X X X X X X X X X X X X |
| 05 | Registro e validação no Sistema das providências adotadas pelos Ministérios com vistas ao atendimento das Recomendações e observância aos Alertas expedidos pelo TCU na PCPR | Ministérios | 54 | 128 | X X X X X X X X X X X X X X |
| 06 | Registro no Sistema das ações empreendidas no acompanhamento do processo de monitoramento necessário ao atendimento pelos órgãos das recomendações e alertas expedidos pelo TCU na PCPR | Casa Civil | 131 | 142 | X X |
| 07 | Registro de análise acerca das propostas apresentadas pelos Ministérios e Casa Civil | CGU | 145 | 156 | X X |
| 08 | Dar conhecimento ao Comitê de Governança da Casa Civil da Presidência da República (CMG-CC), da Controladoria-Geral da União (CGI-CGU) e do Ministério da Economia (CMGME) do nível de atendimento às recomendações e alertas, resultado do 1º Ciclo de Monitoramento | Casa Civil | 160 | 167 | X |
| 09 | Encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos resultados do 1º Ciclo de Monitoramento | Casa Civil | 168 | 174 | X X |
| | **Ciclo Elaboração do Relatório para compor a PCPR** | | | 226 | X X X X X X X |
| 10 | Registro e validação no Sistema de Relatório resumido elencando as providências adotadas para atendimento às recomendações e aos alertas da Corte de Contas, de forma a compor a PCPR | Ministérios | 175 | 226 | X X X X X X X |
| | **Monitoramento da Auditoria Financeira (BGU) e da Apreciação da PCPR** | | 210 | 324 | X X X X X X X X X X X X X X X X X X X X X X |
| 11 | Identificação de eventuais pendências referentes à auditoria financeira e busca de soluções junto aos Ministérios | Casa Civil e ME | 210 | 324 | X X X X X X X X X X X X X X X X |
| 12 | Monitoramento visando a sessão plenária do TCU para apreciação da PCPR | Casa Civil | 327 | 364 | X X X X X |
| | ***SESSÃO PLENÁRIA DO TCU PARA APRECIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE*** | | 365 | 365 | X |

Obs.: 1 - As datas de INÍCIO e de TÉRMINO do cronograma geral são contadas em dias a partir da sessão plenária do TCU para apreciação da PCPR

## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

### PORTARIA SAP/MAPA Nº 265, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Estabelece as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, e para a concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 29 do anexo I ao Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, o Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015 e o que consta no Processo nº 21000.031366/2019-19, resolve:

Art. 1º Estabelecer as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e concessão de Licenças nas categorias de Pescador e Pescadora Profissional Artesanal e de Pescador e Pescadora Profissional Industrial, bem como a operacionalização do Sistema Informatizado de Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP.

CAPÍTULO I

DO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA DO PESCADOR E PESCADORA PROFISSIONAL

Seção I

Do Objetivo e Das Definições Preliminares

Art. 2º As pessoas físicas somente poderão exercer atividade pesqueira na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, se previamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e detenha a Licença de Pescador e Pescadora Profissional, na forma desta Portaria.

Art. 3º Poderá se inscrever no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP a pessoa física igual ou maior de 18 (dezoito) anos, em pleno exercício de sua capacidade civil, brasileiro nato ou naturalizado, e o estrangeiro portador de autorização para o exercício profissional no país, desde que atendam aos demais requisitos estabelecidos nesta Portaria.

Art. 4º Para efeitos desta Portaria, entende-se por:

I - Pescador e Pescadora Profissional: pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no país que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais;

II - Pescador e Pescadora Profissional Artesanal: pessoa física que exerce a atividade de pesca profissional com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com Arqueação Bruta - AB menor ou igual a 20 (vinte);

III - Pescador e Pescadora Profissional Industrial: pessoa física que exerce a atividade de pesca profissional com fins comerciais, na condição de empregado ou empregada ou em regime de parceria por cotas-partes em embarcação de pesca com qualquer Arqueação Bruta - AB;

IV - Licença de Pescador e Pescadora Profissional: documento emitido digitalmente por meio de Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de caráter individual e intransferível, considerado como o instrumento comprobatório de inscrição do interessado no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e efetivo exercício da atividade pesqueira, na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, com validade em todo o território nacional;

V - Pesca Comercial: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros com fins comerciais classificada em artesanal ou industrial.

Seção II

Dos Procedimentos para o Requerimento da Licença de Pescador e Pescadora Profissional

Art. 5º A inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP deverá ser requerida pelo interessado diretamente no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, por meio do preenchimento do "Formulário Eletrônico de Requerimento de Licença de Pescador Profissional", disponível no endereço eletrônico oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, observados os procedimentos dispostos nesta Portaria, conforme dados constantes no Anexo I.

Art. 6º Para a inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e a obtenção da Licença de Pescador e Pescadora Profissional, o interessado deverá inserir obrigatoriamente no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP:

I - quando se tratar de Licença de Pescador e Pescadora Profissional Artesanal para brasileiro nato ou naturalizado:

a) foto 3x4 nítida e atual;

b) cópia de documento de identificação oficial com foto;

c) cópia de comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF em situação regular;

d) cópia de comprovante de residência ou declaração, conforme modelo do Anexo II;

e) cópia de comprovante de inscrição no Programa de Integração Social - PIS ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP ou Número de Inscrição do Trabalhador - NIT ou Número de Identificação Social - NIS;

f) cópia de Título de Eleitor ou certidão negativa de quitação eleitoral;

g) cópia das folhas da Caderneta de Inscrição e Registro - CIR válida com os dados pessoais do interessado, no caso de pescador e pescadora profissional embarcado; e

h) declaração de filiação, no caso de pescadores e pescadoras filiados a qualquer entidade ligada à atividade pesqueira, devidamente assinada, conforme modelo do Anexo III.

II - quando se tratar de Licença de Pescador e Pescadora Profissional Industrial para brasileiro nato ou naturalizado:

a) foto 3x4 nítida e atual;

b) cópia de documento de identificação oficial com foto;

c) cópia de comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF em situação regular;

d) cópia de comprovante de inscrição no Programa de Integração Social - PIS ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP ou Número de Inscrição do Trabalhador - NIT ou Número de Identificação Social - NIS;

e) cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, especificamente das folhas que comprovem os dados pessoais e o vínculo empregatício como Pescador e Pescadora Profissional, no caso de pescador e pescadora profissional empregado;

f) cópia de contrato de parceria por cota-parte, no caso de pescador e pescadora profissional que exerça a atividade em sistema de parceria;

g) cópia de comprovante de residência ou declaração, conforme modelo do Anexo II;

h) cópia de Título de Eleitor ou certidão negativa de quitação eleitoral;

i) cópia das folhas da Caderneta de Inscrição e Registro - CIR válida com os dados pessoais do interessado; e

j) declaração de filiação, no caso de pescadores e pescadoras filiados à qualquer Entidade ligada à atividade pesqueira, devidamente assinada, conforme modelo do Anexo III.

III - quando se tratar de Licença de Pescador e Pescadora Profissional Artesanal ou Industrial estrangeiro, com visto válido, temporário ou permanente, portador de autorização para o exercício profissional no País:

a) foto 3x4 nítida e atual;

b) cópia das folhas do Passaporte onde consta a identificação do interessado, o visto temporário ou permanente e a respectiva data de entrada no Brasil;

c) cópia atualizada do comprovante de residência do interessado no Brasil ou declaração, conforme modelo constante do Anexo II;

d) cópia da Autorização de Trabalho que permita o exercício de atividade profissional no País, emitida por órgão competente; e

e) cópia das folhas da Caderneta de Inscrição e Registro - CIR válida com os dados pessoais do interessado, no caso de pescador e pescadora profissional embarcado.

§ 1º A comprovação do envio do requerimento de Licença dar-se-á por meio de protocolo eletrônico, que será encaminhado para o e-mail registrado no "Formulário Eletrônico de Requerimento de Licença de Pescador Profissional", sendo facultada a impressão ao término do requerimento.

§ 2º As cópias digitalizadas dos documentos solicitados nos incisos I, II e III do caput deverão ser inseridas no sistema em formato PDF, com exceção da foto 3x4 que deverá ser em formato de imagem (JPG, JPEG e PNG).

§ 3º As cópias digitalizadas dos documentos solicitados nos incisos I, II e III do caput deverão estar legíveis e sem rasuras, sob pena de indeferimento do pleito.

§ 4º Somente será obrigatória a apresentação da Caderneta de Inscrição e Registro - CIR solicitada nos incisos I, II e III do caput a partir de:

a) 1º de junho de 2022, quando se tratar de pescador ou pescadora profissional industrial; e

b) 1º de junho de 2023, quando se tratar de pescador ou pescadora profissional artesanal.

Art. 7º No ato da inscrição, o interessado deverá declarar se possui vínculo empregatício em outra atividade profissional, ou outra fonte de renda não decorrente da atividade de pesca, no "Formulário Eletrônico de Requerimento de Licença de Pescador Profissional".

Parágrafo único. Quando se tratar de aposentado, o interessado deverá informar essa condição no "Formulário Eletrônico de Requerimento de Licença de Pescador Profissional".

Seção III

Do Deferimento do Requerimento da Licença de Pescador e Pescadora Profissional

Art. 8º O deferimento da inscrição do interessado no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e da concessão da Licença, na categoria de Pescador e Pescadora Profissional Artesanal ou Industrial, será precedido de avaliação conjunta do "Formulário Eletrônico de Requerimento de Licença de Pescador Profissional" e da documentação anexada.

§ 1º Serão realizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento consultas e cruzamentos nos bancos de dados disponibilizados pelo Poder Executivo federal, sem prejuízo de outras consultas a serem realizadas junto a outros órgãos e entidades nas esferas estaduais, distrital e municipais, a critério das unidades administrativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 2º A Licença de Pescador e Pescadora Profissional será emitida com a assinatura eletrônica do Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 9º A Licença de Pescador e Pescadora Profissional terá numeração única e valerá, ressalvado o disposto nos Arts. 19 e 20 desta Portaria, como documento de autorização para o exercício da atividade de pesca comercial e de identificação do interessado como Pescador e Pescadora nos órgãos e entidades governamentais competentes.

Parágrafo único. A Licença de Pescador e Pescadora Profissional em formato digital disponibilizada no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, poderá ser impressa em material de escolha do portador da licença, desde que preservados todos os campos e caracteres, bem como o QR Code, e esteja legível e sem rasuras.

Seção IV

Do Indeferimento do Requerimento da Licença de Pescador e Pescadora Profissional

Art. 10 Será indeferido o requerimento de registro da inscrição do interessado no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, na categoria Pescador e Pescadora Profissional, quando ficar constatado que os requisitos legais de que trata esta Portaria não foram atendidos.

§ 1º Será indeferido o requerimento do interessado que se encontre na condição de aposentado por incapacidade permanente ou que receba benefícios inerentes ao amparo assistencial ao idoso e ao deficiente, assim como previdenciários que, na forma de legislação específica, não permitam o pleno exercício de atividades comerciais ou econômicas.

§ 2º O indeferimento será formalmente comunicado ao interessado por meio do e-mail fornecido no momento da inscrição, com a indicação do respectivo motivo.

Seção V

Do Recurso Administrativo do Indeferimento do Requerimento da Licença de Pescador e Pescadora Profissional

Art. 11 O recurso administrativo do indeferimento do requerimento da Licença de Pescador e Pescadora Profissional deverá ser apresentado eletronicamente pelo interessado, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a partir da comunicação oficial via e-mail, para recursos em primeira instância, e no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da comunicação oficial por meio e-mail, para recursos em segunda instância.

Art. 12 A análise e julgamento do recurso administrativo serão realizados, em primeira instância, pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Unidade da Federação correspondente ao Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP do interessado, e, em segunda instância, pela Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Seção VI

Dos Procedimentos para a Manutenção da Licença de Pescador e Pescadora Profissional

Art. 13 A manutenção da Licença de Pescador e Pescadora Profissional Artesanal deverá ser realizada pelo interessado, por meio do preenchimento eletrônico do Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira - REAP no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, conforme o cronograma a seguir:

I - Para os meses janeiro, fevereiro e março: no período de 1º a 30 de abril;

II - Para os meses abril, maio e junho: no período de 1º a 31 de julho;

III - Para os meses julho, agosto e setembro: no período de 1º a 31 de outubro;

IV - Para os meses outubro, novembro e dezembro: no período de 1º a 31 de janeiro do ano subsequente.

Art. 14 No mês em que não houver atividade de pesca, a justificativa deverá constar no Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira - REAP:

I - Para fins de justificativa, serão consideradas as seguintes opções:

a) Período regulamentado de defeso na área de pesca;

b) Período de Licença-maternidade;

c) Período de afastamento e recepção de auxílio por incapacidade temporária;

d) Exercício de outra atividade comercial; e

e) Outros impedimentos legais.

Art. 15 A manutenção da Licença de Pescador e Pescadora Profissional Industrial deverá ser realizada até o dia 31 de dezembro do ano corrente mediante apresentação no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, especificamente das folhas que comprovem os dados pessoais e o vínculo empregatício do interessado.

Art. 16 Para a manutenção da Licença de Pescador e Pescadora Profissional, o estrangeiro portador da autorização para o exercício profissional no país, emitida pelo órgão competente, além de preencher os requisitos dispostos nos Arts. 13 ou 15 desta Portaria, deverá manter atualizada a referida autorização.

Art. 17 Os Relatórios de Exercício da Atividade Pesqueira - REAP e as justificativas serão analisadas pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Unidade da Federação correspondente ao Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP do interessado.

Parágrafo único. A Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá expedir atos complementares necessários às análises dos Relatórios de Exercício da Atividade Pesqueira - REAP.

Seção VII

Das Alterações, das Suspensões e do Cancelamento da Licença de Pescador e Pescadora Profissional

Art. 18 Após o deferimento da inscrição, é de responsabilidade do interessado manter seus dados cadastrais atualizados no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP.

§ 1º Qualquer modificação ou alteração das condições ou dos dados constantes no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP na categoria de Pescador e Pescadora Profissional deverá ser comunicada pelo interessado, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos de sua ocorrência, no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, por meio de requerimento eletrônico, instruído com documentação comprobatória, a qual será analisada pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Unidade da Federação correspondente ao Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP do interessado.

§ 2º O resultado da análise do requerimento que trata o § 1º será formalmente comunicado ao interessado por meio do e-mail fornecido no momento da inscrição, com a indicação do respectivo motivo no caso de indeferimento.

§ 3º Após o deferimento do requerimento que trata o § 1º, o interessado deverá realizar a impressão da nova Licença de Pescador e Pescadora Profissional.

§ 4º O não atendimento do disposto no § 1º poderá acarretar o cancelamento da Licença de Pescador e Pescadora Profissional.

Art. 19 As licenças de que trata esta Portaria serão suspensas no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, nos seguintes casos:

I - por decisão judicial;

II - por solicitação ou recomendação motivada de órgãos fiscalizadores e de controle;

III - por decisão motivada da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

IV - por decisão motivada da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Unidade da Federação do Pescador e Pescadora Profissional;

V - quando verificadas quaisquer inconsistências nos dados cadastrais ou nos documentos anexados;

VI - por ausência de manutenção da Licença de Pescador e Pescadora Profissional Artesanal, conforme art. 13 desta Portaria; e

VII - por ausência de manutenção da Licença de Pescador e Pescadora Profissional Industrial até o dia 31 de dezembro do ano corrente.

Art. 20 As licenças de que trata esta Portaria serão canceladas no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, nos seguintes casos:

I - por decisão judicial;

II - por solicitação motivada de órgãos fiscalizadores e de controle;

III - quando comprovado o não exercício da atividade de pesca com fins comerciais;

IV - a pedido do interessado;

V - nos casos de óbito do interessado;

VI - quando identificada alguma irregularidade ou inconsistência nos dados ou documentos apresentados para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP ou concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional;

VII - quando o registro for suspenso sem que seja interposto recurso ou justificativa pelo interessado no prazo de 60 (sessenta) dias corridos;

VIII - quando interposto recurso ou justificativa pelo interessado no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, e for indeferido de plano ou julgado improcedente em primeira instância sem que o interessado interponha recurso em segunda instância; e

IX - quando o recurso for julgado improcedente após análise em segunda instância.

Art. 21 O recurso administrativo da suspensão prevista nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 19 desta Portaria e do cancelamento da Licença de Pescador e Pescadora Profissional, previsto nos incisos III, IV, VI, VII, VIII e IX do art. 20 desta Portaria, deverá ser apresentado pelo interessado de forma eletrônica no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a partir da comunicação oficial via e-mail, para recursos em primeira instância, e no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da comunicação oficial via e-mail, para recursos em segunda instância.

Art. 22 A análise e julgamento do recurso administrativo da suspensão ou cancelamento das Licenças de Pescador e Pescadora Profissional serão realizados, em primeira instância, pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Unidade da Federação correspondente ao Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP do interessado, e, em segunda instância, pela Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 23 Os requerimentos de Licença de Pescador e Pescadora Profissional em situação indeferida, bem como as Licenças de Pescador e Pescadora Profissional em situação suspensa ou cancelada, no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, não servirão como documento de autorização para o exercício da atividade de pesca comercial, bem como para comprovação do exercício ininterrupto da atividade pesqueira.

Art. 24 A suspensão e o cancelamento serão formalmente comunicados ao interessado, via e-mail fornecido no momento do cadastro no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, com a indicação do respectivo motivo, bem como será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a listagem das licenças suspensas e canceladas.

Art. 25 No caso de cancelamento da Licença de Pescador e Pescadora Profissional, somente será permitido novo requerimento após decorridos 6 (seis) meses do efetivo cancelamento.

Parágrafo Único. Para os casos de cancelamento da Licença de Pescador e Pescadora Profissional pelo motivo disposto no inciso VI do art. 20, somente será permitido novo requerimento após decorridos 24 (vinte e quatro) meses do efetivo cancelamento.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 26 Todos os requerimentos ou recurso administrativo referentes à Licença de Pescador e Pescadora Profissional terão prazo de análise de 60 (sessenta) dias corridos, podendo ser prorrogadas automaticamente por igual período.

§1º As análises que trata o caput somente poderão ser realizadas pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Unidade da Federação correspondente ao Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP do interessado, em primeira instância.

§2º A Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá determinar que as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de outras Unidades da Federação procedam subsidiariamente nas análises que trata o caput.

§3º A Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá auxiliar subsidiariamente nas análises que trata o caput e exclusivamente nos recursos em segunda instância.

Art. 27 A Licença de Pescador e Pescadora Profissional, respeitados os requisitos dispostos nesta Portaria, será válida por período indeterminado.

§1º O disposto no caput não se aplica à Licença de Pescador e Pescadora Profissional estrangeiro, que terá sua validade condicionada ao prazo previsto na autorização de trabalho e à validade do visto de permanência no país.

§2º A data de primeiro registro a ser incluída na Licença de Pescador e Pescadora Profissional será a data de deferimento do requerimento da licença dentro do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP.

Art. 28 A Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Unidade Federativa do Pescador e Pescadora Profissional poderão averiguar, a qualquer tempo, a veracidade das informações constantes nos dados de registro de cada interessado mediante:

I - solicitação de documentação complementar;

II - realização de vistorias, entrevistas ou auditorias;

III - cruzamento de dados nas bases governamentais; e

IV - outras ferramentas disponíveis.

Art. 29 Caberá à Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecer procedimentos administrativos complementares relativos à inscrição de Pescador e Pescadora Profissional no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, à concessão e manutenção da Licença de Pescador e Pescadora Profissional, bem como decidir sobre os casos considerados omissos.

Art. 30 O interessado será responsável pelas informações e pelos dados prestados ou inseridos no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, estando sujeito as sanções em âmbito administrativo, civil e penal, em caso de prestação de informações ou de dados falsos.

Art. 31 Aos infratores das normas disciplinadas pela presente Portaria serão aplicadas, conforme a categoria, as penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, da Lei 14.155, de 27 de maio de 2021, do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, e art. 299 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940.

Art. 32 Ficam revogadas a Instrução Normativa nº 6, de 29 de junho de 2012 do Ministério da Pesca e Aquicultura; a Portaria nº 45, de 6 de junho de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura; a Instrução Normativa nº 15, de 11 de agosto de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura; a Instrução Normativa nº 6, de 20 de agosto de 2018 da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Secretaria Geral da Presidência da República.

Art. 33 Esta Portaria entra em vigor 7 (sete) após a data de sua publicação.

JORGE SEIF JUNIOR

ANEXO I

DADOS CONSTANTES NO FORMULÁRIO ELETRÔNICO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE PESCADOR PROFISSIONAL

DADOS PESSOAIS DO PESCADOR

| CAMPO | OPÇÕES DO CAMPO |
|---|---|
| Tipo de Registro | Recadastramento<br>Registro com Protocolo<br>Registro Inicial |
| CPF | |
| Nome | |
| Apelido | |
| Data de nascimento | |
| Sexo | Feminino<br>Masculino<br>Outros |
| Você se Considera | Capaz de assinar o nome<br>Completamente Alfabetizado<br>Não Alfabetizado |
| Nome da Mãe | |
| Nome do Pai | |
| Escolaridade | 1ª a 4ª Série completa/Ensino Fundamental<br>1ª a 4ª Série incompleta/Ensino Fundamental<br>2º Grau completo/Ensino Médio<br>2º Grau incompleto/Ensino Médio<br>5ª a 9ª Série completa/Ensino Fundamental |
| | 5ª a 9ª Série incompleta/Ensino Fundamental<br>Ensino superior completo<br>Ensino superior incompleto<br>Ensino técnico completo<br>Ensino técnico incompleto |

DOCUMENTAÇÃO

| CAMPO | OPÇÕES DO CAMPO |
|---|---|
| RG | |
| Órgão emissor | Carteira Profissional Agronomia<br>Cartório de Registro Civil<br>Conselho de Arquitetura e Urbanismo<br>Conselho Nacional de Trânsito<br>Conselho Regional de Administração |
| | Conselho Regional de Assistentes Sociais<br>Conselho Regional de Biblioteconomia<br>Conselho Regional de Contabilidade<br>Conselho Regional de Corretores de Imóveis<br>Conselho Regional de Economia |
| | Conselho Regional de Enfermagem<br>Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura<br>Conselho Regional de Farmácia<br>Conselho Regional de Medicina<br>Conselho Regional de Medicina Veterinária |
| | Conselho Regional de Nutricionista<br>Conselho Regional de Odontologia<br>Conselho Regional de Psicologia<br>Conselho Regional de Química<br>Conselho Regional de Relações Públicas |
| | Conselho Regional de Representantes Comerciais<br>Detran<br>IML<br>Instituto Felix Pacheco<br>Ministério da Aeronáutica |
| | Ministério da Justiça<br>Ministério da Marinha<br>Ministério do Exército<br>Ministério do Trabalho e Emprego<br>Ordem dos Advogados do Brasil |
| | Polícia Civil<br>Polícia Federal<br>Polícia Militar<br>Polícia Técnico-Científica<br>Secretaria de Justiça e da Segurança |
| | Secretaria da Defesa Social<br>Secretaria de Segurança Pública (SSP |
| | |

| | |
|---|---|
| UF | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA<br>PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO |
| Data de emissão | |
| Nº do Título de Eleitor | |
| PIS/PASEP/NIT/NIS | NIS, NIT, PASEP e PIS |
| Número do Documento | |
| Nacionalidade | Brasileiro<br>Estrangeiro<br>Naturalizado |

ENDEREÇO

| CAMPO | OPÇÕES DO CAMPO |
|---|---|
| CEP | |
| Endereço | |
| Número | |
| Complemento | |
| E-mail | |
| Celular | |
| Telefone para Contato | |
| Bairro | |
| Estado | Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo,<br>Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais,<br>Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande<br>do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo,<br>Sergipe e Tocantins |
| Município | Após selecionar o estado, aparecerão os municípios referentes ao estado |

DADOS DA ATIVIDADE DO PESCADOR

| CAMPO | OPÇÕES DO CAMPO | SUBCAMPOS |
|---|---|---|
| Categoria | Artesanal<br>Industrial | |
| Forma de atuação | Desembarcado<br>Embarcado | Para embarcado informar:<br>Nº do RGP da Embarcação<br>Nome da Embarcação<br>Nº do TIE/TIEM/ PRPM<br>Nº do CIR |
| Grupo Alvo de Pesca Pretendido | Algas<br>Crustáceos<br>Moluscos/ Mariscos<br>Peixes<br>Quelônios (Tartarugas de água doce)<br>Répteis (jacarés e outros) | |
| Área que Pretende Realizar a Pesca | Açude/ Reservatório<br>Estuário<br>Lago/Lagoa<br>Mar<br>Represa<br>Rio | |
| Estado do Local da Pesca | Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo,<br>Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais,<br>Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande<br>do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins | |
| Município mais próximo do local da pesca | Após selecionar o estado, aparecerão os municípios referentes ao estado | |
| Filiado a Entidade Colaboradora? | Declaro que não sou filiado a nenhuma entidade, e atuo na atividade de pesca se a representação de nenhuma entidade colaboradora<br>Sim | Se sim:<br>Informar o CNPJ da Entidade, o Nome da Entidade Colaboradora e a UF da Entidade Colaboradora |

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

| CAMPO | OPÇÕES DO CAMPO | SUBCAMPOS |
|---|---|---|
| Membros da Família | Interessado(a), Cônjuge, Filho(a), Genro/Nora, Neto(a), Outros e Sogro(a) | |
| Participa da Atividade de Pesca? | Não<br>Sim | |
| Tem Outro Trabalho/Fonte de Renda? | Não<br>Sim | |
| Idade (anos) | | |
| Possui Outra Atividade/Ocupação Além da Pesca? | Não<br>Sim | Se sim, Qual Atividade?<br>Tempo de Profissão |
| Possui Renda Não Originada da Pesca? | Não<br>Sim | Se sim, Qual a origem?<br>Auxílio Governamental<br>Benefício Previdenciário<br>Empresário<br>Outros<br>Vínculo Empregatício |
| Recebe Bolsa Família? | Não<br>Sim | |
| Recebe Outro Auxílio? | Não<br>Sim | Se sim, qual? |
| Renda Total do Pescador (Mensal) | Menor que R$1.045,00 por mês<br>De R$1.045,00 a R$2.000,00<br>De R$2.001,00 a R$3.000,00<br>Acima de R$ 3.000,00 | |
| Renda Total Familiar (Mensal) | Menor que R$1.045,00 por mês<br>De R$1.045,00 a R$2.000,00<br>De R$2.001,00 a R$3.000,00<br>Acima de R$ 3.000,00 | |
| Possui Computador em Casa? | Não<br>Sim | |
| Tem Acesso a Internet? | Não<br>Sim | |
| Tem Aparelho Celular em Casa ? | Não<br>Sim | |
| A Casa Onde Mora é: | Alugada<br>Cedida<br>De Terceiros/Outras Pessoas<br>Própria | |
| Possui Curso de Capacitação Profissional? | Não<br>Sim | |
| Tempo que Reside no Município Atual | 10-20 anos<br>1-5 anos<br>5-10 anos<br>Acima de 20 anos<br>Menos de 1 ano | |
| Aceso a Serviços | Escola<br>Iluminação<br>Posto de Saúde<br>Saneamento Básico<br>Transporte Público | |

CAMPOS PARA ANEXAR DOCUMENTAÇÃO

| TIPO DE DOCUMENTO | OBSERVAÇÕES |
|---|---|
| CPF ou documento que contenha o número de CPF | Com foco nítido e limpo (pdf) |
| Documento de identificação com foto | RG/CNH (pdf) |
| Comprovante de residência ou declaração de residência (Anexo II) | Com endereço completo nítido e limpo (pdf) |
| Foto 3x4 nítida | Com foco nítido e limpo (png, jpeg, jpg) |
| PIS/PASEP/NIT/NIS | Com foco nítido e limpo (pdf) |
| Título de Eleitor | Com foco nítido e limpo (pdf) |
| Protocolo de Registro Anterior (quando tratar-se de pescador com protocolo) | Com foco nítido e limpo (pdf) |
| Comprovante de filiação (quando tratar-se de pescador filiado à Entidade Colaboradora) | Com foco nítido e limpo (pdf) |
| Informações adicionais | Com foco nítido e limpo (pdf) |

ANEXO II

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

**DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA**

Na falta de documentos próprios, aptos a comprovarem a minha residência e domicílio, eu, _____, nacionalidade: _____, estado civil: _____, profissão: _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº: _____, portador(a) da Carteira de Identidade (RG) nº _____, declaro ser residente e domiciliado(a) no endereço: _____, número: _____, bairro: _____, município: _____, UF: _____, CEP: _____, Telefone: _____, E-mail: _____.

Declaro sob responsabilidade civil e penal, que as informações declaradas acima são verdadeiras e que estou ciente que as informações não verídicas declaradas implicarão em penalidades previstas no Artigo 299 do Código Penal (Falsidade ideológica), além de sansões civis e administrativas cabíveis, conforme dispõe a Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

*"Art. 299 do Código Penal Brasileiro - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:*

*Pena- reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 a 3 anos, e multa, se o documento é particular. "*

Por ser verdade, assino esta declaração:

_____, _____ de _____ de _____

Local e data

_____

Assinatura do Pescador Profissional

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**
**SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA**

**DECLARAÇÃO DE FILIAÇÃO PARA PESCADOR OU PESCADOR PROFISSIONAL**

**Eu, _____, CPF _____, RG _____, residente no endereço completo _____, DECLARO ser filiado à Entidade abaixo especificada:**

| |
|---|
| **Nome da Entidade:** |
| **CNPJ da Entidade:** |
| **Nome Completo do Presidente ou Responsável pela Entidade:** |
| **CPF do Presidente ou Responsável pela Entidade:** |
| **Endereço da Entidade:** |
| **Município:** |
| **UF:** |
| **Data de Filiação:** |

**_____, _____ DE _____ DE _____.**

_____

**Assinatura do Pescador ou Pescadora Profissional**

**Declaro que o pescador ou a pescadora acima especificado(a) é filiado(a) à Entidade em questão e exerce a atividade de pesca profissional.**

_____

**Assinatura do Presidente ou Responsável pela Entidade**

DECLARAÇÃO DE FILIAÇÃO PARA PESCADORES PROFISSIONAIS

ANEXO IV

DADOS CONSTANTES NO RELATÓRIO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PESQUEIRA - REAP

| CAMPO | OPÇÕES DO CAMPO |
|---|---|
| Mês de Referência | Campo de preenchimento automático |
| Ano de Referência | Campo de preenchimento automático |
| Relação de Trabalho | Individual/Autônomo; Economia Familiar; Regime de Parceria |
| Estado do local da Pesca | Indicar a UF do local da realização da atividade pesqueira do pescador profissional |
| Município mais próximo do local da pesca | Indicar o município mais próximo do local da realização da atividade pesqueira do pescador profissional |
| Método/Petrecho de Pesca | Arrasto; Linha; Emalhe; Cerco; Covos; Tarrafa; Matapi; Espinhel; Vara; Linha de Mão; Mariscagem/Catação; Outros |
| Local de Pesca | Rio; Mar; Lago ou Lagoa; Açude; Estuário; Reservatório; Represa; Outro |
| Houve pesca durante o período? | Indicar se houve ou não realização de pesca durante o mês/ano de referência |
| Motivo | Caso não tenha havido pesca durante o mês de referência, indicar o motivo conforme art. 14 da presente portaria |
| Forma de Atuação | Embarcado ou Desembarcado<br>Forma Embarcado deve ser informado o nome do barco utilizado na atividade |
| Principal grupo alvo de pesca | Algas; Crustáceos; Moluscos/Mariscos; Peixes; Quelônios (tartarugas de água doce); Répteis (jacarés e outros); Outros |
| Quantidade de pesca por mês | Deverão ser informadas as quantidades de cada espécie que foram capturadas, em quilos ou em unidades |
| Quantos dias em média pescou por mês | Deverá ser informada a média de dias em que realizou a atividade de pesca no mês de referência |
| Estado da Comercialização | Indicar qual a Unidade Federativa em que o produto da atividade de pesca foi comercializada |
| Principal(is) Local(is) de Venda | Associação; Colônia; Comércio de Pescado; Cooperativa; Intermediário/Atravessador; Não vende; Outros Pescadores; Comércio Direto com o Consumidor; Outros |
| Nome da Espécie do Pescado | Deverão ser informadas todas as espécies pescadas, bem como quais as quantidades de cada espécie que foram capturadas (em quilos ou unidades) e os valores médios aproximados de venda |

**PORTARIA SAP/MAPA Nº 270, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Estabelece, em caráter excepcional e transitório, as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para o cadastramento e recadastramento nacional de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, categoria de Pescador e Pescadora Profissional

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 29 do anexo I ao Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, o Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, a Portaria nº 265, de 29 de junho de 2021 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o que consta do Processo nº 21000.003715/2021-27, resolve:

Art. 1º Estabelecer, em caráter excepcional e transitório, as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para o cadastramento e recadastramento nacional de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria de Pescador e Pescadora Profissional.

Seção I

Do Objetivo e das Definições Preliminares

Art. 2º O cadastramento e recadastramento nacional na categoria de Pescador e Pescadora Profissional no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP será realizado para fins de atualização cadastral e regularização da Licença de Pescador e Pescadora Profissional, por meio do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP.

Art. 3º Para efeitos desta portaria, entende-se por:

I - Pescador e Pescadora Profissional: pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no país que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais;

II - Pescador e Pescadora Profissional Artesanal: pessoa física que exerce a atividade de pesca profissional com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com Arqueação Bruta - AB menor ou igual a 20 (vinte);

III - Pescador e Pescadora Profissional Industrial: pessoa física que exerce a atividade de pesca profissional com fins comerciais na condição de empregado, ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com qualquer Arqueação Bruta - AB;

IV - Licença de Pescador e Pescadora Profissional: documento emitido digitalmente por meio de Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de caráter individual e intransferível, considerado como o instrumento comprobatório de inscrição do interessado no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e efetivo exercício da atividade pesqueira, na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, com validade em todo o território nacional;

V - Cadastramento: inscrição de pessoas físicas que não possuem Licença de Pescador e Pescadora Profissional em situação deferida no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP;

VI - Recadastramento: atualização de dados cadastrais de pessoas físicas que já possuem Licença de Pescador e Pescadora emitida no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, na situação deferida, ou que estejam na situação suspensa e que tenham comprovante de protocolo de entrega do recurso administrativo não julgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VII - Prova de Vida: identificação e autenticação do cidadão ao acessar o Sistema Informatizado de Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP por meio de conta no GOV.BR.

Seção II

Dos Procedimentos para Cadastramento e Recadastramento no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP

Art. 4º O cadastramento e o recadastramento no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP deverão ser requeridos pelo interessado diretamente no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, disponível no endereço eletrônico oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante preenchimento exclusivamente eletrônico do "Formulário Eletrônico de Requerimento de Licença de Pescador Profissional" e da inserção da documentação, de acordo com o disposto na Portaria nº 265, de 29 de junho de 2021 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§1º Para os pescadores e pescadoras munidos de protocolo de requerimento de Licença Inicial, nos moldes do inciso II do art. 5º, ou de protocolo de entrega do recurso administrativo, nos moldes do inciso II do art. 6º, será exigido o protocolo de requerimento ou do protocolo de entrega do recurso administrativo legível e sem rasuras, que deverá ser digitalizado em formato PDF e inserido no sistema, sob pena de indeferimento do pleito.

§2º No primeiro acesso ao Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, o interessado deverá realizar obrigatoriamente a prova de vida, para fins de identificação e autenticação por meio da sua conta no GOV.BR.

§3º Após a prova de vida, o interessado deverá selecionar o serviço "Sistemas Disponíveis SisRGP 4.0" e selecionar o sistema de "Registro de Pescador Profissional - RGP" e solicitar acesso.

§4º O sistema de "Registro de Pescador Profissional - RGP" ficará disponível ao interessado, que deverá solicitar sua inscrição e preencher todos os campos obrigatórios do "Formulário Eletrônico de Requerimento de Licença de Pescador Profissional", conforme sua categoria.

§5º A prova de vida será realizada periodicamente, a critério da Secretária de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e poderá ser solicitada sem aviso prévio a qualquer momento pelo Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP.

Art. 5º O cadastramento poderá ser realizado nas seguintes situações:

I - Inicial:

a) Pessoas físicas interessadas em solicitar a inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, e a obtenção da Licença de Pescador e Pescadora Profissional.

b) Pescadores e pescadoras profissionais munidos de Licença de Pescador e Pescadora Profissional emitida, na situação suspensa, sem comprovante de protocolo de entrega do recurso administrativo dentro do prazo estabelecido no ato da suspensão ou em legislação específica.

c) Pescadores e pescadoras profissionais munidos de Licença de Pescador e Pescadora Profissional emitida, na situação cancelada, sem protocolo de requerimento inicial de Licença de Pescador e Pescadora Profissional, desde que obedecidos os prazos de solicitação para novo requerimento em vigor no ato do cancelamento.

II - Inicial com protocolo:

a) Pessoas físicas que estejam munidas de protocolo de requerimento inicial de Licença de Pescador e Pescadora Profissional, devidamente regularizado;

b) Para pescadores e pescadoras profissionais munidos de Licença emitida na situação suspensa ou cancelada e com protocolo de requerimento inicial de Licença de Pescador e Pescadora Profissional, obedecidos os prazos de solicitação para novos requerimentos em vigor no ato da suspensão ou do cancelamento.

Art. 6º O recadastramento poderá ser realizado nas seguintes situações:

I - Pescadores e pescadoras profissionais munidos de Licença emitida e em situação deferida;

II - Com protocolo: pescadores e pescadoras profissionais munidos de Licença na situação suspensa, cujo motivo de suspensão tenha sido a ausência de manutenção da Licença de Pescador e Pescadora Profissional, e que tenham comprovante de protocolo de entrega do recurso administrativo realizado dentro do prazo estabelecido no ato da suspensão ou em legislação específica, os quais não foram devidamente analisados e regularizados pelas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nas respectivas Unidades da Federação.

Art. 7º Poderá ser solicitada a apresentação de documentos adicionais aos estabelecidos em legislação específica, dependendo da categoria de cadastramento ou recadastramento.

Art. 8º A análise dos requerimentos previstos nos art. 5º e 6º se dará conforme Portaria nº 265, de 29 de junho de 2021 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§1º Nos casos previstos nos inciso II do art. 5º e inciso II do art. 6º, caberá às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento a análise e validação de toda a documentação obrigatória, incluindo a cópia digitalizada dos protocolos previstos no §1º do art. 4º .

§2º Em caso de indeferimento do requerimento, os procedimentos seguirão conforme o estabelecido na Portaria nº 265, de 29 de junho de 2021 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Seção III

Dos prazos para o procedimento de cadastramento e recadastramento

Art. 9º O cadastramento e recadastramento serão realizados nas seguintes etapas:

I - 1ª Etapa: recadastramento dos pescadores e pescadoras profissionais residentes no estado de Pernambuco, nos moldes do inciso I do art. 6º da presente portaria;

II - 2ª Etapa: recadastramento dos pescadores e pescadoras profissionais residentes em todo o território nacional, inclusive aqueles contemplados na 1ª etapa e que não tenham realizado o recadastramento, nos moldes do inciso I do art. 6º da presente portaria;

III - 3ª Etapa: cadastramento dos pescadores e pescadoras profissionais residentes em todo o território nacional, previstos no inciso I do art. 5º.

IV - 4ª Etapa: cadastramento dos pescadores e pescadoras profissionais residentes em todo o território nacional, nos moldes do inciso II do art. 5º; e recadastramento dos pescadores e pescadoras profissionais residentes em todo o território nacional, nos moldes do inciso II do art. 6º da presente portaria.

Art. 10 As etapas do cadastramento e recadastramento serão iniciadas conforme os seguintes prazos:

I - 1ª etapa: início na data da entrada em vigor desta portaria e término em 31 de agosto de 2021;

II - 2ª etapa: início em 1º de outubro de 2021 e término em 30 de setembro de 2022.

III - 3ª etapa: início em 1º de outubro de 2021.

IV - 4ª etapa: início em 1º de novembro de 2021 e término em 30 de setembro de 2022.

Seção IV

Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 11 Excepcionalmente, durante o período compreendido entre o início da 1ª etapa e o início da 2ª etapa dos procedimentos de cadastramento e recadastramento estabelecido nos incisos I e II do art. 10 desta portaria, os requerimentos de Licença Inicial de Pescador e Pescadora Profissional e de alteração de dados poderão ser realizados, exclusivamente, por meio de peticionamento eletrônico no Sistema Eletrônico de Informação - SEI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no sítio eletrônico https://www.gov.br/pt-br/servicos/peticionar-documentos-eletronicamente-ao-ministerio-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento.

§1º Os requerimentos de Licença Inicial de Pescador e Pescador Profissional, deverão ser obrigatoriamente acompanhados da documentação prevista na Portaria nº 265, de 29 de junho de 2021 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com a categoria pretendida.

§2º Serão aceitos os requerimentos de alteração de dados cadastrais de pescadores profissionais de todas as Unidades da Federação, com exceção do estado de Pernambuco que será contemplado na 1ª etapa do recadastramento.

§3º Os interessados que tenham apresentado requerimentos previstos nos §2º e §3º deverão realizar os procedimentos de cadastramento e recadastramento estabelecidos nos incisos II e IV do art. 9º desta portaria.

Art. 12 Excepcionalmente para o ano de 2021, para os pescadores e pescadoras profissionais munidos de Licença emitida e em situação deferida, que não tenham realizado o recadastramento previsto nos incisos I e II do art. 9º, a manutenção da Licença de Pescador Profissional deverá ser realizada até o dia 31 de dezembro de 2021 da seguinte maneira:

I - Para Pescadores e Pescadoras Profissionais Artesanais, realizar o preenchimento do Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira - REAP por meio do sítio eletrônico https://sistemasweb.agricultura.gov.br/rgp/web/sargp/index.php/atividade_pesca_profissional/atividade/create

II - Para Pescadores e Pescadoras Profissionais Industriais, a entrega do documento que comprove o vínculo empregatício na atividade de pesca comercial industrial deverá ser realizada exclusivamente por meio de peticionamento eletrônico no Sistema Eletrônico de Informação - SEI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no sítio eletrônico https://www.gov.br/pt-br/servicos/peticionar-documentos-eletronicamente-ao-ministerio-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento

Art. 13 As Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nas Unidades da Federação não poderão efetuar nenhum procedimento administrativo referente ao Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP na categoria Pescador e Pescadora Profissional dentro do antigo Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, após o inicio da 2ª etapa dos procedimentos de cadastramento e recadastramento estabelecida no inciso II do art. 10 desta portaria, salvo autorização expressa da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 14 Excepcionalmente, e em caráter transitório, será considerada como data de 1º registro da Licença de Pescador e Pescadora Profissional, a data de recebimento constante nos protocolos dos interessados, nos moldes do inciso II do art. 5º.

§1º Os interessados que não realizarem o cadastramento de que trata o inciso II do art. 5º, dentro dos prazos estabelecidos no inciso IV do art. 10, não poderão utilizar o protocolo para fins de comprovação de data de 1º registro.

§2º Após finalizado o prazo estabelecido para o cadastramento, os interessados poderão solicitar nova inscrição para registro inicial.

Art. 15 A Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento das Unidades da Federação poderão averiguar, a qualquer tempo, a veracidade das informações constantes nos dados de registro de cada interessado.

Art. 16 Os interessados que não realizarem o recadastramento de que trata o art. 6º dentro dos prazos estabelecidos no art. 10, ou que tiverem os recursos contra a perda do prazo de recadastramento indeferidos ou que tiverem os recursos contra a decisão de cancelamento das licenças indeferidos, terão suas licenças canceladas.

§1º Caberá recurso contra a perda de prazo nas seguintes hipóteses:

I - comprovação de falha do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP no último dia do prazo, mediante apresentação de cópia do espelho do sistema mostrando a falha sistêmica ou comunicado oficial da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informando da manutenção do sistema;

II - comprovação de doença do pescador e pescadora, incapacitante no período de inscrição, devidamente atestada por laudo de médico inscrito no Conselho Regional de Medicina.

III - outras hipóteses que demonstrem a incapacidade do pescador e pescadora realizar sua inscrição, devidamente comprovadas com documentos emitidos à época dos fatos.

§2º O recurso de que trata o §1º deverá ser interposto no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da ciência da decisão pelo interessado.

§3º O recurso, nas hipóteses do §1º, será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, para exercer o juízo de reconsideração. Não reconsiderando sua decisão, encaminhará o recurso à autoridade hierarquicamente superior, para decisão.

§4º Não caberá novo recurso administrativo contra a decisão proferida em grau de recurso que cancelou o registro de que trata o caput.

Art. 17 Caberá à Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento decidir os casos considerados omissos.

Art. 18 Ficam revogadas a Instrução Normativa nº 13, de 21 de dezembro de 2012 do Ministério da Pesca e Aquicultura; a Instrução Normativa nº 12, de 22 de julho de 2013 do Ministério da Pesca e Aquicultura; Instrução Normativa nº 15, de 22 de outubro de 2013 do Ministério da Pesca e Aquicultura; a Instrução Normativa nº 07, de 23 de abril de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura; a Instrução Normativa nº 12, de 13 de março de 2020 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a Portaria nº 135, de 14 de maio de 2020 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 19 Esta portaria entra em vigor 7 (sete) dias após a data de sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

## SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

### PORTARIA Nº 341, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Submeter à consulta pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta portaria, a proposta de portaria que dispõe sobre as informações do boletim sanitário e do controle de recebimento de lote de suínos para abate.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 21 do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto no Decreto n° 24.548, de 3 de julho de 1934, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e o que consta no processo 21000.048532-2021-31, resolve:

Art. 1º Submeter à consulta pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a minuta de Portaria que dispõe sobre as informações do formulário "Boletim Sanitário" e do formulário "Controle de recebimento de lote de suínos para abate".

Parágrafo único. A minuta de Portaria encontra-se disponível na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: https://www.gov.br/agricultura/pt-br , link consultas públicas.

Art. 2º As sugestões tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas por meio do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos - SISMAN, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, por meio do link: http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/SISMAN.html .

Parágrafo único. Para ter acesso ao SISMAN, o usuário deverá efetuar cadastro prévio no Sistema de Solicitação de Acesso - SOLICITA, do MAPA, por meio do link: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/solicita/ .

Art. 3º Findo o prazo estabelecido no caput do art. 1º desta Portaria, o Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA e o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA avaliarão conjuntamente as sugestões recebidas e procederão às adequações pertinentes para posterior publicação no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

ANEXO I

PORTARIA SDA Nº XX DE XXXXXXXXXXX DE 2021

Estabelecer as informações do formulário Boletim Sanitário, para atendimento do art. 89 do Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017 e formulário de Controle de recebimento de lote de suínos para abate

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, na Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e o que consta do Processo nº 21050.007113/2017-77, resolve:

Art. 1° Instituir o formulário "Boletim Sanitário" - BS, especificado no anexo I da presente norma, contemplando as informações mínimas necessárias ao SIF para a realização das inspeções ante e post mortem dos suínos domésticos, criados sob controle veterinário.

Parágrafo único. O serviço oficial competente poderá autorizar adaptações no modelo ou na forma de preenchimento, quando o BS definido no caput for gerado com informações sanitárias e de rastreabilidade aplicáveis a outras categorias de suínos não delimitadas pela presente norma.

Art. 2° Instituir o formulário de "Controle de recebimento de lote de suínos para abate", na forma definida no anexo II da presente Portaria, especificando e padronizando os autocontroles para recebimento e verificação da documentação de trânsito dos animais.

Art. 3° Sem prejuízo ao atendimento de requisitos para o trânsito dos animais abatidos, estarão dispensados de apresentação de BS os suídeos obtidos pela caça, realizada na forma prevista pela legislação dos órgãos competentes.

Art. 4°. Para fins desta Portaria, são adotados os seguintes conceitos:

I - "lote para abate" - o grupo de suínos de mesma finalidade, procedência, e idade aproximada, alojados em um mesmo período, em unidade física dentro do mesmo estabelecimento de criação, na qual os suínos permaneçam alojados, mantidos sob um mesmo sistema de gestão de biosseguridade e vigilância epidemiológica.

II - Estabelecimentos de Criação - EC - o local onde são mantidos ou criados suínos para qualquer finalidade.

III - Médico Veterinário Sanitarista - MVS - é o responsável pelo controle sanitário do estabelecimento de criação.

IV - Serviço Veterinário Oficial - SVO - os serviços responsáveis pelas ações relativas à saúde animal, constituídos pelas unidades do MAPA e pelos órgãos executores de sanidade agropecuária - OESA, nas Unidades Federativas - UF.

Seção I

Do Boletim Sanitário

Art. 5° O emissor do BS será o Médico Veterinário Sanitarista - MVS, que deverá estabelecer, sob sua responsabilidade técnica e profissional, a metodologia, amostragem e frequência das avaliações técnicas ou exames clínicos veterinários que embasam as suas declarações no BS.

§1° O BS será gerado após a avaliação do histórico do lote, com base em resultado das análises laboratoriais e avaliação clínica.

§2° A avaliação definida no caput deverá ser realizada em atendimento aos requisitos nacionais e de países importadores.

§3° Deverá ser indicado formalmente pelo menos um substituto do MVS nos casos de ausência temporária do responsável.

Art. 6°. Deverão ser mantidos no EC os registros de visitas técnicas ao estabelecimento, incluindo as avaliações clínicas veterinárias e os documentos que embasaram as declarações do MVS no BS, para o caso de auditoria do Serviço Veterinário Oficial - SVO ou dos demais órgãos competentes.

Art. 7°. Deverá ser gerado um BS para cada "lote para abate" de suínos.

§ 1° No caso do abate ser feito em dias diferentes, deverão ser gerados BS complementares para cada dia de abate.

§ 2° Suínos que não atendam às especificações da conceituação de lote previstas no artigo 4º deverão ser tratados individualmente, constituindo, cada animal, um lote para abate.

Art. 8° . O BS deverá ser emitido em no máximo 3 (três) dias antes do carregamento para o abate.

Art. 9°. O recebimento de suínos de diferentes lotes, carregados no mesmo veículo,

implicará, obrigatoriamente, na identificação de cada um dos lotes e na correlação inequívocas de procedência, considerando a documentação obrigatória e as informações mínimas para o trânsito e abate.

Parágrafo único. A ausência da identificação e correlação com a documentação, previstas no caput, implicará no entendimento de que os animais que não possuem rastreabilidade de procedência garantida pelo abatedouro estarão inaptos para o abate normal.

Art. 10°. No cabeçalho do BS deverão constar as seguintes informações:

I - Nome do Estabelecimento de Criação, conforme cadastrado no SVO;

II - Número de cadastro no SVO;

III - Georreferenciamento do estabelecimento de criação;

IV - Município e UF de localização do estabelecimento de criação;

V - MVS e sua identificação profissional.

Parágrafo único. O georreferenciamento de que trata o caput deverá seguir as determinações do Departamento de Saúde Animal - DSA, e coincidir com o informado no cadastro do estabelecimento rural junto ao SVO.

Art. 11°. Para que o SIF determine quais exames post mortem serão aplicáveis ao lote para abate, o MVS deverá declarar a categoria e a forma de criação dos suínos, considerando as categorias abaixo:

I - Suínos domésticos terminados criados sob confinamento durante todas as fases de sua vida; ou

II - Suínos domésticos terminados criados de forma extensiva ou a campo em alguma fase de sua vida; ou

III - Suínos domésticos reprodutores de descarte, com mais de 6 (seis) meses de vida; ou

IV - Suínos domésticos de descarte (não reprodutores); ou

V- Suínos asselvajados obtidos por caça legalizada ou suínos domesticados criados em estabelecimento rural, conforme definido pela legislação ambiental.

Art. 12°. Deverá ser classificado ainda o EC, considerando os tipos de granja abaixo:

I - Granjas de Reprodutores Suínos Certificadas - GRSC: conforme definido pelo DSA, ou

II - granjas comerciais: granjas que produzem ou recebem, criam e distribuem animais com o propósito de abate para a produção de carne suína;

§ 1° As granjas comerciais que enviarem suínos para o abate precisarão, ainda, ser classificadas no BS como:

a) Granja de Origem: refere-se ao EC onde o suíno nasceu e permaneceu desde o seu nascimento até seu abate; ou

b) Granja de Procedência: aplica-se ao EC de procedência imediata de terminação do suíno, que tenha nascido em outros EC;

§ 2° Nos casos de GRSC ou granjas de origem que recebam suíno de outros ECs para compor "lote para o abate", deverá ser declarado todo o lote como oriundo de granja de procedência.

§ 3° Sempre que a certificação sanitária internacional demandar declaração de nascimento e criação dos suínos no país, ou em estados ou em territórios específicos, o MVS deverá, além da declaração do atendimento do requisito em campo especifico, apresentar anexo ao BS a comprovação documental do trânsito dos suínos desde seu local de nascimento até o abatedouro, pelo menos, através de relatórios que tragam os números e as séries das Guias de Trânsito Animal - GTAs que acompanharam essa movimentação.

Art. 13°. Deverá ser declarado o sistema de criação dos suínos enviados ao abate, especificando a relação entre o abatedouro e o fornecedor de suínos como:

a) Integração.

b) Cooperativismo.

c) Fornecedor independente.

Parágrafo único. Por "independente" será reconhecido o fornecedor de animais vivos por contrato de compra e venda, o qual não atenda aos critérios legais que definem os sistemas de integração ou de cooperativismo.

Art. 14°. Deverão constar no BS as informações de programação de carregamentos de suínos do mesmo lote para abate, incluindo:

I - Data programada de carregamento para o abate;

II - Número de suínos programados para cada carregamento;

III - Número e série das GTAs emitidas para cada carga do referido carregamento;

Art. 15°. Deverão ser informados todos os destinos de das cargas do mesmo lote para o abate, a partir do mesmo EC, informando o número de registro no DIPOA (número do SIF) do abatedouro de destino.

Parágrafo único. Nos casos de destino a abatedouros sob inspeção distrital, estadual ou municipal, ou de outros destinos dados aos suínos, deverá ser especificado o endereço ou georreferenciamento do destino, incluindo município e UF.

Art. 16°. Somente suínos em conformidade com os requisitos legais para o trânsito estarão aptos à emissão de BS com destinação ao abate.

§ 1° Serão considerados não saudáveis e inaptos ao carregamento para o abate, os suínos cujo status de saúde animal impeça seu trânsito em território nacional.

§ 2° Deverá ser declarada no BS a ocorrência na propriedade das doenças verificadas no lote que justificaram a utilização das medicações declaradas.

§ 3° Caberá ao abatedouro conhecer os requisitos de cada país importador e garantir por rastreabilidade que somente lotes que tenham atendido aos requisitos de saúde animal sejam sujeitos à certificação sanitária internacional.

§ 4° O caput e o parágrafo primeiro não se aplicarão nos casos de suínos declarados no BS como enviados para o abate sanitário.

§ 5° No caso de suspeita clínica ou diagnóstico confirmado de doenças zoonótica com risco de transmissão pelo contato ou manipulação de animais ou de seus produtos, sujeita a alguma medida de prevenção aplicada pelo abatedouro, caberá ao MVS a notificação formal e direta ao responsável pelo abatedouro e ao SIF.

Art. 17. Caberá ao MVS o acompanhamento mensal das taxas de mortalidade, e informar no BS sempre que forem excedidos os limites críticos estabelecidos para as diferentes fases de produção, pela legislação do DSA/SDA.

Art. 18. Deverá acompanhar o BS a cópia de registro de atendimento feito pelo SVO, que tenha sido disponibilizado ao EC, principalmente os que ocorreram em função de mortalidade alta ou de notificação de suspeitas de doenças previstas nas listas estabelecidas pelo DSA como de notificação obrigatória.

§ 1° No caso de ultrapassado o limite crítico de mortalidade em qualquer das fases de criação, o MVS deverá encaminhar anexo ao BS cópia do formulário que comprove que realizou a comunicação do aumento de mortalidade ao SVO.

§ 2° Nos casos previstos em normas complementares, que demandem a liberação de trânsito pelo SVO, o BS só poderá ser emitido após a referida liberação.

Art. 19. Deverão ser declarados no BS as suspeitas clínicas e os diagnósticos confirmados no lote.

§ 1° No caso de suspeitas de doenças de notificação obrigatória, esta deverá ser, quando aplicável, confirmada laboratorialmente, e notificada ao SVO.

§ 2° Lotes que apresentem animais com alterações relevantes para sua avaliação pré- abate deverão declará-las no BS.

§ 3° Quando o envio dos suínos para o abate se der por apresentação de sinais clínicos ou condições sanitárias individuais, estas causas deverão ser explicitadas no BS.

§ 4° Suínos domésticos reprodutores com mais de seis meses de idade, que tenham sido descartados por apresentarem sinais clínicos ou condições físicas especificas, devem ter o motivo de seu envio ao abatedouro explicitado no BS pelo MVS responsável pelo seu descarte.

Art. 20. Qualquer tratamento veterinário, individual ou coletivo, com finalidade terapêutica ou não, deverá ser declarado no BS, constando o nome comercial e princípio ativo do produto veterinário utilizado, bem como a declaração expressa de atendimento ao período de carência.

§ 1° Para tratamentos administrados sem finalidade terapêutica, deverá ser especificado no campo "sinais clínicos/diagnóstico" o termo: "não terapêutico"

§ 2° Para suspeitas clínicas ou diagnósticos que não desencadearam tratamento, deverá ser preenchido o campo "nome comercial" com a informação "não tratado".

Art. 21. Serão passíveis de envio para o abate somente animais para os quais o MVS comprove e declare o atendimento ao período de carência mínimo definido pelo fabricante, cumprido no EC.

§ 1° O EC deverá ter implementado programa que preveja boas práticas para o uso racional de drogas veterinárias e manter os registros que comprovem o controle de uso, a identificação e segregação de animais tratados, e o que mais se fizer necessário a critério da autoridade competente para essa avaliação.

§ 2° O abatedouro deverá ter avaliadas, previstas e validadas, como parte de seus autocontroles, as ações corretivas aplicáveis no caso de recebimento de animais tratados, sem atendimento de carência, considerando as peculiaridades e os riscos à saúde humana associados a cada princípio ativo.

§ 3° Para questões não sanáveis ou princípios ativos sem a avaliação de riscos, deverá ser adotada a destruição dos produtos do abate do lote.

§ 4° O MVS, signatário do BS, deverá ser notificado formalmente pelo abatedouro dos resultados de detecção de resíduos e contaminantes por programas de autocontrole ou por programas oficiais, para a identificação da causa e tomada de medidas preventivas o EC.

Art. 22. Os animais nascidos com testículos que tenham sofrido algum tipo de castração cirúrgica ou não, devem ter essa informação registrada no BS.

Art. 23. Sempre que estabelecidos requisitos sanitários nacionais ou internacionais, como as certificações ou análises laboratoriais compulsórias à determinada categoria de suínos, estes deverão ser referenciados no BS e, quando solicitados, apresentados ao SIF.

Parágrafo único. Informações referentes a resultados laboratoriais de monitoramentos realizados em suínos do "lote para abate", em atendimento à legislação aplicável ou aos autocontroles, deverão ser declaradas no BS, considerando as determinações vigentes dos departamentos competentes e os conceitos epidemiológicos aplicáveis para esse fim.

Art. 24. Deverá ser declarado o número de horas de jejum e dieta hídrica programados para cumprimento no EC de forma prévia ao carregamento.

§ 1° Os períodos de jejum e dieta hídrica serão estabelecidos sob responsabilidade técnica do abatedouro, prevendo o atendimento aos critérios de higiene no abate e de bem-estar, considerando cumulativamente o período previsto no caput e o tempo de jejum em decorrência do transporte e espera para o abate.

§ 2° Considerando a finalidade das instalações do abatedouro, exclusivas para a preparação dos suínos para o abate, bem como as questões sanitárias envolvidas, deverá ser evitada ao máximo a alimentação de suínos no abatedouro.

§ 3° Para fins de preservação do bem-estar animal, em situações extremas e excepcionais, a alimentação prevista no § 2° poderá ser adotada, desde que executada de forma higiênica, não improvisada, adequada à fase de pré-abate, e servida em comedouros móveis, limpos e desinfetados.

Art. 25. Sempre que cabível, deverão constar no campo específico do BS as declarações que servirão de embasamento para a certificação sanitária dos produtos oriundos dos suínos.

Parágrafo único. Em atendimento a legislação específica do DSA, quando o lote para abate tiver origem em um compartimento reconhecido pelo MAPA, o número do certificado deve constar no BS.

Art. 26. Após entregue ao SIF, o BS não poderá ser substituído.

Parágrafo único. Eventuais correções ou complementações deverão ser apresentadas ao SIF em documento aditivo, assinado pelo MVS emissor, que identifique de forma inequívoca o BS a que se refere e a informação a ser acrescentada ou corrigida.

Seção II

Do controle de recebimento de suínos para abate

Art. 27. O controle de recebimento, bem como a verificação prévia da documentação de trânsito, a identificação e alojamento dos suínos para a manutenção da rastreabilidade, será de responsabilidade do abatedouro, considerando as informações obtidas de cada lote para abate.

§ 1° controle previsto no caput deverá gerar registro que garanta a rastreabilidade de todas as cargas de suínos do mesmo lote para abate, incluindo cargas que por ventura não tenham sido enviadas para abate no mesmo dia ou no mesmo abatedouro, as quais terão os destinos especificados em campo próprio do BS.

§ 2° Deve ser mantido o conceito de "lote para abate" para fins de registro de recebimento, mesmo quando o lote for formado por somente um suíno.

§ 3° A identificação prevista no caput deverá ser aplicada em cada suíno, de forma a identificar inequivocamente o EC e manter-se indelével até o momento de processamento da carcaça para a obtenção de cortes.

Art. 28. Quando houver restrição ou determinação expressa pelo SVO, quanto à destinação dos animais ou seus produtos, o abatedouro segregará e identificará os lotes de suínos inaptos ao abate normal.

Art. 29. Caberá ao abatedouro garantir que somente sejam recebidas e direcionadas para abate cargas de suínos que apresentem a documentação de trânsito estabelecida pelas normas vigentes.

Art. 30. Caberá ao abatedouro qualquer responsabilidade sobre a confirmação de recebimento de animais nas suas instalações, inclusive aquelas solicitadas pelo SVO para fins de controle de trânsito.

§ 1° As cargas recebidas pelo abatedouro sem a documentação de trânsito deverão ser segregadas, e não deverão ser encaminhadas ao abate.

§ 2° Os procedimentos de notificação ao SVO deverão ser conduzidos pelo abatedouro, que passará a ser responsável pelos animais, até ser definida a destinação adequada em acordo às determinações de saúde animal.

Art. 31. Caberá ao abatedouro a avaliação quantitativa entre os suínos programados para carregamento e os efetivamente carregados e recebidos para abate.

§ 1° Quando o abatedouro identificar qualquer divergência entre os quantitativos declarados nos documentos e o total de suínos do mesmo lote efetivamente recebidos para abate, deverá notificar o habilitado emissor de GTA, para que este proceda à comunicação, justificativa e correções necessárias, na forma definida pela SDA.

§ 2° Caberá ao SVO as avaliações e definições de restrições aos habilitados para emissão de GTA.

Art. 32. Deverão ser registradas e apresentadas ao SIF de forma ordenada, as justificativas, comunicações, ações preventivas e corretivas adotadas pelo abatedouro e emissor da GTA habilitado, para garantir a conformidade do trânsito e a rastreabilidade dos animais abatidos.

Parágrafo único. Sempre que necessário para fins de comprovação, poderão ser adicionados para apresentação ao SIF, os documentos comprobatórios das ações previstas no caput, desde que de forma rastreável e vinculada ao BS original do lote.

Art. 33. O controle de que trata a Seção II deverá ser registrado à medida que as informações estejam disponíveis, ficando acessível no local de descarregamento dos suínos para consulta e auditoria do SIF a qualquer momento.

Parágrafo único. Deverá ser possível correlacionar visualmente de forma inequívoca os registros ao lote para abate, alojado nas instalações de espera ou descanso do abatedouro.

Art. 34. Os registros de recebimento de suínos para o abate deverão ser assinados pelo funcionário indicado formalmente pelo abatedouro como responsável e executor do referido controle.

Art. 35. Os registros de recebimento de suínos para o abate deverão ser realizados compreendendo, pelo menos, as seguintes informações:

I - Identificação das GTAs do EC remetente do lote de suíno para abate.

II - A marcação indelével dos animais, que os correlacione com o EC e, quando houver mais de um lote para abate com origem EC , com o lote;

III - A quantidade de animais de cada lote para abate;

IV - A avaliação de conformidade entre os animais declarados na GTA e os efetivamente recebidos no abatedouro.

V - As referências e cópias de termos aditivos gerados para a correção de documentos originalmente apresentados ao SIF, como no caso de correção de erros quantitativos percebidos somente após o trânsito dos animais, corrigido por declaração do habilitado à emissão da GTA.

Art. 36. O abatedouro fica obrigado a entregar ao SIF, nos prazos acordados entre as partes ou previstos em regulamentações complementares, pelo menos, os seguintes documentos devidamente identificados, datados e assinados:

I - A programação atualizada de abate referente ao próximo dia útil de atividade do estabelecimento, com as informações mínimas necessárias para as programações dos serviços oficiais;

II - Os BS, referentes aos lotes que serão recebidos no próximo dia de abate, em prazo determinado pelo SIF, considerando as rotinas e escalas de trabalho e o tempo hábil para a avaliação prévia e programação das atividades do serviço oficial;

III - Quando disponibilizadas, cópias dos registros de atendimentos promovidos pelo SVO aos estabelecimentos rurais, no âmbito de avaliações ou investigações sanitárias, ou que tragam qualquer informação de interesse do abatedouro ou do SIF;

IV - As GTAs, após a conferência, que deverão permanecer disponíveis na área de recepção, descarregamento e alojamento dos suínos;

V - O Registro de controle de recebimento de suínos para abate;

VI - A lista com a ordem sequencial de cargas dos lotes, seguida no abate, contendo os códigos de identificação utilizados nos suínos, entregue ao final de cada turno ou a cada intervalo de abate.

§ 1° A empresa deverá possuir um método eficaz para sinalizar a troca de lotes durante os procedimentos de abate, para fins de correspondência entre os achados nas linhas de inspeção, ou de avaliação e classificação com o respectivo lote para abate.

§ 2° As GTAs, após a conferência pelo SIF no descarregamento, ficarão sob posse e responsabilidade do abatedouro, e poderão ser solicitadas a qualquer momento pelo SIF, ou outro serviço oficial competente.

§ 3° No caso de emissão de termos aditivos ou de correções dos documentos de trânsito ou do BS, estes devem ser mantidos anexados aos documentos que complementam ou corrigem.

§ 4° O SIF, sempre que necessário, poderá solicitar informações complementares sobre os lotes de abate a serem ou que já foram abatidos, no âmbito de avaliação ou auditoria sanitária.

Art. 37. A presente Portaria entra em vigor no dia XX de XXXXXXXX de 202X, tendo os estabelecimentos rurais e abatedouros o período de 20 dias úteis para a substituição dos formulários anteriormente utilizados e implementação dos novos modelos e exigências dispostas nesta Norma.

## INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

### PORTARIA Nº 952, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Permuta cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS por Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE de mesmo nível e categoria e realoca cargos dos Grupos de DAS e FCPE, dentro do Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança das unidades integrantes da estrutura do Instituto Nacional de Reforma Agrária.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 16 e 17 do Decreto 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Permutar um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS-102.2, de Assistente, da Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD, por uma Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE-102.2, de Assistente, da Diretoria de Gestão Operacional - DO.

Art. 2º Realocar cargo de Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE e cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS, dentro do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA.

Art. 3º Fica realocado, da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - DOF para a Diretoria de Gestão Operacional - DO, uma Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE-102.1, de Assistente Técnico.

Art. 4º Fica realocado, da Diretoria de Gestão Operacional - DO, para a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - DOF, um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS-102.2, de Assistente.

Art. 5º A realocação decorrente desta Portaria será refletida nas futuras propostas de alteração do decreto de aprovação de estrutura regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que venham a ser encaminhadas à Presidência da República.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

### RETIFICAÇÃO

Na Portaria do presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agraria - INCRA, Nº 287 de 01 de abril de 1987, publicada em boletim interno, que criou o Projeto de Assentamento Rio Timbó, Código SIPRA SC0020000, onde se lê: com uma área de 712,2674 ha (setecentos e doze hectares, vinte e seis ares e setenta e quatro centiares), leia-se: com uma área de 709,2295ha (setecentos e nove hectares, vinte e dois ares e noventa e cinco centiares) , localizado no Município de Lebon Régis, no estado do Santa Catarina... Onde se lê: que prevê a criação de 40(quarenta) Unidades Agrícolas Familiares , leia-se: que prevê a criação de 44 (quarenta e quatro) Unidades Agrícolas familiares.

# Ministério da Cidadania

## SECRETARIA EXECUTIVA

### DELIBERAÇÃO Nº 1.454, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 14/04/2021 e 09/06/2021.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 14/04/2021 e 09/06/2021.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO FERREIRA TONIETTI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1- Processo: 71000.032074/2021-96
Proponente: Associação Taekwondo Yamashita
Título: Taekwondo e Educação
Registro: 2100324
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 31.504.818/0001-75
Cidade: Mogi das Cruzes UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 253.181,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0294 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 107831-3
Período de Captação até: 09/06/2023
2- Processo: 71000.029295/2021-87
Proponente: Associacao de Informação, Proteção e Defesa do Trabalhador - PROTRABALHADOR
Título: Incentivando o Esporte
Registro: 2100304
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 26.414.838/0001-15
Cidade: Santos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 491.308,47
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2896 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 47510-6
Período de Captação até: 09/06/2023
3- Processo: 71000.010556/2021-95
Proponente: Associação de Capoeira Guerreiros da Ilha
Título: Competidores Champions
Registro: 2100089
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 23.714.260/0001-24
Cidade: Mauá UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 63.786,45
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 85975-3 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 85975-3
Período de Captação até: 14/04/2023
4- Processo: 71000.028416/2021-73
Proponente: Instituto Basquete, Esportes e Educação
Título: Basquetebol educacional de base - Santos
Registro: 2100295
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 29.933.770/0001-79
Cidade: Santos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.032.800,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0004 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 97852-3
Período de Captação até: 09/06/2023
5- Processo: 71000.035276/2021-90
Proponente: Instituto Sempre Movimento
Título: Craques da Rocinha
Registro: 2100362
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 34.781.115/0001-82
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 743.129,97
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1213 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 61659-1
Período de Captação até: 09/06/2023
6- Processo: 71000.036630/2021-01
Proponente: Instituto Para o Desenvolvimento do Esporte e da Cultura - IDEC
Título: Container Radica
Registro: 2100403
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 01.688.611/0001-37
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.783.319,81
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1253 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 22072-8
Período de Captação até: 09/06/2023
7- Processo: 71000.036123/2021-60
Proponente: Instituto Mover da Vida - IMV
Título: Meninos e Meninas no Handebol
Registro: 2100394
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.550.936/0001-40
Cidade: Brasília UF: DF
Valor autorizado para captação: R$ 98.893,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2911 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 99902-4
Período de Captação até: 09/06/2023
8- Processo: 71000.035984/2021-21
Proponente: Instituto Social Pertence
Título: Jogar e Pertencer
Registro: 2100389
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 27.323.239/0001-59
Cidade: Porto Alegre UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 294.237,72
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1249 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 71863-7
Período de Captação até: 09/06/2023

### RETIFICAÇÃO

Processo Nº 71000.027125/2021-68

No Diário Oficial da União nº 95, de 21 de maio de 2021, na Seção 1, página 04 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.448/2021, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3508 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 37934-4, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3508 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 54534-1.

Processo Nº 71000.022168/2021-57

No Diário Oficial da União nº 103, de 2 de junho de 2021, na Seção 1, página 15 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.449/2021 ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0098 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 19603-9, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0098 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 196490-9.

# Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

## COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

### EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.556/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.008715/2021-33
Requerente: Ferst - Centro Agronômico de Pesquisa e Tecnologa.
CQB: 462/18
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7731/2021 publicado em 25/05/2021
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando Elmo Pontes de Melo, como novo presidente e Adriana M. Mestriner Felipe de Melo como membro, para compor a CIBio local e excluindo Waldenio Antônio de Araujo e Leandro Pereiro Tosta.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

### EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.557/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.008839/2021-19
Requerente: Medpace do Brasil Pesquisa Clínica Ltda.
CQB: 374/14
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7726/2021 publicado em 25/05/2021
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando Fernando D'Agostino (Presidente), Barbara Abissi e Fabiola Martin, para comporem a CIBio local e excluindo Patricia Carolina Maida.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

### EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.558/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.008671/2021-41
Requerente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
CQB: 165/02
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7729/2021 publicado em 25/05/2021
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria n° 548 de 06 de maio de 2020, nomeando Gecele Matos Paggi (Presidente), Aline Pedroso Lorenz, Elisângela de Souza Loureiro, Gláucia Braz Alcantara, James Venturini, Juliano de Carvalho Cury, Paulo Gilvan Vieira Vital e Rodrigo Pires Dallacqua, para comporem a CIBio local, e excluindo Jeandre Augusto dos Santos Jaques e Larissa Correa Hermeto.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

# Ministério das Comunicações

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

### ATO Nº 3.821, DE 28 DE MAIO DE 2021

Processo 53504.003870/2020-88.

Outorgar autorização para uso de radiofrequência à FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO ARTHUR DE SOUZA VALLE, CNPJ n° 00.794.721/0001-10, para execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas, na localidade de São José do Rio Preto/SP.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

### ATO Nº 4.101, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53504.003165/2021-61.

Expede autorização à RAFAEL BARBOSA MAIA, CPF nº ***.574.198-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI

Gerente

## CONSELHO DIRETOR

### RESOLUÇÃO INTERNA ANATEL Nº 31, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Fixa os indicadores e as metas institucionais para o 13º Ciclo Avaliativo.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 135 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a decisão tomada por meio do Circuito Deliberativo nº 126, de 29 de junho de 2021;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.031139/2021-63, resolve:

Art. 1º Fixar, de acordo com o Anexo a esta Resolução Interna, os indicadores e as metas institucionais da Anatel e seus respectivos pesos para cálculo do Índice de Desempenho Institucional Médio - IDIM, para o período compreendido entre 1º de agosto de 2021 e 31 de julho de 2022, em consonância com o art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010.

Art. 2º Esta Resolução Interna passa a ter efeitos a partir de 1º de agosto de 2021.

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA
Presidente do Conselho
Substituto

ANEXO

| Indicador | Meta | Responsável | Peso (%) |
|---|---|---|---|
| Percentual de Realização do Plano Operacional de Fiscalização - IPof | Concluir no ciclo, no mínimo, 80% das ações de fiscalização previstas no Plano Operacional de Fiscalização (POF) com vencimento no ciclo | SFI | 12,5 |
| Taxa de Solicitações Registradas e Respondidas no prazo | 95% das solicitações dos usuários respondidas no prazo | SRC | 12,5 |
| Execução das Fases da Elaboração de Regulamentos | Execução de 100% das fases para os temas propostos | SPR | 12,5 |
| Notificações de Débito Expedidas | Notificar 85% do quantitativo de débitos apurados e passíveis de notificação | SAF | 12,5 |
| Taxa de Análise de Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura | Analisar 100% da soma de 80% dos contratos de compartilhamento de infraestrutura submetidos à Anatel dentro do ciclo avaliativo, com a quantidade total de eventual passivo remanescente do ciclo anterior | SCP | 12,5 |
| Atendimento de Pedidos de Homologação | Atender 88% dos pedidos de homologação em até 45 dias | SOR | 12,5 |
| Instrução de Pados no Prazo Regimental | Instruir no prazo regimental 80% dos Pados com prazo vencendo no ciclo, excluindo-se do limite de 180 dias os prazos que não dependem da atuação da Agência | SCO | 12,5 |
| Atendimento de Pedidos de Outorga | Publicar 90% dos Atos de Outorga de Serviços de Interesse Coletivo ou Restrito pelo Mosaico em até 15 dias a partir da última manifestação do interessado no processo do SEI na unidade | SOR | 12,5 |

### ATO Nº 4.578, DE 22 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53500.036012/2020-50.

Transfere a outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) detida por CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, à CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES LTDA., nova denominação social da NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 66.970.229/0001-67.

Estabelece que a transferência de que trata este Ato implica sub-rogação, pela CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES LTDA., dos direitos e obrigações assumidos pela antiga autorizada perante a Anatel.

A transferência da outorga formalizada por intermédio deste Ato não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

## SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
## GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
## ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
## UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### ATO Nº 4.336, DE 25 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53512.000307/2020-59.

Extinguir, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do SERVIÇO RÁDIO DO CIDADÃO, de interesse restrito, expedida às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §7º, do art. 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 671, de 3 de novembro de 2016 e no parágrafo único, do art. 139, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida (as entidades abaixo estão dispostas na seguinte ordem: Interessado, serviço, CPF;)

ABEL PIONA BERNABE, PX, ***.802.477-**; ADELSON JOSE VARGAS, PX, ***.624.107-**; ADELSON PEREIRA DA SILVA, PX, ***.283.807-**; ADELSON SARMENTO CARDOSO, PX, ***.913.287-**; ADEMILSON LIMA VIANA, PX, ***.739.307-**; ADEMILSON RODRIGO ARPINI, PX, ***.125.607-**; ADEMILTON SOUZA CELESTRINO, PX, ***.540.327-**; ADEMIR ADAMI BIANCARDI, PX, ***.857.947-**; ADEMIRO STANG, PX, ***.656.297-**; ADENILSON MESSIAS CASTRO, PX, ***.572.777-**; ADILSON DE PAULA SILVA, PX, ***.300.392-**; ADILSON DECOTHE CANDEIA, PX, ***.332.607-**; ADILTON GONCALVES BARROZO, PX, ***.321.167-**; ADJEUTO LUIZ CANSI, PX, ***.299.647-**; ADRIANO CHELONI TRINDADE, PX, ***.888.167-**; AFONSO CEZAR SILVA DE ANDRADE, PX, ***.910.595-**; AGELANOR CAPRINI SALVADOR, PX, ***.006.837-**; AGNO DE ALMEIDA, PX, ***.828.737-**; AIDES RODRIGUES BRAGA, PX, ***.712.447-**, AILTON ALVES DE PAULO, PX, ***.946.637-**; AILTON DE FREITAS, PX, ***.259.827-**; AILTON LIMA EMERICK, PX, ***.913.177-**; ALAERTE BLANK, PX, ***.276.327-**; ALESSANDRO ANDRADE FARIA, PX, ***.342.016-**; ALEXANDRE MARIN, PX, ***.230.107-**; ALEXSANDER LORIATO, PX, ***.391.537-**; ALEXSANDRO VIEIRA DE SOUZA, PX, ***.608.097-**; ALMIR JOSE EWALD, PX, ***.843.427-**; ALOISIO MAZIN SIMAO, PX, ***.581.027-**; ALVIMAR MOREIRA CALDONAZZI, PX, ***.570.077-**; AMARILDO MUNIZ DE OLIVEIRA, PX, ***.046.847-**; ANDERSON DA SILVEIRA PAIVA, PX, ***.020.017-**; ANDERSON DOS SANTOS CORTEZINI, PX, ***.799.987-**; ANDERSON MOREIRA DA CONCEICAO, PX, ***.852.367-**; ANDERSON SCHULTZ, PX, ***.423.437-**; ANDERSON VELTEN LEAL, PX, ***.559.607-**; ANDRE BOECHAT MOULIN, PX, ***.329.177-**; ANDRE LUIZ MAGNAGO, PX, ***.410.187-**; ANDRE NOGUEIRA OLIMPIO, PX, ***.211.717-**; ANDRE POTON, PX, ***.730.197-**; ANILSON GOMES BARBOSA, PX, ***.165.047-**; ANTONIO ALZIRO FERREIRA ARAUJO, PX, ***.821.017-**, ANTONIO CARLOS ALPOIM DARE, PX, ***.679.097-**; ANTONIO CARLOS PATROCINIO, PX, ***.313.137-**; ANTONIO MARCOS MARETO, PX, ***.184.237-**; ANTONIO MARCOS PARIZ BRUNELE, PX, ***.582.387-**; ANTONIO SIMMER CEZATTE, PX, ***.447.527-**; ARILDO SIQUEIRA, PX, ***.702.767-**; ATAIDES VERGNA BLANK, PX, ***.734.907-**; AVANILDO SILVA DE ANDRADE, PX, ***.711.397-**; BENIL TEIXEIRA, PX, ***.625.277-**; BRENO CARDOZO PEREIRA, PX, ***.646.577-**; BRUNO CESAR GALAO, PX, ***.190.707-**; BRUNO ROCON ROSA, PX, ***.308.787-**; CARLOS ALBERTO PEREIRA, PX, ***.819.817-**; CARLOS ALBERTO WESTPHALL FERRANI, PX, ***.623.037-**; CARLOS ANTONIO SUCE, PX, ***.096.857-**; CARLOS DE OLIVEIRA, PX, ***.719.117-**; CARLOS EDUARDO BASONI PEREIRA RIGAO, PX, ***.852.547-**; CARLOS GERALDO CEZARIO, PX, ***.809.906-**; CARLOS RAFAEL PARTELLI MARIN, PX, ***.050.357-**; CARLOS WELLINGTON PEREIRA DE CARVALHO, PX, ***.836.835-**, CASSIMIRO JOSE SAMPAIO, PX, ***.429.246-**; CELIO ADRIANO DIAS, PX, ***.769.647-**; CELIO GONCALVES PEREIRA, PX, ***.290.077-**; CIVALDO VIEIRA DO NASCIMENTO, PX, ***.955.337-**CLAUDECIR CORRADI, PX, ***.504.107-**; CLAUDEMIR LAURETT, PX, ***.314.567-**; CLAUDIO ADRIANY FARIA, PX, ***.584.957-**; CLAUDIO DE SOUZA GOMES, PX, ***.385.797-**; CLEBER RECLA MORO, PX, ***.896.487-**; CLESIO ALVES CORDEIRO, PX, ***.945.577-**; CLEZIO DE SOUZA GOMES, PX, ***.383.887-**; CONSTANTINO MARCOS FIENE, PX, ***.722.347-**; CRENILSON JOSE DA CUNHA, PX, ***.580.687-**; CRISTIAN DE OLIVEIRA LIMA, PX, ***.917.837-**; DAMIAO FERREIRA DE OLIVEIRA, PX, ***.464.547-**; DANIEL DA SILVA FILHO, PX, ***.390.837-**; DAVI ELIAS MORAES, PX, ***.742.037-**; DAVID VENTURA DE OLIVEIRA, PX, ***.786.567-**; DELCI LUIZ FERREIRA, PX, ***.898.617-**; DELSIMAR BARBOSA DO ESPIRITO SANTO, PX, ***.038.077-**; DELTON GONCALVES BROZEGHINI, PX, ***.665.827-**; DELVAIRI ADOLFO SIQUEIRA, PX, ***.044.057-**; DENISMAR DA SILVA SANTANA, PX, ***.649.247-**; DEOMAR LUIS CAROLINO ALVES, PX, ***.730.497-**; DERCI EVANDRO DA SILVA, PX, ***.550.917-**; DEVACIR FELBERG, PX, ***.324.407-**; DIEGO NEVES DOS SANTOS, PX, ***.718.187-**; DIEGO RAFAEL CAMPOS DE LIMA, PX, ***.611.207-**; DIOENER CODECCO POLTRONIERI, PX, ***.022.967-**; DOUGLAS PEREIRA LOUZADA, PX, ***.089.327-**; DOUGLAS SABINO CORREA, PX, ***.841.267-**; DOUGLAS SIMMER, PX, ***.248.387-**; DYONY MIRANDA FERRERA, PX, ***.659.137-**; ED CARLOS JOSE SOARES LOPES, PX, ***.327.217-**; EDCLAUDIO DE JESUS, PX, ***.680.837-**; EDEMAR LEITE DA SILVA, PX, ***.336.997-**; EDER CALDONHO LOPES, PX, ***.783.717-**; EDGAR FAUSTO HOFFMAN, PX, ***.110.206-**; EDIMAR DAVI SCHNEIDER, PX, ***.860.617-**; EDIMAR MEDEIROS COELHO, PX, ***.687.236-**; EDIMAR MEIRA, PX, ***.699.107-**; EDIO ANTONIO JECKEL, PX, ***.711.997-**; EDMAR ALVES JARDIM, PX, ***.784.417-**; EDMAR SIMAO DEGLESPOSTES, PX, ***.389.497-**; EDSON CAMPO DALL ORTO, PX, ***.175.847-**; EDSON DA SILVA GOMES, PX, ***.942.797-**; EDSON DO NASCIMENTO BLANK, PX, ***.868.177-**; EDSON FERREIRA CUNHA, PX, ***.813.309-**; EDSON FRISSO, PX, ***.249.837-**; EDSON JOSE DELPUPO, PX, ***.039.067-**; EDSON MASSARIOL, PX, ***.071.987-**; EDUARDO ALBUQUERQUE DE REBONATO, PX, ***.618.787-**; EDUARDO CORREA, PX, ***.789.037-**; EDUARDO FRANCISCO PEREIRA FILHO, PX, ***.253.047-**; EDUARDO VINCO VITORAZI, PX, ***.467.647-**; EDVAN MOREIRA LIMA, PX, ***.509.417-**; ELCIO ANTONIO OVANI, PX, ***.687.437-**; ELIAS VELTEN DE OLIVEIRA, PX, ***.580.987-**; ELIEL ANTHERO MOREIRA DE ALMEIDA, PX, ***.988.012-**; ELIOMAR DA SILVA BARBOZA, PX, ***.533.227-**; ELTON FERNANDES PIMENTEL, PX, ***.669.957-**; EMERSON BORGHARDT, PX, ***.076.827-**; EMERSON CAETANO DE SOUZA, PX, ***.725.877-**; EMERSON CORTELETTE CASSOLI, PX, ***.934.507-**; EMERSON FERNANDO ALVES BENINCA, PX, ***.193.347-**; ENILDO ROSA, PX, ***.792.607-**; ERALDO EMERICK, PX, ***.224.577-**; ERALDO VALADAO DE LACERDA, PX, ***.493.042-**; ERASMO SABINO ALVES, PX, ***.603.847-**; ERILDO DEGEN, PX, ***.010.467-**; ERIVELTON DOS SANTOS NUNES, PX, ***.759.157-**; ERIVELTON ZANETTI, PX, ***.317.087-**; ESIMERICO ARPINE ALBANI, PX, ***.300.177-**; EUCLIDES FERREIRA PEREIRA, PX, ***.676.797-**; EVALDO ALVES PEREIRA, PX, ***.663.417-**; EVALDO DO ESPIRITO SANTO BAPTISTA JUNIOR, PX, ***.293.347-**; EVANDRO DANIEL SILVA, PX, ***.536.027-**; EVANDRO DOS SANTOS SILVA, PX, ***.451.365-**; EVERALDO DE ASSIS PASSOS, PX, ***.769.057-**; EVERALDO DOS SANTOS VIEIRA, PX, ***.052.437-**; EVERALDO SOUZA DE OLIVEIRA, PX,

***.675.817-**; FABIANO DE OLIVEIRA RUBIM, PX, ***.940.887-**; FABIANO GAIBA, PX, ***.342.757-**; FABIO FERNANDES BARBIERI, PX, ***.291.057-**; FABIO GOMES, PX, ***116.737-**; FABIO JUNIOR ARNHOLZ, PX, ***.096.987-**; FABIO LOURENCO FRIGINI, PX, ***.861.117-**; FABIO MATTOS DA CUNHA, PX, ***.717.307-**

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

**ATOS DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 4.834 - Processo nº 53516.009923/2021-16: BENO FRAGA BRANDÃO, CPF nº ***.219.291-**.

Nº 4.835 - Processo nº 53516.009927/2021-02: ANTONIO MOACIR CAETANO FILHO, CPF nº ***.831.689-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

**ATO Nº 4.370, DE 16 DE JUNHO DE 2021**

Expede autorização à JOSÉ WILSON SANTOS, CPF nº ***.905.025-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JORGEAN FERREIRA LEAL
Gerente
Substituto

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ
## COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

**ATO Nº 4.808, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Expedir autorização Heliton Paz de Sousa, CPF nº ***.167.393-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

**ATO Nº 4.249, DE 14 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº 53508.001770/2021-68.
Expede autorização à Kaline Alves Dolabella, CPF nº ***.343.097-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

**ATO Nº 4.337, DE 15 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº 53508.001571/2021-50.
Expede autorização à Felipe Eduardo de Paula Santos Braga , CPF nº ***.799.227-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

**ATO Nº 4.340, DE 15 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº 53508.001288/2021-28.
Expede autorização à Bert Bender , CPF nº ***.483.707-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

**ATO Nº 4.389, DE 16 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº 53508.001545/2021-21.
Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CONDOMINIO DO EDIFICIO PLAZA SHOPPING, CNPJ nº 30183867000190, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

**ATO Nº 4.432, DE 17 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº 53508.001806/2021-11.
Expede autorização à Fabricio Ferreira da Mota, CPF nº ***.438.757-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

**ATO Nº 4.465, DE 18 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº 53508.001594/2021-64.
Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA, CNPJ nº 42101311000197, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

**ATO Nº 4.514, DE 21 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº 53508.001803/2021-70.
Expede autorização à Rafael Vargas Soares, CPF nº ***.504.107-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

**ATO Nº 4.516, DE 21 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº 53508.001772/2021-57.
Expede autorização à Deivson Vilar Goulart dos Santos, CPF nº ***.481.867-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

## SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
## GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

**ATO Nº 3.153, DE 6 DE MAIO DE 2021**

Processo nº 53500.029020/2021-21.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ASTRAL COMUNICACOES LTDA, CNPJ 04.478.075/0001-33, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Chapadão do Céu/GO.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

**ATO Nº 4.455, DE 18 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº 53500.040391/2021-63.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO DIFUSORA RESPLENDOR LTDA, CNPJ 25.360.496/0001-35, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Resplendor/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

**ATOS DE 22 DE JUNHO DE 2021**

Nº 4.543 - Processo nº 53500.033749/2021-00.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AURORA COMUNICACOES LTDA, CNPJ 03.816.962/0001-01, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Aurora/CE.

Nº 4.544 - Processo nº 53500.033803/2021-17.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NAZARE DE COMUNICACAO, CNPJ 83.369.470/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Manacapuru/AM.

Nº 4.545 - Processo nº 53500.033810/2021-19.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NAZARE DE COMUNICACAO, CNPJ 83.369.470/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Maués/AM.

Nº 4.546 - Processo nº 53500.033813/2021-44.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO FLORESTA LTDA, CNPJ 04.101.317/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tucuruí/PA.

Nº 4.547 - Processo nº 53500.033935/2021-31.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NAZARE DE COMUNICACAO, CNPJ 83.369.470/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Parintins/AM.

Nº 4.548 - Processo nº 53500.033938/2021-74.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NAZARE DE COMUNICACAO, CNPJ 83.369.470/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Amapá/AP.

Nº 4.549 - Processo nº 53500.038810/2021-05.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CENTRO AMERICA LTDA, CNPJ 03.476.876/0001-05, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Nortelândia/MT.

Nº 4.550 - Processo nº 53500.038815/2021-20.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CENTRO AMERICA LTDA, CNPJ 03.476.876/0001-05, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Primavera do Leste/MT.

Nº 4.551 - Processo nº 53500.038826/2021-18.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CENTRO AMERICA LTDA, CNPJ 03.476.876/0001-05, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Ribeirãozinho/MT.

Nº 4.552 - Processo nº 53500.038831/2021-12.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CENTRO AMERICA LTDA, CNPJ 03.476.876/0001-05, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Rio Branco/MT.

Nº 4.553 - Processo nº 53500.038832/2021-67.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CENTRO AMERICA LTDA, CNPJ 03.476.876/0001-05, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Santa Terezinha/MT.

Nº 4.554 - Processo nº 53500.038836/2021-45.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CENTRO AMERICA LTDA, CNPJ 03.476.876/0001-05, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de São Félix do Araguaia/MT.

Nº 4.555 - Processo nº 53500.038838/2021-34.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CENTRO AMERICA LTDA, CNPJ 03.476.876/0001-05, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de São José dos Quatro Marcos/MT.

Nº 4.557 - Processo nº 53500.039182/2021-77.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CENTRO AMERICA LTDA, CNPJ 03.476.876/0001-05, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tapurah/MT.

Nº 4.559 - Processo nº 53500.039962/2021-17.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à LIMEIRA FM STEREO LTDA - ME, CNPJ 02.244.117/0001-46, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Limeira/SP.

Nº 4.560 - Processo nº 53500.041152/2021-21.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TAQUARA LTDA, CNPJ 97.754.238/0001-44, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Taquara/RS.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

**ATOS DE 24 DE JUNHO DE 2021**

Nº 4.669 - Processo nº 53500.040989/2021-52.
Expede autorização à Nova Fibra Cajobi Internet Fibra Optica Ltda, CNPJ/MF nº 40.999.712/0001-80, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 4.697 - Processo nº 53500.035256/2021-04.
Expede autorização à FRANCISCO FENKER FILHO LTDA, CNPJ/MF nº 35.439.709/0001-72, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 4.698 - Processo nº 53500.040729/2021-87.
Expede autorização à 1CLICKNET INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 29.369.358/0001-78, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 4.699 - Processo nº 53500.041909/2021-86.
Expede autorização à JET NET COMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 30.858.843/0001-94, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 4.700 - Processo nº 53500.041985/2021-91.
Expede autorização à Cf Telecomunicacoes Ltda, CNPJ/MF nº 16.480.609/0001-45, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 4.701 - Processo nº 53500.041776/2021-48.
Expede autorização à Global Conectividade Servico de Internet Ltda, CNPJ/MF nº 16.878.615/0001-55, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 4.702 - Processo nº 53500.041872/2021-96.
Expede autorização à W DE SOUSA GOMES LAGES - COMERCIO, CNPJ/MF nº 31.531.344/0001-50, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 4.703 - Processo nº 53500.041948/2021-83.
Expede autorização à UCINET TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 19.647.488/0001-71, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 4.704 - Processo nº 53500.041916/2021-88.
Expede autorização à A S Pinheiro Comercio e Servicos, CNPJ/MF nº 31.468.728/0001-76, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

**ATOS DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Nº 4.841 - Autoriza ANDRE FRONZA, CPF nº ***732459**, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Curitiba/PR, no período de 06/07/2021 a 08/07/2021.

Nº 4.842 - Autoriza TIM S A, CNPJ nº 02.421.421/0001-11, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, no período de 05/07/2021 a 31/08/2021.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

**DESPACHO Nº 478/2021/ORLE/SOR**

Processo nº 53524.000725/2020-15. Interessado: CENTRAL TVA TELEVISAO POR ASSINATURA E RADIODIFUSAO LTDA.

O GERENTE DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, exercendo o juízo de admissibilidade recursal, previsto nos art. 115, § 1º, "a", do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, CONSIDERANDO o atendimento dos pressupostos de admissibilidade recursal, insculpidos no art. 116 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, CONSIDERANDO que a instrução do Processo em epígrafe obedeceu às disposições contidas no Regimento Interno da Agência, atendendo à sua finalidade, observando, especialmente, os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, CONSIDERANDO as razões e justificativas constantes do Informe nº 2932/2021/ORLE/SOR (SEI nº 7071770), decide: Conhecer do Recurso Administrativo interposto pela empresa CENTRAL TVA - TELEVISÃO POR ASSINATURA E RADIODIFUSÃO LTDA, CNPJ 26.400.903/0001-53, em face da decisão consubstanciada no Despacho Decisório nº 97/2021/ORLE/SOR, de 20 de abril de 2021 (SEI nº 6773720), proferido nos autos do Processo em epígrafe, uma vez preenchido os requisitos necessários e encaminhá-lo ao Conselho Diretor da Agência para análise do mérito, por ser a autoridade competente, nos termos do art. 115, § 1º, "b" , e art. 133, VII, ambos do Regimento Interno da Agência.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR

# Ministério da Defesa

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA GM-MD Nº 2.709, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Altera a Portaria Normativa nº 30/GM-MD, de 17 de março de 2020, que estabelece medidas de proteção no âmbito do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e na Instrução Normativa nº 109, de 29 de outubro de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, e considerando o que consta no Processo nº 60582.000209/2020-53, resolve:

Art. 1º A Portaria Normativa nº 30/GM-MD, de 17 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

VI - suspender, até 31 de outubro de 2021, a apresentação anual para realização da atualização cadastral anual para prova de vida de militares inativos, pensionistas de militares, militares anistiados políticos e dependentes habilitados, bem como o bloqueio dos créditos relativos a proventos de inatividade e pensões por falta de realização da comprovação de vida, que voltarão a acontecer a partir de 1º de novembro de 2021;

....." (NR)

Art. 2º Fica revogada a Portaria GM-MD nº 147, de 13 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 13, Seção 1, página 6, de 20 de janeiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO

## COMANDO DA AERONÁUTICA
## GABINETE DO COMANDANTE

**PORTARIA GABAER Nº 102/GC1, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Aprova Instruções para os serviços de Oficial-de-Dia e de Guarda ao Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IX do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no art. 17 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 48.071, de 7 de abril de 1960 e considerando o que consta do Processo n° 67000.004059/2021-81, resolve:

Art. 1º Aprovar as presentes Instruções, que com esta baixam, para os serviços de Oficial-de-Dia e de Guarda ao Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, afetos ao Comando da Aeronáutica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 829/GC1, de 29 de Outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União n° 209, Seção I, página nove, de 31 de outubro de 2001.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

ANEXO

INSTRUÇÕES PARA OS SERVIÇOS DE OFICIAL-DE-DIA E DE GUARDA DA AERONÁUTICA AO MONUMENTO NACIONAL AOS MORTOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Art. 1º A coordenação e a supervisão dos serviços de Oficial-de-Dia e de Guarda da Aeronáutica ao Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial ficarão afetas ao Comando Aéreo Leste - III COMAR.

Art. 2° Concorrerão à escala de Oficial-de-Dia os 1° e 2º Tenentes e Aspirantes-a-Oficial de todos os Quadros, pertencentes às Organizações Militares sediadas na cidade do Rio de Janeiro, mesmo que nas Organizações exista o serviço de escala para estes militares, à exceção dos oficiais Médicos e dos oficiais Capelães, conforme Art. 42 do RCA 34-1/2020, e dos oficiais da especialidade de Serviços Jurídicos, de acordo com o Art. 4º e 7º do RCA 34-1/2020 e letra 'f' do item 2.6.1 da DCA 19-4/2021.

Art. 3º A escala de Oficial-de-Dia será elaborada pelas Guarnições de Aeronáutica dos Afonsos (GUARNAE-AF), do Galeão (GUARNAE-GL), do Rio de Janeiro (GUARNAE-RJ) e de Santa Cruz (GUARNAE-SC), à vista das relações nominais dos oficiais disponíveis, fornecidas em épocas oportunas pelas Organizações Militares pertencentes a essas Guarnições.

Art. 4° A Diretoria de Administração do Pessoal fornecerá ao Comando Aéreo Leste - III COMAR, OM responsável pelo gerenciamento das escalas, sempre que solicitado, a relação numérica dos efetivos das diversas Organizações Militares, aferida até trinta dias antes do primeiro dia da rendição da guarda, para fins de elaboração da escala de serviço, proporcionalmente ao efetivo de cada Organização Militar.

Art. 5° Os Sargentos e Cabos para a guarda serão fornecidos pelas Guarnições de Aeronáutica citadas no Art. 3º, considerando-se a proporcionalidade dos efetivos, à exceção dos Soldados, que serão fornecidos pelo Grupo de Segurança e Defesa do Rio de Janeiro (GSD-RJ).

Art. 6º Caberá ao Comando Aéreo Leste - III COMAR, a coordenação com as Organizações Militares que concorrerão para a composição de toda guarda, por ocasião das transferências de guarda por parte do Comando da Aeronáutica.

Art. 7º A Banda de Música, para cumprir o art. 18, do Capítulo VI, do Decreto n° 48.071, de 7 de abril de 1960, será fornecida, intercaladamente, pelas Guarnições de Aeronáutica do Galeão, Afonsos e Santa Cruz, por solicitação do Comando Aéreo Leste - III COMAR.

Art. 8° A Companhia a que se refere o art. 18, do Capítulo VI, do Decreto citado, será sempre uma Companhia de Polícia da Aeronáutica do Grupo de Segurança e Defesa do Rio de Janeiro (GSD-RJ).

Art. 9º Os casos não previstos nestas Instruções serão resolvidos pelo Comandante do Comando Aéreo Leste - III COMAR.

**PORTARIA GABAER Nº 106/GC3, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Dispõe sobre a prestação dos serviços de navegação aérea pelo Comando da Aeronáutica e pelas Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo e sobre sua remuneração.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 9º, 18 e 19, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; no art. 8º, caput, incisos I, II e III, e § 1º, da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973; no art. 48, parágrafo único, "b", da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e nos incisos XXIV, XXV e XXVII do art. 23 do Anexo I ao Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e tendo em vista o que consta no Processo nº 67600.011256/2021-97, procedente do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, resolve:

Art. 1º A prestação dos serviços de navegação aérea pelo Comando da Aeronáutica (COMAER) e pelas Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) e sua remuneração obedecerão ao disposto nesta Portaria.

Parágrafo único. A atribuição da exploração da infraestrutura aeronáutica voltada à prestação de serviços de navegação aérea à empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - NAV Brasil será disciplinada em Ato específico do Comandante da Aeronáutica, nos termos do art. 20, da Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Portaria, os serviços de navegação aérea são aqueles definidos pelo COMAER em legislação específica e prestados pelos seguintes órgãos:

I - Centros de Controle de Área (ACC);

II - Centros de Controle de Aproximação (APP);

III - Torres de Controle de Aeródromo (TWR); e

IV - Estações Aeronáuticas (Rádio).

Art. 3º Os serviços de navegação aérea são prestados pelo COMAER e pelas EPTA da seguinte forma:

I - O COMAER é responsável pelos órgãos referidos no inciso I do art. 2º desta Portaria; e

II - As EPTA poderão ser autorizadas a operar os órgãos referidos nos incisos II, III e IV do art. 2º desta Portaria, quando não houver interesse militar ou estratégico do COMAER.

Art. 4º Os serviços de navegação aérea serão remunerados pelas tarifas de que trata o artigo 8º, da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, com redação dada pela Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012, nos seguintes termos:

I - A Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota (TAN) será destinada à remuneração dos serviços providos pelo órgão de que trata o inciso I do art. 2º desta Portaria;

II - A Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação (TAT APP) será destinada à remuneração dos serviços providos pelo órgão de que trata o inciso II do art. 2º desta Portaria; e

III - A Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aeródromo (TAT ADR) será destinada à remuneração dos serviços providos pelos órgãos de que tratam os incisos III e IV do art. 2º desta Portaria.

Art. 5º As EPTA prestarão os serviços de navegação aérea de acordo com o disposto na regulamentação aplicável, editada pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

Art. 6º Os recursos provenientes das Tarifas TAT APP e TAT ADR para a remuneração dos serviços de navegação aérea prestados pelas EPTA serão destinados aos efetivos prestadores do serviço, na forma do art. 4º, desta Portaria.

Art. 7º As tarifas decorrentes da prestação de serviços de navegação aérea serão cobradas e arrecadadas de acordo com normas estabelecidas pelo COMAER, sendo as despesas por tais atividades descontadas do valor a ser repassado às EPTA, conforme percentuais especificados em tabela aprovada pelo Comandante da Aeronáutica.

Parágrafo único. As EPTA poderão optar, mediante termo próprio, por realizar a cobrança e a arrecadação das tarifas pelos serviços de navegação aérea por elas prestados, devendo observar a sistemática aprovada pelo COMAER em norma específica.

Art. 8º Os casos não previstos ou os que venham suscitar dúvidas quanto à execução do preconizado nesta Portaria serão submetidos à apreciação do Comandante da Aeronáutica.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

**PORTARIA GABAER Nº 107/GC3, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Dispõe sobre a disciplina para a exploração da infraestrutura aeronáutica voltada à prestação de serviços de navegação aérea pela empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - NAV Brasil.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 9º, 18 e 19, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; no art. 8º, §1º, da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973; no art. 48, parágrafo único, "b", da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e nos incisos XXIV, XXV e XXVII do art. 23 do Anexo I ao Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009; e nos arts. 10º, inciso I e parágrafo único, e 20, da Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, que autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - NAV Brasil e dá outras providências; tendo em vista o que consta no Processo nº 67600.011256/2021-97, procedente do Departamento de Controle do Espaço Aéreo; e

CONSIDERANDO que cabe ao Comando da Aeronáutica (COMAER), como atribuição subsidiária particular, prover a segurança da navegação aérea, na forma do art. 18, II, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;

CONSIDERANDO a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - NAV Brasil, a partir do Decreto nº 10.589, de 24 de dezembro de 2020, vinculada ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Aeronáutica, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio;

CONSIDERANDO que a NAV Brasil tem por objeto, nos termos do art. 8º, caput, da Lei nº 13.903, implementar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea que lhe for atribuída pelo Comandante da Aeronáutica;

CONSIDERANDO que a NAV Brasil está sujeita à supervisão ministerial do Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, exercida através da orientação, coordenação e controle de suas atividades, conforme preconizam o caput e parágrafo único do art. 20, bem como o caput e o parágrafo único do art. 21 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

CONSIDERANDO o caráter integrado, civil e militar, do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, de que trata a Portaria nº 1.131/GC3, de 30 de outubro de 2020, deste Comando, publicada no Diário Oficial da União nº 210, de 4 de novembro de 2020, Seção 1, página 10, com vistas à vigilância, à segurança e à defesa do espaço aéreo sob a jurisdição do Estado brasileiro, e

CONSIDERANDO que a NAV Brasil, no desempenho de suas atribuições finalísticas, tendo em vista a estrutura integrada do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, desenvolverá atividades complementares à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo brasileiro, de responsabilidade do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e, por conseguinte, de interesse estratégico para a segurança nacional, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo a esta Portaria, a Instrução que disciplina a exploração da infraestrutura aeronáutica voltada à prestação de serviços de navegação aérea pela empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - NAV Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

ANEXO

INSTRUÇÃO REGULAMENTADORA DA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AERONÁUTICA DESTINADA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA PELA NAV BRASIL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução regulamenta a atribuição pela União, por intermédio do Comando da Aeronáutica (COMAER), do Ministério da Defesa, da exploração da infraestrutura aeronáutica voltada à prestação de serviços de navegação aérea à empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - NAV Brasil.

Parágrafo único. O disposto nesta Instrução não se aplica às hipóteses em que a NAV Brasil for autorizada pelo COMAER, por meio do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), a prestar serviços especializados para as Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA), as quais são reguladas por legislação própria.

Art. 2º Incumbe à NAV Brasil, implementar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea que lhe for atribuída pelo COMAER, por intermédio do DECEA.

Parágrafo único. A prestação de serviços de navegação aérea destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea pela NAV Brasil, em qualquer caso, dar-se-á de acordo com a regulamentação expedida pelo DECEA.

Art. 3º A NAV Brasil deverá assegurar a compatibilidade e interoperabilidade de equipamentos, materiais e sistemas por ela utilizados na prestação dos serviços de navegação aérea com aqueles empregados pelo COMAER no âmbito do SISCEAB.

CAPÍTULO II

DA FORMALIZAÇÃO

Art. 4º A atribuição da exploração da infraestrutura aeronáutica voltada à prestação de serviços de navegação aérea à NAV Brasil será formalizada por meio de portaria, a qual constitui ato administrativo, discricionário e precário, de iniciativa exclusiva do COMAER, por intermédio do DECEA, no interesse do SISCEAB.

Art. 5º A portaria de atribuição será editada por prazo indeterminado, revogável a qualquer tempo, não ensejando direito à indenização.

CAPÍTULO III

DO REGIME TARIFÁRIO

Art. 6º Os recursos para remuneração pelos serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea prestados pela NAV Brasil serão provenientes da arrecadação de tarifas de navegação aérea de que trata a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nos termos do parágrafo único do art. 10 da Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019.

Art. 7º O DECEA regulamentará a sistemática de remuneração da NAV Brasil pelos serviços por ela prestados, observadas, sempre que possível, as normas e práticas recomendadas pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 8º As autorizações de serviço público para implantar e operar uma EPTA, ou, ainda, para realizar sua manutenção, emitidas em favor da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), sucedida pela NAV Brasil nos direitos e obrigações relacionados à prestação de serviços de navegação aérea, permanecerão em vigor até que sejam substituídas por novas atribuições do COMAER à NAV Brasil.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Extinta a atribuição da exploração da infraestrutura aeronáutica voltada à prestação de serviços de navegação aérea, todos os bens e benfeitorias cedidos à NAV Brasil retornarão ao COMAER.

Art. 10º Os casos não previstos ou os que venham a suscitar dúvidas quanto à execução do preconizado nesta Portaria serão submetidos à apreciação do Comandante da Aeronáutica.

## COMANDO DA MARINHA

## AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S/A

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ATA Nº 63, DA 6ª REUNIÃO**
**REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2021**

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, realizou-se a 6ª reunião do ano de 2021, do Conselho de Administração (CONSAD) da Empresa Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, na sala de reuniões da Sede da empresa, situada na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 1847, Butantã, São Paulo, CEP nº 05581-001 e transmitida por videoconferência. Conforme parágrafo único do art. 4ª da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, a reunião digital foi gravada e arquivada. Presidida pelo Senhor MARCOS SAMPAIO OLSEN, representante do Comando da Marinha e Presidente do Conselho, com a participação dos seguintes Conselheiros de Administração: o Senhor MARCELO FRANCISCO CAMPOS, representante do Comando da Marinha e substituto do Presidente do Conselho; o Senhor MARCOS CESAR PONTES, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, por videoconferência; o Senhor ANTONIO CARLOS SOARES GUERREIRO, Diretor-Presidente da AMAZUL e a Senhora PRISCILA PALMA SANCHEZ, representante eleita pelos empregados. O Senhor ALMIR GARNIER SANTOS, representante do Ministério da Defesa, justificou sua ausência. Participaram, de forma complementar, para esclarecimentos dos assuntos da Ordem do Dia: o Senhor FRANCISCO ROBERTO PORTELLA DEIANA, Diretor Técnico; o Senhor SERGIO RICARDO MACHADO, Diretor de Administração e Finanças; o Senhor NEWTON DE ALMEIDA COSTA NETO, Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas; o Senhor CHARLES MAGNO MEDEIROS, Assessor de Comunicação Social e Sustentabilidade; o Senhor GABOR HODI JÚNIOR, membro do Comitê de Auditoria; o Senhor MURILO FRANCISCO BARELLA, Coordenador-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo; a Senhora ANA CAROLINA TONELOTTI ASSIS, Assessora da Auditoria Interna; o Senhor MARCO ANTONIO CALIXTO PADUA, Assessor do Núcleo de Inovação Tecnológica e a Senhora RUBIA MICHELE DA SILVA, Coordenadora de Planejamento. Tendo sido eu, DÉBORA ELIZE SANTOS, designada para atuar como Secretária. O Presidente do Conselho presidiu a reunião e havendo quórum legal, de acordo com o contido nos artigos 10 e 15, do Regimento Interno do CONSAD, e em primeira convocação, cumprimentou a todos e cumprimentou a nova composição do Conselho de Administração, eleita na Assembleia Geral Ordinária. Destacou, em seguida, a presença do Sr. Welerson Cavalieri, a convite, e informou que o cargo de representante do Ministério da Economia estará em vacância até que ocorra uma nova indicação. A palavra foi aberta ao convidado que teceu agradecimentos ao Conselho e à Diretoria da AMAZUL. Em seguida, participou que o Diretor-Presidente da AMAZUL, solicitou afastar-se, a título de férias, no período de 18 a 21/05/2021, e que, conforme art. 39, inciso XXV, do Estatuto da empresa, compete ao Conselho de Administração (CONSAD) conceder o afastamento do Diretor-Presidente. Em seguida, o Colegiado aprovou, por unanimidade, ad referendum, o afastamento noticiado, tendo sido à época designado como substituto o Diretor-Técnico, Sr. FRANCISCO ROBERTO PORTELLA DEIANA. Na sequência, passou a palavra ao Conselheiro Guerreiro que, primeiramente cumprimentou a todos e aos novos Conselheiros com as boas-vindas e na sequência apresentou a situação da empresa. Informou a realização das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária na AMAZUL e passou um breve relato dos assuntos tratados. Destacou que, sobre o Relatório de Administração, foram feitos apontamentos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para melhoria nos próximos exercícios e que, por solicitação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) retirou as matérias da pauta da Assembleia Geral Extraordinária, a saber: aprovação de alteração do capital social e modificação estatutária decorrente, para permitir um melhor alinhamento do assunto entre AMAZUL, STN e SEST. Ressaltou que no parecer da STN e voto da PGFN na Assembleia Geral Ordinária de 2020 foi colocada expressamente ressalva de que a AMAZUL promovesse esse ajuste contábil o quanto antes. Em seguida, informou que a Procuradora orientou encaminhar à SEST e à STN documentos formais que expressem a posição da Empresa sobre as Notas recebidas. Participou que os expedientes foram encaminhados. Após, quanto ao Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre a Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM) e a AMAZUL, informou que foi constituído, por meio de portaria do Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha do Brasil um Grupo de Trabalho cuja finalidade é aprimorar a Minuta do citado Acordo. Destacou que essa iniciativa constitui um marco importante, representando um grande avanço para as partes em termos de Governança, Gestão de Pessoas e de Projetos. Em seguida, destacou que na última reunião do Conselho surgiram questionamentos sobre os índices do indicador "Percentual de atendimento à força de trabalho demandada pelo

PNM", para quais apresentou o seguinte esclarecimento: Devido a inexistência de uma referência que permitisse à empresa estabelecer com maior precisão esse indicador, o quantitativo de força de trabalho adotado como meta a ser alcançada foi fixado considerando a mão-de-obra aplicada no PNM em DEZ/2019 somada a expectativa de preenchimento de vagas previstas a serem aplicadas nesse Programa, oriundas do Processo Seletivo Simplificado conduzido em 2020, o qual foi cancelado. A frustração do processo seletivo pode ser parcialmente compensada com um remanejamento de força de trabalho da AMAZUL realizado no Centro Industrial Nuclear de Aramar (CINA) em 2020. Na sequência, resgatou que, também na última reunião, o Colegiado orientou a empresa a rever os parâmetros de atendimento de mão-de-obra disponibilizada ao PNM e PROSUB, utilizados nos mencionados indicadores. Ao que informou que no dia 29ABR2021 um ofício foi enviado ao Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha solicitando que fosse informado o quantitativo de empregados da AMAZUL atualmente necessário aos Programas, por setores, bem como o planejado para atender às futuras demandas. Na sequência, disse que a empresa está pronta para iniciar um concurso em 2021 e que existe, no entanto, a questão da restrição orçamentária a ser enfrentada. Apresentou, em seguida, esclarecimentos quanto ao aumento do valor da contratação da Auditoria Independente em 2021, comparativamente ao valor contratado em 2020, a saber: A empresa solicitou a Russell Bedford as razões pelas quais elevou em cerca de 5% no valor por ocasião da renovação do seu contrato, ao que esclareceu que o aumento decorreu de programa de educação continuada e certificação dos seus auditores; aumento do seu quadro técnico, com impacto sobre os custos fixos; reajustes contratuais na sua estrutura (sede, sistemas e rede internacional); e outros custos, que sofrem reajustes anuais, tendo o IGPM um resultado acumulado de 32% nos últimos doze meses. Em seguida, o Conselheiro ressaltou que a empresa em questão apresentou o menor preço dentre as concorrentes, no valor de R$ 26 mil, com diferença de cerca R$ 8 mil para a proposta da segunda colocada. Em seguida, informou que na reunião de 26FEV2021, o Conselho aprovou a rerratificação, na Junta Comercial de São Paulo (JUCESP), de um Ato arquivado fora da ordem cronológica e comunicou que, no dia 17MAI2021, a Ata de nº 59 de Rerratificação do Conselho de Administração foi registrada na JUCESP. Por fim, participou ao colegiado a situação atualizada das recomendações apontadas no último Relatório de Auditoria Interna Nº 2021-002, a saber: Das 167 recomendações, 52 encontram-se em fase de implementação, sendo que, devido a duplicidades estas seriam reduzidas a 21 ações, que já estão sendo realizadas pela empresa, restando apenas 1 recomendação pendente. Na sequência, o Presidente destacou a importância da AMAZUL questionar os custos de seus contratos, no sentido de preservar e cuidar da melhor gestão em busca da economia de recursos. Dando continuidade, o Presidente apresentou a Ordem do Dia, composta dos seguintes itens: Item 1 - Ratificação da Resolução da Diretoria-Executiva nº 089, sobre o Relatório de Gestão da FUNDEP, exercício de 2020; Item 2 - Aprovação do Informe ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União; Item 3 - Eleição de Membro do Comitê de Auditoria; Item 4 - Acompanhamento da execução do PAINT e monitoramento das recomendações; Item 5 - Planejamento Estratégico: acompanhamento trimestral dos indicadores e metas de 2021; e Item 6 - Treinamento para administradores. Passando ao primeiro item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Assessor do Núcleo de Inovação Tecnológica da AMAZUL que apresentou a autorização originária da FUNDEP para atuar como fundação de apoio, bem como os benefícios da relação da AMAZUL como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), e com as Fundações de Apoio para a consecução dos Negócios e Projetos da AMAZUL, ressaltando, ainda, os requisitos para a renovação. A Conselheira Priscila questionou as taxas de gerenciamento das ICTs e sugeriu uma reavaliação visando redução. Em seguida, destacou o extrato da ata da FUNDEP, que relata a dificuldade em prestação de contas da ICT em projetos vinculados, que seria o caso da AMAZUL, e questionou se os controles estão operando devidamente. O assessor esclareceu que os recursos não transitam pela AMAZUL e que a prestação de contas é feita em uma conta específica utilizada pela própria ICT. Quanto aos controles, relatou que são feitos pelo Controle Interno da empresa e devidamente auditados. Na sequência, o Diretor Técnico ressaltou que os recursos dos Projetos de Desenvolvimento Institucional (PDI) possuem pareceres que orientam o uso devido dos recursos e que o Tribunal de Contas da União (TCU) atua de forma contundente quanto a aplicação desses recursos. O Presidente corroborou com a importância da avaliação do percentual destinado, pelas fundações de apoio, para cobertura de suas despesas operacionais e administrativas necessárias à execução dos projetos, inclusive para possibilitar comparação com outras fundações. O Conselheiro Campos sugeriu que a Empresa busque mais concorrência com outras Fundações que atuam no mesmo ramo, a fim de diminuir o valor da taxa de administração, considerando, na sua visão, que o percentual cobrado pela FUNDEP pode ser reduzido se exposto a outras concorrentes do mercado. Após esclarecidos os questionamentos, o Conselho ratificou, por unanimidade e por meio da Resolução do Conselho de Administração nº 054, a Resolução da Diretoria Executiva nº 089, bem como a renovação da autorização concedida à FUNDEP para atuar como fundação de apoio à AMAZUL. Passando ao segundo item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Coordenador-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo que apresentou o Informe ao Congresso Nacional quanto ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, após ajustes sugeridos pelos Conselheiros. O Conselheiro Campos sugeriu que no próximo informe fossem inseridas imagens ilustrativas no relatório para aprimorar a divulgação junto a sociedade civil dos projetos desenvolvidos pela AMAZUL, aos moldes do que hoje é observado no Plano Estratégico da Marinha (PEM) 2040. Não havendo questionamentos, o Conselho aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do Informe ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União. Passando ao terceiro item da Ordem do Dia, o Presidente apresentou a seguinte personalidade indicada pelo Comando da Marinha para recondução ao cargo de membro do Comitê de Auditoria, com prazo de gestão até 05JUN2024: GABOR HODI JÚNIOR, brasileiro, divorciado, Oficial do Corpo Auxiliar do Quadro Técnico da Reserva da Marinha, portador da cédula de identidade nº 629.913-1, emitida pelo Serviço de Identificação da Marinha, inscrito no CPF/MF sob o nº 908.225.107-82, domiciliado e residente na Cidade de São José dos Campos, SP, Rua Itajaí nº 161, apto. 212, Jardim Aquarius - CEP: 12242-020. O indicado foi eleito pelo Conselho, por unanimidade. Em seguida, o membro agradeceu ao Colegiado e aos membros da Diretoria. Passando ao Quarto Item da Ordem do Dia, o Presidente comunicou a presença do membro do Comitê de Auditoria (COAUD) e convidou a Assessora da Auditoria Interna para apresentar o tema, que descreveu o Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT2021 e o Monitoramento das Recomendações. Em seguida, destacou que o status das recomendações apresentado pelo Diretor-Presidente no início da reunião, diverge do relatório enviado na convocação em decorrência da atualização no dia anterior à reunião. Informou que no monitoramento atual constam 15 recomendações baixadas, 52 em implementação, 94 implementadas e 1 pendente. Na sequência, apresentou a evolução e o comparativo das recomendações em 2021, a situação atual das ações implementadas, pendentes e em implementação. Por fim, apresentou o quadro geral com a situação das ações do RAINT, da Auditoria Interna e Auditoria Independente. Em seguida, o Diretor-Presidente destacou que toda a recomendação terá um prazo monitorado pelo Controle Interno e a Auditoria Interna fará monitoramento mensal de suas recomendações. O Conselheiro Campos ressaltou que o número de recomendações é elevado, que no relatório algumas recomendações não possuem prazo para a sua implementação, sugeriu, destarte, o estabelecimento de prazo para implementação de todas as recomendações, bem como a elaboração de normas por áreas da empresa, de modo que os procedimentos elaborados sejam consolidados, evitando a repetição de mesmas discrepâncias. O Presidente destacou que a apresentação das recomendações possui abordagem qualitativa e sugeriu uma graduação dos riscos das recomendações para acompanhamento pelo Conselho. Os questionamentos do Conselho foram esclarecidos. Passando ao quinto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou a Coordenadora de Planejamento que apresentou os Resultados do 1º trimestre de 2021 da execução do Planejamento Estratégico da AMAZUL - PEA 2020-2024. Em seguida, participou que cumprindo determinação estatutária, a Diretoria Executiva avalia a execução do PEA periodicamente, por meio de reuniões específicas intituladas Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE). Na sequência apresentou os resultados alcançados no 1º trimestre de 2021 observados nos indicadores que são acompanhados pelo CONSAD. O Conselheiro Campos sugeriu aumentar a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela AMAZUL, valendo-se de ferramentas postas hoje à disposição, como p.ex. Webinários, para divulgação à sociedade da importância da empresa. Ressaltou, ainda, a necessidade de implementar ações para desmistificar a utilização de energia nuclear, posto que há uma barreira natural da população brasileira por desconhecimento dos benefícios trazidos pelo emprego da energia nuclear. Os questionamentos foram esclarecidos. Passando ao sexto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas que realizou o treinamento dos administradores sobre Gestão do Conhecimento, com a participação dos membros do CONSAD, do Diretor de Administração e Finanças, do Diretor Técnico e do membro do Comitê de Auditoria. O Conselheiro Campos sugeriu estudo quanto à possibilidade de criação de um Centro de Instrução da AMAZUL, com a finalidade de reter e transmitir conhecimento na área de energia nuclear, a fim de minimizar ao máximo a perda dos conhecimentos já adquiridos nessa área sensível. Os Conselheiros discorreram sobre o tema e como aprimorá-lo na empresa. Neste momento o Conselheiro Marcos Pontes precisou se ausentar da reunião por motivo de compromissos institucionais. Palavra aberta aos Conselheiros: A Conselheira Priscila agradeceu a todos pela receptividade e estimou contribuir, por meio da perspectiva dos funcionários, para o progresso da empresa. O Conselheiro Guerreiro agradeceu a todos pela contribuição e que a Diretoria permanece alinhada às orientações do Conselho para aperfeiçoar os processos e controles e responder às demandas do Colegiado e aos órgãos de controle. O Conselheiro Campos agradeceu a recepção e manifestou sua satisfação em participar do Conselho e poder contribuir para que a AMAZUL e a Energia Nuclear, tenham seu lugar de destaque na sociedade. O Presidente agradeceu pela contribuição de todos na reunião, extremamente didática, que aprimorou o conhecimento de todos e salientou que a empresa e a Diretoria estão encarando os desafios, embora com recursos escassos, e aprimorando a Gestão e Governança, com foco no objeto da empresa. Concluídos os atos que compuseram a Ordem do Dia, a Presidência declarou encerrada a reunião do CONSAD, às 17h48min, referente ao mês de maio. Lavrei a presente Ata no Livro de Atas, a qual foi assinada por mim, na qualidade de Secretária, e pelos Conselheiros presentes. Esta Ata foi elaborada em quatro vias digitadas. São Paulo, SP.

MARCOS SAMPAIO OLSEN
Representante do Comando da Marinha
Presidente do Conselho

MARCOS CESAR PONTES
Representante do Ministério
da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO FRANCISCO CAMPOS
Representante do Comando da Marinha
Presidente
Substituto

ANTONIO CARLOS SOARES GUERREIRO
Diretor-Presidente

PRISCILA PALMA SANCHEZ
Representante dos empregados

DÉBORA ELIZE SANTOS
Secretária

# Ministério do Desenvolvimento Regional

## SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

### DIRETORIA COLEGIADA

**RESOLUÇÃO Nº 209, DE 8 DE JUNHO DE 2021**

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007 e o disposto no art. 7º, do anexo I, do Decreto nº 8.275 de 27 de junho de 2014 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, II e XIX e o Parágrafo Único do anexo I, do referido Decreto e o art. 10, II e XX do Regimento Interno da Sudam, e

Considerando os fatos e fundamentos constantes do Processo nº CUP: 59004.001692/2020-78 e contido no Despacho Simples DIRAD (SEI 0345208), resolve:

Art. 1º - Alterar o Regimento Interno da Sudam, aprovado pela nº 70, de 08 de maio de 2017, cujos artigos passam à vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Artigo 27:

"Art. 27 - À Divisão de Atividades Correcionais - DAC, como unidade integrante da estrutura organizacional da Diretoria de Adminsitração, compete:

executar as atividades relacionadas ao Sistema Nacional de Correição no âmbito da Sudam;

realizar a análise da admissibilidade das denúncias recebidas e do relatório final para subsidiar o julgamento;

promover ações destinadas à valorização e ao cumprimento de preceitos relativos à ética funcional e a conduta disciplinar dos servidores;

propor e elaborar normas dos procedimentos correcionais,

propor medidas de correção, apuração, prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos;

acompanhar o andamento dos trabalhos das Comissões Disciplinares;

elaborar relatórios anuais de gestão das atividades da unidade;

exercer outras competências que lhe forem atribuídas pela Diretoria Colegiada."

Art. 3º - Artigo 33:

"Art. 33. À Coordenação de Licitações e Contratos - CLC, como unidade integrante da estrutura organizacional da Diretoria de Administração, compete:

VII - elaborar o planejamento de compras, obras e serviços e acompanhar a sua execução.

VIII - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pela Diretoria Colegiada."

Art. 4º - Artigo 37:

"Art. 37. À Coordenação de Gestão Administrativa - CGA, como unidade integrante da estrutura organizacional da Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças, compete:

VIII - coordenar as atividades relacionadas a gestão de almoxarifado e patrimônio;

IX - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pela Diretoria Colegiada."

Art. 5º - Artigo 38:

"Art. 38. À Seção de Atividades Administrativas Auxiliares - SAD, como setor integrante da estutura organizacional da Coordenação de Gestão Administrativa, compete:

VI - executar as atividades relacionadas a gestão de almoxarifado e patrimônio;

VII - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pela Diretoria Colegiada."

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ CARVALHO DE AZEVEDO CARIOCA
Superintendente
Substituto

ROGÉRIO MATOS DOS SANTOS.
Diretor de Administração

RÓGER ARAÚJO CASTRO
Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos
e de Atração de Investimentos

## Ministério da Economia

### CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

2ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

**PAUTA DE JULGAMENTOS**

Pauta Ordinária de julgamentos dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente;

4) O julgamento do Processo nº 10630.720181/2014-35 (item 61) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 62. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 62, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10530.720144/2007-26 (item 63) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 64 e 65. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 64 e 65, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10120.728016/2016-43 (item 67) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 68 a 70. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 68 a 70, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

7) O julgamento do Processo nº 10166.726148/2015-23 (item 97) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 98. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 98, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 13 de Julho de 2021, ÀS 08:00 HORAS

TEMA 1: CS / Salário Indireto / Parcelas sobre Folha / Contribuinte Indivicual / Cessão de Mão de Obra / SAT / Terceiros / Obrigação Acessória / Outros
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
1 - Processo nº: 17883.000106/2010-06 - Recorrente: VIACAO SANTA LUZIA E TURISMO LTDA. - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 17883.000107/2010-42 - Recorrente: VIACAO SANTA LUZIA E TURISMO LTDA. - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 17883.000100/2010-21 - Recorrente: VIACAO SANTA LUZIA E TURISMO LTDA. - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 17883.000108/2010-97 - Recorrente: VIACAO SANTA LUZIA E TURISMO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 17883.000104/2010-17 - Recorrente: VIACAO SANTA LUZIA E TURISMO LTDA. - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 17883.000103/2010-64 - Recorrente: VIACAO SANTA LUZIA E TURISMO LTDA. - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 13009.000463/2007-18 - Recorrente: VIACAO SANTA LUZIA E TURISMO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 17883.000101/2010-75 - Recorrente: VIACAO SANTA LUZIA E TURISMO LTDA. - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
9 - Processo nº: 13840.000266/2007-97 - Recorrente: AF TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13840.000269/2007-21 - Recorrente: AF TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
11 - Processo nº: 23034.023859/99-08 - Recorrente: ESAB INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 15586.000374/2010-49 - Recorrente: PEDRO CANARIO PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10835.000161/2008-08 - Recorrente: SOL IND COM E DIS IMP EXP LTDA SUC ISAAC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10835.000422/2009-62 - Recorrente: SOL INDUSTRIA COMERCIO E DISTRIBUIDORA IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10835.000384/2009-48 - Recorrente: SOL INDUSTRIA COMERCIO E DISTRIBUIDORA IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
16 - Processo nº: 14485.000227/2007-49 - Recorrente: REDE DE ENSINO ARAUJO LIMA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
17 - Processo nº: 37213.000468/2007-93 - Recorrente: EJH ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 37213.000709/2007-02 - Recorrente: EJH ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 37213.000718/2007-95 - Recorrente: EJH ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 37213.000719/2007-30 - Recorrente: EJH ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 37213.000727/2007-86 - Recorrente: EJH ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 37213.000975/2007-27 - Recorrente: EJH ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 37213.001243/2008-35 - Recorrente: EJH ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 37213.001281/2008-98 - Recorrente: EJH ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: CS / Salário Indireto / Parcelas sobre Folha / Contribuinte Indivicual / Cessão de Mão de Obra / SAT / Terceiros / Obrigação Acessória / Outros
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
25 - Processo nº: 18471.002072/2008-76 - Recorrente: LTC - LIVROS TECNICOS E CIENTIFICOS EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 18471.002071/2008-21 - Recorrente: LTC - LIVROS TECNICOS E CIENTIFICOS EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 18471.002070/2008-87 - Recorrente: LTC - LIVROS TECNICOS E CIENTIFICOS EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 18471.002069/2008-52 - Recorrente: LTC - LIVROS TECNICOS E CIENTIFICOS EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
29 - Processo nº: 15983.000020/2008-05 - Recorrente: MIRAMAR EMPREENP IMOBILILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 15983.000021/2008-41 - Recorrente: MIRAMAR EMPREEND IMOBOLIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 16045.000345/2007-61 - Recorrente: CONFAB MONTAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 16045.000347/2007-51 - Recorrente: CONFAB MONTAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 12259.000747/2008-81 - Recorrente: FACA TURISMO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
34 - Processo nº: 36590.001208/2007-75 - Recorrente: GVA INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 36590.001238/2007-81 - Recorrente: GVA INDUSTRIA E COMERCIO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 36590.001239/2007-26 - Recorrente: GVA INDUSTRIA E COMERCIO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
37 - Processo nº: 17546.000374/2007-45 - Recorrente: IBCA IND METALURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 17546.000373/2007-09 - Recorrente: IBCA IND METALURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 13890.000560/2007-11 - Recorrente: LADAL PLASTICOS E EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13890.000561/2007-58 - Recorrente: LADAL PLASTICOS E EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
41 - Processo nº: 14485.001717/2007-62 - Recorrente: NALCO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 14485.001713/2007-84 - Recorrente: NALCO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
43 - Processo nº: 18186.000145/2007-20 - Recorrente: PLASMOTEC PLASTICOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Julho de 2021, ÀS 08:00 HORAS

TEMA 1: CS / Salário Indireto / Parcelas sobre Folha / Contribuinte Indivicual / Cessão de Mão de Obra / SAT / Terceiros / Obrigação Acessória / Outros
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
44 - Processo nº: 37306.003144/2005-14 - Recorrentes: SECURIT S/A e FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 16095.000243/2008-31 - Recorrente: SECURIT S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
46 - Processo nº: 13857.000273/2010-13 - Recorrente: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS E AUT MUNIC DE S C e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
47 - Processo nº: 14479.000902/2007-19 - Recorrente: TRES EDITORIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
48 - Processo nº: 15504.003890/2008-73 - Recorrente: POTENCIAL SERVICOS GERAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 15504.003886/2008-13 - Recorrente: POTENCIAL SERVICOS GERAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10530.000077/2008-19 - Recorrente: HOSPITAL MATERNIDADE DE STO AMARO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10882.000594/2008-90 - Recorrente: DENYS BLINDER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10882.001447/2008-37 - Recorrente: DENYS BLINDER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10882.001448/2008-81 - Recorrente: DENYS BLINDER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
54 - Processo nº: 18108.000920/2007-70 - Recorrente: ECONOMUS INSTITUTO DE SEG SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10943.000245/2007-25 - Recorrente: BASF SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
56 - Processo nº: 13888.004191/2009-39 - Recorrente: ASSOCIACAO GUARDA MIRIM MUNICIPAL DE PIRACICABA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13888.004192/2009-83 - Recorrente: ASSOCIACAO GUARDA MIRIM MUNICIPAL DE PIRACICABA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13888.004193/2009-28 - Recorrente: ASSOCIACAO GUARDA MIRIM MUNICIPAL DE PIRACICABA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13888.004194/2009-72 - Recorrente: ASSOCIACAO GUARDA MIRIM MUNICIPAL DE PIRACICABA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 13888.004195/2009-17 - Recorrente: ASSOCIACAO GUARDA MIRIM MUNICIPAL DE PIRACICABA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: ITR - Glosa de área declarada / Valor da Terra Nua
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
61 - Processo nº: 10630.720181/2014-35 - Recorrente: ANTONIO DA COSTA TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
62 - Processo nº: 10630.720182/2014-80 - Recorrente: ANTONIO DA COSTA TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
63 - Processo nº: 10530.720144/2007-26 - Recorrente: FORMAP AGROPECUARIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
64 - Processo nº: 10530.720136/2007-80 - Recorrente: FORMAP AGROPECUARIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10530.720140/2007-48 - Recorrente: FORMAP AGROPECUARIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
66 - Processo nº: 13851.721521/2012-77 - Recorrente: NE AGRICOLA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10120.728016/2016-43 - Recorrente: COMAPI AGROPECUARIA S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
68 - Processo nº: 10120.720518/2017-15 - Recorrente: COMAPI AGROPECUARIA S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 10120.720519/2017-51 - Recorrente: COMAPI AGROPECUARIA S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10120.720520/2017-86 - Recorrente: COMAPI AGROPECUARIA S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
71 - Processo nº: 13161.721564/2015-73 - Recorrente: COMAPI AGROPECUARIA S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
72 - Processo nº: 10410.720112/2008-78 - Recorrente: COMPANHIA ACUCAREIRA CENTRAL SUMAUMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10410.720797/2009-33 - Recorrente: COMPANHIA ACUCAREIRA CENTRAL SUMAUMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: IRPF - Ajuste Anual / Omissão de Rendimentos / APD / Depósitos bancários de Origem não Comprovada / Glosa de deduções / Restituição / Ganho de Capital / Outros.
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
74 - Processo nº: 10120.728669/2011-18 - Recorrente: ALESSANDRA FARIA JUNQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
75 - Processo nº: 10580.726238/2011-08 - Recorrente: ANGELO MARIO CORONEL DE AZEVEDO MARTINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10680.014920/2008-12 - Recorrente: CHAIM FRUCHTENGARTEN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10320.004173/2010-18 - Recorrente: FABIANO DE PAULA ALVES E SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
78 - Processo nº: 10120.721295/2012-91 - Recorrente: JOSE ALBERTONI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
79 - Processo nº: 11020.007065/2008-20 - Recorrente: JOSE BAVARESCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 13411.720085/2008-11 - Recorrente: LAURO JOSE VIANA COELHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
81 - Processo nº: 10437.721527/2017-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MARIA DAS GRACAS SIQUEIRA HANSEN

DIA 15 de Julho de 2021, ÀS 08:00 HORAS

TEMA 3: IRPF - Ajuste Anual / Omissão de Rendimentos / APD / Depósitos bancários de Origem não Comprovada / Glosa de deduções / Restituição / Ganho de Capital / Outros.
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
82 - Processo nº: 19515.002381/2010-70 - Recorrente: VICTOR SIAULYS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 15540.000223/2010-17 - Recorrente: PAULO CESAR DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
84 - Processo nº: 10970.000634/2010-29 - Recorrente: ILIAS ANTONIO DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
85 - Processo nº: 10240.720673/2011-71 - Recorrente: SEBASTIAO MARTINS DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
86 - Processo nº: 19647.008939/2007-20 - Recorrente: PEDRO ARFO PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
87 - Processo nº: 10380.012142/2006-40 - Recorrente: JOSE HUGO LACERDA MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
88 - Processo nº: 18471.000389/2006-14 - Recorrente: JORGE ARTUR STUDART WIEMER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 11610.000476/2011-40 - Recorrente: JUAREZ LOURENZ DE OLIVEIRA JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
90 - Processo nº: 19515.002546/2006-27 - Recorrente: KUN OH KIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
91 - Processo nº: 10540.001754/2009-70 - Recorrente: LUCIANO SANTANA BORGES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
92 - Processo nº: 13502.720097/2014-75 - Recorrente: PAULO SERGIO DE AZEVEDO LIBORIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
93 - Processo nº: 10166.724175/2013-08 - Recorrente: JAIRO SANTOS DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
94 - Processo nº: 10680.004081/2007-43 - Recorrente: GERALDO DARCY DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
95 - Processo nº: 10384.000015/2010-44 - Recorrente: CARLOS HENRIQUE DE ARAGAO NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10280.722333/2011-17 - Recorrente: ANTONIO CARLOS CORREIA DIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10166.726148/2015-23 - Recorrente: ANGELO MAGNO GARCIA LEAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10166.726147/2015-89 - Recorrente: ANGELO MAGNO GARCIA LEAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: IRPF - Ajuste Anual / Omissão de Rendimentos / APD / Depósitos bancários de Origem não Comprovada / Glosa de deduções / Restituição / Ganho de Capital / Outros.
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
99 - Processo nº: 11543.002523/2001-69 - Recorrente: LUIZ ANTONIO NICCHIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
100 - Processo nº: 10380.013096/2009-49 - Recorrente: NIVALDO PASSOS LUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
101 - Processo nº: 11040.722022/2017-21 - Recorrente: NILDA MARGARETE STANIESKI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 18186.720416/2018-10 - Recorrente: HELIO DE ATHAYDE VASONE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 18186.720412/2018-31 - Recorrente: HELIO DE ATHAYDE VASONE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
104 - Processo nº: 10768.007839/2005-73 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e HERALDO DA SILVA BRAGA
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
105 - Processo nº: 10680.720350/2019-56 - Recorrente: AMILAR CAMPOS OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 14112.720117/2015-45 - Recorrente: ANTONIO CARLOS DO AMARAL GONCALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 18186.722943/2011-92 - Recorrente: JOEL DE ANDRADE TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10825.722396/2017-56 - Recorrente: MARIA APPARECIDA SODRE DE MENEZES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 18186.726434/2018-13 - Recorrente: PEDRO FERRIOLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10480.722084/2019-52 - Recorrente: RENILDA DE ALBUQUERQUE SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10480.720015/2018-23 - Recorrente: RICARDO PESSOA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 18186.731368/2012-08 - Recorrente: SILVIO DE MELLO GOULART e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10872.720319/2017-04 - Recorrente: LUIZ PAULO NOGUEIRA DA GAMA VILHENA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara
da 2ª Seção do CARF

## 2ª TURMA ORDINÁRIA

**PAUTA DE JULGAMENTOS**

Pauta Ordinára de julgamentos dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.
OBSERVAÇÕES:
1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;
2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;
3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente;
4) O julgamento do Processo nº 10925.722389/2013-01 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 2. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 2, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e
5) O julgamento do Processo nº 13830.722677/2014-85 (item 3) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 4. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 4, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 13 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: ITR
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
1 - Processo nº: 10925.722389/2013-01 - Recorrente: GILMAR MENDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
2 - Processo nº: 10925.722390/2013-27 - Recorrente: GILMAR MENDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY
3 - Processo nº: 13830.722677/2014-85 - Recorrente: PARES FERREIRA POMPEU DE SOUSA BRASIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
4 - Processo nº: 13830.722676/2014-31 - Recorrente: PARES FERREIRA POMPEU DE SOUSA BRASIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
5 - Processo nº: 10467.720852/2011-54 - Recorrente: DESTILARIA BAIA FORMOSA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: IRPF
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
6 - Processo nº: 11020.003861/2009-74 - Recorrente: FRANCISCO RENAN ORONOZ PROENCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 11020.000654/2010-00 - Recorrente: FRANCISCO RENAN ORONOZ PROENCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
8 - Processo nº: 10920.720258/2012-40 - Recorrente: KATIA BAUM DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
9 - Processo nº: 13811.722458/2015-13 - Recorrente: SONIA FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13811.000146/2010-32 - Recorrente: SONIA FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 12448.733920/2011-07 - Recorrente: MARCO AURELIO MIGUEZ DE JESUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13819.722320/2014-55 - Recorrente: SONIA FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 15540.000458/2009-75 - Recorrente: ALCENIR DE AZEVEDO SOARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
14 - Processo nº: 10925.000260/2010-97 - Recorrente: ADEMIR PERONDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 11070.001827/2008-99 - Recorrente: LUIZ HIGINO ZANINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
16 - Processo nº: 16095.720120/2011-16 - Recorrente: SEVERO JOSE DA SILVA NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 19515.000611/2010-66 - Recorrente: BRIAN ZSELINSZKY HAIDER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 19515.000719/2010-59 - Recorrente: BRIAN ZSELINSZKY AHIDER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
19 - Processo nº: 14041.001407/2008-48 - Recorrente: REGINALDO BACCI ACUNHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Julho de 2021, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 3: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY
20 - Processo nº: 19515.004555/2009-03 - Recorrente: AGNELO PACHECO CRIACAO E PROPAGANDA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 19515.004560/2009-16 - Recorrente: AGNELO PACHECO CRIACAO E PROPAGANDA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 19515.004558/2009-39 - Recorrente: AGNELO PACHECO CRIACAO E PROPAGANDA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 16004.720195/2015-01 - Recorrente: AGNELO PACHECO CRIACAO E PROPAGANDA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 19515.004556/2009-40 - Recorrente: AGNELO PACHECO CRIACAO E PROPAGANDA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 19515.720447/2014-31 - Recorrente: AGNELO PACHECO CRIACAO E PROPAGANDA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 11030.001364/2008-31 - Recorrente: COMERCIO DE CEREAIS PLANALTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
27 - Processo nº: 10950.001171/2009-17 - Recorrente: SANATORIO MARINGA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10950.001173/2009-14 - Recorrente: SANATORIO MARINGA/PR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10950.001172/2009-61 - Recorrente: SANATORIO MARINGA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10640.720579/2019-67 - Recorrente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10970.720008/2013-03 - Recorrente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 15578.720237/2016-19 - Recorrente: VIGSERV SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Redator Ad Hoc: Martin da Silva Gesto
33 - Processo nº: 13603.721886/2014-95 - Recorrente: CEVA LOGISTICS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
34 - Processo nº: 11080.722597/2017-77 - Recorrente: AV MANUFACTURING INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS AUTOMOTIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
35 - Processo nº: 13973.000362/2011-14 - Recorrente: FRIGORIFICO DEMARCHI EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 13973.000361/2011-61 - Recorrente: FRIGORIFICO DEMARCHI EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10830.003240/2009-93 - Recorrente: FERNAO ORTIZ MONTEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
38 - Processo nº: 10670.721891/2013-25 - Recorrente: MUNICIPIO DE PIRAPORA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10670.721890/2013-81 - Recorrente: MUNICIPIO DE PIRAPORA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10670.721888/2013-10 - Recorrente: MUNICIPIO DE PIRAPORA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10670.720882/2014-06 - Recorrente: MUNICIPIO DE PIRAPORA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10670.720881/2014-53 - Recorrente: MUNICIPIO DE PIRAPORA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
43 - Processo nº: 11634.720741/2012-12 - Recorrente: FIACAO DE SEDA BRATAC S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 11634.720734/2012-11 - Recorrente: FIACAO DE SEDA BRATAC S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 11634.720738/2012-07 - Recorrente: FIACAO DE SEDA BRATAC S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 11634.720735/2012-65 - Recorrente: FIACAO DE SEDA BRATAC S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 11634.720737/2012-54 - Recorrente: FIACAO DE SEDA BRATAC S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 11634.720186/2017-33 - Recorrente: FIACAO DE SEDA BRATAC S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 11634.720739/2012-43 - Recorrente: FIACAO DE SEDA BRATAC S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
50 - Processo nº: 10120.002996/2009-21 - Recorrente: FRIGORIFICO FRIVA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 36278.000236/2007-18 - Recorrente: IBT IND. BRASILEIRA TELEVISORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 35011.000642/2007-49 - Recorrente: IBT IND. BRASILEIRA TELEVISORES S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 36278.000232/2007-30 - Recorrente: IBT INDUSTRIA BRASILEIRA DE TELEVISORES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Julho de 2021, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 4: IRPF
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
54 - Processo nº: 19515.001434/2010-35 - Recorrente: ABED MOHAMMED ALAWIE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10820.002318/2006-29 - Recorrente: JOSE MOLINA NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10970.000393/2009-84 - Recorrente: RINALDO ALBERTO LIBANORI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10480.723220/2010-93 - Recorrente: MARCELO JOSE PIMENTEL TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
58 - Processo nº: 13411.720080/2008-99 - Recorrente: RADEMAKER BRAZ DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 17698.720343/2011-57 - Recorrente: LUIZ DUARTE RIBEIRO DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 19515.000897/2004-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JERSE RODRIGUES DA SILVA
61 - Processo nº: 13864.720273/2011-17 - Recorrente: VANESSA MONTEIRO SCHREINER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 15504.726055/2011-19 - Recorrente: DIRCEU PINTO DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY
63 - Processo nº: 10580.724556/2010-45 - Recorrente: FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 19839.002406/2009-49 - Recorrente: GRANERO TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10830.011686/2008-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MABE CAMPINAS ELETRODOMESTICOS S/A
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
66 - Processo nº: 15586.720107/2012-53 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS MOVELAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 15586.720106/2012-17 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS MOVELAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 15586.720181/2016-01 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS MOVELAR LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 16682.721061/2013-45 - Recorrente: MRS LOGISTICA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13888.723196/2012-60 - Recorrente: SILVANA REGINA DE OLIVEIRA DORTA CARLINI - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13888.723195/2012-15 - Recorrente: SILVANA REGINA DE OLIVEIRA DORTA CARLINI EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 5: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
72 - Processo nº: 10820.004584/2008-58 - Recorrente: CHADE E CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10820.004588/2008-36 - Recorrente: CHADE E CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10820.004586/2008-47 - Recorrente: CHADE E CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10820.004583/2008-11 - Recorrente: CHADE E CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10820.004585/2008-01 - Recorrente: CHADE E CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
77 - Processo nº: 10120.006498/2007-96 - Recorrente: PRUMUS CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 11522.001497/2007-95 - Recorrente: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO-SEPLAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
79 - Processo nº: 10680.725328/2010-64 - Recorrente: VOX DO BRASIL PESQUISAS E PARTICIPACOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10680.725327/2010-10 - Recorrente: VOX DO BRASIL PESQUISAS E PARTICIPACOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10680.725326/2010-75 - Recorrente: VOX DO BRASIL PESQUISAS E PARTICIPACOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10680.725325/2010-21 - Recorrente: VOX DO BRASIL PESQUISAS E PARTICIPACOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 13210.000182/2007-70 - Recorrente: FRIGORIFICO GUZERA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
84 - Processo nº: 14485.001387/2007-13 - Recorrente: TELSUL SERVICOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Julho de 2021, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 5: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
85 - Processo nº: 14479.000278/2007-50 - Recorrente: SQG EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 14479.000280/2007-29 - Recorrente: SQG EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 14479.000275/2007-16 - Recorrente: SQG EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LT e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

RONNIE SOARES ANDERSON
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara
da 2ª Seção do CARF

## 3ª CÂMARA

## 1ª TURMA ORDINÁRIA

**PAUTA DE JULGAMENTOS**

Pauta Ordinária de julgamentos dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente;

4) O julgamento do Processo nº 10120.004677/2010-94 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 a 4. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 a 4, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10280.720435/2010-17 (item 58) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 59. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 59, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

6) O julgamento do Processo nº 10670.721776/2013-51 (item 61) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 62 a 64. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 62 a 64, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 13 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
1 - Processo nº: 10120.004677/2010-94 - Recorrente: UNIVERSO INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10120.004668/2010-01 - Recorrente: UNIVERSO INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10120.004678/2010-39 - Recorrente: UNIVERSO INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10120.004679/2010-83 - Recorrente: UNIVERSO INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
5 - Processo nº: 10980.725923/2011-04 - Recorrente: ADAO PAMPUCH e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
6 - Processo nº: 13827.000034/2009-79 - Recorrente: LA'BELLA COMERCIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 13827.000033/2009-24 - Recorrente: LA'BELLA COMERCIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 13827.000032/2009-80 - Recorrente: LA'BELLA COMERCIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 13827.000036/2009-68 - Recorrente: LA'BELLA COMERCIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13827.000035/2009-13 - Recorrente: LA'BELLA COMERCIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
11 - Processo nº: 10805.722308/2018-35 - Recorrente: GRUPO DE APOIO AO ADOLESCENTE E A CRIANCA COM C GRAACC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
12 - Processo nº: 13855.001887/2009-91 - Recorrente: FLORA NECTAR INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13855.001888/2009-35 - Recorrente: FLORA NECTAR INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
14 - Processo nº: 17460.000168/2007-85 - Recorrente: DISTRIB DE ALIMENTOS FRANCISCO IKEDA LTD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 15586.001681/2010-47 - Recorrente: J ZOUAIN E CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 15586.720864/2013-16 - Recorrente: J ZOUAIN E CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 18470.728040/2014-52 - Recorrente: VIMATLOG TRANSPORTES E LOGISTICA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
18 - Processo nº: 11971.720008/2007-18 - Recorrente: AUTO VIACAO SANTA CRUZ LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
19 - Processo nº: 18050.003441/2008-07 - Recorrente: UNIMED DE SALV COOP DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 18050.003442/2008-43 - Recorrente: UNIMED DE SALV COOP DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 18050.003443/2008-98 - Recorrente: UNIMED DE SALV COOP DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
22 - Processo nº: 19515.722123/2011-94 - Recorrente: ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 19515.722135/2011-19 - Recorrente: ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
24 - Processo nº: 18471.004247/2008-80 - Recorrente: FUNDACAO BENCAOS DO SENHOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 12898.000204/2008-38 - Recorrente: FUNDACAO BENCAOS DO SENHOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 12898.000202/2008-49 - Recorrente: FUNDACAO BENCAOS DO SENHOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 18471.004249/2008-79 - Recorrente: FUNDACAO BENCAOS DO SENHOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 18471.003452/2008-28 - Recorrente: FUNDACAO BENCAOS DO SENHOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 12898.000201/2008-02 - Recorrente: FUNDACAO BENCAOS DO SENHOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 18471.003459/2008-40 - Recorrente: FUNDACAO BENCAOS DO SENHOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 18471.003451/2008-83 - Recorrente: FUNDACAO BENCAOS DO SENHOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
32 - Processo nº: 19647.021112/2008-92 - Recorrente: PRIMEIRA IGREJA BATISTA DO RECIFE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 19647.021105/2008-91 - Recorrente: PRIMEIRA IGREJA BATISTA DO RECIFE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 19647.021106/2008-35 - Recorrente: PRIMEIRA IGREJA BATISTA DO RECIFE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 19647.021111/2008-48 - Recorrente: PRIMEIRA IGREJA BATISTA DO RECIFE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 19647.021108/2008-24 - Recorrente: PRIMEIRA IGREJA BATISTA DO RECIFE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
37 - Processo nº: 11634.000345/2008-99 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROTEC ASSESSORIA E CONSULTORIA S/S
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
38 - Processo nº: 14751.000405/2008-25 - Recorrente: INDUSTRIA DE CONFECCOES ROTA S LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 14751.000407/2008-14 - Recorrente: INDUSTRIA DE CONFECCOES ROTA S LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
40 - Processo nº: 16641.000025/2009-44 - Recorrente: PURO GRAO INDUSTRIA E COMERCIO DE ARROZ E SOJA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
41 - Processo nº: 15586.000087/2008-14 - Recorrente: CAPIXABA ELETRODOMESTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 15586.000084/2008-81 - Recorrente: CAPIXABA ELETRODOMESTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 15586.000083/2008-36 - Recorrente: CAPIXABA ELETRODOMESTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
44 - Processo nº: 15504.019917/2009-21 - Recorrente: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 15504.019918/2009-75 - Recorrente: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 15504.019914/2009-97 - Recorrente: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 15504.019908/2009-30 - Recorrente: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 15504.019916/2009-86 - Recorrente: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 15504.019911/2009-53 - Recorrente: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 15504.019912/2009-06 - Recorrente: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
51 - Processo nº: 15504.016642/2008-92 - Recorrente: MINAS GERAIS GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 15504.016643/2008-37 - Recorrente: MINAS GERAIS GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 15504.725978/2011-45 - Recorrente: MINAS GERAIS GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
54 - Processo nº: 23034.021090/2003-31 - Recorrente: SWEDISH MATCH DA AMAZONIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
55 - Processo nº: 10540.001146/2008-84 - Recorrente: EDMILSON CASTRO TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
56 - Processo nº: 15586.001162/2009-45 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
57 - Processo nº: 12269.000123/2008-44 - Recorrente: COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - CEEE-D e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
58 - Processo nº: 10280.720435/2010-17 - Recorrente: IEDA SANTANA FERNANDEZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
59 - Processo nº: 10280.720427/2010-62 - Recorrente: IEDA SANTANA FERNANDEZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
60 - Processo nº: 10280.720401/2007-19 - Recorrente: IEDA SANTANA FERNANDEZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10670.721776/2013-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MAURICIO BATISTA
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
62 - Processo nº: 10670.721777/2013-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MAURICIO BATISTA
63 - Processo nº: 13603.722993/2013-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RAFAEL MARCOS SOUZA CAMPOS
64 - Processo nº: 13603.722994/2013-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RAFAEL MARCOS SOUZA CAMPOS
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
65 - Processo nº: 10215.721080/2013-00 - Recorrente: JEANNE GESEL DISARZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10183.720427/2007-65 - Recorrente: MARILIA DA RIVA SOUSA PINTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
67 - Processo nº: 10245.720100/2008-01 - Recorrente: VAPTISTIS ANASTASE PAPOORTZIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
68 - Processo nº: 10540.721523/2013-62 - Recorrente: MINAS NORTE AGROINDUSTRIAL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10540.721524/2013-15 - Recorrente: MINAS NORTE AGROINDUSTRIAL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10540.721525/2013-51 - Recorrente: MINAS NORTE AGROINDUSTRIAL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
71 - Processo nº: 10830.724225/2013-69 - Recorrente: MRPL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
72 - Processo nº: 10120.729471/2013-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LUIZ OTAVIO ANDRADE DE OLIVEIRA
73 - Processo nº: 18471.720056/2008-69 - Recorrente: CLUBE DE ENGENHARIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10530.720152/2007-72 - Recorrente: STELIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10183.005045/2008-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GASPARINI ANSOLINI MINOSSO E OUTROS
76 - Processo nº: 10215.721081/2013-46 - Recorrente: HILDA MARIA BADOTTI DISARZS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10140.720014/2009-49 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e JOAO ADALBERTO AYUB FERRAZ
78 - Processo nº: 10183.005856/2008-90 - Recorrente: JOARES ANTONIO SANTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
79 - Processo nº: 16511.720046/2013-41 - Recorrente: EDNA DO CARMO RODRIGUES PUCCI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 13984.000445/2010-95 - Recorrente: EDNA DO CARMO RODRIGUES PUCCI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13984.000444/2010-41 - Recorrente: EDNA DO CARMO RODRIGUES PUCCI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 13984.000242/2009-65 - Recorrente: EDNA DO CARMO RODRIGUES PUCCI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
83 - Processo nº: 18365.721055/2014-97 - Recorrente: DEOCLECIO RIBEIRO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
84 - Processo nº: 18088.720381/2011-51 - Recorrente: PAULO HENRIQUE JURISATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 18088.720172/2011-15 - Recorrente: PAULO HENRIQUE JURISATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA
Relator(a): WESLEY ROCHA
86 - Processo nº: 19515.001225/2009-58 - Recorrente: ALBERTO ROSO PASCUET e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10830.720687/2011-45 - Recorrente: CARMEN SILVIA GONCALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
88 - Processo nº: 15758.000098/2010-08 - Recorrente: DIRCEU GUERTAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
89 - Processo nº: 10580.725149/2011-36 - Recorrente: JOAO FERREIRA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10384.720527/2010-21 - Recorrente: JOSE WAGNER BONA MORAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
91 - Processo nº: 19515.002894/2007-85 - Recorrente: CELSO SANTOS FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
92 - Processo nº: 19515.000969/2008-74 - Recorrente: MARIA DA CONCEICAO BARRETO PISTILI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
93 - Processo nº: 19515.006206/2009-18 - Recorrente: MARCIA NASCIMENTO DE TOLOSA ADORNO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 15540.000297/2010-53 - Recorrente: SANDRO JANNUZZI E FARIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
95 - Processo nº: 19515.003286/2007-98 - Recorrente: SEBASTIAO BIMBATI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
96 - Processo nº: 10280.722231/2011-93 - Recorrente: VILMAR CRUSARO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
97 - Processo nº: 10675.001819/93-04 - Recorrente: ALCIDES RIBEIRO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
98 - Processo nº: 10680.723486/2011-61 - Recorrente: MARIA MIRTES LEOPOLDINO ALVIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 13896.721169/2011-72 - Recorrente: NELSON LOMBARDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 18186.723986/2019-42 - Recorrente: JOSE EDUARDO VIEIRA MEDRADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 15586.720496/2012-17 - Recorrente: LUCILEIA MARIA UNEIDA ZANON e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
102 - Processo nº: 10680.011534/2008-79 - Recorrente: MARCO ANTONIO FERREIRA LOPES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10680.722222/2014-32 - Recorrente: MARCO ANTONIO FERREIRA LOPES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10680.724918/2010-70 - Recorrente: MARCO ANTONIO FERREIRA LOPES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
105 - Processo nº: 19515.002534/2008-64 - Recorrente: AGENOR LUZ MOREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
106 - Processo nº: 10680.006102/2008-46 - Recorrente: ROGERIO LOPES FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10680.722079/2014-89 - Recorrente: ROGERIO LOPES FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10680.724917/2010-25 - Recorrente: ROGERIO LOPES FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara
da 2ª Seção do CARF

## 4ª CÂMARA
## 1ª TURMA ORDINÁRIA

**PAUTA DE JULGAMENTOS**

Pauta Ordinária de julgamentos dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente; e

4) O julgamento do Processo nº 10945.720898/2011-91 (item 96) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 97. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 97, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 13 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS/DEPÓSITOS BANCÁRIOS
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
1 - Processo nº: 18471.003904/2008-71 - Recorrente: JOSE SERGIO MARTINS ALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 15540.000291/2010-86 - Recorrente: JOSE SERGIO MARTINS ALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 19515.004139/2007-35 - Recorrente: LORIEN PLANTULLO SAVIANO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
4 - Processo nº: 10980.015992/2007-11 - Recorrente: ANGELO ALBERTO BATISTELA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10830.003876/2009-35 - Recorrente: ANTONIO HONORATO BERGAMO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10410.000889/2004-99 - Recorrente: CLAUDIO GONZAGA BENTES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
7 - Processo nº: 13864.000047/2011-16 - Recorrente: IVAN DALTON LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 15504.017878/2009-27 - Recorrente: JOSE LUIZ LOPES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 19515.003503/2007-40 - Recorrente: LUCILA TRAJANO TELLES ELIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
10 - Processo nº: 10183.721731/2011-14 - Recorrente: JOSE FIRMINO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
11 - Processo nº: 13884.003928/2004-21 - Recorrente: ROGERIO FERRAZ DE CAMARGO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
12 - Processo nº: 11516.007713/2008-76 - Recorrente: MARCO ANTONIO POVOA SPOSITO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 19515.722134/2011-74 - Recorrente: ROBSON LUIZ LOPES DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: IRPF - DIVERSOS
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
14 - Processo nº: 11060.002819/2009-60 - Recorrente: GERALDO LOPES DA SILVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 13433.000362/2004-94 - Recorrente: JURACI DE SOUSA REGO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
16 - Processo nº: 18186.728135/2016-43 - Recorrente: JUAN JORGE AUGUSTO LAHUSEN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 18186.006389/2007-16 - Recorrente: JUAN JORGE AUGUSTO LAHUSEN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10880.727620/2016-51 - Recorrente: JUAN JORGE AUGUSTO LAHUSEN e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: IRRF
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
19 - Processo nº: 16327.914067/2009-27 - Recorrente: BANCO CITIBANK S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: CS - DIVERSOS
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
20 - Processo nº: 10384.003025/2010-31 - Recorrente: CAMPINAS DO PIAUI PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10384.003026/2010-86 - Recorrente: CAMPINAS DO PIAUI PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10384.003027/2010-21 - Recorrente: CAMPINAS DO PIAUI PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10384.003028/2010-75 - Recorrente: CAMPINAS DO PIAUI PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10384.003030/2010-44 - Recorrente: CAMPINAS DO PIAUI PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10384.003031/2010-99 - Recorrente: CAMPINAS DO PIAUI PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10384.003032/2010-33 - Recorrente: CAMPINAS DO PIAUI PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10384.003033/2010-88 - Recorrente: CAMPINAS DO PIAUI PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
28 - Processo nº: 10865.003935/2008-97 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10865.003936/2008-31 - Recorrente: MUNICIPIO DE ARARAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10865.003937/2008-86 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10865.000544/2010-35 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10865.000546/2010-24 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10865.722621/2012-73 - Recorrente: MUNICIPIO DE ARARAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13971.000442/2008-86 - Recorrente: GTA - GESTAO AMBIENTAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
35 - Processo nº: 13963.001529/2009-51 - Recorrente: LAURO MULLER PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
36 - Processo nº: 10552.000496/2007-11 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessados: SINDICATO DOS ASSAL.ATIVOS, APOS.E PENS.NAS EMPR.GERAD.,OU TRANSM.,OU DISTR.,OU AFINS ENER.ELETR.NO RS. E ASSIT.FUN e FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 5: CS -ENTIDADE BENEFICENTE
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
37 - Processo nº: 15983.720634/2011-02 - Recorrente: ASSOCIACAO AMPARO AOS PRAIANOS DO GUARUJA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 19515.004686/2010-16 - Recorrente: ASSOCIACAO PAULISTA DE CIRURGIOES DENTISTAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 19515.004688/2010-13 - Recorrente: ASSOCIACAO PAULISTA DE CIRURGIOES DENTISTAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 19515.004679/2010-14 - Recorrente: ASSOCIACAO PAULISTA DE CIRURGIOES DENTISTAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 19515.004681/2010-93 - Recorrente: ASSOCIACAO PAULISTA DE CIRURGIOES DENTISTAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
42 - Processo nº: 10665.002302/2008-18 - Recorrente: CONFRARIA N. S. DA PIEDADE DA PAROQUIA DE N. S. DA PIEDADE DE PARA DE MINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10665.002303/2008-62 - Recorrente: CONFRARIA N. S. DA PIEDADE DA PAROQUIA DE N. S. DA PIEDADE DE PARA DE MINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10665.002304/2008-15 - Recorrente: CONFRARIA N. S. DA PIEDADE DA PAROQUIA DE N. S. DA PIEDADE DE PARA DE MINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10665.002305/2008-51 - Recorrente: CONFRARIA N. S. DA PIEDADE DA PAROQUIA DE N. S. DA PIEDADE DE PARA DE MINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 15758.000009/2010-15 - Recorrente: FUNDACAO DO ABC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 15758.000010/2010-40 - Recorrente: FUNDACAO DO ABC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 17883.000411/2009-56 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL D ANDRE ARCOVERDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
49 - Processo nº: 10882.002981/2010-85 - Recorrente: REDE DE EDUCACAO ROSSELLO - REDUCAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10882.002983/2010-74 - Recorrente: REDE DE EDUCACAO ROSSELLO - REDUCAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: CS - CONSTRUÇÃO CIVIL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
51 - Processo nº: 15979.000296/2007-63 - Recorrente: VALDINEI LUZ GUIMARAES SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
52 - Processo nº: 10167.001225/2007-19 - Recorrente: OSVALDO PONTES DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: CS - DIVERSOS
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
53 - Processo nº: 10640.723724/2013-76 - Recorrente: ICOMVEP COMERCIO NO RAMO DE CALCADOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10640.723715/2013-85 - Recorrente: ICOMVEP COMERCIO NO RAMO DE CALCADOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10640.723773/2013-17 - Recorrente: ICOMVEP COMERCIO NO RAMO DE CALCADOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10640.723725/2013-11 - Recorrente: ICOMVEP COMERCIO NO RAMO DE CALCADOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
57 - Processo nº: 14041.000041/2009-71 - Recorrente: ANTARES ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 14041.000043/2009-60 - Recorrente: ANTARES ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 14041.000042/2009-15 - Recorrente: ANTARES ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 14041.000044/2009-12 - Recorrente: ANTARES ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 14041.000047/2009-48 - Recorrente: ANTARES ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 14041.000046/2009-01 - Recorrente: ANTARES ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 14041.000045/2009-59 - Recorrente: ANTARES ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 14041.000048/2009-92 - Recorrente: ANTARES ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
65 - Processo nº: 15504.017600/2008-79 - Recorrente: TABOCAS PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 15504.017599/2008-82 - Recorrente: TABOCAS PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 15504.017601/2008-13 - Recorrente: TABOCAS PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 15504.017597/2008-93 - Recorrente: TABOCAS PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 15504.017598/2008-38 - Recorrente: TABOCAS PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 15504.017596/2008-49 - Recorrente: TABOCAS PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10665.720492/2017-40 - Recorrente: TABOCAS PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10665.720491/2017-03 - Recorrente: TABOCAS PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10665.720490/2017-51 - Recorrente: TABOCAS PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 8: CS - DIVERSOS
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
74 - Processo nº: 13888.003557/2010-96 - Recorrente: CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIARIOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 13888.003558/2010-31 - Recorrente: CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIARIOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13888.003559/2010-85 - Recorrente: CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIARIOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13888.003560/2010-18 - Recorrente: CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIARIOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13888.003807/2007-92 - Recorrente: CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIARIOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
79 - Processo nº: 13502.720087/2013-59 - Recorrente: COPENOR COMPANHIA PETROQUIMICA DO NORDESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 13502.001179/2009-50 - Recorrente: COPENOR COMP PETROQ DO NORDESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13502.001180/2009-84 - Recorrente: COPENOR COMP PETROQ DO NORDESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
82 - Processo nº: 11516.000129/2009-71 - Recorrente: COLEGIO BEIRAMAR LTDA. EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 11516.000128/2009-26 - Recorrente: COLEGIO BEIRAMAR LTDA. EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
84 - Processo nº: 10680.721322/2010-18 - Recorrente: MADSON ELETROMETALURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 15504.000260/2007-66 - Recorrente: MADSON ELETROMETALURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
86 - Processo nº: 10976.000158/2009-52 - Recorrente: TURILESSA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 18471.004353/2008-63 - Recorrente: ECOR ECOCARDIOGRAFIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 35204.000151/2006-50 - Recorrente: OK IMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 9: CS - DIVERSOS
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
89 - Processo nº: 35564.006641/2006-71 - Recorrente: ALITER CONSTRUCOES E SANEAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
90 - Processo nº: 12268.000072/2007-80 - Recorrente: IMPORTADORA DE FRUTAS LA VIOLETERA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 12268.000071/2007-35 - Recorrente: IMPORTADORA DE FRUTAS LA VIOLETERA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 12268.000101/2009-75 - Recorrente: IMPORTADORA DE FRUTAS LA VIOLETERA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
93 - Processo nº: 11330.000021/2007-94 - Recorrente: PROL STAFF LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
94 - Processo nº: 15586.000103/2010-93 - Recorrente: MULTLIMPE CONSERVADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 15586.000102/2010-49 - Recorrente: MULTLIMPE CONSERVADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: ITR - DIVERSOS
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
96 - Processo nº: 10945.720898/2011-91 - Recorrente: IRICA SCHRANCK KAEFER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
97 - Processo nº: 10945.720901/2011-76 - Recorrente: IRICA SCHRANCK KAEFER e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MIRIAM DENISE XAVIER
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara
da 2ª Seção do CARF

## 2ª TURMA ORDINÁRIA

### PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 12 a 16/07/2021.

Pauta Ordinária (de 13 a 15/07/2021) e Extraordinária (dias 12 e 16/07/2021) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente;

4) O julgamento do Processo nº 10630.001245/2007-76 (item 137) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 138 a 140. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 138 a 140, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 13925.720359/2015-10 (item 198) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 199 a 203. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 199 a 203, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

6) O julgamento do Processo nº 10384.722336/2014-27 (item 204) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 205. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 205, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 12 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Redator(a) AD HOC: DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
1 - Processo nº: 17460.000825/2007-94 - Recorrente: SHOJE YAMAMOTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
2 - Processo nº: 36802.000073/2007-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSTRUTORA IRMAOS LORENZETTI LTDA
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
3 - Processo nº: 10280.722363/2010-34 - Recorrente: CARLOS FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
4 - Processo nº: 11080.724377/2017-88 - Recorrente: MARGARETH RUCKS DREBES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Redator(a) AD HOC: DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
5 - Processo nº: 10803.000025/2008-87 - Recorrente: MARIA DE LOURDES MOREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
6 - Processo nº: 10140.720201/2010-66 - Recorrente: LILIAN RESENDE MILAGRES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
7 - Processo nº: 18470.731172/2012-08 - Recorrente: PATRIMOVEL CONSULTORIA IMOBILIARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 18470.731175/2012-33 - Recorrente: PATRIMOVEL CONSULTORIA IMOBILIARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 18470.731173/2012-44 - Recorrente: PATRIMOVEL CONSULTORIA IMOBILIARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
10 - Processo nº: 13888.000595/2009-53 - Recorrente: CERQUILHO CAMARA MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13888.000594/2009-17 - Recorrente: CERQUILHO CAMARA MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
12 - Processo nº: 10950.726360/2012-00 - Recorrente: M. S. GUAIUME - SEGURANCA MONITORADA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10950.726361/2012-46 - Recorrente: M. S. GUAIUME - SEGURANCA MONITORADA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
14 - Processo nº: 10920.003262/2010-88 - Recorrente: MADEIRAS ALTA BAVIERA LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10920.003264/2010-77 - Recorrente: MADEIRAS ALTA BAVIERA LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
16 - Processo nº: 10580.722024/2013-16 - Recorrente: MUNICIPIO DE CANDEIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 15540.000209/2008-07 - Recorrente: UNIMED ARARUAMA COOPERATIVA TRAB MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
18 - Processo nº: 12096.720511/2014-12 - Recorrente: CONSPEL-CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
19 - Processo nº: 35011.003796/2006-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ROTA CONSTRUCOES E PAVIMENTACAO LTDA
20 - Processo nº: 10510.003259/2007-91 - Recorrente: BOMFIM CARGAS E ENCOMENDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 13888.721270/2013-94 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
22 - Processo nº: 23034.000224/2005-42 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: AUTO OMNIBUS FLORAMAR LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
23 - Processo nº: 14098.000102/2007-82 - Recorrente: CURTUME UNIAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13873.000484/2009-14 - Recorrente: ANGUS BELA VISTA PECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 13873.000485/2009-51 - Recorrente: ANGUS BELA VISTA PECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
26 - Processo nº: 10923.720021/2017-43 - Recorrente: EUCATEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 11330.001258/2007-92 - Recorrente: RIO SUL LINHAS AEREAS EM REC.JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 11330.001263/2007-03 - Recorrente: RIO SUL LINHAS AEREAS EM REC.JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
29 - Processo nº: 19563.000137/2007-00 - Recorrente: TRANSPORTES OLIVEIRA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
30 - Processo nº: 18050.005465/2008-92 - Recorrente: CONTACTO S RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 13896.000570/2010-94 - Recorrente: CNB ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 13896.000529/2009-84 - Recorrente: PRODENT - ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
33 - Processo nº: 36266.001757/2004-89 - Recorrente: EMPRESA BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 11330.001255/2007-59 - Recorrente: SBIL SEG. BANCARIA E INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
35 - Processo nº: 10972.720059/2011-45 - Recorrente: SANTA ROSA DA SERRA PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10510.003146/2008-76 - Recorrente: USINA SAO JOSE DO PINHEIRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
37 - Processo nº: 15586.720187/2012-47 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO S.A. - EMBRAE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 15586.720186/2012-01 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO S.A. - EMBRAE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 37095.001427/2006-27 - Recorrente: EMPRESA JORNALISTICA PLANALTO MEDIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
40 - Processo nº: 15504.001155/2009-14 - Recorrente: TERRA DOCE COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 35196.003042/2006-31 - Recorrente: TRH SERVICOS E RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
42 - Processo nº: 10803.720135/2012-45 - Recorrente: LATINA ELETRODOMESTICOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
43 - Processo nº: 10980.004419/2009-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: A. B. L. ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA
44 - Processo nº: 10183.005174/2008-87 - Recorrente: COLNIZA COLONIZACAO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 11080.725118/2010-06 - Recorrente: VITOR PEREIRA AZEVEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
46 - Processo nº: 10820.720065/2010-55 - Recorrente: AGROPECUARIA JACAREZINHO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
47 - Processo nº: 11624.720074/2012-97 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: JOSE HAROLDO GLASER e FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 11624.720132/2011-00 - Recorrente: LEOPOLDINO DE ABREU NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 11624.720040/2013-83 - Recorrente: LEOPOLDINO DE ABREU NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
50 - Processo nº: 10730.724604/2012-04 - Recorrente: CORACI DE MELO VANNUTELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13955.000557/2009-50 - Recorrente: CLOVIS AMARAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
52 - Processo nº: 11610.010398/2006-24 - Recorrente: EDELCIO WAGNER BENASSI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10469.723067/2011-33 - Recorrente: DONATO APARECIDO DE AQUINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
54 - Processo nº: 19515.006014/2009-10 - Recorrente: FEDERICO SERRANO DOBLAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 15586.000081/2007-66 - Recorrente: FERNANDO BARBOSA TAVARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
56 - Processo nº: 10580.722802/2009-91 - Recorrente: JOACI FONSECA DE GOES FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 19515.721343/2011-09 - Recorrente: JADER FREIRE DE MEDEIROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
58 - Processo nº: 10320.004087/2010-13 - Recorrente: AQUILES FERREIRA GUIMARAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 15868.000214/2010-33 - Recorrente: OFELIA TORMIN ARANTES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
60 - Processo nº: 10665.720523/2011-77 - Recorrente: PEDRO PEREIRA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10980.720381/2012-56 - Recorrente: SERGIO PIRES CORDEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10783.720658/2011-96 - Recorrente: NILDA MARIA BARBOSA PECHINCHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
63 - Processo nº: 11020.001724/2009-03 - Recorrente: JOSE ANTONIO GHELLER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 11020.001723/2009-51 - Recorrente: JOSE DOMINGOS GHELLER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
65 - Processo nº: 10805.002723/2008-05 - Recorrente: JOSE DOMINGO MARENO RICCI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10680.016040/2005-38 - Recorrente: JOSE MOREIRA HORTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
67 - Processo nº: 10980.722142/2014-01 - Recorrente: IVONE MARIA CORREA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 15563.000247/2010-16 - Recorrente: JORGE HENRIQUE PIRES PAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
69 - Processo nº: 14098.000393/2009-71 - Recorrente: FRANCISCO CARLOS FERRES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13016.000251/2010-47 - Recorrente: GILBERTO LUIS ROA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
71 - Processo nº: 10480.720351/2012-81 - Recorrente: ARISTOFANES DE CASTRO SCHULER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10120.726889/2011-15 - Recorrente: DOMICIANO DORNELAS DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
73 - Processo nº: 13766.000658/2006-13 - Recorrente: CLEMENTE SARTORIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10940.001755/2007-40 - Recorrente: JOSE GILMAR MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
75 - Processo nº: 10880.721625/2010-84 - Recorrente: CESAR AUGUSTO SARAIVA PINTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 11041.000228/2006-33 - Recorrente: JOAO OLIVIER SALIBA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
77 - Processo nº: 13896.002870/2010-16 - Recorrente: CESAR PORTELA VILLAMARIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10920.002380/2010-79 - Recorrente: ALDO ANGELO GADOTTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13005.722718/2012-02 - Recorrente: ERCIO FUNCK e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
80 - Processo nº: 18470.722077/2011-24 - Recorrente: JACQUELINE MYARA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 11080.010253/2008-21 - Recorrente: JOAO CESAR JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
82 - Processo nº: 13135.000007/2009-94 - Recorrente: JOSE RODRIGUES NOGUEIRA NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 13135.000008/2009-39 - Recorrente: JOSE RODRIGUES NOGUEIRA NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
84 - Processo nº: 10707.001304/2007-75 - Recorrente: MESSIAS DA SILVA MARTINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10120.721489/2012-96 - Recorrentes: ROGERIO LUIS HOFFMANN e FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 13830.000327/2002-21 - Recorrente: TERUTOSHI HASHIMOTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
87 - Processo nº: 10480.722276/2011-10 - Recorrente: THALES MARCELO PINTO GONCALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10469.720879/2010-46 - Recorrente: ZILMA BEZERRA GOMES DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
89 - Processo nº: 10540.000558/2009-88 - Recorrente: BENTO FABIAO CHAVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 13609.001714/2010-18 - Recorrente: ILCEU DE JESUS CALDEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
91 - Processo nº: 10840.720957/2011-07 - Recorrente: EUCLIDES VIDOTTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10480.725278/2011-52 - Recorrente: FERNANDO DA SILVA BARACHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
93 - Processo nº: 19515.721002/2011-25 - Recorrente: WADYA DERANI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 15586.002304/2008-19 - Recorrente: WALTAIR MOTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
95 - Processo nº: 10315.720910/2011-83 - Recorrente: JOSE STENIO DE ARAUJO LUCENA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 19515.003022/2007-34 - Recorrente: LEOPOLDO POGGIO TORRES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
97 - Processo nº: 15540.000335/2009-34 - Recorrente: ANTONIO JOSE DE BARROS LIBANIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10215.720242/2010-31 - Recorrente: JOSE DAUTON MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
99 - Processo nº: 15504.012039/2009-12 - Recorrente: MARCIA GOMES NUNES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10680.005338/2008-65 - Recorrente: MARCIA GOMES NUNES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
101 - Processo nº: 11080.012097/2008-32 - Recorrente: LEA MARIA RAMOS DA ROSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10580.721293/2008-06 - Recorrente: PAULO ROBERTO CABRAL RIBEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10469.722285/2011-51 - Recorrente: NAIZA SANTOS DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
104 - Processo nº: 19647.015793/2007-79 - Recorrente: VALDEMARY BACELAR CHAVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10380.004686/2006-38 - Recorrente: RICARDO DE HOLANDA NEVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10830.008299/2008-97 - Recorrente: BERNARDETE ALMEIDA DA SILVA GORDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
107 - Processo nº: 12448.724654/2011-13 - Recorrente: PERCY CULLY DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 13855.000525/2011-05 - Recorrente: RICARDO VENDRAMINE CAETANO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10882.721820/2011-75 - Recorrente: SILVIA GUERHARD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
110 - Processo nº: 10840.720746/2009-41 - Recorrente: ALOISIO DE ALMEIDA PRADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 18471.002462/2008-46 - Recorrente: ESPOLIO DE JORGE SAID CURY e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
112 - Processo nº: 19515.001216/2005-33 - Recorrente: LINCOLN GARCIA PINHEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
113 - Processo nº: 10880.727013/2016-91 - Recorrente: MISAKO MATSUNAGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 12448.724097/2011-31 - Recorrente: RUBENS RAYMUNDO JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
115 - Processo nº: 19515.001563/2008-17 - Recorrente: EDSA SAMPAIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 12448.730658/2011-31 - Recorrente: MARIA JOSE DO NASCIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
117 - Processo nº: 17698.000176/2010-43 - Recorrente: FATHI YOUSEF BAKRI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 18471.001801/2008-77 - Recorrente: JOSE SOARES LEITE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
119 - Processo nº: 11543.002691/2008-21 - Recorrente: LACI CASOTTI FREGONASSI RIBEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 11610.006323/2007-20 - Recorrente: RENATO SCAFF e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10320.000788/2009-31 - Recorrente: SILVIA REGINA ALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
122 - Processo nº: 13706.000810/2005-83 - Recorrente: PAULO ROBERTO TESSAROLLO WINTER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
123 - Processo nº: 11610.006033/2009-48 - Recorrente: CLAUDIO JUCHEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10725.003067/2008-40 - Recorrente: JOSE RODRIGUES DO CARMO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
125 - Processo nº: 11610.007888/2009-96 - Recorrente: MARILENE CARNEVALLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10920.000098/2010-57 - Recorrente: SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
127 - Processo nº: 10980.008946/2009-28 - Recorrente: MARINO COMAZZI JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
128 - Processo nº: 12898.002136/2009-22 - Recorrente: ANGEL SAMPAYO ALVAREZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 11516.001135/2007-83 - Recorrente: REGINALDO DA SILVA HENRIQUE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
130 - Processo nº: 10640.720697/2010-37 - Recorrente: MARCIO MALAFAIA AREDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 11080.725985/2011-14 - Recorrente: MARCOS FERNANDES SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10670.001524/2010-69 - Recorrente: LUCIANO LOPES DE FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
133 - Processo nº: 19515.002577/2004-16 - Recorrente: FAUTO SOLANO PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 18471.001599/2006-11 - Recorrente: MARIA CHRISTINA PROCOPIO DE ABREU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 11634.001671/2010-38 - Recorrente: CARLOS ANTONIO DELIBERADOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
136 - Processo nº: 11543.001220/2004-71 - Recorrente: FLORIANO SCHUWANS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
137 - Processo nº: 10630.001245/2007-76 - Recorrente: HOSPITAL CESAR LEITE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
138 - Processo nº: 10630.001246/2007-11 - Recorrente: HOSPITAL CESAR LEITE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10630.001248/2007-18 - Recorrente: HOSPITAL CESAR LEITE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10630.001249/2007-54 - Recorrente: HOSPITAL CESAR LEITE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
141 - Processo nº: 15983.000075/2011-11 - Recorrente: CIRCULO DE AMIGOS DO MENOR PATRULHEIRO DE SANTOS CAMPS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 15983.000074/2011-68 - Recorrente: CIRCULO DE AMIGOS DO MENOR PATRULHEIRO DE SANTOS CAMPS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 15983.000069/2011-55 - Recorrente: CIRCULO DE AMIGOS DO MENOR PATRULHEIRO DE SANTOS CAMPS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 15983.000068/2011-19 - Recorrente: CIRCULO DE AMIGOS DO MENOR PATRULHEIRO DE SANTOS CAMPS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 15983.000067/2011-66 - Recorrente: CIRCULO DE AMIGOS DO MENOR PATRULHEIRO DE SANTOS CAMPS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 15983.000076/2011-57 - Recorrente: CENTRO DE APRENDIZAGEM E MOBILIZACAO PROFISSIONAL E SOCIAL - CAMPS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
147 - Processo nº: 13116.002042/2010-18 - Recorrente: ASSOCIACAO EDUCATIVA EVANGELICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
148 - Processo nº: 13602.000699/2009-17 - Recorrente: ASSOCIACAO CIVIL RELIGIOSA SAO FRANCISCO DE ASSIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 13602.000700/2009-11 - Recorrente: ASSOCIACAO CIVIL RELIGIOSA SAO FRANCISCO DE ASSIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 13602.000701/2009-58 - Recorrente: ASSOCIACAO CIVIL RELIGIOSA SAO FRANCISCO DE ASSIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 13602.000703/2009-47 - Recorrente: ASSOCIACAO CIVIL RELIGIOSA SAO FRANCISCO DE ASSIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 13602.000702/2009-01 - Recorrente: ASSOCIACAO CIVIL RELIGIOSA SAO FRANCISCO DE ASSIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
153 - Processo nº: 15521.000302/2009-12 - Recorrente: ASSOCIACAO MONSENHOR SEVERINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 15521.000300/2009-23 - Recorrente: ASSOCIACAO MONSENHOR SEVERINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
155 - Processo nº: 16004.001444/2008-28 - Recorrente: FRIVERDE INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 16004.001551/2008-56 - Recorrente: FRIVERDE INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 16004.001557/2008-23 - Recorrente: FRIVERDE INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 16004.001558/2008-78 - Recorrente: FRIVERDE INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 16004.001559/2008-12 - Recorrente: FRIVERDE INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 16004.001560/2008-47 - Recorrente: FRIVERDE INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 16004.001561/2008-91 - Recorrente: FRIVERDE INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 16004.001562/2008-36 - Recorrente: FRIVERDE INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 16004.001563/2008-81 - Recorrente: FRIVERDE INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 16004.001564/2008-25 - Recorrente: FRIVERDE INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 16004.001565/2008-70 - Recorrente: FRIVERDE INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
166 - Processo nº: 19515.005292/2008-61 - Recorrente: ALLIANZ SAUDE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 19515.005293/2008-13 - Recorrente: ALLIANZ SAUDE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
168 - Processo nº: 10167.001245/2007-90 - Recorrente: V R C DISTRIBUIDORA DE PROD ALIMENTICIOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
169 - Processo nº: 13839.721700/2013-53 - Recorrente: FIDELITY PROCESSADORA E SERVICOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 13839.721701/2013-06 - Recorrente: FIDELITY PROCESSADORA E SERVICOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
171 - Processo nº: 10245.004749/2008-72 - Recorrente: FUNDACAO AJURI DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10245.004750/2008-05 - Recorrente: FUNDACAO AJURI DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 10245.720128/2011-35 - Recorrente: FUNDACAO AJURI DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 10245.004753/2008-31 - Recorrente: FUNDACAO AJURI DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
175 - Processo nº: 10480.007716/00-55 - Recorrente: JOSE MARIA GOMES BRANDAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 14367.000266/2008-73 - Recorrente: MATADOURO FRIGORIFICO DE MANAUS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
177 - Processo nº: 11070.001840/2008-48 - Recorrente: MUNICIPIO DE BRAGA PREFEITURA MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 11070.001843/2008-81 - Recorrente: MUNICIPIO DE BRAGA PREFEITURA MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 11070.001845/2008-71 - Recorrente: MUNICIPIO DE BRAGA PREFEITURA MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 11070.001841/2008-92 - Recorrente: MUNICIPIO DE BRAGA PREFEITURA MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
181 - Processo nº: 18471.004250/2008-01 - Recorrente: TNL PCS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 18471.004237/2008-44 - Recorrente: TNL PCS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 16682.720021/2014-67 - Recorrente: TNL PCS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 15504.732680/2013-53 - Recorrente: TNL PCS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 15504.732679/2013-29 - Recorrente: TNL PCS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
186 - Processo nº: 11080.724657/2012-81 - Recorrente: VONPAR REFRESCOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 10552.000444/2007-37 - Recorrente: VONPAR REFRESCOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 10552.000506/2007-19 - Recorrente: VONPAR REFRESCOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 10552.000527/2007-26 - Recorrente: VONPAR REFRESCOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 10552.000330/2007-97 - Recorrente: VONPAR REFRESCOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
191 - Processo nº: 11065.001679/2008-81 - Recorrente: PLASTICOS SCORPIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 11065.001678/2008-37 - Recorrente: PLASTICOS SCORPIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 11065.001677/2008-92 - Recorrente: PLASTICOS SCORPIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 11065.001676/2008-48 - Recorrente: PLASTICOS SCORPIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
195 - Processo nº: 10820.004360/2008-46 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: PIRAJUI CAMARA MUNICIPAL e FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 10820.004359/2008-11 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: PIRAJUI CAMARA MUNICIPAL e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
197 - Processo nº: 10935.001972/2008-90 - Recorrente: SANTA TEREZA DO OESTE CAMARA MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
198 - Processo nº: 13925.720359/2015-10 - Recorrente: UNIMAGEM SERVICOS DIAGNOSTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
199 - Processo nº: 13925.720360/2015-36 - Recorrente: LOTEAMENTO LAGO AZUL - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 13925.720361/2015-81 - Recorrente: LOJA SAVELLO - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 13925.720362/2015-25 - Recorrente: BOMBARDELLI ENGENHARIA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 13925.720450/2018-70 - Recorrente: BOMBARDELLI ENGENHARIA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 13925.720451/2018-14 - Recorrente: RR SANTOS ADMINISTRACAO DE BENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
204 - Processo nº: 10384.722336/2014-27 - Recorrente: MATHIAS OLYMPIO PIRES DE MELLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
205 - Processo nº: 10384.722337/2014-71 - Recorrente: MATHIAS OLYMPIO PIRES DE MELLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
206 - Processo nº: 13707.001266/2009-19 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: ARMANDO AFFONSO e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
207 - Processo nº: 13888.005241/2008-14 - Recorrente: SULPLAST FIBRA DE VIDRO TERMOPLASTICO LT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 13888.005242/2008-69 - Recorrente: SULPLAST FIBRA DE VIDRO E TERMOPLASTICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

209 - Processo nº: 13888.005243/2008-11 - Recorrente: SULPLAST FIBRA DE VIDRO TERMOPLASTICO LT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 13888.005244/2008-58 - Recorrente: SULPLAST FIBRA DE VIDRO TERMOPLASTICO LT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
211 - Processo nº: 10480.723788/2013-57 - Recorrente: AUTO NORTE DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 10980.722657/2012-31 - Recorrente: GUARATUBA PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
213 - Processo nº: 37170.000439/2006-94 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 37170.000433/2006-17 - Recorrente: CENTRAL ELETRICAS DO PARA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 10665.003423/2008-87 - Recorrente: CLZ COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
216 - Processo nº: 10640.720664/2015-00 - Recorrente: 3 D ADMINISTRADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 13805.002553/92-84 - Recorrente: AGIP DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 10580.005600/96-31 - Recorrente: CLAUDIONOR BARBOSA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
219 - Processo nº: 10384.723147/2012-18 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS MORADORES DA VARZEA DO CANTO E ADJACENCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 11624.720034/2013-26 - Recorrente: JORGE VALENTIM CAMILOTTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 11624.720226/2012-51 - Recorrente: TAKASHI YAMAUE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
222 - Processo nº: 10980.016185/2007-16 - Recorrente: PAULO ROBERTO SCHEIDEMANTEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 13005.000910/2008-50 - Recorrente: JAIR LOPES VICENTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 13971.003072/2010-53 - Recorrente: LEONEL OSVALDO BUTZKE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
225 - Processo nº: 11040.720035/2008-74 - Recorrente: ANTONIO ZELINDRO CARDOSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 13608.720156/2013-46 - Recorrente: MARIA DO CARMO RIBEIRO BELICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
227 - Processo nº: 15889.000688/2007-31 - Recorrente: EDUARDO ODILON FRANSCESCHI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 10630.720996/2009-57 - Recorrente: ELSON LIBORIO CAMARA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 17883.000125/2010-24 - Recorrente: RACHEL PEIXOTO DE CARVALHO FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
230 - Processo nº: 10803.000002/2007-91 - Recorrente: MARCELO LAHOZ VAGNER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
231 - Processo nº: 19515.001848/2009-21 - Recorrente: ANTONIO CARLOS DE CAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção do CARF

## CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

## 1ª TURMA

**PAUTA DE JULGAMENTOS**

Período da Reunião: de 12/07 a 15/07/2021.

Pauta Ordinária(de 13 a 15/07/2021) e Extraordinária (dia 12/07/2021) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

DIA 12 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS e PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
1 - Processo nº: 16561.720095/2013-99 - Recorrente: VEYANCE TECHNOLOGIES DO BRASIL PRODUTOS DE ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
2 - Processo nº: 10980.723835/2014-11 - Recorrente: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
3 - Processo nº: 10932.720084/2014-48 - Recorrente: ELEVADORES OTIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
4 - Processo nº: 15889.000242/2008-98 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA LUIZ ZILLO E SOBRINHOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
5 - Processo nº: 10530.728127/2012-02 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e JACUIPE VEICULOS LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
6 - Processo nº: 11080.017318/2002-73 - Recorrente: GOLDSZTEIN ADMINISTRACAO E INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
7 - Processo nº: 16561.000212/2008-37 - Recorrente: EVONIK BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: LUCROS AUFERIDOS NO EXTERIOR
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
8 - Processo nº: 16327.002142/2005-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ALFA PARTICIPACOES INTERNACIONAIS LTDA.
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
9 - Processo nº: 12448.738575/2011-90 - Recorrentes: HISPAMAR SATELITES S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
10 - Processo nº: 16643.720028/2013-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ALFA PARTICIPACOES INTERNACIONAIS LTDA.
TEMA 4: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
11 - Processo nº: 16327.001394/2009-17 - Recorrente: COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 16327.001710/2010-94 - Recorrente: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10480.732677/2015-01 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: PRELIMINAR/NULIDADE PROCESSUAL
14 - Processo nº: 19515.001226/2004-98 - Recorrente: GRUPO COMERCIAL DE CIMENTO PENHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 6: SUSPENSÃO DE ISENÇÃO/IMUNIDADE
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
15 - Processo nº: 13884.005054/2002-85 - Recorrente: FUNDACAO VALEPARAIBANA DE ENSINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
16 - Processo nº: 19515.004871/2003-81 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL SAO PAULO SESP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
17 - Processo nº: 19515.721059/2015-58 - Recorrente: MULTIGRAIN S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
18 - Processo nº: 16327.000920/00-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A
19 - Processo nº: 16327.720672/2012-34 - Recorrentes: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: CONHECIMENTO/PRECLUSÃO
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
20 - Processo nº: 10314.727784/2015-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: INTERNACIONAL DE TECIDOS LTDA
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
21 - Processo nº: 10640.003272/2007-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DROGARIA CARVALHO E CANAAN LTDA
TEMA 9: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
22 - Processo nº: 19515.003485/2007-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: INTERCONDORS EXPORT INDUSTRIAL LTDA

DIA 13 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 10: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
23 - Processo nº: 13116.721486/2011-29 - Recorrentes: LABORATORIO TEUTO BRASILEIRO S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
24 - Processo nº: 10280.722993/2009-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPAR COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES
TEMA 11: APURAÇÃO REFLEXA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
25 - Processo nº: 16561.720057/2012-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ALCATEIA SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
TEMA 12: APURAÇÃO INCORRETA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
26 - Processo nº: 11080.915327/2012-01 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
27 - Processo nº: 13027.000431/2004-51 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: ZAMBONATTO CONSTRUCOES LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
28 - Processo nº: 19515.722490/2012-79 - Recorrente: EDITORA ABRIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
TEMA 14: ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO
29 - Processo nº: 11080.009668/2004-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EPART ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
30 - Processo nº: 16641.000196/2010-15 - Recorrentes: SOCIEDADE EDUCACIONAL MARIO QUINTANA LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 15: PENALIDADES
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
31 - Processo nº: 10680.720586/2012-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRAFER INVESTIMENTOS S/A
32 - Processo nº: 13558.000979/2006-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LIBANO-ESTIVAS E CEREAIS LTDA
33 - Processo nº: 10909.003539/2009-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ADMINSTRADORA DE BINGOS CATARINENSE LTDA.
34 - Processo nº: 10469.720886/2010-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DASMIL CONSULTORIA EM ALIMENTOS LTDA.
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
35 - Processo nº: 15586.000035/2010-62 - Recorrente: CONSTRUTORA P. J. LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 19515.002574/2010-21 - Recorrente: MARISETE ESMERIA DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 11516.720524/2012-79 - Recorrente: TJ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 15540.000290/2010-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SAN FRANCISCO DE SAO GONCALO COMERCIO E INDUSTRIA DE PANIFICADOS LTDA
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
39 - Processo nº: 10665.000563/2009-84 - Recorrente: GLAUCIANE MARIA DE SOUSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13971.722241/2013-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: Z SECURITIZADORA S/A
41 - Processo nº: 19647.008791/2005-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SHOCK ENERGIA LTDA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
42 - Processo nº: 15504.100174/2009-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: V W J PROMOCOES E EVENTOS LTDA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
43 - Processo nº: 10650.720873/2012-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SWR INFORMATICA LTDA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
44 - Processo nº: 10600.720008/2013-11 - Recorrente: BANCO INTER S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
45 - Processo nº: 19515.003726/2008-98 - Recorrente: SAO PAULO TRANSPORTE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
46 - Processo nº: 16327.003166/2003-96 - Recorrentes: SG EQUIPMENT FINANCE S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL e FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 16: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
47 - Processo nº: 10670.721526/2011-59 - Recorrente: CASTRO CAMPOS E CUNHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
48 - Processo nº: 10665.000570/2009-86 - Recorrente: JAMIR DE SOUZA MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10665.000564/2009-29 - Recorrente: JAMIR DE SOUZA MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
50 - Processo nº: 19515.008127/2008-61 - Recorrente: MARINGA PASSAGENS E TURISMO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 17: Deduções/compensações em razão de retenções, antecipações e recolhimentos a maior do imposto
51 - Processo nº: 11080.007645/2006-41 - Recorrente: COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA DO SUL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 11080.007644/2006-04 - Recorrente: COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA DO SUL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 11080.007648/2006-84 - Recorrente: COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA DO SUL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 18: PER/DCOMP
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
54 - Processo nº: 11610.003086/2003-11 - Recorrentes: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO e FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 15374.901807/2008-56 - Recorrente: A IMPECAVEL ROUPAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
56 - Processo nº: 10840.901867/2013-79 - Recorrente: CERPA CENTRAL ENERGETICA RIO PARDO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 19679.000218/2005-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
58 - Processo nº: 13116.000750/2010-14 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13116.720115/2010-49 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Julho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 19: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
60 - Processo nº: 10980.725225/2017-96 - Recorrente: O. V. D. IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 20: CONHECIMENTO/EMBARGOS - CABIMENTO
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
61 - Processo nº: 16327.000260/2010-12 - Embargante: HDI SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 21: PRELIMINAR/CIÊNCIA/AUSÊNCIA
62 - Processo nº: 10935.721564/2015-87 - Recorrente: OPP INDUSTRIA TEXTIL LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Julho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 22: SOCIEDADE COOPERATIVA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
63 - Processo nº: 11020.003955/2002-77 - Recorrente: UNIMED ALTO DA SERRA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICO MEDICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 23: SIMPLES
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
64 - Processo nº: 10920.720099/2015-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SULSTORE COMERCIO ELETRONICO EIRELI
65 - Processo nº: 10530.721713/2014-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MMA ACESSORIOS E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

## CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

### RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 999, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Alterar a Resolução do CCFGTS nº 809, de 10 de maio de 2016, para os contratos que foram renegociados perante o FGTS.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando que os créditos na situação de aptos a novação, apresentam maior liquidez em relação aos demais créditos, uma vez que se encontram validados pela Administradora do FCVS, e auditados;

Considerando que a formalização de garantia suplementar de forma a atingir os 120% exigidos pela Resolução CCFGTS nº 809, de 10 de maio de 2016, incorre em custo adicional para os Agentes financeiros, além de demandar procedimentos como avaliação de bens, cotação de seguro de crédito, averbação de registro em cartório, entre outros, que ensejam em maior prazo para a formalização do contrato;

Considerando que o processo de novação dos créditos FCVS envolve vários órgãos da esfera federal que extrapola a alçada tanto do agente financeiro devedor quanto do Agente Operador do FGTS;

Considerando que a Resolução CCFCVS nº 447, de 11 de novembro de 2019, definiu critérios para o estabelecimento anual da ordem de prioridade para instrução de processos de novação, bem como a alocação de orçamento anual distribuído entre os grupos de instituições credoras, com limitação de valores;

Considerando os impactos econômico-financeiros decorrentes da eventual impossibilidade de conclusão dos processos de novação dos créditos do FCVS, oferecidos como garantia nos contratos de renegociação pelos agentes devedores; e

Considerando ainda que existe um risco iminente dos agentes não conseguirem cumprir com as obrigações pactuadas perante o FGTS, levando em conta a proximidade do término do prazo de carência e da iminente cobrança dos valores em parcela única, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução CCFGTS nº 809, de 10 de maio de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

(...)

§ 3º (...)

(...)

II - (...)

c) garantia de créditos perante o FCVS, equivalentes a no mínimo 100% (cem por cento) de créditos FCVS aptos a novação ou outras garantias a critério do Agente Operador dentre o rol de garantias aceitas pelo FGTS, desde que em montante mínimo de 120% (cento e vinte por cento) da dívida renegociada objeto da renegociação, inclusive créditos FCVS na situação de Relação de Contratos Validados (RCV).

(...)

§ 7º (...)

(...)

V - garantia de créditos perante o FCVS, equivalentes a no mínimo 100% (cem por cento) de créditos FCVS aptos a novação ou outras garantias a critério do Agente Operador dentre o rol de garantias aceitas pelo FGTS, desde que em montante mínimo de 120% (cento e vinte por cento) da dívida renegociada objeto da renegociação, inclusive créditos FCVS na situação de RCV.

(...)

§ 8º Consideram-se créditos aptos a novação, aqueles que cumpram os requisitos para novação perante o FCVS, na situação de RCV, homologados e auditados, inclusive o Valor de Avaliação de Financiamento (VAF) 3 e VAF 4."

Art. 2º Os Agentes que tiveram operações contratadas no âmbito da Resolução CCFGTS nº 809, de 2016, cujo período de carência tenha vencido, entre 4 de janeiro de 2021 e o início da vigência das condições desta resolução, terão o prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de vigência desta Resolução, para formalizarem solicitação de prorrogação de carência junto ao Agente Operador do FGTS.

Art. 3º Fica o Agente Operador do FGTS autorizado a expedir os atos complementares necessários ao cumprimento desta resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ONIVALDO DE OLIVEIRA SEGUNDO
Presidente do Conselho

### RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.000, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Aprova as Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório de Gestão do FGTS, referentes ao exercício de 2020.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 5° da Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990, e o inciso IV do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto n° 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando que o Relatório de Gestão, elaborado pelos representantes que participam da governança, gestão e operação do FGTS, encontra-se em conformidade com a Instrução Normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, a Decisão Normativa-TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020;

Considerando que o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou a publicação do Relatório de Gestão do FGTS até o dia 30 de junho de 2021; e

Considerando as Demonstrações Financeiras e Contábeis apresentadas no Parecer da PricewaterhouseCoopers, de 28 de junho de 2021;

Considerando a Resolução do Conselho de Fundos Governamentais e Loterias nº 461/2021, de 28 de junho de 2021, resolve:

Art. 1° Aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório de Gestão do FGTS, referentes ao exercício de 2020.

Parágrafo único - As Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório de Gestão do FGTS deverão ser disponibilizadas no sítio do FGTS (www.fgts.gov.br) na aba "Transparência e Prestação de Contas".

Art. 2° O Grupo de Apoio Permanente (GAP) deverá acompanhar o cumprimento das recomendações ou determinações feitas pelos órgãos de controle a partir de auditorias que vierem a ser efetuadas.

Art. 3º Fica declarada a revogação das seguintes Resoluções do Conselho Curador do FGTS:

I. Resolução nº 813, de 20 de julho de 2016;
II. Resolução nº 820, de 30 de agosto de 2016;
III. Resolução nº 864, de 25 de agosto de 2017; e
IV. Resolução nº 869, de 24 de outubro de 2017.

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ONIVALDO DE OLIVEIRA SEGUNDO
Presidente do Conselho

### RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.001, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Estabelece regra, excepcional e transitória, para os parcelamentos de débitos para com o FGTS em adequação ao disposto no parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória nº 1.046, de 27 de abril de 2021.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, na forma do inciso IX do art. 5ª da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e do inciso VIII do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando a necessidade de adequação das normas de parcelamento de débitos para com o FGTS ao parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória nº 1.046, de 27 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Estabelecer regra excepcional e transitória aplicável aos empregadores com parcelamentos de débitos para com o FGTS vigentes em 27 de abril de 2021.

Art. 2º As parcelas com vencimento entre os meses de abril e julho de 2021 eventualmente inadimplidas não implicarão na rescisão automática do parcelamento nos termos deste artigo.

§ 1º No caso de não quitação das parcelas previstas no caput, fica autorizada a reprogramação de vencimentos do fluxo de pagamentos remanescentes, de modo a acomodar sequencialmente as parcelas que permaneceram em aberto a partir do mês de agosto de 2021, independente de formalização de aditamento contratual.

§ 2º As parcelas não pagas integralmente que tiverem vencido ou vencerem, originalmente, nos meses de abril, maio, junho e julho de 2021, somente poderão ser consideradas inadimplidas, para fins de rescisão do parcelamento, a partir dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2021, respectivamente.

§ 3º O previsto nesse artigo não afasta a incidência da atualização e de todas as multas e demais encargos previstos na legislação.

§ 4º O previsto neste artigo não se aplica a débitos de FGTS de caráter rescisório, que deverão ser pagos na forma da Resolução CCFGTS nº 940, de 8 de outubro de 2019.

§ 5º Dentro do período previsto no caput, fica restrita a aplicação do inciso III e parágrafo único do art. 7º do Anexo I da Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, aos casos em que o trabalhador tiver direito à utilização de valores de sua conta vinculada de sua titularidade no FGTS, por motivo de rescisão do contrato de trabalho.

Art. 3º As condições previstas nessa Resolução, em nenhuma hipótese, serão cumulativas com as previstas pela Resolução CCFGTS nº 587, de 19 de dezembro de 2008.

Art. 4º O Agente Operador, com a anuência prévia da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), deverá regulamentar as disposições complementares referentes aos procedimentos operacionais para a execução dessa Resolução no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ONIVALDO DE OLIVEIRA SEGUNDO
Presidente do Conselho

## SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

### SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 63, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal, relacionadas à retomada da exigência do recadastramento anual de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis, de que trata a Portaria ME nº 244, de 15 de junho de 2020, e a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 45, de 15 de junho de 2020.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138, inciso I, alínea "g", e inciso II, do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e o art. 8º da Portaria nº 244, de 15 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal, relacionadas à retomada da exigência do recadastramento anual de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis, de que trata a Portaria ME nº 244, de 15 de junho de 2020, e a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 45, de 15 de junho de 2020.

Art. 2º A comprovação de vida para fins de recadastramento anual volta a ser obrigatória a partir de 1º de julho de 2021, observadas as normas, diretrizes e os procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa, na Portaria ME nº 244, de 2020, e na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 45, de 2020.

Art. 3º Os aniversariantes de janeiro de 2020 a junho de 2021 que não realizaram a comprovação de vida durante o período de suspensão deverão realizá-la até o dia 31 de julho de 2021, nos termos da Portaria ME nº 244, de 2020, e da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 45, de 2020.

§1º A comprovação de vida dos aniversariantes dos meses de janeiro a julho realizada no período de que trata o caput, regularizará os anos de 2020 e 2021, concomitantemente.

§2º A comprovação de vida dos aniversariantes dos meses de agosto e setembro regularizará o ano:

I - de 2020, se realizada até o prazo estabelecido no caput; e

II - de 2020 e 2021, se realizada no mês de aniversário.

§3º Os aniversariantes dos meses de outubro a dezembro deverão realizar a comprovação de vida referente ao ano:

I - de 2020, até o prazo estabelecido no caput; e

II - de 2021, a partir do primeiro dia do mês de aniversário.

Art. 4º Os beneficiários que não realizarem a comprovação de vida, nos termos do caput do art. 3º, serão notificados até o décimo dia do mês seguinte para realizá-la no prazo de trinta dias, contados do recebimento da notificação.

Parágrafo único. A notificação de que trata o caput poderá ocorrer por quaisquer meios de comunicação, desde que aptos a garantir a comprovação da ciência inequívoca do beneficiário ou de seu representante legal ou voluntário.

Art. 5º Transcorrido o prazo de noventa dias, contado a partir do primeiro dia do mês do prazo de que trata o caput do art. 3º, sem a realização da comprovação de vida, o pagamento do provento, pensão ou reparação econômica do beneficiário será suspenso na primeira folha de pagamento disponível para a inclusão, com publicação de edital de suspensão no Diário Oficial da União e abertura de processo administrativo individual com cópia do edital e do comprovante de notificação.

Parágrafo único. O restabelecimento do pagamento do provento, pensão ou reparação econômica fica condicionado à efetivação da comprovação de vida, na forma prevista na Portaria ME nº 244, de 2020, e na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 45, de 2020.

Art 6º Os beneficiários que tiveram a solicitação do restabelecimento de pagamento por meio do módulo de Requerimento do Sigepe, tipo de Documento "Restabelecimento de Pagamento - COVID19" deferida e ainda não realizaram a comprovação de vida deverão realizá-la nos prazos estabelecidos no Art. 3º, nos termos desta Instrução Normativa, da Portaria ME nº 244, de 2020, e da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 45, de 2020, para continuidade do pagamento de proventos e pensões e recebimento de eventuais retroativos.

Parágrafo único. O Requerimento do Sigepe, do tipo de Documento "Restabelecimento de Pagamento - COVID19" será desativado para este tipo de solicitação a partir de 1º de julho de 2021.

Art. 7º Os beneficiários com pagamentos de proventos, pensões ou reparações econômicas suspensos deverão realizar a comprovação de vida, nos termos da Portaria ME nº 244, de 2020, e da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 45, de 2020.

Art. 8º As visitas técnicas para fins de comprovação de vida deverão ser retomadas a partir de 1º de julho de 2021, observados as normas, diretrizes e os procedimentos estabelecidos na Portaria ME nº 244, de 2020, e na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 45, de 2020.

Parágrafo único. As visitas técnicas que não foram realizadas no período de janeiro de 2020 a junho de 2021, devido à suspensão da sua exigência, deverão ser executadas até 30 de setembro de 2021.

Art. 9º O beneficiário poderá consultar no aplicativo SouGov.br a situação da comprovação de vida, o prazo para a sua realização e obter as orientações para realizá-la por meio de aplicativo móvel, caso tenha biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

Art. 10. Fica revogada a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 53, de 20 de maio de 2021.

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de julho de 2021.

LEONARDO JOSÉ MATTOS SULTANI

## SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

### SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

### SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

#### PORTARIA SPU-RJ/ME Nº 7.462, DE 28 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 9, inciso I, da Portaria SPU n° 12.746, de 30 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 2018, Seção 01, página 104, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo nº 10154.137249/2019-98, resolve:

Art. 1º Autorizar a reversão à União do imóvel situado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob Contrato de Cessão a Título Precário firmado entre a União, representada à época pela Fazenda Federal dos Estados Unidos do Brasil, hoje pela Superintendência de Patrimônio da União, e a ASSOCIAÇÃO PRO MATRE , celebrado em 02 de dezembro de 1929, registrado à fl. 37v do Livro 276 do 10º Ofício de Notas, referente a imóvel da União composto de prédio e terreno situado à Av. Venezuela, 145 e 159, Rio de Janeiro/RJ, este registrado no 7º Registro de Imóveis sob a Matrícula nº 45.646.

Parágrafo único. A reversão de que trata o caput fundamenta-se decisão judicial proferida pela 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do processo de Reintegração / Manutenção de Posse nº 0124379-48.2017.4.02.5101/RJ.

Art. 2º A formalização da reversão dar-se-á pelo cancelamento do registro anterior, a ser requerida ao Oficial do Registro de Imóveis competente, e consequentemente a propriedade da União Federal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DA SILVA MEDEIROS

#### PORTTARIA SPU-RJ/ME Nº 7.463, DE 28 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 9, inciso I, da Portaria SPU n° 12.746, de 30 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 2018, Seção 01, página 104, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo nº 10154.137249/2019-98, resolve:

Art. 1º Autorizar a reversão à União do imóvel situado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob Doação Condicional e a Título Precário firmada entre a União, representada à época pela Fazenda Federal, hoje pela Superintendência de Patrimônio da União, e a ASSOCIAÇÃO PRO MATRE , celebrada em 09 de junho de 1933, registrada à fl. 47v do Livro 363 do 10º Ofício de Notas, referente a imóvel da União situado à Av. Venezuela, Quarteirão 06, Lotes 54, 53 e parte do Lote 52, Rio de Janeiro/RJ, estes registrados no 7º Registro de Imóveis sob a Matrícula nº 45.647.

Parágrafo único. A reversão de que trata o caput fundamenta-se decisão judicial proferida pela 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do processo de Reintegração/ Manutenção de Posse nº 0124379-48.2017.4.02.5101/RJ.

Art. 2º A formalização da reversão dar-se-á pelo cancelamento do registro anterior, a ser requerida ao Oficial do Registro de Imóveis competente, e consequentemente a propriedade da União Federal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DA SILVA MEDEIROS

#### PORTARIA SPU-RJ/ME Nº 7.464, DE 28 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 9, inciso I, da Portaria SPU n° 12.746, de 30 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 2018, Seção 01, página 104, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo nº 10154.137249/2019-98, resolve:

Art. 1º Autorizar a reversão à União do imóvel situado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob Contrato de Efetivação da Transferência Gratuita de Domínio Útil firmado entre a União e a ASSOCIAÇÃO PRO MATRE , em 15 de julho de 1942, lavrado às fls. 1v a 5 do Livro 5-T.A.D. do Serviço Regional da Diretoria do Domínio da União, referente a imóvel da União composto de terreno acrescido de marinha situado à Av. Venezuela, Lote 51 e parte do Lote 52, situados junto e antes do nº 153, Quadra 06, Rio de Janeiro/RJ, estes registrados no 4º Registro de Imóveis sob o Nº de Ordem 13.065.

Parágrafo único. A reversão de que trata o caput fundamenta-se decisão judicial proferida pela 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do processo de Reintegração / Manutenção de Posse nº 0124379-48.2017.4.02.5101/RJ.

Art. 2º A formalização da reversão dar-se-á pelo cancelamento do registro anterior, a ser requerida ao Oficial do Registro de Imóveis competente, e consequentemente a propriedade da União Federal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DA SILVA MEDEIROS

## SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

#### DESPACHO DE 16 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 17944.101892/2021-41

Interessado: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Assunto: Operação de emissão de títulos da dívida externa, por meio da emissão de um novo benchmark de 10 anos, com a possibilidade de reabertura do atual benchmark de 30 anos, o 4,750% Global 2050, no valor total de até US$ 3,5 bilhões (três bilhões e quinhentos milhões de dólares norte-americanos), no âmbito do Programa de Emissão de Títulos e Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional.

Despacho: Considerando os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento nas disposições do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, e da Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal, bem como a permissão contida na Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004 da mesma Casa Legislativa, certifico, no uso da competência que me confere o Art. 2º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, do Ministério da Economia, o cumprimento das condições necessárias à formalização dos instrumentos contratuais e à assinatura dos títulos, bem como dos demais documentos relacionados, observadas as formalidades de praxe.

BRUNO FUNCHAL
Secretário Especial

### SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

#### PORTARIA Nº 908, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Divulga a consolidação das contas públicas dos entes da Federação do exercício de 2020 conforme art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XV do art. 51 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e

Considerando o disposto no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), da Secretaria Especial da Fazenda do Ministério da Economia a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal; e

Considerando a competência do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal estabelecida no inciso VII do art. 18 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e no inciso XIII do art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009; resolve

Art. 1º Divulgar a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas públicas dos entes da Federação relativas ao exercício de 2020, conforme o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º A consolidação considera as contas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios encaminhadas à STN na forma e nos prazos estabelecidos pela Portaria STN nº 642, de 20 de setembro de 2019.

§ 2º A STN disponibilizará versão eletrônica do BSPN de que trata o art. 1º no seguinte endereço eletrônico: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-do-setor-publico-nacional-bspn

§ 3º A consolidação das contas públicas ora divulgada representa as contas da União, de 26 estados, do Distrito Federal e de 5.046 municípios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFERSON LUIS BITTENCOURT

ANEXO

Mensagem do Secretário do Tesouro Nacional

O Balanço do Setor Público Nacional (BSPN) é uma publicação anual que apresenta as contas consolidadas da Federação Brasileira. Congrega as contas de todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), incluindo também o Ministério Público e a Defensoria Pública, e contempla as esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal. É uma das poucas publicações no mundo que se propõe a realizar uma ampla consolidação de todas as esferas de governo de um país.

Prevista inicialmente no art. 51 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), a consolidação das contas públicas é realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional e publicada até o dia 30 de junho. Nesta edição, foram contemplados os dados enviados pela União, 26 estados, Distrito Federal e 5.046 municípios por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (Siconfi) até o dia 03 de junho de 2021. Esta ampla abrangência é muito significativa, principalmente em um contexto de pandemia global, no qual foi necessária toda uma readaptação nas condições de trabalho, ao mesmo tempo que a demanda por informações dos entes públicos aumentou consideravelmente. A Secretaria do Tesouro Nacional reconhece o empenho de todos os entes que encaminharam tempestivamente os seus dados.

Com base nas informações consolidadas desses entes da Federação, é possível conhecer melhor a situação patrimonial do setor público brasileiro, bem como os seus fluxos. Para o ano de 2020, destaca-se nos dados do BSPN os impactos extremamente relevantes para as finanças públicas decorrentes das ações de enfrentamento da pandemia da COVID-19. Isso fica claro quando se verifica principalmente o aumento dos gastos com assistência social e saúde, com consequente aumento do passivo da União.

Enfim, mais que uma saída da informação que instrumentaliza análises diversas acerca da consolidação do patrimônio e orçamento público, o BSPN se configura em ferramenta para apontar a direção dos ajustes que devem ser realizados, não apenas na contabilidade pública, para maior qualidade da informação, mas também na gestão pública, em busca do equilíbrio fiscal.

Esperamos que esta edição do BSPN proporcione informações úteis a todos os leitores, sejam da academia, dos órgãos de controle, dos governos, das instituições multilaterais e, sobretudo, da sociedade geral.

Atenciosamente,

JEFERSON LUIS BITTENCOURT

Secretário do Tesouro Nacional

Lista de Siglas e Abreviações

Bacen - Banco Central do Brasil
BGU - Balanço Geral da União
BP - Balanço Patrimonial
BSPN - Balanço do Setor Público Nacional
CCONF - Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CODIV - Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CP - Curto Prazo
DCA - Declaração das Contas Anuais
DCON - Demonstrações Contábeis Consolidadas da União
DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DF - Distrito Federal
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FMI - Fundo Monetário Internacional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipsas - International Public Sector Accounting Standards
Ipsasb - International Public Sector Accounting Standards Board
LP - Longo Prazo
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEFP - Manual de Estatísticas de Finanças Públicas
MEP - Método de Equivalência Patrimonial
MF - Ministério da Fazenda
MOG - Ministério do Orçamento e Gestão
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBC TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS - Orçamento Fiscal e Seguridade Social
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCE - Procedimentos Contábeis Específicos
PCO - Procedimentos Contábeis Orçamentários
PCP - Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PIPCP - Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PIS - Programa de Integração Social
PL - Patrimônio Líquido
PPP - Parceria Público-Privada
RGPS - Regime Geral de Previdência Social
RPPS - Regimes Próprios de Previdência Social
Siconfi - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SPIUnet - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUCON - Subsecretaria de Contabilidade Pública
VPA - Variação Patrimonial Aumentativa
VPD - Variação Patrimonial Diminutiva

Apresentação

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) apresenta a consolidação de contas públicas brasileiras por meio do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN), referente ao exercício financeiro de 2020.

Este documento apresenta uma visão geral da posição financeira da Federação, levando em conta informações de todos os entes que a compõem: União, estados e municípios. Esta publicação foi formulada com base nas melhores práticas internacionais e tem por objetivo aumentar a transparência das informações contábeis e financeiras, além de melhorar o processo de prestação de contas junto aos usuários dessas informações.

O BSPN também é a materialização de uma determinação legal: o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que seja realizada a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação. Para isso, os municípios e estados devem enviar à União, até 30 de abril e 31 de maio, respectivamente, suas contas do exercício anterior. A transmissão dessas informações acontece por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

O documento com os valores detalhados da consolidação das contas públicas está disponível no sítio do Tesouro Transparente: https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/balanco-do-setor-publico-nacional-bspn.

A estrutura do BSPN é composta por três grandes partes: i) parte geral; ii) informações patrimoniais; e iii) informações orçamentárias. A parte geral contempla os aspectos normativos e legais relacionados à publicação, seus objetivos, abrangência e competência para elaboração. As informações patrimoniais, compostas por demonstrativos contábeis elaborados em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), reflete os efeitos econômicos da gestão no patrimônio público, além de evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade. Por sua vez, as informações orçamentárias guardam relação com a previsão e execução do orçamento público, bem como a categorização das despesas conforme sua função.

O BSPN se encontra adequado aos principais dispositivs de padronização da informação contábil e orçamentária aplicadas à Federação Brasileira. Desse modo, as informações apresentadas seguem as orientações da 8ª edição do MCASP, válido para o exercício de 2020, bem como da Lei nº 4.320/64, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e Portaria MOG nº 42/1999. Observa, ainda, os padrões contábeis nacionais aplicados ao setor público editados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como os padrões de recebimento de dados estabelecidos no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

Visão Geral

O Balanço do Setor Público Nacional (BSPN) é uma publicação anual que apresenta as contas consolidadas da Federação Brasileira, conforme previsto no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF). Congrega as contas de todos os poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo também o Ministério Público e a Defensoria Pública, nas esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Os dados apresentados referem-se ao exercício de 2020 e contemplam 5.046 municípios, 26 estados, o Distrito Federal e a União, que encaminharam suas contas por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) até o dia 03 de junho de 2021.

Ao longo do tempo, a quantidade de entes que compuseram a consolidação aumentou consideravelmente e, desde 2017, alcançou patamares muito relevantes, aproximando-se cada vez mais da totalidade dos entes da federação brasileira. Em 2019, comparado aos anos anteriores, houve uma pequena queda na quantidade de municípios consolidados em virtude da pandemia de COVID-19. Já em 2020, a quantidade de entes na consolidação voltou a crescer e alcançar patamares pré-pandemia. Quando levados em consideração a cobertura populacional e do PIB dos municípios, verifica-se que os dados de 2020 representam uma parcela muito significativa dos municípios brasileiros.

Desde 2019, está disponível no Siconfi a geração automática do rascunho da Declaração de Contas Anuais (DCA) por meio do processamento da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) de encerramento que foi enviada pelos entes. Este procedimento traz um ganho de produtividade e de qualidade da informação muito importantes.

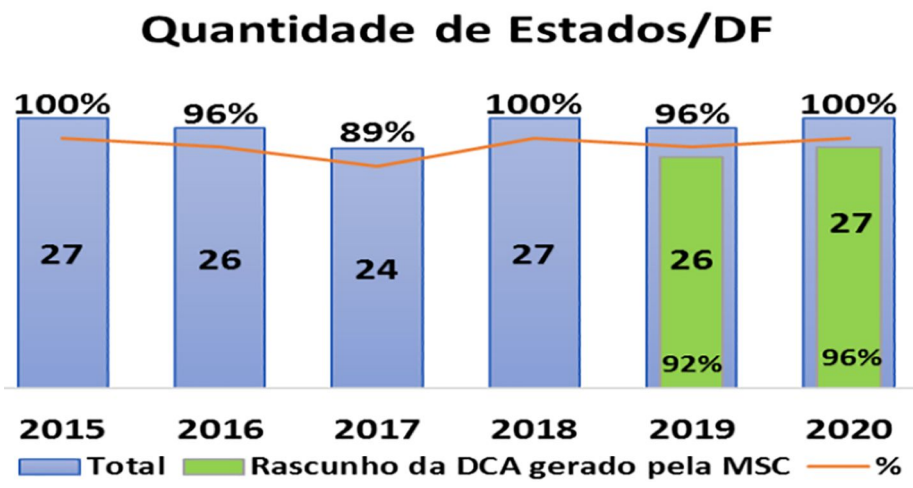



Gráfico 1 - Quantidade de Estados/DF que participaram da consolidação desde 2015.

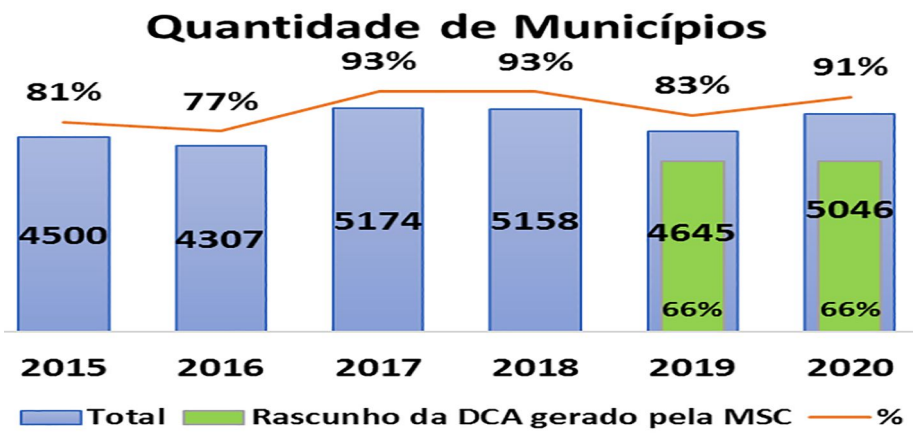



Gráfico 2 - Quantidade de municípios que participaram da consolidação desde 2015.

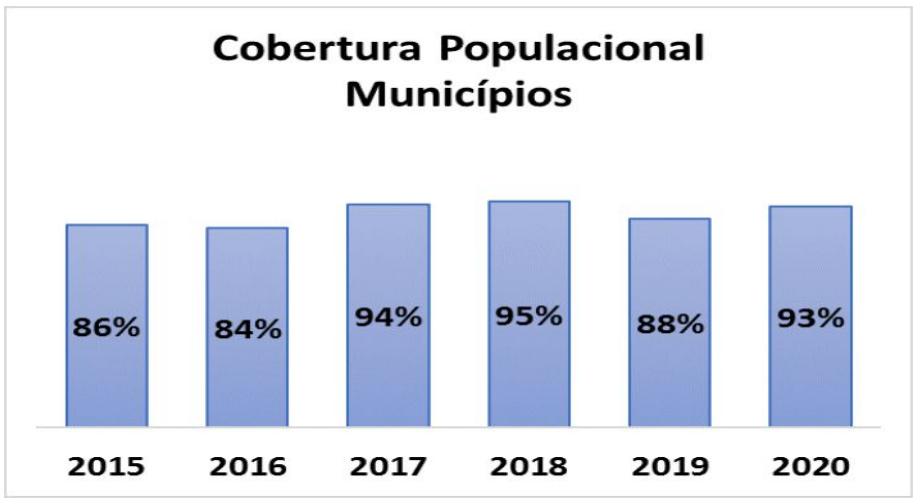



Gráfico 3 - Cobertura populacional dos municípios que entraram na consolidação desde 2015.

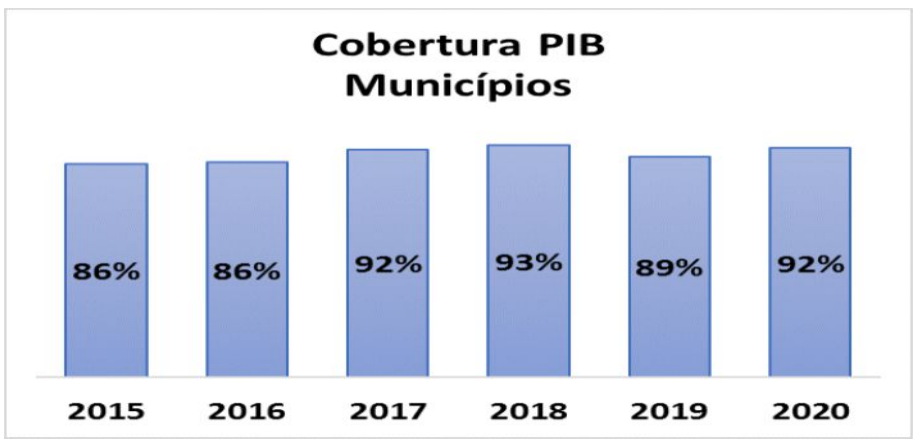



Gráfico 4 - Cobertura do PIB dos municípios que entraram na consolidação desde 2015

Processo de Consolidação e Evolução do BSPN ao longo do tempo

A consolidação das contas públicas acontece desde a publicação da LRF, em 2000. A consolidação em formato BSPN foi criada em 2010. Desde a primeira publicação, o BSPN sofre evoluções no sentido de acompanhar o processo de convergência do arcabouço normativo contábil brasileiro às Normas Internacionais de Contabilidade

Aplicadas ao Setor Público (Ipsas), além de evoluir nos detalhamentos e formato de disposição das informações.

Abaixo estão alguns fatos que tem contribuído nessa evolução:

Adoção do PCASP pelos entes da Federação. Além do benefício natural da padronização, com o mecanismo proposto, é possível a eliminação das transações recíprocas;

Maior maturidade contábil em decorrência do processo de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais, com foco no regime de competência;

Criação do Siconfi como ferramenta para recebimento das informações a serem consolidadas;

Implementação da geração automática do rascunho da DCA no Siconfi a partir da Matriz de Saldos Contábeis;

Aprimoramento dos sistemas informatizados dos entes da Federação.

Principais informações

Estes são alguns números macro que são apresentados ao longo do BSPN:

| Valores Patrimoniais Consolidados | | Valores Orçamentários Totais |
|---|---|---|
| Ativo Total: R$ 8.044 bilhões | Receitas por Competência: R$ 5.718 bilhões | Receitas Orçamentárias: R$ 5.398 bilhões |
| Passivo Total: R$ 13.359 bilhões | Despesas por Competência: R$ 6.093 bilhões | Despesas Orçamentárias: R$ 5.386 bilhões |
| Passivo a Descoberto: R$ - 5.315 bilhões | Déficit do Período: R$ - 375 bilhões | Superávit Orçamentário: R$ 12 bilhões |

Ativos e Passivos - BP

O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública em determinada data por meio de contas representativas do patrimônio público. O BSPN apresenta valores consolidados. Ou seja, encontra-se deduzido das transações recíprocas entre os entes consolidados.

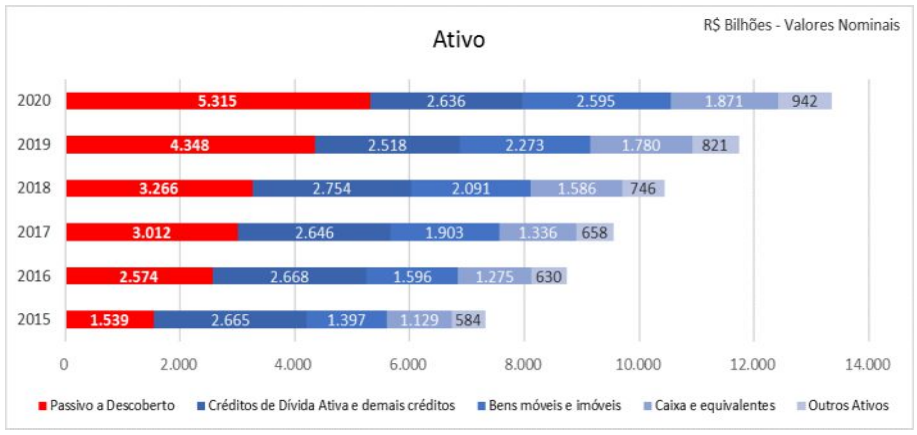



Gráfico 5 - Valor e Composição do Ativo, em bilhões, de 2015 a 2020.

O Ativo Total representa a soma de bens e direitos. Neste exercício, o saldo teve um aumento de 8,8% para R$ 8.044 bilhões (R$ 7.393 bilhões em 2019). O valor consolidado é composto da seguinte forma:

R$ 2.636 bilhões em Créditos de Dívida Ativa, tributária e não tributária, e demais créditos;

R$ 2.595 bilhões em bens móveis, p.ex.: veículos, e bens imóveis, p. ex.: terrenos, prédios e ativos de infraestrutura;

R$ 1.871 bilhões em caixa e equivalentes, abrangendo recursos da conta única dos Tesouros e outros depósitos bancários;

R$ 942 bilhões em participações em estatais e outros ativos.

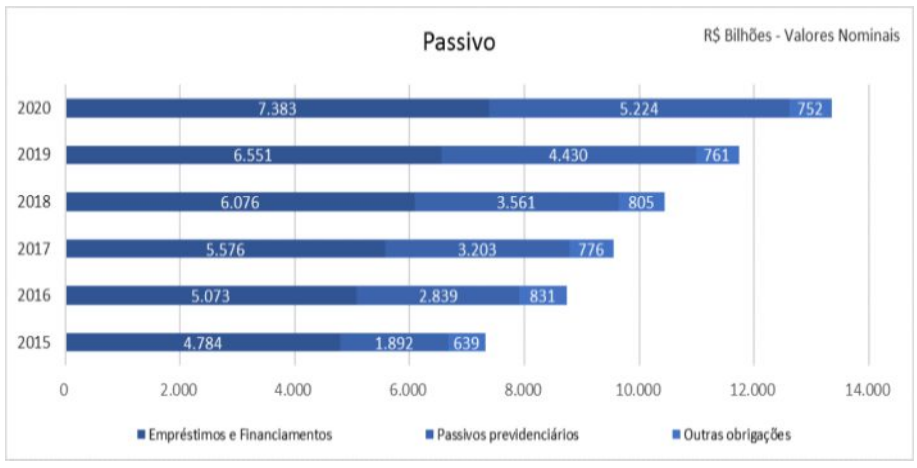



Gráfico 6 - Valor e Composição do Passivo, em bilhões, de 2015 a 2020.

O Passivo Total representa a soma das obrigações presentes. Neste exercício, o saldo teve um amento de 13,8% para R$ 13.359 bilhões (R$ 11.741 bilhões em 2019). O valor consolidado é composto da seguinte forma:

R$ 7.383 bilhões em financiamentos na forma de dívida pública mobiliária e contratual;

R$ 5.224 bilhões em passivos relacionados aos regimes previdenciários;

R$ 752 bilhões em outras obrigações.

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos dos entes públicos depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo negativo consolidado de R$ 5.315 bilhões é denominado Passivo a Descoberto. Nesse montante estão incluídos também o resultado do período e os ajustes da exclusão de saldos de transações recíprocas entre os entes da Federação.

Alinhando-se aos países que apresentam as melhores práticas em contabilidade pública como o Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e Canadá, a inversão do Patrimônio Líquido no BSPN reflete a principal atividade das entidades públicas: a prestação de serviços públicos à população (service oriented), ao contrário do que seria esperado em uma empresa, a qual visa principalmente o lucro (profit oriented). É natural que os Governos apresentem esse panorama contábil quando assumem compromissos que visem à sustentabilidade de políticas públicas, cuja capacidade para cumpri-los depende dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro.

Receitas e Despesas por competência - DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve evidenciar todos os itens de Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) reconhecidos no período contábil, bem como o resultado patrimonial do exercício. Receitas e despesas por competência são reconhecidas no período e que ocorre o fato gerador respectivo (e não necessariamente quando houver entrada ou saída de caixa, ou ainda, autorização orçamentária).

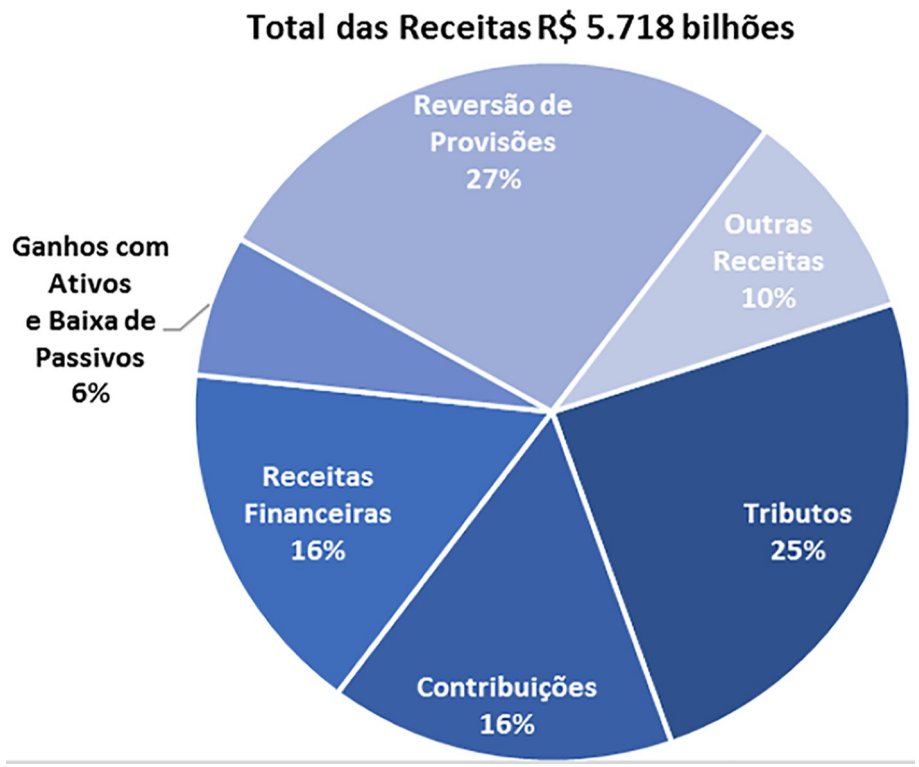



Gráfico 7 - Total e composição das Receitas por Competência Consolidadas, em bilhões

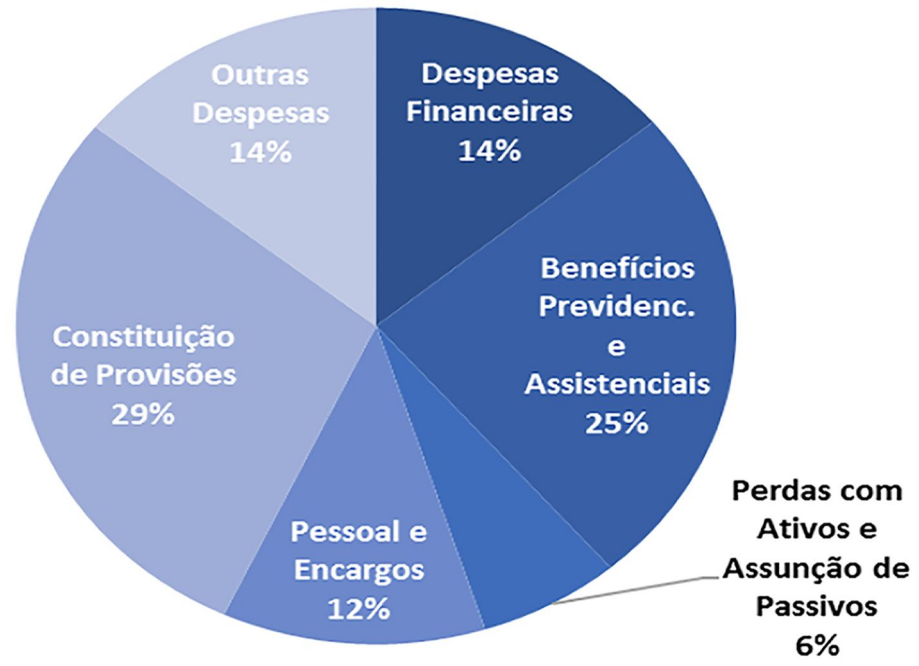



Gráfico 8 - Total e composição das Despesas por Competência Consolidadas, em bilhões.

As receitas por competência do Governo e das entidades do Setor Público são oriundas em grande parte de tributos e contribuições e são aplicadas em despesas financeiras e benefícios previdenciários e assistenciais. O déficit patrimonial consolidado deste exercício, representado pela diferença entre as receitas e despesas por competência, de R$ 374 bilhões, foi menor que o déficit consolidado registrado no exercício de 2019, R$ 464 bilhões.

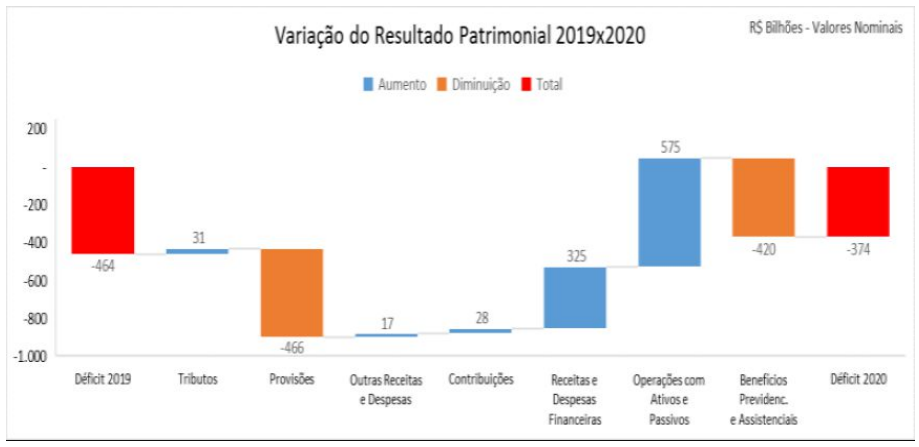



Gráfico 9 - Variação do Resultado Patrimonial Consolidado 2019 X 2020, em bilhões.

Como pode ser observado no gráfico, o déficit patrimonial consolidado diminuiu em 2020. Isso se deu principalmente devido a um aumento nos valores de operações com ativos e passivos, tais como: incorporação de ativos, desincorporação de passivos e reavaliações de ativos etc.; e a um aumento no valor líquido entre receitas e despesas financeiras, notadamente em razão do aumento das receitas financeiras auferidas. A redução do déficit só não foi mais significativa, principalmente, devido ao aumento expressivo de benefícios previdenciários e assistenciais, além de um aumento na constituição de provisões.

Destaques das Receitas e das Despesas por competência

Receitas por competência

**Composição das Receitas por Competência:**

- Tributos – abrangem impostos, taxas e contribuições de melhorias.
- Contribuições – abrangem contribuições sociais, econômicas, de iluminação pública e outras.
- Receitas financeiras – são compostas de juros e encargos de empréstimos concedidos, variações monetárias e outras.
- Ganhos com ativos e Baixa de passivos – compreendem reavaliação de ativos, ganhos com alienação, cancelamento de restos a pagar e outros.
- Reversão de Provisões – compreendem os ajustes positivos da atualização de provisões e perdas de créditos.
- Outras Receitas – são receitas não incluídas nos grupos anteriores.

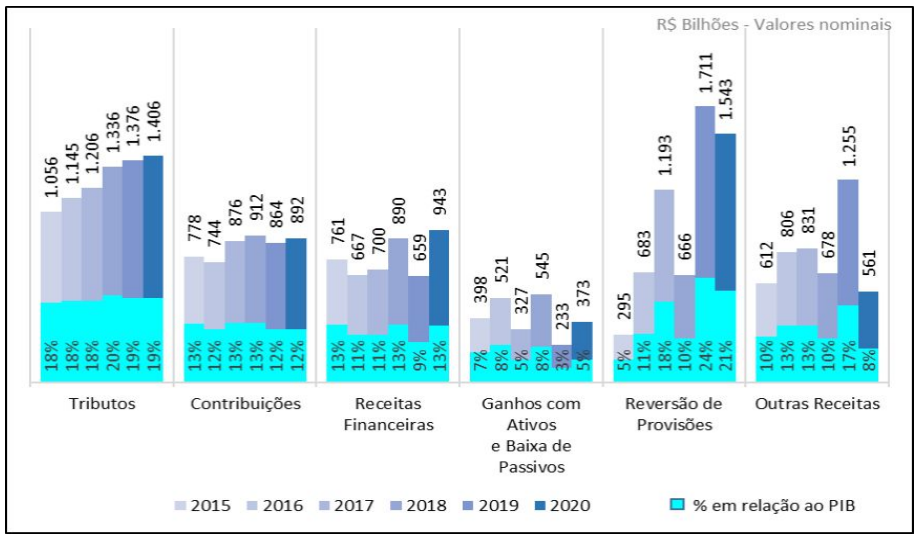



Gráfico 10 - Receitas por competência consolidadas por rubricas, em bilhões, de 2015 a 2020.

As receitas por competência consolidadas foram R$ 5.718 bilhões em 2020. Esse valor representa uma redução de 6,2% em relação a 2019. Em grande parte, essa redução refere-se a uma redução na rubrica "Outras Receitas" que diminuiu R$ 694 bilhões quando comparadas ao ano anterior. Grande parte dessa redução de "Outras Receitas" ocorreu principalmente, devido a um valor de R$ 539 bilhões informado pelo Estado de Goiás como "Outras transferências e delegações recebidas". Segundo o Balanço Geral do Estado, esse valor referiu-se a reflexos de uma reforma administrativa promovida pelo Estado.

Muito relevante foi também o aumento das receitas financeiras: R$ 283 bilhões. Esta variação ocorreu principalmente devido a um aumento da rubrica "Aportes do Banco Central" na União. Segundo o Balanço Geral da União (BGU), esse aumento ocorreu devido ao resultado positivo do BCB e de resultado positivo de custo das reservas.

Despesas por competência

**Composição das Despesas por Competência:**

- Despesas Financeiras – são compostas de juros e encargos de empréstimos obtidos, variações monetárias e outras.
- Benefícios Previdenciários e Assistenciais – abrangem aposentadorias, pensões, transferências de renda e outras.
- Perdas com ativos e Assunção de passivos – compreendem baixas de ativos, perdas com alienação, assunção de obrigações, entre outras.
- Pessoal e Encargos – abrangem remunerações, encargos patronais, auxílios e benefícios relacionados ao trabalho (exceto aqueles de natureza previdenciária ou assistencial).
- Reversão de Provisões – compreendem os ajustes negativos da atualização de provisões e perdas de créditos.
- Outras Despesas – são despesas não incluídas nos grupos anteriores.

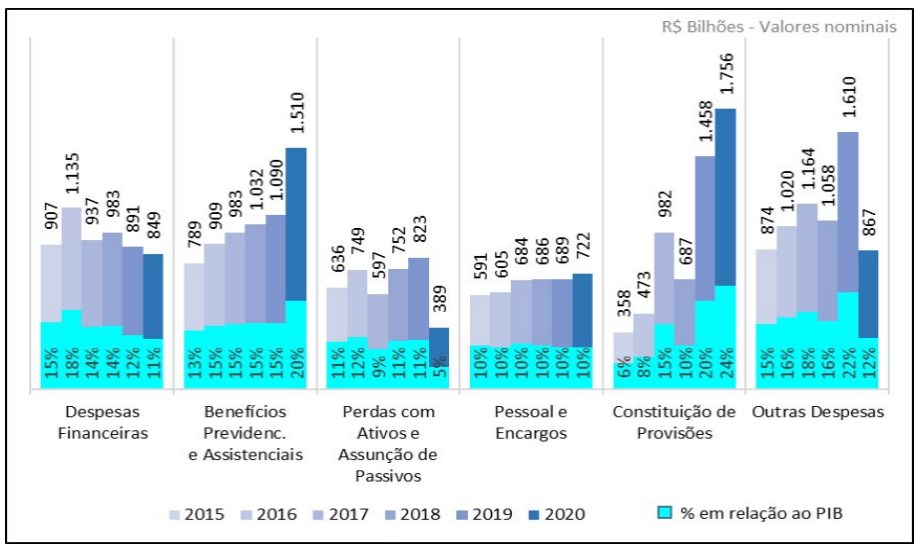



Gráfico 11 - Despesas por competência consolidadas por rubricas, em bilhões, de 2015 a 2020.

As despesas por competência consolidadas foram R$ 6.093 bilhões em 2020. Esse valor representa uma redução de 7,1% (R$ 469 bilhões) em relação a 2019. Em grande parte, essa redução refere-se a um aumento na rubrica "Outras Despesas", na ordem de R$ 743 bilhões. Essa redução foi verificada devido, principalmente, a um valor de R$ 539 bilhões informado pelo Estado de Goiás em "Outras transferências e delegações concedidas" no exercício de 2019. Segundo o Balanço Geral do Estado, esse valor refere-se a reflexos de uma reforma administrativa promovida pelo Estado.

Além disso, a rubrica "Perdas com Ativos e Assunção de Passivos" apresentou uma redução de R$ 434 bilhões vindos tanto da União (R$ 207 bilhões) e dos Estados (R$ 220 bilhões).

Por fim, é importante destacar o aumento de R$ 420 bilhões de "Benefícios Previdenciários e Assistenciais" ocorrido principalmente devido às ações de emergenciais de enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Receitas e Despesas Orçamentárias

As receitas e despesas orçamentárias representam os valores conforme disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Ou seja, são as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício financeiro e são diretamente relacionadas ao orçamento. Como as receitas e despesas por competência levam em consideração as variações patrimoniais, independentes da execução orçamentária, é natural que os valores sejam diferentes caso sejam comparados os dois conceitos.

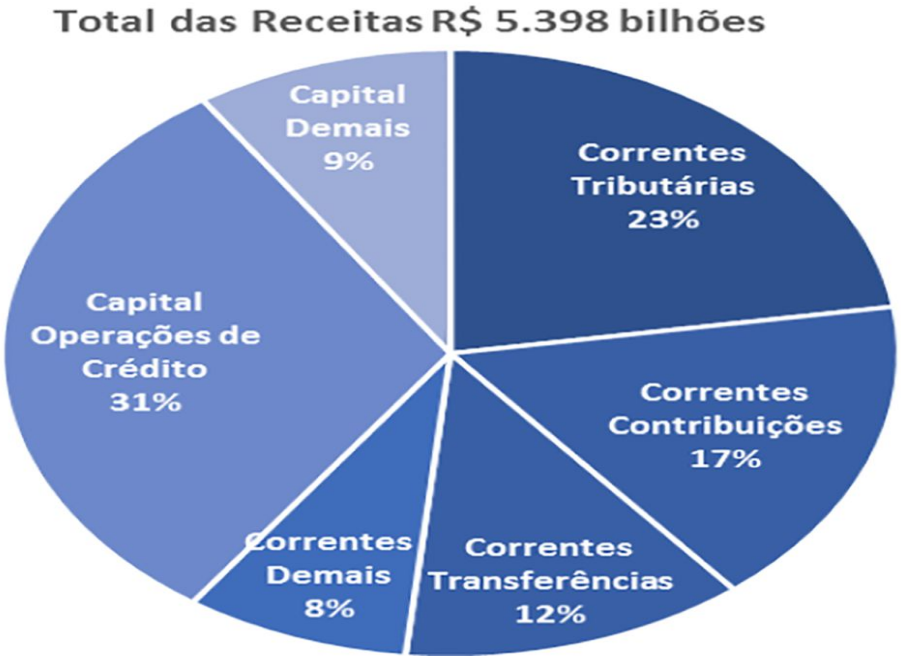



Gráfico 12 - Porcentagem das Receitas Orçamentárias por rubricas, em bilhões.

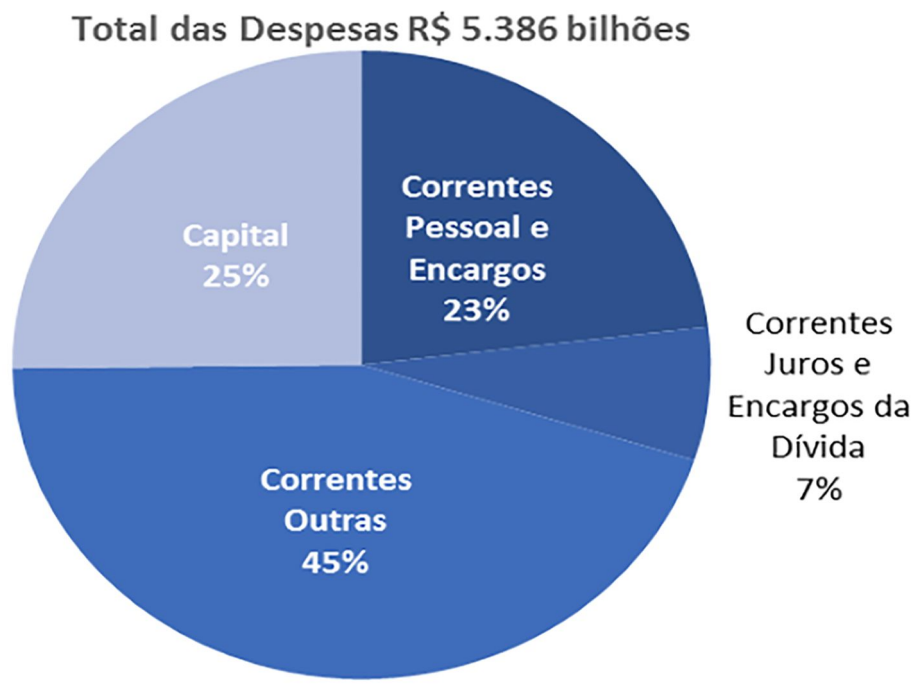



Gráfico 13 - Porcentagem das Despesas Orçamentárias por rubricas, em bilhões.

O superávit orçamentário deste exercício, representado pela diferença entre as receitas e despesas orçamentárias, de R$ 12 bilhões, foi menor que o superávit registrado no exercício de 2019, R$ 220 bilhões.

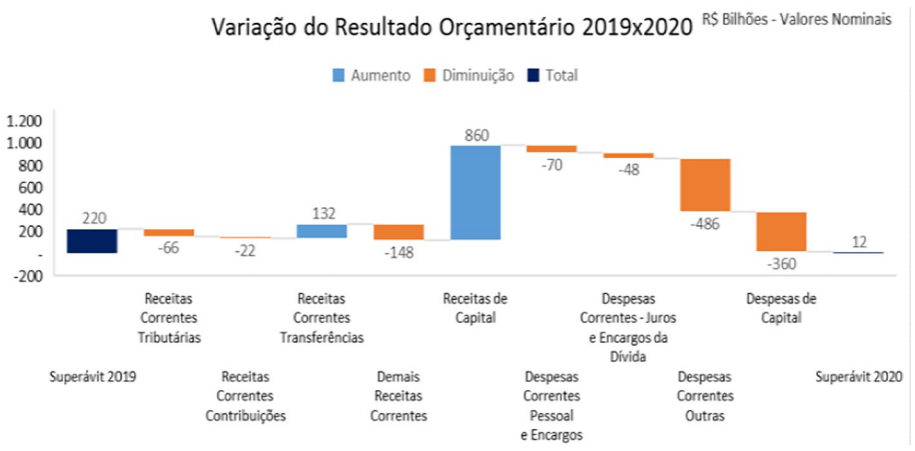



Gráfico 14 - Variação do Resultado Orçamentário entre 2019 e 2020, em bilhões.

O resultado orçamentário em 2020 apresentou uma redução devido a um aumento geral das despesas orçamentárias, além de uma leve redução de "Demais Receitas Correntes". Esse aumento das despesas foi parcialmente compensado por um aumento considerável nas "Receitas de Capital".

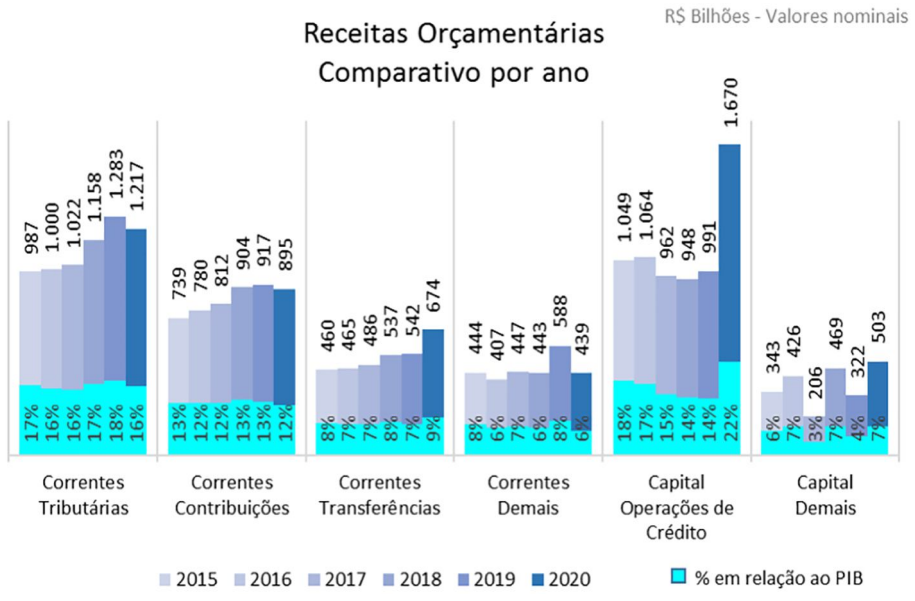



Gráfico 15 - Receitas orçamentárias, em bilhões, de 2015 a 2020.

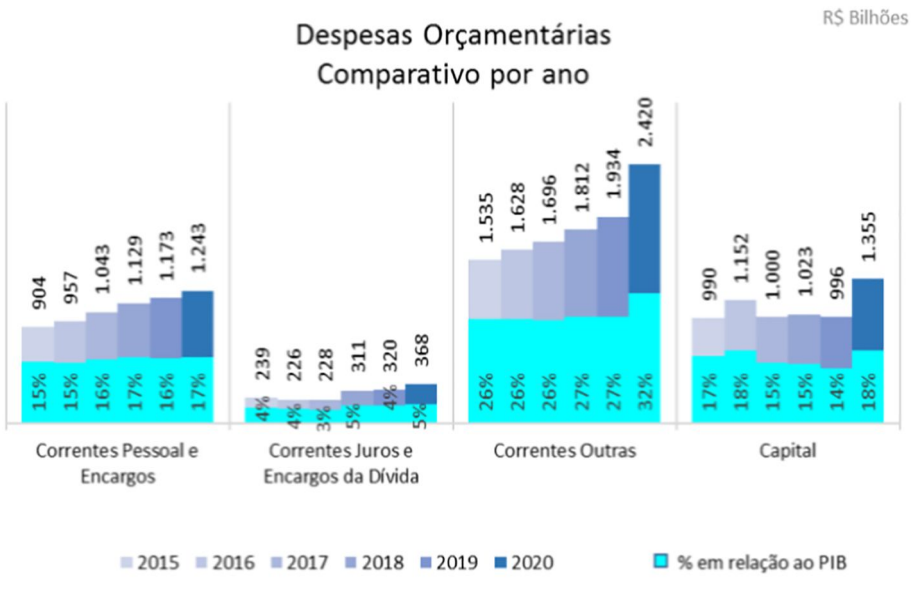


Gráfico 16 - Despesas orçamentárias, em bilhões, de 2015 a 2020.

Despesas Orçamentárias por Função

O Demonstrativo das Despesas por Função tem como propósito possibilitar o estudo da alocação dos recursos públicos, com base nas áreas de atuação presentes na classificação funcional estabelecida pela Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999 e, assim, fornecer subsídios para a análise de sua adequação ou necessidade de revisão.

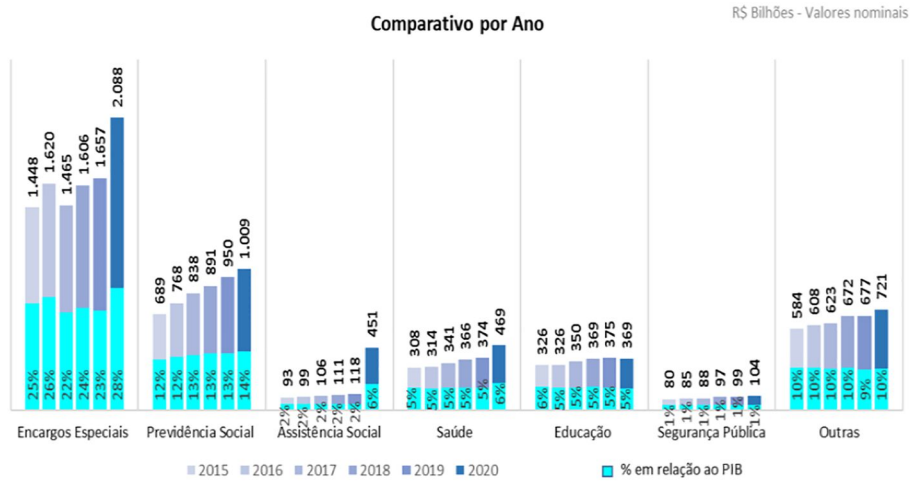



Gráfico 17 - Despesas por Função, em bilhões, de 2015 a 2020.

O maior valor encontra-se na função "Encargos Especiais" (40,1% do total de 2020), que contempla, dentre outros, a amortização e o refinanciamento da dívida. Ressalva-se que parte desses encargos representa refinanciamento da dívida, ou seja, o pagamento de amortizações da dívida (principal) por meio da emissão de novos títulos públicos. Houve um aumento de 26,2% nessa função: R$ 431 bilhões.

Outra função que merece destaque é a "Previdência Social" (19,4% do total de 2020), que vem crescendo ano após ano. Em 2020, o acréscimo foi de 6,2%, ou R$ 59 bilhões. A função "Assistência Social" também apresentou um aumento considerável, de 281% ou R$ 333 bilhões devido às ações de emergenciais de enfrentamento da pandemia de Covid-19.

A função "Outras" também demonstrada no gráfico contempla, na verdade, diversas funções que, individualmente apresentam valores relativamente baixos em relação ao total de despesas.

Demonstrações Contábeis e Demonstrativos Orçamentários

**RSPN 2020**

**BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO NACIONAL (VALORES COM EXCLUSÕES)**

**R$ milhões**

| ATIVO | Nota | 2020 | 2019 | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | | | | **Passivo Circulante** | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 7 | 1.870.787 | 1.780.186 | Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo | 17 | 142.586 | 129.051 |
| Créditos a Curto Prazo | 8 | 228.023 | 215.772 | Empréstimos e Financiamentos a CP | 18 | 1.767.209 | 1.141.948 |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 9 | 132.238 | 151.886 | Fornecedores e Contas a Pagar a CP | 19 | 59.041 | 66.183 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a CP | 10 | 168.176 | 144.400 | Obrigações Fiscais a Curto Prazo | 20 | 546 | 537 |
| Estoques | 11 | 55.972 | 45.816 | Obrigações de Repartição a Outros Entes | | 0 | 0 |
| Ativo Não Circulante Mantido para Venda | 12 | 179 | 232 | Provisões a Curto Prazo | 21 | 74.260 | 67.094 |
| VPD Pagas Antecipadamente | 13 | 5.120 | 5.334 | Demais Obrigações a Curto Prazo | 22 | 162.555 | 195.398 |
| *Total do Ativo Circulante* | | 2.460.495 | 2.343.626 | *Total do Passivo Circulante* | | 2.206.197 | 1.600.211 |
| **Ativo Não Circulante** | | | | **Passivo Não Circulante** | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | 2.305.322 | 2.181.748 | Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo | 17 | 75.956 | 73.927 |
| Créditos a Longo Prazo | 8 | 2.219.217 | 2.085.701 | Empréstimos e Financiamentos a LP | 18 | 5.616.163 | 5.408.878 |
| Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | 9 | 56.480 | 65.082 | Fornecedores e Contas a Pagar a LP | 19 | 55.933 | 52.359 |
| Investimentos Temporários a Longo Prazo | 10 | 27.175 | 28.816 | Obrigações Fiscais a Longo Prazo | 20 | 1.849 | 1.865 |
| Estoques | 11 | 523 | 755 | Provisões a Longo Prazo | 21 | 5.223.914 | 4.429.932 |
| VPD Pagas Antecipadamente | 13 | 1.927 | 1.394 | Demais Obrigações a Longo Prazo | 22 | 165.273 | 159.949 |
| Investimentos | 14 | 667.536 | 581.247 | Resultado Diferido | 23 | 13.700 | 14.164 |
| Imobilizado | 15 | 2.594.917 | 2.272.746 | *Total do Passivo Não Circulante* | | 11.152.788 | 10.141.074 |
| Intangível | 16 | 15.360 | 13.415 | | | | |
| Diferido | | 1 | 3 | **Patrimônio Líquido** | 24 | | |
| *Total do Ativo Não Circulante* | | 5.583.136 | 5.049.159 | Patrimônio Social e Capital Social | | 84.153 | 78.396 |
| | | | | Adiant. Futuro Aumento Capital | | 1.041 | 1.574 |
| | | | | Reservas de Capital | | 895 | 902 |
| | | | | Ajustes de Avaliação Patrimonial | | 7.080 | 12.748 |
| | | | | Reservas de Lucros | | 75 | 455 |
| | | | | Demais Reservas | | 4.630 | 5.001 |
| | | | | Resultados Acumulados | | (5.411.834) | (4.446.151) |
| | | | | (-) Ações / Cotas em Tesouraria | | (1.394) | (1.425) |
| | | | | *Total do Patrimônio Líquido* | | (5.315.354) | (4.348.500) |
| TOTAL DO ATIVO | | 8.043.631 | 7.392.785 | TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 8.043.631 | 7.392.785 |

Quadro 1 - Balanço Patrimonial (Consolidado Nacional)

**RSPN 2020**

**BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO (CONSOLIDADO NACIONAL E POR ESFERA DE GOVERNO) - VALORES COM EXCLUSÕES**

**R$ milhões**

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ATIVO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| **Ativo Circulante** | | | | | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 1.546.339 | 1.534.008 | 183.798 | 127.805 | 140.650 | 118.373 | 1.870.787 | 1.780.186 |
| Créditos a Curto Prazo | 99.013 | 96.428 | 65.435 | 62.238 | 63.575 | 57.106 | 228.023 | 215.772 |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 38.193 | 52.490 | 64.152 | 73.660 | 29.893 | 25.736 | 132.238 | 151.886 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | 3.468 | 415 | 48.655 | 35.280 | 124.053 | 108.705 | 168.176 | 144.400 |
| Estoques | 26.333 | 23.448 | 17.476 | 13.486 | 12.163 | 8.882 | 55.972 | 45.816 |
| Ativo Não Circulante Mantido para Venda | 129 | 178 | 36 | 35 | 14 | 19 | 179 | 232 |
| VPD Pagas Antecipadamente | 117 | 81 | 4.915 | 5.153 | 88 | 100 | 5.120 | 5.334 |
| *Total do Ativo Circulante* | 1.713.592 | 1.707.048 | 376.467 | 317.657 | 370.436 | 318.921 | 2.460.495 | 2.343.626 |
| **Ativo Não Circulante** | | | | | | | | |
| Realizável a Longo Prazo | 1.580.644 | 1.472.914 | 427.930 | 424.257 | 296.748 | 284.577 | 2.305.322 | 2.181.748 |
| Créditos a Longo Prazo | 1.526.304 | 1.411.825 | 406.248 | 401.129 | 286.665 | 272.747 | 2.219.217 | 2.085.701 |
| Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | 30.857 | 36.073 | 17.499 | 18.833 | 8.124 | 10.176 | 56.480 | 65.082 |
| Investimentos Temporários a Longo Prazo | 23.452 | 25.016 | 1.972 | 2.574 | 1.751 | 1.226 | 27.175 | 28.816 |
| Estoques | 0 | 0 | 414 | 358 | 109 | 397 | 523 | 755 |
| VPD Pagas Antecipadamente | 31 | 0 | 1.797 | 1.363 | 99 | 31 | 1.927 | 1.394 |
| Investimentos | 470.120 | 395.311 | 178.827 | 169.015 | 18.589 | 16.921 | 667.536 | 581.247 |
| Imobilizado | 1.629.161 | 1.408.621 | 472.705 | 452.361 | 493.051 | 411.764 | 2.594.917 | 2.272.746 |
| Intangível | 9.567 | 8.118 | 5.252 | 4.859 | 541 | 438 | 15.360 | 13.415 |
| Diferido | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 | 1 | 3 |
| *Total do Ativo Não Circulante* | 3.689.492 | 3.284.965 | 1.084.714 | 1.050.492 | 808.930 | 713.702 | 5.583.136 | 5.049.159 |
| TOTAL DO ATIVO | 5.403.084 | 4.992.013 | 1.461.181 | 1.368.149 | 1.179.366 | 1.032.623 | 8.043.631 | 7.392.785 |

Quadro 2 - Balanço Patrimonial - Ativo (Consolidado Nacional e por esfera de governo).

**RSPN 2020**

**BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO NACIONAL E POR ESFERA DE GOVERNO) - VALORES COM EXCLUSÕES**

**R$ milhões**

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PASSIVO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| **Passivo Circulante** | | | | | | | | |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo | 83.890 | 74.264 | 40.419 | 39.140 | 18.277 | 15.647 | 142.586 | 129.051 |
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | 1.708.285 | 1.098.498 | 55.713 | 40.847 | 3.211 | 2.603 | 1.767.209 | 1.141.948 |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 5.078 | 2.838 | 33.754 | 37.850 | 20.209 | 25.495 | 59.041 | 66.183 |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo | 8 | 7 | 384 | 392 | 154 | 138 | 546 | 537 |
| Obrigações de Repartição a Outros Entes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Provisões a Curto Prazo | 69.010 | 63.672 | 3.390 | 2.606 | 1.860 | 816 | 74.260 | 67.094 |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | 69.864 | 100.562 | 72.010 | 76.443 | 20.681 | 18.393 | 162.555 | 195.398 |
| *Total do Passivo Circulante* | 1.936.135 | 1.339.841 | 205.670 | 197.278 | 64.392 | 63.092 | 2.206.197 | 1.600.211 |
| **Passivo Não Circulante** | | | | | | | | |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo | 2.951 | 2.761 | 32.775 | 34.353 | 40.230 | 36.813 | 75.956 | 73.927 |
| Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | 5.230.918 | 5.068.059 | 333.246 | 303.267 | 51.999 | 37.552 | 5.616.163 | 5.408.878 |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo | 968 | 344 | 39.538 | 34.667 | 15.427 | 17.348 | 55.933 | 52.359 |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo | 67 | 80 | 37 | 47 | 1.745 | 1.738 | 1.849 | 1.865 |
| Provisões a Longo Prazo | 2.825.550 | 2.228.111 | 1.886.316 | 1.738.519 | 512.048 | 463.302 | 5.223.914 | 4.429.932 |
| Demais Obrigações a Longo Prazo | 114.045 | 107.159 | 37.008 | 38.798 | 14.220 | 13.992 | 165.273 | 159.949 |
| Resultado Diferido | 2 | 2 | 13.403 | 13.243 | 295 | 919 | 13.700 | 14.164 |
| *Total do Passivo Não Circulante* | 8.174.501 | 7.406.516 | 2.342.323 | 2.162.894 | 635.964 | 571.664 | 11.152.788 | 10.141.074 |
| **Patrimônio Líquido** | | | | | | | | |
| Patrimônio Social e Capital Social | 3.595 | 3.595 | 25.229 | 20.740 | 55.329 | 54.061 | 84.153 | 78.396 |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | 0 | 0 | 970 | 1.532 | 71 | 42 | 1.041 | 1.574 |
| Reservas de Capital | 17 | 19 | 679 | 675 | 199 | 208 | 895 | 902 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | 1 | 1 | 3.674 | 9.413 | 3.405 | 3.334 | 7.080 | 12.748 |
| Reservas de Lucros | 0 | 0 | 73 | 537 | 2 | (82) | 75 | 455 |
| Demais Reservas | 176 | 176 | 3.541 | 4.084 | 913 | 741 | 4.630 | 5.001 |
| Resultados Acumulados | (4.709.947) | (3.756.741) | (1.120.978) | (1.029.004) | 419.091 | 339.594 | (5.411.834) | (4.446.151) |
| (-) Ações / Cotas em Tesouraria | (1.394) | (1.394) | 0 | 0 | 0 | (31) | (1.394) | (1.425) |
| *Total do Patrimônio Líquido* | (4.707.552) | (3.754.344) | (1.086.812) | (992.023) | 479.010 | 397.867 | (5.315.354) | (4.348.500) |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 5.403.084 | 4.992.013 | 1.461.181 | 1.368.149 | 1.179.366 | 1.032.623 | 8.043.631 | 7.392.785 |

*Cálculo do ajuste na conta Resultados Acumulados

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| TOTAL DO ATIVO (I) | 5.403.084 | 4.992.013 | 1.461.181 | 1.368.149 | 1.179.366 | 1.032.623 | 8.043.631 | 7.392.785 |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (II) | 5.642.510 | 5.742.765 | 904.766 | 850.031 | 1.121.279 | 962.068 | 7.668.555 | 7.554.864 |
| Resultados Acumulados | (4.470.521) | (3.005.989) | (1.677.393) | (1.547.122) | 361.004 | 269.039 | (5.786.910) | (4.284.072) |
| AJUSTE (III) = (I) - (II)** | (239.426) | (750.752) | 556.415 | 518.118 | 58.087 | 70.555 | 375.076 | (162.079) |
| Resultados Acumulados Ajustado* | (4.709.947) | (3.756.741) | (1.120.978) | (1.029.004) | 419.091 | 339.594 | (5.411.834) | (4.446.151) |

**A apuração da equação contábil (Ativo Total - Passivo Total) demonstrando resultado inicial pós-consolidação (COM exclusões) diferente de zero. Atribui-se essa situação à diferença de metodologia de registro contábil nos entes. Para equilibrar a equação contábil em questão, apropriou-se a diferença verificada em "Resultados Acumulados".

Quadro 3 - Balanço Patrimonial - Passivo (Consolidado Nacional e por esfera de governo)

**RSPN 2020**

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES – LEI Nº 4.320/1964 (CONSOLIDADO NACIONAL E POR ESFERA DE GOVERNO)**

**R$ milhões**

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| ATIVO (I) | | | | | | | | |
| Ativo Financeiro | 1.650.378 | 1.636.120 | 212.138 | 195.724 | 311.560 | 228.758 | 2.174.076 | 2.060.602 |
| Ativo Permanente | 4.645.683 | 4.447.912 | 813.429 | 1.143.462 | 906.818 | 756.340 | 6.365.930 | 6.347.714 |
| *Total do Ativo* | 6.296.061 | 6.084.032 | 1.025.567 | 1.339.186 | 1.218.378 | 985.098 | 8.540.006 | 8.408.316 |
| PASSIVO (II) | | | | | | | | |
| Passivo Financeiro | 336.993 | 282.229 | 173.193 | 285.589 | 102.864 | 102.864 | 613.050 | 670.682 |
| Passivo Permanente | 10.530.673 | 8.869.773 | 1.636.444 | 2.511.029 | 708.259 | 604.513 | 12.875.376 | 11.985.315 |
| *Total do Passivo* | 10.867.666 | 9.152.002 | 1.809.637 | 2.796.618 | 811.123 | 707.377 | 13.488.426 | 12.655.997 |
| Saldo Patrimonial (III) = (I - II) | (4.571.605) | (3.067.970) | (784.070) | (1.457.432) | 407.255 | 277.721 | (4.948.420) | (4.247.681) |

Quadro 4 - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Lei nº 4.320/1964 (Consolidado Nacional e por esfera de governo)

**RSPN 2020**

**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO – LEI Nº 4.320/1964 (CONSOLIDADO NACIONAL E POR ESFERA DE GOVERNO)**

**R$ milhões**

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| ATOS POTENCIAIS ATIVOS | | | | | | | | |
| Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas | 360.487 | 316.730 | 12.510 | 26.822 | 11.191 | 13.182 | 384.188 | 356.734 |
| Execução de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | 309.067 | 232.915 | 117.580 | 81.788 | 23.058 | 19.552 | 449.705 | 334.255 |
| Execução de Direitos Contratuais | 121.212 | 104.743 | 11.141 | 10.532 | 8.274 | 7.268 | 140.627 | 122.543 |
| Execução de Outros Atos Potenciais Ativos | 0 | 0 | 21.785 | 17.313 | 112.265 | 35.776 | 134.050 | 53.089 |
| *Total dos Atos Potenciais Ativos* | 790.766 | 654.388 | 163.016 | 136.455 | 154.788 | 75.778 | 1.108.570 | 866.621 |
| ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | | | | | | | | |
| Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas | 332.508 | 303.871 | 17.877 | 15.826 | 5.493 | 5.243 | 355.878 | 324.940 |
| Execução de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres | 547.650 | 463.827 | 75.415 | 55.622 | 12.463 | 9.544 | 635.528 | 528.993 |
| Execução de Obrigações Contratuais | 331.259 | 316.137 | 893.800 | 818.188 | 344.923 | 277.230 | 1.569.982 | 1.411.555 |
| Execução de Outros Atos Potenciais Passivos | 5.486 | 6.659 | 9.397 | 8.389 | 37.856 | 8.957 | 52.739 | 24.005 |
| *Total dos Atos Potenciais Passivos* | 1.216.903 | 1.090.494 | 996.489 | 898.025 | 400.735 | 300.974 | 2.614.127 | 2.289.493 |

Quadro 5 - Quadro das Contas de Compensação, Lei nº 4.320/1964 (Consolidado Nacional e por esfera de governo)

**RSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO NACIONAL)**

**R$ milhões**

| | Nota | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | | | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 25 | 1.406.422 | 1.375.609 |
| Contribuições | 26 | 892.326 | 863.997 |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 27 | 118.876 | 217.461 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 28 | 942.615 | 659.329 |
| Transferências e Delegações Recebidas | 29 | 78.720 | 610.482 |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos | 30 | 373.272 | 232.604 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 31 | 1.906.221 | 2.138.081 |
| Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I) | | 5.718.452 | 6.097.563 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | | |
| Pessoal e Encargos | 32 | 721.643 | 689.431 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 33 | 1.510.255 | 1.090.203 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 34 | 475.193 | 476.361 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 35 | 849.092 | 891.245 |
| Transferências e Delegações Concedidas | 36 | 99.763 | 626.810 |
| Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos | 37 | 388.811 | 822.703 |
| Tributárias | 38 | 8.680 | 7.687 |
| Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados | 39 | 4.396 | 4.335 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 40 | 2.035.080 | 1.952.779 |
| Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II) | | 6.092.913 | 6.561.554 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II) | | (374.461) | (463.991) |

Quadro 6 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Consolidado Nacional)

**RSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO NACIONAL E POR ESFERA DE GOVERNO)**

**R$ milhões**

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | | | | | | | | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 517.975 | 512.600 | 701.145 | 688.263 | 187.302 | 174.746 | 1.406.422 | 1.375.609 |
| Contribuições | 820.129 | 797.731 | 45.545 | 40.684 | 26.652 | 25.582 | 892.326 | 863.997 |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 78.580 | 171.565 | 21.177 | 26.108 | 19.119 | 19.788 | 118.876 | 217.461 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 808.510 | 523.698 | 74.977 | 80.471 | 59.128 | 55.160 | 942.615 | 659.329 |
| Transferências e Delegações Recebidas | 3.864 | 5.690 | 15.681 | 553.222 | 59.175 | 51.570 | 78.720 | 610.482 |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos | 267.620 | 143.033 | 62.244 | 50.975 | 43.408 | 38.596 | 373.272 | 232.604 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 516.541 | 914.034 | 1.153.824 | 992.667 | 235.856 | 231.380 | 1.906.221 | 2.138.081 |
| Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I) | 3.013.219 | 3.068.351 | 2.074.593 | 2.432.390 | 630.640 | 596.822 | 5.718.452 | 6.097.563 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | | | | | | | |
| Pessoal e Encargos | 183.268 | 180.106 | 266.589 | 269.068 | 271.786 | 240.257 | 721.643 | 689.431 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 1.257.263 | 858.090 | 196.271 | 180.773 | 56.721 | 51.340 | 1.510.255 | 1.090.203 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 109.138 | 148.645 | 143.164 | 134.135 | 222.891 | 193.581 | 475.193 | 476.361 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 738.385 | 822.053 | 93.494 | 53.568 | 17.213 | 15.624 | 849.092 | 891.245 |
| Transferências e Delegações Concedidas | 22.901 | 23.604 | 32.258 | 568.541 | 44.604 | 34.665 | 99.763 | 626.810 |
| Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos | 161.216 | 368.186 | 145.707 | 365.487 | 81.888 | 89.030 | 388.811 | 822.703 |
| Tributárias | 92 | 91 | 4.015 | 3.305 | 4.573 | 4.291 | 8.680 | 7.687 |
| Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados | 2.232 | 2.239 | 165 | 256 | 1.999 | 1.840 | 4.396 | 4.335 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 628.309 | 726.900 | 1.140.885 | 1.004.544 | 265.886 | 221.335 | 2.035.080 | 1.952.779 |
| Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II) | 3.102.804 | 3.129.914 | 2.022.548 | 2.579.677 | 967.561 | 851.963 | 6.092.913 | 6.561.554 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II) | (89.585) | (61.563) | 52.045 | (147.287) | (336.921) | (255.141) | (374.461) | (463.991) |

Quadro 7 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Consolidado Nacional e por esfera de governo)

**RSPN 2020**

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (CONSOLIDADO NACIONAL)**

**R$ milhões**

| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (ARRECADADAS) | 2020 | 2019 | DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPENHADAS) | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receitas Correntes (I)** | | | **Despesas Correntes (VI)** | | |
| **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** | **1.216.856** | 1.282.932 | Pessoal e Encargos Sociais | **1.242.752** | 1.172.608 |
| Impostos | **1.173.566** | 1.234.766 | Juros e Encargos da Dívida | **367.894** | 320.304 |
| Taxas | **42.977** | 47.819 | Outras Despesas Correntes | **2.419.708** | 1.933.927 |
| Contribuições de Melhoria | **313** | 347 | *Total das Despesas Correntes* | **4.030.354** | 3.426.839 |
| **Contribuições** | **895.098** | 916.730 | | | |
| Contribuições Sociais | **863.797** | 887.711 | | | |
| Contribuições Econômicas | **21.335** | 19.729 | | | |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional | **3** | 4 | | | |
| Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública | **9.963** | 9.286 | | | |
| **Receita Patrimonial** | **133.917** | 278.106 | | | |
| **Receita Agropecuária** | **75** | 70 | | | |
| **Receita Industrial** | **2.548** | 2.481 | | | |
| **Receita de Serviços** | **62.420** | 83.948 | | | |
| Transferências Correntes | **673.812** | 541.845 | | | |
| Outras Receitas Correntes | **69.815** | 62.172 | | | |
| *Total das Receitas Correntes* | **3.054.541** | 3.168.284 | | | |
| **Receitas de Capital (II)** | | | **Despesas de Capital (VII)** | | |
| **Operações de Crédito** | **1.670.340** | 990.728 | Investimentos | **146.273** | 119.080 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | **1.631.322** | 962.331 | Inversões Financeiras | **141.652** | 85.524 |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | **39.018** | 28.397 | Amortização / Refinanciamento da Dívida | **1.067.544** | 791.131 |
| **Alienação de Bens** | **4.163** | 5.904 | *Total das Despesas de Capital* | **1.355.469** | 995.735 |
| **Amortização de Empréstimos** | **35.832** | 157.330 | | | |
| **Transferências de Capital** | **17.218** | 11.279 | | | |
| **Outras Receitas de Capital** | **443.113** | 144.035 | | | |
| Resultado do Banco Central do Brasil | **372.311** | 47.387 | | | |
| *Total das Receitas de Capital* | **2.170.666** | 1.309.276 | | | |
| **Receitas Correntes Intraorçamentárias (III)** | **170.682** | 161.050 | | | |
| **Receitas de Capital Intraorçamentárias (IV)** | **2.290** | 3.899 | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (V) = (I + II + III + IV) | 5.398.179 | 4.642.509 | TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VIII) = (VI + VII) | 5.385.823 | 4.422.574 |
| DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO (V - VIII) | - | - | SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (V - VIII) | 12.356 | 219.935 |

Quadro 8 - Demonstrativo da Execução Orçamentária (Consolidado Nacional)

**RSPN 2020**

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA (CONSOLIDADO NACIONAL E POR ESFERA DE GOVERNO)**

**R$ milhões**

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (ARRECADADAS) | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| **Receitas Correntes (I)** | | | | | | | | |
| **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** | **516.831** | 545.808 | **534.849** | 579.929 | **165.176** | 157.195 | **1.216.856** | 1.282.932 |
| Impostos | **510.806** | 537.224 | **509.071** | 551.921 | **153.689** | 145.621 | **1.173.566** | 1.234.766 |
| Taxas | **6.025** | 8.584 | **25.778** | 28.008 | **11.174** | 11.227 | **42.977** | 47.819 |
| Contribuições de Melhoria | **0** | 0 | **0** | 0 | **313** | 347 | **313** | 347 |
| **Receita de Contribuições** | **825.602** | 853.407 | **43.200** | 39.273 | **26.296** | 24.050 | **895.098** | 916.730 |
| Contribuições Sociais | **808.564** | 838.108 | **38.765** | 35.442 | **16.468** | 14.161 | **863.797** | 887.711 |
| Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | **17.038** | 15.299 | **4.177** | 3.579 | **120** | 851 | **21.335** | 19.729 |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional | **0** | 0 | **0** | 0 | **3** | 4 | **3** | 4 |
| Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública | **0** | 0 | **258** | 252 | **9.705** | 9.034 | **9.963** | 9.286 |
| **Receita Patrimonial** | **94.502** | 202.455 | **23.880** | 56.978 | **15.535** | 18.673 | **133.917** | 278.106 |
| **Receita Agropecuária** | **22** | 22 | **44** | 40 | **9** | 8 | **75** | 70 |
| **Receita Industrial** | **1.593** | 1.606 | **945** | 849 | **10** | 26 | **2.548** | 2.481 |
| **Receita de Serviços** | **36.259** | 56.703 | **14.579** | 14.961 | **11.582** | 12.284 | **62.420** | 83.948 |
| **Transferências Correntes** | **573** | 1.257 | **228.332** | 178.671 | **444.907** | 361.917 | **673.812** | 541.845 |
| **Outras Receitas Correntes** | **38.304** | 29.755 | **19.135** | 19.647 | **12.376** | 12.770 | **69.815** | 62.172 |
| *Total das Receitas Correntes* | **1.513.686** | 1.691.013 | **864.964** | 890.348 | **675.891** | 586.923 | **3.054.541** | 3.168.284 |
| **Receitas de Capital (II)** | | | | | | | | |
| **Operações de Crédito** | **1.647.858** | 971.802 | **8.667** | 10.080 | **13.815** | 8.846 | **1.670.340** | 990.728 |
| Operações de Crédito Internas | **1.615.755** | 950.585 | **4.303** | 4.429 | **11.264** | 7.317 | **1.631.322** | 962.331 |
| Operações de Crédito Externas | **32.103** | 21.217 | **4.364** | 5.651 | **2.551** | 1.529 | **39.018** | 28.397 |
| **Alienação de Bens** | **1.917** | 3.974 | **1.211** | 1.095 | **1.035** | 835 | **4.163** | 5.904 |
| **Amortização de Empréstimos** | **35.312** | 156.700 | **427** | 535 | **93** | 95 | **35.832** | 157.330 |
| **Transferências de Capital** | **13** | 22 | **4.252** | 2.681 | **12.953** | 8.576 | **17.218** | 11.279 |
| **Outras Receitas de Capital** | **438.709** | 135.386 | **2.552** | 5.147 | **1.852** | 3.502 | **443.113** | 144.035 |
| Resultado do Banco Central | **372.311** | 47.387 | **0** | 0 | **0** | 0 | **372.311** | 47.387 |
| *Total das Receitas de Capital* | **2.123.809** | 1.267.884 | **17.109** | 19.538 | **29.748** | 21.854 | **2.170.666** | 1.309.276 |
| **Receitas Correntes Intraorçamentárias (III)** | **31.938** | 29.852 | **107.893** | 103.026 | **30.851** | 28.172 | **170.682** | 161.050 |
| **Receitas de Capital Intraorçamentárias (IV)** | **537** | 2.122 | **903** | 1.120 | **850** | 657 | **2.290** | 3.899 |
| TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (V) = (I + II + III + IV) | 3.669.970 | 2.990.871 | 990.869 | 1.014.032 | 737.340 | 637.606 | 5.398.179 | 4.642.509 |
| DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO (V - VIII) | 48.175 | - | - | - | - | - | - | - |

Quadro 9 - Demonstrativo da Execução Orçamentária - Receita Orçamentária Arrecadada (Consolidado Nacional e por esfera de governo)

**RSPN 2020**

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA (CONSOLIDADO NACIONAL E POR ESFERA DE GOVERNO)**

**R$ milhões**

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPENHADAS) | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| **Despesas Correntes (VI)** | | | | | | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 343.467 | 332.954 | 545.410 | 525.688 | 353.875 | 313.966 | 1.242.752 | 1.172.608 |
| Juros e Encargos da Dívida | 346.845 | 285.231 | 17.907 | 30.448 | 3.142 | 4.625 | 367.894 | 320.304 |
| Outras Despesas Correntes | 1.814.853 | 1.356.937 | 324.709 | 330.111 | 280.146 | 246.879 | 2.419.708 | 1.933.927 |
| *Total das Despesas Correntes* | 2.505.165 | 1.975.122 | 888.026 | 886.247 | 637.163 | 565.470 | 4.030.354 | 3.426.839 |
| **Despesas de Capital (VII)** | | | | | | | | |
| Investimentos | 47.217 | 42.499 | 37.620 | 33.847 | 61.436 | 42.734 | 146.273 | 119.080 |
| Inversões Financeiras | 129.696 | 76.636 | 10.503 | 7.513 | 1.453 | 1.375 | 141.652 | 85.524 |
| Amortização / Refinanciamento da Dívida | 1.036.067 | 752.535 | 19.604 | 25.660 | 11.873 | 12.936 | 1.067.544 | 791.131 |
| *Total das Despesas de Capital* | 1.212.980 | 871.670 | 67.727 | 67.020 | 74.762 | 57.045 | 1.355.469 | 995.735 |
| TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VIII) = (VI + VII) | 3.718.145 | 2.846.792 | 955.753 | 953.267 | 711.925 | 622.515 | 5.385.823 | 4.422.574 |
| SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (V - VIII) | - | 144.079 | 35.116 | 60.765 | 25.415 | 15.091 | 12.356 | 219.935 |

Quadro 10 - Demonstrativo da Execução Orçamentária - Despesa Orçamentária Empenhada (Consolidado Nacional e por esfera de governo)

**RSPN 2020**

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA POR FUNÇÃO (CONSOLIDADO NACIONAL E POR ESFERA DE GOVERNO)**

**R$ milhões**

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FUNÇÃO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Legislativa | 6.573 | 6.746 | 17.606 | 16.740 | 16.017 | 14.808 | 40.196 | 38.294 |
| Judiciária | 32.741 | 33.168 | 43.888 | 44.521 | 1.892 | 1.656 | 78.521 | 79.345 |
| Essencial à Justiça | 6.923 | 6.635 | 22.234 | 21.361 | 801 | 728 | 29.958 | 28.724 |
| Administração | 24.033 | 24.857 | 33.579 | 32.299 | 72.047 | 63.094 | 129.659 | 120.250 |
| Defesa Nacional | 81.913 | 83.831 | 0 | 0 | 40 | 33 | 81.953 | 83.864 |
| Segurança Pública | 12.482 | 10.234 | 84.237 | 82.703 | 6.808 | 6.114 | 103.527 | 99.051 |
| Relações Exteriores | 3.733 | 3.199 | 0 | 0 | 1 | 0 | 3.734 | 3.199 |
| Assistência Social | 423.572 | 95.956 | 6.663 | 5.385 | 20.972 | 16.826 | 451.207 | 118.167 |
| Previdência Social | 766.236 | 726.130 | 186.118 | 171.857 | 56.640 | 51.677 | 1.008.994 | 949.664 |
| Saúde | 162.890 | 124.107 | 122.469 | 104.770 | 183.498 | 145.548 | 468.857 | 374.425 |
| Trabalho | 77.205 | 74.289 | 821 | 906 | 1.310 | 1.059 | 79.336 | 76.254 |
| Educação | 95.008 | 101.300 | 113.553 | 118.817 | 160.455 | 154.654 | 369.016 | 374.771 |
| Cultura | 1.203 | 1.751 | 3.592 | 2.371 | 4.950 | 5.131 | 9.745 | 9.253 |
| Direitos da Cidadania | 1.367 | 2.304 | 12.993 | 13.485 | 1.112 | 694 | 15.472 | 16.483 |
| Urbanismo | 8.355 | 7.409 | 5.879 | 4.715 | 73.660 | 56.892 | 87.894 | 69.016 |
| Habitação | 77 | 22 | 1.669 | 1.574 | 2.415 | 2.483 | 4.161 | 4.079 |
| Saneamento | 890 | 515 | 2.260 | 2.132 | 16.610 | 15.099 | 19.760 | 17.746 |
| Gestão Ambiental | 4.562 | 4.574 | 4.464 | 4.366 | 6.439 | 5.703 | 15.465 | 14.643 |
| Ciência e Tecnologia | 6.930 | 6.950 | 3.469 | 3.653 | 289 | 304 | 10.688 | 10.907 |
| Agricultura | 19.252 | 20.905 | 6.889 | 6.764 | 4.477 | 3.802 | 30.618 | 31.471 |
| Organização Agrária | 1.900 | 1.861 | 197 | 211 | 31 | 27 | 2.128 | 2.099 |
| Indústria | 1.556 | 1.729 | 657 | 883 | 356 | 476 | 2.569 | 3.088 |
| Comércio e Serviços | 7.777 | 2.765 | 1.991 | 2.021 | 2.140 | 2.020 | 11.908 | 6.806 |
| Comunicações | 1.700 | 1.271 | 1.013 | 729 | 471 | 575 | 3.184 | 2.575 |
| Energia | 1.425 | 2.578 | 144 | 73 | 2.278 | 1.782 | 3.847 | 4.433 |
| Transporte | 11.516 | 11.958 | 25.247 | 22.581 | 17.772 | 14.499 | 54.535 | 49.038 |
| Desporto e Lazer | 597 | 749 | 705 | 934 | 4.048 | 4.020 | 5.350 | 5.703 |
| Encargos Especiais | 1.918.082 | 1.450.123 | 147.276 | 182.692 | 22.797 | 24.291 | 2.088.155 | 1.657.106 |
| TOTAL DA DESPESA (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) | 3.680.498 | 2.807.916 | 849.613 | 848.543 | 680.326 | 593.995 | 5.210.437 | 4.250.454 |
| TOTAL DA DESPESA (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) | 37.646 | 38.878 | 106.140 | 104.723 | 31.600 | 28.520 | 175.386 | 172.121 |
| TOTAL GERAL DA DESPESA POR FUNÇÃO | 3.718.144 | 2.846.794 | 955.753 | 953.266 | 711.926 | 622.515 | 5.385.823 | 4.422.575 |

Quadro 11 - Demonstrativo da Execução Orçamentária - Despesa Orçamentária Empenhada por Função (Consolidado Nacional e por esfera de governo).

Notas Explicativas

Nota 1 - Competência para a Elaboração do BSPN

O art. 51 da LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) confere ao Poder Executivo da União a obrigação de promover a consolidação das contas dos entes da Federação. O inciso XIII do art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, atribui essa função à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, enquanto órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, conforme o inciso I do art. 6º deste Decreto.

Com vistas à consolidação de contas públicas, a LRF, no § 2º do art. 50, determina que cabe ao Órgão Central de Contabilidade da União editar normas gerais para consolidação, enquanto não instituído o Conselho de Gestão Fiscal. Tais normas encontram-se disciplinadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

Nota 2 - Base Normativa

O BSPN de 2020 observa a legislação vigente, em especial as disposições contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela STN, que procura manter um alinhamento constante às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), ressaltando-se o processo em que se encontram o CFC e a STN de convergência do arcabouço normativo contábil brasileiro às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Ipsas), publicadas pelo International Public Sector Accounting Standards Board (Ipsasb), conforme disposto na Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, e observado o calendário de implantação contido nas Portarias STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, e nº 548, de 24 de setembro de 2015.

Principais normativos utilizados:

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), editadas pelo CFC, que dispõem sobre aspectos contábeis específicos da gestão governamental;

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999, que atualiza a discriminação da despesa por funções; estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências;

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, que dispõe sobre normas gerais de consolidação das contas públicas no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios, e dá outras providências;

Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal;

Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, que dispõe sobre as regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual;

Portaria Conjunta STN/SOF nº 6, de 18 de dezembro de 2018, que aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO) da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP);

Portaria Conjunta STN/SPREV nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que aprova a Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos: Capítulo 4 - Regime Próprio de Previdência Social - RPPS da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP);

Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que aprova as Partes Geral, II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III - Procedimentos Contábeis Específicos, IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP);

Portaria Interministerial STN/SOF nº 1, de 14 de junho de 2018, que altera o Anexo I da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001 e dá outras providências;

Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que aprova o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP;

Portaria STN nº 642, de 20 de setembro de 2019, que estabelece as regras para o envio à STN, no exercício de 2020, por meio do Siconfi, os dados contábeis, orçamentários e fiscais dos entes da Federação, em atendimento ao § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

Nota 3 - Abrangência

A República Federativa do Brasil é formada pela união de 26 estados, do Distrito Federal e de 5.568 municípios, perfazendo um total de 5.596 entes, incluindo-se a União, cada qual com obrigação de apresentar as próprias demonstrações contábeis conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera como municípios brasileiros: Ilha de Fernando de Noronha e Brasília. Para fins do BSPN, as contas referentes à Ilha de Fernando de Noronha são encaminhadas consolidadas pelo Governo do Estado de Pernambuco. As contas referentes a Brasília são enviadas consolidadas com as do Governo do Distrito Federal, considerando-o como um estado.

O BSPN de 2020 abrange:

A União;

26 estados e o Distrito Federal; e

5.046 municípios.

Os entes incluídos na consolidação de 2020 estão listados no Anexo I. Foram incluídas as contas dos entes da Federação encaminhadas à STN na forma e nos prazos estabelecidos pela Portaria STN nº 642, de 20 de setembro de 2019, e pelo art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Os dados foram extraídos do Siconfi no dia 4 de junho de 2021 e levou em consideração as Declarações das Contas Anuais (DCA) enviadas até o dia 3 de junho de 2020.

Em cada ente estão abrangidos todos os órgãos, autarquias, agências, fundações, empresas estatais dependentes, fundos e organizações que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, incluindo os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), além das empresas estatais não dependentes, as quais são registradas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

Observa-se que, além dos 5.046 municípios com dados consolidados no BSPN, outros 10 municípios enviaram dados por meio de DCA, porém, foram detectadas inconsistências relevantes na qualidade nas informações enviadas que inviabilizaram a sua consolidação no BSPN (conforme disposto no artigo 15 da Portaria STN nº 642, de 20 de setembro de 2019). Em virtude disso, a STN, na sua competência de órgão central de contabilidade, tomará providências no intuito de comunicar aos órgãos de fiscalização profissional, bem como aos respectivos órgãos de controle interno e externo do ente da Federação, para que sejam verificados eventuais indícios de irregularidades (§2º do art. 15 da Portaria STN nº 642, de 20 de setembro de 2019). A relação dos municípios que apresentaram informações com inconsistências relevantes (não consolidados) consta no Anexo II.

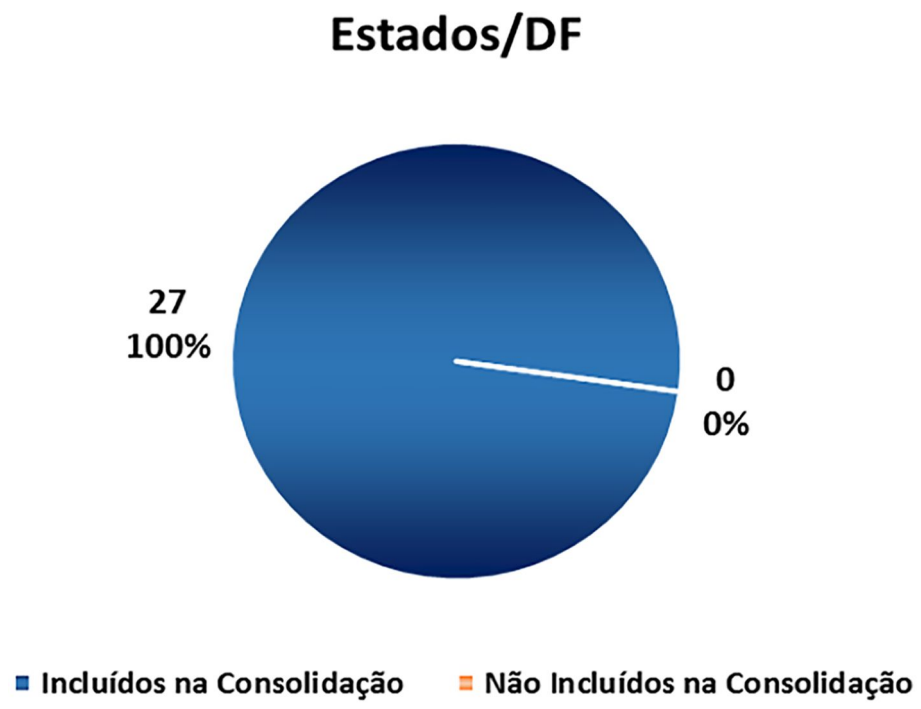



Gráfico 18 - Abrangência (Estados e DF)




Gráfico 19 - Abrangência (Municípios)

Desde 2019, foi disponibilizado no Siconfi a geração automática do rascunho da Declaração de Contas Anuais (DCA) por meio do processamento da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) de encerramento enviada pelos entes ao Siconfi (conforme previsão no art. 10 da Portaria STN nº 642, de 20 de setembro de 2019). Como pode ser verificado nos gráficos a seguir, 65,6% dos rascunhos das DCAs municipais e 96,3% dos rascunhos das DCAs estaduais, considerados na consolidação, foram gerados por intermédio da MSC.

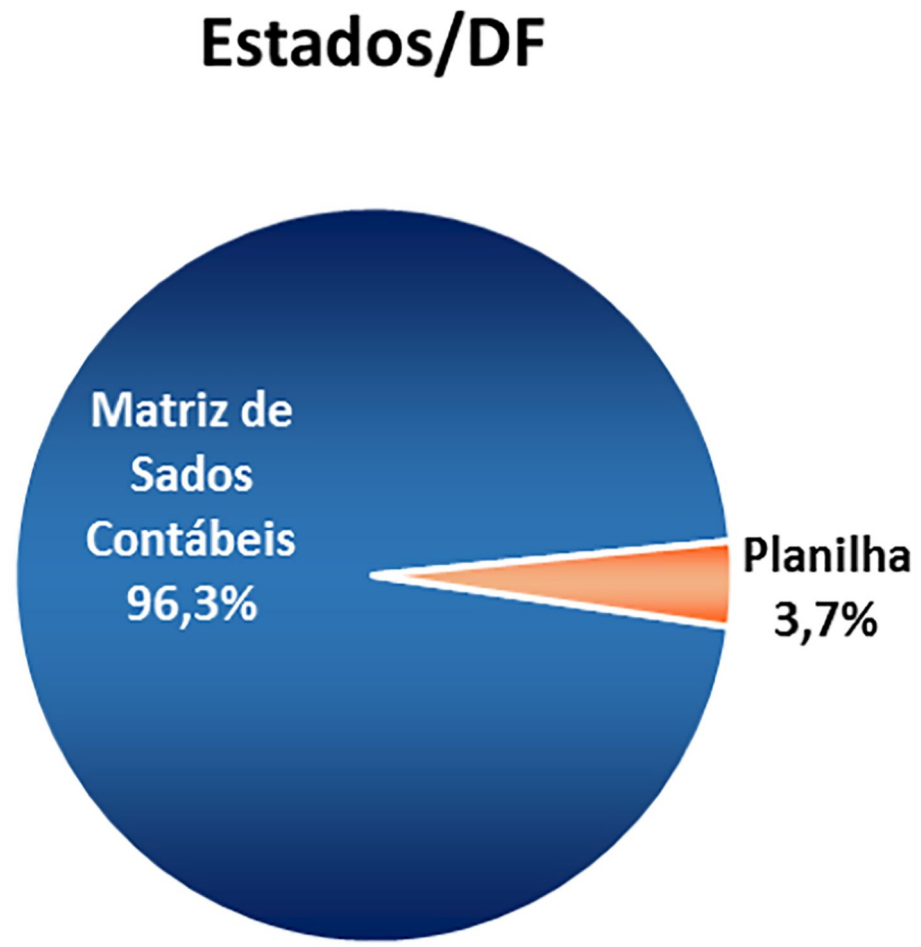
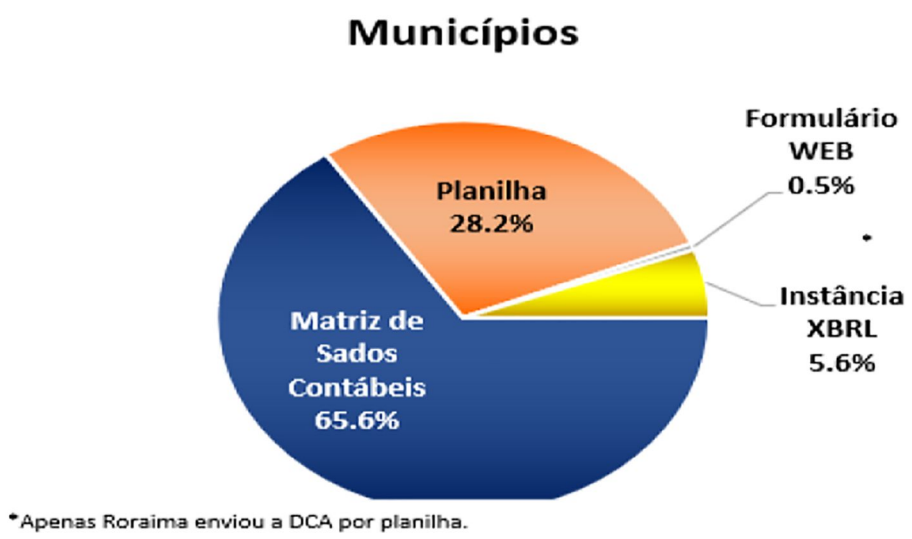


Gráfico 20 - Forma de envio de informações ao Siconfi (Estados)




*Apenas Roraima enviou a DCA por planilha.

Gráfico 21 - Forma de envio de informações ao Siconfi (Municípios)

O envio da Declaração de Contas Anuais ao Siconfi pode ser efetuado por:

preenchimento dos dados em um formulário web;

carregamento de uma planilha com os dados. O ente gera a planilha no Siconfi, preenche os dados e carrega a planilha;

carregamento de uma instância XBRL (Extensible Business Reporting Language);

geração do rascunho por meio do carregamento da Matriz de Saldos Contábeis. A MSC pode ser carregada tanto em formato CSV ("comma-separated-values" - valores separados por vírgulas) quanto em formato XBRL. Em 2020, 1.412 (42,6%) municípios enviaram em formato XBRL e 1.899 (57,4%) em CSV.No caso dos estados, foram 5 (19,2%) em formato XBRL e 21 (80,8%) em CSV.

Nota 4 - Escopo

Este documento é composto pelas seguintes demonstrações:

Balanço Patrimonial (BP);

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

Demonstrativo da Execução Orçamentária; e

Demonstrativo das Despesas por Função.

Cada uma dessas demonstrações é apresentada por esfera de governo - federal, estadual e municipal - e consolidado nacional.

Em que pese acumular competências estaduais e municipais, o Distrito Federal é considerado, para efeitos de consolidação, na esfera estadual, acompanhando o entendimento da LRF.

As demonstrações apresentadas são uma consolidação das informações contábeis e fiscais enviadas pelos entes da Federação à STN por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), mediante preenchimento da Declaração das Contas Anuais (DCA), conforme disposto na Portaria STN nº 642, de 20 de setembro de 2019.

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, em determinada data.

Desde 2015, conforme determinado pela Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, todos os entes federados passaram a ser obrigados a adotar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Este plano de contas trouxe, dentre diversas outras melhorias, o mecanismo que permite a eliminação das transações recíprocas, conforme metodologia descrita no MCASP.

Essa exclusão permite a evidenciação de relações externas ao setor público. A qualidade da informação com as devidas exclusões depende, primeiramente, da correta utilização da metodologia do PCASP. Porém, a própria natureza da transação e os critérios de reconhecimento de ativos e passivos, segundo as NBC TSP, podem gerar desequilíbrio na equação de ativos e passivos. Por exemplo, o reconhecimento de uma obrigação de um ente para com outro pode não gerar imediatamente o registro de um ativo no patrimônio do ente credor, tanto por falta de informação oportuna quanto por não atendimento dos critérios para o reconhecimento desse ativo. Caso ocorra uma falha a esse título, no momento da elaboração do balanço consolidado, essa transação não será eliminada de forma equilibrada, afetando o resultado final do patrimônio líquido.

A esse propósito, eventuais diferenças detectadas são registradas na conta de Resultados Acumulados do patrimônio líquido. Tal procedimento é regular no processo de elaboração de demonstrações contábeis consolidadas.

Acompanha o BP o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, que demonstra a apuração do superávit / déficit financeiro, a fim de identificar os recursos disponíveis para a abertura de créditos adicionais, em conformidade com os arts. 43 e 105 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Segundo o § 2º do art. 43 dessa Lei, entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Ressalta-se que o demonstrativo aqui disponibilizado apresenta apenas os valores dos ativos e passivos financeiros e a diferença entre eles (déficit / superávit). Para fins de abertura de crédito adicional, devem-se somar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, que não se constitui em objetivo deste demonstrativo ora apresentado.

Observe-se, ainda, que os conceitos de ativo e passivo financeiro trazidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, não guardam qualquer correlação com os conceitos de ativo circulante e não circulante apresentados pelas NBC TSP, e são estabelecidos pelo art. 105 da citada lei:

Ativo Financeiro: compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Passivo Financeiro: compreenderá os pagamentos que independam de autorização orçamentária.

Também acompanha o BP o Quadro das Contas de Compensação, que evidencia os atos potenciais do ativo e do passivo que possam, imediata ou indiretamente, vir a afetar o patrimônio público, como, por exemplo, direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; e garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

A estrutura atual do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, agregada ao recebimento de informações por meio do Siconfi, ainda não permite segregar os atos potenciais que possam afetar o patrimônio daqueles que já exerceram algum impacto (atos potenciais a executar e executados). De todo modo, os entes são orientados a apresentarem, sempre que possível, somente os valores considerados "a executar".

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve evidenciar todos os itens de Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) reconhecidos no período contábil, bem como o resultado patrimonial do exercício.

Demonstrativo da Execução Orçamentária

O Demonstrativo da Execução Orçamentária apresenta as receitas e despesas executadas conforme disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, nele são apresentadas as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício de 2020.

As linhas de desdobramento das receitas e das despesas seguem as classificações orçamentárias dispostas na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001, adaptadas à estrutura da DCA.

Assim, as receitas são evidenciadas por categoria econômica, origem e espécie e as despesas por categoria econômica e grupo de natureza.

Demonstrativo das Despesas por Função

O Demonstrativo das Despesas por Função segue o disposto na classificação funcional estabelecida pela Portaria MOG nº 42, de 1999, que discrimina as despesas por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e o § 2º do art. 8º da Lei nº 4.320, de 1964, aplicável a toda a Federação brasileira.

O Demonstrativo das Despesas por Função tem como propósito possibilitar o estudo da alocação dos recursos públicos, com base nas áreas de atuação presentes na classificação funcional e, assim, fornecer subsídios para a análise de sua adequação ou necessidade de revisão. Esse demonstrativo constitui, inclusive, uma fonte de informações para comparações internacionais que objetivam identificar as prioridades de gastos em diferentes países, bem se constitui em uma das importantes métricas a serem utilizadas para se determinar a eficiência, eficácia e efetividade da qualidade do gasto público, o que pode influenciar diretamente na determinação das políticas públicas futuras.

Embora a classificação presente na Portaria MOG nº 42, de 1999, desagregue as funções em suas subfunções, para fins do Demonstrativo das Despesas por Função desta publicação, as subfunções não são apresentadas.

Outra importância da classificação funcional diz respeito à base de informações que proporciona ao levantamento das estatísticas consolidadas da Federação Brasileira. Essas estatísticas são elaboradas de acordo com a metodologia definida pelo Manual de Estatísticas de Finanças Públicas (MEFP 2014), em inglês Government Finance Statistics Manual (GFSM 2014), elaborado pelo Departamento de Estatísticas do Fundo Monetário Internacional - FMI. O referido manual atualiza a edição de 1986 (MEFP 1986) e de 2001 (MEFP 2001) descrevendo um sistema estatístico integrado e harmonizado com a edição de 2008 do Sistema de Contas Nacionais (System of National Accounts - SNA 2008). O MEFP 2014 é um documento de referência, abordando os conceitos, definições, classificações e regras contábeis, e fornece um amplo marco analítico no qual as estatísticas podem ser resumidas e apresentadas em uma forma adequada para análise, planejamento e formulação de políticas.

Nota 5 - Bases de Elaboração e Políticas Contábeis

As demonstrações que integram a consolidação das contas públicas, sempre que aplicável, buscam a convergência com as disposições das NBC TSP emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A moeda de apresentação é o Real, moeda oficial da República Federativa do Brasil. Os valores nos quadros e nas notas explicativas foram expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de forma diferente.

O Balanço Patrimonial é dividido em Ativos e Passivos, circulante e não circulante, incluindo o Patrimônio Líquido. Segundo a NBC TSP 11, são classificados como circulante os ativos: com expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis ou no decurso normal do ciclo operacional da entidade; os que sejam caixa ou equivalente de caixa (conforme definido na NBC TSP 12), a menos que sua troca ou uso esteja vedada legalmente durante pelo menos 12 meses após a data das demonstrações contábeis; e os que são mantidos essencialmente com o propósito de serem negociados. Os demais ativos que não se enquadram nessas situações são considerados ativos não circulantes.

O passivo circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos são classificados como não circulante.

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos dos entes públicos depois de deduzidos todos seus passivos. Os valores encontram-se discriminados no quadro principal do Balanço Patrimonial.

Os valores a receber e a pagar são apresentados pelos seus valores nominais e, se em moeda estrangeira, pela taxa de câmbio na data do balanço.

As participações em empresas, nas quais haja influência significativa sobre a administração, e consórcios públicos são mensuradas ou avaliadas por equivalência patrimonial ou métodos assemelhados, conforme disposto no MCASP. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) aumentam e diminuem o resultado patrimonial, respectivamente. Ambas são apresentadas na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Os requisitos de reconhecimento e mensuração dispostos nos padrões internacionais de contabilidade referentes aos itens componentes das demonstrações contábeis do setor público não foram totalmente aplicados em face do processo de convergência às normas internacionais encontrar-se em andamento. Para os próximos anos, projeta-se significativo avanço neste item, mediante a materialização do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais nos Entes da Federação, aprovado pela Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, em conjunto com a adequação do Siconfi para verificar as informações recebidas.

A informação sobre os restos a pagar, embora presente na DCA, não é contemplada no Demonstrativo da Execução Orçamentária. Isso ocorre por paralelismo com a própria estrutura da informação da despesa orçamentária, que no Demonstrativo da Execução Orçamentária apresenta apenas os valores empenhados ao longo do exercício. Como os restos a pagar já passaram por esse estágio no exercício de sua inscrição, e como não é apresentada a estrutura de execução da despesa orçamentária ao longo de todos os seus estágios, a informação consolidada dos restos a pagar não foi incluída nesta edição. A partir do momento em que a estrutura da DCA refletir as DCASP presentes no MCASP e todos os entes enviarem os dados neste formato, tanto a informação da execução das despesas orçamentárias quanto a informação da execução dos restos a pagar serão levadas à consolidação. Ressalta-se que as informações acerca dos restos a pagar, embora não presentes nos demonstrativos, se fazem necessárias para fins de levantamento das estatísticas fiscais.

A estrutura do Balanço Orçamentário do MCASP destaca, tanto no lado das receitas quanto das despesas, os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública dada a sua relevância para o setor público em geral. Contudo, ao contrário da estrutura apresentada no Balanço Orçamentário do MCASP, no Demonstrativo da Execução Orçamentária, os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária e de outras dívidas constam nas receitas de operações de crédito internas e externas. Nesse mesmo nível de agregação, constam as despesas com amortização da dívida de refinanciamento.

Adicionalmente, no Demonstrativo da Execução Orçamentária, as receitas encontram-se informadas pelo valor líquido das respectivas deduções, tais como restituições, descontos, retificações, deduções para o Fundeb e repartições de receita entre os entes da Federação, quando registradas como dedução.

Nota 6 - Bases de Consolidação

Eliminação de saldos de transações recíprocas

Conforme definido pela Portaria STN nº 642, de 20 de setembro de 2019, as informações que comporão a consolidação das contas nacionais devem ser enviadas pelo Siconfi, por meio de preenchimento da DCA - Declaração de Contas Anuais, que possui formato aderente ao PCASP vigente. Dessa forma, todos os entes federativos devem observar as regras e disposições vigentes do PCASP, em virtude da necessidade de padronização para fins de consolidação das contas nacionais.

Seguindo essa lógica, em nível de consolidação nacional, os saldos e transações dentro de um mesmo ente e entre os entes da Federação devem ser eliminados, de modo a evidenciar apenas as transações externas ao setor público.

Cabe ressaltar que tais exclusões são realizadas apenas para as informações de natureza patrimonial (classes de 1 a 4 do PCASP), evidenciadas no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais. Não foi realizada a exclusão de transações recíprocas referentes às informações com natureza orçamentária (classes 5 e 6).

Os dados relativos às exclusões efetuadas para fins de apuração do Balanço Patrimonial e DVP Consolidados, nacional e por esfera, estão demonstrados em quadros específicos: Q69, Q70 e Q71. Importante ressaltar que tais exclusões alteram o resultado do exercício antes da consolidação, os resultados acumulados e o Patrimônio Líquido, tanto em nível nacional como por esfera.

As alterações em comento são naturais no processo de consolidação. Além delas, outras diferenças podem ser apuradas no processo de consolidação. Primeiramente, porque nem todos os entes enviaram as informações e, portanto, não estão presentes na consolidação. Outro fato é que nem todos os entes estão no mesmo nível de modernização contábil ou, em alguns casos, pelo fato dos entes possuírem prazos legais específicos para implementação de determinados procedimentos contábeis. Dessa forma, dado inexistir na Federação um sistema transacional contábil único, baseado em conceitos e procedimentos contábeis uniformizados em todo o território, o BSPN terá que contornar eventuais diferenças de valores apresentadas quando da consolidação das contas dos entes.

Consolidação da Informação da Execução Orçamentária

No processo de consolidação das informações no Demonstrativo da Execução Orçamentária, os dados recebidos por meio das DCAs dos entes da Federação foram agrupados conforme a classificação orçamentária. Deste modo, valores relacionados a uma mesma classificação orçamentária foram somados e apresentados de modo agrupado tanto para as receitas quanto para as despesas. Ou seja, no caso das informações orçamentárias, não há exclusão de transações recíprocas no processo de consolidação.

Nota 7 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Conforme estabelecido pelo MCASP, Parte II, as disponibilidades são mensuradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo e atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional | 1.516.196 | 1.516.864 | 183.785 | 127.716 | 140.384 | 117.809 | 1.840.365 | 1.762.389 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira | 30.143 | 17.144 | 13 | 89 | 266 | 564 | 30.422 | 17.797 |
| TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 1.546.339 | 1.534.008 | 183.798 | 127.805 | 140.650 | 118.373 | 1.870.787 | 1.780.186 |

Quadro 12 - Balanço Patrimonial (Caixa e Equivalentes de Caixa)

Das disponibilidades, 98,4% são expressas em moeda nacional, sendo que as disponibilidades em moeda estrangeira correspondem essencialmente a aplicações financeiras da União, dentre as quais destacam-se operações cambiais sob a supervisão da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV/STN) .

As disponibilidades da União correspondem a 82,7% do valor total e, conforme o Balanço Geral da União de 2020, a Conta Única do Tesouro Nacional acolhe praticamente todas as disponibilidades financeiras da União (93,6% do saldo de "Caixa e Equivalentes de Caixa" em 31/12/2020), sendo remunerada pela taxa média da rentabilidade dos títulos públicos federais existentes em carteira do Banco Central do Brasil, conforme dispõe a Medida Provisória nº 2.179-36/2001. A conta única é dividida em três segmentos, incluindo os valores destinados à administração da dívida pública (R$ 662,7 bilhões), os destinados à movimentação financeira do INSS (R$ 4,3 bilhões) e os destinados às demais movimentações do Tesouro Nacional (R$ 781,0 bilhões).

Nota 8 - Créditos a Receber

De acordo com o item 3.2.2 da Parte II do MCASP - 8ª edição, os direitos e títulos de crédito prefixados devem ser ajustados a valor presente, enquanto os direitos e títulos de crédito pós-fixados devem ser ajustados considerando todos os encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento dos direitos devem ser reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

O Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, aprovado pela Portaria STN nº 548, de 2015, determinou a todos os entes o imediato reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa tributária e não tributária, de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes. De acordo com os prazos estabelecidos no PIPCP, todos os entes devem reconhecer, mensurar e evidenciar os créditos a receber, excluídos os créditos tributários, de contribuições e previdenciários, pelo regime de competência, observadas as disposições do MCASP. Para a União, a obrigação se estende também aos créditos tributários e de contribuições (desde janeiro de 2017) e aos créditos previdenciários (desde janeiro de 2018).

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (CRÉDITOS A RECEBER)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CRÉDITOS A RECEBER | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Créditos a Curto Prazo | 99.012 | 96.428 | 65.435 | 62.238 | 63.575 | 57.105 | 228.022 | 215.771 |
| Créditos a Longo Prazo | 1.526.304 | 1.411.826 | 406.249 | 401.128 | 286.665 | 272.747 | 2.219.218 | 2.085.701 |
| TOTAL DE CRÉDITOS A RECEBER | 1.625.316 | 1.508.254 | 471.684 | 463.366 | 350.240 | 329.852 | 2.447.240 | 2.301.472 |

Quadro 13 - Balanço Patrimonial (Créditos a Receber)

O maior valor de créditos a receber concentra-se no longo prazo com o percentual de 90,7%. A União apresenta os valores mais representativos, com 66,4% do total consolidado.

O total de créditos a receber apresentou um aumento de 6,3% em relação a 2019.

8.1 - Créditos a Curto Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (CRÉDITOS A CURTO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CRÉDITOS A CURTO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Créditos Tributários a Receber | 62.837 | 79.803 | 50.774 | 43.241 | 42.726 | 34.865 | 156.337 | 157.909 |
| Clientes | 956 | 641 | 1.616 | 1.331 | 1.085 | 845 | 3.657 | 2.817 |
| Créditos de Transferências a Receber | 6 | 0 | 1 | 2.560 | 409 | 430 | 416 | 2.990 |
| Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 62.482 | 47.092 | 8.096 | 7.400 | 306 | 192 | 70.884 | 54.684 |
| Dívida Ativa Tributária | 94 | 89 | 13.571 | 13.051 | 27.466 | 26.300 | 41.131 | 39.440 |
| Dívida Ativa Não Tributária | 694 | 677 | 2.348 | 2.504 | 3.405 | 4.516 | 6.447 | 7.697 |
| TOTAL DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO - BRUTO | 127.069 | 128.302 | 76.406 | 70.087 | 75.397 | 67.148 | 278.872 | 265.537 |
| (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo | (78.056) | (31.874) | (10.971) | (7.849) | (11.822) | (10.042) | (50.849) | (49.765) |
| TOTAL DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO - LÍQUIDO | 99.013 | 96.428 | 65.435 | 62.238 | 63.575 | 57.106 | 228.023 | 215.772 |

Quadro 14 - Balanço Patrimonial (Créditos a Curto Prazo)

Os prazos finais para total implementação dos procedimentos patrimoniais referentes a créditos tributários, de contribuições, previdenciários e demais créditos são diferenciados para Estados e Municípios e variam de 2015 a 2022. Em 2020, a União e os Estados já deveriam ter implementado estes procedimentos. Embora muitos municípios já tenham feito essa implementação, o prazo para estes entes vai até 2022.

Com relação ao reconhecimento de dívida ativa tributária e não-tributária e suas perdas, os entes já são obrigados integralmente a fazer este reconhecimento desde 2015.

Os valores da União são os mais representativos em relação ao total consolidado líquido dos créditos a curto prazo (43,4%).

A rubrica mais representativa desse grupo é a de Créditos Tributários a Receber, com 56,1% do total consolidado de créditos a curto prazo.

O valor consolidado do ajuste para perdas representa 18,2% do total consolidado de créditos a curto prazo, sendo que, o ajuste da União é aquele que tem maior representatividade em relação ao seu próprio total dos créditos a curto prazo: 22,1%, contra 14,4% dos estados e 15,7% dos municípios.

8.2 - Créditos a Longo Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (CRÉDITOS A LONGO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CRÉDITOS A LONGO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Créditos Tributários a Receber | 303.289 | 255.642 | 19.237 | 16.312 | 23.501 | 25.781 | 346.027 | 297.735 |
| Clientes | 210 | 211 | 1.698 | 1.744 | 639 | 428 | 2.547 | 2.383 |
| Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 874.822 | 822.746 | 19.423 | 17.920 | 846 | 1.163 | 895.091 | 841.829 |
| Dívida Ativa Tributaria | 853.040 | 774.646 | 928.089 | 882.257 | 405.737 | 378.300 | 2.186.866 | 2.035.203 |
| Dívida Ativa não Tributaria | 97.347 | 69.556 | 35.634 | 29.753 | 55.393 | 42.312 | 188.374 | 141.621 |
| Créditos Previdenciários do RPPS | 0 | 0 | 0 | 0 | 346 | 654 | 346 | 654 |
| Outros Créditos a Longo Prazo | 0 | 0 | 7.693 | 0 | 2.705 | 2.287 | 10.398 | 2.287 |
| Total de Créditos a Longo Prazo - Bruto | 2.128.708 | 1.922.801 | 1.011.774 | 947.986 | 489.167 | 450.925 | 3.629.649 | 3.321.712 |
| (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo | (602.404) | (510.976) | (605.526) | (546.857) | (202.502) | (178.178) | (1.410.432) | (1.236.011) |
| Total de Créditos a Longo Prazo - Líquido | 1.526.304 | 1.411.825 | 406.248 | 401.129 | 286.665 | 272.747 | 2.219.217 | 2.085.701 |

Quadro 15 - Balanço Patrimonial (Créditos a Longo Prazo)

Os valores totais da União são os mais representativos no consolidado líquido (68,8%).

Os valores de Dívida Ativa Tributária são os mais representativos do total consolidado de créditos a receber no longo prazo com 60,3%.

O valor consolidado do ajuste para perdas representa 38,9% do total consolidado de créditos a longo prazo. É um percentual consideravelmente superior ao do curto prazo, tanto pelas características inerentes aos direitos de longo prazo quanto porque alguns entes classificam todos os seus ajustes para perdas de dívida ativa no longo prazo, ao invés de alocar no grupo correto acompanhando o saldo que originou o ajuste.

O ajuste para perdas dos Estados é aquele que tem maior representatividade em relação ao seu próprio total dos créditos a longo prazo: 59,8%, contra 41,4% dos municípios e 28,3% da União.

Nota 9 - Demais Créditos e Valores a Receber

São classificados como Demais Créditos e Valores a Receber os saldos que não se enquadram nas categorias detalhadas anteriormente.

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 38.193 | 52.491 | 64.152 | 73.659 | 29.892 | 25.737 | 132.237 | 151.887 |
| Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | 30.857 | 36.073 | 17.501 | 18.835 | 8.122 | 10.176 | 56.480 | 65.084 |
| Total de Demais Créditos e Valores a Receber | 69.050 | 88.564 | 81.653 | 92.494 | 38.014 | 35.913 | 188.717 | 216.971 |

Quadro 16 - Balanço Patrimonial (Demais Créditos e Valores a Receber)

O maior valor de demais créditos a receber concentra-se no curto prazo com o percentual de 70,1%. Os estados apresentam os valores mais representativos, com 43,3% do total consolidado.

O total de demais créditos a receber apresentou uma redução de 13,0% em relação a 2019.

9.1 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros | 5.696 | 4.776 | 15.205 | 12.121 | 1.415 | 1.036 | 22.316 | 17.933 |
| Tributos a Recuperar / Compensar | 298 | 309 | 237 | 36 | 167 | 67 | 702 | 412 |
| Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos | 0 | 0 | 138 | 126 | 309 | 279 | 447 | 405 |
| Créditos por Danos ao Patrimônio | 1.216 | 3.995 | 4.408 | 5.538 | 1.012 | 894 | 6.636 | 10.427 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 9.310 | 10.779 | 22.160 | 21.998 | 8.861 | 7.966 | 40.331 | 40.743 |
| Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo | 0 | 0 | 582 | 299 | 446 | 375 | 1.028 | 674 |
| Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo | 24.303 | 36.629 | 24.730 | 37.304 | 18.119 | 15.279 | 67.152 | 89.212 |
| Total de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Bruto | 40.823 | 56.488 | 67.460 | 77.422 | 30.329 | 25.896 | 138.612 | 159.806 |
| (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a CP | (2.630) | (3.998) | (3.308) | (3.762) | (436) | (160) | (6.374) | (7.920) |
| Total de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Líquido | 38.193 | 52.490 | 64.152 | 73.660 | 29.893 | 25.736 | 132.238 | 151.886 |

Quadro 17 - Balanço Patrimonial (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo)

Os valores totais dos estados são os mais representativos no consolidado líquido (48,5%).

A rubrica mais representativa desse grupo é a de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo, representando 48,4% desse valor.

O valor consolidado do ajuste para perdas representa 4,6% do total consolidado de demais créditos e valores a curto prazo.

9.2 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros | 2.438 | 10.143 | 8 | 2 | 36 | 55 | 2.482 | 10.200 |
| Tributos a Recuperar/Compensar | 8 | 1 | 3 | 66 | 164 | 41 | 175 | 108 |
| Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos | 0 | 0 | 663 | 663 | 91 | 2.830 | 754 | 3.493 |
| Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos | 5.889 | 60 | 148 | 106 | 501 | 202 | 6.538 | 368 |
| Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial | 6.138 | 4.315 | 97 | 60 | 106 | 70 | 6.341 | 4.445 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 1.713 | 2.227 | 2.496 | 2.436 | 425 | 408 | 4.634 | 5.071 |
| Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Processos Judiciais | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 10 | 0 |
| Consignações | 0 | 0 | 0 | 0 | (1) | 0 | (1) | 0 |
| Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo | 29.706 | 25.990 | 16.672 | 17.867 | 6.901 | 6.652 | 53.279 | 50.509 |
| Total de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Bruto | 45.897 | 42.736 | 20.087 | 21.200 | 8.228 | 10.258 | 74.212 | 74.194 |
| (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | (15.040) | (6.663) | (2.588) | (2.367) | (104) | (82) | (17.732) | (9.112) |
| Total de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Líquido | 30.857 | 36.073 | 17.499 | 18.833 | 8.124 | 10.176 | 56.480 | 65.082 |

Quadro 18 - Balanço Patrimonial (Demais Créditos e Valores a Longo Prazo)

Os valores totais da União são os mais representativos no consolidado líquido (54,6%).

Os valores de Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo são os mais representativos do total consolidado de demais créditos e valores no longo prazo com 71,8%.

O valor consolidado do ajuste para perdas representa 23,9% do total consolidado de demais créditos e valores no longo prazo.

O ajuste para perdas da União é aquele que tem maior representatividade em relação ao seu próprio total dos créditos a longo prazo: 32,8%, contra 12,9% dos estados e 1,3% dos municípios.

Nota 10 - Investimentos e Aplicações Temporárias

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, além das aplicações temporárias em metais preciosos e não inclui as aplicações dos recursos do RPPS.

**RSPN 2020**

**BALANÇO PATRIMONIAL (INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | 3.468 | 415 | 40.654 | 35.280 | 124.054 | 108.706 | 168.176 | 144.401 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo | 23.452 | 25.016 | 1.972 | 2.574 | 1.751 | 1.226 | 27.175 | 28.816 |
| *Total de Investimentos e Aplicações Temporárias* | 26.920 | 25.431 | 42.626 | 37.854 | 125.805 | 109.932 | 195.351 | 173.217 |

Quadro 19 - Balanço Patrimonial (Investimentos e Aplicações Temporárias)

O maior valor de investimentos e aplicações temporárias concentra-se no Curto Prazo com o percentual de 86,1%. Os municípios apresentam os valores mais representativos, com 64,4% do total consolidado.

O total de investimentos e aplicações temporárias apresentou um aumento de 12,8% em relação a 2019.

10.1 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

**RSPN 2020**

**BALANÇO PATRIMONIAL (INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 3.468 | 415 | 40.952 | 33.251 | 127.287 | 109.878 | 171.707 | 143.544 |
| Aplicação Temporária em Metais Preciosos | 0 | 0 | 0 | 2.134 | 0 | 0 | 0 | 2.134 |
| Aplicação Em Segmento de Imóveis | 0 | 0 | 0 | 0 | 17 | 0 | 17 | 0 |
| Total de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo - Bruto | 3.468 | 415 | 40.952 | 35.385 | 127.304 | 109.878 | 171.724 | 145.678 |
| (-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias | 0 | 0 | (297) | (105) | (3.251) | (1.173) | (3.548) | (1.278) |
| Total de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo - Líquido | 3.468 | 415 | 40.655 | 35.280 | 124.053 | 108.705 | 168.176 | 144.400 |

Quadro 20 - Balanço Patrimonial (Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo)

Os valores municipais representam a maior parcela do consolidado (73,8%).

A rubrica mais representativa desse grupo é a de Títulos e Valores Mobiliários, responsável por praticamente 100,0% do saldo consolidado dos investimentos e aplicações temporárias a curto prazo. A maior parte do saldo dos Títulos e Valores Mobiliários concentra-se em fundos de investimento em renda fixa, referenciados ou do Tesouro Nacional.

O ajuste para perdas representa 2,1% do total consolidado bruto.

10.2 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

**RSPN 2020**

**BALANÇO PATRIMONIAL (INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 23.452 | 25.016 | 1.952 | 2.230 | 1.166 | 1.068 | 26.570 | 28.314 |
| Aplicação Temporária em Metais Preciosos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Aplicação Em Segmento de Imóveis | 0 | 0 | 20 | 99 | 3 | 3 | 23 | 102 |
| Fundos Avaliados a Valor de Mercado | 0 | 0 | 0 | 0 | 184 | 147 | 184 | 147 |
| Aplicações do RPPS em Títulos do Tesouro Nacional Marcados na Curva | 0 | 0 | 0 | 0 | 128 | 0 | 128 | 0 |
| Outros Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo | 0 | 0 | 0 | 245 | 291 | 15 | 291 | 260 |
| Total de Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo - Bruto | 23.452 | 25.016 | 1.972 | 2.574 | 1.772 | 1.233 | 27.196 | 28.823 |
| (-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo | 0 | 0 | 0 | 0 | (21) | (7) | (21) | (7) |
| Total de Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo - Líquido | 23.452 | 25.016 | 1.972 | 2.574 | 1.751 | 1.226 | 27.175 | 28.816 |

Quadro 21 - Balanço Patrimonial (Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo)

Os valores totais da União são os mais representativos no consolidado líquido (86,3%).

Os valores de Títulos e Valores Mobiliários são os mais representativos do total consolidado de Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo com 97,7%.

O valor consolidado do ajuste para perdas representa 0,08% do total consolidado de Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo.

Nota 11 - Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

**RSPN 2020**

**BALANÇO PATRIMONIAL (ESTOQUES)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ESTOQUES | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Estoques a Curto Prazo | 26.334 | 23.449 | 17.475 | 13.486 | 12.162 | 8.882 | 55.971 | 45.817 |
| Estoques a Longo Prazo | 0 | 0 | 414 | 358 | 110 | 397 | 524 | 755 |
| *Total de Estoques* | 26.334 | 23.449 | 17.889 | 13.844 | 12.272 | 9.279 | 56.495 | 46.572 |

Quadro 22 - Balanço Patrimonial (Estoques)

O maior valor de estoques concentra-se no curto prazo com o percentual de 99,1%. A União apresenta os valores mais representativos, com 46,6% do total consolidado.

O total de estoques apresentou um aumento de 21,3% em relação a 2019.

11.1 - Estoques Curto Prazo

**RSPN 2020**

**BALANÇO PATRIMONIAL (ESTOQUES CURTO PRAZO)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ESTOQUES CURTO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Mercadorias para Revenda | 379 | 424 | 300 | 9 | 37 | 63 | 716 | 496 |
| Produtos e Serviços Acabados | 229 | 175 | 26 | 24 | 3 | 10 | 258 | 209 |
| Produtos e Serviços em Elaboração | 795 | 993 | 15 | 4 | 1 | 1 | 811 | 998 |
| Matérias-Primas | 890 | 842 | 16 | 17 | 262 | 242 | 1.168 | 1.101 |
| Materiais em Trânsito | 1.000 | 1.483 | 23 | 12 | 4 | 3 | 1.027 | 1.498 |
| Almoxarifado | 6.528 | 6.201 | 16.053 | 12.875 | 10.688 | 8.028 | 33.269 | 27.104 |
| Outros Estoques | 16.523 | 13.340 | 1.044 | 683 | 1.168 | 535 | 18.735 | 14.558 |
| *Total de Estoques - Bruto* | 26.344 | 23.458 | 17.477 | 13.624 | 12.163 | 8.882 | 55.984 | 45.964 |
| (-) Ajuste de Perdas de Estoques | (11) | (10) | (1) | (138) | 0 | 0 | (12) | (148) |
| *Total de Estoques - Líquido* | 26.333 | 23.448 | 17.476 | 13.486 | 12.163 | 8.882 | 55.972 | 45.816 |

Quadro 23 - Balanço Patrimonial (Estoques de Curto Prazo)

Os valores da União representam a maior parcela do consolidado (47,0%).

A rubrica mais representativa desse grupo é a de Almoxarifado, responsável por 59,4% do saldo consolidado dos estoques de curto prazo.

O ajuste para perdas representa 0,02% do total consolidado bruto.

11.2 - Estoques Longo Prazo

**RSPN 2020**

**BALANÇO PATRIMONIAL (ESTOQUES LONGO PRAZO)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ESTOQUES LONGO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Mercadorias para Revenda | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Produtos e Serviços Acabados | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 6 |
| Produtos e Serviços em Elaboração | 0 | 0 | 0 | 0 | 21 | 27 | 21 | 27 |
| Matérias-Primas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Materiais em Trânsito | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 | 0 | 12 |
| Almoxarifado | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 | 40 | 15 | 40 |
| Outros Estoques | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Adiantamentos a Fornecedores | 0 | 0 | 414 | 358 | 276 | 312 | 690 | 670 |
| *Total de Estoques - Bruto* | 0 | 0 | 414 | 358 | 312 | 397 | 726 | 755 |
| (-) Ajuste de Perdas de Estoques | 0 | 0 | 0 | 0 | (203) | 0 | (203) | 0 |
| *Total de Estoques - Líquido* | 0 | 0 | 414 | 358 | 109 | 397 | 523 | 755 |

Quadro 24 - Balanço Patrimonial (Estoques de Longo Prazo)

A rubrica mais representativa dos Estoques de Longo Prazo é a de Adiantamentos a Fornecedores, representando 95,0% do total consolidado bruto.

Os valores dos estados representam a maior parcela do consolidado: 79,2%.

O ajuste para perdas representa 28,0% do total consolidado bruto. Esse ajuste foi apresentado apenas pelos municípios e representou 65,1% do total bruto de estoques de longo prazo desses entes.

Nota 12 - Ativo não Circulante Mantido para Venda

Um ativo não circulante é classificado como mantido para venda, em separado no Ativo não Circulante, se o valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de uma transação de venda em vez de geração de caixa derivado do uso contínuo, devendo estar disponível para venda imediata em suas condições atuais e ser sua venda altamente provável. Esse grupo compreende esses ativos cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, dentro de um prazo inferior a 12 meses.

**RSPN 2020**

**BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Investimento Mantido para Venda | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 | 11 |
| Imobilizado Mantido para Venda | 129 | 178 | 36 | 35 | 14 | 8 | 179 | 221 |
| Intangível Mantido para Venda | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| *Total de Ativo Não Circulante Mantido para Venda - Bruto* | 129 | 178 | 36 | 35 | 14 | 19 | 179 | 232 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Mantidos para Venda | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| *Total de Ativo Não Circulante Mantido para Venda - Líquido* | 129 | 178 | 36 | 35 | 14 | 19 | 179 | 232 |

Quadro 25 - Balanço Patrimonial (Ativo Não Circulante Mantido para Venda)

A maior parte dos valores deste grupo foi apresentada pela União (72,1%).

O total consolidado líquido apresentou redução de 22,8% em relação a 2019.

Nota 13 - VPD Pagas Antecipadamente

Essa conta é composta por variações patrimoniais diminutivas (VPD) que foram pagas de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

**RSPN 2020**

**BALANÇO PATRIMONIAL (VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| VPD Pagas Antecipadamente A Curto Prazo | 116 | 80 | 4.916 | 5.154 | 88 | 100 | 5.120 | 5.334 |
| VPD Pagas Antecipadamente A Longo Prazo | 32 | 0 | 1.798 | 1.364 | 100 | 31 | 1.930 | 1.395 |
| *Total de VPD Pagas Antecipadamente* | 148 | 80 | 6.714 | 6.518 | 188 | 131 | 7.050 | 6.729 |

Quadro 26 - Balanço Patrimonial (VPD Pagas Antecipadamente)

O maior valor de VPD Pagas Antecipadamente concentra-se no curto prazo com o percentual de 72,6%. Os estados apresentam os valores mais representativos, com 95,2% do total consolidado.

O total de VPD Pagas Antecipadamente apresentou um aumento de 4,8% em relação a 2019.

13.1 - VPD Pagas Antecipadamente Curto Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE CURTO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE CURTO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Prêmios de Seguros a Apropriar | 18 | 6 | 22 | 19 | 33 | 29 | 73 | 54 |
| VPD Financeiras a Apropriar | 3 | 0 | 3 | 3 | 4 | 8 | 10 | 11 |
| Assinaturas e Anuidades a Apropriar | 29 | 15 | 13 | 12 | 13 | 11 | 55 | 38 |
| Aluguéis Pagos a Apropriar | 15 | 17 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 | 17 |
| Tributos Pagos a Apropriar | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Contribuições Confederativas a Apropriar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios a Pessoal a Apropriar | 0 | 0 | 25 | 21 | 2 | 1 | 27 | 22 |
| Demais VPD a Apropriar | 52 | 43 | 4.852 | 5.098 | 35 | 51 | 4.939 | 5.192 |
| *Total de VPD Pagas Antecipadamente Curto Prazo* | 117 | 81 | 4.915 | 5.153 | 88 | 100 | 5.120 | 5.334 |

Quadro 27 - Balanço Patrimonial (VPD Pagas Antecipadamente Curto Prazo)

Os valores dos estados representam a maior parcela do consolidado (96,0%).

A rubrica mais representativa desse grupo é a de Demais VPD a Apropriar, responsável por 96,5% do saldo consolidado dos VPD Pagas Antecipadamente no Curto Prazo.

13.2 - VPD Pagas Antecipadamente Longo Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE LONGO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE LONGO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Prêmios de Seguros a Apropriar | 0 | 0 | 0 | 0 | 87 | 0 | 87 | 0 |
| VPD Financeiras a Apropriar | 24 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 24 | 1 |
| Assinaturas e Anuidades a Apropriar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Aluguéis Pagos a Apropriar | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 |
| Tributos Pagos a Apropriar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Contribuições Confederativas a Apropriar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios a Pessoal a Apropriar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Demais VPD a Apropriar | 0 | 0 | 1.797 | 1.363 | 12 | 30 | 1.809 | 1.393 |
| *Total de VPD Pagas Antecipadamente Longo Prazo* | 31 | 0 | 1.797 | 1.363 | 99 | 31 | 1.927 | 1.394 |

Quadro 28 - Balanço Patrimonial (VPD Pagas Antecipadamente Longo Prazo)

Os valores dos estados representam a maior parcela do consolidado (93,3%).

A rubrica mais representativa desse grupo é a de Demais VPD a Apropriar, responsável por 93,9% do saldo consolidado dos VPD Pagas Antecipadamente no Longo Prazo.

Nota 14 - Investimentos

Os investimentos permanentes são compostos majoritariamente por participações societárias. As participações em coligadas, controladas e outras sociedades em cuja administração o ente público tenha influência significativa são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (o valor contábil do investimento é aumentado ou reduzido conforme o Patrimônio Líquido da empresa investida aumenta ou diminui), enquanto as demais são avaliadas pelo custo de aquisição, de acordo com os critérios definidos no item 3.2.4 da Parte II do MCASP.

As participações societárias não incluem investimentos em empresas estatais dependentes, conforme definição do inciso III do art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. As empresas estatais dependentes são consolidadas no patrimônio do ente público juntamente com os demais órgãos e entidades não empresariais pertencentes à Administração Pública.

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (INVESTIMENTOS)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| INVESTIMENTOS | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Participações Permanentes | 469.004 | 393.922 | 162.712 | 153.564 | 7.858 | 7.906 | 639.574 | 555.392 |
| Propriedades para Investimento | 1.124 | 1.411 | 1.646 | 2.381 | 1.048 | 642 | 3.818 | 4.434 |
| Investimentos do RPPS de Longo Prazo | 0 | 0 | 6.409 | 5.927 | 2.353 | 2.026 | 8.762 | 7.953 |
| Demais Investimentos Permanentes | 2 | 2 | 8.113 | 7.224 | 7.457 | 6.455 | 15.572 | 13.681 |
| *Total de Investimentos - Bruto* | 470.130 | 395.335 | 178.880 | 169.096 | 18.716 | 17.029 | 667.726 | 581.460 |
| (-) Depreciação Acumulada de Investimentos | 0 | 0 | (31) | (28) | (42) | (36) | (73) | (64) |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos | (18) | (24) | (22) | (53) | (85) | (72) | (117) | (149) |
| *Total de Investimentos - Líquido* | 470.120 | 395.311 | 178.827 | 169.015 | 18.589 | 16.921 | 667.536 | 581.247 |

Quadro 29 - Balanço Patrimonial (Investimentos)

De acordo com o PIPCP, a União está obrigada a aplicar integralmente as normas para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. O prazo para os demais entes varia entre 2019 e 2021. De acordo com esse cronograma, apenas municípios com menos de 50 mil habitantes ainda não são obrigados a implantar esse procedimento contábil.

Os maiores valores do grupo de investimentos encontram-se na União (70,4%) e referem-se principalmente à participação da União em empresas como BNDES, Petrobras, CEF, BB, Eletrobras, Banco do Nordeste etc. .

O total consolidado de Investimentos apresentou um aumento de 14,8% em relação a 2019.

Nota 15 - Imobilizado

Segundo o PIPCP, a União, desde 2015, foi obrigada a aplicar integralmente os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis e respectiva depreciação ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável. De acordo com o Balanço Geral da União (BGU), foi estabelecido um calendário para adoção gradativa dos procedimentos de depreciação, amortização e exaustão dos bens e que a adoção está progredindo à medida que os controles sobre os bens são mais bem desenvolvidos e de acordo com a capacidade de recursos humanos. Ainda segundo o BGU, a depreciação relativa aos bens imóveis da União, que correspondem à parcela mais expressiva do imobilizado, é calculada pelo SPIUnet, utilizando o Método da Parábola de Kuentzle

Os estados, Distrito Federal e municípios possuem prazos maiores para aplicarem integralmente os procedimentos patrimoniais para os bens do Imobilizado. Esses prazos vão desde 2018 até 2023. Desde 2019, os Estados e Distrito Federal já deveriam ter efetuado o total reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura), inclusive com as respectivas depreciação, exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável.

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (IMOBILIZADO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IMOBILIZADO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Bens Móveis | 139.300 | 126.302 | 96.409 | 90.919 | 100.717 | 85.896 | 336.426 | 303.117 |
| Bens Imóveis | 1.526.838 | 1.316.040 | 413.779 | 388.577 | 415.258 | 344.463 | 2.355.875 | 2.049.080 |
| *Total do Imobilizado - Bruto* | 1.666.138 | 1.442.342 | 510.188 | 479.496 | 515.975 | 430.359 | 2.692.301 | 2.352.197 |
| (-) Subvenção Governamental para Investimentos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| (-) Depreciação / Amortização / Exaustão Acumulada | (35.581) | (32.276) | (37.476) | (27.134) | (22.485) | (18.466) | (95.542) | (77.876) |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado | (1.396) | (1.445) | (7) | (1) | (439) | (129) | (1.842) | (1.575) |
| *Total do Imobilizado - Líquido* | 1.629.161 | 1.408.621 | 472.705 | 452.361 | 493.051 | 411.764 | 2.594.917 | 2.272.746 |

Quadro 30 - Balanço Patrimonial (Imobilizado)

Os maiores valores do grupo de imobilizado encontram-se na União (62,8%) e referem-se principalmente a bens imóveis. O BGU traz um detalhamento da composição desses valores.

Em comparação com 2019, houve um aumento de 14,5% no total líquido do Imobilizado.

O valor de Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada representa 3,5% do Total do Imobilizado bruto.

Nota 16 - Intangível

Segundo o PIPCP, a União devem aplicar integralmente os procedimentos patrimoniais para reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres e respectiva amortização, reavaliação e redução a valor recuperável em 2019, os estados em 2020, os municípios com mais de 50 mil habitantes em 2021 e os municípios com menos de 50 mil habitantes em 2022. Os prazos para outros ativos intangíveis serão definidos em normativos específicos.

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (INTANGÍVEL)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| INTANGÍVEL | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Softwares | 5.897 | 5.256 | 2.466 | 2.040 | 583 | 435 | 8.946 | 7.731 |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | 4.613 | 3.646 | 3.176 | 3.133 | 92 | 89 | 7.881 | 6.868 |
| Direito de Uso de Imóveis | 16 | 16 | 16 | 5 | 80 | 105 | 112 | 126 |
| *Total do Intangível - Bruto* | 10.526 | 8.918 | 5.658 | 5.178 | 755 | 629 | 16.939 | 14.725 |
| (-) Amortização Acumulada | (952) | (794) | (406) | (319) | (214) | (190) | (1.572) | (1.303) |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível | (7) | (6) | 0 | 0 | 0 | (1) | (7) | (7) |
| *Total do Intangível - Líquido* | 9.567 | 8.118 | 5.252 | 4.859 | 541 | 438 | 15.360 | 13.415 |

Quadro 31 - Balanço Patrimonial (Intangível)

Embora ainda não haja obrigatoriedade para o reconhecimento dos ativos intangíveis, verifica-se que nos últimos quatro anos vem ocorrendo um acréscimo nos montantes registrados, o que pode ser consequência da adoção da NBC TSP 08 - Ativo Intangível por parte dos entes da Federação. Este aumento foi verificado tanto no total do intangível (15,0%) quanto na Amortização Acumulada (20,6%).

Os maiores valores do grupo de intangível encontram-se na União (62,3%).

O valor da Amortização Acumulada consolidada representa 9,3% do total bruto de Intangível. Na análise por esfera, a Amortização Acumulada dos municípios tem a maior representatividade em relação ao seu total do intangível: 28,3%.

Nota 17 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

De acordo com o PIPCP, os entes devem registrar as obrigações decorrentes de benefícios a empregados, como 13º salário e férias, pelo regime de competência. Conforme os prazos estabelecidos no referido documento, a União, os estados, Distrito Federal e municípios já estão obrigados a efetuar tais registros.

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Obrigações Trab., Prev. E Assist. A Pagar a Curto Prazo | 83.889 | 74.265 | 40.418 | 39.140 | 18.276 | 15.647 | 142.583 | 129.052 |
| Obrigações Trab., Prev. E Assist. A Pagar a Longo Prazo | 2.951 | 2.761 | 32.775 | 34.353 | 40.230 | 36.813 | 75.956 | 73.927 |
| *Total de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar* | 86.840 | 77.026 | 73.193 | 73.493 | 58.506 | 52.460 | 218.539 | 202.979 |

Quadro 32 - Balanço Patrimonial (Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar)

O maior valor de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar concentra-se no curto prazo com o percentual de 65,2%. A União concentra o maior percentual do consolidado, com 39,7%, enquanto os estados representam 33,5% do total consolidado.

O total de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar apresentou um aumento de 7,7% em relação a 2019.

17.1 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

BSPN 2020

Balanço Patrimonial (Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Pessoal a Pagar | 30.820 | 25.479 | 34.881 | 30.976 | 14.945 | 13.036 | 80.646 | 69.491 |
| Benefícios Previdenciários a Pagar | 50.427 | 46.368 | 4.272 | 4.885 | 1.496 | 1.050 | 56.195 | 52.303 |
| Benefícios Assistenciais a Pagar | 2.392 | 2.161 | 19 | 19 | 123 | 87 | 2.534 | 2.267 |
| Encargos Sociais a Pagar | 251 | 256 | 1.247 | 3.260 | 1.713 | 1.474 | 3.211 | 4.990 |
| *Total de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo* | 83.890 | 74.264 | 40.419 | 39.140 | 18.277 | 15.647 | 142.586 | 129.051 |

Quadro 33 - Balanço Patrimonial (Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo)

Os valores da União representam a maior parcela do consolidado (58,8%).

As rubricas mais representativas do curto prazo são a de pessoal a pagar e a de benefícios previdenciários a pagar, representando, respectivamente 56,6% e 39,4% do total.

17.2 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Pessoal a Pagar | 682 | 725 | 28.368 | 29.910 | 20.922 | 21.001 | 49.972 | 51.636 |
| Benefícios Previdenciários a Pagar | 1.842 | 1.616 | 4.057 | 4.161 | 2.559 | 2.200 | 8.458 | 7.977 |
| Benefícios Assistenciais a Pagar | 0 | 0 | 189 | 86 | 304 | 274 | 493 | 360 |
| Encargos Sociais a Pagar | 427 | 420 | 161 | 196 | 16.445 | 13.338 | 17.033 | 13.954 |
| *Total de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo* | 2.951 | 2.761 | 32.775 | 34.353 | 40.230 | 36.813 | 75.956 | 73.927 |

Quadro 34 - Balanço Patrimonial (Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo)

A rubrica mais representativa do longo prazo é a de pessoal a pagar com 65,8% do total.

Os valores municipais e estaduais representam a maior parcela do consolidado, com 53,0% e 43,1%, respectivamente.

Nota 18 - Empréstimos e Financiamentos

Os valores deste grupo compreendem as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com um fornecedor.

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Empréstimos E Financiamentos de Curto Prazo | 1.708.285 | 1.098.497 | 55.713 | 40.847 | 3.210 | 2.603 | 1.767.208 | 1.141.947 |
| Empréstimos E Financiamentos de Longo Prazo | 5.230.918 | 5.068.058 | 333.245 | 303.267 | 52.001 | 37.553 | 5.616.164 | 5.408.878 |
| *Total de Empréstimos E Financiamentos* | 6.939.203 | 6.166.555 | 388.958 | 344.114 | 55.211 | 40.156 | 7.383.372 | 6.550.825 |

Quadro 35 - Balanço Patrimonial (Empréstimos e Financiamentos a pagar)

O maior valor de empréstimos e financiamentos concentra-se no longo prazo com o percentual de 76,1%. A União concentra o maior percentual do consolidado, com 94,0%.

O total de empréstimos e financiamentos apresentou um aumento de 12,7% em relação a 2019.

18.1 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Os empréstimos e financiamentos a curto prazo estão segregados em interno e externo, de acordo com a origem do credor.

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Empréstimos a Curto Prazo - Interno | 1.681.485 | 1.092.795 | 26.672 | 21.413 | 1.352 | 1.126 | 1.709.509 | 1.115.334 |
| Empréstimos a Curto Prazo - Externo | 25.026 | 4.332 | 9.182 | 7.950 | 572 | 379 | 34.780 | 12.661 |
| Financiamentos a Curto Prazo - Interno | 5 | 4 | 1.331 | 865 | 619 | 567 | 1.955 | 1.436 |
| Financiamento a Curto Prazo - Externo | 1.768 | 1.367 | 1.581 | 1.013 | 549 | 481 | 3.898 | 2.861 |
| Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo – Interno | 1 | 0 | 20.062 | 14.987 | 160 | 61 | 20.223 | 15.048 |
| Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Externo | 0 | 0 | 1.002 | 1.126 | 298 | 196 | 1.300 | 1.322 |
| *Total de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Bruto* | 1.708.285 | 1.098.498 | 59.830 | 47.354 | 3.550 | 2.810 | 1.771.665 | 1.148.662 |
| (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno | 0 | 0 | (3.123) | (5.409) | (46) | (14) | (3.169) | (5.423) |
| (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo | 0 | 0 | (994) | (1.098) | (293) | (193) | (1.287) | (1.291) |
| *Total de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Líquido* | 1.708.285 | 1.098.498 | 55.713 | 40.847 | 3.211 | 2.603 | 1.767.209 | 1.141.948 |

Quadro 36 - Balanço Patrimonial (Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo)

Tais passivos estão concentrados na União, que responde por 96,7% dos valores. Deste montante, 98,4% (1.681,27 milhões) refere-se à dívida mobiliária interna, sendo R$ 1.285,14 bilhões em títulos em poder do mercado e R$ 396,13 bilhões em títulos em poder do Banco Central do Brasil (BCB) .

Nos estados, foi verificado um aumento significativo dos empréstimos e financiamentos de curto prazo: R$ 14,8 bilhões (36,4%), enquanto os municípios tiveram um aumento de R$ 0,74 bilhões (23,4%).

18.2 - Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Empréstimos a Longo Prazo - Interno | 5.009.718 | 4.905.552 | 195.427 | 196.189 | 24.459 | 19.704 | 5.229.604 | 5.121.445 |
| Empréstimos a Longo Prazo - Externo | 202.061 | 150.652 | 104.664 | 86.358 | 12.033 | 8.272 | 318.808 | 245.282 |
| Financiamentos a Longo Prazo - Interno | 498 | 251 | 13.404 | 6.168 | 7.788 | 4.269 | 21.690 | 10.688 |
| Financiamento a Longo Prazo - Externo | 18.641 | 11.604 | 19.667 | 14.552 | 7.115 | 5.354 | 45.423 | 31.510 |
| Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo – Interno | 0 | 0 | 35.704 | 25.545 | 661 | 234 | 36.365 | 25.779 |
| Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Externo | 0 | 0 | 5.098 | 4.479 | 1.869 | 1.285 | 6.967 | 5.764 |
| *Subtotal de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Bruto* | 5.230.918 | 5.068.059 | 373.964 | 333.291 | 53.975 | 39.118 | 5.658.857 | 5.440.468 |
| (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno | 0 | 0 | (35.648) | (25.545) | (126) | (302) | (35.766) | (25.847) |
| (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo | 0 | 0 | (5.078) | (4.479) | (1.850) | (1.264) | (6.928) | (5.743) |
| *Subtotal de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Líquido* | 5.230.918 | 5.068.059 | 333.246 | 303.267 | 51.999 | 37.552 | 5.616.163 | 5.408.878 |

Quadro 37 - Balanço Patrimonial (Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo)

As contas de empréstimos e financiamentos a longo prazo estão classificadas conforme a origem do credor, interno ou externo. Tais passivos estão concentrados na União, especificamente como empréstimos a longo prazo interno, correspondendo a 93,1% dos valores totais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo.

Nota 19 - Fornecedores e Contas a Pagar

Conforme o PIPCP, todos os entes da Federação são obrigados a reconhecer, mensurar e evidenciar suas obrigações com fornecedores por competência desde 2016.

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo | 5.078 | 2.838 | 33.754 | 37.851 | 20.209 | 25.495 | 59.041 | 66.184 |
| Fornecedores e Contas a Pagar de Longo Prazo | 968 | 344 | 39.538 | 34.667 | 15.427 | 17.348 | 55.933 | 52.359 |
| *Total de Fornecedores e Contas a Pagar* | 6.046 | 3.182 | 73.292 | 72.518 | 35.636 | 42.843 | 114.974 | 118.543 |

Quadro 38 - Balanço Patrimonial (Fornecedores e Contas a Pagar)

O maior valor de fornecedores e contas a pagar concentra-se no curto prazo com o percentual de 51,4%. Os estados concentram o maior percentual do consolidado, com 63,7%.

O total de fornecedores e contas a pagar apresentou uma redução de 3,0% em relação a 2019, observado principalmente nos valores de curto prazo.

19.1 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP | 2.334 | 2.640 | 33.752 | 37.848 | 20.177 | 25.476 | 56.263 | 65.964 |
| Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a CP | 2.744 | 198 | 2 | 2 | 32 | 19 | 2.778 | 219 |
| *Total de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo* | 5.078 | 2.838 | 33.754 | 37.850 | 20.209 | 25.495 | 59.041 | 66.183 |

Quadro 39 - Balanço Patrimonial (Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo)

Entre 2019 e 2020 houve um decréscimo nos passivos com fornecedores do curto prazo de 10,8%, notadamente como reflexo dos registros dos estados e municípios, que tiveram uma redução de 10,8% e 20,7%, respectivamente, em seus valores registrados com Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo. Por sua vez, a União apresentou um aumento de 78,9%, devido principalmente ao acréscimo nos valores de fornecedores e contas a pagar estrangeiros a curto prazo.

19.2 - Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Fornecedores Nacionais a Longo Prazo | 836 | 344 | 39.534 | 34.663 | 15.390 | 17.313 | 55.760 | 52.320 |
| Fornecedores Estrangeiros a Longo Prazo | 132 | 0 | 4 | 4 | 37 | 35 | 173 | 39 |
| *Total de Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo* | 968 | 344 | 39.538 | 34.667 | 15.427 | 17.348 | 55.933 | 52.359 |

Quadro 40 - Balanço Patrimonial (Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo)

Entre 2019 e 2020 houve um acréscimo nos passivos com fornecedores de longo prazo de 6,8%, principalmente como reflexo dos registros da União, que teve um aumento de 181,4% em seus valores registrados com Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.

Nota 20 - Obrigações Fiscais

Este grupo compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições. Embora os saldos apresentados já tenham recebido tratamento de forma a excluir os saldos recíprocos, o que deveria ocasionar saldos nulos nas contas de obrigações fiscais entre os entes da Federação, dadas as limitações nos registros dos diversos entes, não é possível assegurar a total eliminação desses saldos. Isso ocorre porque ainda não há total padronização na forma de realizar a contabilização de eventos de mesma natureza, em função dos prazos de implantação do PIPCP e por causa da diversidade na qualidade da informação contábil entre os entes da Federação.

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (OBRIGAÇÕES FISCAIS)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OBRIGAÇÕES FISCAIS | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Obrigações Fiscais de Curto Prazo | 8 | 7 | 384 | 391 | 154 | 138 | 546 | 536 |
| Obrigações Fiscais de Longo Prazo | 66 | 80 | 37 | 47 | 1.744 | 1.739 | 1.847 | 1.866 |
| *Total de Obrigações Fiscais* | 74 | 87 | 421 | 438 | 1.898 | 1.877 | 2.393 | 2.402 |

Quadro 41 - Balanço Patrimonial (Obrigações Fiscais)

20.1 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União | 8 | 7 | 322 | 328 | 110 | 98 | 440 | 433 |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados | 0 | 0 | 62 | 62 | 3 | 3 | 65 | 65 |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios | 0 | 0 | 0 | 2 | 41 | 37 | 41 | 39 |
| *Total de Obrigações Fiscais a Curto Prazo* | 8 | 7 | 384 | 392 | 154 | 138 | 546 | 537 |

Quadro 42 - Balanço Patrimonial (Obrigações Fiscais a Curto Prazo)

20.2 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União | 42 | 48 | 30 | 39 | 1.538 | 1.275 | 1.610 | 1.362 |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados | 25 | 32 | 0 | 0 | 95 | 100 | 120 | 132 |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios | 0 | 0 | 7 | 8 | 112 | 363 | 119 | 371 |
| *Total das Obrigações Fiscais a Longo Prazo* | 67 | 80 | 37 | 47 | 1.745 | 1.738 | 1.849 | 1.865 |

Quadro 43 - Balanço Patrimonial (Obrigações Fiscais a Longo Prazo)

Nota 21 - Provisões

Constituem as contas de provisões os passivos com prazos ou valores incertos. O PIPCP estabelece prazos diferenciados para os entes reconhecerem, mensurarem e evidenciarem as provisões segundo o regime de competência. O prazo para a União iniciar os registros era 01/01/2018. Os prazos para estados e municípios variam de 2019 a 2021.

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (PROVISÕES)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PROVISÕES | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Provisões de Curto Prazo | 69.010 | 63.672 | 3.389 | 2.606 | 1.860 | 816 | 74.259 | 67.094 |
| Provisões de Longo Prazo | 2.825.549 | 2.228.111 | 1.886.316 | 1.738.519 | 512.049 | 463.302 | 5.223.914 | 4.429.932 |
| *Total de Provisões* | 2.894.559 | 2.291.783 | 1.889.705 | 1.741.125 | 513.909 | 464.118 | 5.298.173 | 4.497.026 |

Quadro 44 - Balanço Patrimonial (Provisões)

O maior valor de provisões concentra-se no longo prazo com o percentual de 98,6%. A União e os estados concentram os maiores percentuais do consolidado, com 54,6% e 35,7%, respectivamente.

O total de provisões apresentou um aumento de 17,8% em relação a 2019.

21.1 - Provisões a Curto Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (PROVISÕES A CURTO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PROVISÕES A CURTO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo | 636 | 753 | 868 | 347 | 184 | 121 | 1.688 | 1.221 |
| Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo | 110 | 225 | 350 | 2 | 31 | 54 | 491 | 281 |
| Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo | 1.047 | 3.478 | 145 | 140 | 252 | 150 | 1.444 | 3.768 |
| Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo | 358 | 215 | 0 | 0 | 0 | 0 | 358 | 215 |
| Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Curto Prazo | 0 | 0 | 14 | 0 | 0 | 0 | 14 | 0 |
| Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo | 31.298 | 34.654 | 104 | 11 | 0 | 0 | 31.402 | 34.665 |
| Outras Provisões a Curto Prazo | 35.561 | 24.347 | 1.909 | 2.106 | 1.393 | 491 | 38.863 | 26.944 |
| *Total de Provisões a Curto Prazo* | 69.010 | 63.672 | 3.390 | 2.606 | 1.860 | 816 | 74.260 | 67.094 |

Quadro 45 - Balanço Patrimonial (Provisões a Curto Prazo)

A União é responsável por cerca de 92,9% do total das provisões a curto prazo. Conforme o Balanço Geral da União, o item mais relevante dessas provisões está relacionado a provisões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no montante de R$ 19,1 bilhões.

21.2 - Provisões a Longo Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (PROVISÕES A LONGO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PROVISÕES A LONGO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo | 4.364 | 1.662 | 3.337 | 3.053 | 5.253 | 5.426 | 12.954 | 10.141 |
| Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo | 1.216.063 | 1.135.965 | 1.769.941 | 1.648.481 | 481.411 | 438.824 | 3.467.415 | 3.223.270 |
| Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo | 76 | 20 | 105 | 188 | 1.065 | 375 | 1.246 | 583 |
| Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo | 3.825 | 3.965 | 1.874 | 2.228 | 20.030 | 14.079 | 25.729 | 20.272 |
| Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo | 1.322 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.322 | 0 |
| Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Longo Prazo | 0 | 0 | 0 | 0 | 391 | 391 | 391 | 391 |
| Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo | 110.402 | 53.691 | 0 | 0 | 16 | 0 | 110.418 | 53.691 |
| Outras Provisões a Longo Prazo | 1.489.498 | 1.032.808 | 111.059 | 84.569 | 3.882 | 4.207 | 1.604.439 | 1.121.584 |
| *Total de Provisões a Longo Prazo* | 2.825.550 | 2.228.111 | 1.886.316 | 1.738.519 | 512.048 | 463.302 | 5.223.914 | 4.429.932 |

Quadro 46 - Balanço Patrimonial (Provisões a Longo Prazo)

Embora os entes possuam prazos diferenciados para reconhecerem, mensurarem e evidenciarem as provisões segundo o regime de competência, observa-se que muitos entes já vêm adotando, como política contábil, o reconhecimento das provisões, em especial, daquelas relativas às obrigações previdenciárias, que representam 66,4% do total.

O total consolidado de Provisões a Longo Prazo aumentou 17,9% em relação a 2019.

Nota 22 - Demais Obrigações

Estas contas compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos grupos anteriores.

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (DEMAIS OBRIGAÇÕES)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMAIS OBRIGAÇÕES | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Demais Obrigações de Curto Prazo | 69.864 | 100.562 | 72.010 | 76.443 | 20.682 | 18.393 | 162.556 | 195.398 |
| Demais Obrigações de Longo Prazo | 114.046 | 107.159 | 37.009 | 38.799 | 14.219 | 13.992 | 165.274 | 159.950 |
| *Total de Demais Obrigações* | 183.910 | 207.721 | 109.019 | 115.242 | 34.901 | 32.385 | 327.830 | 355.348 |

Quadro 47 - Balanço Patrimonial (Demais Obrigações)

Em 2020, as demais obrigações possuíam aproximadamente os mesmos valores consolidados no curto e no longo prazo.

O total de demais obrigações apresentou uma redução de 7,7% em relação a 2019.

A União concentra o maior percentual do consolidado, com 56,1%.

22.1 - Demais Obrigações a Curto Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Adiantamentos de Clientes | 352 | 339 | 433 | 423 | 490 | 464 | 1.275 | 1.226 |
| Obrigações por Danos a Terceiros | 0 | 0 | 0 | 0 | 51 | 13 | 51 | 13 |
| Arrendamento Operacional a Pagar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 4 |
| Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar | 0 | 0 | 2 | 2 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| Obrigações Decorrentes de Contratos De PPP | 0 | 0 | 963 | 1.457 | 28 | 26 | 991 | 1.483 |
| Depósitos de Instituições Autorizadas a Operar pelo BACEN | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valores Restituíveis | 11.653 | 9.579 | 53.700 | 59.279 | 16.888 | 14.755 | 82.241 | 83.613 |
| Outras Obrigações a Curto Prazo | 57.859 | 90.644 | 16.912 | 15.282 | 3.224 | 3.130 | 77.995 | 109.056 |
| *Total de Demais Obrigações a Curto Prazo* | 69.864 | 100.562 | 72.010 | 76.443 | 20.681 | 18.393 | 162.555 | 195.398 |

Quadro 48 - Balanço Patrimonial (Demais Obrigações a Curto Prazo)

Os valores dos estados e da União representam as maiores parcelas do consolidado, com 44,3% e 43%, respectivamente.

As rubricas mais representativas do curto prazo são a de valores restituíveis (50,6%) e outras obrigações a curto prazo (48%).

22.2 - Demais Obrigações a Longo Prazo

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo | 640 | 184 | 1.352 | 474 | 411 | 701 | 2.403 | 1.359 |
| Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo | 0 | 0 | 0 | 0 | 44 | 34 | 44 | 34 |
| Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | 10 | 10 | 0 | 0 | 51 | 0 | 61 | 10 |
| Obrigações Decorrentes de Contratos de PPP - Longo Praz | 0 | 0 | 1.208 | 1.420 | 84 | 321 | 1.292 | 1.741 |
| Valores Restituíveis | 2.868 | 262 | 11.197 | 11.875 | 8.347 | 8.240 | 22.412 | 20.377 |
| Outras Obrigações a Longo Prazo | 110.527 | 106.703 | 23.251 | 25.029 | 5.283 | 4.696 | 139.061 | 136.428 |
| *Total de Demais Obrigações a Longo Prazo* | 114.045 | 107.159 | 37.008 | 38.798 | 14.220 | 13.992 | 165.273 | 159.949 |

Quadro 49 - Balanço Patrimonial (Demais Obrigações a Longo Prazo)

Os valores da União representam a maior parcela do consolidado, com 69,0% do total.

A rubrica mais representativa do longo prazo é a de outras obrigações a longo prazo, com 84,1%.

Nota 23 - Resultado Diferido

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (RESULTADO DIFERIDO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RESULTADO DIFERIDO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida | 2 | 2 | 13.861 | 13.687 | 297 | 921 | 14.160 | 14.610 |
| (-) Custo Diferido | 0 | 0 | (458) | (444) | (2) | (2) | (460) | (446) |
| *Total do Resultado Diferido* | 2 | 2 | 13.403 | 13.243 | 295 | 919 | 13.700 | 14.164 |

Quadro 50 - Balanço Patrimonial (Resultado Diferido)

A conta de resultado diferido engloba o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

O valor consolidado teve origem praticamente todo dos estados: 97,8% do total.

Nota 24 - Patrimônio Líquido

BSPN 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (PATRIMÔNIO LÍQUIDO)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Patrimônio Social e Capital Social | 3.595 | 3.595 | 25.229 | 20.740 | 55.329 | 54.061 | 84.153 | 78.396 |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | 0 | 0 | 970 | 1.532 | 71 | 42 | 1.041 | 1.574 |
| Reservas de Capital | 17 | 19 | 679 | 675 | 199 | 208 | 895 | 902 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | 1 | 1 | 3.674 | 9.413 | 3.405 | 3.334 | 7.080 | 12.748 |
| Reservas de Lucros | 0 | 0 | 73 | 537 | 2 | (82) | 75 | 455 |
| Demais Reservas | 176 | 176 | 3.541 | 4.084 | 913 | 741 | 4.630 | 5.001 |
| Resultados Acumulados* | (4.709.944) | (3.756.734) | (1.120.973) | (1.029.003) | 419.087 | 339.590 | (5.411.830) | (4.446.147) |
| (-) Ações/Cotas em Tesouraria | (1.394) | (1.394) | 0 | 0 | 0 | (31) | (1.394) | (1.425) |
| *Total do Patrimônio Líquido* | (4.707.549) | (3.754.337) | (1.086.807) | (992.022) | 479.006 | 397.863 | (5.315.350) | (4.348.496) |

* Ajuste realizado no quadro 03 (Quadro 3)

Quadro 51 - Balanço Patrimonial (Patrimônio Líquido)

Desde 2015, a União, assim como alguns estados e municípios, têm apresentado déficit em seus Resultados Acumulados, o que fez com que o saldo do Patrimônio Líquido (PL) no Balanço Patrimonial consolidado se apresentasse com valores negativos. Observa-se, em 2020, que o Patrimônio Líquido do setor público nacional sofreu uma redução (aumento no déficit) de cerca de 22,2% em relação ao ano anterior, sendo que o déficit em resultados acumulados continua sendo o responsável por tal fenômeno. A ampliação do PL negativo aconteceu para estados (9,6%) e União (25,4%). No caso dos municípios, houve um aumento do Patrimônio Líquido de 20,4%.

Com relação ao déficit em resultados acumulados, dentre outras coisas, destaca-se que as ações de combate à pandemia de Covid-19 contribuíram fortemente para este aumento do déficit. Na União, por exemplo, o grupo de Benefícios Previdenciários e Assistenciais apresentou um aumento de R$ 399,2 bilhões (46,52%) em relação ao mesmo período do exercício anterior, devido principalmente as ações de emergenciais de enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Além disso, o aumento do déficit consolidado pode ter influência também da adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais, previstos no PIPCP. A adoção inicial de diversos procedimentos patrimoniais (como, por exemplo, o ajuste do valor dos bens móveis e imóveis pelo registro inicial da depreciação acumulada e o registro de passivo por competência) tem reflexo direto na conta de ajustes de exercícios anteriores. Como os prazos do PIPCP são escalonados, muitos municípios ainda não implantaram alguns dos procedimentos já exigidos para União e estados. Assim, tendo em vista o contexto de implantação de novos procedimentos, não é possível afirmar que esse aumento do déficit se deve a uma deterioração das contas públicas. Tal resultado pode ser decorrência, ao menos em parte, da melhora da informação patrimonial.

Cabe ainda destacar que a existência de patrimônio líquido negativo não é, necessariamente, reflexo de má gestão ou indicativo de problemas fiscais. Ao contrário do setor privado, o setor público não tem como objetivo a obtenção de lucros, mas a prestação de serviços à população, os quais em sua maioria não são remunerados ou mensurados patrimonialmente. Assim, a inversão do patrimônio líquido é comum no setor público e pode ser observada em diversos outros países.

Nota 25 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

BSPN 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Impostos | 511.573 | 504.042 | 663.397 | 645.731 | 168.438 | 160.192 | 1.343.408 | 1.309.965 |
| Taxas | 6.402 | 8.558 | 37.748 | 42.532 | 18.065 | 13.945 | 62.215 | 65.035 |
| Contribuições de Melhoria | 0 | 0 | 0 | 0 | 799 | 609 | 799 | 609 |
| *Total dos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria* | 517.975 | 512.600 | 701.145 | 688.263 | 187.302 | 174.746 | 1.406.422 | 1.375.609 |

Quadro 52 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria)

Em 2020, o grupo "Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria" totalizou R$ 1.406,4 bilhões, representando 24,6% do total de VPA. Desse total, 95,5% foram relativos a impostos.

Observa-se ainda que houve um crescimento no total de receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria da ordem de 2,24%, quando comparado aos dados consolidados de 2019. Se considerado o IPCA, que no ano de 2020 obteve um percentual acumulado de 4,52%, observa-se uma redução real da ordem de 2,28%.

Os valores dos estados e da União representam as maiores parcelas do consolidado, com 49,9% e 36,8%, respectivamente.

Nota 26 - Contribuições

BSPN 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONTRIBUIÇÕES)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Contribuições | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Contribuições Sociais | 803.090 | 782.500 | 43.033 | 38.443 | 17.671 | 16.883 | 863.794 | 837.826 |
| Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | 17.039 | 15.231 | 2.282 | 1.989 | 116 | 158 | 19.437 | 17.378 |
| Contribuição de Iluminação Pública | 0 | 0 | 230 | 252 | 8.854 | 8.529 | 9.084 | 8.781 |
| Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 12 | 11 | 12 |
| *Total das Contribuições* | 820.129 | 797.731 | 45.545 | 40.684 | 26.652 | 25.582 | 892.326 | 863.997 |

Quadro 53 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Contribuições)

Em 2020, o grupo "Contribuições" totalizou R$ 892,3 bilhões, representando 15,6% do total de VPA. Desse total, 96,8% foram relativos a Contribuições Sociais.

Observa-se ainda que houve um crescimento no total de receita de "Contribuições" da ordem de 3,28%, quando comparado aos dados consolidados de 2019. Se considerado o IPCA, que no ano de 2020 obteve um percentual acumulado de 4,52%, observa-se uma redução real da ordem de 1,24%.

Os valores da União representam a maior parcela do consolidado, com 91,9%.

Nota 27 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

BSPN 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS)

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Venda de Mercadorias | 253 | 269 | 4.363 | 6.828 | 373 | 368 | 4.989 | 7.465 |
| Venda de Produtos | 1.688 | 1.496 | 188 | 211 | 4 | 3 | 1.880 | 1.710 |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | 76.639 | 169.800 | 16.626 | 19.069 | 18.742 | 19.417 | 112.007 | 208.286 |
| *Total da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos* | 78.580 | 171.565 | 21.177 | 26.108 | 19.119 | 19.788 | 118.876 | 217.461 |

Quadro 54 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos)

Em 2020, o grupo "Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos" totalizou R$ 118,8 bilhões, representando 2,1% do total de VPA. Desse total, 94,2% foram relativos a Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços.

Observa-se ainda que houve uma redução no total de receita de "Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos" da ordem de 45,3%, quando comparado aos dados consolidados de 2019. Se considerado o IPCA, que no ano de 2020 obteve um percentual acumulado de 4,52%, observa-se uma redução real da ordem de 49,85%. Essa redução aconteceu principalmente na União devido à não realização de rodadas de licitações expressivas em 2020 pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), por causa da pandemia de Covid-19.

Os valores da União representam a maior parcela do consolidado, com 66,1%.

Nota 28 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

**RSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 40.355 | 43.870 | 1.172 | 1.082 | 128 | 164 | 41.655 | 45.116 |
| Juros e Encargos de Mora | 33.830 | 5.145 | 23.583 | 23.401 | 28.556 | 26.916 | 85.969 | 55.462 |
| Variações Monetárias e Cambiais | 286.323 | 320.352 | 37.950 | 40.771 | 14.509 | 9.021 | 338.782 | 370.144 |
| Descontos Financeiros Obtidos | 0 | 0 | 5 | 14 | 26 | 43 | 31 | 57 |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | 88.672 | 110.959 | 6.455 | 9.420 | 11.133 | 15.106 | 106.260 | 135.485 |
| Aportes do Banco Central | 349.757 | 43.043 | 0 | 0 | 0 | 0 | 349.757 | 43.043 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras | 9.573 | 329 | 5.812 | 5.783 | 4.776 | 3.910 | 20.161 | 10.022 |
| *Total das Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras* | 808.510 | 523.698 | 74.977 | 80.471 | 59.128 | 55.160 | 942.615 | 659.329 |

Quadro 55 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras)

Em 2020, o grupo "Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras" totalizou R$ 942,6 bilhões, representando 16,5% do total de VPA.

Observa-se ainda que houve um crescimento no total de receita de "Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras" da ordem de 42,97%, quando comparado aos dados consolidados de 2019. Se considerado o IPCA, que no ano de 2020 obteve um percentual acumulado de 4,52%, observa-se um aumento real da ordem de 38,45%. Esta variação ocorreu principalmente devido a um aumento da rubrica "Aportes do Banco Central" na União. Segundo o BGU, esse aumento ocorreu devido ao resultado positivo do BCB e de resultado positivo de custo das reservas.

Os valores da União representam a maior parcela do consolidado, com 85,8%.

Nota 29 - Transferências e Delegações Recebidas

**RSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Transferências e Delegações Recebidas | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Transferências Intragovernamentais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Transferências Inter Governamentais | 414 | 1.018 | 176 | 74 | 25.906 | 28.073 | 26.496 | 29.165 |
| Transferências das Instituições Privadas | 146 | 248 | 3.670 | 2.697 | 863 | 1.076 | 4.679 | 4.021 |
| Transferências das Instituições Multigovernamentais | 0 | 0 | 9.199 | 9.813 | 11.886 | 13.515 | 21.085 | 23.328 |
| Transferências de Consórcios Públicos | 0 | 0 | 0 | 0 | 22 | 25 | 22 | 25 |
| Transferências do Exterior | 11 | 3 | 9 | 4 | 224 | 53 | 244 | 60 |
| Execução Orçamentária Delegada de Entes | 0 | 0 | 0 | 0 | 140 | 73 | 140 | 73 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 5 | 2 | 104 | 69 | 138 | 178 | 247 | 249 |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | 3.288 | 4.419 | 2.523 | 540.565 | 19.996 | 8.577 | 25.807 | 553.561 |
| *Total das Transferências e Delegações Recebidas* | 3.864 | 5.690 | 15.681 | 553.222 | 59.175 | 51.570 | 78.720 | 610.482 |

Quadro 56 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Transferências e Delegações Recebidas)

Em 2020, o grupo "Transferências e Delegações Recebidas" totalizou R$ 78,7 bilhões, representando 1,4% do total de VPA.

Observa-se ainda que houve uma redução no total de receita de "Transferências e Delegações Recebidas" da ordem de 87,11%, quando comparado aos dados consolidados de 2019. Se considerado o IPCA, que no ano de 2020 obteve um percentual acumulado de 4,52%, observa-se uma redução real da ordem de 91,63%.

A grande variação verificada na rubrica Outras Transferências e Delegações Recebidas refere-se a um valor informado pelo estado de Goiás (539,3 bilhões) em 2019. Segundo o Balanço Geral do Estado de Goiás daquele exercício, em sua página 242, o valor é reflexo de uma reforma administrativa promovida pelo estado, onde algumas unidades orçamentárias foram extintas e outras foram criadas, com baixas de ativos e passivos e reflexos em variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Os valores dos municípios representam a maior parcela do consolidado, com 75,2%.

Nota 30 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

**RSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Reavaliação de Ativos | 148.602 | 26.691 | 4.294 | 3.607 | 23.666 | 15.320 | 176.562 | 45.618 |
| Ganhos com Alienação | 500 | 338 | 224 | 485 | 764 | 1.794 | 1.488 | 2.617 |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | 102.585 | 100.499 | 28.642 | 32.954 | 10.760 | 13.416 | 141.987 | 146.869 |
| Ganhos Desincorporação de Passivos | 15.933 | 15.505 | 29.040 | 13.106 | 8.034 | 7.711 | 53.007 | 36.322 |
| Reversão de Redução a Valor Recuperável | 0 | 0 | 44 | 823 | 184 | 355 | 228 | 1.178 |
| *Total da Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos* | 267.620 | 143.033 | 62.244 | 50.975 | 43.408 | 38.596 | 373.272 | 232.604 |

Quadro 57 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos)

Em 2020, o grupo "Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos" totalizou R$ 373,2 bilhões, representando 6,5% do total de VPA. Desse total, 47,3% foram relativos a Reavaliação de Ativos e 38,0% foram relativos a Ganhos com Incorporação de Ativos.

Observa-se ainda que houve um aumento no total de receita de "Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos" da ordem de 60,48%, quando comparado aos dados consolidados de 2019. Se considerado o IPCA, que no ano de 2020 obteve um percentual acumulado de 4,52%, observa-se um aumento real da ordem de 55,96%.

Os valores da União representam a maior parcela do consolidado, com 71,7%. Na União, a maior parte das reavaliações reconhecidas no exercício de 2020 foi de bens imóveis (99,78%), especialmente do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Nota 31 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

**RSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar | 41 | (28) | 507 | 401 | 346 | 398 | 894 | 771 |
| Resultado Positivo de Participações | 36.690 | 63.163 | 76.439 | 14.657 | 245 | 554 | 113.374 | 78.374 |
| Operações da Autoridade Monetária | 0 | 0 | 306 | 320 | 20 | 13 | 326 | 333 |
| Subvenções Econômicas | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas | 298.696 | 615.134 | 1.050.691 | 915.735 | 193.243 | 180.087 | 1.542.630 | 1.710.956 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 181.114 | 235.765 | 25.881 | 61.554 | 42.001 | 50.328 | 248.996 | 347.647 |
| *Total das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas* | 516.541 | 914.034 | 1.153.824 | 992.667 | 235.856 | 231.380 | 1.906.221 | 2.138.081 |

Quadro 58 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Outras Variações Patrimoniais Aumentativas)

A conta "Outras Variações Patrimoniais Aumentativas" destina-se a registrar valores que não estão compreendidos nos grupos específicos de VPA.

Em 2020, o grupo "Outras Variações Patrimoniais Aumentativas" totalizou R$ 1.906,2 bilhões, representando 33,3% do total de VPA. Desse total, 80,9% foram relativos a Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas, sendo que, a maior parcela dos valores registrados foi nos Estados (60,5%). A maior parte dos valores de "Reversão de Provisões" referem-se a provisões matemáticas previdenciárias.

Observa-se ainda que houve um decréscimo no total de "Outras Variações Patrimoniais Aumentativas" da ordem de 10,84%, quando comparado aos dados consolidados de 2019. Se considerado o IPCA, que no ano de 2020 obteve um percentual acumulado de 4,52%, observa-se uma redução real da ordem de 15,36%.

Embora os valores da União representem menor parcela do total consolidado (27,1%) que os Estados (60,5%), foi a União que apresentou a maior redução, sendo o maior responsável pela redução do total consolidado. De acordo como BGU, o item "Reversão de Provisões" refere-se a todas as outras provisões exceto as provisões matemáticas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), que possuem conta específica

Nota 32 - Pessoal e Encargos

Estão incluídos nesse grupo a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público.

Compreende ainda as obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais.

**RSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (PESSOAL E ENCARGOS)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Pessoal e Encargos | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Remuneração a Pessoal | 169.018 | 163.862 | 244.210 | 244.716 | 250.455 | 219.997 | 663.683 | 628.575 |
| Encargos Patronais | 2.016 | 1.870 | 5.192 | 7.804 | 10.538 | 10.911 | 17.746 | 20.585 |
| Benefícios a Pessoal | 10.778 | 12.754 | 10.495 | 9.254 | 6.183 | 5.656 | 27.456 | 27.664 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | 1.456 | 1.620 | 6.692 | 7.294 | 4.610 | 3.693 | 12.758 | 12.607 |
| *Total de Pessoal e Encargos* | 183.268 | 180.106 | 266.589 | 269.068 | 271.786 | 240.257 | 721.643 | 689.431 |

Quadro 59 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Pessoal e Encargos)

As despesas patrimoniais com Pessoal e Encargos corresponderam, em 2020, a 11,8% do total de variações patrimoniais diminutivas do setor público nacional, sendo que a Remuneração a Pessoal responde por 92,0% do total desta rubrica.

Os gastos municipais são os mais representativos com 37,7% do consolidado, seguido pelos gastos estaduais, com 36,9% e pelos gastos da União, com 25,4%.

Observa-se ainda que houve um aumento no total de "Pessoal e Encargos" da ordem de 4,67%, quando comparado aos dados consolidados de 2019. Se considerado o IPCA, que no ano de 2020 obteve um percentual acumulado de 4,52%, observa-se que os gastos praticamente mantiveram-se no patamar de 2019.

Nota 33 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

**RSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Aposentadorias e Reformas | 565.224 | 528.994 | 155.918 | 143.192 | 46.606 | 42.024 | 767.748 | 714.210 |
| Pensões | 281.828 | 192.989 | 36.897 | 34.699 | 6.671 | 6.192 | 245.396 | 233.880 |
| Benefícios de Prestação Continuada | 61.561 | 58.574 | 233 | 237 | 177 | 123 | 61.971 | 58.934 |
| Benefícios Eventuais | 326.037 | 10 | 465 | 50 | 1.102 | 609 | 327.604 | 669 |
| Políticas Públicas de Transferência de Renda | 18.881 | 0 | 680 | 854 | 486 | 163 | 20.047 | 1.017 |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 83.732 | 77.523 | 2.078 | 1.741 | 1.679 | 2.229 | 87.489 | 81.493 |
| *Total dos Benefícios Previdenciários e Assistenciais* | 1.257.263 | 858.090 | 196.271 | 180.773 | 56.721 | 51.340 | 1.510.255 | 1.090.203 |

Quadro 60 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Benefícios Previdenciários e Assistenciais)

As despesas patrimoniais com Benefícios Previdenciários e Assistenciais corresponderam, em 2020, a 24,8% do total de variações patrimoniais diminutivas consolidadas, sendo que a Aposentadorias e Reformas responde por 50,8% do total desta rubrica.

Os gastos da União são os mais representativos com 83,2% do consolidado. Praticamente a totalidade destes valores (R$ 326,0 bilhões) foi referente aos pagamentos do Auxílio Emergencial do Governo Federal, benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, com o objetivo de fornecer proteção social no período de enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Observa-se ainda que houve um aumento no total de "Benefícios Previdenciários e Assistenciais" da ordem de 38,53%, quando comparado aos dados consolidados de 2019. Se considerado o IPCA, que no ano de 2020 obteve um percentual acumulado de 4,52%, observa-se um aumento real da ordem de 34,0%.

Nota 34 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

**RSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Uso de Material de Consumo | 24.583 | 23.179 | 25.177 | 22.928 | 51.482 | 38.875 | 101.242 | 84.982 |
| Serviços | 79.124 | 118.779 | 103.046 | 106.870 | 165.679 | 151.081 | 352.849 | 376.730 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | 5.431 | 6.687 | 9.941 | 4.337 | 5.730 | 3.625 | 21.102 | 14.649 |
| *Total do Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo* | 109.138 | 148.645 | 143.164 | 134.135 | 222.891 | 193.581 | 475.193 | 476.361 |

Quadro 61 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo)

As despesas patrimoniais com Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo corresponderam, em 2020, a 7,8% do total de variações patrimoniais diminutivas consolidadas, sendo que "Serviços" responde por 74,3% do total do grupo.

Os gastos dos municípios são os mais representativos com 74,3% do consolidado.

Observa-se ainda que o total de "Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo" se manteve no patamar de 2019. Se considerado o IPCA, que no ano de 2020 obteve um percentual acumulado de 4,52%, observa-se uma redução real da ordem de 4,77%.

Nota 35 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

**BSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos | 304.135 | 327.391 | 16.127 | 19.453 | 4.407 | 4.124 | 324.669 | 350.968 |
| Juros e Encargos de Mora | 46 | 856 | 315 | 384 | 296 | 404 | 657 | 1.644 |
| Variações Monetárias e Cambiais | 418.252 | 475.397 | 69.126 | 28.844 | 9.645 | 6.007 | 497.023 | 510.248 |
| Descontos Financeiros Concedidos | 293 | 382 | 5 | 10 | 17 | 2 | 315 | 394 |
| Aportes ao Banco Central | 0 | 7.561 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.561 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras | 15.659 | 10.466 | 7.921 | 4.877 | 2.848 | 5.087 | 26.428 | 20.430 |
| *Total das Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras* | 738.385 | 822.053 | 93.494 | 53.568 | 17.213 | 15.624 | 849.092 | 891.245 |

Quadro 62 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras)

As despesas patrimoniais com Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras corresponderam, em 2020, a 13,9% do total de variações patrimoniais diminutivas consolidadas, sendo que a Variações Monetárias e Cambiais responde por 58,5% do total desta rubrica. Além disso, os "Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos" representaram 38,2% do total.

Os gastos da União são os mais representativos com 87,0% do consolidado.

Observa-se ainda que houve uma redução no total de "Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras" da ordem de 4,73%, quando comparado aos dados consolidados de 2019. Se considerado o IPCA, que no ano de 2020 obteve um percentual acumulado de 4,52%, observa-se uma redução real da ordem de 9,25%.

Nota 36 - Transferências e Delegações Concedidas

**BSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Transferências e Delegações Concedidas | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Transferências Intragovernamentais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Transferências Inter Governamentais | 11.232 | 19.487 | 10.935 | 11.862 | 5.716 | 5.851 | 27.883 | 37.200 |
| Transferências a Instituições Privadas | 5.919 | 2.587 | 19.589 | 16.353 | 25.694 | 20.578 | 51.202 | 39.518 |
| Transferências a Instituições Multigovernamentais | 0 | 0 | 309 | 264 | 129 | 126 | 438 | 390 |
| Transferências a Consórcios Públicos | 0 | 0 | 129 | 113 | 1.242 | 1.019 | 1.371 | 1.132 |
| Transferências ao Exterior | 2.377 | 858 | 20 | 9 | 1 | 2 | 2.398 | 869 |
| Execução Orçamentária Delegada | 0 | 0 | 11 | 0 | 513 | 416 | 524 | 416 |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | 3.373 | 672 | 1.265 | 539.940 | 11.309 | 6.673 | 15.947 | 547.285 |
| *Total das Transferências e Delegações Concedidas* | 22.901 | 23.604 | 32.258 | 568.541 | 44.604 | 34.665 | 99.763 | 626.810 |

Quadro 63 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Transferências e Delegações Concedidas)

A grande variação verificada na rubrica Transferências e Delegações Concedidas refere-se a um valor informado pelo estado de Goiás em 2019 (539,3 bilhões). Segundo o Balanço Geral do Estado de Goiás, em sua página 242, este valor foi reflexo de uma reforma administrativa promovida pelo estado, onde algumas unidades orçamentárias foram extintas e outras foram criadas, com baixas de ativos e passivos e reflexos em variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Nota 37 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos

**BSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas | 106.283 | 264.221 | 105.677 | 320.198 | 46.714 | 41.679 | 258.674 | 626.098 |
| Perdas com Alienação | 275 | 182 | 103 | 112 | 412 | 566 | 790 | 860 |
| Perdas Involuntárias | 403 | 13.749 | 1.511 | 3.341 | 2.049 | 2.081 | 3.963 | 19.171 |
| Incorporação de Passivos | 13.545 | 7.532 | 12.425 | 11.226 | 3.987 | 9.769 | 29.957 | 28.527 |
| Desincorporação de Ativos | 40.710 | 82.502 | 25.991 | 30.610 | 28.726 | 34.935 | 95.427 | 148.047 |
| *Total da Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos* | 161.216 | 368.186 | 145.707 | 365.487 | 81.888 | 89.030 | 388.811 | 822.703 |

Quadro 64 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos)

As despesas patrimoniais com Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos corresponderam, em 2020, a 6,4% do total de variações patrimoniais diminutivas consolidadas, sendo que Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas responde por 66,5% do total desta rubrica.

Os gastos da União são os mais representativos com 41,5% do consolidado.

Observa-se ainda que houve uma redução no total de "Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos" da ordem de 52,74%, quando comparado aos dados consolidados de 2019. Se considerado o IPCA, que no ano de 2020 obteve um percentual acumulado de 4,52%, observa-se uma redução real da ordem de 57,26%.

Nota 38 - Tributárias

**BSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (TRIBUTÁRIAS)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Tributárias | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 56 | 46 | 890 | 794 | 1.280 | 1.386 | 2.226 | 2.226 |
| Contribuições | 36 | 45 | 3.125 | 2.511 | 3.293 | 2.905 | 6.454 | 5.461 |
| *Total das Tributárias* | 92 | 91 | 4.015 | 3.305 | 4.573 | 4.291 | 8.680 | 7.687 |

Quadro 65 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Tributárias)

As despesas patrimoniais com "Tributárias" corresponderam, em 2020, a 0,1% do total de variações patrimoniais diminutivas consolidadas.

Nota 39 - Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

**BSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Custo de Mercadorias Vendidas | 498 | 480 | 147 | 255 | 119 | 25 | 764 | 760 |
| Custos dos Produtos Vendidos | 1.732 | 1.756 | 18 | 1 | 1 | 0 | 1.751 | 1.757 |
| Custo dos Serviços Prestados | 2 | 3 | 0 | 0 | 1.879 | 1.815 | 1.881 | 1.818 |
| *Total do Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados* | 2.232 | 2.239 | 165 | 256 | 1.999 | 1.840 | 4.396 | 4.335 |

Quadro 66 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados)

As despesas patrimoniais com "Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados" corresponderam, em 2020, a 0,1% do total de variações patrimoniais diminutivas consolidadas.

Nota 40 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

**BSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Premiações | 7 | 8 | 861 | 333 | 556 | 331 | 1.424 | 672 |
| Resultado Negativo de Participações | 19.051 | 9.306 | 69.968 | 4.781 | 409 | 560 | 89.428 | 14.647 |
| Operações da Autoridade Monetária | 0 | 0 | 0 | 0 | 66 | 7 | 66 | 7 |
| Incentivos | 9.966 | 10.798 | 2.836 | 2.495 | 1.267 | 1.010 | 14.069 | 14.303 |
| Subvenções Econômicas | 20.182 | 22.428 | 383 | 358 | 890 | 614 | 21.455 | 23.400 |
| Participações e Contribuições | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 7 | 7 | 7 |
| Constituição de Provisões | 507.927 | 454.984 | 1.007.615 | 805.747 | 240.263 | 197.166 | 1.755.805 | 1.457.897 |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | 71.176 | 229.376 | 59.222 | 190.830 | 22.428 | 21.640 | 152.826 | 441.846 |
| *Total das Outras Variações Patrimoniais Diminutivas* | 628.309 | 726.900 | 1.140.885 | 1.004.544 | 265.886 | 221.335 | 2.035.080 | 1.952.779 |

Quadro 67 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Outras Variações Patrimoniais Diminutivas)

As despesas patrimoniais com "Outras Variações Patrimoniais Diminutivas" corresponderam, em 2020, a 33,4% do total de variações patrimoniais diminutivas consolidadas, sendo que "Constituição de Provisões" responde por 86,3% do total desta rubrica.

Os gastos dos estados são os mais representativos com 56,1% do consolidado.

Observa-se ainda que houve um aumento no total de "Outras Variações Patrimoniais Diminutivas" da ordem de 4,21%, quando comparado aos dados consolidados de 2019. Se considerado o IPCA, que no ano de 2020 obteve um percentual acumulado de 4,52%, observa-se que os gastos praticamente mantiveram-se no patamar de 2019.

Nota 41 - Resultados Acumulados

**BSPN 2020**

**BALANÇO PATRIMONIAL (RESULTADOS ACUMULADOS)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RESULTADOS ACUMULADOS | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Resultado Patrimonial do Período conforme DVP antes das Exclusões | (4.470.521) | (3.005.989) | (1.677.393) | (1.547.122) | 361.004 | 269.039 | (5.786.910) | (4.284.072) |
| Diferença das exclusões de saldos de transações recíprocas de ativos e passivos | (285.997) | (792.950) | 541.779 | 508.934 | 55.470 | 68.260 | 311.252 | (215.756) |
| Exclusões das contas de PL que não estão no grupo de resultados acumulados | 46.574 | 42.205 | 14.641 | 9.185 | 2.613 | 2.291 | 63.828 | 53.681 |
| Patrimônio Social e Capital Social | 44.022 | 39.780 | 14.465 | 9.199 | 1.776 | 1.538 | 60.263 | 50.517 |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | 1.592 | 1.514 | 87 | 0 | 628 | 633 | 2.307 | 2.147 |
| Reservas e Outros | 960 | 911 | 89 | (14) | 209 | 120 | 1.258 | 1.017 |
| Total dos Resultados Acumulados após as exclusões | (4.709.944) | (3.756.734) | (1.120.973) | (1.029.003) | 419.087 | 339.590 | (5.411.830) | (4.446.147) |

Nota: O quadro considera Superávits ou Déficits, Lucros e Prejuízos.

Quadro 68 - Balanço Patrimonial (Resultados Acumulados)

As diferenças nas exclusões de saldos de transações recíprocas dos ativos e dos passivos são demonstradas no Quadro 69 da Nota Explicativa 42. Importante ressaltar que tais exclusões alteram o resultado do exercício antes da consolidação, os resultados acumulados e o Patrimônio Líquido, tanto a nível nacional como por esfera.

Ao se realizar as exclusões das transações recíprocas para a consolidação, foi identificada uma diferença de R$ 311,2 bilhões entre as contas de ativo e passivo, além de R$ 63,8 bilhões de transações recíprocas nas outras contas do Patrimônio Líquido (PL) que não estão no grupo de resultados acumulados. Esses valores foram ajustados no grupo de Resultados Acumulados. Essas diferenças são decorrentes do processo normal de consolidação, devido à ausência de alguns entes na base de dados, por diferença temporal no registro entre os entes ou por erros dos entes no processo de inserção dos dados enviados ao Siconfi.

O ajuste efetuado no Resultado Acumulado não considera a diferença apurada na DVP, visto que, a inclusão do ajuste da DVP implicaria na alteração do ajuste dos ativos e passivos no mesmo valor.

Nota 42 - Exclusões de Saldos Recíprocos

A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, foi criado, no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Este mecanismo consiste na utilização do 5º nível (Subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP, nas contas de natureza patrimonial, para identificar os saldos recíprocos das transações intra e intergovernamentais. Foram excluídos os códigos do 5º nível: 2 - Intra OFSS; 3 - Inter OFSS União; 4 - Inter OFSS Estados; 5 - Inter OFSS Municípios, conforme previsto no MCASP.

Assim, apresenta-se, abaixo, os saldos relativos às exclusões efetuadas para fins de apuração do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais, nacional e por esfera.

**BSPN 2020**

**BALANÇO PATRIMONIAL (EXCLUSÕES DE SALDOS RECÍPROCOS DOS ATIVOS E DOS PASSIVOS)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| ATIVO | | | | | | | | |
| Ativo Circulante | (289.739) | (222.681) | (23.185) | (16.801) | (16.753) | (8.473) | (329.677) | (247.955) |
| Ativo Não Circulante | (603.236) | (869.333) | (23.823) | (16.842) | (34.823) | (15.445) | (661.882) | (901.620) |
| *Total de exclusões do Ativo* | (892.975) | (1.092.014) | (46.208) | (33.643) | (51.576) | (23.918) | (990.759) | (1.149.575) |
| PASSIVO | | | | | | | | |
| Passivo Circulante | (282.746) | (222.389) | (103.817) | (86.176) | (22.187) | (17.967) | (408.665) | (326.532) |
| Passivo Não Circulante | (324.232) | (76.675) | (494.175) | (456.401) | (84.939) | (74.211) | (893.346) | (607.287) |
| *Total de exclusões do Passivo* | (606.978) | (299.064) | (587.987) | (542.577) | (107.046) | (92.178) | (1.302.011) | (933.819) |
| *Patrimônio Líquido sem exclusões* | (4.421.553) | (2.961.389) | (1.628.585) | (1.500.956) | 423.536 | 329.602 | (5.626.602) | (4.132.743) |
| Diferença das exclusões de saldos de transações recíprocas de ativos e passivos | (285.997) | (792.950) | 541.779 | 508.934 | 55.470 | 68.260 | 311.252 | (215.756) |
| *Patrimônio Líquido Após exclusões* | (4.707.550) | (3.754.339) | (1.086.806) | (992.022) | 479.006 | 397.862 | (5.315.350) | (4.348.499) |

Quadro 69 - Balanço Patrimonial (Exclusões de Saldos Recíprocos dos Ativos e dos Passivos)

Quando foram feitas as exclusões das transações recíprocas para a consolidação, foi identificada uma diferença de R$ 311,2 bilhões entre as contas de ativo e passivo. Essa diferença foi ajustada no Patrimônio Líquido (PL), especificamente no grupo de Resultados Acumulados. Essas diferenças são decorrentes do processo normal de consolidação, devido à ausência de alguns entes na base de dados, por diferença temporal no registro entre os entes ou por erros dos entes no processo de inserção dos dados enviados ao Siconfi.

O ajuste efetuado no Resultado Acumulado é feito pelo valor líquido das diferenças entre ativo e passivo, não sendo considerada a diferença apurada na DVP, visto que, a inclusão do ajuste da DVP implicaria na alteração do ajuste dos ativos e passivos no mesmo valor.

**BSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (EXCLUSÕES DE SALDOS RECÍPROCOS DAS VPD E VPA)**

R$ milhões

| | UNIÃO | | ESTADOS | | MUNICÍPIOS | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | | | | | | | |
| Pessoal e Encargos | (25.829) | (22.977) | (85.875) | (72.495) | (38.397) | (33.723) | (150.101) | (129.195) |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | (518) | (576) | (884) | (713) | (2.031) | (1.491) | (3.433) | (2.780) |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | (13.614) | (8.823) | (29.821) | (32.419) | (3.846) | (4.338) | (47.281) | (45.580) |
| Transferências e Delegações Concedidas | (13.089.818) | (11.902.840) | (1.012.180) | (914.072) | (195.947) | (167.171) | (14.297.945) | (12.984.083) |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivo | (332.300) | (442.029) | (7.737) | (7.377) | (3.918) | (4.328) | (343.955) | (453.734) |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Tributárias | (1.007) | (993) | (4.405) | (4.204) | (3.074) | (2.567) | (8.486) | (7.764) |
| Custo das Mercadorias Vendidas, Produtos Vendidos e Serviços Prestados | 0 | 0 | 0 | 0 | (1) | 0 | (1) | 0 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | (3.752) | (8.205) | (3.212) | (14.486) | (7.458) | (3.155) | (14.422) | (25.846) |
| *Total de exclusões das Variações Patrimoniais Diminutivas* | (13.466.838) | (12.386.443) | (1.144.114) | (1.045.766) | (254.672) | (216.773) | (14.865.624) | (13.648.982) |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | | | | | | | | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 26 | 0 | (6) | (191) | (1.119) | (1.138) | (1.099) | (1.329) |
| Contribuições | (29.241) | (23.184) | (46.661) | (38.158) | (24.207) | (22.222) | (100.109) | (83.564) |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | (393) | (387) | (640) | (1.363) | (1.290) | (633) | (2.323) | (2.383) |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | (76.469) | (59.143) | (12.046) | (8.654) | (1.920) | (3.150) | (90.435) | (70.947) |
| Transferências e Delegações Recebidas | (12.534.636) | (11.459.439) | (1.053.915) | (884.921) | (602.644) | (495.002) | (14.191.195) | (12.839.362) |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos | (215.023) | (423.997) | (2.150) | (4.446) | (1.410) | (711) | (218.583) | (429.154) |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | (79.531) | (52.114) | (210.684) | (3.798) | (18.618) | (4.482) | (308.833) | (60.394) |
| *Total de exclusões das Variações Patrimoniais Aumentativas* | (12.935.267) | (12.018.264) | (1.326.102) | (941.531) | (651.208) | (527.338) | (14.912.577) | (13.487.133) |
| DIFERENÇA DAS EXCLUSÕES DE VPD E VPA | 531.571 | 368.179 | (181.988) | 104.235 | (396.536) | (310.565) | (46.953) | 161.849 |

Quadro 70 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Exclusões de Saldos Recíprocos das VPD e VPA)

Balanço Patrimonial Consolidado - Esfera Municipal

Os quadros abaixo trazem a consolidação apenas da esfera municipal. Para chegar nesses valores, foram considerados os valores municipais, excluídas apenas as transações INTRA (dentro de cada município) e INTER MUNICÍPIOS (transações entre municípios diferentes).

**BSPN 2020**

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO – ESFERA MUNICIPAL (VALORES COM EXCLUSÕES DAS CONTAS INTRA E INTER MUNICÍPIOS)**

R$ milhões

| ATIVO | Nota | 2020 | 2019 | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | | | | **Passivo Circulante** | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 7 | 140.650 | 118.373 | Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo | 17 | 23.284 | 20.320 |
| Créditos a Curto Prazo | 8 | 65.864 | 60.146 | Empréstimos e Financiamentos a CP | 18 | 7.014 | 5.990 |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 9 | 30.885 | 26.580 | Fornecedores e Contas a Pagar a CP | 19 | 20.610 | 25.761 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a CP | 10 | 124.054 | 108.706 | Obrigações Fiscais a Curto Prazo | 20 | 362 | 316 |
| Estoques | 11 | 12.162 | 8.882 | Obrigações de Repartição a Outros Entes | | 0 | 3 |
| Ativo Não Circulante Mantido para Venda | 12 | 14 | 19 | Provisões a Curto Prazo | 21 | 1.911 | 913 |
| VPD Pagas Antecipadamente | 13 | 88 | 100 | Demais Obrigações a Curto Prazo | 22 | 21.655 | 19.250 |
| *Total do Ativo Circulante* | | 373.717 | 322.806 | *Total do Passivo Circulante* | | 74.836 | 72.553 |
| **Ativo Não Circulante** | | | | **Passivo Não Circulante** | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | 299.711 | 287.020 | Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo | 17 | 63.509 | 58.499 |
| Créditos a Longo Prazo | 8 | 289.188 | 274.323 | Empréstimos e Financiamentos a LP | 18 | 90.351 | 73.872 |
| Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | 9 | 8.551 | 11.043 | Fornecedores e Contas a Pagar a LP | 19 | 15.485 | 17.509 |
| Investimentos Temporários a Longo Prazo | 10 | 1.751 | 1.226 | Obrigações Fiscais a Longo Prazo | 20 | 3.026 | 2.843 |
| Estoques | 11 | 110 | 397 | Provisões a Longo Prazo | 21 | 512.194 | 463.443 |
| VPD Pagas Antecipadamente | 13 | 111 | 31 | Demais Obrigações a Longo Prazo | 22 | 15.586 | 14.065 |
| Investimentos | 14 | 18.639 | 16.960 | Resultado Diferido | 23 | 295 | 919 |
| Imobilizado | 15 | 493.051 | 411.764 | *Total do Passivo Não Circulante* | | 700.446 | 631.150 |
| Intangível | 16 | 541 | 438 | | | | |
| Diferido | | 1 | 2 | **Patrimônio Líquido** | 24 | | |
| *Total do Ativo Não Circulante* | | 811.943 | 716.184 | Patrimônio Social e Capital Social | | 55.329 | 54.196 |
| | | | | Adiant. Futuro Aumento Capital | | 71 | 42 |
| | | | | Reservas de Capital | | 199 | 209 |
| | | | | Ajustes de Avaliação Patrimonial | | 3.405 | 3.334 |
| | | | | Reservas de Lucros | | 94 | (82) |
| | | | | Demais Reservas | | 917 | 745 |
| | | | | Resultados Acumulados | | 350.364 | 276.874 |
| | | | | (-) Ações / Cotas em Tesouraria | | (1) | (31) |
| | | | | *Total do Patrimônio Líquido* | | 410.378 | 335.287 |
| TOTAL DO ATIVO | | 1.185.660 | 1.038.990 | TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.185.660 | 1.038.990 |

Quadro 71 - Balanço Patrimonial Consolidado - Esfera Municipal (Valores com Exclusões das Contas Intra e Inter Municípios)

**BSPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADA – ESFERA MUNICIPAL (VALORES COM EXCLUSÕES DAS CONTAS INTRA E INTER MUNICÍPIOS)**

**R$ milhões**

| | Nota | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | | | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 25 | 187.977 | 175.480 |
| Contribuições | 26 | 26.906 | 25.704 |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 27 | 19.308 | 19.908 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 28 | 59.334 | 55.311 |
| Transferências e Delegações Recebidas | 29 | 486.106 | 395.486 |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos | 30 | 43.407 | 38.597 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 31 | 237.037 | 232.751 |
| Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I) | | 1.060.075 | 943.237 |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | | |
| Pessoal e Encargos | 32 | 283.963 | 250.994 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 33 | 56.720 | 51.339 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 34 | 223.087 | 193.730 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 35 | 20.116 | 19.325 |
| Transferências e Delegações Concedidas | 36 | 67.165 | 53.490 |
| Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos | 37 | 82.610 | 91.677 |
| Tributárias | 38 | 7.381 | 6.563 |
| Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados | 39 | 1.999 | 1.840 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 40 | 266.092 | 221.672 |
| Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II) | | 1.009.133 | 890.630 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II) | | 50.942 | 52.607 |

Quadro 72 - Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada - Esfera Municipal (Valores com Exclusões das Contas Intra e Inter Municípios)
Balanço Patrimonial Consolidado - Esfera Estadual.

Os quadros abaixo trazem a consolidação apenas da esfera estadual. Para chegar nesses valores, foram considerados os valores estaduais, excluídas apenas as transações INTRA (dentro de cada estado) e INTER ESTADOS (transações entre estados diferentes).

**BSPN 2020**

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO – ESFERA ESTADUAL (VALORES COM EXCLUSÕES DAS CONTAS INTRA E INTER ESTADOS)**

**R$ milhões**

| ATIVO | Nota | 2020 | 2019 | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | | | | **Passivo Circulante** | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 7 | 183.798 | 127.804 | Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo | 17 | 41.493 | 40.236 |
| Créditos a Curto Prazo | 8 | 66.370 | 62.973 | Empréstimos e Financiamentos a CP | 18 | 117.495 | 84.568 |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 9 | 66.556 | 75.685 | Fornecedores e Contas a Pagar a CP | 19 | 39.355 | 43.968 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a CP | 10 | 40.654 | 35.280 | Obrigações Fiscais a Curto Prazo | 20 | 1.521 | 1.464 |
| Estoques | 11 | 17.475 | 13.486 | Obrigações de Repartição a Outros Entes | | 966 | 944 |
| Ativo Não Circulante Mantido para Venda | 12 | 36 | 35 | Provisões a Curto Prazo | 21 | 9.862 | 15.159 |
| VPD Pagas Antecipadamente | 13 | 4.916 | 5.154 | Demais Obrigações a Curto Prazo | 22 | 75.191 | 79.772 |
| *Total do Ativo Circulante* | | 379.805 | 320.417 | *Total do Passivo Circulante* | | 285.883 | 266.111 |
| **Ativo Não Circulante** | | | | **Passivo Não Circulante** | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | 428.012 | 424.361 | Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo | 17 | 35.538 | 37.228 |
| Créditos a Longo Prazo | 8 | 406.258 | 401.136 | Empréstimos e Financiamentos a LP | 18 | 789.277 | 749.909 |
| Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | 9 | 17.570 | 18.929 | Fornecedores e Contas a Pagar a LP | 19 | 39.538 | 34.667 |
| Investimentos Temporários a Longo Prazo | 10 | 1.972 | 2.574 | Obrigações Fiscais a Longo Prazo | 20 | 2.955 | 3.435 |
| Estoques | 11 | 414 | 358 | Provisões a Longo Prazo | 21 | 1.893.121 | 1.738.519 |
| VPD Pagas Antecipadamente | 13 | 1.798 | 1.364 | Demais Obrigações a Longo Prazo | 22 | 37.732 | 38.952 |
| Investimentos | 14 | 178.829 | 169.016 | Resultado Diferido | 23 | 13.403 | 13.244 |
| Imobilizado | 15 | 472.705 | 452.361 | *Total do Passivo Não Circulante* | | 2.811.564 | 2.615.954 |
| Intangível | 16 | 5.251 | 4.859 | | | | |
| Diferido | | 0 | 0 | **Patrimônio Líquido** | 24 | | |
| *Total do Ativo Não Circulante* | | 1.084.797 | 1.050.597 | Patrimônio Social e Capital Social | | 34.267 | 29.778 |
| | | | | Adiant. Futuro Aumento Capital | | 970 | 1.532 |
| | | | | Reservas de Capital | | 679 | 675 |
| | | | | Ajustes de Avaliação Patrimonial | | 3.674 | 9.413 |
| | | | | Reservas de Lucros | | 73 | 537 |
| | | | | Demais Reservas | | 3.541 | 4.084 |
| | | | | Resultados Acumulados | | (1.676.049) | (1.557.070) |
| | | | | (-) Ações / Cotas em Tesouraria | | 0 | 0 |
| | | | | *Total do Patrimônio Líquido* | | (1.632.845) | (1.511.051) |
| TOTAL DO ATIVO | | 1.464.602 | 1.371.014 | TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.464.602 | 1.371.014 |

Quadro 73 - Balanço Patrimonial Consolidado - Esfera Estadual (Valores com Exclusões das Contas Intra e Inter Estados)

**ESPN 2020**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADA - ESFERA ESTADUAL**

**(VALORES COM EXCLUSÕES DAS CONTAS INTRA E INTER ESTADOS)**

**R$ milhões**

| | Nota | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | | | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 25 | 701.145 | 688.263 |
| Contribuições | 26 | 45.551 | 40.744 |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 27 | 21.180 | 26.484 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 28 | 86.564 | 88.981 |
| Transferências e Delegações Recebidas | 29 | 242.394 | 734.351 |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos | 30 | 62.244 | 50.976 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 31 | 1.155.111 | 993.927 |
| Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I) | | 2.314.189 | 2.623.726 |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | | |
| Pessoal e Encargos | 32 | 271.150 | 273.100 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 33 | 196.270 | 180.772 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 34 | 143.191 | 134.160 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 35 | 122.881 | 85.852 |
| Transferências e Delegações Concedidas | 36 | 206.710 | 738.141 |
| Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos | 37 | 152.533 | 371.338 |
| Tributárias | 38 | 8.052 | 7.113 |
| Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados | 39 | 164 | 255 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 40 | 1.141.158 | 1.011.472 |
| Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II) | | 2.242.109 | 2.802.203 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II) | | 72.080 | (178.477) |

Quadro 74 - Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada - Esfera Estadual (Valores com exclusões das Contas Intra e Inter Estados)

Anexo I - Entes Incluídos na Consolidação

União
União
Estados
Acre
Alagoas
Amapá
Amazonas
Bahia
Ceará
Distrito Federal
Espírito Santo
Goiás
Maranhão
Mato Grosso
Mato Grosso do Sul
Minas Gerais
Pará
Paraíba
Paraná
Pernambuco
Piauí
Rio de Janeiro
Rio Grande do Norte
Rio Grande do Sul
Rondônia
Roraima
Santa Catarina
São Paulo
Sergipe
Tocantins
Municípios
Acre
Acrelândia
Assis Brasil
Brasiléia
Capixaba
Cruzeiro do Sul
Epitaciolândia
Feijó
Jordão
Mâncio Lima
Manoel Urbano
Marechal Thaumaturgo
Plácido de Castro
Porto Acre
Porto Walter
Rio Branco
Rodrigues Alves
Senador Guiomard
Tarauacá
Xapuri
Alagoas
Água Branca
Anadia
Arapiraca
Atalaia
Barra de Santo Antônio
Barra de São Miguel
Belo Monte
Cacimbinhas
Cajueiro
Canapi
Capela
Colônia Leopoldina
Coqueiro Seco
Coruripe
Craíbas
Delmiro Gouveia
Estrela de Alagoas
Feliz Deserto
Girau do Ponciano
Igaci
Igreja Nova
Inhapi
Jacaré dos Homens
Jacuípe
Joaquim Gomes
Junqueiro
Lagoa da Canoa
Limoeiro de Anadia
Maceió
Mar Vermelho
Maragogi
Maravilha
Marechal Deodoro
Maribondo
Minador do Negrão
Murici
Olho d'Água das Flores
Olho d'Água do Casado
Olivença
Palmeira dos Índios
Pariconha
Paripueira
Paulo Jacinto
Pilar
Pindoba
Piranhas
Porto Calvo
Porto de Pedras
Quebrangulo
Roteiro
Santa Luzia do Norte
Santana do Ipanema
Santana do Mundaú
São Brás
São José da Laje
São José da Tapera
São Miguel dos Campos
São Sebastião
Tanque d'Arca
Taquarana
Traipu
União dos Palmares
Viçosa
Amazonas
Amaturá
Anamã
Anori
Apuí
Autazes
Barcelos
Barreirinha
Benjamin Constant
Beruri
Boa Vista do Ramos
Boca do Acre
Borba
Caapiranga
Canutama
Carauari
Careiro
Careiro da Várzea
Coari
Codajás
Eirunepé
Envira
Fonte Boa
Guajará
Humaitá
Ipixuna
Iranduba
Itacoatiara
Itamarati
Itapiranga
Juruá
Jutaí
Lábrea
Manacapuru
Manaquiri
Manaus
Manicoré
Maraã
Maués
Nhamundá
Nova Olinda do Norte
Novo Airão
Novo Aripuanã
Parintins
Pauini
Presidente Figueiredo
Rio Preto da Eva
Santa Isabel do Rio Negro
São Gabriel da Cachoeira
São Sebastião do Uatumã
Silves
Tabatinga
Tapauá
Tefé

Uarini
Urucará
Urucurituba
Amapá
Amapá
Ferreira Gomes
Itaubal
Macapá
Pedra Branca do Amapari
Tartarugalzinho
Vitória do Jari
Bahia
Abaíra
Abaré
Acajutiba
Adustina
Água Fria
Aiquara
Alagoinhas
Alcobaça
Almadina
Amargosa
Amélia Rodrigues
Andaraí
Andorinha
Anguera
Antas
Antônio Cardoso
Antônio Gonçalves
Aporá
Apuarema
Araças
Aracatu
Araci
Aramari
Aratuípe
Aurelino Leal
Baianópolis
Banzaê
Barra
Barra da Estiva
Barra do Rocha
Barreiras
Barrocas
Belmonte
Biritinga
Boa Vista do Tupim
Bom Jesus da Lapa
Bonito
Boquira
Botuporã
Brejões
Brejolândia
Brotas de Macaúbas
Brumado
Cabaceiras do Paraguaçu
Cachoeira
Caculé
Caém
Cafarnaum
Cairu
Caldeirão Grande
Camacan
Camaçari
Camamu
Campo Formoso
Canápolis
Canarana
Canavieiras
Candeal
Candeias
Candiba
Cansanção
Canudos
Capela do Alto Alegre
Capim Grosso
Caravelas
Cardeal da Silva
Carinhanha
Casa Nova
Castro Alves
Catu
Caturama
Central
Chorrochó
Cícero Dantas
Cipó
Coaraci
Cocos
Conceição da Feira
Conceição do Almeida
Conceição do Coité
Conceição do Jacuípe
Conde
Condeúba
Contendas do Sincorá
Coração de Maria
Cordeiros
Coribe
Coronel João Sá
Correntina
Cotegipe
Cravolândia
Crisópolis
Cristópolis
Curaçá
Dário Meira
Dias d'Ávila
Dom Basílio
Dom Macedo Costa
Elísio Medrado
Encruzilhada
Érico Cardoso
Esplanada
Euclides da Cunha
Eunápolis
Fátima
Feira da Mata
Feira de Santana
Filadélfia
Firmino Alves
Floresta Azul
Formosa do Rio Preto
Gandu
Gentio do Ouro
Glória
Governador Mangabeira
Guanambi
Guaratinga
Heliópolis
Iaçu
Ibiassucê
Ibicaraí
Ibicuí
Ibipeba
Ibipitanga
Ibiquera
Ibirapitanga
Ibirapuã
Ibirataia
Ibitiara
Ibititá
Ibotirama
Ichu
Igaporã
Iguaí
Ilhéus
Inhambupe
Ipecaetá
Ipiaú
Ipirá
Ipupiara
Irajuba
Iramaia
Iraquara
Irará
Irecê
Itabela
Itaberaba
Itabuna
Itacaré
Itagi
Itagibá
Itagimirim
Itaguaçu da Bahia
Itaju do Colônia
Itajuípe
Itamaraju
Itamari
Itanagra
Itanhém
Itaparica
Itapé
Itapetinga
Itapicuru
Itapitanga
Itaquara
Itatim
Itiruçu
Itiúba
Itororó
Ituberá
Iuiú
Jaborandi
Jacaraci
Jacobina
Jaguaquara
Jaguarari
Jaguaripe
Jandaíra
Jequié
Jeremoabo
Jiquiriçá
Jitaúna
João Dourado
Juazeiro
Jucuruçu
Jussara
Lafaiete Coutinho
Lagoa Real
Laje
Lajedão
Lajedinho
Lajedo do Tabocal
Lamarão
Lapão
Lauro de Freitas
Lençóis
Luís Eduardo Magalhães
Macajuba
Macaúbas
Macururé
Madre de Deus
Maetinga
Mairi
Malhada
Manoel Vitorino
Maracás
Maragogipe
Maraú
Marcionílio Souza
Mascote
Mata de São João
Matina
Medeiros Neto
Milagres
Mirangaba
Monte Santo
Morpará
Mulungu do Morro
Mundo Novo
Muquém de São Francisco
Muritiba

Mutuípe
Nazaré
Nilo Peçanha
Nordestina
Nova Ibiá
Nova Itarana
Nova Redenção
Nova Soure
Nova Viçosa
Novo Horizonte
Novo Triunfo
Olindina
Oliveira dos Brejinhos
Ouriçangas
Ourolândia
Palmas de Monte Alto
Palmeiras
Paramirim
Paratinga
Paripiranga
Pau Brasil
Paulo Afonso
Pedrão
Pilão Arcado
Pindaí
Pindobaçu
Pintadas
Piritiba
Planaltino
Pojuca
Ponto Novo
Porto Seguro
Potiraguá
Prado
Presidente Dutra
Presidente Tancredo Neves
Queimadas
Quijingue
Quixabeira
Rafael Jambeiro
Retirolândia
Riachão das Neves
Riacho de Santana
Ribeira do Amparo
Ribeira do Pombal
Rio de Contas
Rio do Pires
Rio Real
Ruy Barbosa
Salinas da Margarida
Salvador
Santa Bárbara
Santa Brígida
Santa Cruz Cabrália
Santa Inês
Santa Rita de Cássia
Santaluz
Santana
Santo Amaro
Santo Antônio de Jesus
Santo Estêvão
São Desidério
São Domingos
São Félix
São Félix do Coribe
São Francisco do Conde
São Gabriel
São José do Jacuípe
São Miguel das Matas
São Sebastião do Passé
Sapeaçu
Saubara
Saúde
Seabra
Sento Sé
Serra do Ramalho
Serra Dourada
Serra Preta
Serrinha
Serrolândia
Simões Filho
Sítio do Mato
Sítio do Quinto
Sobradinho
Souto Soares
Tabocas do Brejo Velho
Tanque Novo
Tanquinho
Taperoá
Tapiramutá
Teixeira de Freitas
Teodoro Sampaio
Teofilândia
Teolândia
Terra Nova
Uauá
Ubaíra
Ubatã
Uibaí
Umburanas
Urandi
Uruçuca
Utinga
Valença
Valente
Várzea da Roça
Várzea do Poço
Várzea Nova
Varzedo
Vera Cruz
Vereda
Vitória da Conquista
Wagner
Wanderley
Wenceslau Guimarães
Xique-Xique

Ceará
Abaiara
Acarape
Acaraú
Acopiara
Aiuaba
Alcântaras
Altaneira
Alto Santo
Amontada
Antonina do Norte
Apuiarés
Aquiraz
Aracati
Aracoiaba
Ararendá
Araripe
Aratuba
Arneiroz
Assaré
Aurora
Baixio
Banabuiú
Barbalha
Barreira
Barro
Barroquinha
Baturité
Beberibe
Bela Cruz
Boa Viagem
Brejo Santo
Camocim
Canindé
Capistrano
Cariré
Caririaçu
Cariús
Carnaubal
Cascavel
Catarina
Catunda
Caucaia
Cedro
Chaval
Choró
Chorozinho
Coreaú
Crateús
Crato
Croatá
Cruz
Deputado Irapuan Pinheiro
Eusébio
Farias Brito
Forquilha
Fortaleza
Fortim
Frecheirinha
General Sampaio
Graça
Granja
Granjeiro
Groaíras
Guaiúba
Guaraciaba do Norte
Guaramiranga
Hidrolândia
Horizonte
Ibaretama
Ibiapina
Ibicuitinga
Icapuí
Icó
Iguatu
Independência
Ipaporanga
Ipaumirim
Ipu
Ipueiras
Iracema
Irauçuba
Itaiçaba
Itaitinga
Itapajé
Itapipoca
Itapiúna
Itarema
Itatira
Jaguaretama
Jaguaribara
Jaguaribe
Jaguaruana
Jardim
Jati
Jijoca de Jericoacoara
Juazeiro do Norte
Jucás
Lavras da Mangabeira
Limoeiro do Norte
Madalena
Maracanaú
Maranguape
Marco
Martinópole
Massapê
Mauriti
Meruoca
Milagres
Milhã
Miraíma
Mombaça
Morada Nova
Moraújo
Morrinhos

Mucambo
Mulungu
Nova Olinda
Nova Russas
Novo Oriente
Ocara
Orós
Pacajus
Pacatuba
Pacoti
Pacujá
Palhano
Palmácia
Paracuru
Paraipaba
Parambu
Pedra Branca
Penaforte
Pentecoste
Pereiro
Pindoretama
Piquet Carneiro
Pires Ferreira
Poranga
Porteiras
Potengi
Potiretama
Quiterianópolis
Quixadá
Quixelô
Quixeramobim
Quixeré
Redenção
Reriutaba
Russas
Saboeiro
Salitre
Santa Quitéria
Santana do Acaraú
Santana do Cariri
São Benedito
São Gonçalo do Amarante
São João do Jaguaribe
São Luís do Curu
Senador Pompeu
Senador Sá
Sobral
Solonópole
Tabuleiro do Norte
Tamboril
Tarrafas
Tauá
Tejuçuoca
Tianguá
Trairi
Tururu
Ubajara
Umari
Umirim
Uruburetama
Uruoca
Varjota
Várzea Alegre
Viçosa do Ceará
Espírito Santo
Afonso Cláudio
Água Doce do Norte
Águia Branca
Alegre
Alfredo Chaves
Alto Rio Novo
Anchieta
Apiacá
Aracruz
Atilio Vivacqua
Baixo Guandu
Barra de São Francisco
Boa Esperança
Bom Jesus do Norte
Brejetuba
Cachoeiro de Itapemirim
Cariacica
Castelo
Colatina
Conceição da Barra
Conceição do Castelo
Divino de São Lourenço
Domingos Martins
Dores do Rio Preto
Ecoporanga
Fundão
Governador Lindenberg
Ibatiba
Ibiraçu
Ibitirama
Iconha
Irupi
Itaguaçu
Itapemirim
Itarana
Iúna
Jaguaré
Jerônimo Monteiro
João Neiva
Laranja da Terra
Linhares
Mantenópolis
Marataízes
Marechal Floriano
Marilândia
Mimoso do Sul
Montanha
Mucurici
Muniz Freire
Muqui
Nova Venécia
Pancas
Pedro Canário
Pinheiros
Piúma
Ponto Belo

Presidente Kennedy
Rio Novo do Sul
Santa Maria de Jetibá
Santa Teresa
São Domingos do Norte
São Gabriel da Palha
São José do Calçado
São Mateus
São Roque do Canaã
Serra
Sooretama
Vargem Alta
Venda Nova do Imigrante
Viana
Vila Pavão
Vila Valério
Vila Velha
Vitória
Goiás
Abadia de Goiás
Abadiânia
Acreúna
Água Limpa
Águas Lindas de Goiás
Alexânia
Aloândia
Alto Horizonte
Alto Paraíso de Goiás
Amaralina
Americano do Brasil
Amorinópolis
Anápolis
Anhanguera
Anicuns
Aparecida de Goiânia
Aparecida do Rio Doce
Aporé
Araçu
Aragarças
Aragoiânia
Araguapaz
Arenópolis
Aruanã
Aurilândia
Avelinópolis
Baliza
Barro Alto
Bela Vista de Goiás
Bom Jardim de Goiás
Bom Jesus de Goiás
Bonfinópolis
Bonópolis
Brazabrantes
Britânia
Buriti Alegre
Buriti de Goiás
Cabeceiras
Cachoeira Alta
Caçu
Caldas Novas
Caldazinha
Campestre de Goiás
Campinaçu
Campo Alegre de Goiás
Campo Limpo de Goiás
Campos Verdes
Castelândia
Catalão
Cavalcante
Ceres
Cezarina
Cidade Ocidental
Cocalzinho de Goiás
Colinas do Sul
Córrego do Ouro
Corumbá de Goiás
Corumbaíba
Cristalina
Cristianópolis
Crixás
Cromínia
Cumari
Damianópolis
Davinópolis
Diorama
Doverlândia
Edealina
Edéia
Estrela do Norte
Fazenda Nova
Flores de Goiás
Formosa
Gameleira de Goiás
Goianápolis
Goiandira
Goianésia
Goiânia
Goianira
Goiás
Goiatuba
Gouvelândia
Guapó
Guaraíta
Guarani de Goiás
Hidrolândia
Hidrolina
Iaciara
Indiara
Inhumas

Ipameri
Ipiranga de Goiás
Iporá
Israelândia
Itaberaí
Itaguaru
Itapaci
Itapuranga
Itarumã
Itauçu
Itumbiara
Ivolândia
Jandaia
Jaraguá
Jataí
Jaupaci
Jesúpolis
Joviânia
Lagoa Santa
Leopoldo de Bulhões
Luziânia
Mairipotaba
Mara Rosa
Marzagão
Matrinchã
Maurilândia
Mimoso de Goiás
Minaçu
Mineiros
Moiporá
Montes Claros de Goiás
Montividiu
Montividiu do Norte
Morrinhos
Morro Agudo de Goiás
Mossâmedes
Nerópolis
Niquelândia
Nova América
Nova Aurora
Nova Crixás
Nova Glória
Nova Veneza
Novo Gama
Novo Planalto

Orizona
Ouro Verde de Goiás
Ouvidor
Padre Bernardo
Palestina de Goiás
Palmeiras de Goiás
Palmelo
Palminópolis
Panamá
Paranaiguara
Paraúna
Perolândia
Petrolina de Goiás
Pilar de Goiás
Piracanjuba
Piranhas
Pirenópolis
Pires do Rio
Pontalina
Porangatu
Porteirão
Posse
Professor Jamil
Rialma
Rianápolis
Rio Quente
Rubiataba
Santa Cruz de Goiás
Santa Helena de Goiás
Santa Isabel
Santa Rita do Araguaia
Santa Rosa de Goiás
Santa Tereza de Goiás
Santa Terezinha de Goiás
Santo Antônio da Barra
Santo Antônio de Goiás
Santo Antônio do Descoberto
São Francisco de Goiás
São João da Paraúna
São João d'Aliança
São Luís de Montes Belos
São Luiz do Norte
São Miguel do Araguaia
São Simão
Senador Canedo
Silvânia
Simolândia
Teresina de Goiás
Terezópolis de Goiás
Três Ranchos
Trindade
Trombas
Turvânia
Turvelândia
Uirapuru
Uruaçu
Uruana
Urutaí
Valparaíso de Goiás
Varjão
Vianópolis
Vicentinópolis
Vila Boa
Vila Propício
Maranhão
Água Doce do Maranhão
Aldeias Altas
Altamira do Maranhão
Alto Alegre do Maranhão
Alto Alegre do Pindaré
Alto Parnaíba
Amarante do Maranhão
Anajatuba
Anapurus
Apicum-Açu
Araguanã
Arari
Axixá
Bacabal
Bacurituba
Balsas
Barão de Grajaú
Barra do Corda
Barreirinhas
Bela Vista do Maranhão
Belágua
Benedito Leite
Bequimão
Bernardo do Mearim
Boa Vista do Gurupi
Bom Jardim
Bom Jesus das Selvas
Brejo
Brejo de Areia
Buriti
Buriti Bravo
Buriticupu
Buritirana
Cajapió
Cajari
Campestre do Maranhão
Cantanhede
Capinzal do Norte
Carolina
Carutapera
Caxias
Cedral
Central do Maranhão
Centro do Guilherme
Centro Novo do Maranhão
Chapadinha
Cidelândia
Codó
Colinas
Conceição do Lago-Açu
Coroatá
Davinópolis
Duque Bacelar
Esperantinópolis
Estreito
Feira Nova do Maranhão
Fernando Falcão
Formosa da Serra Negra
Fortaleza dos Nogueiras
Godofredo Viana
Gonçalves Dias
Governador Archer
Governador Edison Lobão
Governador Luiz Rocha
Governador Newton Bello
Governador Nunes Freire
Grajaú
Guimarães
Humberto de Campos
Igarapé do Meio
Igarapé Grande
Imperatriz
Itaipava do Grajaú
Itapecuru Mirim
Itinga do Maranhão
Jenipapo dos Vieiras
João Lisboa
Joselândia
Lago da Pedra
Lago dos Rodrigues
Lago Verde
Lagoa do Mato
Lagoa Grande do Maranhão
Lajeado Novo
Lima Campos
Loreto
Luís Domingues
Magalhães de Almeida
Maracaçumé
Marajá do Sena

Maranhãozinho
Matinha
Milagres do Maranhão
Mirador
Mirinzal
Monção
Morros
Nina Rodrigues
Nova Colinas
Nova Iorque
Nova Olinda do Maranhão
Olho d'Água das Cunhãs
Olinda Nova do Maranhão
Paço do Lumiar
Palmeirândia
Paraibano
Parnarama
Passagem Franca
Pedreiras
Pedro do Rosário
Penalva
Peri Mirim
Peritoró
Pindaré-Mirim
Pinheiro
Pio XII
Pirapemas
Poção de Pedras
Porto Rico do Maranhão
Presidente Juscelino
Presidente Médici
Presidente Sarney
Presidente Vargas
Primeira Cruz
Raposa
Riachão
Ribamar Fiquene
Rosário

Sambaíba
Santa Filomena do Maranhão
Santa Helena
Santa Inês
Santa Luzia
Santa Luzia do Paruá
Santa Quitéria do Maranhão
Santo Amaro do Maranhão
Santo Antônio dos Lopes
São Benedito do Rio Preto
São Bento
São Bernardo
São Domingos do Azeitão
São Domingos do Maranhão
São Félix de Balsas
São Francisco do Brejão
São Francisco do Maranhão
São João do Carú
São João do Paraíso
São João do Soter
São João dos Patos
São José de Ribamar
São José dos Basílios
São Luís
São Mateus do Maranhão
São Pedro da Água Branca
São Pedro dos Crentes
São Raimundo das Mangabeiras
São Raimundo do Doca Bezerra
São Roberto
Satubinha
Senador Alexandre Costa
Senador La Rocque
Serrano do Maranhão
Sítio Novo
Sucupira do Norte
Sucupira do Riachão
Tasso Fragoso
Timbiras
Timon
Trizidela do Vale
Tuntum
Turiaçu
Turilândia
Tutóia
Urbano Santos
Vargem Grande
Viana
Vila Nova dos Martírios
Vitória do Mearim
Vitorino Freire
Zé Doca
Mato Grosso
Acorizal
Água Boa
Alta Floresta
Alto Araguaia
Alto Boa Vista
Alto Garças
Alto Paraguai
Alto Taquari
Apiacás
Araguaiana
Araputanga
Arenápolis
Aripuanã
Barra do Bugres
Barra do Garças
Brasnorte
Cáceres
Campinápolis
Campo Novo do Parecis
Campo Verde
Campos de Júlio
Canabrava do Norte
Canarana
Carlinda
Castanheira
Chapada dos Guimarães
Cláudia
Colíder
Colniza
Comodoro
Confresa
Conquista D'Oeste
Cotriguaçu
Cuiabá
Curvelândia
Denise
Diamantino
Dom Aquino
Feliz Natal
Figueirópolis D'Oeste
Gaúcha do Norte
General Carneiro
Guarantã do Norte
Guiratinga
Indiavaí
Ipiranga do Norte
Itanhangá
Itaúba
Itiquira
Jaciara
Jangada
Jauru
Juara
Juína
Juscimeira
Lambari D'Oeste
Lucas do Rio Verde
Marcelândia
Matupá
Mirassol d'Oeste
Nobres
Nortelândia
Nossa Senhora do Livramento
Nova Bandeirantes
Nova Brasilândia
Nova Canaã do Norte
Nova Guarita
Nova Lacerda
Nova Marilândia
Nova Maringá
Nova Monte Verde
Nova Mutum
Nova Nazaré
Nova Olímpia
Nova Santa Helena
Nova Ubiratã
Nova Xavantina
Novo Horizonte do Norte
Novo Mundo
Novo Santo Antônio
Paranaíta
Paranatinga
Planalto da Serra
Poconé
Ponte Branca
Pontes e Lacerda
Porto Alegre do Norte
Porto dos Gaúchos
Porto Esperidião
Porto Estrela
Primavera do Leste
Querência
Ribeirãozinho
Rio Branco
Rondolândia
Rondonópolis
Salto do Céu
Santa Carmem
Santa Cruz do Xingu
Santa Rita do Trivelato
Santa Terezinha
Santo Afonso
Santo Antônio do Leste
São Félix do Araguaia
São José do Rio Claro
São José do Xingu
São José dos Quatro Marcos
São Pedro da Cipa
Sapezal
Serra Nova Dourada
Sinop
Sorriso
Tabaporã
Tangará da Serra
Tapurah
Terra Nova do Norte
Torixoréu
União do Sul
Vale de São Domingos
Várzea Grande
Vera
Vila Bela da Santíssima Trindade
Vila Rica
Mato Grosso do Sul
Água Clara
Alcinópolis
Amambai
Anastácio
Anaurilândia
Angélica
Antônio João
Aparecida do Taboado
Aquidauana
Aral Moreira
Bandeirantes
Bataguassu
Batayporã
Bela Vista
Bodoquena
Bonito
Brasilândia
Caarapó
Camapuã
Campo Grande
Caracol
Cassilândia
Chapadão do Sul
Corguinho
Coronel Sapucaia
Corumbá
Costa Rica
Coxim
Deodápolis
Dois Irmãos do Buriti
Douradina
Dourados
Eldorado
Fátima do Sul
Figueirão
Glória de Dourados
Guia Lopes da Laguna
Iguatemi
Inocência
Itaporã
Itaquiraí
Ivinhema
Japorã
Jaraguari
Jardim
Jateí
Juti
Ladário
Laguna Carapã
Maracaju
Miranda
Mundo Novo
Naviraí
Nioaque
Nova Alvorada do Sul
Nova Andradina

Novo Horizonte do Sul
Paraíso das Águas
Paranaíba
Paranhos
Pedro Gomes
Ponta Porã
Porto Murtinho
Ribas do Rio Pardo
Rio Brilhante
Rio Negro
Rio Verde de Mato Grosso
Rochedo
Santa Rita do Pardo
São Gabriel do Oeste
Selvíria
Sete Quedas
Sidrolândia
Sonora
Tacuru
Taquarussu
Terenos
Três Lagoas
Vicentina
Minas Gerais
Abadia dos Dourados
Abaeté
Abre Campo
Acaiaca
Açucena
Água Boa
Água Comprida
Aguanil
Águas Formosas
Águas Vermelhas
Aimorés
Aiuruoca
Alagoa
Albertina
Alfenas
Alfredo Vasconcelos
Almenara
Alpercata
Alpinópolis
Alterosa
Alto Caparaó
Alto Jequitibá
Alto Rio Doce
Alvarenga
Alvinópolis
Alvorada de Minas
Amparo do Serra
Andradas
Andrelândia
Angelândia
Antônio Carlos
Antônio Dias
Antônio Prado de Minas
Araçaí
Aracitaba
Araçuaí
Araguari
Arantina
Araponga
Araporã
Arapuá
Araújos
Araxá
Arceburgo
Arcos
Areado
Argirita
Aricanduva
Arinos
Astolfo Dutra
Ataléia
Augusto de Lima
Baependi
Baldim
Bambuí
Bandeira
Bandeira do Sul
Barão de Cocais
Barão de Monte Alto
Barbacena
Barroso
Bela Vista de Minas
Belmiro Braga
Belo Horizonte
Belo Oriente
Belo Vale
Berilo
Berizal
Bertópolis
Betim
Bias Fortes
Bicas
Biquinhas
Boa Esperança
Bocaina de Minas
Bocaiúva
Bom Despacho
Bom Jardim de Minas
Bom Jesus da Penha
Bom Jesus do Galho
Bom Repouso
Bom Sucesso
Bonfim
Bonfinópolis de Minas
Bonito de Minas
Borda da Mata
Botelhos
Botumirim
Brás Pires
Brasilândia de Minas
Brasília de Minas
Braúnas
Brazópolis
Brumadinho
Bueno Brandão
Buenópolis
Bugre
Buritis
Buritizeiro
Cabeceira Grande
Cabo Verde
Cachoeira da Prata
Cachoeira de Minas
Cachoeira de Pajeú
Cachoeira Dourada
Caetanópolis
Caeté
Caiana
Cajuri
Caldas
Camacho
Camanducaia
Cambuí
Cambuquira
Campanário
Campanha
Campestre
Campina Verde
Campo Azul
Campo Belo
Campo do Meio
Campo Florido
Campos Altos
Campos Gerais
Cana Verde
Canaã
Canápolis
Candeias
Cantagalo
Caparaó
Capela Nova
Capelinha
Capetinga
Capim Branco
Capinópolis
Capitão Andrade
Capitão Enéas
Capitólio
Caputira
Caraí
Caranaíba
Carandaí
Carangola
Caratinga
Carbonita
Careaçu
Carlos Chagas
Carmésia
Carmo da Cachoeira
Carmo da Mata
Carmo de Minas
Carmo do Cajuru
Carmo do Paranaíba
Carmo do Rio Claro
Carmópolis de Minas
Carneirinho
Carrancas
Carvalhópolis
Carvalhos
Casa Grande
Cascalho Rico
Cássia
Cataguases
Catas Altas
Catas Altas da Noruega
Catuji
Catuti
Caxambu
Cedro do Abaeté
Central de Minas
Centralina
Chácara
Chalé
Chapada do Norte
Chapada Gaúcha
Chiador
Claraval
Claro dos Poções
Cláudio
Coimbra
Coluna
Comendador Gomes
Comercinho
Conceição da Aparecida
Conceição da Barra de Minas
Conceição das Alagoas
Conceição das Pedras
Conceição de Ipanema
Conceição do Mato Dentro
Conceição do Pará
Conceição do Rio Verde
Conceição dos Ouros
Cônego Marinho
Confins
Congonhal
Congonhas
Congonhas do Norte
Conquista
Conselheiro Lafaiete
Conselheiro Pena
Consolação
Contagem
Coqueiral
Coração de Jesus
Cordisburgo
Cordislândia
Corinto
Coroaci
Coromandel

Coronel Fabriciano
Coronel Murta
Coronel Pacheco
Coronel Xavier Chaves
Córrego Danta
Córrego do Bom Jesus
Córrego Fundo
Córrego Novo
Couto de Magalhães de Minas
Crisólita
Cristais
Cristália
Cristiano Otoni
Cristina
Crucilândia
Cruzeiro da Fortaleza
Cruzília
Cuparaque
Curral de Dentro
Curvelo
Datas
Delfim Moreira
Delfinópolis
Delta
Descoberto
Desterro de Entre Rios
Desterro do Melo
Diamantina
Diogo de Vasconcelos
Dionísio
Divinésia
Divino
Divino das Laranjeiras
Divinolândia de Minas
Divinópolis
Divisa Alegre
Divisa Nova
Divisópolis
Dom Bosco
Dom Cavati
Dom Joaquim
Dom Silvério
Dom Viçoso
Dona Eusébia
Dores de Campos
Dores de Guanhães
Dores do Indaiá
Dores do Turvo
Douradoquara
Durandé
Elói Mendes
Engenheiro Caldas
Engenheiro Navarro
Entre Folhas
Entre Rios de Minas
Ervália
Esmeraldas
Espera Feliz
Espinosa
Espírito Santo do Dourado
Estiva
Estrela Dalva
Estrela do Indaiá
Estrela do Sul
Eugenópolis
Ewbank da Câmara
Extrema
Fama
Faria Lemos
Felício dos Santos
Felisburgo
Felixlândia
Fernandes Tourinho
Ferros
Fervedouro
Florestal
Formiga
Formoso
Fortaleza de Minas
Fortuna de Minas
Francisco Badaró
Francisco Dumont
Francisco Sá
Franciscópolis
Frei Gaspar
Frei Inocêncio
Frei Lagonegro
Fronteira
Fronteira dos Vales
Fruta de Leite
Frutal
Funilândia
Galiléia
Gameleiras
Glaucilândia
Goiabeira
Goianá
Gonçalves
Gonzaga
Gouveia
Governador Valadares
Grão Mogol
Grupiara
Guanhães
Guapé
Guaraciaba
Guaraciama
Guaranésia
Guarani
Guarará
Guarda-Mor
Guaxupé
Guidoval
Guimarânia
Guiricema
Gurinhatã
Heliodora
Iapu
Ibertioga
Ibiá
Ibiaí
Ibiracatu
Ibiraci
Ibirité
Ibitiúra de Minas
Ibituruna
Icaraí de Minas
Igarapé
Igaratinga
Iguatama
Ijaci
Ilicínea
Imbé de Minas
Inconfidentes
Indaiabira
Indianópolis
Ingaí
Inhapim
Inhaúma
Inimutaba
Ipaba
Ipanema
Ipatinga
Ipiaçu
Ipuiúna
Iraí de Minas
Itabirinha
Itabirito
Itacambira
Itacarambi
Itaguara
Itaipé
Itajubá
Itamarandiba
Itamarati de Minas
Itambacuri
Itambé do Mato Dentro
Itamogi
Itamonte
Itanhandu
Itanhomi
Itaobim
Itapagipe
Itapecerica
Itapeva
Itatiaiuçu
Itaúna
Itaverava
Itinga
Itueta
Ituiutaba
Itumirim
Iturama
Itutinga
Jaboticatubas
Jacinto
Jacuí
Jacutinga
Jaguaraçu
Jaíba
Jampruca
Janaúba
Januária
Japaraíba
Japonvar
Jeceaba
Jenipapo de Minas
Jequeri
Jequitaí
Jequitibá
Jequitinhonha
Jesuânia
Joaíma
Joanésia
João Monlevade
João Pinheiro
Joaquim Felício
Jordânia
José Gonçalves de Minas
José Raydan
Josenópolis
Juatuba
Juiz de Fora
Juramento
Juruaia
Juvenília
Ladainha
Lagamar
Lagoa da Prata
Lagoa dos Patos
Lagoa Dourada
Lagoa Formosa
Lagoa Grande
Lagoa Santa
Lajinha
Lambari
Lamim
Laranjal
Lassance
Lavras
Leandro Ferreira
Leme do Prado
Leopoldina
Liberdade
Lima Duarte
Limeira do Oeste
Lontra
Luisburgo
Luislândia
Luminárias
Luz

Machacalis
Machado
Madre de Deus de Minas
Malacacheta
Mamonas
Manga
Manhuaçu
Mantena
Mar de Espanha
Maravilhas
Maria da Fé
Mariana
Marilac
Mário Campos
Maripá de Minas
Marliéria
Marmelópolis
Martinho Campos
Mata Verde
Materlândia
Mateus Leme
Mathias Lobato
Matias Cardoso
Matipó
Mato Verde
Matozinhos
Matutina
Medeiros
Medina
Mendes Pimentel
Mercês
Mesquita
Minas Novas
Minduri
Mirabela
Miradouro
Miraí
Miravânia
Moeda
Moema
Monjolos
Monsenhor Paulo
Montalvânia
Monte Alegre de Minas
Monte Azul
Monte Belo
Monte Carmelo
Monte Formoso
Monte Santo de Minas
Monte Sião
Montes Claros
Montezuma
Morada Nova de Minas
Morro da Garça
Morro do Pilar
Munhoz
Muriaé
Mutum
Muzambinho
Nacip Raydan
Nanuque
Naque
Natalândia
Natércia
Nazareno
Nepomuceno
Ninheira
Nova Belém
Nova Era
Nova Lima
Nova Módica
Nova Ponte
Nova Porteirinha
Nova Resende
Nova Serrana
Nova União
Novo Cruzeiro
Novo Oriente de Minas
Novorizonte
Olaria
Olhos-d'Água
Olímpio Noronha
Oliveira
Oliveira Fortes
Onça de Pitangui
Oratórios
Orizânia
Ouro Branco
Ouro Fino
Ouro Verde de Minas
Padre Carvalho
Padre Paraíso
Pai Pedro
Paineiras
Pains
Paiva
Palma
Palmópolis
Papagaios
Pará de Minas
Paracatu
Paraguaçu
Paraisópolis
Paraopeba
Passa Quatro
Passa Tempo
Passabém
Passa-Vinte
Passos
Patis
Patos de Minas
Patrocínio
Patrocínio do Muriaé
Paula Cândido
Paulistas
Pavão
Peçanha
Pedra Azul
Pedra Bonita
Pedra do Anta
Pedra do Indaiá
Pedra Dourada
Pedralva
Pedras de Maria da Cruz
Pedrinópolis
Pedro Leopoldo
Pedro Teixeira
Pequeri
Pequi
Perdigão
Perdizes
Perdões
Periquito
Pescador
Piedade de Caratinga
Piedade de Ponte Nova
Piedade do Rio Grande
Piedade dos Gerais
Pimenta
Pingo-d'Água
Pintópolis
Piracema
Pirajuba
Piranga
Piranguçu
Piranguinho
Pirapetinga
Pirapora
Piraúba
Pitangui
Piumhi
Planura
Poço Fundo
Poços de Caldas
Pocrane
Pompéu
Ponte Nova
Ponto Chique
Ponto dos Volantes
Porteirinha
Porto Firme
Poté
Pouso Alegre
Pouso Alto
Prados
Prata
Pratápolis
Pratinha
Presidente Bernardes
Presidente Juscelino
Presidente Kubitschek
Presidente Olegário
Prudente de Morais
Quartel Geral
Queluzito
Raposos
Raul Soares
Recreio
Reduto
Resende Costa
Ressaquinha
Riachinho
Riacho dos Machados
Ribeirão das Neves
Ribeirão Vermelho
Rio Acima
Rio Casca
Rio do Prado
Rio Doce
Rio Espera
Rio Manso
Rio Novo
Rio Paranaíba
Rio Pardo de Minas
Rio Piracicaba
Rio Pomba
Rio Preto
Rio Vermelho
Ritápolis
Rodeiro
Romaria
Rosário da Limeira
Rubelita
Rubim
Sabará
Sabinópolis
Sacramento
Salinas
Salto da Divisa
Santa Bárbara
Santa Bárbara do Leste
Santa Bárbara do Monte Verde
Santa Bárbara do Tugúrio
Santa Cruz de Minas
Santa Cruz de Salinas
Santa Cruz do Escalvado
Santa Efigênia de Minas
Santa Fé de Minas
Santa Helena de Minas
Santa Juliana
Santa Luzia
Santa Margarida
Santa Maria de Itabira
Santa Maria do Salto
Santa Maria do Suaçuí
Santa Rita de Caldas
Santa Rita de Ibitipoca
Santa Rita de Jacutinga
Santa Rita de Minas
Santa Rita do Itueto
Santa Rita do Sapucaí
Santa Rosa da Serra
Santa Vitória
Santana da Vargem
Santana de Cataguases
Santana do Deserto
Santana do Garambéu
Santana do Paraíso
Santana do Riacho
Santana dos Montes
Santo Antônio do Amparo
Santo Antônio do Aventureiro
Santo Antônio do Grama

Santo Antônio do Itambé
Santo Antônio do Jacinto
Santo Antônio do Monte
Santo Antônio do Retiro
Santo Antônio do Rio Abaixo
Santo Hipólito
Santos Dumont
São Bento Abade
São Brás do Suaçuí
São Domingos das Dores
São Domingos do Prata
São Félix de Minas
São Francisco
São Francisco de Paula
São Francisco de Sales
São Francisco do Glória
São Geraldo
São Geraldo da Piedade
São Geraldo do Baixio
São Gonçalo do Abaeté
São Gonçalo do Pará
São Gonçalo do Rio Preto
São Gonçalo do Sapucaí
São Gotardo
São João Batista do Glória
São João da Lagoa
São João da Mata
São João da Ponte
São João del Rei
São João do Manhuaçu
São João do Manteninha
São João do Oriente
São João do Pacuí
São João do Paraíso
São João Evangelista
São João Nepomuceno
São Joaquim de Bicas
São José da Barra
São José da Lapa
São José da Safira
São José da Varginha
São José do Alegre
São José do Divino
São José do Goiabal
São José do Jacuri
São José do Mantimento
São Lourenço
São Miguel do Anta
São Pedro da União
São Pedro dos Ferros
São Romão
São Roque de Minas
São Sebastião da Bela Vista
São Sebastião da Vargem Alegre
São Sebastião do Anta
São Sebastião do Maranhão
São Sebastião do Oeste
São Sebastião do Paraíso
São Sebastião do Rio Preto
São Sebastião do Rio Verde
São Tiago
São Tomás de Aquino
São Tomé das Letras
São Vicente de Minas
Sapucaí-Mirim
Sardoá
Sarzedo
Sem-Peixe
Senador Amaral
Senador Cortes
Senador Firmino
Senador José Bento
Senador Modestino Gonçalves
Senhora de Oliveira
Senhora do Porto
Senhora dos Remédios
Sericita
Seritinga
Serra Azul de Minas
Serra da Saudade
Serra do Salitre
Serra dos Aimorés
Serrania
Serranópolis de Minas
Serranos
Serro
Sete Lagoas
Setubinha
Silveirânia
Silvianópolis
Simão Pereira
Simonésia
Sobrália
Soledade de Minas
Tabuleiro
Taiobeiras
Tapiraí
Taquaraçu de Minas
Tarumirim
Teixeiras
Teófilo Otoni
Timóteo
Tiradentes
Tiros
Tocantins
Tocos do Moji
Toledo
Tombos
Três Corações
Três Marias
Três Pontas
Tumiritinga
Tupaciguara
Turmalina
Turvolândia
Ubá
Ubaí
Ubaporanga
Uberaba
Uberlândia
Umburatiba
Unaí
União de Minas
Uruana de Minas
Urucânia
Urucuia
Vargem Alegre
Vargem Bonita
Vargem Grande do Rio Pardo
Varginha
Varjão de Minas
Várzea da Palma
Varzelândia
Vazante
Verdelândia
Veredinha
Veríssimo
Vermelho Novo
Vespasiano
Viçosa
Vieiras
Virgem da Lapa
Virgínia
Virginópolis
Virgolândia
Visconde do Rio Branco
Volta Grande
Wenceslau Braz
Pará
Abel Figueiredo
Acará
Alenquer
Almeirim
Anajás
Ananindeua
Anapu
Augusto Corrêa
Aurora do Pará
Aveiro
Bagre
Bannach
Barcarena
Belterra
Bom Jesus do Tocantins
Bragança
Brejo Grande do Araguaia
Breu Branco
Bujaru
Capanema
Capitão Poço
Castanhal
Concórdia do Pará
Cumaru do Norte
Curionópolis
Curuá
Dom Eliseu
Floresta do Araguaia
Garrafão do Norte
Igarapé-Açu
Inhangapi
Ipixuna do Pará
Irituia
Itaituba
Jacundá
Mãe do Rio
Marabá
Maracanã
Marapanim
Melgaço
Mocajuba
Mojuí dos Campos
Monte Alegre
Muaná
Nova Ipixuna
Nova Timboteua
Novo Progresso
Oriximiná
Ourém
Ourilândia do Norte
Pacajá
Paragominas
Parauapebas
Peixe-Boi
Piçarra
Placas
Ponta de Pedras
Portel
Porto de Moz
Quatipuru
Redenção
Rio Maria
Rondon do Pará
Rurópolis
Salinópolis
Santa Izabel do Pará
Santa Luzia do Pará
Santa Maria das Barreiras
Santarém
Santarém Novo
São Domingos do Araguaia
São Félix do Xingu
São Francisco do Pará
São Geraldo do Araguaia
São Miguel do Guamá
Sapucaia
Senador José Porfírio
Soure
Terra Santa
Tomé-Açu
Tracuateua
Trairão

Tucumã
Ulianópolis
Uruará
Vitória do Xingu
Xinguara
Paraíba
Água Branca
Aguiar
Alagoa Grande
Alagoa Nova
Alagoinha
Alcantil
Alhandra
Amparo
Aparecida
Araçagi
Araruna
Areia
Areia de Baraúnas
Areial
Aroeiras
Assunção
Baía da Traição
Bananeiras
Baraúna
Barra de Santa Rosa
Barra de Santana
Barra de São Miguel
Bayeux
Belém do Brejo do Cruz
Bernardino Batista
Boa Ventura
Bom Jesus
Bom Sucesso
Bonito de Santa Fé
Boqueirão
Borborema
Brejo do Cruz
Brejo dos Santos
Caaporã
Cabaceiras
Cabedelo
Cachoeira dos Índios
Cacimba de Areia
Cacimba de Dentro
Cacimbas
Caiçara
Cajazeiras
Cajazeirinhas
Caldas Brandão
Camalaú
Campina Grande
Capim
Caraúbas
Carrapateira
Casserengue
Catolé do Rocha
Caturité
Conceição
Condado
Conde
Congo
Coremas
Coxixola
Cruz do Espírito Santo
Cubati
Cuité
Cuité de Mamanguape
Cuitegi
Curral de Cima
Curral Velho
Damião
Desterro
Diamante
Dona Inês
Duas Estradas
Emas
Esperança
Frei Martinho
Gado Bravo
Guarabira
Gurinhém
Gurjão
Ibiara
Igaracy
Imaculada
Ingá
Itabaiana
Itaporanga
Itapororoca
Itatuba
Jacaraú
Jericó
João Pessoa
Joca Claudino
Juarez Távora
Juazeirinho
Juripiranga
Juru
Lagoa
Lagoa de Dentro
Lagoa Seca
Lastro
Livramento
Logradouro
Lucena
Mãe d'Água
Malta
Mamanguape
Manaíra
Marcação
Mari
Marizópolis
Massaranduba
Mataraca
Matinhas
Mato Grosso
Maturéia
Mogeiro
Montadas
Monte Horebe
Monteiro
Mulungu
Natuba
Nazarezinho
Nova Floresta
Nova Olinda
Nova Palmeira
Olho d'Água
Olivedos
Ouro Velho
Parari
Passagem
Patos
Paulista
Pedra Branca
Pedra Lavrada
Pedras de Fogo
Pedro Régis
Piancó
Picuí
Pilões
Pirpirituba
Pitimbu
Pocinhos
Poço Dantas
Poço de José de Moura
Pombal
Prata
Princesa Isabel
Puxinanã
Queimadas
Quixaba
Remígio
Riachão
Riachão do Bacamarte
Riachão do Poço
Riacho de Santo Antônio
Riacho dos Cavalos
Rio Tinto
Salgadinho
Salgado de São Félix
Santa Cecília
Santa Cruz
Santa Helena
Santa Inês
Santa Luzia
Santa Rita
Santa Teresinha
Santana de Mangueira
Santana dos Garrotes
Santo André
São Bentinho
São Bento
São Domingos
São Domingos do Cariri
São Francisco
São João do Cariri
São João do Rio do Peixe
São João do Tigre
São José da Lagoa Tapada
São José de Caiana
São José de Espinharas
São José de Piranhas
São José de Princesa
São José do Bonfim
São José do Brejo do Cruz
São José do Sabugi
São José dos Cordeiros
São José dos Ramos
São Mamede
São Miguel de Taipu
São Sebastião de Lagoa de Roça
São Sebastião do Umbuzeiro
Sapé
Serra Branca
Serra da Raiz
Serra Grande
Serra Redonda
Serraria
Sertãozinho
Sobrado
Solânea
Soledade
Sossêgo
Sousa
Sumé
Tacima
Taperoá
Tavares
Teixeira
Tenório
Triunfo
Uiraúna
Umbuzeiro
Várzea
Vieirópolis
Vista Serrana
Zabelê
Paraná
Abatiá
Agudos do Sul
Almirante Tamandaré
Altamira do Paraná
Alto Paraíso
Alto Paraná
Alto Piquiri
Altônia
Alvorada do Sul
Amaporã
Ampére
Anahy
Andirá
Ângulo
Antonina
Antônio Olinto
Apucarana
Arapongas

Arapoti
Arapuã
Araruna
Araucária
Ariranha do Ivaí
Assaí
Assis Chateaubriand
Astorga
Atalaia
Balsa Nova
Bandeirantes
Barbosa Ferraz
Barra do Jacaré
Barracão
Bela Vista da Caroba
Bela Vista do Paraíso
Bituruna
Boa Esperança
Boa Esperança do Iguaçu
Boa Ventura de São Roque
Boa Vista da Aparecida
Bocaiúva do Sul
Bom Jesus do Sul
Bom Sucesso
Bom Sucesso do Sul
Borrazópolis
Braganey
Brasilândia do Sul
Cafeara
Cafelândia
Cafezal do Sul
Califórnia
Cambará
Cambé
Cambira
Campina da Lagoa
Campina do Simão
Campina Grande do Sul
Campo Bonito
Campo Largo
Campo Magro
Campo Mourão
Cândido de Abreu
Candói
Cantagalo
Capanema
Capitão Leônidas Marques
Carambeí
Cascavel
Castro
Catanduvas
Centenário do Sul
Céu Azul
Chopinzinho
Cianorte
Cidade Gaúcha
Clevelândia
Colombo
Colorado
Conselheiro Mairinck
Contenda
Corbélia
Cornélio Procópio
Coronel Domingos Soares
Coronel Vivida
Cruz Machado
Cruzeiro do Iguaçu
Cruzeiro do Oeste
Cruzeiro do Sul
Cruzmaltina
Curitiba
Curiúva
Diamante do Norte
Diamante do Sul
Diamante D'Oeste
Dois Vizinhos
Douradina
Doutor Camargo
Enéas Marques
Engenheiro Beltrão
Entre Rios do Oeste
Esperança Nova
Espigão Alto do Iguaçu
Farol
Faxinal
Fazenda Rio Grande
Fernandes Pinheiro
Figueira
Flor da Serra do Sul
Floraí
Floresta
Florestópolis
Flórida
Formosa do Oeste
Foz do Iguaçu
Foz do Jordão
Francisco Beltrão
General Carneiro
Godoy Moreira
Goioerê
Goioxim
Grandes Rios
Guaíra
Guamiranga
Guapirama
Guaporema
Guaraci
Guaraniaçu
Guarapuava
Guaraqueçaba
Guaratuba
Honório Serpa
Ibaiti
Ibema
Ibiporã
Icaraíma
Iguatu
Imbaú
Imbituva
Inácio Martins
Inajá
Indianópolis
Ipiranga
Iporã
Iracema do Oeste
Irati
Iretama
Itaguajé
Itaipulândia
Itambaracá
Itambé
Itapejara d'Oeste
Itaperuçu
Itaúna do Sul
Ivaí
Ivaiporã
Ivaté
Ivatuba
Jaboti
Jacarezinho
Jaguapitã
Janiópolis
Japira
Japurá
Jardim Alegre
Jardim Olinda
Jataizinho
Jesuítas
Jundiaí do Sul
Juranda
Jussara
Kaloré
Lapa
Laranjal
Laranjeiras do Sul
Leópolis
Lidianópolis
Lindoeste
Loanda
Lobato
Londrina
Luiziana
Lunardelli
Lupionópolis
Mallet
Mamborê
Mandaguaçu
Mandaguari
Mandirituba
Manfrinópolis
Mangueirinha
Manoel Ribas
Marechal Cândido Rondon
Maria Helena
Marilândia do Sul
Marilena
Mariluz
Maringá
Mariópolis
Maripá
Marmeleiro
Marquinho
Marumbi
Matelândia
Matinhos
Mato Rico
Mauá da Serra
Medianeira
Mercedes
Mirador
Miraselva
Missal
Moreira Sales
Morretes
Munhoz de Melo
Nossa Senhora das Graças
Nova Aliança do Ivaí
Nova Aurora
Nova Cantu
Nova Esperança
Nova Esperança do Sudoeste
Nova Fátima
Nova Laranjeiras
Nova Londrina
Nova Olímpia
Nova Prata do Iguaçu
Nova Santa Bárbara
Nova Santa Rosa
Nova Tebas
Novo Itacolomi
Ourizona
Ouro Verde do Oeste
Paiçandu
Palmas
Palmeira
Palmital
Palotina
Paraíso do Norte
Paranacity
Paranaguá
Paranapoema
Paranavaí
Pato Bragado
Pato Branco
Paula Freitas
Peabiru
Perobal
Pérola

Pérola d'Oeste
Piên
Pinhais
Pinhal de São Bento
Pinhalão
Pinhão
Piraí do Sul
Piraquara
Pitanga
Pitangueiras
Planaltina do Paraná
Planalto
Ponta Grossa
Pontal do Paraná
Porecatu
Porto Amazonas
Porto Barreiro
Porto Vitória
Prado Ferreira
Pranchita
Presidente Castelo Branco
Primeiro de Maio
Prudentópolis
Quarto Centenário
Quatiguá
Quatro Barras
Quatro Pontes
Quedas do Iguaçu
Querência do Norte
Quinta do Sol
Quitandinha
Ramilândia
Realeza
Rebouças
Renascença
Reserva
Reserva do Iguaçu
Ribeirão Claro
Ribeirão do Pinhal
Rio Azul
Rio Bom
Rio Bonito do Iguaçu
Rio Branco do Ivaí
Rio Branco do Sul
Rio Negro
Rolândia
Roncador
Rondon
Rosário do Ivaí
Sabáudia
Salgado Filho
Salto do Itararé
Salto do Lontra
Santa Amélia
Santa Cecília do Pavão
Santa Fé
Santa Helena
Santa Inês
Santa Isabel do Ivaí
Santa Izabel do Oeste
Santa Lúcia
Santa Maria do Oeste
Santa Mariana
Santa Mônica
Santa Tereza do Oeste
Santa Terezinha de Itaipu
Santana do Itararé
Santo Antônio do Caiuá
Santo Antônio do Paraíso
Santo Antônio do Sudoeste
Santo Inácio
São Carlos do Ivaí
São Jerônimo da Serra
São João
São João do Caiuá
São João do Ivaí
São João do Triunfo
São Jorge do Ivaí
São Jorge do Patrocínio
São Jorge d'Oeste
São José das Palmeiras
São José dos Pinhais
São Manoel do Paraná
São Mateus do Sul
São Miguel do Iguaçu
São Pedro do Iguaçu
São Pedro do Ivaí
São Pedro do Paraná
São Sebastião da Amoreira
São Tomé
Sapopema
Sarandi
Saudade do Iguaçu
Sengés
Serranópolis do Iguaçu
Sertaneja
Sertanópolis
Siqueira Campos
Sulina
Tamarana
Tamboara
Tapejara
Tapira
Teixeira Soares
Telêmaco Borba
Terra Boa
Terra Rica
Terra Roxa
Tibagi
Tijucas do Sul
Toledo
Tomazina
Três Barras do Paraná
Tunas do Paraná
Tuneiras do Oeste
Tupãssi
Turvo
Ubiratã
Umuarama
União da Vitória
Uniflor
Ventania
Vera Cruz do Oeste
Verê
Virmond
Vitorino
Wenceslau Braz
Xambrê
Pernambuco
Abreu e Lima
Afogados da Ingazeira
Afrânio
Agrestina
Água Preta
Águas Belas
Alagoinha
Aliança
Altinho
Amaraji
Angelim
Araçoiaba
Araripina
Arcoverde
Barra de Guabiraba
Barreiros
Belém de Maria
Belém do São Francisco
Belo Jardim
Betânia
Bezerros
Bodocó
Bom Conselho
Bom Jardim
Bonito
Brejão
Brejinho
Brejo da Madre de Deus
Buenos Aires
Buíque
Cabo de Santo Agostinho
Cabrobó
Cachoeirinha
Caetés
Calçado
Calumbi
Camaragibe
Camocim de São Félix
Camutanga
Canhotinho
Capoeiras
Carnaíba
Carnaubeira da Penha
Carpina
Caruaru
Casinhas
Catende
Cedro
Chã de Alegria
Chã Grande
Condado
Correntes
Cortês
Cumaru
Cupira
Custódia
Dormentes
Escada
Exu
Feira Nova
Ferreiros
Flores
Floresta
Frei Miguelinho
Gameleira
Garanhuns
Glória do Goitá
Goiana
Granito
Gravatá
Ibimirim
Ibirajuba
Igarassu
Iguaracy
Ilha de Itamaracá
Inajá
Ingazeira
Ipojuca
Ipubi
Itacuruba
Itaíba
Itambé
Itapetim
Itapissuma
Jaboatão dos Guararapes
Jaqueira
Jataúba
Jatobá
João Alfredo
Joaquim Nabuco
Jucati
Jupi
Jurema
Lagoa de Itaenga
Lagoa do Carro
Lagoa do Ouro
Lagoa dos Gatos
Lagoa Grande
Lajedo
Limoeiro
Macaparana
Machados
Manari
Mirandiba
Moreilândia
Moreno
Nazaré da Mata
Olinda
Orobó

Orocó
Ouricuri
Palmares
Palmeirina
Panelas
Parnamirim
Passira
Paudalho
Paulista
Pedra
Pesqueira
Petrolândia
Petrolina
Poção
Pombos
Primavera
Quipapá
Quixaba
Recife
Riacho das Almas
Ribeirão
Rio Formoso
Sairé
Salgadinho
Salgueiro
Sanharó
Santa Cruz
Santa Cruz da Baixa Verde
Santa Cruz do Capibaribe
Santa Filomena
Santa Maria da Boa Vista
Santa Maria do Cambucá
Santa Terezinha
São Benedito do Sul
São Bento do Una
São Caitano
São João
São Joaquim do Monte
São José da Coroa Grande
São José do Belmonte
São José do Egito
São Lourenço da Mata
São Vicente Ferrer
Serra Talhada
Serrita
Sertânia
Sirinhaém
Solidão
Surubim
Tabira
Tacaimbó
Tacaratu
Tamandaré
Taquaritinga do Norte
Terezinha
Terra Nova
Timbaúba
Toritama
Tracunhaém
Trindade
Triunfo
Tupanatinga
Tuparetama
Venturosa
Verdejante
Vertente do Lério
Vertentes
Vicência
Vitória de Santo Antão
Xexéu
Piauí
Acauã
Agricolândia
Água Branca
Alagoinha do Piauí
Alegrete do Piauí
Alto Longá
Altos
Amarante
Angical do Piauí
Antônio Almeida
Aroazes
Aroeiras do Itaim
Arraial
Assunção do Piauí
Avelino Lopes
Baixa Grande do Ribeiro
Barra D'Alcântara
Barras
Barro Duro
Batalha
Bela Vista do Piauí
Belém do Piauí
Beneditinos
Bertolínia
Betânia do Piauí
Boa Hora
Bocaina
Bom Jesus
Bom Princípio do Piauí
Bonfim do Piauí
Boqueirão do Piauí
Brasileira
Brejo do Piauí
Buriti dos Lopes
Buriti dos Montes
Cabeceiras do Piauí
Cajazeiras do Piauí
Cajueiro da Praia
Caldeirão Grande do Piauí
Campinas do Piauí
Campo Alegre do Fidalgo
Campo Grande do Piauí
Campo Largo do Piauí
Campo Maior
Canto do Buriti
Capitão de Campos
Capitão Gervásio Oliveira
Caraúbas do Piauí
Caridade do Piauí
Castelo do Piauí
Caxingó
Cocal
Cocal de Telha
Cocal dos Alves
Colônia do Gurguéia
Colônia do Piauí
Coronel José Dias
Corrente
Cristino Castro
Curimatá
Curral Novo do Piauí
Curralinhos
Demerval Lobão
Dom Expedito Lopes
Dom Inocêncio
Domingos Mourão
Elesbão Veloso
Eliseu Martins
Esperantina
Flores do Piauí
Floresta do Piauí
Floriano
Francinópolis
Francisco Macedo
Francisco Santos
Fronteiras
Geminiano
Guadalupe
Hugo Napoleão
Inhuma
Ipiranga do Piauí
Isaías Coelho
Itainópolis
Itaueira
Jacobina do Piauí
Jaicós
Jardim do Mulato
Jatobá do Piauí
João Costa
Joaquim Pires
Joca Marques
José de Freitas
Juazeiro do Piauí
Júlio Borges
Lagoa Alegre
Lagoa de São Francisco
Lagoa do Barro do Piauí
Lagoa do Piauí
Lagoa do Sítio
Landri Sales
Luís Correia
Madeiro
Marcolândia
Marcos Parente
Massapê do Piauí
Matias Olímpio
Miguel Alves
Miguel Leão
Milton Brandão
Monsenhor Hipólito
Monte Alegre do Piauí
Morro do Chapéu do Piauí
Nazaré do Piauí
Nazária
Nossa Senhora de Nazaré
Nossa Senhora dos Remédios
Nova Santa Rita
Novo Oriente do Piauí
Novo Santo Antônio
Oeiras
Padre Marcos
Pajeú do Piauí
Palmeira do Piauí
Paquetá
Parnaguá
Parnaíba
Patos do Piauí
Pau D'Arco do Piauí
Paulistana
Pavussu
Pedro II
Pedro Laurentino
Picos
Pimenteiras
Pio IX
Piracuruca
Piripiri
Porto
Porto Alegre do Piauí
Prata do Piauí
Queimada Nova
Redenção do Gurguéia
Regeneração
Ribeira do Piauí
Ribeiro Gonçalves
Rio Grande do Piauí
Santa Cruz do Piauí
Santa Cruz dos Milagres
Santa Filomena
Santa Luz
Santa Rosa do Piauí
Santana do Piauí
Santo Antônio de Lisboa
Santo Antônio dos Milagres
Santo Inácio do Piauí

São Félix do Piauí
São Francisco de Assis do Piauí
São Francisco do Piauí
São Gonçalo do Gurguéia
São Gonçalo do Piauí
São João da Canabrava
São João da Fronteira
São João da Serra
São João da Varjota
São João do Arraial
São João do Piauí
São José do Divino
São José do Peixe
São José do Piauí
São Julião
São Luis do Piauí
São Miguel da Baixa Grande
São Miguel do Tapuio
São Pedro do Piauí
São Raimundo Nonato
Sebastião Leal
Sigefredo Pacheco
Simões
Socorro do Piauí
Sussuapara
Tamboril do Piauí
Tanque do Piauí
Teresina
União
Uruçuí
Valença do Piauí
Várzea Branca
Várzea Grande
Vera Mendes
Vila Nova do Piauí
Wall Ferraz
Rio de Janeiro
Angra dos Reis
Aperibé
Armação dos Búzios
Barra Mansa
Bom Jardim
Bom Jesus do Itabapoana

Campos dos Goytacazes
Cantagalo
Carapebus
Cardoso Moreira
Casimiro de Abreu
Comendador Levy Gasparian
Conceição de Macabu
Cordeiro
Duque de Caxias
Engenheiro Paulo de Frontin
Guapimirim
Itaboraí
Itaguaí
Italva
Itaocara
Itaperuna
Itatiaia
Laje do Muriaé
Macaé
Macuco
Magé
Maricá
Mesquita
Miguel Pereira
Natividade
Nilópolis
Niterói
Nova Friburgo
Nova Iguaçu
Paracambi
Paraíba do Sul
Paraty
Paty do Alferes
Petrópolis
Pinheiral
Piraí
Porciúncula
Porto Real
Resende
Rio Bonito
Rio Claro
Rio das Flores
Rio de Janeiro
Santa Maria Madalena
São Fidélis
São Francisco de Itabapoana
São Gonçalo
São João da Barra
São José de Ubá
São José do Vale do Rio Preto
São Pedro da Aldeia
São Sebastião do Alto
Sapucaia
Silva Jardim
Tanguá
Teresópolis
Trajano de Moraes
Valença
Varre-Sai
Vassouras
Volta Redonda
Rio Grande do Norte
Acari
Açu
Água Nova
Alexandria
Almino Afonso
Alto do Rodrigues
Antônio Martins
Apodi
Areia Branca
Augusto Severo
Baía Formosa
Baraúna
Barcelona
Bento Fernandes
Bodó
Bom Jesus
Brejinho
Caiçara do Norte
Caicó
Campo Redondo
Canguaretama
Carnaúba dos Dantas
Carnaubais
Ceará-Mirim
Cerro Corá
Coronel Ezequiel
Coronel João Pessoa
Cruzeta
Currais Novos
Doutor Severiano
Encanto
Equador
Espírito Santo
Extremoz
Felipe Guerra
Fernando Pedroza
Florânia
Francisco Dantas
Galinhos
Goianinha
Grossos
Guamaré
Ipueira
Itajá
Itaú
Jandaíra
Janduís
Januário Cicco
Jardim de Angicos
Jardim de Piranhas
Jardim do Seridó
João Câmara
João Dias
José da Penha
Jucurutu
Jundiá
Lagoa de Pedras
Lagoa de Velhos
Lagoa Nova
Lagoa Salgada
Lajes
Lajes Pintadas
Lucrécia
Luís Gomes
Macaíba
Major Sales
Marcelino Vieira
Martins
Maxaranguape
Messias Targino
Monte Alegre
Monte das Gameleiras
Mossoró
Natal
Nísia Floresta
Nova Cruz
Olho-d'Água do Borges
Ouro Branco
Paraná
Paraú
Parazinho
Parelhas
Parnamirim
Passa e Fica
Passagem
Patu
Pau dos Ferros
Pedra Grande
Pedra Preta
Pedro Velho
Pilões
Poço Branco
Portalegre
Porto do Mangue
Pureza
Rafael Godeiro
Riacho da Cruz
Riacho de Santana
Riachuelo
Rio do Fogo
Ruy Barbosa
Santa Cruz
Santa Maria
Santana do Matos
Santana do Seridó
Santo Antônio
São Bento do Norte
São Bento do Trairí
São Fernando
São Francisco do Oeste
São Gonçalo do Amarante
São João do Sabugi
São José do Campestre
São José do Seridó
São Miguel
São Miguel do Gostoso
São Pedro
São Tomé
São Vicente
Senador Georgino Avelino
Serra Caiada
Serra de São Bento
Serra do Mel
Serra Negra do Norte
Serrinha dos Pintos
Severiano Melo
Sítio Novo
Taboleiro Grande

Tangará
Tenente Laurentino Cruz
Tibau
Tibau do Sul
Timbaúba dos Batistas
Touros
Umarizal
Upanema
Várzea
Venha-Ver
Vera Cruz
Viçosa
Rio Grande do Sul
Aceguá
Água Santa
Agudo
Ajuricaba
Alecrim
Alegrete
Alegria
Almirante Tamandaré do Sul
Alpestre
Alto Alegre
Alto Feliz
Alvorada
Amaral Ferrador
Ametista do Sul
André da Rocha
Anta Gorda
Antônio Prado
Arambaré
Araricá
Aratiba
Arroio do Meio
Arroio do Padre
Arroio do Sal
Arroio do Tigre
Arroio dos Ratos
Arroio Grande
Arvorezinha
Augusto Pestana
Áurea
Bagé
Balneário Pinhal
Barão
Barão de Cotegipe
Barão do Triunfo
Barra do Guarita
Barra do Quaraí
Barra do Ribeiro
Barra do Rio Azul
Barra Funda
Barracão
Barros Cassal
Benjamin Constant do Sul
Bento Gonçalves
Boa Vista das Missões
Boa Vista do Buricá
Boa Vista do Cadeado
Boa Vista do Incra
Boa Vista do Sul
Bom Jesus
Bom Princípio
Bom Progresso
Bom Retiro do Sul
Boqueirão do Leão
Bossoroca
Bozano
Braga
Brochier
Butiá
Caçapava do Sul
Cacequi
Cachoeira do Sul
Cachoeirinha
Cacique Doble
Caibaté
Caiçara
Camaquã
Camargo
Cambará do Sul
Campestre da Serra
Campina das Missões
Campinas do Sul
Campo Bom
Campo Novo
Campos Borges
Candelária
Cândido Godói
Candiota
Canela
Canguçu
Canoas
Canudos do Vale
Capão Bonito do Sul
Capão da Canoa
Capão do Cipó
Capão do Leão
Capela de Santana
Capitão
Capivari do Sul
Caraá
Carazinho
Carlos Barbosa
Carlos Gomes
Casca
Caseiros
Catuípe
Caxias do Sul
Centenário
Cerrito
Cerro Branco
Cerro Grande
Cerro Grande do Sul
Cerro Largo
Chapada
Charqueadas
Charrua
Chiapetta
Chuí
Chuvisca
Ciríaco
Colinas
Colorado
Condor
Constantina
Coqueiro Baixo
Coqueiros do Sul
Coronel Barros
Coronel Bicaco
Coronel Pilar
Cotiporã
Coxilha
Crissiumal
Cristal
Cristal do Sul
Cruz Alta
Cruzaltense
Cruzeiro do Sul
David Canabarro
Dilermando de Aguiar
Dois Irmãos
Dois Irmãos das Missões
Dois Lajeados
Dom Feliciano
Dom Pedrito
Dom Pedro de Alcântara
Dona Francisca
Doutor Maurício Cardoso
Doutor Ricardo
Eldorado do Sul
Encantado
Encruzilhada do Sul
Engenho Velho
Entre Rios do Sul
Entre-Ijuís
Erebango
Erechim
Ernestina
Erval Grande
Erval Seco
Esmeralda
Esperança do Sul
Espumoso
Estação
Estância Velha
Esteio
Estrela
Estrela Velha
Fagundes Varela
Farroupilha
Faxinal do Soturno
Faxinalzinho
Fazenda Vilanova
Feliz
Flores da Cunha
Floriano Peixoto
Fontoura Xavier
Formigueiro
Forquetinha
Fortaleza dos Valos
Frederico Westphalen
Garibaldi
Garruchos
Gaurama
General Câmara
Gentil
Getúlio Vargas
Giruá
Glorinha
Gramado
Gramado dos Loureiros
Gramado Xavier
Gravataí
Guabiju
Guaíba
Guaporé
Guarani das Missões
Harmonia
Herval
Herveiras
Horizontina
Hulha Negra
Humaitá
Ibarama
Ibiaçá
Ibiraiaras
Ibirapuitã
Ibirubá
Igrejinha
Ijuí
Ilópolis
Imbé
Imigrante
Independência
Ipê
Ipiranga do Sul
Iraí
Itaara
Itacurubi
Itapuca
Itaqui
Itati
Itatiba do Sul
Ivorá
Ivoti
Jaboticaba
Jacuizinho
Jacutinga
Jaguarão

Jaguari
Jaquirana
Jari
Jóia
Júlio de Castilhos
Lagoa Bonita do Sul
Lagoa dos Três Cantos
Lagoa Vermelha
Lagoão
Lajeado
Lajeado do Bugre
Lavras do Sul
Liberato Salzano
Lindolfo Collor
Linha Nova
Machadinho
Mampituba
Manoel Viana
Maquiné
Maratá
Marau
Marcelino Ramos
Mariana Pimentel
Mariano Moro
Marques de Souza
Mata
Mato Castelhano
Mato Leitão
Mato Queimado
Maximiliano de Almeida
Minas do Leão
Miraguaí
Montauri
Monte Alegre dos Campos
Monte Belo do Sul
Montenegro
Mormaço
Morrinhos do Sul
Morro Redondo
Morro Reuter
Mostardas
Muçum
Muitos Capões
Muliterno
Não-Me-Toque
Nicolau Vergueiro

Nonoai
Nova Alvorada
Nova Araçá
Nova Bassano
Nova Boa Vista
Nova Bréscia
Nova Candelária
Nova Esperança do Sul
Nova Hartz
Nova Pádua
Nova Palma
Nova Petrópolis
Nova Prata
Nova Ramada
Nova Roma do Sul
Nova Santa Rita
Novo Barreiro
Novo Cabrais
Novo Hamburgo
Novo Machado
Novo Tiradentes
Novo Xingu
Osório
Paim Filho
Palmares do Sul
Palmeira das Missões
Palmitinho
Panambi
Pantano Grande
Paraí
Paraíso do Sul
Pareci Novo
Parobé
Passa Sete
Passo do Sobrado
Passo Fundo
Paulo Bento
Paverama
Pedras Altas
Pedro Osório
Pejuçara
Pelotas
Picada Café
Pinhal
Pinhal da Serra
Pinhal Grande
Pinheirinho do Vale
Pinheiro Machado
Pinto Bandeira
Piratini
Planalto
Poço das Antas
Pontão
Ponte Preta
Portão
Porto Alegre
Porto Lucena
Porto Mauá
Porto Vera Cruz
Porto Xavier
Pouso Novo
Presidente Lucena
Progresso
Protásio Alves
Putinga
Quaraí
Quatro Irmãos
Quevedos
Quinze de Novembro
Redentora
Relvado
Restinga Sêca
Rio dos Índios
Rio Grande
Rio Pardo
Riozinho
Roca Sales
Rodeio Bonito
Rolador
Rolante
Ronda Alta
Rondinha
Roque Gonzales
Rosário do Sul
Sagrada Família
Saldanha Marinho
Salto do Jacuí
Salvador das Missões
Salvador do Sul
Sananduva
Santa Bárbara do Sul
Santa Cecília do Sul
Santa Clara do Sul
Santa Cruz do Sul
Santa Margarida do Sul
Santa Maria
Santa Maria do Herval
Santa Rosa
Santa Vitória do Palmar
Santana da Boa Vista
Sant'Ana do Livramento
Santiago
Santo Ângelo
Santo Antônio da Patrulha
Santo Antônio das Missões
Santo Antônio do Palma
Santo Antônio do Planalto
Santo Augusto
Santo Cristo
Santo Expedito do Sul
São Borja
São Domingos do Sul
São Francisco de Assis
São Francisco de Paula
São Gabriel
São Jerônimo
São João da Urtiga
São João do Polêsine
São Jorge
São José das Missões
São José do Herval
São José do Hortêncio
São José do Inhacorá
São José do Norte
São José do Ouro
São José do Sul
São José dos Ausentes
São Leopoldo
São Lourenço do Sul
São Luiz Gonzaga
São Marcos
São Martinho
São Martinho da Serra
São Miguel das Missões
São Nicolau
São Paulo das Missões
São Pedro da Serra
São Pedro das Missões
São Pedro do Butiá
São Pedro do Sul
São Sebastião do Caí
São Sepé
São Valentim
São Valentim do Sul
São Valério do Sul
São Vendelino
São Vicente do Sul
Sapiranga
Sapucaia do Sul
Sarandi
Seberi
Sede Nova
Segredo
Selbach
Senador Salgado Filho

Sentinela do Sul
Serafina Corrêa
Sério
Sertão
Sertão Santana
Sete de Setembro
Severiano de Almeida
Silveira Martins
Sinimbu
Sobradinho
Soledade
Tabaí
Tapejara
Tapera
Tapes
Taquara
Taquari
Taquaruçu do Sul
Tavares
Tenente Portela
Terra de Areia
Teutônia
Tio Hugo
Tiradentes do Sul
Toropi
Torres
Tramandaí
Travesseiro
Três Arroios
Três Cachoeiras
Três Coroas
Três de Maio
Três Forquilhas
Três Palmeiras
Três Passos
Trindade do Sul
Triunfo
Tucunduva
Tunas
Tupanci do Sul
Tupanciretã
Tupandi
Tuparendi

Turuçu
Ubiretama
União da Serra
Unistalda
Uruguaiana
Vacaria
Vale do Sol
Vale Real
Vale Verde
Vanini
Venâncio Aires
Vera Cruz
Veranópolis
Vespasiano Corrêa
Viadutos
Viamão
Vicente Dutra
Victor Graeff
Vila Flores
Vila Lângaro
Vila Maria
Vila Nova do Sul
Vista Alegre
Vista Alegre do Prata
Vista Gaúcha
Vitória das Missões
Westfália
Xangri-lá
Rondônia
Alta Floresta D'Oeste
Alto Alegre dos Parecis
Alto Paraíso
Alvorada D'Oeste
Ariquemes
Buritis
Cabixi
Cacaulândia
Cacoal
Campo Novo de Rondônia
Candeias do Jamari
Cerejeiras
Chupinguaia
Colorado do Oeste
Corumbiara
Costa Marques
Cujubim
Espigão D'Oeste
Governador Jorge Teixeira
Guajará-Mirim
Itapuã do Oeste
Jaru
Ji-Paraná
Machadinho D'Oeste
Ministro Andreazza
Mirante da Serra
Monte Negro
Nova Brasilândia D'Oeste
Nova Mamoré
Nova União
Novo Horizonte do Oeste
Ouro Preto do Oeste
Parecis
Pimenta Bueno
Pimenteiras do Oeste
Porto Velho
Presidente Médici
Primavera de Rondônia
Rio Crespo
Rolim de Moura
Santa Luzia D'Oeste
São Felipe D'Oeste
São Francisco do Guaporé
São Miguel do Guaporé
Seringueiras
Teixeirópolis
Theobroma
Urupá
Vale do Anari
Vale do Paraíso
Vilhena
Roraima
Alto Alegre
Amajari
Boa Vista
Bonfim
Cantá
Caroebe
Mucajaí
Normandia
Rorainópolis
São João da Baliza
Uiramutã
Santa Catarina
Abelardo Luz
Agrolândia
Agronômica
Água Doce
Águas de Chapecó

Águas Frias
Águas Mornas
Alto Bela Vista
Anchieta
Angelina
Anita Garibaldi
Anitápolis
Antônio Carlos
Apiúna
Arabutã
Araquari
Araranguá
Armazém
Arroio Trinta
Arvoredo
Ascurra
Atalanta
Aurora
Balneário Arroio do Silva
Balneário Barra do Sul
Balneário Camboriú
Balneário Gaivota
Balneário Piçarras
Balneário Rincão
Barra Bonita
Barra Velha
Bela Vista do Toldo
Belmonte
Biguaçu
Blumenau
Bocaina do Sul
Bom Jardim da Serra
Bom Jesus
Bom Jesus do Oeste
Bombinhas
Botuverá
Braço do Norte
Braço do Trombudo
Brusque
Caçador
Caibi
Calmon
Camboriú
Campo Belo do Sul
Campos Novos
Canelinha
Canoinhas
Capão Alto
Capinzal
Capivari de Baixo
Catanduvas
Caxambu do Sul
Cerro Negro
Chapecó
Cocal do Sul
Concórdia
Cordilheira Alta
Coronel Freitas
Coronel Martins
Correia Pinto
Corupá
Criciúma
Cunha Porã
Cunhataí
Curitibanos
Descanso
Dionísio Cerqueira
Dona Emma
Doutor Pedrinho
Entre Rios
Ermo
Erval Velho
Faxinal dos Guedes
Flor do Sertão
Florianópolis
Formosa do Sul
Forquilhinha
Fraiburgo
Frei Rogério
Galvão
Garopaba
Garuva
Gaspar
Governador Celso Ramos
Grão Pará
Gravatal
Guabiruba
Guaraciaba
Guaramirim
Guarujá do Sul
Guatambú
Herval d'Oeste
Ibiam
Ibicaré
Ibirama
Içara
Ilhota
Imaruí
Imbuia
Indaial
Iomerê
Ipira
Iporã do Oeste
Ipuaçu
Ipumirim
Iraceminha
Irani
Irati
Irineópolis
Itá
Itaiópolis
Itajaí
Itapema
Itapiranga
Itapoá
Ituporanga
Jaborá
Jacinto Machado
Jaguaruna
Jaraguá do Sul
Joaçaba
Joinville
José Boiteux
Jupiá
Lacerdópolis
Lages
Laguna
Lajeado Grande
Laurentino
Lauro Muller
Lebon Régis
Leoberto Leal
Lindóia do Sul
Lontras
Luiz Alves
Luzerna
Macieira
Mafra
Major Gercino
Major Vieira
Maracajá
Maravilha
Marema
Massaranduba

Matos Costa
Meleiro
Mirim Doce
Modelo
Mondaí
Monte Carlo
Monte Castelo
Morro da Fumaça
Morro Grande
Navegantes
Nova Erechim
Nova Itaberaba
Nova Trento
Nova Veneza
Novo Horizonte
Orleans
Otacílio Costa
Ouro
Ouro Verde
Paial
Painel
Palhoça
Palma Sola
Palmeira
Palmitos
Papanduva
Paraíso
Passo de Torres
Passos Maia
Paulo Lopes
Pedras Grandes
Penha
Peritiba
Petrolândia
Pinhalzinho
Pinheiro Preto
Piratuba
Planalto Alegre
Pomerode
Ponte Alta do Norte
Ponte Serrada
Porto Belo
Porto União
Praia Grande
Presidente Castello Branco
Presidente Getúlio
Presidente Nereu
Princesa
Quilombo
Rancho Queimado
Rio das Antas
Rio do Campo
Rio do Oeste
Rio do Sul
Rio dos Cedros
Rio Fortuna
Rio Negrinho
Rio Rufino
Riqueza
Rodeio
Romelândia
Salete
Saltinho
Salto Veloso
Sangão
Santa Cecília
Santa Helena
Santa Rosa de Lima
Santa Rosa do Sul
Santa Terezinha
Santa Terezinha do Progresso
Santiago do Sul
Santo Amaro da Imperatriz
São Bento do Sul
São Bernardino
São Bonifácio
São Carlos
São Francisco do Sul
São João Batista
São João do Itaperiú
São João do Oeste
São João do Sul
São Joaquim
São José
São José do Cedro
São José do Cerrito
São Lourenço do Oeste
São Ludgero
São Martinho
São Miguel da Boa Vista
São Miguel do Oeste
São Pedro de Alcântara
Saudades
Schroeder
Seara
Serra Alta
Siderópolis
Sombrio
Sul Brasil
Taió
Tangará
Tigrinhos
Timbé do Sul
Timbó
Timbó Grande
Três Barras
Treviso
Treze de Maio
Treze Tílias
Trombudo Central
Tubarão
Tunápolis
Turvo
União do Oeste
Urubici
Urupema
Urussanga
Vargeão
Vargem
Vargem Bonita
Vidal Ramos
Videira
Vitor Meireles
Witmarsum
Xanxerê
Xavantina
Xaxim

São Paulo

Adamantina
Adolfo
Aguaí
Águas de Lindóia
Águas de Santa Bárbara
Águas de São Pedro
Agudos
Alambari
Alfredo Marcondes
Altair
Altinópolis
Alto Alegre
Alumínio
Álvares Florence
Álvares Machado
Álvaro de Carvalho
Alvinlândia
Americana
Américo Brasiliense
Américo de Campos
Amparo
Analândia
Andradina
Angatuba
Anhembi
Anhumas
Aparecida
Aparecida d'Oeste
Apiaí
Araçariguama
Araçatuba
Araçoiaba da Serra
Aramina
Arandu
Arapeí
Araraquara
Araras
Arco-Íris
Arealva
Areias
Areiópolis
Ariranha
Artur Nogueira
Arujá
Aspásia
Assis
Atibaia
Auriflama
Avaí
Avanhandava
Avaré
Bady Bassitt
Balbinos
Bálsamo
Bananal
Barão de Antonina
Barbosa
Bariri
Barra Bonita
Barra do Chapéu
Barra do Turvo
Barretos
Barrinha
Barueri
Bastos
Bauru
Bebedouro
Bento de Abreu
Bernardino de Campos
Bertioga
Bilac
Birigui
Biritiba-Mirim
Boa Esperança do Sul
Bocaina
Bofete
Boituva
Bom Jesus dos Perdões
Bom Sucesso de Itararé
Borá
Boracéia
Borborema
Borebi
Botucatu
Bragança Paulista
Brejo Alegre
Brodowski
Brotas
Buri
Buritama
Buritizal
Cabrália Paulista
Cabreúva
Caçapava
Cachoeira Paulista
Caconde
Cafelândia
Caiabu
Caieiras
Caiuá
Cajamar
Cajobi
Cajuru
Campina do Monte Alegre
Campinas
Campo Limpo Paulista
Campos do Jordão
Campos Novos Paulista
Cananéia
Canas

Cândido Mota
Cândido Rodrigues
Canitar
Capão Bonito
Capela do Alto
Capivari
Caraguatatuba
Carapicuíba
Cardoso
Casa Branca
Cássia dos Coqueiros
Castilho
Catanduva
Catiguá
Cedral
Cerqueira César
Cerquilho
Cesário Lange
Charqueada
Chavantes
Clementina
Colina
Colômbia
Conchal
Conchas
Cordeirópolis
Coroados
Coronel Macedo
Corumbataí
Cosmópolis
Cosmorama
Cotia
Cravinhos
Cristais Paulista
Cruzália
Cruzeiro
Cunha
Descalvado
Diadema
Dirce Reis
Divinolândia
Dobrada
Dois Córregos
Dolcinópolis
Dourado
Dracena
Duartina
Dumont
Echaporã
Eldorado
Elias Fausto
Elisiário
Embaúba
Embu das Artes
Embu-Guaçu
Emilianópolis
Engenheiro Coelho
Espírito Santo do Pinhal
Espírito Santo do Turvo
Estiva Gerbi
Estrela do Norte
Estrela d'Oeste
Euclides da Cunha Paulista
Fartura
Fernando Prestes
Fernandópolis
Fernão
Ferraz de Vasconcelos
Flora Rica
Floreal
Florínia
Franca
Francisco Morato
Franco da Rocha
Gabriel Monteiro
Gália
Garça
Gastão Vidigal
Gavião Peixoto
General Salgado
Getulina
Glicério
Guaiçara
Guaimbê
Guaíra
Guapiaçu
Guapiara
Guará
Guaraçaí
Guaraci
Guarani d'Oeste
Guarantã
Guararapes
Guararema
Guaratinguetá
Guareí
Guariba
Guarujá
Guarulhos
Guatapará
Guzolândia
Herculândia
Holambra
Hortolândia
Iacanga
Iacri
Iaras
Ibaté
Ibirá
Ibirarema
Ibitinga
Ibiúna
Icém
Iepê
Igaraçu do Tietê
Igarapava
Igaratá
Iguape
Ilha Comprida
Ilha Solteira
Ilhabela
Indaiatuba
Indiana
Indiaporã
Inúbia Paulista
Ipaussu
Iperó
Ipeúna
Ipiguá
Iporanga
Ipuã
Iracemápolis
Irapuã
Irapuru
Itaberá
Itaí
Itajobi
Itaju
Itanhaém
Itaóca
Itapecerica da Serra
Itapetininga
Itapeva
Itapevi
Itapira
Itapirapuã Paulista
Itápolis
Itaporanga
Itapuí
Itapura
Itaquaquecetuba
Itararé
Itariri
Itatiba
Itatinga
Itirapina
Itirapuã
Itobi
Itu
Itupeva
Ituverava
Jaborandi
Jaboticabal
Jacareí
Jaci
Jacupiranga
Jaguariúna
Jales
Jambeiro
Jandira
Jardinópolis
Jarinu
Jaú
Jeriquara
Joanópolis
João Ramalho
José Bonifácio
Júlio Mesquita
Jumirim
Jundiaí
Junqueirópolis
Juquiá
Juquitiba
Lagoinha
Laranjal Paulista
Lavínia
Lavrinhas
Leme
Lençóis Paulista
Limeira
Lindóia
Lins
Lorena
Lourdes
Louveira
Lucélia
Lucianópolis
Luís Antônio
Luiziânia
Macatuba
Macaubal
Macedônia
Magda
Mairinque
Mairiporã
Manduri
Marabá Paulista
Maracaí
Marapoama
Mariápolis
Marília
Marinópolis
Martinópolis
Matão
Mauá
Mendonça
Meridiano
Mesópolis
Miguelópolis
Mineiros do Tietê
Mira Estrela
Miracatu
Mirandópolis
Mirante do Paranapanema
Mirassol
Mirassolândia
Mococa
Mogi das Cruzes
Mogi Guaçu
Mogi Mirim
Mombuca
Monções
Mongaguá
Monte Alegre do Sul
Monte Alto
Monte Aprazível
Monte Azul Paulista
Monte Castelo
Monte Mor
Monteiro Lobato
Morro Agudo
Morungaba

Motuca
Murutinga do Sul
Nantes
Narandiba
Natividade da Serra
Nazaré Paulista
Neves Paulista
Nhandeara
Nipoã
Nova Aliança
Nova Campina
Nova Canaã Paulista
Nova Castilho
Nova Europa
Nova Granada
Nova Guataporanga
Nova Independência
Nova Luzitânia
Nova Odessa
Novais
Novo Horizonte
Nuporanga
Ocauçu
Óleo
Olímpia
Onda Verde
Oriente
Orindiúva
Orlândia
Osasco
Oscar Bressane
Osvaldo Cruz
Ourinhos
Ouro Verde
Ouroeste
Pacaembu
Palestina
Palmares Paulista
Palmeira d'Oeste
Palmital
Panorama
Paraguaçu Paulista
Paraibuna
Paraíso
Paranapanema
Paranapuã
Parapuã
Pardinho
Pariquera-Açu
Parisi
Patrocínio Paulista
Paulínia
Paulistânia
Paulo de Faria
Pederneiras
Pedra Bela
Pedranópolis
Pedregulho
Pedreira
Pedrinhas Paulista
Pedro de Toledo
Penápolis
Pereira Barreto
Pereiras
Peruíbe
Piacatu
Piedade
Pilar do Sul
Pindamonhangaba
Pindorama
Pinhalzinho
Piquerobi
Piquete
Piracaia
Piracicaba
Piraju
Pirajuí
Pirangi
Pirapozinho
Pirassununga
Piratininga
Pitangueiras
Planalto
Platina
Poá
Poloni
Pompéia
Pontal
Pontalinda
Pontes Gestal
Populina
Porangaba
Porto Feliz
Porto Ferreira
Potim
Potirendaba
Pracinha
Pradópolis
Praia Grande
Pratânia
Presidente Alves
Presidente Bernardes
Presidente Epitácio
Presidente Prudente
Presidente Venceslau
Promissão
Quadra
Queiroz
Queluz
Quintana
Rafard
Rancharia
Regente Feijó
Reginópolis
Registro
Restinga
Ribeira
Ribeirão Bonito
Ribeirão Branco
Ribeirão Corrente
Ribeirão do Sul
Ribeirão Pires
Ribeirão Preto
Rifaina
Rincão
Rinópolis
Rio Claro
Rio das Pedras
Rio Grande da Serra
Riolândia
Riversul
Rosana
Roseira
Rubiácea
Rubinéia
Sabino
Sagres
Sales
Sales Oliveira
Salesópolis
Salmourão
Saltinho
Salto
Salto de Pirapora
Salto Grande
Sandovalina
Santa Adélia
Santa Albertina
Santa Bárbara d'Oeste
Santa Branca
Santa Clara d'Oeste
Santa Cruz da Conceição
Santa Cruz da Esperança
Santa Cruz das Palmeiras
Santa Cruz do Rio Pardo
Santa Ernestina
Santa Fé do Sul
Santa Gertrudes
Santa Isabel
Santa Lúcia
Santa Rita do Passa Quatro
Santa Rita d'Oeste
Santa Rosa de Viterbo
Santa Salete
Santana da Ponte Pensa
Santana de Parnaíba
Santo Anastácio
Santo André
Santo Antônio da Alegria
Santo Antônio de Posse
Santo Antônio do Aracanguá
Santo Antônio do Jardim
Santo Antônio do Pinhal
Santo Expedito
Santópolis do Aguapeí
Santos
São Bento do Sapucaí
São Bernardo do Campo
São Caetano do Sul
São Francisco
São João da Boa Vista
São João das Duas Pontes
São João de Iracema
São João do Pau d'Alho
São Joaquim da Barra
São José da Bela Vista
São José do Barreiro
São José do Rio Pardo
São José do Rio Preto
São José dos Campos
São Lourenço da Serra
São Luís do Paraitinga
São Manuel
São Miguel Arcanjo
São Paulo
São Pedro
São Pedro do Turvo
São Roque
São Sebastião
São Sebastião da Grama
São Simão
São Vicente
Sarapuí
Sebastianópolis do Sul
Serra Azul
Serra Negra
Sertãozinho
Sete Barras
Severínia
Silveiras
Socorro
Sorocaba
Sud Mennucci
Sumaré
Suzanápolis
Suzano
Tabapuã
Tabatinga
Taboão da Serra
Taciba
Taguaí
Taiaçu
Taiúva
Tambaú
Tapiraí
Tapiratiba
Taquaral
Taquaritinga
Taquarituba
Taquarivaí
Tarabai
Tarumã
Tatuí
Taubaté
Tejupá
Teodoro Sampaio
Terra Roxa

Tietê
Timburi
Torre de Pedra
Torrinha
Trabiju
Tremembé
Três Fronteiras
Tuiuti
Tupã
Tupi Paulista
Turiúba
Turmalina
Ubarana
Ubatuba
Ubirajara
Uchoa
União Paulista
Urânia
Uru
Urupês
Valentim Gentil
Valinhos
Valparaíso
Vargem
Vargem Grande do Sul
Vargem Grande Paulista
Várzea Paulista
Vera Cruz
Vinhedo
Viradouro
Vista Alegre do Alto
Vitória Brasil
Votorantim
Votuporanga
Zacarias
Sergipe
Amparo de São Francisco
Aquidabã
Aracaju
Arauá
Areia Branca
Barra dos Coqueiros
Boquim
Brejo Grande
Campo do Brito
Canhoba
Canindé de São Francisco
Capela
Carira
Carmópolis
Cedro de São João
Cristinápolis
Cumbe
Divina Pastora
Estância
Feira Nova
Frei Paulo
Gararu
General Maynard
Gracho Cardoso
Ilha das Flores
Indiaroba
Itabaiana
Itabaianinha
Itaporanga d'Ajuda
Japaratuba
Japoatã
Lagarto
Laranjeiras
Macambira
Malhada dos Bois
Malhador
Maruim
Moita Bonita
Monte Alegre de Sergipe
Muribeca
Neópolis
Nossa Senhora Aparecida
Nossa Senhora da Glória
Nossa Senhora das Dores
Nossa Senhora de Lourdes
Nossa Senhora do Socorro
Pacatuba
Pedra Mole
Pedrinhas
Pinhão
Pirambu
Poço Redondo
Poço Verde
Porto da Folha
Propriá
Riachão do Dantas
Riachuelo
Ribeirópolis
Rosário do Catete
Salgado
Santa Luzia do Itanhy
Santa Rosa de Lima
Santana do São Francisco
Santo Amaro das Brotas
São Cristóvão
São Domingos
São Francisco
São Miguel do Aleixo
Simão Dias
Siriri
Telha
Tobias Barreto
Tomar do Geru
Umbaúba
Tocantins
Abreulândia
Aguiarnópolis
Aliança do Tocantins
Alvorada
Ananás
Angico
Aparecida do Rio Negro
Aragominas
Araguacema
Araguaçu
Araguaína
Araguanã
Araguatins
Arapoema
Arraias
Augustinópolis
Babaçulândia
Bandeirantes do Tocantins
Barra do Ouro
Barrolândia
Bernardo Sayão
Bom Jesus do Tocantins
Brasilândia do Tocantins
Brejinho de Nazaré
Buriti do Tocantins
Cachoeirinha
Campos Lindos
Cariri do Tocantins
Carmolândia
Carrasco Bonito
Caseara
Centenário
Chapada da Natividade
Chapada de Areia
Colinas do Tocantins
Colméia
Conceição do Tocantins
Couto Magalhães
Cristalândia
Crixás do Tocantins
Darcinópolis
Dianópolis
Dois Irmãos do Tocantins
Dueré
Esperantina
Fátima
Figueirópolis
Filadélfia
Formoso do Araguaia
Fortaleza do Tabocão
Goianorte
Goiatins
Guaraí
Gurupi
Itacajá
Itaguatins
Itapiratins
Itaporã do Tocantins
Jaú do Tocantins
Lagoa da Confusão
Lagoa do Tocantins
Lajeado
Lizarda
Luzinópolis
Marianópolis do Tocantins
Mateiros
Maurilândia do Tocantins
Miracema do Tocantins
Miranorte
Monte do Carmo
Monte Santo do Tocantins
Muricilândia
Nazaré
Nova Olinda
Nova Rosalândia
Novo Acordo
Novo Alegre
Novo Jardim
Palmas
Palmeiras do Tocantins
Palmeirópolis
Paraíso do Tocantins
Pau D'Arco
Pedro Afonso
Peixe
Pindorama do Tocantins
Piraquê
Pium
Ponte Alta do Bom Jesus
Ponte Alta do Tocantins
Porto Alegre do Tocantins
Porto Nacional
Presidente Kennedy
Pugmil
Recursolândia
Riachinho
Rio da Conceição
Rio dos Bois
Rio Sono
Sampaio
Sandolândia
Santa Fé do Araguaia
Santa Maria do Tocantins
Santa Rita do Tocantins
Santa Rosa do Tocantins
Santa Tereza do Tocantins
Santa Terezinha do Tocantins
São Bento do Tocantins
São Félix do Tocantins
São Miguel do Tocantins
São Salvador do Tocantins
São Sebastião do Tocantins
São Valério
Silvanópolis
Sítio Novo do Tocantins
Sucupira
Taipas do Tocantins
Talismã
Tocantínia
Tocantinópolis
Tupirama
Tupiratins
Wanderlândia
Xambioá

Anexo II - Municípios com Inconsistências Relevantes (Não Consolidados)

| UF | Ente | Motivo da Exclusão |
|---|---|---|
| AC | Sena Madureira | O valor total do ativo informado é o mesmo informado na DCA do ano anterior do município Barra do Piraí-RJ.<br>O valor total informado para despesas orçamentárias é o mesmo informado na DCA do município Barra do Piraí-RJ.<br>O valor total informado para receitas orçamentárias é o mesmo informado na DCA do município Barra do Piraí-RJ.<br>O valor total informado para variações patrimoniais aumentativas é o mesmo informado na DCA do município Barra do Piraí-RJ.<br>O valor total informado para variações patrimoniais diminutivas é o mesmo informado na DCA do município Barra do Piraí-RJ. |
| AL | Rio Largo | O valor das variações patrimoniais diminutivas está zerado.<br>O valor das variações patrimoniais aumentativas está zerado. |
| BA | Cruz das Almas | O valor total informado para despesas orçamentárias é o mesmo informado na DCA do município Muniz Ferreira-BA. |
| BA | Muniz Ferreira | O valor total informado para despesas orçamentárias é o mesmo informado na DCA do município Cruz das Almas-BA. |
| GO | Nazário | O valor das receitas orçamentárias por natureza de receita está zerado.<br>O valor das despesas orçamentárias por natureza de despesa está zerado.<br>O valor das variações patrimoniais diminutivas está zerado.<br>O valor das variações patrimoniais aumentativas está zerado. |
| MA | Açailândia | O valor das receitas orçamentárias por natureza de receita está zerado. |
| PR | Cerro Azul | O valor das receitas orçamentárias por natureza de receita está zerado. |
| RJ | Barra do Piraí | O valor total do ativo informado é o mesmo informado na DCA do ano anterior do município Sena Madureira-AC.<br>O valor total informado para despesas orçamentárias é o mesmo informado na DCA do município Sena Madureira-AC.<br>O valor total informado para receitas orçamentárias é o mesmo informado na DCA do município Sena Madureira-AC.<br>O valor total informado para variações patrimoniais aumentativas é o mesmo informado na DCA do município Sena Madureira-AC.<br>O valor total informado para variações patrimoniais diminutivas é o mesmo informado na DCA do município Sena Madureira-AC. |
| SC | São Domingos | O valor das receitas orçamentárias por natureza de receita está zerado. |
| SP | Serrana | O valor das receitas orçamentárias por natureza de receita está zerado. |

Anexo III - Glossário

Os termos aparecem em ordem alfabética. Este glossário objetiva auxiliar a interpretação dos termos técnicos utilizados neste documento. Contudo, não altera nem sobrepõe as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Ações / Cotas em Tesouraria. Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Ajustes de Avaliação Patrimonial. Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ou em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Ativo Realizável a Longo Prazo. Compreende os bens, direitos, dívida ativa e despesas antecipadas realizáveis após dozes meses da publicação das demonstrações contábeis. Dentre os direitos realizáveis a longo prazo, destaca-se a dívida ativa como parte dos Créditos a Longo Prazo. Segundo a Lei nº 4.320/1964, a dívida ativa abrange o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. Sua classificação neste grupo decorre da incerteza intrínseca de sua condição.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais. Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do regime próprio da previdência social - RPPS e do regime geral da previdência social - RGPS, bem como as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Os benefícios previdenciários ou assistenciais, compreendem, dentre outros: aposentadoria, auxílio-natalidade, salário-família, licença para tratamento de saúde, licença à gestante, licença-maternidade, licença por acidente em serviço, assistência à saúde, garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias, pensão vitalícia e temporária, auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-invalidez.

Caixa e Equivalentes de Caixa. Compreende o caixa em espécie e recursos alocados em conta corrente ou em aplicações financeiras, para os quais não haja restrição de uso imediato. São mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Contribuições. Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, tais como contribuições sociais e econômicas. Estão incluídas as contribuições sociais do RPPS, contribuições de intervenção do domínio econômico, contribuição de iluminação pública e contribuições de interesse das categorias profissionais.

Créditos a Curto Prazo. Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos e outros valores realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados. Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados. O custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados devem ser computados no exercício correspondente às respectivas receitas de venda. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuada nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo. Compreende valores a receber por transações realizáveis no curto prazo, tais como adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros; tributos a recuperar / compensar; créditos a receber decorrentes da descentralização de serviços públicos, tanto por meio de outorga a entidades da administração indireta, como por meio de delegação; direitos oriundos de danos ao patrimônio, apurados em sindicância, prestação de contas, tomada de contas ou processos judiciais; depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo; e outros créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores.

Demais Obrigações a Curto Prazo. Compreende as obrigações da entidade com terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Demais Obrigações a Longo Prazo. Compreende as obrigações da entidade com terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Demais Reservas. Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos. Compreende a variação diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação, perdas involuntárias. A incorporação de passivos compreende as incorporações de operações de crédito, provisões, restos a pagar, dentre outros. A desincorporações de ativos compreende o cancelamento de dívida ativa, encampação de dívidas passivas e baixa de bens, títulos e direitos.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo. Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos em até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo. Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Estoques. Compreende estoques de diversos tipos, tais como material de consumo, matéria-prima, produtos em acabamento, produtos acabados e outros tipos de estoques.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos. Compreende as receitas auferidas com a exploração e venda de bens, serviços e direitos que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso. Assim, estão incluídas as receitas patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo. Compreende as obrigações com fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, além das obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar com vencimento em até doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo. Compreende as obrigações com fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Imobilizado. Compreende os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. Os bens do imobilizado podem ser avaliados tanto pelo método de custo menos a depreciação e redução ao valor recuperável acumuladas ou o modelo de reavaliação menos a depreciação e redução ao valor recuperável acumuladas.

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria. São espécies de receitas tributárias, as quais compreendem toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, tais como impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Intangível. Compreende direitos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo. Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Investimentos Permanentes. Compreende as participações societárias diversas bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção das atividades normais da entidade.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo. Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento em até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo. Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo. Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, com vencimento em até doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo. Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, além dos benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Outras Variações Aumentativas. Compreende o somatório das variações aumentativas não incluídas nos grupos anteriores. Para cálculo de "Outras Variações Aumentativas" no modelo adaptado, foram considerados itens como: outras receitas correntes, ingressos extra orçamentários, variações patrimoniais a classificar, reversão de provisões e ajustes de perdas e outras variações patrimoniais aumentativas.

Outras Variações Diminutivas. Compreende o somatório das variações diminutivas não incluídas nos grupos anteriores, tais como premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, dentre outros.

Patrimônio Social e Capital Social. Subgrupo do "Patrimônio Líquido" formado, fundamentalmente, pelo patrimônio social das autarquias, fundações, fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Pessoal e Encargos Sociais. Compreende a remuneração do pessoal ativo, civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias, fixas ou variáveis, estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como contratos de terceirização de mão-de-obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Provisões a Curto Prazo. Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem em até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Provisões a Longo Prazo. Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Reservas de Capital. Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como VPA, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da entidade em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

Reservas de Lucros. Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades especificas.

Resultado Diferido. Compreende o saldo existente na antiga conta Resultado de Exercícios Futuros, em 31 de dezembro de 2008, composto de VPA diferida e o respectivo custo diferido.

Resultado Patrimonial. Compreende o resultado patrimonial decorrente da diferença, positiva ou negativa, entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Resultados Acumulados. Subgrupo do "Patrimônio Líquido" formado, fundamentalmente, pelo saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. As diferenças entre ativos e passivos dos balanços consolidados foram compensadas nesse grupo.

Transferências e Delegações Concedidas. Compreende o somatório das variações diminutivas com transferências: intergovernamentais, intragovernamentais, a instituições multigovernamentais, a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, a convênios e ao exterior.

Transferências e Delegações Recebidas. Compreende o somatório das receitas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências das instituições multigovernamentais, transferências das instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior, delegações recebidas e transferências de pessoas físicas.

Tributárias. Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo. Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto aquelas com pessoal e encargos, tais como: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporações de Passivos. Compreende a variação patrimonial aumentativa relativa à reavaliação de ativos, ao ganho com alienação de ativos, ou seja, quando o valor alienado do ativo e maior que o seu valor contábil, de maneira que a diferença compreende o ganho. Compreende também a contrapartida da incorporação de novos ativos descobertos e a contrapartida da desincorporação de passivos, inclusive as baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras. Compreende as variações patrimoniais aumentativas decorrentes de operações financeiras. Estão incluídos os descontos financeiros obtidos, os juros auferidos, os prêmios de resgate de títulos e debêntures, as variações monetárias e cambiais positivas, a remuneração dos depósitos bancários e aplicações financeiras, e demais operações financeiras que afetam positivamente o patrimônio.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras. Compreende as variações diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, tarifas bancárias e variações cambiais.

VPD Pagas Antecipadamente. Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão até o término do exercício seguinte.

## SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

### PORTARIA Nº 857, DE 25 DE MAIO DE 2021

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de abril de 2021:

| Portaria núm. | Data do leilão | Tipo de leilão | Título | Título venc. | Volta | Data de liquid. | Aceit. taxa (%aa) | Aceit. quant. | Aceit. fin. (R$) | (BC) Aceit. quant. | (BC) Aceit. fin. (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 778 | 01/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2022 | 1 | 05/04/2021 | 5,7950 | 4.320.000 | 4.028.466.436,26 | 0 | 0,00 |
| 778 | 01/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2022 | 2 | 06/04/2021 | 5,7865 | 771.022 | 719.150.514,92 | 0 | 0,00 |
| 778 | 01/04/2021 | Venda | LTN | 01/01/2023 | 1 | 05/04/2021 | 6,6760 | 3.500.000 | 3.126.536.026,42 | 0 | 0,00 |
| 778 | 01/04/2021 | Venda | LTN | 01/01/2023 | 2 | 06/04/2021 | 6,6758 | 116.462 | 104.061.875,55 | 0 | 0,00 |
| 778 | 01/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2024 | 1 | 05/04/2021 | 8,1778 | 1.500.000 | 1.164.020.311,13 | 0 | 0,00 |
| 778 | 01/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2024 | 2 | 06/04/2021 | 8,1773 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| 779 | 01/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2029 | 1 | 05/04/2021 | 9,1999 | 50.000 | 53.402.017,99 | 0 | 0,00 |
| 779 | 01/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2029 | 2 | 06/04/2021 | 9,1995 | 5.309 | 5.672.235,48 | 0 | 0,00 |
| 779 | 01/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2031 | 1 | 05/04/2021 | 9,3539 | 50.000 | 53.288.840,50 | 0 | 0,00 |
| 779 | 01/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2031 | 2 | 06/04/2021 | 9,3498 | 5.678 | 6.053.656,89 | 0 | 0,00 |
| 780 | 01/04/2021 | Venda | LFT | 01/09/2022 | 1 | 05/04/2021 | 0,1330 | 830.300 | 8.962.041.518,23 | 0 | 0,00 |
| 780 | 01/04/2021 | Venda | LFT | 01/09/2022 | 2 | 05/04/2021 | 0,1330 | 10.115 | 109.178.670,30 | 0 | 0,00 |
| 780 | 01/04/2021 | Venda | LFT | 01/03/2027 | 1 | 05/04/2021 | 0,3350 | 360.150 | 3.818.736.693,01 | 0 | 0,00 |
| 780 | 01/04/2021 | Venda | LFT | 01/03/2027 | 2 | 05/04/2021 | 0,3350 | 13.842 | 146.769.271,97 | 0 | 0,00 |
| 783 | 06/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2026 | 1 | 07/04/2021 | 3,6219 | 1.250.000 | 4.916.208.359,95 | 0 | 0,00 |
| 783 | 06/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2026 | 2 | 07/04/2021 | 3,6219 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| 784 | 06/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2030 | 1 | 07/04/2021 | 4,0100 | 500.000 | 2.035.132.317,96 | 0 | 0,00 |
| 784 | 06/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2030 | 2 | 08/04/2021 | 4,0100 | 74.343 | 302.743.925,93 | 0 | 0,00 |
| 784 | 06/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/05/2055 | 1 | 07/04/2021 | 4,5472 | 1.000.000 | 4.462.616.672,95 | 0 | 0,00 |
| 784 | 06/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/05/2055 | 2 | 08/04/2021 | 4,5472 | 77.169 | 344.551.297,86 | 0 | 0,00 |
| 788 | 08/04/2021 | Venda | LTN | 01/01/2022 | 1 | 09/04/2021 | 4,8040 | 10.000.000 | 9.662.540.620,35 | 0 | 0,00 |
| 788 | 08/04/2021 | Venda | LTN | 01/01/2022 | 2 | 12/04/2021 | 4,7871 | 2.020.356 | 1.952.540.130,32 | 0 | 0,00 |
| 788 | 08/04/2021 | Venda | LTN | 01/01/2023 | 1 | 09/04/2021 | 6,8499 | 3.000.000 | 2.675.516.097,55 | 11.200.000 | 9.988.593.428,80 |
| 788 | 08/04/2021 | Venda | LTN | 01/01/2023 | 2 | 12/04/2021 | 6,8399 | 659.994 | 588.763.041,30 | 0 | 0,00 |
| 788 | 08/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2024 | 1 | 09/04/2021 | 8,3535 | 1.000.000 | 773.117.864,71 | 12.900.000 | 9.973.220.458,50 |
| 788 | 08/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2024 | 2 | 12/04/2021 | 8,3455 | 219.995 | 170.136.297,79 | 0 | 0,00 |
| 789 | 08/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2027 | 1 | 09/04/2021 | 8,9949 | 50.000 | 53.464.684,96 | 0 | 0,00 |
| 789 | 08/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2027 | 2 | 12/04/2021 | 8,9947 | 914 | 977.672,29 | 0 | 0,00 |
| 789 | 08/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2031 | 1 | 09/04/2021 | 9,5249 | 50.000 | 52.822.600,05 | 4.700.000 | 4.965.324.404,70 |
| 789 | 08/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2031 | 2 | 12/04/2021 | 9,5249 | 1.103 | 1.165.693,88 | 0 | 0,00 |
| 790 | 08/04/2021 | Venda | LFT | 01/09/2022 | 1 | 09/04/2021 | 0,1426 | 102.400 | 1.105.612.631,95 | 0 | 0,00 |
| 790 | 08/04/2021 | Venda | LFT | 01/03/2027 | 1 | 09/04/2021 | 0,3382 | 40.450 | 429.019.552,24 | 950.000 | 10.075.860.931,16 |
| 793 | 13/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2024 | 1 | 14/04/2021 | 3,3200 | 2.500.000 | 9.591.582.339,97 | 0 | 0,00 |
| 793 | 13/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2024 | 2 | 14/04/2021 | 3,3200 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| 794 | 13/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2028 | 1 | 14/04/2021 | 4,0800 | 1.079.500 | 4.278.419.626,15 | 1.900.000 | 7.530.335.610,00 |
| 794 | 13/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2028 | 2 | 15/04/2021 | 4,0800 | 144.031 | 571.104.781,45 | 0 | 0,00 |
| 794 | 13/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2040 | 1 | 14/04/2021 | 4,3099 | 300.000 | 1.293.042.462,86 | 1.800.000 | 7.758.254.777,49 |
| 794 | 13/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2040 | 2 | 15/04/2021 | 4,3099 | 28.234 | 121.750.344,69 | 0 | 0,00 |
| 796 | 15/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2022 | 1 | 16/04/2021 | 5,8500 | 8.000.000 | 7.470.034.858,98 | 0 | 0,00 |

| Portaria núm. | Data do leilão | Tipo de leilão | Título | Título venc. | Volta | Data de liquid. | Aceit. taxa (%aa) | Aceit. quant. | Aceit. fin. (R$) | (BC) Aceit. quant. | (BC) Aceit. fin. (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 796 | 15/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2022 | 2 | 19/04/2021 | 5,8462 | 1.759.998 | 1.643.777.751,68 | 0 | 0,00 |
| 796 | 15/04/2021 | Venda | LTN | 01/01/2023 | 1 | 16/04/2021 | 6,7400 | 8.000.000 | 7.156.329.698,64 | 0 | 0,00 |
| 796 | 15/04/2021 | Venda | LTN | 01/01/2023 | 2 | 19/04/2021 | 6,7329 | 1.759.997 | 1.574.798.995,92 | 0 | 0,00 |
| 796 | 15/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2024 | 1 | 16/04/2021 | 8,2788 | 5.000.000 | 3.879.729.464,09 | 0 | 0,00 |
| 796 | 15/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2024 | 2 | 19/04/2021 | 8,2755 | 1.099.995 | 853.807.491,65 | 0 | 0,00 |
| 797 | 15/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2029 | 1 | 16/04/2021 | 9,3739 | 50.000 | 53.104.150,05 | 0 | 0,00 |
| 797 | 15/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2029 | 2 | 19/04/2021 | 9,3739 | 10.997 | 11.683.935,60 | 0 | 0,00 |
| 797 | 15/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2031 | 1 | 16/04/2021 | 9,5562 | 150.000 | 158.466.748,21 | 0 | 0,00 |
| 797 | 15/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2031 | 2 | 19/04/2021 | 9,5562 | 32.999 | 34.874.386,15 | 0 | 0,00 |
| 798 | 15/04/2021 | Venda | LFT | 01/09/2022 | 1 | 16/04/2021 | 0,1350 | 292.350 | 3.158.561.749,43 | 0 | 0,00 |
| 798 | 15/04/2021 | Venda | LFT | 01/09/2022 | 2 | 16/04/2021 | 0,1350 | 10.426 | 112.642.944,40 | 0 | 0,00 |
| 798 | 15/04/2021 | Venda | LFT | 01/03/2027 | 1 | 16/04/2021 | 0,3400 | 457.650 | 4.856.249.600,49 | 0 | 0,00 |
| 798 | 15/04/2021 | Venda | LFT | 01/03/2027 | 2 | 16/04/2021 | 0,3400 | 35.975 | 381.740.586,39 | 0 | 0,00 |
| 804 | 20/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2026 | 1 | 22/04/2021 | 3,6728 | 3.000.000 | 11.818.091.039,99 | 0 | 0,00 |
| 804 | 20/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2026 | 2 | 22/04/2021 | 3,6728 | 365.012 | 1.437.915.015,55 | 0 | 0,00 |
| 805 | 20/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2030 | 1 | 22/04/2021 | 4,1347 | 1.000.000 | 4.050.891.344,97 | 0 | 0,00 |
| 805 | 20/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2030 | 2 | 23/04/2021 | 4,1347 | 219.994 | 891.431.387,14 | 0 | 0,00 |
| 805 | 20/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/05/2055 | 1 | 22/04/2021 | 4,4840 | 300.000 | 1.357.980.178,78 | 0 | 0,00 |
| 805 | 20/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/05/2055 | 2 | 23/04/2021 | 4,4840 | 65.995 | 298.823.778,11 | 0 | 0,00 |
| 808 | 22/04/2021 | Venda | LTN | 01/01/2022 | 1 | 23/04/2021 | 4,7110 | 5.000.000 | 4.841.928.908,40 | 0 | 0,00 |
| 808 | 22/04/2021 | Venda | LTN | 01/01/2022 | 2 | 26/04/2021 | 4,7071 | 1.099.994 | 1.065.413.026,55 | 0 | 0,00 |
| 808 | 22/04/2021 | Venda | LTN | 01/01/2023 | 1 | 23/04/2021 | 6,4798 | 6.000.000 | 5.395.204.707,59 | 0 | 0,00 |
| 808 | 22/04/2021 | Venda | LTN | 01/01/2023 | 2 | 26/04/2021 | 6,4711 | 1.319.997 | 1.187.239.490,87 | 0 | 0,00 |
| 808 | 22/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2024 | 1 | 23/04/2021 | 7,9069 | 2.500.000 | 1.964.321.680,30 | 0 | 0,00 |
| 808 | 22/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2024 | 2 | 26/04/2021 | 7,8919 | 549.992 | 432.275.677,70 | 0 | 0,00 |
| 809 | 22/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2027 | 1 | 23/04/2021 | 0,0000 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| 809 | 22/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2031 | 1 | 23/04/2021 | 9,2087 | 300.000 | 323.860.997,70 | 0 | 0,00 |
| 809 | 22/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2031 | 2 | 26/04/2021 | 9,2087 | 65.998 | 71.272.170,30 | 0 | 0,00 |
| 810 | 22/04/2021 | Venda | LFT | 01/09/2022 | 1 | 23/04/2021 | 0,1300 | 348.350 | 3.765.490.344,93 | 0 | 0,00 |
| 810 | 22/04/2021 | Venda | LFT | 01/09/2022 | 2 | 23/04/2021 | 0,1300 | 9.999 | 108.084.219,77 | 0 | 0,00 |
| 810 | 22/04/2021 | Venda | LFT | 01/03/2027 | 1 | 23/04/2021 | 0,3449 | 151.650 | 1.609.495.126,74 | 0 | 0,00 |
| 810 | 22/04/2021 | Venda | LFT | 01/03/2027 | 2 | 23/04/2021 | 0,3449 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| 813 | 27/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2024 | 1 | 28/04/2021 | 2,7590 | 1.500.000 | 5.868.913.933,48 | 0 | 0,00 |
| 813 | 27/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2024 | 2 | 28/04/2021 | 2,7590 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| 814 | 27/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2028 | 1 | 28/04/2021 | 3,6880 | 750.000 | 3.051.555.575,22 | 0 | 0,00 |
| 814 | 27/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2028 | 2 | 29/04/2021 | 3,6880 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| 814 | 27/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2040 | 1 | 28/04/2021 | 4,1760 | 150.000 | 659.197.387,94 | 0 | 0,00 |
| 814 | 27/04/2021 | Venda | NTN-B | 15/08/2040 | 2 | 29/04/2021 | 4,1760 | 27.859 | 122.409.387,93 | 0 | 0,00 |
| 816 | 29/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2022 | 1 | 30/04/2021 | 5,6720 | 5.000.000 | 4.687.391.784,80 | 0 | 0,00 |
| 816 | 29/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2022 | 2 | 03/05/2021 | 5,6700 | 141.437 | 132.623.161,69 | 0 | 0,00 |
| 816 | 29/04/2021 | Venda | LTN | 01/01/2023 | 1 | 30/04/2021 | 6,4870 | 7.000.000 | 6.301.111.932,67 | 0 | 0,00 |
| 816 | 29/04/2021 | Venda | LTN | 01/01/2023 | 2 | 03/05/2021 | 6,4825 | 60.000 | 54.023.071,38 | 0 | 0,00 |
| 816 | 29/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2024 | 1 | 30/04/2021 | 7,9077 | 7.000.000 | 5.505.886.952,17 | 0 | 0,00 |
| 816 | 29/04/2021 | Venda | LTN | 01/07/2024 | 2 | 03/05/2021 | 7,9075 | 1.539.994 | 1.211.658.294,80 | 0 | 0,00 |
| 817 | 29/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2029 | 1 | 30/04/2021 | 9,0148 | 300.000 | 325.458.400,05 | 0 | 0,00 |
| 817 | 29/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2029 | 2 | 03/05/2021 | 9,0126 | 65.998 | 71.623.349,96 | 0 | 0,00 |

| Portaria núm. | Data do leilão | Tipo de leilão | Título | Título venc. | Volta | Data de liquid. | Aceit. taxa (%aa) | Aceit. quant. | Aceit. fin. (R$) | (BC) Aceit. quant. | (BC) Aceit. fin. (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 817 | 29/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2031 | 1 | 30/04/2021 | 9,2387 | 500.000 | 539.936.994,60 | 0 | 0,00 |
| 817 | 29/04/2021 | Venda | NTN-F | 01/01/2031 | 2 | 03/05/2021 | 9,2334 | 109.994 | 118.821.308,59 | 0 | 0,00 |
| 818 | 29/04/2021 | Venda | LFT | 01/09/2022 | 1 | 30/04/2021 | 0,1299 | 290.000 | 3.136.467.801,17 | 0 | 0,00 |
| 818 | 29/04/2021 | Venda | LFT | 01/09/2022 | 2 | 30/04/2021 | 0,1299 | 34.642 | 374.667.301,93 | 0 | 0,00 |
| 818 | 29/04/2021 | Venda | LFT | 01/03/2027 | 1 | 30/04/2021 | 0,3430 | 10.000 | 106.206.269,47 | 0 | 0,00 |
| 818 | 29/04/2021 | Venda | LFT | 01/03/2027 | 2 | 30/04/2021 | 0,3430 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |

JOSE FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

## SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
## SECRETARIA DE TRABALHO
## COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

### DESPACHOS DE 29 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria do Trabalho/ME, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto infração ou da notificação de débito.

| Nº | Processo | AI | Empresa | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46204.013632/2017-02 | 213506432 | J A Sobral & Cia Ltda | BA |
| 2 | 46204.013637/2017-27 | 213506319 | J A Sobral & Cia Ltda | BA |
| 3 | 46204.013646/2017-18 | 213505941 | J A Sobral & Cia Ltda | BA |
| 4 | 46778.002024/2017-60 | 213212170 | Jaguar BR 324 Derivados de Petroleo Ltda | BA |
| 5 | 46204.006289/2017-31 | 211669148 | Java Seguranca Patrimonial Ltda | BA |
| 6 | 46204.009162/2017-74 | 212591681 | Java Seguranca Patrimonial Ltda | BA |
| 7 | 46204.012593/2016-37 | 210501731 | JF Servicos Tecnicos Especializados Ltda | BA |
| 8 | 46204.008860/2017-52 | 212533886 | Jotage Engenharia Comercio e Incorporacoes Ltda | BA |
| 9 | 46204.011181/2017-61 | 212939823 | Jpnor Engenharia Ltda. | BA |
| 10 | 46204.011182/2017-13 | 212940040 | Jpnor Engenharia Ltda. | BA |
| 11 | 46204.011183/2017-50 | 212940660 | Jpnor Engenharia Ltda. | BA |
| 12 | 47904.011923/2013-08 | 201200856 | Locaservice Ltda | BA |
| 13 | 46782.000463/2017-79 | 212467832 | Manoel Lima Teixeira | BA |
| 14 | 46204.007967/2017-83 | 212243756 | Paviservice Servicos de Pavimentacao Ltda | BA |
| 15 | 46204.006347/2017-27 | 212045466 | Polipor Industria e Comercio de Plasticos Ltda Epp | BA |
| 16 | 46204.008605/2017-18 | 212437151 | Retec-Tecnologia em Residuos Eireli | BA |
| 17 | 46204.008607/2017-07 | 212437216 | Retec-Tecnologia em Residuos Eireli | BA |
| 18 | 46204.009481/2017-80 | 212647717 | RN Comercio Varejista S.A | BA |
| 19 | 46282.000737/2017-61 | 213487179 | Serra do Jequitiba Distribuidora de Petroleo Ltda | BA |
| 20 | 46282.000738/2017-13 | 213487616 | Serra do Jequitiba Distribuidora de Petroleo Ltda | BA |
| 21 | 46282.000739/2017-50 | 213487667 | Serra do Jequitiba Distribuidora de Petroleo Ltda | BA |
| 22 | 46204.008637/2017-13 | 212468120 | Softdados Telecomunicacoes Ltda | BA |
| 23 | 46204.008638/2017-50 | 212468189 | Softdados Telecomunicacoes Ltda | BA |
| 24 | 46205.004794/2019-01 | 217443991 | Construtora e Imobiliaria Santa Cecilia Ltda | CE |
| 25 | 46205.004796/2019-92 | 217444016 | Construtora e Imobiliaria Santa Cecilia Ltda | CE |
| 26 | 46205.004797/2019-37 | 217444024 | Construtora e Imobiliaria Santa Cecilia Ltda | CE |
| 27 | 46205.004798/2019-81 | 217444032 | Construtora e Imobiliaria Santa Cecilia Ltda | CE |
| 28 | 46205.004818/2019-14 | 217438555 | Construtora e Imobiliaria Santa Cecilia Ltda | CE |
| 29 | 46205.004819/2019-69 | 217439454 | Construtora e Imobiliaria Santa Cecilia Ltda | CE |
| 30 | 46205.004821/2019-38 | 217439209 | Construtora e Imobiliaria Santa Cecilia Ltda | CE |
| 31 | 46205.004300/2019-81 | 217240135 | F D Empreendimentos Eireli | CE |
| 32 | 46205.004304/2019-69 | 217240569 | F D Empreendimentos Eireli | CE |
| 33 | 46205.004306/2019-58 | 217240089 | F D Empreendimentos Eireli | CE |
| 34 | 46205.004368/2019-60 | 217240062 | F D Empreendimentos Eireli | CE |
| 35 | 46205.004370/2019-39 | 217197621 | F D Empreendimentos Eireli | CE |
| 36 | 46205.004371/2019-83 | 217197639 | F D Empreendimentos Eireli | CE |
| 37 | 46205.004372/2019-28 | 217197647 | F D Empreendimentos Eireli | CE |
| 38 | 46205.004373/2019-72 | 217197655 | F D Empreendimentos Eireli | CE |
| 39 | 46205.004374/2019-17 | 217197663 | F D Empreendimentos Eireli | CE |
| 40 | 46205.004375/2019-61 | 217197671 | F D Empreendimentos Eireli | CE |
| 41 | 46205.004376/2019-14 | 217240216 | F D Empreendimentos Eireli | CE |
| 42 | 46205.003702/2019-68 | 217259537 | Ferraz Engenharia Ltda | CE |
| 43 | 46205.003705/2019-00 | 217259677 | Ferraz Engenharia Ltda | CE |
| 44 | 46205.005934/2019-51 | 217631037 | Grace Fatima Caldas Spinola | CE |
| 45 | 46205.001150/2019-53 | 216731020 | Jose Pinto Magalhaes | CE |
| 46 | 46205.001152/2019-42 | 216731101 | Jose Pinto Magalhaes | CE |
| 47 | 46205.005129/2019-27 | 217495125 | S B de Oliveira | CE |
| 48 | 46287.000205/2018-64 | 214664082 | Ceramica Gatti Ltda | ES |
| 49 | 46287.000233/2018-81 | 214694062 | Ceramica Gatti Ltda | ES |
| 50 | 46287.000234/2018-26 | 214694054 | Ceramica Gatti Ltda | ES |
| 51 | 46287.000238/2018-12 | 214753271 | Ceramica Gatti Ltda | ES |
| 52 | 46287.000239/2018-59 | 214753247 | Ceramica Gatti Ltda | ES |
| 53 | 46207.001753/2017-73 | 211455661 | Rio de Janeiro Refrescos Ltda | ES |
| 54 | 46207.006362/2018-26 | 215285042 | Supermercado Nova Era Eireli | ES |
| 55 | 46207.006363/2018-71 | 215285051 | Supermercado Nova Era Eireli | ES |
| 56 | 46207.006373/2018-14 | 215284399 | Supermercado Nova Era Eireli | ES |
| 57 | 46207.006374/2018-51 | 215284348 | Supermercado Nova Era Eireli | ES |
| 58 | 46207.006375/2018-03 | 215284364 | Supermercado Nova Era Eireli | ES |
| 59 | 46207.006376/2018-40 | 215284429 | Supermercado Nova Era Eireli | ES |
| 60 | 46207.006377/2018-94 | 215285361 | Supermercado Nova Era Eireli | ES |
| 61 | 46207.006378/2018-39 | 215284267 | Supermercado Nova Era Eireli | ES |
| 62 | 46207.008448/2018-93 | 215759541 | Supermercado Nova Era Eireli | ES |
| 63 | 46208.005640/2018-18 | 214683893 | Cargill Agricola S A | GO |
| 64 | 46208.005643/2018-51 | 214683974 | Cargill Agricola S A | GO |
| 65 | 46208.005645/2018-41 | 214684024 | Cargill Agricola S A | GO |
| 66 | 46208.005646/2018-95 | 214684032 | Cargill Agricola S A | GO |
| 67 | 46208.005647/2018-30 | 214684067 | Cargill Agricola S A | GO |
| 68 | 46208.007862/2018-75 | 215060971 | Marfrig Global Foods S.A. | GO |
| 69 | 46208.007863/2018-10 | 215060865 | Marfrig Global Foods S.A. | GO |
| 70 | 46208.007865/2018-17 | 215078314 | Marfrig Global Foods S.A. | GO |
| 71 | 46208.007866/2018-53 | 215078543 | Marfrig Global Foods S.A. | GO |
| 72 | 46208.007867/2018-06 | 215078691 | Marfrig Global Foods S.A. | GO |
| 73 | 46208.007870/2018-11 | 215078985 | Marfrig Global Foods S.A. | GO |
| 74 | 46208.009232/2018-35 | 215283694 | Marfrig Global Foods S.A. | GO |
| 75 | 46208.009234/2018-24 | 215283864 | Marfrig Global Foods S.A. | GO |
| 76 | 46208.009237/2018-68 | 215284003 | Marfrig Global Foods S.A. | GO |
| 77 | 46208.009238/2018-11 | 215284046 | Marfrig Global Foods S.A. | GO |
| 78 | 46208.009239/2018-57 | 215284101 | Marfrig Global Foods S.A. | GO |
| 79 | 46208.002707/2018-62 | 214191559 | Nutriza Agroindustrial de Alimentos S/A | GO |
| 80 | 46208.002708/2018-15 | 214191583 | Nutriza Agroindustrial de Alimentos S/A | GO |
| 81 | 46208.002711/2018-21 | 214191630 | Nutriza Agroindustrial de Alimentos S/A | GO |
| 82 | 46208.002712/2018-75 | 214191664 | Nutriza Agroindustrial de Alimentos S/A | GO |
| 83 | 46208.002713/2018-10 | 214191672 | Nutriza Agroindustrial de Alimentos S/A | GO |
| 84 | 46208.002714/2018-64 | 214191702 | Nutriza Agroindustrial de Alimentos S/A | GO |
| 85 | 46208.002717/2018-06 | 214177955 | Nutriza Agroindustrial de Alimentos S/A | GO |
| 86 | 46208.002718/2018-42 | 214177998 | Nutriza Agroindustrial de Alimentos S/A | GO |
| 87 | 46208.002719/2018-97 | 214177963 | Nutriza Agroindustrial de Alimentos S/A | GO |
| 88 | 46208.003011/2018-53 | 214252485 | Nutriza Agroindustrial de Alimentos S/A | GO |
| 89 | 46208.004228/2018-81 | 214453651 | Nutriza Agroindustrial de Alimentos S/A | GO |
| 90 | 46208.004230/2018-50 | 214453685 | Nutriza Agroindustrial de Alimentos S/A | GO |
| 91 | 46208.004231/2018-02 | 214453715 | Nutriza Agroindustrial de Alimentos S/A | GO |
| 92 | 46208.006734/2018-12 | 214855376 | Weverton Rodrigo da Silva 82453284134 | GO |
| 93 | 46208.010299/2018-12 | 215515404 | Weverton Rodrigo da Silva 82453284134 | GO |
| 94 | 46246.000160/2018-12 | 213833107 | Acai Tropical Brasil Ltda - Me | MG |
| 95 | 47747.006540/2018-74 | 215377044 | Direcional Engenharia S/A | MG |
| 96 | 46246.003153/2018-64 | 216177782 | Fundacao Hospitalar de Montes Claros | MG |
| 97 | 46246.003154/2018-17 | 216177791 | Fundacao Hospitalar de Montes Claros | MG |
| 98 | 46246.003155/2018-53 | 216177804 | Fundacao Hospitalar de Montes Claros | MG |
| 99 | 46246.003156/2018-06 | 216177821 | Fundacao Hospitalar de Montes Claros | MG |
| 100 | 46243.001126/2018-87 | 214713733 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 101 | 46243.001127/2018-21 | 214713890 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 102 | 46243.001128/2018-76 | 214713903 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 103 | 46243.001129/2018-11 | 214713920 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 104 | 46243.001131/2018-90 | 214713946 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 105 | 46243.001132/2018-34 | 214713954 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 106 | 46243.001133/2018-89 | 214713962 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 107 | 46243.001134/2018-23 | 214713971 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 108 | 46243.001135/2018-78 | 214713989 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 109 | 46243.001136/2018-12 | 214713997 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 110 | 46243.001137/2018-67 | 214714004 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 111 | 46243.001138/2018-10 | 214714012 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 112 | 46243.001139/2018-56 | 214743322 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 113 | 46243.001140/2018-81 | 214743454 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 114 | 46243.001141/2018-25 | 214744191 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 115 | 46243.001142/2018-70 | 214745201 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 116 | 46243.001143/2018-14 | 214745368 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 117 | 46243.001144/2018-69 | 214745546 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 118 | 46243.001145/2018-11 | 214814408 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 119 | 46243.001146/2018-58 | 214814564 | Posto Serra das Mansoes Ltda | MG |
| 120 | 46222.010190/2017-16 | 213510511 | Condominio do Edificio Residencial Terrazzos | PA |
| 121 | 46222.010192/2017-13 | 213510545 | Condominio do Edificio Residencial Terrazzos | PA |
| 122 | 46213.016887/2016-29 | 210249269 | Babilonia Industria e Comercio de Confeccoes Ltda | PE |
| 123 | 46213.014580/2016-93 | 210045523 | Companhia Energetica de Pernambuco | PE |
| 124 | 46213.014582/2016-82 | 210046490 | Companhia Energetica de Pernambuco | PE |
| 125 | 46213.014583/2016-27 | 210045850 | Companhia Energetica de Pernambuco | PE |
| 126 | 46213.014584/2016-71 | 210046031 | Companhia Energetica de Pernambuco | PE |
| 127 | 46213.014585/2016-16 | 210046091 | Companhia Energetica de Pernambuco | PE |
| 128 | 46213.014586/2016-61 | 210045795 | Companhia Energetica de Pernambuco | PE |
| 129 | 46213.014587/2016-13 | 210046414 | Companhia Energetica de Pernambuco | PE |
| 130 | 46213.014588/2016-50 | 210045931 | Companhia Energetica de Pernambuco | PE |
| 131 | 46213.014003/2016-00 | 209966866 | General Mills Brasil Alimentos Ltda. | PE |
| 132 | 46213.016989/2016-44 | 210260378 | Jaqueline Segundo Empreendimentos e Transporte Ltda - Epp | PE |
| 133 | 46213.016990/2016-79 | 210260441 | Jaqueline Segundo Empreendimentos e Transporte Ltda - Epp | PE |
| 134 | 46213.016991/2016-13 | 210260459 | Jaqueline Segundo Empreendimentos e Transporte Ltda - Epp | PE |
| 135 | 46213.016996/2016-46 | 210260122 | Jaqueline Segundo Empreendimentos e Transporte Ltda - Epp | PE |
| 136 | 46213.016997/2016-91 | 210260084 | Jaqueline Segundo Empreendimentos e Transporte Ltda - Epp | PE |
| 137 | 46213.016998/2016-35 | 210260041 | Jaqueline Segundo Empreendimentos e Transporte Ltda - Epp | PE |
| 138 | 46213.017004/2016-06 | 210259990 | Jaqueline Segundo Empreendimentos e Transporte Ltda - Epp | PE |
| 139 | 46213.016945/2016-14 | 210243341 | Owens-Illinois do Brasil Industria e Comercio Ltda | PE |
| 140 | 46017.007952/2015-61 | 208401946 | Cacapava Empreitada de Lavor Ltda | RJ |
| 141 | 46017.007955/2015-02 | 208401971 | Cacapava Empreitada de Lavor Ltda | RJ |
| 142 | 46017.007956/2015-49 | 208401997 | Cacapava Empreitada de Lavor Ltda | RJ |
| 143 | 46017.007961/2015-51 | 208402047 | Cacapava Empreitada de Lavor Ltda | RJ |
| 144 | 46228.001452/2016-11 | 209435224 | Formula Servicos e Construcao Ltda | RJ |
| 145 | 46274.001500/2018-87 | 214832821 | Calcados Jacob S.A | RS |
| 146 | 47183.001283/2018-15 | 216091314 | Flavio Lodi | RS |
| 147 | 47183.001284/2018-51 | 216080681 | Flavio Lodi | RS |
| 148 | 47183.001285/2018-04 | 216090288 | Flavio Lodi | RS |
| 149 | 46276.000100/2018-34 | 214266508 | Fundacao Hospitalar de Rolante | RS |
| 150 | 46271.005538/2018-59 | 216385661 | Metalurgica Ramal Eireli | RS |
| 151 | 46271.005539/2018-01 | 216385695 | Metalurgica Ramal Eireli | RS |
| 152 | 46271.005540/2018-28 | 216385725 | Metalurgica Ramal Eireli | RS |
| 153 | 46271.005541/2018-72 | 216385741 | Metalurgica Ramal Eireli | RS |
| 154 | 46271.005542/2018-17 | 216385768 | Metalurgica Ramal Eireli | RS |
| 155 | 46264.000668/2019-75 | 217250319 | Michele de Fatima Pedroso Pizzaria | SP |
| 156 | 46264.000669/2019-10 | 217250394 | Michele de Fatima Pedroso Pizzaria | SP |
| 157 | 46257.001828/2018-10 | 214868940 | Multialloy Metais e Ligas Especiais Ltda. | SP |
| 158 | 46257.001829/2018-56 | 214868958 | Multialloy Metais e Ligas Especiais Ltda. | SP |
| 159 | 46257.001830/2018-81 | 214868842 | Multialloy Metais e Ligas Especiais Ltda. | SP |
| 160 | 46257.001831/2018-25 | 214868893 | Multialloy Metais e Ligas Especiais Ltda. | SP |

| Nº | PROCESSO | NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46778.000707/2003-87 | 505205076 - TRet nº 506705455 | Maiorca Indústria de Bebidas Ltda. | BA |
| 2 | 46207.008355/2018-69 | 201235773 | Arvix Comércio e Serviço Ltda. | ES |
| 3 | 46207.001598/2018-76 | 201100363 | Guaraná Diesel Ltda. - Me | ES |
| 4 | 46246.003183/2018-71 | 201274931 | Fundação Hospitalar de Montes Claros | MG |
| 5 | 46302.002003/2017-31 | 201052318 | Indústria de Embalagens Tocantins Ltda. | MG |
| 6 | 46213.017728/2018-11 | 201238420 | A.G.C. Construções & Empreendimentos Ltda. | PE |
| 7 | 46213.026380/2015-01 | 200618075 | Liber Conservação e Serviços Ltda. | PE |
| 8 | 46213.026382/2015-91 | 200618105 | Liber Conservação e Serviços Ltda. | PE |
| 9 | 46213.026383/2015-36 | 200618113 | Liber Conservação e Serviços Ltda. | PE |
| 10 | 46213.015991/2018-68 | 201219263 | Siena Engenharia Ltda. | PE |
| 11 | 46213.017467/2018-21 | 201236192 | Supermercado Prazeres Ltda. | PE |
| 12 | 46213.013768/2018-86 | 201194457 | Vialim Engenharia Ambiental Ltda. | PE |
| 13 | 46215.083317/2016-24 | 200756630 | Conspiração Filmes S.A. | RJ |
| 14 | 46257.001827/2018-67 | 201158281 | Multialloy Metais e Ligas Especiais Ltda. | SP |

1.2 Pela improcedência de auto infração ou da notificação de débito.

| Nº | Processo | AI | Empresa | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46204.0128172017-91 | 213396360 | SST Engenharia Ltda. | BA |
| 2 | 46205.004295/2019-14 | 217240259 | F D Empreendimentos Eireli | CE |
| 3 | 46208.001854/2018-15 | 213980860 | Posto Petroarabe Jaragua Eireli | GO |
| 4 | 46208.004830/2018-18 | 214534049 | Posto Petroarabe Jaragua Eireli | GO |
| 5 | 46223.004814/2018-37 | 215367791 | Bastiti Distribuidora de Bebidas Eireli | MA |
| 6 | 46213.014436/2016-57 | 210034734 | Romarco Construtora e Incorporadora Ltda | PE |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 7 | 46213.014437/2016-00 | 210034548 | Romarco Construtora e Incorporadora Ltda | PE |
| 8 | 46213.016468/2016-97 | 210219912 | Siqueira Castro - Advogados | PE |
| 9 | 46213.017058/2016-63 | 210270322 | Siqueira Castro - Advogados | PE |

1.3 Pela procedência parcial de auto infração ou da notificação de débito.

| Nº | Processo | AI | Empresa | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46204.012541/2017-41 | 213336391 | Sulnorte Serviços Maritimos Ltda. | BA |
| 2 | 46213.021292/2014-23 | 204892091 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 3 | 46213.021295/2014-67 | 204891833 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 4 | 46213.021297/2014-56 | 204891990 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 5 | 46213.021300/2014-31 | 204892066 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 6 | 46213.021302/2014-21 | 204892236 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 7 | 46213.021320/2014-11 | 204891779 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 8 | 46213.021341/2014-28 | 204891787 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 9 | 46213.021342/2014-72 | 204892261 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 10 | 46213.021344/2014-61 | 204891752 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 11 | 46213.021347/2014-03 | 204891850 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 12 | 46213.021349/2014-94 | 204891914 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 13 | 46213.021350/2014-19 | 204891957 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 14 | 46213.021351/2014-63 | 204891981 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 15 | 46213.021352/2014-16 | 204891876 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 16 | 46213.021357/2014-31 | 204891965 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 17 | 46213.021366/2014-21 | 204892121 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 18 | 46213.021367/2014-76 | 204892198 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 19 | 46213.021369/2014-65 | 204891884 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 20 | 46213.021370/2014-90 | 204891817 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 21 | 46213.021371/2014-34 | 204892210 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 22 | 46213.021372/2014-89 | 204891825 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| 23 | 46213.021374/2014-78 | 204892058 | Transportadora Itamaraca Ltda | PE |
| Nº | PROCESSO | NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS | EMPRESA | UF |
| 1 | 46271.005537/2018-12 | 201293722 - TAD nº 202005020 | Metalurgica Ramal Eireli | RS |

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício:

2.1 Pela improcedência de auto Infração ou da notificação de débito.

| Nº | Processo | AI | Empresa | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46205.000798/2018-21 | 213766311 | Municipio de Fortaleza | CE |
| 2 | 46205.000799/2018-76 | 213766329 | Municipio de Fortaleza | CE |
| 3 | 46205.006644/2019-24 | 217731350 | Oticas Melo Ltda | CE |
| 4 | 46207.008668/2018-17 | 215725441 | ALCON - Cia. de Álcool Conceição da Barra | ES |
| 5 | 46207.007594/2018-00 | 215571754 | AMF Construtora Ltda. | ES |
| 6 | 46207.002518/2018-08 | 214395278 | DMA Distribuidora S/A | ES |
| 7 | 46208.007338/2019-85 | 218485590 | Irriplan Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. | GO |
| 8 | 46208.008200/2019-01 | 218650523 | Mineracao Serra Grande S A | GO |
| 9 | 46208.008201/2019-48 | 218707274 | Mineracao Serra Grande S A | GO |
| 10 | 46208.005588/2019-81 | 218060041 | Tiago Jose da Silva 01411351150 | GO |
| 11 | 46223.004261/2018-12 | 215129342 | Batisti Distribuidora de Bebidas Eireli | MA |
| 12 | 46223.004856/2018-78 | 215250907 | Omega Derivados de Petróleo Ltda. | MA |
| 13 | 46213.002678/2019-41 | 216775663 | Banco do Nordeste do Brasil S.A | PE |
| 14 | 46297.000183/2019-02 | 217018131 | Iene de Andrade Oliveira Lacerda | PE |
| 15 | 46297.001118/2018-13 | 215395549 | Itau Unibanco S.A. | PE |
| 16 | 46297.001119/2018-50 | 215395611 | Itau Unibanco S.A. | PE |
| 17 | 46213.010772/2017-10 | 212125311 | Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda. | PE |
| 18 | 46215.018749/2014-01 | 204443288 | Construtora Norberto Odebrecht S.A. | RJ |
| 19 | 46473.003147/2014-08 | 203571509 | Farmacia Manuel Borba Ltda - Epp | SP |
| Nº | PROCESSO | NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS | EMPRESA | UF |
| 1 | 46473.003130/2014-42 | 200278738 | Farmácia Manuel Borba Ltda. - Epp | SP |

2.2 Pela procedência de auto Infração ou da notificação de débito.

| Nº | Processo | AI | Empresa | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46311.000624/2018-51 | 214987540 | S. S. Z. Comercio de Combustiveis Eireli | MA |
| 2 | 46311.000625/2018-04 | 214987663 | S. S. Z. Comercio de Combustiveis Eireli | MA |
| 3 | 46213.003367/2019-07 | 216852587 | I9 Paulista Gestao de Residuos S/A | PE |
| 4 | 46295.002995/2018-13 | 216267901 | Joao Manoel da Silva Neto | PE |
| 5 | 46295.000223/2019-28 | 216680531 | Raniere E. Silva Leite | PE |
| 6 | 46295.000241/2019-18 | 216697352 | Raniere E. Silva Leite | PE |
| 7 | 46213.023074/2018-57 | 216226074 | Unidade de Diagnostico e Terapia Renal Ltda | PE |
| 8 | 46017.007959/2015-82 | 208402021 | Caçapava Empreitada de Lavor Ltda | RJ |
| 9 | 46017.007965/2015-30 | 208402080 | Caçapava Empreitada de Lavor Ltda | RJ |
| 10 | 46017.007988/2015-44 | 208402217 | Caçapava Empreitada de Lavor Ltda | RJ |

2.3 Pela procedência parcial de auto Infração ou da notificação de débito.

| Nº | Processo | AI | Empresa | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46204.012617/2018-10 | 216134218 | Continua Servicos de Seguranca Ltda | BA |
| 2 | 46204.004281/2017-31 | 211669164 | Java Segurança Patrimonial Ltda. | BA |
| 3 | 46204.004282/2017-80 | 211680109 | Java Segurança Patrimonial Ltda. | BA |
| 4 | 46204.004283/2017-20 | 211669121 | Java Segurança Patrimonial Ltda. | BA |
| 5 | 46208.014154/2018-91 | 216180627 | Menttora Administracao e Consultoria Ltda | GO |
| 6 | 46208.014158/2018-79 | 216180732 | Menttora Administracao e Consultoria Ltda | GO |
| 7 | 47747.004690/2015-09 | 206432135 | Rodap Operadora de Transportes Ltda | MG |
| 8 | 47747.003363/2018-74 | 214818811 | Selv Sevicos Esp em Linhas Ltda | MG |
| 9 | 46213.007927/2017-22 | 211556882 | Companhia Usina Bulhoes | PE |
| 10 | 46213.007928/2017-77 | 211556891 | Companhia Usina Bulhoes | PE |
| 11 | 46213.007929/2017-11 | 211556904 | Companhia Usina Bulhoes | PE |
| 12 | 46213.023490/2013-41 | 202413748 | Exata Engenharia Ltda | PE |
| 13 | 46213.023491/2013-95 | 202150054 | Exata Engenharia Ltda | PE |
| 14 | 46213.023492/2013-30 | 202150062 | Exata Engenharia Ltda | PE |
| 15 | 46213.023493/2013-84 | 202150071 | Exata Engenharia Ltda | PE |
| 16 | 46213.023494/2013-29 | 202150089 | Exata Engenharia Ltda | PE |
| 17 | 46213.023495/2013-73 | 202150097 | Exata Engenharia Ltda | PE |
| 18 | 46213.023496/2013-18 | 202150101 | Exata Engenharia Ltda | PE |
| 19 | 46213.023497/2013-62 | 202150119 | Exata Engenharia Ltda | PE |
| 20 | 46213.023498/2013-15 | 202413586 | Exata Engenharia Ltda | PE |
| 21 | 46213.023499/2013-51 | 202413594 | Exata Engenharia Ltda | PE |
| 22 | 46213.023501/2013-92 | 202413616 | Exata Engenharia Ltda | PE |
| 23 | 46213.023502/2013-37 | 202413624 | Exata Engenharia Ltda | PE |
| 24 | 46213.023508/2013-12 | 202150046 | Exata Engenharia Ltda | PE |
| 25 | 46295.000222/2019-83 | 216680671 | Raniere E. Silva Leire | PE |
| 26 | 46214.005752/2018-90 | 215916204 | Belazarte - Serviços de Consultoria Ltda | PI |
| 27 | 46293.005433/2018-41 | 216458480 | Clinica Odontologica Odonto Acessiv Ltda | PR |
| 28 | 46215.008231/2017-01 | 211948373 | Lider Taxi Aereo S/A - Air Brasil | RJ |
| 2930 | 46215.005412/2015-14 | 206021143 | Tas Sistemas Integrados de Seguranca Ltda - Me | RJ |
| 31 | 46215.005413/2015-51 | 206021224 | Tas Sistemas Integrados de Seguranca Ltda - Me | RJ |
| 32 | 46215.005415/2015-40 | 206021097 | Tas Sistemas Integrados de Seguranca Ltda - Me | RJ |
| 33 | 46220.009284/2017-62 | 213352052 | Centro de Formacao de Condutores Almeida Campos Eireli | SC |
| 34 | 46220.004956/2018-24 | 215035135 | Gilmar Luiz de Marchi | SC |
| 35 | 46220.004773/2018-17 | 214962156 | Transportadora MPD Ltda | SC |
| 36 | 46269.003857/2017-98 | 213196255 | JBR Equipamentos e Maquinas Ltda | SP |
| 37 | 46257.004388/2018-44 | 216412943 | Pre-Brasil Construcoes Pre-Fabricadas S.A. | SP |

3- Arquivamento:

3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1ºA da Lei nº 9.873/99 de 23/11/1999 combinado com Art. 114, inciso VIII, da Lei nº 13.043, de 14/11/2014.

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 47747.009883/2014-67 | 205109934 | Centro de Tomografia Computadorizada de MG Ltda | MG |
| 2 | 47747.011234/2014-26 | 205466044 | Claudia Nucia de Araujo 03401971611 | MG |
| 3 | 47747.006608/2012-20 | 24615021 | Clemente & Santos Consultoria e Assessoria Contábil Ltda | MG |
| 4 | 47747.001374/2014-96 | 203021002 | Comercial NRG Ltda | MG |
| 5 | 47747.001375/2014-31 | 203020880 | Comercial NRG Ltda | MG |
| 6 | 47747.001376/2014-85 | 203020871 | Comercial NRG Ltda | MG |
| 7 | 47747.011142/2013-65 | 202523586 | Comercial Peperi Ltda - Epp | MG |
| 8 | 47747.011175/2013-13 | 202523594 | Comercial Peperi Ltda - Epp | MG |
| 9 | 47747.011373/2014-50 | 205487807 | Comercio de Modas Pink Star Ltda - Me | MG |
| 10 | 47747.001797/2014-14 | 203134991 | Condominio Residencial Florenca | MG |
| 11 | 47747.011907/2014-48 | 205564861 | CSL Comercio de Roupas Ltda - Me | MG |
| 12 | 47747.006701/2014-04 | 204370825 | Def Medicamentos Ltda - Me | MG |
| 13 | 47747.006702/2014-41 | 204371139 | Def Medicamentos Ltda - Me | MG |
| 14 | 47747.012125/2014-26 | 205573134 | Delicatessem ao Gosto Gourmet Ltda - Me | MG |
| 15 | 47747.000774/2014-84 | 202777464 | Desentupidora e Hidraulica Riachuelo Ltda - Me | MG |
| 16 | 47747.000775/2014-29 | 202777430 | Desentupidora e Hidraulica Riachuelo Ltda - Me | MG |
| 17 | 47747.000776/2014-73 | 202777456 | Desentupidora e Hidraulica Riachuelo Ltda - Me | MG |
| 18 | 47747.011326/2013-25 | 202565921 | Detalhes Moveis Planejados Ltda - Me | MG |
| 19 | 47747.011159/2013-12 | 202523675 | Diamante Projetos e Edificacoes Ltda - Epp | MG |
| 20 | 47747.011405/2014-17 | 205494773 | Distribuidora Construir e Renovar Ltda - Me | MG |
| 21 | 47747.011189/2013-29 | 202523390 | Durval Claudio de Souza Filho - Me | MG |
| 22 | 47747.008523/2014-48 | 204617499 | EDM Moveis E Eletro Ltda - Me | MG |
| 23 | 47747.006493/2014-35 | 204331391 | EIB - Processamento de Dados Ltda - Me | MG |
| 24 | 47747.001953/2014-39 | 203190912 | Elevar Mecanica de Elevadores Ltda - Me | MG |
| 25 | 47747.008525/2014-37 | 204617588 | Elizabeth Maria Campos Horta - Me | MG |
| 26 | 47747.008526/2014-81 | 204617596 | Elizabeth Maria Campos Horta - Me | MG |
| 27 | 47747.008527/2014-26 | 204617634 | Elizabeth Maria Campos Horta - Me | MG |
| 28 | 47747.000970/2015-30 | 205944094 | Empreiteira DJ Ltda - Me | MG |
| 29 | 47747.011682/2014-20 | 205411037 | Empreiteira Estilo Ltda | MG |
| 30 | 47747.001371/2014-52 | 203009789 | Estacao Gourmet Restaurante Ltda - Me | MG |
| 31 | 47747.001372/2014-05 | 203009801 | Estacao Gourmet Restaurante Ltda - Me | MG |
| 32 | 47747.012197/2014-73 | 205558828 | Fabiano Freitas dos Santos | MG |
| 33 | 47747.001978/2014-32 | 203180461 | Faz Com Dachi Construcoes Ltda - Me | MG |
| 34 | 47747.001979/2014-87 | 203180411 | Faz Com Dachi Construcoes Ltda - Me | MG |
| 35 | 47747.001980/2014-10 | 203180305 | Faz Com Dachi Construcoes Ltda - Me | MG |
| 36 | 47747.001277/2015-84 | 205952011 | Flavia Teodoro da Silva Reis - Me | MG |
| 37 | 47747.010058/2013-24 | 202223191 | Flor de Maio Noivas Ltda - Me | MG |
| 38 | 47747.012311/2014-65 | 205624065 | Francinete Pereira Da Silva 22452680168 | MG |
| 39 | 47747.011700/2014-73 | 205525920 | Francisco da Silva Produtos de Mercearias - Me | MG |
| 40 | 46334.001265/2008-10 | 15057453 | Carlos Sa Silva Mattos | RJ |
| 41 | 46215.025087/2008-79 | 15155609 | MBC Uniformes Profissionais Ltda | RJ |
| 42 | 46264.001467/2012-19 | 21367620 | Sonia Maria Lazarini Bertolino - Epp | SP |
| 43 | 46264.000716/2013-30 | 23887656 | Unai Industria de Produtos Alimenticios Ltda Me | SP |
| 44 | 46264.000717/2013-84 | 23887664 | Unai Industria de Produtos Alimenticios Ltda Me | SP |
| 45 | 46264.000718/2013-29 | 23887672 | Unai Industria de Produtos Alimenticios Ltda Me | SP |

3.2 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46203.005573/2014-58 | 205356575 | F E Pinto - Me | AP |
| 2 | 46203.005574/2014-01 | 205356567 | F E Pinto - Me | AP |
| 3 | 46215.008245/2015-55 | 206249659 | Brasfond Fundações Especiais S A | RJ |
| 4 | 46670.001866/2016-11 | 210354941 | Caixa Economica Federal | RJ |
| 5 | 46232.004445/2014-40 | 22716963 | Isolux Projetos e Instalacoes Ltda | RJ |
| 6 | 46232.004444/2014-03 | 22716980 | Isolux Projetos e Instalacoes Ltda | RJ |
| 7 | 46334.005879/2015-08 | 20747870 | Petroleo Brasileiro S A Petrobras | RJ |

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

## SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
## COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

### DESPACHOS DE 29 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical Substituto, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício nº 138390/2021/ME respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de União do Sul, CNPJ nº 08.455.745/0001-57, Processo 46210.002347/2009-69, para a apresentação no prazo de 20 (vinte) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento/indeferimento dos autos, nos termos do art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.A notificação poderá ser consultada mediante "consulta pública de processos" acessando o link do Ministério da Economia sei.economia.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0 .

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI 29567/2021 (16755177), resolve: ARQUIVAR o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 19964.107581/2019-68 (SC20668), de interesse do Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores, Vendedores e Consultores de Vendas de Produtos Farmacêuticos, dos municípios de Canoas/RS, Esteio/RS, Novo Hamburgo/RS, Sapucaia do Sul/RS e São Leopoldo/RS, (impugnado) - CNPJ 17.327.195/0001-81, nos termos do artigo 22, inciso VII, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 28886/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 14021.174467/2021-94, SC 20.956, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Franca e Região, CNPJ 03.544.560/0001-03, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria 17.593 de 24/07/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 29719/2021/ME (SEI nº 16775919), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro de Alteração Estatutária nº 14021.177708/2021-57, SA05513, de interesse do SINDIEX - SINDICATO DO COM. DE EXPORT. E IMPORT. DO ESTADO DO E.S., CNPJ nº 39.386.883/0001-55, nos termos do art. 22, inciso I, da Portaria SEPRT/ME nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 29849/2021/ME (16796161), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SSPMGN - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GARRAFÃO DO NORTE, CNPJ 34.689.794/0001-64, Processo nº 19964.102342/2021-36, para representar a Categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipais, com abrangência municipal e base territorial no município de Garrafão do Norte, Estado do Pará, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipais, no município Garrafão do Norte, do Estado do Pará; B) SEPUB - Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará, CNPJ 34.622.076/0001-70, Processo 24000.002022/90-48; excluindo a Categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipais, no município de Garrafão do Norte, do Estado Pará, nos termos do art. 24 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 23212/2021/ME (SEI 15824915), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.106661/2021-11 (SC21012), de interesse do SASES - SINDICATO DOS AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS SUL E SUDESTE DO TOCANTINS, CNPJ nº 32.567.358/0001-97, nos termos do art. art 22, inciso I da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 27155/2021/ME (SEI 16412540), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 19964.107323/2021-04, SC21054, de interesse do SINDPESCAN-MA - SINDICATO DOS PESCADORES, CRIADORES DE PEIXE E MARISQUEIROS DO MUNICIPIO DE ANAJATUBA - MA, CNPJ n.º 07.176.953/0001-54, para representação da categoria profissional dos trabalhadores em pesca, criação de peixe e coleta de mariscos, compreendendo os que exercem atividades assalariados e assalariadas, permanentes ou eventuais, na pesca, mariscaria, independentemente da natureza do órgão empregador, bem como pescadores, criadores de peixe e marisqueiros que exerçam a atividade econômica objeto de classe, individualmente ou regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, executando em condições de mutua dependência e colaboração, com a ajuda eventual de terceiros, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Anajatuba, no Estado do Maranhão, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica 28535/2021/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º SC 21003, processo 19964.107600/2021-71 de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Diamante - SINDERSID - PB, CNPJ 17.390.932/0001-90, para representação da categoria profissional dos servidores públicos municipais de Diamante, com abrangência municipal e base territorial no Município de Diamante, no Estado da Paraíba , nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 28564/2021/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 19964.108105/2021-89, SC 21112, de interesse do Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos dos Municípios de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, portão, Novo Hamburgo, Estância Velha, Dois Irmãos, Ivoti e Campo Bom, CNPJ 42.176.524/0001-88, para representação dos trabalhadores da categoria dos propagandistas, propagandistas vendedores, vendedores de produtos farmacêuticos, com abrangência intermunicipal e base territorial nos Municípios de Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo e Sapucaia do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos artigos. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT 29312/2021/ME (16718336 - SEI), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46205.005583/2016-35, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ICÓ CEARÁ, CNPJ 24.010.656/0001-53, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999, art. 22, incisos I e XI c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na NT 29768/2021/ME (SEI 16785645), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46221.003906/2015-77, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MACAMBIRA SERGIPE, CNPJ 18.978.236/0001-62, nos termos do §2º do art. 21 c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, em cumprimento à Decisão Judicial 0011309-07.2019.5.15.0132, 5° Vara do Trabalho de São José dos Campos, Tribunal Regional do Trabalho da 15° Região; com fundamento na Nota Técnica SEI nº 29473/2021/ME (16741518) resolve: excluir a representação da categoria dos trabalhadores que laboram no trato de animais domésticos (pets) em Clinicas e Hospitais Veterinários, com exceção do médico veterinário, objetivando obter associados e arrecadar contribuições de Trabalhadores do cadastro do SINDICATO DOS EMPREGADOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, CNPJ: 72.308.372/0001-90.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

## SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
## SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
## SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
## COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 55, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre o restabelecimento do cancelamento do registro especial de fabricante de cigarros da empresa Cia Sulamericana de Tabacos, CNPJ nº 01.301.517/0001-83.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, tendo em vista o que dispõe o art. 2º, incisos I e II, do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 9.822, de 23 de agosto de 1999, e considerando ainda a decisão proferida em 15 de janeiro de 2020 pela 5ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Ordinária nº 0027352-30.2012.4.01.3400, declara:

Art. 1º Ficam restabelecidos os efeitos do Ato Declaratório Executivo Cofis nº 33, de 31 de maio de 2012, publicado na Seção I da edição do Diário Oficial da União nº 107, de 4 de junho de 2012, página 49, que cancelou o Registro Especial de Fabricante de Cigarros nº 12-01/1997 da sociedade empresarial CIA SULAMERICANA DE TABACOS, CNPJ nº 01.301.517/0001-83, concedido por intermédio do Ato Declaratório Cofis nº 01, de 06 de fevereiro de 1997, conforme consta do Processo Administrativo nº 15563.000224/2007-06.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

## SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
## COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

### SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 94, DE 21 DE JUNHO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. CONCESSÃO GRATUITA, INCONDICIONADA OU NÃO CONDICIONADA À IMPLANTAÇÃO OU EXPANSÃO DE EMPREENDIMENTO ECONÔMICO. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. AUSÊNCIA.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos por estados e Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação do lucro real desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

Os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiros fiscais de ICMS concedidos sem nenhum ônus ou dever ao subvencionado, de forma incondicional ou sob condições não relacionadas à implantação expansão de empreendimento econômico não atendem os requisitos do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, de observância obrigatória inclusive conforme parte final do § 4º do mesmo dispositivo.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, art. 30; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 198.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. CONCESSÃO GRATUITA, INCONDICIONADA OU NÃO CONDICIONADA À IMPLANTAÇÃO OU EXPANSÃO DE EMPREENDIMENTO ECONÔMICO. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. RESULTADO AJUSTADO. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. AUSÊNCIA.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos por estados e Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação do resultado ajustado desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

Os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiros fiscais de ICMS concedidos sem nenhum ônus ou dever ao subvencionado, de forma incondicional ou sob condições não relacionadas à implantação expansão de empreendimento econômico não atendem os requisitos do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, de observância obrigatória inclusive conforme parte final do § 4º do mesmo dispositivo.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, arts. 30 e 50; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 198.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

### SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 102, DE 21 DE JUNHO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

As instituições previstas no inciso III e as instituições de caráter filantrópico do inciso IV, do art. 4º, da Instrução Normativa RFBnº1234,de11 de janeiro de 2012, deverão apresentar o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), juntamente com a declaração de acordo com os modelos constantes nos Anexos II e III da mencionada IN, para fins de dispensa de retenção dos tributos a que têm direito, nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas mencionadas na sobredita IN RFBnº1234/2012, pelo fornecimento de bens e serviços.

Para obterem a mesma dispensa de retenção, as instituições de caráter recreativo, cultural, científico e as associações, referidas no inciso IV, devem apresentar apenas a declaração de acordo com o modelo constante no Anexo III da IN RFBnº1234/2012, sem a necessidade de apresentação do CEBAS.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, arts. 12 e 15; Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, arts. 29, 31 e 32; Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, arts. 1º ao 4º; Instrução Normativa RFBnº1234,de11 de janeiro de 2012, incisos III e IV do art. 4º e parágrafos 6º e 8º do art. 6º; Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, parágrafo 1º do art. 47.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

PROCESSO DE CONSULTA. INEFICÁCIA.

É ineficaz a consulta apresentada, quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei.

Dispositivos Legais: art. 18, IX, da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 104, DE 21 DE JUNHO DE 2021**

Assunto: Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF

OPERAÇÕES DE CRÉDITO. LIBERAÇÃO PARCELADA. ALÍQUOTA ZERO.

Para fins de incidência do IOF, a expressão "operações de crédito contratadas" contida nos §§ 20 e 20-A do art. 7º do Decreto nº 6.306, de 2007, refere-se à data de contratação da operação de financiamento com valor de principal definido.

Não são beneficiadas pela alíquota zero do IOF as operações de crédito contratadas em 2019, ainda que a liberação dos recursos ocorra no período entre 3 de abril de 2020 e 26 de novembro de 2020 e entre 15 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020.

Dispositivos Legais: Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, art. 7º, inciso I, alínea b, e §§ 20 e 20-A.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA.

Não produz efeitos a consulta que tem por objetivo a prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, arts. 7º, § 1º, e 18, inciso XIV.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 108, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. CONCESSÃO GRATUITA, INCONDICIONADA OU NÃO CONDICIONADA À IMPLANTAÇÃO OU EXPANSÃO DE EMPREENDIMENTO ECONÔMICO. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. AUSÊNCIA.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos por estados e Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação do lucro real desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

Os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiros fiscais de ICMS concedidos sem nenhum ônus ou dever ao subvencionado, de forma incondicional ou sob condições não relacionadas à implantação expansão de empreendimento econômico não atendem os requisitos do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, de observância obrigatória inclusive conforme parte final do § 4º do mesmo dispositivo.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, art. 30; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 198.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. CONCESSÃO GRATUITA, INCONDICIONADA OU NÃO CONDICIONADA À IMPLANTAÇÃO OU EXPANSÃO DE EMPREENDIMENTO ECONÔMICO. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. RESULTADO AJUSTADO. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. AUSÊNCIA.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos por estados e Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação do resultado ajustado desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

Os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiros fiscais de ICMS concedidos sem nenhum ônus ou dever ao subvencionado, de forma incondicional ou sob condições não relacionadas à implantação expansão de empreendimento econômico não atendem os requisitos do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, de observância obrigatória inclusive conforme parte final do § 4º do mesmo dispositivo.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, arts. 30 e 50; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 198.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 113, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pelo art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso III, do artigo 360, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020 e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007, e no art. 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de Outubro de 2019, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 27, de 23 de abril de 2021, a Portaria SPE nº 190, de 13 de maio de 2020, e o que consta do processo administrativo n° 10265.441930/2021-03, declara:

Art. 1°. Fica concedida coabilitação à empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 586, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019:

EMPRESA: SOLLO CONSTRUCOES LTDA.

CNPJ: 07.960.913/0001-07.

PROJETO: Projeto de transmissão de energia elétrica, relativo ao Lote 4 do Leilão nº 02/2019-ANEEL (Contrato de Concessão nº 04/2020, celebrado em 20 de março de 2020), aprovado pela Portaria SPE n° 190, de 13 de maio de 2020.

SETOR FAVORECIDO: Energia Elétrica.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 20/03/2020 a 20/09/2023.

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.5°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

**RETIFICAÇÃO**

No Ato Declaratório Executivo DRF/CBA nº 6, de 30 de janeiro de 2019, publicado no DOU nº 27, de 07 de fevereiro de 2019, Seção 1, página 17, em seu ANEXO I:

Onde se lê:

DO ATO DECLARATÓRIO EXECUTILARVO DRF/CBA Nº 6, de 30 DE JANEIRO DE 2019.

| Seq. | Processo | Edital de abandono Nº |
|---|---|---|
| 01 | 13150.720418/2018-01 | 0130151-85577/2018 |
| 02 | 13150.720507/2018-49 | 0130151-85577/2018 |
| 03 | 13150.720511/2018-15 | 0130151-90272/2018 |
| 04 | 13150.720569/2018-51 | 0130151-101732/2018 |
| 05 | 13150.720643/2018-39 | 0130151-106543/2018 |

Leia-se:

DO ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CBA Nº 6, de 30 DE JANEIRO DE 2019.

| Seq. | Processo | Edital de abandono Nº |
|---|---|---|
| 01 | 13150.720418/2018-01 | 0130151-85577/2018 |
| 02 | 13150.720507/2018-49 | 0130151-85577/2018 |
| 03 | 13150.720511/2018-15 | 0130151-90272/2018 |
| 04 | 13150.720569/2018-51 | 0130151-101732/2018 |

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS
## EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE SUBSTITUTO DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1985, de 29 de outubro de 2020, e tendo em vista o que consta no Requerimento Nº 8530 do Sistema OEA, módulo do Portal Único do Siscomex, resolve:

Art. 1º Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança, como Importador e Exportador, TRAMONTINA BELEM SA, inscrição no CNPJ/CPF sob nº 14.068.605/0001-29.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

AILSON ROSA SOARES E SILVA SEGUNDO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 112, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total de empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, artigos 2º e 3º do Decreto nº 4.212, de 2002, art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 104/2015 expedido pela SUDAM e tudo que consta do Processo Administrativo nº 18365.720175/2016-39, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa SABORES VEGETAIS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 04.746.172/0001-60, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a fabricação do produto "Concentrado, Base e Edulcorante Para Bebidas Não Alcoólicas" pelo prazo de 10 (dez) anos, com período de fruição do início no ano-calendário de 2015 e término no ano-calendário de 2024.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, bem como o descumprimento das demais normas que tratam de benefícios fiscais importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 113, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Diversificação de empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, artigos 2º e 3º do Decreto nº 4.212, de 2002, art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 112/2015 expedido pela SUDAM e tudo que consta do Processo Administrativo nº 18365.720235/2016-13, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa IPES INDÚSTRIA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA, CNPJ nº 04.613.444/0001-53, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Diversificação do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a fabricação do produto "Argônio Gasoso" pelo prazo de 10 (dez) anos, com período de fruição do início no ano-calendário de 2016 e término no ano-calendário de 2025.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, bem como o descumprimento das demais normas que tratam de benefícios fiscais importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 114, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total de empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, artigos 2º e 3º do Decreto nº 4.212, de 2002, art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 057/2016 expedido pela SUDAM e tudo que consta do Processo Administrativo nº 18365.721963/2016-42, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa METALURGICA SATO DA AMAZÔNIA LTDA, CNPJ nº 34.505.214/0001-31, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a fabricação do produto "Peças Metálicas Estampadas a Partir de Chapas, Películas ou Tiras Metálicas" pelo prazo de 10 (dez) anos, com período de fruição do início no ano-calendário de 2016 e término no ano-calendário de 2025.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, bem como o descumprimento das demais normas que tratam de benefícios fiscais importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 115, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total de empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, artigos 2º e 3º do Decreto nº 4.212, de 2002, art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 089/2016 expedido pela SUDAM e tudo que consta do Processo Administrativo nº 10010.058208/0317-90, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa FRIGORÍFICO RIOMAR LTDA, CNPJ nº 05.866.280/0001-39, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a fabricação do produto "Peixe Beneficiado" pelo prazo de 10 (dez) anos, com período de fruição do início no ano-calendário de 2016 e término no ano-calendário de 2025.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, bem como o descumprimento das demais normas que tratam de benefícios fiscais importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BHE Nº 8, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Prorroga o credenciamento de peritos autônomos, objeto do ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO nº 10, de 2 de agosto de 2019.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 298, 336, 360, inciso III e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério da Economia (ME) nº 284, de 27 de julho de 2020, com fundamento no disposto no art. 12 e no § 2º do art. 13 da Instrução Normativa RFB n.º 1.800, de 21 de março de 2018, declara:

Art. 1º Fica prorrogado pelo prazo de dois anos, de 15/08/2021 a 15/08/2023, o credenciamento, como peritos autônomos, a título precário e sem vínculo empregatício ou contratual com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para a prestação de serviços de perícias para identificação e quantificação de mercadorias importadas ou a exportar e emissão de laudos periciais, quando necessários no curso de procedimento fiscal e solicitados pela fiscalização aduaneira, no âmbito da jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte, cuja homologação e outorga do credenciamento se deram pelo ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO nº 10, de 2 de agosto de 2019, publicado no DOU de 8 de agosto de 2019.

Art. 2º Ficam convalidadas as designações de perito para prestação de serviços periciais feitas no âmbito da jurisdição desta Alfândega, com base na outorga de credenciamento ora prorrogada.

BRUNO CARVALHO NEPOMUCENO

## EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS - EqOEA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, instituída por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de outubro de 2017, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1985, de 29 de outubro de 2020, e tendo em vista o que consta no Requerimento 8110, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como TRANSPORTADOR, a empresa 25 DE JULHO TRANSPORTES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 01.695.336/0001-89.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BERNARDO COSTA PRATES SANTOS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS - EqOEA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, instituída por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de outubro de 2017, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1985, de 29 de outubro de 2020, e tendo em vista o que consta no Requerimento 6590, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como TRANSPORTADOR, a empresa UPC CARGO AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 16.584.760/0001-23.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BERNARDO COSTA PRATES SANTOS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 221, DE 23 DE JUNHO DE 2021**

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.189161/2020-70, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica LATICINIOS SAO TOME LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.858.087/0001-32, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/04/2020 a 31/03/2023, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.004303/2020-15.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/Montes Claros nº 144, de 23 de dezembro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2020.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 78, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.437284/2021-11, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços e a navegação de apoio marítimo, SAPURA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA S.A., CNPJ (matriz) nº 14.072.869/0001-56 e suas filiais de CNPJ nº 14.072.869/0002-37 e 14.072.869/0004-07, até 11/08/2024, respeitados os termos finais de cada bloco, constantes no Anexo do ADE DECEX nº 34, de 13/04/2021, publicado no DOU de 16/04/2021, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º Cumpre destacar que a eficácia do presente Ato Declaratório Executivo está vinculada à decisão liminar exarada no Mandado de Segurança nº 5062544-03.2019.4.5101, da 29ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro.

Art. 4º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VIT-ES Nº 51, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Concede Registro Especial para estabelecimento produtor de bebidas alcoólicas do Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da IN RFB nº 1.432, de 2013, declara:

Art. 1º Concedido o Registro Especial de que trata a IN RFB nº 1.432, de 2013, na atividade de PRODUTOR, sob o nº 07201/00504, ao estabelecimento da empresa AGUARDENTE ESPANHOLA LTDA, CNPJ nº 30.789.143/0001-95, domiciliada na Estrada São Dalmacio, s/n, São Dalmacio, São Roque do Canaã/ES, CEP 29.665-000, de acordo com os autos do processo nº 17227.720610/2021-12.

Art. 2º O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, na ocorrência de uma das situações previstas no art. 8º da IN RFB nº 1.432, de 2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VIT Nº 55, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Cancela Registro Especial para estabelecimento Engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, considerando o disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta nos autos do processo administrativo nº 10783.006.139/84-51, declara:

Art. 1º CANCELADO, de ofício, o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador nº 07201/0082, concedido ao estabelecimento da empresa CACHAÇA MARIANI LTDA, CNPJ 29.989.738/0001-05 mediante o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 82, de 25/11/1999 e publicado no Diário Oficial da União de 19/03/2002 através do ADE DRF/VIT nº 10, de 08/02/2002.

Art. 2º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 82, de 25/11/1999.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

### PORTARIA ALF/SPO Nº 21, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Estabelece instruções para o registro de despachos para consumo de mercadorias admitidas no regime aduaneiro de Depósito Especial e no Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso das atribuições previstas nos artigos 360, 364 e 365 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284/2020, e considerando o disposto na Portaria SRRF08 nº 1.539/2020, resolve:

Art. 1º Os despachos para consumo de mercadorias admitidas no regime aduaneiro de Depósito Especial (DE) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 386/2004 e no Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (RECOF e RECOF-SPED) regido pelas Instruções Normativas RFB nº 1.291/2012 e 1.612/2016, cujos registros são hoje efetuados em códigos de recintos jurisdicionados pelas Delegacias da Receita Federal do Brasil da 8ª Região Fiscal, deverão, a contar de 01/07/2021, ser registrados na Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo - ALF/SPO, conforme segue:

I - Unidade 0817900, Recinto 8947108 - DEPÓSITO ESPECIAL - ALF/SÃO PAULO, setor 222; e

II - Unidade 0817900, Recinto 8945201 - IRF-SP (NACIONALIZAÇÃO RECOF), setor 222.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 01/07/2021.

JOSÉ PAULO BALAGUER

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

### PORTARIA SRRF09 Nº 146, DE 24 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a suspensão temporária das atividades da Agência da Receita Federal do Brasil em São José dos Pinhais/PR.

O SUPERINTENDENTE-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria SRRF09 nº 799, de 19 de outubro de 2020, tendo em vista o art. 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e a Portaria RFB nº 1.215, de 23 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam suspensas temporariamente a partir do dia 11 de junho de 2021 as atividades da Agência da Receita Federal do Brasil em São José dos Pinhais, no Paraná, com vistas a garantir o cumprimento da missão institucional, considerando as dificuldades na renovação do contrato de locação do imóvel em que está localizada.

Parágrafo Único. A suspensão de que trata o art. 1º se dará até 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º As competências e atribuições previstas no art. 328 e no parágrafo único do art. 336 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 2020, serão transferidas para o Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF) em Curitiba.

Parágrafo Único. O atendimento dos contribuintes dos municípios de Piraquara, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul, no Paraná, se dará no CAC da DRF Curitiba.

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados até a publicação desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIANO BLONSKI

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 108, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Concede habilitação ao Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e o art. 10 da Portaria RFB nº 20, de 05 de abril de 2021, tendo em vista o disposto no art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, nos arts. 541 a 547 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2009, e o que consta do processo nº 13033.303680/2021-18, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, de que trata o art. 40 da Lei nº 10.865/2004, na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, para a pessoa jurídica ARBAZA ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 89.982.177/0001-44, aplicável a todos os seus estabelecimentos, observado o disposto nos §§ 2º e 9º do art. 40 da Lei nº 10.865/2004 e no art. 550 da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 2º A aplicação do regime será extinta na ocorrência de alguma das hipóteses elencadas no art. 548 da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 12, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 5, de 24 de MAIO de 2001, atualizando a relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas nº 10106/060.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 360, III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, considerando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, artigos 3º, e o que consta do processo n° 11020.000566/2001-17, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 5, de 24 de MAIO de 2001, referente ao Registro Especial de Bebidas nº 10106/060, de engarrafador, pertencente ao estabelecimento da empresa CASA BUCCO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.092.058/0001-63, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

| Descrição do Produto | Marca Comercial | Classificação Fiscal | Tipo do Recipiente | Capacidade do Recipiente |
|---|---|---|---|---|
| Aguardente Composta com Funcho | Velho Ernesto | 2208.90.00 | Não retornável | 670 ml |
| Aguardente Composta com Funcho | Velho Ernesto | 2208.90.00 | Não retornável | 700 ml |
| Aguardente de Cana Envelhecida | Casa Bucco | 2208.90.00 | Não retornável | 700 ml |
| Aguardente de Cana Envelhecida | Casa Bucco | 2208.90.00 | Não retornável | 750 ml |
| Brandy | Casa Bucco | 2208.20.00 | Não retornável | 700 ml |
| Brandy | Casa Bucco | 2208.20.00 | Não retornável | 750 ml |
| Cachaça | Giacomelli | 2208.40.00 | Não retornável | 670 ml |
| Cachaça | Velho Ernesto | 2208.40.00 | Não retornável | 670 ml |
| Cachaça | Velho Ernesto Ouro | 2208.40.00 | Não retornável | 670 ml |
| Cachaça | Calor Brasilis | 2208.40.00 | Não retornável | 700 ml |
| Cachaça | Velho Ernesto | 2208.40.00 | Não retornável | 700 ml |
| Cachaça | Velho Ernesto Ouro | 2208.40.00 | Não retornável | 700 ml |
| Cachaça | Di Paolo | 2208.40.00 | Não retornável | 700 ml |
| Cachaça | Di Paolo | 2208.40.00 | Não retornável | 750 m |
| Cachaça | Bi Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 750 ml |
| Cachaça | Calor Brasilis | 2208.40.00 | Não retornável | 750 ml |
| Cachaça | Casa Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 750 ml |
| Cachaça Envelhecida | Giacomelli | 2208.40.00 | Não retornável | 670 ml |
| Cachaça Envelhecida | Velho Ernesto | 2208.40.00 | Não retornável | 670 ml |
| Cachaça Envelhecida | Giacomelli | 2208.40.00 | Não retornável | 700 ml |
| Cachaça Envelhecida | Casa Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 750 ml |
| Cachaça Envelhecida Amburana | Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 500 ml |
| Cachaça Envelhecida Amburana | Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 670 ml |
| Cachaça Envelhecida Amburana | Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 700 ml |
| Cachaça Envelhecida Amburana | Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 750 ml |
| Cachaça Envelhecida Bálsamo | Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 500 ml |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cachaça Envelhecida Bálsamo | Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 670 ml |
| Cachaça Envelhecida Bálsamo | Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 700 ml |
| Cachaça Envelhecida Bálsamo | Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 750 ml |
| Cachaça Envelhecida Sassafrás | Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 700 ml |
| Cachaça Extra Premium | Casa Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 700 ml |
| Cachaça Extra Premium | Casa Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 750 ml |
| Cachaça Premium | Casa Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 500 ml |
| Cachaça Premium | Velho Ernesto | 2208.40.00 | Não retornável | 670 ml |
| Cachaça Premium | Casa Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 700 ml |
| Cachaça Premium | Velho Ernesto | 2208.40.00 | Não retornável | 700 ml |
| Cachaça Premium | Di Paolo | 2208.40.00 | Não retornável | 700 ml |
| Cachaça Premium | Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 700 ml |
| Cachaça Premium | Casa Bucco | 2208.40.00 | Não retornável | 750 ml |
| Cachaça Premium | Di Paolo | 2208.40.00 | Não retornável | 750 ml |
| Grappa | Casa Bucco | 2208.20.00 | Não retornável | 500 ml |
| Grappa | Casa Bucco | 2208.20.00 | Não retornável | 750 ml |
| GRAPPA | Di Paolo | 2208.20.00 | Não retornável | 700 ml |
| GRAPPA | Di Paolo | 2208.20.00 | Não retornável | 750 ml |
| Licor de Banana Fino | Casa Bucco | 2208.70.00 | Não retornável | 500 ml |
| Licor Fino de Cachaça | Casa Bucco | 2208.70.00 | Não retornável | 500 ml |
| Licor Fino de Café | Casa Bucco | 2208.70.00 | Não retornável | 500 ml |
| Licor Fino de Canela | Casa Bucco Fascínio | 2208.70.00 | Não retornável | 500 ml |
| Licor Fino de Chocolate | Casa Bucco | 2208.70.00 | Não retornável | 500 ml |
| Licor Fino de Limão | Casa Bucco Limoncello | 2208.70.00 | Não retornável | 500 ml |

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 04, de 16 de MARÇO de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 17 de MARÇO de 2021.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

NILSON SOMMAVILLA PRIMO

## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

### RESOLUÇÃO CVM Nº 38, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Redefine, de forma temporária e em caráter experimental, o prazo e as competências para a decisão da CVM quanto a recursos de decisão proferida em relação ao mecanismo de ressarcimento de prejuízos.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 16 de junho de 2021, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, inciso I, e 18, inciso I, alínea "f " da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e no art. 17 da Portaria CVM/PTE/Nº 190, de 6 de novembro de 2019, aprovou a seguinte Resolução:

Art. 1º O prazo para a decisão da CVM sobre recurso de decisão que tiver negado pedido formulado ao mecanismo de ressarcimento de prejuízos, de que trata o § 1º do art. 83 da Instrução CVM nº 461, de 23 de outubro de 2007, passa a ser de até 180 (cento e oitenta) dias úteis, contados da data do protocolo do recurso na entidade administradora de mercado de bolsa ou na entidade constituída ou contratada para tanto nos termos do §2º do art. 77 da Instrução CVM nº 461, de 2007.

Art. 2º A decisão do recurso de que trata o parágrafo único do art. 82 da Instrução CVM nº 461, de 2007, compete:

I - ao Colegiado, nos casos em que o titular da Superintendência de Relações com Mercado e Intermediários - SMI, após analisar o recurso, concluir:

a) pela procedência integral ou parcial do recurso; ou

b) que a submissão do recurso ao Colegiado, para deliberação, se justifica por envolver aspecto inovador ou entendimento ainda não pacificado sobre a matéria; e

II - ao titular da SMI, nos demais casos.

Art. 3º Das decisões do titular da SMI de que trata o inciso II do art. 2º não cabe recurso ao Colegiado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2021.

MARCELO BARBOSA

## SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
## SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE SECURITIZAÇÃO
## DIVISÃO DE SUPERVISÃO DE SECURITIZAÇÃO

### ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 18.866, DE 28 DE JUNHO DE 2021

O Chefe da Divisão de Supervisão de Securitização, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza 3C PLATAFORMA ELETRONICA DE INVESTIMENTO LTDA., CNPJ nº 33.549.078/0001-19, a prestar serviço de Plataforma Eletrônica de Investimento Participativo, nos termos do art. 18, inciso I, alínea 'a', combinado com o art. 16, inciso I, ambos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, do art. 73 da Resolução 24, de 5 de março de 2021, e da Instrução CVM nº 588, de 13 de julho de 2017.

MARCELO FIRMINO DOS SANTOS

### ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 18.867, DE 28 DE JUNHO DE 2021

O Chefe da Divisão de Supervisão de Securitização, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza IMMO INVESTIMENTOS PARTICIPATIVOS LTDA., CNPJ nº 37.754.457/0001-00, a prestar serviço de Plataforma Eletrônica de Investimento Participativo, nos termos do art. 18, inciso I, alínea 'a', combinado com o art. 16, inciso I, ambos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, do art. 73 da Resolução 24, de 5 de março de 2021, e da Instrução CVM nº 588, de 13 de julho de 2017.

MARCELO FIRMINO DOS SANTOS

## SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
## DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

### PORTARIA PREVIC Nº 398, DE 24 DE JUNHO DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001850/2021-12, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios Prevcummins, CNPB nº 1999.0008-38, administrado pela Prevcummins Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

## SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
## DIRETORIA TÉCNICA 1

### PORTARIA SUSEP/DIR1 Nº 34, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR DA DIRETORIA TÉCNICA 1 DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência estabelecida no inciso XVIII, do art. 19, do Anexo I, da Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019, considerando o disposto no inciso III, do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no artigo 18, do Anexo I, da Resolução CNSP nº 330, de 9 de dezembro de 2015, e o que consta dos Processos Susep nº 15414.625415/2019-14 e nº 15414.614065/2020-02, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria SUSEP/DIR1 Nº 27, de 17 de janeiro de 2021, que suspendeu o cadastro de MS AMLIN INSURANCE SE (atual denominação de AMLIN INSURANCE SOCIETAS EUROPAEA), sociedade organizada e existente de acordo com leis da Inglaterra, cadastrada junto à Susep como ressegurador eventual, restabelecendo assim o cadastro concedido por meio da Portaria SUSEP/DIORG Nº 989, de 10 de julho de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR LINS DA ROCHA LOURENÇO

### PORTARIA SUSEP/DIR1 Nº 35, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR DA DIRETORIA TÉCNICA 1 DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência estabelecida no inciso XVIII, do artigo 19, do Anexo I, da Resolução CNSP nº 374, de 28 de de agosto de 2019, tendo em vista o disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e nos artigos 26 e 32, do Anexo I, da Resolução CNSP nº 330, de 09 de dezembro de 2015, e considerando o que consta do processo Susep nº 15414.608797/2020-55, resolve:

Art. 1º Aprovar a 12ª alteração do contrato social de BOWRING MARSH CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA., CNPJ nº 48.087.985/0001-60, com sede na cidade de São Paulo- SP, realizada em 3 de junho de 2020, na qual ocorreram:

I - incorporação da JLT RE BRASIL ADMINISTRAÇÃO E CORRETAGEM DE RESSEGUROS LTDA., CNPJ nº 03.621.568/0001-18; e

II - a alteração da razão social da companhia para CARPENTER MARSH FAC BRASIL CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR LINS DA ROCHA LOURENÇO

## COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

### PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 227, DE 23 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.608084/2021-72, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, CNPJ nº 33.041.062/0001-09, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 29 de março de 2021:

I - eleição de administradores;

II - alteração da denominação social para TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS;

III - aumento do capital social em R$ 12.160.542,94, elevando-o para R$ 3.815.410.241,59, dividido em 550 ações, sendo 281 ordinárias e 269 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal; e

IV - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

### PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 228, DE 23 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.607756/2021-22, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição e eleição de administradores de SANTANDER CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 03.209.092/0001-02, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 13 de abril de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

### PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 229, DE 23 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 39 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o que consta do processo Susep nº 15414.607763/2021-24, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição e eleição de administradores de EVIDENCE PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 13.615.969/0001-19, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 13 de abril de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

**PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 230, DE 23 DE JUNHO DE 2021**

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.608089/2021-03, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP, CNPJ nº 03.558.096/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 29 de março de 2021:

I - eleição de administradores;

II - alteração da denominação social para RIO'S CAPITALIZAÇÃO S.A.; e

III - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

**PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 231, DE 23 DE JUNHO DE 2021**

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605526/2021-29, resolve:

Art. 1º Aprovar o aumento de capital social de SOMPO SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.383.493/0001-80, com sede na cidade de São Paulo - SP, em R$ 140.654.552,27, elevando-o para R$ 1.299.999.997,97, dividido em 135.324.912 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 135.316.080 ordinárias e 8.832 preferenciais, conforme deliberado nas reuniões do conselho de administração realizadas em 8 de março de 2021 e 27 de abril de 2021.

Art. 2º Ratificar que o aumento do capital social em R$ 140.654.552,27 está dentro do limite do capital autorizado previsto no § 5º do artigo 5º do estatuto social.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

**PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 232, DE 23 DE JUNHO DE 2021**

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.607435/2021-28, resolve:

Art. 1º Aprovar a reforma e consolidação do estatuto social de SOMPO SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.383.493/0001-80, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

**PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 233, DE 23 DE JUNHO DE 2021**

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.600293/2021-78, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ALLIANZ BRASIL SEGURADORA S.A., CNPJ nº 32.357.481/0001-83, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 16 de junho de 2021:

I - tornar sem efeito as deliberações tomadas na assembleia geral extraordinária realizada em 6 de janeiro de 2021; e

II - ratificar que o capital social é de R$ 1.153.520.376,40, dividido em 1.060.778.409 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

**PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 234, DE 24 DE JUNHO DE 2021**

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.607968/2021-18, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 58.768.284/0001-40, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de março de 2021:

I - aumento do capital social em R$ 15.000.000,00, elevando-o para R$ 169.577.787,69, dividido em 6.347.471 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

**PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 235, DE 24 DE JUNHO DE 2021**

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.606004/2021-44, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S.A., CNPJ nº 10.793.428/0001-92, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 18 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

**PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 236, DE 25 DE JUNHO DE 2021**

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.608351/2021-10, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de ITAUSEG SEGURADORA S.A., CNPJ nº 29.741.030/0001-30, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2021:

I - eleição e destituição de administradores; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

**PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 237, DE 25 DE JUNHO DE 2021**

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.608364/2021-81, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos conselheiros e acionistas de ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 92.661.388/0001-90, com sede na cidade de São Paulo - SP, na reunião do conselho de administração e nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas em 31 de março de 2021:

I -eleição e destituição de administradores;

II - aumento do capital social em R$ 120.000.000,00, elevando-o para R$ 1.286.000.000,00, representado por 791.397.755 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

III - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

## SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

**PORTARIA Nº 487, DE 23 DE JUNHO DE 2021**

Autorizar o adicional de cotas de importação de insumos da empresa VENTTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições legais, considerando o disposto no Art. 11 da Resolução nº 204, de 06/08/2019,

CONSIDERANDO os termos do Parecer Técnico nº 114/2021-COAPI/CGAPI/SPR,

CONSIDERANDO o constante nos autos do processo nº 52710.004852/2021-04, resolve:

Art. 1º Autorizar o adicional de cotas de importação de insumos no valor de US$ 2,059,502.00 (dois milhões, cinquenta e nove mil, quinhentos e dois dólares norte-americanos) para o produto TORNOZELEIRA PARA MONITORAÇÃO DO SENTENCIADO, BASEADA EM TÉCNICA DIGITAL - Código Suframa 2135, aprovado pela Portaria nº 1006, de 10/12/2019, em nome da empresa VENTTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA., com inscrição SUFRAMA nº 200111752 e CNPJ nº 09.398.303/0001-89.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

**PORTARIA Nº 490, DE 24 DE JUNHO DE 2021**

Aprova o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ ATUALIZAÇÃO da empresa BOREO INDÚSTRIA DE COMPONENTES LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 06 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 9º, inciso III; os termos do Parecer de Engenharia nº 75/2021 - COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 67/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.003297/2021-95, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa BOREO INDÚSTRIA DE COMPONENTES LTDA. (CNPJ: 25.096.598/0001-95 e Inscrição SUFRAMA: 20.0162.67-5), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 75/2021 - COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 67/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de BATERIA RECARREGÁVEL PARA EQUIPAMENTO PORTÁTIL, USO EM INFORMÁTICA, código SUFRAMA 2006, recebendo os benefícios fiscais previstos no Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, conforme dita o § 1º do Art. 2º da Lei nº 8.387/91.

Art. 3º ESTABELECER para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

| Discriminação | Valor em US$ 1.00 | | |
|---|---|---|---|
| | 1º ANO | 2º ANO | 3º ANO |
| BATERIA RECARREGÁVEL PARA EQUIPAMENTO PORTÁTIL, USO EM INFORMÁTICA | 8,970,126 | 10,764,151 | 12,677,778 |

Art. 4º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 164, de 22 de junho de 2011;

II - o investimento anual em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no percentual mínimo exigido pelo § 3º do Art. 2º da Lei 8.387, de 30 de dezembro de 1991, sobre o faturamento bruto, deduzidos os tributos incidentes e demais reduções pertinentes previstas na lei, do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, cuja comercialização seja decorrente do mercado interno;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 06 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

**PORTARIA Nº 498, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO/ ATUALIZAÇÃO da empresa PLACIBRAS DA AMAZÔNIA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Inciso II do Art. 9º; os termos do Parecer de Engenharia nº 80/2021 - COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 79/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.000064/2021-31, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa PLACIBRAS DA AMAZÔNIA LTDA., CNPJ: 05.338.882/0002-02, Inscrição SUFRAMA: 20.0152.02-5, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 80/2021 - COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 79/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de PAPEL OU CARTÃO RECICLADO NÃO ONDULADO (NÃO CANELADO), código SUFRAMA 0912, CAIXA DE PAPEL RECICLADO PARA EMBALAGENS, código SUFRAMA 1657, e PAPEL OU CARTÃO, ONDULADOS (CANELADOS) - PRODUZIDO A PARTIR DE PAPEL RECICLADO, código SUFRAMA 0913, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Estabelecer para os produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

| Produto | ANO 1 | ANO 2 | ANO 3 |
|---|---|---|---|
| PAPEL OU CARTÃO RECICLADO NÃO ONDULADO (NÃO CANELADO) (*) | 3,905,260 | 791,000 | 854,280 |
| CAIXA DE PAPEL RECICLADO PARA EMBALAGENS | 175,208 | 210,249 | 252,299 |
| PAPEL OU CARTÃO, ONDULADOS (CANELADOS) - PRODUZIDO A PARTIR DE PAPEL RECICLADO | 152,640 | 178,588 | 230,435 |

4º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 204, de 13 de novembro de 2007;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

**PORTARIA Nº 499, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Autorizar o adicional de cota de importação de insumos de interesse da empresa SPECIALIZED BRASIL COMÉRCIO DE BICICLETAS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 11, da Resolução n° 204, de 06 de agosto de 2019, aprovada pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, e

CONSIDERANDO os termos do Parecer Técnico nº 99/2021- COAPI/CGAPI/SPR;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 52710.004100/2021-35, resolve:

Art. 1º Autorizar o adicional de cota de importação de insumos no valor de US$ 8,718,720.58 (oito milhões, setecentos e dezoito mil, setecentos e vinte dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e oito centavos) para o produto BICICLETA ELÉTRICA (CICLO-ELÉTRICO), código Suframa 2000, aprovado pela Portaria nº 385, de 28/05/2020, em nome da empresa SPECIALIZED BRASIL COMÉRCIO DE BICICLETAS LTDA., com Inscrição SUFRAMA nº 20.0199.08-0 e CNPJ nº 11.838.642/0001-80.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

**PORTARIA Nº 500, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ ATUALIZAÇÃO da empresa CERAS JOHNSON LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Inciso III do Art. 9º; os termos do Parecer de Engenharia nº 77/2021 - COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 69/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.002423/2021-94, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa CERAS JOHNSON LTDA., CNPJ: 33.122.466/0007-04, Inscrição SUFRAMA: 20.0109.40-5, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 77/2021 - COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 69/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de ODORIZADOR OU DESODORIZANTE DE AMBIENTE NA FORMA DE PASTILHAS IMPREGNADAS, GEL OU LÍQUIDO, código SUFRAMA 1740, e ODORIZADOR OU DESODORIZANTE DE AMBIENTE EMBALADO SOB PRESSÃO, código SUFRAMA 1741, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Estabelecer para o produto aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

| Produto | ANO 1 | ANO 2 | ANO 3 |
|---|---|---|---|
| ODORIZADOR OU DESODORIZANTE DE AMBIENTE NA FORMA DE PASTILHAS IMPREGNADAS, GEL OU LÍQUIDO | 715,010 | 786,511 | 904,488 |
| ODORIZADOR OU DESODORIZANTE DE AMBIENTE EMBALADO SOB PRESSÃO | 7,957,049 | 8,593,613 | 9,624,846 |

4º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTI nº 59, de 17 de novembro de 2020;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

**DESPACHOS**

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93 e considerando o contido na Resolução CAS nº 101/2019, de 29/07/2019, no Parecer Técnico nº 235/2020/COAPA/CGPRI/SPR, de 18/09/2020 (SEI nº 0834554), no Parecer nº 00014/2021/COJUR/PFSUFRAMA/PGF/AGU, de 01/03/2021 (SEI nº 0948554), na Nota Técnica nº 31/2021/COAPA/CGPRI/SPR, de 22/03/2021 (SEI nº 0961244), Nota Técnica nº 57/2021/COAPA/CGPRI/SPR, de 17/05/2021 (SEI nº 1005906), e Nota Técnica nº 59/2021/COAPA/CGPRI/SPR, de 28/05/2021 (SEI nº 1014508), além do cumprimento da Decisão n.º 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para Concessão de Direito Real de Uso do lote de terras nº 1.3/1, com área de 1.952,99 m², localizado na Av. Rodrigo Otávio, s/n - Bairro Crespo, à empresa COIMPA INDUSTRIAL LTDA., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único, do Decreto-lei nº 288/67, referente à ampliação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo administrativo nº 52710.003558/1973-00.

DOWER JERÔNIMO MORINI BORGES
Superintendente Adjunto de Projetos

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

Manaus - AM, 23 de junho de 2021.
ALGACIR ANTÔNIO POLSIN
Superintendente

## CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ATA Nº 705 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2021**

I Data, horário e local: 31 de maio de 2021, às 14h00 (quatorze horas), por videoconferência. (...) III Composição: Senhor ROGERIO RODRIGUES BIMBI, Presidente; Senhores ANDRÉ FERNANDES BERENGUER, CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ, Presidente do Comitê de Auditoria (COAUD), ISTVAN KAROLY KASZNAR, MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS e PEDRO DUARTE GUIMARÃES, Conselheiros; e Senhora MARIA RITA SERRANO, Conselheira representante dos empregados. (...) VII Os membros do Conselho de Administração apreciaram as matérias constantes da pauta, conforme a seguir: a) Dispõe sobre a eleição de Vice-Presidentes da Caixa Econômica Federal, no âmbito das Vice-Presidências Estratégia e Pessoas (VIEPE) e Logística e Operações (VILOP) (...) O Conselho elegeu para exercer o cargo de Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, como membro da Diretoria, a partir da data da posse, com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no ano de 2022, os seguintes empregados: 1) Antônio Carlos Ferreira de Sousa, brasileiro, economista, divorciado, nascido em Sobradinho/DF, data de nascimento 04/03/1967, CPF 373.494.651-49, Identidade 903728 SSP/DF, domiciliado no Setor Bancário Sul, Bloco A, Lotes 3/4, Edifício Sede Matriz I da CAIXA, Asa Sul, CEP 70.092-900, Brasília/DF, para a Vice-Presidência Estratégia e Pessoas (VIEPE); 2) Henriete Alexandra Sartori Bernabé, brasileira, economista, casada em regime de comunhão parcial de bens, nascida em Americana/SP, data de nascimento 06/03/1967, CPF 078.677.568-84, Identidade 185637814 SSP/SP, domiciliada no Setor Bancário Sul, Bloco A, Lotes 3/4, Edifício Sede Matriz I da CAIXA, Asa Sul, CEP 70.092-900, Brasília/DF, para a Vice-Presidência Logística e Operações (VILOP) (...) Aprovado, por unanimidade (...) VIII Encerramento: nada mais havendo a tratar, eu, Karla Cristina Gadelha Apolinário, Secretária Geral, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Conselheiros votantes. Assinaturas: Rogerio Rodrigues Bimbi, André Fernandes Berenguer, Carlos Roberto de Albuquerque Sá, Istvan Karoly Kasznar, Marcelo de Siqueira Freitas, Maria Rita Serrano e Pedro Duarte Guimarães. Este documento é parte transcrita do original. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o nº 1702885 em 28/06/2021.

## SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO FGTS

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FGTS - EXERCÍCIO 2020
## CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)

### 1 BALANÇO PATRIMONIAL

| Descrição | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| **Ativo** | | **565.694.065** | **536.023.492** | **570.319.982** | **541.006.231** |
| **Ativo Circulante** | | **79.670.634** | **80.717.805** | **105.997.262** | **98.224.223** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | **4** | **25.735.856** | **25.034.809** | **33.757.165** | **30.936.449** |
| **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** | **6** | **-** | **-** | **8.783.134** | **9.843.368** |
| Títulos e valores mobiliários | | - | - | 124.324 | 80 |
| Instrumento de patrimônio | | - | - | 8.637.598 | 9.843.288 |
| Outros ativos financeiros de natureza imobiliária | 11 | - | - | 21.212 | - |
| **Ativos financeiros ao custo amortizado** | **7** | **8.835.744** | **13.970.148** | **16.531.256** | **14.173.814** |
| Títulos e valores mobiliários | | 8.835.744 | 13.970.148 | 16.508.294 | 14.142.822 |
| Empréstimos e recebíveis | | - | - | 22.962 | 30.993 |
| **Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado** | **9** | **45.084.460** | **41.509.807** | **45.084.460** | **41.509.807** |
| Financiamentos setor público | | 41.690.319 | 37.556.088 | 41.690.319 | 37.556.088 |
| Financiamentos setor privado | | 3.394.141 | 3.953.719 | 3.394.141 | 3.953.719 |
| **Outros ativos de natureza imobiliária** | **11** | **-** | **-** | **357.182** | **356.132** |
| **Outros ativos circulantes** | **11** | **14.574** | **203.041** | **1.484.065** | **1.404.653** |
| **Ativo Não Circulante** | | **486.023.431** | **455.305.687** | **464.322.720** | **442.782.008** |
| **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** | **6** | **1.846.166** | **1.073.796** | **5.922.255** | **5.709.746** |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 1.846.166 | 1.073.796 | 1.846.166 | 1.073.796 |
| Outros ativos financeiros de natureza imobiliária | | - | - | 4.076.089 | 4.635.950 |
| **Ativos financeiros ao custo amortizado** | **7** | **96.195.932** | **85.484.427** | **96.268.456** | **93.154.469** |
| Títulos e valores mobiliários | | 96.195.932 | 85.484.427 | 96.195.932 | 93.154.469 |
| Outros ativos financeiros de natureza imobiliária | | - | - | 72.524 | - |
| **Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado** | | **361.329.419** | **342.954.838** | **361.329.419** | **342.954.838** |
| Financiamentos setor público | 9 | 350.830.828 | 332.518.864 | 350.830.828 | 332.518.864 |
| Financiamentos setor privado | 9 | 1.404.665 | 1.565.501 | 1.404.665 | 1.565.501 |
| Outros empréstimos e recebíveis | 10 | 9.093.925 | 8.870.473 | 9.093.925 | 8.870.473 |
| **Propriedades para investimento** | **11** | **-** | **-** | **428.100** | **456.715** |
| **Outros ativos não circulantes** | **11** | **193.788** | **187.821** | **202.502** | **187.821** |
| **Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto** | **5** | **26.458.126** | **25.604.805** | **171.988** | **318.419** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

| Descrição | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| **Passivo e Patrimônio Líquido** | | **565.694.065** | **536.023.492** | **570.319.982** | **541.006.231** |
| **Passivo Circulante** | | **452.560.025** | **423.992.583** | **452.659.356** | **424.460.885** |
| **Passivos financeiros ao custo amortizado** | | **452.232.297** | **423.557.007** | **452.331.628** | **424.025.309** |
| Depósitos vinculados do FGTS | 12 | 450.871.389 | 422.221.646 | 450.871.389 | 422.221.646 |
| Prêmio de opção de compra - POC | 13 | - | - | - | 23.885 |
| Obrigações diversas | 14 | 1.360.908 | 1.335.361 | 1.460.239 | 1.779.778 |
| **Provisões e contingências** | | **327.728** | **435.576** | **327.728** | **435.576** |
| Provisões diversas | 15 | 327.728 | 435.576 | 327.728 | 435.576 |
| **Passivo Não Circulante** | | **-** | **-** | **4.526.586** | **4.514.437** |
| **Passivos financeiros ao custo amortizado** | | **-** | **-** | **4.526.586** | **4.514.437** |
| Prêmio de opção de compra - POC | 13 | - | - | 4.514.245 | 4.514.144 |
| Adiantamentos de clientes e parceiros | | - | - | 12.341 | 293 |
| **Patrimônio Líquido** | **16** | **113.134.040** | **112.030.909** | **113.134.040** | **112.030.909** |
| Fundo conta geral | | 113.134.040 | 112.030.909 | 113.134.040 | 112.030.909 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### 2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

| Descrição | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| **Receitas Financeiras** | | **9.461.453** | **9.458.795** | **10.313.102** | **11.324.532** |
| Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado | 6 | 772.370 | 343.832 | 948.985 | 92.830 |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | 7 | 8.689.083 | 9.114.963 | 9.364.117 | 11.231.702 |
| **Despesas Financeiras** | | **(102.828)** | **-** | **(802.970)** | **(2.580.383)** |
| Perdas esperadas com ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (líquidos) | 8 | (102.828) | - | 328.325 | 244 |
| Ganhos/perdas com valor justo de ativos financeiros | 6 | - | - | (1.131.295) | (2.580.627) |
| **Receitas Financeiras Líquidas** | | **9.358.625** | **9.458.795** | **9.510.132** | **8.744.149** |
| **Receitas Operacionais** | | **21.006.988** | **26.608.002** | **21.217.053** | **27.075.929** |
| Rendas de caixa e equivalentes de caixa | 4 | 784.324 | 2.043.387 | 970.594 | 2.511.314 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Rendas financeiras de empréstimos e financiamentos | 9 | 20.002.579 | 18.950.179 | 20.002.579 | 18.950.179 |
| Contribuições sociais - LC nº 110/01 | 17 | 220.085 | 5.612.548 | 220.085 | 5.612.548 |
| Recuperação de despesa com ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (líquidos) | 8 | - | 1.888 | 23.795 | 1.888 |
| **Outras Receitas Operacionais** | | **3.683.234** | **2.607.456** | **2.759.637** | **2.624.508** |
| Rendas com imóveis e aluguéis | 11 | - | - | 2.382 | 197 |
| Receita de equivalência patrimonial | 5 | 1.251.746 | - | - | - |
| Receita de distribuição do resultado | | 1.736 | - | 89.065 | - |
| Recuperação de despesa | 15/20 | 874.855 | 902.986 | 874.855 | 903.024 |
| Reversão de valor recuperável de ativos permanentes | 5 | - | - | 11.421 | - |
| Outros ganhos/perdas a valor justo | | - | - | 214.806 | - |
| Demais rendas operacionais | 18 | 1.554.897 | 1.704.470 | 1.567.108 | 1.721.287 |
| **Receitas Operacionais Líquidas** | | **24.690.222** | **29.215.458** | **23.976.690** | **29.700.437** |
| **Total das Receitas** | | **34.048.847** | **38.674.253** | **33.486.822** | **38.444.586** |
| **Despesas Operacionais** | | **(23.897.136)** | **(26.076.206)** | **(23.991.537)** | **(26.352.313)** |
| Taxa de administração | 14 | (2.640.801) | (5.411.471) | (2.735.202) | (5.687.578) |
| Despesas administrativas | | (72.766) | (89.181) | (72.766) | (89.181) |
| Descontos concedidos | 20 | (8.209.966) | (7.897.800) | (8.209.966) | (7.897.800) |
| Despesas de depósitos vinculados | 12 | (12.973.603) | (12.677.754) | (12.973.603) | (12.677.754) |
| **Outras Despesas Operacionais e Administrativas** | | **(1.683.794)** | **(1.273.720)** | **(1.027.368)** | **(767.946)** |
| Devolução de contribuições sociais | 17 | (8.876) | (7.522) | (8.876) | (7.522) |
| Despesa de equivalência patrimonial | 5 | (731.476) | (1.178.792) | (47.975) | (48.902) |
| Redução ao valor recuperável de ativos permanentes | 5 | - | - | - | (184.027) |
| Outros ganhos/perdas a valor justo | | - | - | - | (186.665) |
| Outras despesas operacionais | 19 | (943.442) | (87.406) | (970.517) | (340.830) |
| **Despesas Operacionais Líquidas** | | **(25.580.930)** | **(27.349.926)** | **(25.018.905)** | **(27.120.259)** |
| **Total das Despesas** | | **(25.580.930)** | **(27.349.926)** | **(25.018.905)** | **(27.120.259)** |
| **Lucro Líquido do Exercício** | | **8.467.917** | **11.324.327** | **8.467.917** | **11.324.327** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### 3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| **Resultado Líquido do Exercício** | **8.467.917** | **11.324.327** | **8.467.917** | **11.324.327** |
| Outros Resultados não Realizados | - | - | - | - |
| Efeitos dos Impostos | - | - | - | - |
| **Total do Resultado Abrangente do Exercício** | **8.467.917** | **11.324.327** | **8.467.917** | **11.324.327** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### 4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| Eventos | Fundo conta geral |
|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | **106.815.803** |
| Resultado líquido do exercício | 11.324.327 |
| Distribuição do resultado | (6.109.221) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **112.030.909** |
| Resultado líquido do exercício | 8.467.917 |
| Distribuição do resultado (1) | (7.364.786) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **113.134.040** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### 5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| **Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais** | | | | |
| Recebimento de títulos e valores mobiliários ao valor justo | - | - | - | 153.192 |
| Recebimento de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado | 3.640.575 | 3.459.794 | 5.229.132 | 6.995.165 |
| Liberação de operações de crédito | (63.465.311) | (74.424.761) | (63.465.311) | (74.424.761) |
| Recebimento em operações de crédito | 60.712.740 | 61.409.153 | 60.712.740 | 61.409.153 |
| Pagamento de taxa de administração | (2.869.436) | (5.401.942) | (2.971.407) | (5.671.973) |
| Liberação/Devolução de descontos | (7.901.222) | - | (7.901.222) | - |
| Recebimento de Multa e demais encargos | (160.018) | - | (160.018) | - |
| Recebimento de juros e atualização monetária de caixa e equivalente de caixa | 785.834 | 2.063.791 | 971.091 | 2.521.472 |
| Demais pagamentos / recebimentos operacionais | 780.587 | 109.012 | 766.270 | 98.261 |
| | | | | |
| **Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades Operacionais** | **(8.476.251)** | **(12.784.953)** | **(6.818.725)** | **(8.919.491)** |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento** | | | | |
| Aplicação em títulos públicos federais | (51.850.944) | (9.358.130) | (51.850.944) | (9.358.130) |
| Recebimento de títulos públicos federais | 46.780.282 | 15.917.672 | 46.780.282 | 15.917.672 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Recebimento de remuneração de títulos públicos federais | 4.693.855 | 5.142.304 | 4.693.855 | 5.142.304 |
| Aplicação em títulos e valores mobiliários ao valor justo | - | - | (7.940) | (61.544) |
| Recebimento de títulos e valores mobiliários ao valor justo | - | - | 340.000 | 59.165 |
| Recebimento de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado | - | - | 4.471 | - |
| Aplicação em instrumentos de patrimônio ao valor justo | - | - | (474) | (203.165) |
| Recebimento de instrumentos de patrimônio ao valor justo | - | - | 108.028 | 2.978.411 |
| Recebimento de empréstimos e recebíveis ao custo amortizado | - | - | 10.036 | 64.343 |
| Aplicação em ativos financeiros de natureza imobiliária ao valor justo | - | - | (23.784) | (14.371) |
| Recebimento de instrumentos financeiros derivativos ao valor justo | - | - | - | 4.657 |
| Recebimento de outros ativos de natureza imobiliária | - | - | 115 | - |
| Recebimento de propriedades para investimento | - | - | 9.335 | 197 |
| Aplicação em investimentos permanentes | - | - | (2.525) | (1.688) |
| Recebimento de investimentos permanentes | 10.884 | 8.612.564 | 10.703 | 110.620 |
| Recebimento de juros e atualização monetária de caixa e equivalente de caixa | - | - | - | 2.549 |
| Demais pagamentos / recebimentos de investimento | - | - | 25.062 | 174.022 |
| | | | | |
| **Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades de Investimento** | **(365.923)** | **20.314.410** | **96.220** | **14.815.042** |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento** | | | | |
| Arrecadação Recebida em depósitos vinculados do FGTS | 163.878.448 | 150.941.980 | 163.878.448 | 150.941.980 |
| Recebimento de Recursos do PIS/PASEP - MP 946/2020 | 22.597.458 | - | 22.597.458 | - |
| Pagamento de Saques de depósitos vinculados do FGTS | (176.932.685) | (160.866.068) | (176.932.685) | (160.866.068) |
| Distribuição de rendimentos | - | - | - | (6.543) |
| Amortização de cotas | - | - | - | (9.173) |
| | | | | |
| **Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades de Financiamento** | **9.543.221** | **(9.924.088)** | **9.543.221** | **(9.939.804)** |
| | | | | |
| **Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **701.047** | **(2.394.631)** | **2.820.716** | **(4.044.253)** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período** | **25.034.809** | **27.429.440** | **30.936.449** | **34.980.702** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período** | **25.735.856** | **25.034.809** | **33.757.165** | **30.936.449** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

| Conciliação | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| **Resultado Líquido do período** | **8.467.917** | **11.324.327** | **8.467.917** | **11.324.327** |
| (-) Aumento nos ativos financeiros ao valor justo | (772.370) | (343.832) | 431.895 | 651.387 |
| (-) Aumento nos ativos financeiros a custo amortizado | (5.200.294) | (5.481.262) | (5.109.129) | (1.899.997) |
| (-) Aumento em empréstimos e financiamentos | (21.949.234) | (24.711.289) | (21.949.234) | (24.711.289) |
| (-) Aumento em outros ativos de natureza imobiliária | - | - | (1.165) | (41.605) |
| (-) Aumento em propriedades para investimento | - | - | 19.280 | 47.194 |
| (-) Aumento em investimentos em coligadas e controlados em conjunto | (864.205) | 1.178.792 | 138.253 | 228.579 |
| (-) Aumento (Redução) em outros créditos | 182.500 | (164.725) | (85.379) | 149.313 |
| (+) Aumento nos depósitos vinculados FGTS | 19.106.522 | 17.843.871 | 19.106.522 | 17.843.871 |
| (+) Prêmio de opção de compra | (0) | - | (23.784) | 53.249 |
| (+) Redução nas obrigações diversas | 25.547 | 73.506 | (307.492) | 110.670 |
| (+) Redução nas provisões e contingências | (107.848) | (6.395.120) | (107.848) | (6.395.120) |
| (+) Amortização de cotas | (7.364.786) | (6.109.221) | (7.364.785) | (6.112.682) |
| (+) Dividendos/ juros sobre capital próprio | - | - | (33.776) | (167.388) |
| **Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades Operacionais** | **(8.476.251)** | **(12.784.953)** | **(6.818.725)** | **(8.919.491)** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

### (A) INFORMAÇÕES GERAIS

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS" ou "Fundo") foi criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e atualmente é regido pela Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. Os recursos do FGTS provêm de contribuições mensais dos empregadores e outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações. As contribuições mensais correspondem a 8% (oito por cento) da remuneração base dos trabalhadores, depositadas em contas vinculadas e individualizadas com o objetivo de assegurar ao trabalhador a formação de um pecúlio relativo ao tempo de serviço em uma ou mais empresas para ampará-lo em caso de demissão, e a seus dependentes em caso de falecimento.

Também objetiva fomentar políticas públicas por meio de financiamento de programas de habitação popular, de saneamento básico, em infraestrutura urbana e em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, bem como às instituições que atuam e prol para pessoas com deficiência, e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), desde que as disponibilidades financeiras sejam mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e de remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda.

O depósito mensal do FGTS efetuado pelo empregador é individualizado em nome do trabalhador por meio de crédito em uma conta vinculada específica. O trabalhador tem uma conta vinculada para cada contrato de trabalho firmado com recolhimentos realizados pelo empregador. Os valores serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros da TR e capitalização de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano).

São incorporados ainda a esses saldos, na hipótese de despedida sem justa causa pelo empregador, a importância de 40% (quarenta por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, a título de multa rescisória. As contas vinculadas recebem, ainda, os créditos de distribuição do resultado positivo auferido pelo Fundo, conforme parágrafo 5º do artigo 13, da Lei 8.036/90, sendo que este crédito acrescido dos juros e atualização monetária, não integrará a base de cálculo para apuração do valor da multa rescisória.

Aos estoques de contas vinculadas foram incorporadas também, o patrimônio do Fundo PIS-PASEP, por meio da publicação da Medida Provisória nº 946, de 7 de abril de 2020, passando a integrar o patrimônio do FGTS em 31 de maio de 2020, e possuem os mesmos critérios aplicáveis às contas vinculadas do FGTS. Os saldos disponíveis em contas vinculadas individualizadas de origem do PIS-PASEP estão disponíveis para saque integral pelo titular ou, na falta deste, por seus dependentes ou beneficiários.

Conforme a Lei nº 8.036/90, art. 13 parágrafo 4º, o saldo das contas vinculadas é garantido pelo Governo Federal e são absolutamente impenhoráveis. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o FGTS apresentou o seguinte quantitativo e saldo de contas vinculadas:

| Descrição | 2020 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|
| | Quantidade milhares | Valor | Quantidade milhares | Valor |
| Contas ativas com saldo | 88.540 | 405.067.205 | 63.062 | 399.548.445 |
| Contas ativas - LC nº 110/01 | 4.239 | 3.489.533 | 2.350 | 3.429.661 |
| Contas PIS/PASEP | 10.771 | 22.655.376 | - | - |
| Contas inativas com saldo | 89.487 | 18.910.679 | 55.952 | 18.542.302 |
| Contas com saldo zerado | 660.634 | - | 700.117 | - |
| Variação monetária e juros a incorporar | - | 757.846 | - | 689.309 |
| Valores a desdobrar | - | (9.250) | - | 11.929 |
| **Total** | **853.671** | **450.871.389** | **821.481** | **422.221.646** |

A seguir apresenta-se a movimentação financeira das contas vinculadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

| Descrição | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Arrecadação Recebida** | **186.475.906** | **150.941.980** |
| Depósitos recebidos | 124.745.901 | 131.819.333 |
| Recebimento PIS/PASEP - MP 946/2020 | 22.597.458 | - |
| Recomposição de saques | 36.479.728 | 16.294.035 |
| Restituição FMP | 79.390 | 114.981 |
| Demais entradas de recursos | 2.573.429 | 2.713.631 |
| **Pagamento de Saques** | **(176.932.685)** | **(160.866.068)** |
| Saques efetuados | (178.156.770) | (162.046.314) |
| Devolução de valores | (102.287) | (119.954) |
| Cancelamento de Saques | 1.326.372 | 1.300.200 |
| **Arrecadação Líquida** | **9.543.221** | **(9.924.088)** |

Os saques dos valores das contas vinculadas ao FGTS, nas diversas modalidades previstas no Art. 20 da Lei nº 8.036/90, proporciona auxílio financeiro aos trabalhadores em momentos essenciais de sua vida, a exemplo dos valores utilizados para aquisição de moradia própria, sacados por motivo de rescisão sem justa causa, aposentadoria, para algumas modalidades de doença, casos de falecimento e, mais recentemente, o saque emergencial em razão do enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (COVID-19), o qual no período de 15/06/2020 a 31/12/2020, foi pago aos titulares de conta vinculada a importância de até R$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais), que totalizou R$ 24,2 bilhões para 31.7 milhões de trabalhadores.

Os saques se concentram-se em três principais modalidades:

| Descrição | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Demissão sem Justa Causa | 60,3% | 60,7% |
| Habitação | 13,9% | 16,3% |
| Aposentadoria | 10,2% | 13,2% |
| Saque-aniversário | 7,6% | - |
| Outras modalidades | 8,0% | 9,7% |
| **Total** | **100,0%** | **100,0%** |

## (B) ADMINISTRAÇÃO DO FGTS

O FGTS é regido e administrado pelo Conselho Curador do FGTS - CCFGTS, colegiado tripartite composto por entidades representativas dos trabalhadores, dos empregadores, além de órgãos e entidades governamentais. O CCFGTS é presidido pelo Ministro de Estado da Economia ou por representante por ele indicado. O colegiado constituído não faz jus a qualquer tipo de remuneração às expensas do FGTS.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA é o Agente Operador com mandato administrativo-operacional estabelecido no regulamento do Fundo. Em contrapartida, faz jus à remuneração mensal a título de Taxa de Administração, nos termos e parâmetros determinados pelo CCFGTS, conforme regulamenta na Lei 8.036/90.

Para fins de definição e pagamento da Taxa de Administração do FGTS devida ao Agente Operador e estabelecida em resolução do CCFGTS anualmente, utiliza-se como base a Carta de Serviços apresentada pelo Agente Operador ao Grupo de Apoio Permanente – GAP. O valor anual não é superior a 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) do valor total dos ativos do Fundo ao final do exercício anterior, conforme preconiza o disposto no parágrafo 8º, art. 5º da Lei nº 8.036/90. Para o exercício de 2020 a Resolução CCFGTS nº 956/20 fixou o valor de R$ 2.643 (dois bilhões, seiscentos e quarenta e três milhões de reais) pagos em parcelas mensais e proporcionais.

Os serviços a serem prestados pelo Agente Operador elencados na Carta de Serviços compreendem, dentre outros, a centralização dos recursos do FGTS, a manutenção e controle das contas vinculadas, dos procedimentos administrativos e operacionais da arrecadação dos depósitos e saque dos trabalhadores, a gestão e operacionalização das disponibilidades financeiras, dos investimentos no mercado de capitais e na carteira de empréstimos e recebíveis e, das disponibilidade financeiras, bem como a gestão contábil do FGTS, elaboração de peça orçamentária e a troca de informações gerenciais com as demais partes envolvidas na Administração do Fundo.

### (B.1.) ADMINISTRAÇÃO DAS CONTROLADAS

Pelos serviços de administração das controladas do FGTS, a CAIXA, na qualidade de "Administradora", aufere os seguintes valores a títulos de taxa de administração, fixada nos termos da Lei nº 8.036/90 e/ ou do regulamento de cada controlada:

i) Fundo de Investimento do FGTS – ("FI-FGTS") – 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio líquido deste fundo, deduzidas as disponibilidades - sobre estas incide 0,10% a.a. (um décimo por cento ao ano), a partir de 2020, conforme disposto na Lei nº 13.932/19. A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de performance;

ii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") – 0,20% a.a. (vinte décimos por cento ao ano) sobre a parcela do patrimônio líquido que represente os direitos creditórios efetivamente investidos neste fundo, sendo o pagamento mínimo mensal de R$ 10 (dez mil reais mensais).

iii) Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha ("FII-Porto Maravilha") – 1% a.a. (um por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio líquido do fundo;

iv) Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Desenvolvimento Imobiliário ("FII – Caixa Desenvolvimento Imobiliário") – 1% a.a. (um por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio líquido do fundo a título de taxa de administração; 0,04% a.a. (quatro centésimos por cento ao ano) sobre o patrimônio líquido do fundo, pela custódia e controladoria;

v) Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Convida SUAPE ("FII – Caixa Convida SUAPE") – 0,75% a.a. (setenta e cinco décimos por cento ao ano) sobre o patrimônio líquido do fundo; e

vi) Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Incorporação ("FII – Caixa Incorporação") – remuneração variável escalonada, variando de 0,7% a.a. (sete décimos por cento ao ano) a 0,6825% a.a. (seis mil, oitocentos e vinte e cinco décimos de milésimos por cento ao ano) a depender do valor do patrimônio do fundo.

## (C) RISCO DE CRÉDITO

Pelo regulamento do FGTS, as aplicações com recursos do FGTS serão realizadas, exclusivamente, segundo critérios fixados pelo CCFGTS, em consonância com suas políticas operacionais.

A Lei 8.036/90, no parágrafo 8º do art. 9º institui a União como garantidora do risco de crédito das aplicações efetuadas até 1º de junho de 2001, com recursos do FGTS, pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e pelas entidades credenciadas pelo Banco Central do Brasil como agentes financeiros, sub-rogando nas garantias prestadas à CAIXA.

O risco de crédito das operações realizadas a partir de 02 de junho de 2001, nas áreas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana passa a ser da CAIXA, na qualidade de agente operador do FGTS, conforme previstos no art. 9º parágrafo 1º da Lei 8.036/90. Para fazer frente a essa cobertura de risco de crédito, o agente operador fica autorizado a instituir percentual diferenciado de taxa de risco de crédito por tomador de taxa de risco de crédito, levando em consideração ao rating atribuído, limitado à cobrança de taxa de risco de 0,8% a.a. (oito décimos por cento ao ano) do valor da contratação.

O risco de crédito das operações realizadas com às entidades hospitalares filantrópicas e instituições que operam na área de pessoas com deficiências, sem fins lucrativos, que participam de forma suplementar ao Sistema Único de Saúde - SUS são dos agentes financeiros contratantes, mediante pagamento de taxa de risco de crédito acrescida à taxa de juros, a ser definida pelo CCFGTS, limitada a 3% a. a (três por cento ao ano).

## (D) GARANTIAS DOS INVESTIMENTOS

Nos termos do art. 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036/90, será garantida pela CAIXA, na qualidade de Agente Operador do FGTS, aos recursos alocados no FI-FGTS em cotas de titularidade do FGTS, remuneração aplicável às contas vinculadas, nos termos do art. 13º da citada lei, sendo seus valores apurados no momento do resgate total de cotas ou na liquidação do FI-FGTS.

Para os investimentos constantes no rol das Carteiras Administradas - CA do FGTS, como as cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII's), Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), debêntures e Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI's), será garantido pela CAIXA, na qualidade de "Agente Operador" o rendimento mínimo igual à atualização monetária das contas vinculadas acrescidas de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), mediante o recebimento por esta de taxa de risco de 1% (um por cento) sobre o total dos rendimentos auferidos pelo FGTS, nos termos da Resolução CCFGTS Nº 681/12.

## (E) GESTÃO DOS RECURSOS

A gestão dos recursos do FGTS é realizada por órgão do Poder Executivo, representado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, responsável pela política de habitação, e segue as normas e diretrizes estabelecidas pelo CCFGTS. Ao gestor da aplicação compete praticar todos os atos necessários a gestão da aplicação, expedir a normatização dos atos, elaborar os orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos, bem como acompanhar a execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana previsto no orçamento do FGTS e implementados pela CAIXA.

O agente operador é responsável pela operacionalização dos recursos, de acordo com as normas e diretrizes estabelecidas pelo CCFGTS. À CAIXA compete a centralização e manutenção dos recursos em contas vinculadas, sua operacionalização, expedir e normatizar os procedimentos administrativos e operacionais dos bancos depositários, agentes financeiros, empregadores e trabalhadores participantes do FGTS, a execução dos programas habitacionais, emissão de certificado de regularidade do FGTS e, ainda, elaborar as peças orçamentárias e as demonstrações contábeis do FGTS, dentre outros.

A alocação dos recursos centralizados segue os critérios definidos na regulamentação do FGTS, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal.

## (F) RESERVA TÉCNICA

O FGTS possui uma reserva técnica instituída inicialmente nos termos da Resolução CCFGTS nº 9, de 28 de fevereiro de 1990, alterada pela Resolução CCFGTS nº 702, de 4 de outubro de 2012, e posteriormente pela Resolução CCFGTS nº 980, de 3 de novembro de 2020, destinada ao atendimento de gastos eventuais não previstos.

A reserva técnica é constituída por aplicações em títulos públicos federais de médio e longo prazo, com vencimento em exercícios futuros, e seu valor deverá corresponder, no mínimo, ao valor dos saques das contas vinculadas ocorridos nos 3 (três) meses imediatamente anteriores, consolidados e em escala móvel. Não são considerados na base de cálculo, os valores de saques excepcionais cuja vigência tenha data legal estabelecida até o término do exercício seguinte, como por exemplo, o saque emergencial, de que trata a Lei nº 13.979/20.

## (G) SAQUES

Entre outras, os depósitos nas contas vinculadas poderão ser sacados nas seguintes situações:

i) Demissão sem justa causa;

ii) Rescisão por acordo;

iii) Término do contrato por prazo determinado;

iv) Extinção total da empresa e fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências;

v) Rescisão do contrato de trabalho, por motivo de culpa recíproca ou força maior;

vi) Aposentadoria concedida pela Previdência Social ou equivalente;

vii) Falecimento do trabalhador;

viii) Ser o trabalhador ou seu dependente portador do vírus HIV - SIDA/AIDS;

ix) Ser o trabalhador ou seu dependente acometido de neoplasia maligna;

x) Pagamento de parte das prestações e liquidação ou amortização do saldo devedor de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH;

xi) Pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria;

xii) Permanência do titular, por três anos ininterruptos, fora do regime do FGTS, para os contratos de trabalho extintos desde 14 de julho de 1990;

xiii) Suspensão total do trabalho avulso, por período igual ou superior a 90 dias;

xiv) Necessidade pessoal, em face da urgência e gravidade decorrente de desastre natural;

xv) Titular de conta vinculada com idade igual ou maior que 70 anos;

xvi) Encontrar-se o trabalhador ou seu dependente em estágio terminal de vida;

xvii) Compra de órtese e/ou prótese para trabalhadores com deficiência de natureza física ou sensorial (auditiva e visual), que produza efeitos pelo prazo mínimo de dois anos; e

xviii) Anualmente, no mês de aniversário do trabalhador, caso o trabalhador efetue essa opção, com valores que variam conforme o saldo das contas, inclusive por meio de alienação ou cessão fiduciária em favor de qualquer instituição financeira, do Sistema Financeiro Nacional.

xix) Conta com saldo inferior a R$ 80,00 (oitenta reais), quando não houver ocorrido depósitos ou saques por, no mínimo, 1 (um) ano.

xx) Saque das cotas PIS/PASEP incorporadas pelo FGTS em 2020.

### (H) TRIBUTAÇÃO

resultado obtido pelo FGTS está isento de tributação, com base na legislação vigente, devido à natureza de suas atividades.

## NOTA 2 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### (A) POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como as normas e procedimentos legais previstos para o FGTS.

O patrimônio líquido e o resultado consolidados atribuíveis ao controlador, constante nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado do controlador constante nas demonstrações contábeis individuais, ambos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não apresentam diferença, motivo pelo qual optou-se por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conjunto, lado a lado.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinados bens e direitos que tiveram seus valores mensurados reavaliados a valor justo no final de cada período do relatório, conforme especificado nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico corresponde ao valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços na data da aquisição.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a entidade leva em consideração suas características no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e divulgação nestas demonstrações contábeis consolidadas é determinado nessa base, exceto se divulgado de outra forma.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às mesmas informações utilizadas na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Fundos Governamentais e Loterias – CFGL em 28/06/2021.

### (B) CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração tem, na data de aprovação das demonstração contábeis, expectativa razoável de que o Fundo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa restar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim essas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

### (C) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do FGTS. Todos os valores apresentados neste documento estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo e estão arredondados de tal maneira que expressem precisamente os totais apresentados.

### (D) ADOÇÃO DE POLÍTICAS CONTÁBEIS NOVAS E REVISADAS

As políticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis consolidadas são equivalentes àquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas referente ao exercício encerrado em 31/12/2019. No exercício corrente as novas normas e interpretações publicadas não apresentaram disposição relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações contábeis.

## NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a apresentação e contabilização das informações e para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do grupo, sendo as seguintes:

### (A) BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas incluem o FGTS e as entidades sobre as quais, independente da natureza de seu envolvimento, possui direitos a retornos variáveis decorrente de seu envolvimento com essas entidades e o Fundo possui a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre estas entidades.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do controlador.

Os saldos e transações, que correspondem quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Fundo e suas controladas, assim como ganhos ou perdas oriundos de transações com as controladas e registrados por equivalência patrimonial, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

As entidades controladas objeto de consolidação, refere-se a entidades de Fundo de Investimentos Exclusivo constituídas com o objetivo de servir de extensão da política operacional do Fundo por meio de veículo próprio e estruturado de carteira diversificada, sendo o FGTS o único cotista. Dessa forma, não estão sendo apresentadas quaisquer participações de não controladores no balanço patrimonial como componente segregado do patrimônio.

As entidades consolidadas nas demonstrações contábeis do FGTS são: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Caixa RB Capital Habitação (FIDC Caixa RB Capital Habitação), Caixa Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FII Caixa Porto Maravilha), Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Desenvolvimento Imobiliário (FII Caixa Desenvolvimento Imobiliário), Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Incorporação (FII Caixa Incorporação), Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Convida Suape - FII (FII Caixa Convida Suape) e refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do FGTS e de suas controladas.

As demonstrações contábeis dos fundos de investimento são preparadas utilizando práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento conforme as normas e orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e, especificamente pela Instrução CVM nº 462/07 aplicada ao FI-FGTS, Instrução CVM nº 489/11 aplicada ao FIDC Caixa RB Capital Habitação e Instrução CVM nº 516/11 aplicada ao FII Caixa Porto Maravilha, FII Caixa Desenvolvimento Imobiliário, FII Caixa Incorporação e FII Caixa Convida Suape, e quando aplicável são realizados ajustes de práticas contábeis de acordo às Normas Brasileiras de Contabilidade para fins de equivalência patrimonial e consolidação.

As controladas indiretas são aquelas entidades nas quais o FGTS possui relacionamento por meio de suas controladas, os Fundos de Investimentos e detêm influência preponderante das políticas financeiras e/ ou operacionais, embora não detém esse controle de forma direta.

As entidades controladas indiretas não estão contempladas na consolidação dessas demonstrações contábeis, em consonância com os requisitos do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, dentro da prerrogativa que as controladoras dessas entidades são fundos de investimentos e avalia seu desempenho, substancialmente, com base no valor justo.

### (B) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos que são aplicadas às políticas contábeis são realizadas pela Administradora e possuem impacto significativo sobre os valores contábeis reportados de ativos e passivos que não são facilmente obtidos por outras fontes. A Administradora utilizada como base a experiência histórica e outros fatores relevantes ao elaborar as estimativas e respectivas premissas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas periodicamente, e os efeitos decorrente da revisão feita são reconhecidos no período em que são revisadas, se afetar apenas o período, ou no período da revisão e nos períodos seguintes, se afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Os principais julgamentos pela Administradora quanto às estimativas e premissas são relativos a: mensuração das provisões e passivos contingentes; provisão para perdas de créditos esperadas de instrumentos financeiros; mensuração a valor justo e processos de avaliação de instrumentos financeiros; mensuração de propriedades para investimentos; estimativas de vida útil de ativos não financeiros; avaliação do modelo de negócio; avaliação quanto ao aumento significativo no risco de crédito; avaliação quanto a redução ao valor recuperável de investimentos permanentes; dentre outras. Sendo assim os valores reais podem apresentar variações em relação às estimativas, tornando-os conhecidos somente por ocasião da sua liquidação.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes com base na expectativa que sejam realizados no decurso normal do ciclo operacional do FGTS. Os demais ativos e passivos que não se enquadram nesse critério são classificados como não circulantes. Os passivos referentes a depósitos vinculados do FGTS são classificados como circulantes com base na expectativa que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal e em função da disponibilidade dos recursos para seus depositários.

A demonstração de valor adicionado ("DVA") não está sendo apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis, por se tratar de informação financeira adicional e de uso não obrigatório para o FGTS, dentro do escopo do CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

### (C) APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas e despesas são registradas na apuração de seu fato gerador, segundo o regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem.

As receitas de juros e as despesas de taxas e tarifas são reconhecidas quando o valor, os custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados.

As receitas de juros são mensuradas com base na taxa efetiva de juros - TJE para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. A TJE é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. É estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e seu cálculo considera todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui quaisquer taxas ou custos incrementais diretamente atribuíveis ao instrumento que integram a taxa efetiva.

### (D) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Correspondem aos saldos de disponibilidade e aplicações financeiras com liquidez imediata remuneradas pela Taxa SELIC, mantidos com o objetivo de fazer frente às obrigações de curto prazo e com risco insignificante de mudança no seu valor de mercado.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são títulos de crédito com compromisso de revenda em data futura, com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação e prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data de contratação. As operações compromissadas são consideradas operações financeiras com garantia e lastro em títulos públicos federais e realizadas por meio de instituições financeiras do mercado.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentadas na Nota Explicativa 3.

**(E) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço consolidado quando o FGTS se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos. São inicialmente mensurados a valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros, exceto para aqueles instrumentos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado, são deduzidos ao valor justo dos ativos e passivos financeiros, quando aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado, ao valor justo no resultado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, dependendo da classificação atribuída dos ativos financeiros, estabelecida com base no modelo de negócio produzido pela Administração.

O modelo de negócio representa a maneira como a entidade gerencia seus ativos para atingir uma determinada estratégia de resultado, tendo essencialmente como objetivo: a) coletar fluxos de caixa contratuais (principal e juros); b) coletar fluxos de caixa contratuais e/ para vendê-los; e c) negociá-los ativamente (compra e venda no curto prazo).

Os instrumentos de dívida que atendem às condições de: a) modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e b) os termos do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamento de principal e juros, incidentes sobre o valor do principal em aberto, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

Os instrumentos de dívida que atendem às condições de: a) modelo de negócio cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e b) os termos do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamento de principal e juros, incidentes sobre o valor do principal em aberto, são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Quando o ativo financeiro não atende a nenhuma dessas condições são subsequentemente mensurados a valor justo por meio do resultado.

A entidade pode fazer ainda, como opção irrevogável, no reconhecimento inicial de investimentos em instrumentos de patrimônio, apresentar as variações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes, ou para àqueles investimentos em instrumentos de dívida que atenda aos critérios de classificação ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como mensurado ao valor justo por meio do resultado, se ao fazer isso eliminar ou reduzir um descasamento contábil.

A administração do FGTS avaliou, com base nos requisitos exigidos pela norma contábil, as características contratuais dos fluxos de caixa e o modelo de negócio de seus ativos financeiros, a fim de classificá-los na categoria correspondente.

**(F) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO**

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensuração a custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Representam nas demonstrações contábeis consolidadas as aplicações em instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e instrumentos financeiros derivativos, classificado ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócio definido pela Administração, adquiridos ou mantidos com a intenção de mantê-los para "negociação ativa", sendo seu valor de mercado, consideradas as garantias dadas, equivalente ao valor contábil.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são mensurados ao valor justo por meio do resultado no final de cada período do relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que ocorrem. Sendo que qualquer ganho ou perda líquida, incluindo dividendo ou juros auferido sobre o ativo financeiro está incluído como "Outros ganhos/perdas".

Os instrumentos de dívida classificados nesta categoria estão compostos por títulos públicos federais – TPF, cotas de fundos de investimentos e ações preferenciais. Os instrumentos de patrimônio constituem as ações de companhias abertas com cotação em bolsas, ações de companhias fechadas, participação em sociedade de propósito específico – SPE, cotas de fundos de investimentos e cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios. São classificados nesta categoria ainda todos os derivativos de crédito. O valor justo é determinado conforme descrito na sessão a seguir.

(F.1) MENSURAÇÃO A VALOR JUSTO

Para a apresentação das demonstrações contábeis, a Administradora estabelece procedimentos relacionados a mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros. Isso inclui as políticas e divulgações contábeis e as avaliações efetuadas por meio de avaliadores independentes, que não tem relação com o FGTS.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros no final dos períodos reportados compreendem o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo para ativos ou passivos financeiros a Administradora se utiliza de dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, que reflete o preço de transações recentes para instrumentos similares, ou na ausência deste, por meio de laudo de avaliação determinado por empresa independente. Se informações de terceiros, tais como cotação em corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar o valor justo, é efetuado uma análise sobre as evidências obtidas de terceiros, para suportar se tais avaliações atendem os requisitos da norma CPC 46 – Mensuração a Valor Justo, incluindo o nível de hierarquia classificado.

A classificação das mensurações do valor justo nos diferentes níveis de hierarquia de valor justo depende do grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para mensuração do valor justo. Os valores justos são classificados em níveis de hierarquia, baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

i) Nível 1 – são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

ii) Nível 2 – inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

iii) Nível 3 – são aquelas resultantes de técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

O FGTS reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

(F.2) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O FGTS utiliza instrumentos financeiros derivativos para mitigar exposições a riscos de taxas e retornos de determinados investimentos.

O CCFGTS por meio da Resolução n° 681, de 10 de janeiro de 2012 e alterações, regulamenta os termos e condições a serem observados na aquisição de investimentos, no rol das Carteiras Administradas do FGTS, efetuados pelo Agente Operador. Este instrumento legal estabelece que o Agente Operador assegurará ao Fundo, no conjunto dos investimentos realizados, o rendimento mínimo igual à atualização monetária das contas vinculadas, acrescido de juros nominais de 6% (seis por cento) ao ano. Para isso o Agente Operador fará jus a um percentual de 1% (um por cento) dos rendimentos auferidos pelo FGTS nos investimentos, a título de taxa de risco.

A Resolução CCFGTS nº 913/18 estabeleceu a forma de reconhecimento dessa garantia de rentabilidade mínima por meio de um instrumento financeiro derivativo, exclusivamente destinado à proteção da Carteira Administrada do FGTS, registrado no ativo em contrapartida ao resultado.

A cada período de reporte, o instrumento financeiro derivativo é reavaliado e mensurado, de acordo com técnicas de precificação geralmente aceitas e aplicáveis a instrumentos financeiros derivativos.

**(G) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A CUSTO AMORTIZADO**

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado antes do ajuste para qualquer provisão de perdas.

Representam nas demonstrações consolidadas os instrumentos de dívida, definidos pela Administração como gerenciados com o objetivo de recebimento dos fluxos de caixa contratuais de principal e juros, com base em seus modelos de negócio. Para essa definição, esses instrumentos financeiros foram submetidos ao teste de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) que aprovou a classificação e mensuração a custo amortizado.

Esses títulos de dívida são compostos por investimentos em títulos públicos federais - TPF, debêntures não conversíveis, certificados de recebíveis imobiliários, letras de crédito imobiliário, créditos securitizados CVS, certificado de recebíveis imobiliários, participação em Sociedade de Propósito Específico – SPE, direitos creditórios e demais instrumentos de dívida.

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento de dívida e alocar sua receita de juros ao período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados, incluindo todos os custos da transação, excluindo as perdas de crédito esperadas durante a vida estimada do instrumento financeiro.

As receitas de juros dos instrumentos de dívida, mensurados subsequentemente ao custo amortizado, são apropriadas pro rata die, observando o regime de competência, com base na taxa efetiva de juros correspondente à remuneração dos contratos e, registradas em conta de resultado incluída como receita financeira.

Para os instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do instrumento financeiro após o reconhecimento inicial.

**(H) PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS DE ATIVOS CLASSIFICADOS AO CUSTO AMORTIZADO**

O FGTS reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre os investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado. O valor das perdas esperadas é atualizado em cada data de relatório, para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

A metodologia de perda de crédito esperada apresentada nestas demonstrações contábeis consolidadas envolve o julgamento da Administração do FGTS, que considera nas estimativas e premissas, análises e projeções de fatores externos e internos, condições macroeconômicas, histórico de pagamentos, renegociações, avaliações de riscos da contraparte e garantias, para as definições de probabilidade de default e aumento significativo do risco de crédito.

Para a mensuração das perdas de crédito esperadas de todos os instrumentos financeiros é realizada análise ao final de cada período, a fim de identificar se houve alguma indicação de que os ativos, dentro do escopo, possam ter sofrido aumentos significativos no risco de crédito. Para isso, é levado em consideração a definição de perdas para 12 meses e para a vida inteira do contrato, com base no risco de inadimplência, probabilidade de default e alocação dos estágios.

A metodologia se baseia em (i) premissas para classificar se o instrumento financeiro apresenta ou não aumento significativo de risco de crédito; (ii) taxa efetiva para desconto da curva de amortização futuros; e (iii) estimativas de valor de cada garantia de instrumento para avaliar o valor não recuperável do instrumento dada a situação de default.

Para instrumentos financeiros que estiverem apresentado aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são mensuradas perdas de crédito esperadas correspondentes a vida inteira do ativo. Para os instrumentos financeiros sobre os quais o risco de crédito não apresentou piora desde o reconhecimento inicial, é mensurada a provisão para perdas em um valor correspondente a perdas de crédito para o período de 12 meses.

Os ativos financeiros do FGTS, sujeitos a tal metodologia, são: (i) Debêntures; (ii) Certificados de Recebíveis Imobiliários; e (iii) Letras de Crédito Imobiliário. Não estão sujeitos à aplicação da metodologia de perdas esperadas os Títulos Público Federais e o Créditos de Valores Securitizados do FGTS, uma vez que são garantidos pela União.

(H.1) AUMENTO SIGNIFICATIVO NO RISCO DE CRÉDITO

Para avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, a Administração compara o risco de inadimplência na data de reporte, levando em consideração, por exemplo, informações de rating atribuído ao tomador/operação e atrasos superiores a 30 dias ou critérios qualitativos. Sendo a classificação dos ratings atribuídas de forma interna, pela administração, ou externa, por agências especializadas, e a cada classe de risco de crédito, atribuído um percentual da probabilidade de default correspondente.

As percepções qualitativas sobre a situação do ativo que caracteriza um aumento significativo no risco de crédito, correspondem àquelas obtidas sem esforços e sem custos financeiros significativos pela Administração, e compreendem:

(i) Dificuldade financeira significativa do emissor ou mutuário;

(ii) Quebra de contrato, como por exemplo, inadimplência ou pagamentos vencidos;

(iii) O credor do devedor, por motivos econômicos ou contratuais relacionados à dificuldade financeira do devedor, dá ao devedor uma concessão que o credor, de outro modo, não consideraria;

(iv) Tornar-se provável que o devedor entrará em falência ou passará por outra reorganização financeira;

(v) O desaparecimento de mercado ativo para esse ativo financeiro, por causa de dificuldades financeiras; ou

(vi) Compra ou concessão de ativo financeiro com grande desconto, que reflita as perdas de crédito incorridas.

Após avaliação quanto a percepção de eventual aumento do risco de crédito, a Administração classifica os instrumentos financeiros em três estágios:

a. Estágio 1: ativos sem aumento significativo do risco de crédito, para o qual a mensuração de perda esperada considera apenas os próximos 12 meses.

b. Estágio 2: ativos com aumento significativo de risco de crédito, mesmo sem default, para o qual a mensuração de perda esperada considera a vida remanescente do contrato.

c. Estágio 3: ativos em *default*, sem perspectiva de reversão da situação no curto prazo, para o qual a mensuração de perda esperada considera a vida remanescente da dívida.

(H.2) DEFINIÇÃO DE INADIMPLÊNCIA E PROBABILIDADE DE *DEFAULT*

As condições do evento de inadimplência para fins de gestão de risco de crédito interno, uma vez que a experiência histórica indica que os ativos financeiros que atendem a esses critérios são em geral não recuperáveis são: a) descumprimento das obrigações financeiras *(covenants)* pelo devedor, e b) operações classificadas nos piores níveis de rating, ou sem nota de crédito, na data do relatório.

O *default* se consigna pela inexistência de pagamento ou descumprimento de cláusulas contratuais. A probabilidade de default é apurada com base em percentual estabelecido para cada categoria de rating apresentada e designada para as operações/ tomadores. Com essa classificação é possível prever a capacidade do devedor honrar a dívida dentro do prazo e condições contratuais.

(H.3) MENSURAÇÃO DA PROVISÃO DE PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

A Administração realiza análise dos instrumentos financeiros na data base, a fim de apurar os valores resultantes entre a diferença dos fluxos de caixa devidos com os fluxos de caixa esperados. A mensuração das perdas de crédito esperadas é uma função desta análise, que considera (i) a exposição ao risco de default (EAD); (ii) o percentual de exposição em caso de *default* (LGD); e (iii) a probabilidade de ocorrência do *default* (PD). A EAD é a exposição ao risco de *default*, ou seja, a posição atual do saldo devedor em determinada data-base. A LGD é o percentual que representa quanto do valor do ativo seria perdido em caso de *default*, apurado conforme descrito no item (j.1), que presume os fluxos de caixa esperado, ajustado a valor presente por meio da taxa efetiva de juros, descontado as garantias existentes em cada operação. A PD é a probabilidade de ocorrer *default* em um determinado período futuro.

Para o cálculo da perda esperada para cada ativo financeiro, multiplica-se as variáveis analisadas: a) valor de exposição do ativo dado o *default*; b) o percentual de exposição dado o *default*; e c) a probabilidade dado o *default*. Para os ativos financeiros que atendem aos critérios de inadimplência constante no item (j.2), e percebidos pela Administração como alto risco de crédito diante de quaisquer condições econômico-financeiras vigentes, os mesmo são classificados como 100% (cem por cento) do valor não recuperável na data base.

Os valores de provisão para perdas esperadas são registrados em conta redutora do ativo, em contrapartida com o resultado do período. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento da provisão para perdas esperadas do ativo financeiro em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite provisionado, assim como, a perda for confirmada, o ativo é desreconhecido.

(H.4) BAIXA DE ATIVOS FINANCEIROS

Para o ativo financeiro que apresenta condição de *default* na data de reporte, e que com base na análise da Administração é identificado que o devedor está com graves problemas financeiros e não há perspectivas realistas de recuperação, por exemplo, quando o devedor está em processo de liquidação judicial ou declarou falência, ou para contratos vencidos a mais de dois anos, o ativo financeiro é baixado, mesmo se estiver sujeito a processo de execução ou quaisquer procedimentos de recuperação. Qualquer valor recuperado é reconhecido no resultado em que o evento ocorrer.

**(I) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS**

Os ativos mensurados nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo custo histórico, deduzido do custo da transação, e avaliados subsequentemente, com base no modelo de negócio definido, ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados pelo regime de competência, somado ao principal em cada período em contrapartida ao resultado do período em rendas de financiamentos.

Os empréstimos e financiamentos são compostos por operações de crédito de:

i) Financiamentos habitacionais remunerados pela TR mais juros médios anuais de 5,02% a.a. (cinco inteiros e dois centésimos por cento ao ano) (agentes financeiros) e 4,90% a.a. (quatro inteiros e nove décimos por cento ao ano) (FAR);

ii) Financiamentos para saneamento básico remunerados pela TR mais juros médios anuais de 5,56% a.a. (cinco inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento ao ano);

iii) Financiamentos para infraestrutura urbana remunerados pela TR mais juros médios anuais de 5,79% a.a. (cinco inteiros e setenta e nove centésimos por cento ao ano);

iv) Refinanciamento nos termos da Lei nº 8.727/93 remunerados pela TR mais juros médios anuais de 3,49% a.a. (três inteiros e quarenta e nove por cento ao ano) (habitação) e 4,85% a.a. (quatro inteiros e oitenta e cinco por cento ao ano) (saneamento);

v) Cessão de direitos creditórios remunerados pela TR mais juros médios anuais de 3,08% a.a. (três inteiros e oito centésimos por cento ao ano);

vi) Financiamento a entidades hospitalares filantrópicas e instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência e sem fins lucrativo, remunerados pela TR mais juros anuais de 6,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano).

vii) Garantias do FCVS a receber remunerados pela TR mais juros anuais de 3,12% a.a. (três inteiros e doze centésimos por cento ao ano), de contratos originados com recursos do FGTS e, 6,17% a.a. (seis inteiros e dezessete centésimos por cento ao ano) de contratos originados com recursos do SBPE.

As garantias das operações com o FCVS a receber representa os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo. Tais créditos não possuem um prazo de realização definido, pois estão atrelados ao processo de novação, cuja conclusão se dará pela emissão de títulos CVS pelo Tesouro Nacional, sendo os estágios desse processo representados na Nota 10.

O Risco de Crédito para as operações efetuadas até 1º de junho de 2001 é da União, e para as operações realizadas a partir 02 de junho de 2001 é da CAIXA, na qualidade de agente operador do FGTS, conforme Lei 8.036/90.

O risco de crédito dos financiamentos com as entidades filantrópicas e instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência ficará a cargo dos agentes financeiros participantes, conforme Lei nº 13.778/18, sendo estes, a CAIXA, o Banco do Brasil e o BNDES.

Dessa forma, as garantias oferecidas pela União e pelo Agente Operador eliminam a exposição de possíveis perdas inerentes às operações de crédito, impactando na constituição de perdas esperadas. Considerando que ambos os Entes são classificados como risco soberano, nenhuma provisão para perdas esperadas referentes às operações de crédito está sendo constituída pelo FGTS.

**(J) INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E EMPREENDIMENTO CONTROLADOS EM CONJUNTO**

Para o FGTS, controlador único dos Fundos de Investimentos FI-FGTS, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e demais Fundos de Investimentos Imobiliários – FII's, conforme descriminados na nota 2 (a), são entidades constituídas sob a forma de condomínio, aberto ou fechado, destinados a investimentos em construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos em infraestrutura nos setores de: rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroportos (FI-FGTS) e operações que possuam lastro nas áreas de Habitação e operações urbanas consorciadas (FIDC e FII's).

Estes Fundos, controlados pelo FGTS na qualidade de cotista exclusivo, estão sendo apresentados nestas demonstrações contábeis como investimentos classificados como permanentes. Os resultados e os ativos e passivos desses Fundos são incorporados pelo método de equivalência patrimonial com base nos valores de suas cotas de fechamento no patrimônio líquido de cada fundo. De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas, coligadas e controle conjunto, é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo, e ajustado subsequentemente de forma a reconhecer a participação do FGTS no resultado da controlada.

Para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada a investimentos em controladas, coligadas ou controladas em conjunto, são aplicados os requisitos do CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Quando necessário o valor contábil do investimento é submetido ao teste de redução ao valor recuperável como um único ativo, comparando seu valor recuperável com seu valor contábil. As perdas ou reversão dessas perdas ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do período.

Os investimentos indiretos de natureza permanente, por meio destas controladas do FGTS, com relação de controle, controle conjunto ou coligadas são compostos por aplicações em fundos de investimentos (FIDC e FIP) e cotas de ações de Sociedade de Propósito Específico (SPE) com e sem cotação em bolsa de valores, conforme discriminados na Nota 5.

Dos instrumentos de patrimônio de propriedade do FI-FGTS, as cotas de fundos de investimentos são avaliadas pelo valor da cota de fechamento divulgada pela administradora dos respectivos fundos, desde que substancialmente represente o valor justo, e caso contrário, são ajustadas para refletir tal valor. As ações de companhias abertas são avaliadas com base na última cotação de fechamento divulgada pela Bolsa de Valores. As ações sem cotação são avaliadas a valor justo, determinado por meio de laudo de avaliação emitido por empresa especializada. E, as ações preferenciais, são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos, e ajustados ao valor recuperável.

O investimento em cotas de ações, detido pelo FII – Desenvolvimento Imobiliário, é classificadas como instrumento de patrimônio e é sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidas, inicialmente, pelo seu valor de custo de aquisição, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio na aquisição de investimentos à época da aquisição, em consonância com o CPC 18 – Investimentos em Coligada, em Controlada e Empreendimentos Controlados em Conjunto.

As cotas de ações preferenciais de SPE do FII Convida Suape não possuem cotação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado e estão sendo mensuradas a valor justo, determinado através de laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

As cotas de ações de SPE, mantidas pelo FII Caixa Incorporação, são, em parte classificadas como instrumento de dívida, cujos rendimentos são apropriados de acordo com parâmetros de rentabilidade definidos em Acordo de Cotistas. Anualmente a Administração realiza a contratação de consultoria especializada para avaliação das sociedades de propósito específico com e sem retorno preferencial definido. A forma de apreçamento considera eventuais ajustes de provisões para perdas por redução ao valor recuperável, sempre que houver evidência de redução de valore recuperável do investimento. A outra parte é classificada como instrumento de patrimônio, e avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, de forma que o valor do investimento é apurado mediante aplicação do percentual de participação do Fundo na SPE, sobre o valor do patrimônio líquido, com efeitos nas demonstrações do resultado do exercício.

As cotas de ações em SPE de propriedade do FII – Porto Maravilha, classificadas como investimento permanente, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, registradas inicialmente ao custo, e ajustadas subsequentemente pelas mudanças no valor da participação societária, deduzidas por provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

**(K) PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS**

As propriedades para investimento são propriedades para obter rendas com aluguéis e/ ou valorização do capital, incluindo as imobilizações em andamento para tal propósito. As propriedades para investimentos do Fundo são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após seu reconhecimento inicial as propriedades são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens para fins de ganho de aluguel ou apreciação do capital são registrados como propriedades para investimentos e mensurados utilizando o método de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de variações no valor justo são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem.

As propriedades para investimentos apresentadas no balanço consolidado compreendem os empreendimentos em construção (MDL Empreendimentos Porto Vista e TSP Empreendimentos Aqwa Corporate Torre II) e imóveis acabados (Edifício Aqwa Corporate Torre I), localizados na cidade do Rio de Janeiro – RJ, de propriedade do FII Porto Maravilha.

**(L) OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES**

Representam os valores a receber do Tesouro Nacional referentes às operações de crédito com Liquidandas e Repassadoras, conforme estabelecida na Lei nº 6.024/74, remunerados à TR mais juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano) decorrentes de financiamentos habitacionais anteriores a 1º de junho de 2001, cujo risco de crédito é da União.

Apesar desses ativos estarem sobre o aval de risco de crédito garantido pela União, em 2016 o Conselho Curador do FGTS emitiu a Resolução CCFGTS nº 831/2016 autorizando a provisão de perdas dos créditos referentes ao agente MINASCAIXA, além das exigibilidades dos juros correspondentes, em razão de evidências que apontam alto grau de incerteza quanto ao recebimento desse ativo junto à União, uma vez que esta estabelece diversos ritos a serem seguidos pela Administradora para a assunção do risco de crédito.

Para os demais ativos financeiros deste grupo, nenhuma provisão de perdas está sendo constituída pelos motivos já expostos acima. Todos os ativos elencados nesse grupo são classificados como não circulantes, pois não há, até o momento, expectativa de realização nos próximos 12 meses.

**(M) DEPÓSITOS VINCULADOS DO FGTS**

Compostos por recolhimentos realizados pelos empregadores à alíquota de 8% (oito por cento) da remuneração bruta dos trabalhadores, com contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Os depósitos são remunerados pela TR mais juros anuais de 3% a.a. (três por cento ao ano), reconhecidos como despesas no resultado do período.

Os depósitos vinculados representam a constituição de um funding relativo ao tempo de serviço para o trabalhador, relativo ao tempo de serviço, que fará jus aos recursos nos termos e condições legais, estabelecidas na regulamentação, que dispõe sobre a época e certeza de sua movimentação.

Resguardando sua natureza e disposições legais, os depósitos não apresentam vencimento definido uma vez que as condições para o saque são disciplinadas pela Lei, não possuindo o FGTS o poder incondicional de recusar ou adiar sua liquidação e, por isso, essas obrigações são mantidas, essencialmente, no passivo circulante.

**(N) CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA**

De acordo com o regulamento do FGTS os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 07 (sete) do mês subsequente, em conta vinculada ao empregado, o correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga ou devida no mês anterior, incluídas as demais remunerações, respondendo por este a incidência de acréscimos legais apurados com base na TR do período, acrescido de juros de mora de 0,05% a.m. (cinco centésimos por cento ao ano) ao mês e multas, quando do não recolhimento.

As contribuições ao FGTS constituem um direito do trabalhador a reserva vinculada, em contrapartida a uma obrigação do empregador para sua constituição. Esta reserva é constituída pelos depósitos efetuados na rede arrecadadora, não correspondendo obrigações do Fundo por contribuições devidas e não recolhidas.

A Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, regulamenta a fiscalização, apuração e cobrança judicial das contribuições e multas devidas ao FGTS, representação judicial e extrajudicial, inscrição em dívida ativa e, estabelece as prerrogativas para sua operacionalização, de competência do Ministério da Economia, CAIXA e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Os créditos de contribuições pendentes de recolhimento, em processo administrativo, inscritos em dívida ativa da União ou em condição de parcelamento, não estão contabilizados no patrimônio do Fundo, dado o carácter contingente desses créditos, o grau de incerteza dos reais benefícios econômicos futuros gerados, seus valores e à época dependendo de eventos futuros e incertos, somada às disposições legais para a constituição dos depósitos vinculados, visto que o FGTS não configura pólo ativo ou passivo, oriundos por direitos e obrigações de trabalhadores e empregadores, das contribuições devidas e não efetivadas.

**(O) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS**

As provisões são reconhecidas quando a entidade possui uma obrigação presente, legal ou presumida, resultante de evento passado, que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando existe a probabilidade de movimentação dos recursos, que somente venham a se confirmar em acontecimentos futuros, pela ocorrência de um ou mais eventos que não estejam sobre o controle do FGTS. É mensurada com base na experiência histórica e a análise é realizada de forma consistente com a utilização de bases confiáveis para determinação das estimativas.

**(P) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Fundo Conta Geral é constituído pelo resultado líquido apurado até o exercício de 2015, acrescido da parte do resultado não distribuído anualmente, após a distribuição de percentual do valor do resultado positivo auferido pelo FGTS, mediante crédito nas contas vinculadas, conforme estipulado no seu regulamento, incluído pela Lei nº 13.446, de 25 de maio de 2017.

**(Q) DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO**

O Conselho Curador define, após a divulgação do resultado positivo auferido em cada exercício, o montante do resultado que será distribuído a todas as contas vinculadas que apresentem saldo positivo em 31 de dezembro do exercício-base do resultado, de forma proporcional ao saldo existente em cada conta vinculada. A distribuição será efetivada até o dia 31 de agosto do ano seguinte ao exercício de apuração, conforme estabelece o regulamento do FGTS.

## NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

**(A) COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| **Depósito Bancário** | **3.611.790** | **3.739.504** | **3.611.828** | **3.739.558** |
| **Operações compromissadas[1]** | **22.124.066** | **21.295.305** | **30.145.337** | **27.196.891** |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | 21.295.305 | - | 21.295.305 |
| Letras do Tesouro Nacional | 22.124.066 | - | 22.960.800 | 5.799.945 |
| Notas do Tesouro Nacional | - | - | 7.184.537 | 101.641 |
| **Total** | **25.735.856** | **25.034.809** | **33.757.165** | **30.936.449** |

[1] Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

**(B) RENDAS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| **Rendas de depósito remunerado** | **197.351** | **366.599** | **197.351** | **366.599** |
| **Rendas de operações compromissadas** | **586.973** | **1.676.788** | **773.243** | **2.144.715** |
| Letras Financeiras do Tesouro | 21.764 | 30.933 | 29.788 | 31.545 |
| Letras do Tesouro Nacional | 151.743 | 72.198 | 270.166 | 173.794 |
| Notas do Tesouro Nacional | 413.466 | 1.573.657 | 473.289 | 1.939.376 |
| **Total** | **784.324** | **2.043.387** | **970.594** | **2.511.314** |

## NOTA 5 – INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

São entidades em que o FGTS detém, de forma direta ou indireta, o controle ou controle compartilhado, são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo, incluindo o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada, se aplicável.

| Descrição | Grau de Relacionamento | Quantidade de ações/cotas | Participação |
|---|---|---|---|
| **Fundos investidos** | | | |
| FI-FGTS | Controle direto | 12.427.081.289 | 100,00% |
| FIDC RB Habitação | Controle direto | 394 | 100,00% |
| FII Convida SUAPE | Controle direto | 180 | 100,00% |
| FII Desenvolvimento Imobiliário | Controle direto | 297 | 100,00% |
| FII Caixa Incorporação | Controle direto | 467 | 100,00% |
| FII Porto Maravilha | Controle direto | 4.735.662.339 | 100,00% |
| **Sociedades de Propósito Específicos - SPE** | | | |
| Convida Suape S.A. | Controle conjunto | 41.374 | 49,00% |
| Karagounis Participações S.A. | Controle conjunto | 576 | 80,00% |
| Sipavale | Controle indireto | 41.092.745 | 99.99% |
| Colors Home Art | Controle indireto | 13.761.715 | 99.99% |
| Viva Tucurui | Controle indireto | 39.448.227 | 99.99% |
| Tiner | Controle indireto | 99.999 | 99.99% |
| Ecopark | Controle indireto | 26.912.470 | 99.99% |
| Leste Maravilha | Controle indireto | 35.306.366 | 99,99% |

**(A) COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| FI-FGTS | 25.436.516 | 24.317.850 | - | - |
| FIDC RB Habitação | 37.441 | 55.814 | - | - |
| FII Convida SUAPE | 116.342 | 116.989 | - | - |
| FII Desenvolvimento Imobiliário | 7.497 | 15.116 | - | - |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| FII Caixa Incorporação | 316.343 | 309.878 | - | - |
| FII Porto Maravilha | 543.988 | 789.158 | - | - |
| Sociedades de Propósito Específicos - SPE | - | - | 412.018 | 538.211 |
| Ágio da aquisição de SPEs | - | - | 59.500 | 59.500 |
| Provisão para Perdas (-) | - | - | (299.530) | (279.292) |
| **Total** | **26.458.126** | **25.604.805** | **171.988** | **318.419** |

**(B) MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

| Descrição | 2019 | Reajustamento | Aplicação / Resgates | Equivalência patrimonial | Equivalência patrimonial | Provisão p/ perdas | Taxa de Risco e Taxa de Estruturação | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FI-FGTS | 24.317.850 | - | - | 1.118.666 | - | - | - | 25.436.516 |
| FIDC RB Habitação | 55.814 | - | (9.795) | (8.482) | - | (95) | (95) | 37.442 |
| FII Convida SUAPE | 116.989 | - | (1.089) | 999 | - | (556) | (556) | 116.342 |
| FII Desenvolvimento Imobiliário | 15.116 | - | - | (33.053) | - | 35.433 | 25.433 | 7.496 |
| FII Caixa Incorporação | 309.878 | - | - | 6.155 | - | 310 | 310 | 316.343 |
| FII Porto Maravilha | 789.158 | - | - | (562.279) | - | 317.108 | 317.108 | 543.987 |
| **Total Controladora** | **25.604.805** | **-** | **(10.884)** | **522.006** | **-** | **342.200** | **342.200** | **26.458.126** |
| Sociedades de Propósito Específicos - SPE | 318.419 | (109.877) | - | (47.975) | 11.421 | - | - | 171.988 |
| **Total Consolidado** | **318.419** | **(109.877)** | **-** | **(47.975)** | **11.421** | **-** | **-** | **171.988** |

**(C) DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS**

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| FI-FGTS | 1.118.666 | 542.453 | - | - |
| FIDC RB Habitação | (8.482) | (2.013) | - | - |
| FII Convida SUAPE | 999 | 3.633 | - | - |
| FII Desenvolvimento Imobiliário | (33.053) | (212.878) | - | - |
| FII Caixa Incorporação | 6.155 | (7.683) | - | - |
| FII Porto Maravilha | (562.279) | (1.502.304) | - | - |
| Sociedades de Propósito Específicos - SPE | - | - | (47.975) | (48.902) |
| **Total** | **522.006** | **(1.178.792)** | **(47.975)** | **(48.902)** |

**(D) FI-FGTS**

Foi instituído pela Lei nº 11.491/07 destinado a investimentos construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroportos, de acordo com as diretrizes, critérios e condições dispostas na Resolução nº 530/07, do CCFGTS.

A aprovação dos seus investimentos é de responsabilidade do Comitê de Investimentos, colegiado constituído pelo CCFGTS, que tem por finalidade, dentre outras, deliberar sobre os investimentos e desinvestimentos do FI-FGTS. Os ativos que compõe a carteira do FI-FGTS estão distribuídos entre instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundos de investimentos imobiliário, cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios, cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O FI-FGTS teve suas demonstrações financeiras emitidas em 20 de maio de 2021. O relatório dos auditores independentes apresentou as seguintes ênfases aqui transcritas:

"Ênfase:

(a) Incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional de companhias investidas

Chamamos a atenção para as Notas 4, 5 e 6, que mencionam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 das companhias investidas, por meio de ações e/ ou debêntures, Odebrecht TransPort S.A., Energimp S.A., MDCPAR S.A., Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A., Hidrotérmica S.A. e Brasilterm Participações S.A.; e da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A – INVEPAR, companhia investida do Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que correspondem a 2,03% do patrimônio líquido do Fundo, contêm seção de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessas companhias investidas. Nossa opinião não está ressalvada sobre este assunto.

(b) Investigação em andamento em companhias investidas

Chamamos a atenção para as Notas 4, 5 e 6, que mencionam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 das companhias investidas, por meio de ações ou debêntures, Hidrotérmica S.A., Santo Antônio Energia S.A. e Brasilterm Participações S.A.; e da Madeira Energia S.A., companhia investida do Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia, que correspondem a 16,72% do patrimônio líquido do Fundo, contêm ênfase em relação às investigações e/ou outras medidas legais por autoridades em andamento, como detalhado nas referidas notas explicativas. Nossa opinião não está ressalvada sobre este assunto.

**(E) FIDC**

O FIDC Caixa RB Capital Habitação, investimento com participação exclusiva do FGTS, foi constituído sob a forma de condomínio fechado, aprovado pela Resolução CVM n° 2.842/09, com prazo de duração determinado, regido por regulamento próprio e pelas disposições legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, destinado a aplicação em direitos creditórios de natureza imobiliária.

O FIDC teve suas demonstrações financeiras emitidas em 13 de abril de 2021. O relatório dos auditores independentes apresentou as seguintes ressalva e ênfase aqui transcritas:

Ressalva:

"Provisão por redução no valor de recuperação

Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 5 às demonstrações contábeis, o Fundo detém direitos creditórios vencidos, na modalidade de Cédulas de Créditos Imobiliários emitidos pela Santa Mônica Empreendimentos e Participações SPE Ltda., as quais somadas montam em R$ 33.249 mil, sendo que para estes créditos foi registrado perdas estimadas para redução no valor de recuperação o montante de R$ 10.287 mil. Estão em andamento tratativas no sentido de recuperação destes créditos, tratativas estas ainda não concluídas até o encerramento de nosso exame. Não nos foi possível concluir, através de procedimentos alternativos de auditoria, sobre a consecução das tratativas e seus impactos sobre as perdas registradas. Como consequência, não nos foi possível determinar os efeitos desta limitação sobre as demonstrações contábeis do Fundo findas em 31 de dezembro de 2020.

Ênfase – Resultado na alienação de Imóvel

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o Fundo manteve registrado imóvel recebido em dação de pagamento pelo montante de R$ 18.515 mil, valor determinado por escudo econômico-financeiro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, através da aprovação do Comitê de Investimento, o Fundo alienou esse imóvel pelo montante de R$ 9.335 mil, apurando um prejuízo de R$ 9.180 mil. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto."

**(F) FII – CAIXA CONVIDA SUAPE**

O Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Convida SUAPE foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, regido por regulamento próprio, pela Lei nº 8.668/93, pela Instrução CVM nº 472/08 e por demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O Fundo tem por objetivo investimentos em ativos imobiliários e ativos financeiros, observado o disposto em seu regulamento, na legislação e regulamentação aplicável expedida pela CVM.

O FII Caixa Convida SUAPE teve suas demonstrações financeiras emitidas em 30 de abril de 2021. O relatório dos auditores independentes apresentou o seguinte item aqui transcrito:

"Conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 5 às demonstrações financeiras, o Fundo investe indiretamente em projeto imobiliário por meio de participação societária na Convida Suape S.A. ("Companhia"), o qual encontra-se com suas atividades paralisadas e seus acionistas discutem sua descontinuidade, com potencial desinvestimento mediante mecanismos de proteção. Até a conclusão de nossas análises, não houve definição em relação a esse assunto, e portanto, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**(G) FII – CAIXA DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO**

O Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Desenvolvimento Imobiliário foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, regido por regulamento próprio, pela Lei nº 8.668/93, pela Instrução CVM nº 472/08 e por demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Em AGC realizada em 16 de dezembro de 2020 o prazo de duração do Fundo foi prorrogado até 31 de outubro de 2021.

O Fundo tem por objetivo a aplicação, direta ou indiretamente, em ativos imobiliários, sendo suas cotas custodiadas no mercado secundário através do SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

O FII Caixa Desenvolvimento Imobiliário teve suas demonstrações financeiras emitidas em 08 de abril de 2021. O relatório dos auditores independentes apresentou os seguintes itens aqui transcritos:

"Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 e 19 às demonstrações contábeis, que trata do prazo de duração do Fundo, prorrogado para 31 de outubro de 2021, e sobre a insuficiência de recursos para a liquidação de seus passivos no circulante. As demonstrações contábeis da Karagounis Participações S.A ("Companhia"), findas em 31 de dezembro de 2020 foram por nós auditada e o nosso relatório, emitido em 26 de março de 2021, contém parágrafo de incerteza relevante relacionada a continuidade operacional da Companhia, devido as negociações com o Ministério Público do Rio Grande do Sul e Município de Porto Alegre, no âmbito da ação Civil Pública. As demonstrações contábeis do Fundo não consideram eventuais efeitos da descontinuidade de suas atividades. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Ênfase: Investimento em companhia fechada

2. Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, que descreve as premissas e critérios de avaliação econômica e financeira do investimento do Fundo na Karagounis Participações S.A ("Companhia") para determinação do valor recuperável (impairment) e seus respectivos registros contábeis, as quais, caso não se materializem, o valor registrado desta avaliação poderá ser significativamente diferente daquele estimado em 31 de dezembro de 2020, quando de sua efetiva realização. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto."

### (H) FII – CAIXA INCORPORAÇÃO

O Caixa Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Incorporação foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, regido por regulamento próprio, pela Lei nº 8.668/93, pela Instrução CVM nº 472/08 e por demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O Fundo tem por objeto investir na realização de empreendimentos imobiliários residenciais, de unidades enquadradas nas regras do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, de acordo com o disposto no regulamento e na Resolução CCFGTS nº 578/08 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O FII- Caixa Incorporação teve suas demonstrações financeiras emitidas em 14 de maio de 2021. O relatório dos auditores independentes apresentou a ênfase abaixo transcrita:

"Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

Conforme nota explicativa n° 5c às demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020, o Fundo detém investimentos na Colors Home Art SPE Empreendimentos Imobiliários e Sipavale Empreendimentos Imobiliários ("Companhias Investidas"), cujas demonstrações contábeis das Companhias Investidas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentam situação de incerteza relevante relacionada a suas respectivas continuidades operacionais, dependendo da ocorrência de eventos e condições para o sucesso do seu plano de recuperação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto".

### (I) FII – PORTO MARAVILHA

O Caixa Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, regido por regulamento próprio, pela Lei nº 8.668/93, pela Instrução CVM nº 472/08 e por demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O Fundo tem por objeto a viabilização da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro ("OUCPRJ"), criada pela Lei Complementar nº 101/9 do município do Rio de Janeiro, com a finalidade de promover a reestruturação urbana da Área de Especial Interesse Urbanístico ("AEIU"), por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto do município do Rio de Janeiro, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e a sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região, com ampliação do seu patrimônio, exclusivamente, no âmbito da OUCPRJ, inclusive de forma a gerar os recursos necessários ao pagamento das contraprestações devidas em função dos serviços e obras a serem implementadas na AEIU por meio da parceria público-privada no âmbito da Operação Urbana Consorciada, objeto do Edital de Licitação para Concorrência Pública nº 001/2010 e seus anexos, especialmente o Contrato de Parceria Público-Privada ("PPP") na modalidade Concessão Administrativa.

Os investimentos consistem na realização de operações imobiliárias, com aquisição de bens e direitos no âmbito da OUCPRJ, imóveis, direitos reais sobre bens imóveis e Certificados de Potencial Adicional de Construção ("CEPAC"), investimentos em ações e cotas de sociedades cujo propósito de investimento seja o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários na AEIU.

O FII- Porto Maravilha teve suas demonstrações financeiras emitidas em 10 de maio de 2021. O relatório dos auditores independentes apresentou os seguintes itens abaixo transcritos:

"Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1, o Fundo declarou, previamente ao início das Etapas 6, em meio de maio de 2016, Etapa 7, em maio de 2018 e Etapa 8, em maio de 2019 e Etapa 9, em 29 de abril de 2020 estar em situação de iliquidez ao Fundo de Investimento Imobiliário da Região do Porto ("FII Região do Porto") e à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro ("CDURP"), devido ao baixo volume de negociações de ativos, vinculação de Certificado de Potencial Adicional de Construção ("CEPAC") e geração de caixa. Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2020, o fundo possui o montante de R$ 4.514.245 mil de Prêmio de Opção de Compra ("POC") a liquidar junto ao FII Região do Porto, oriundos da aquisição de CEPAC em leilão público para a continuidade dos serviços e obras relacionadas a melhoria de infraestrutura da Região do Porto Maravilha. Em julho de 2020, o Fundo iniciou o processo judicial com o objetivo de revisão de termos e condições da operação na região do Porto Maravilha. Consequentemente, as incertezas relacionadas às obrigações do Fundo referentes ao Prêmio de Opção de Compra e à realização dos ativos imobiliários pelos valores estimados, dependem do desfecho do processo judicial, e da continuidade e finalização das obras de infraestrutura e da retomada do mercado imobiliário, respectivamente. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Investigação do Ministério Público Federal

Conforme detalhado nas notas explicativas nº 1 e 12, o Fundo foi estruturado com o objetivo da viabilização da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro ("OUCPRJ"), com a finalidade de promover a reestruturação urbana da Área de Especial Interesse Urbanístico ("AEIU"), no entanto, por meio da colaboração premiada, um ex-executivo da Caixa Econômica Federal relatou um esquema de corrupção e pagamento de propina na liberação de recursos destinados à viabilização da OUCPRJ. Neste momento não é possível, para o Fundo, estimar de forma confiável os possíveis desdobramentos futuros do processo de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras do Fundo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

## NOTA 6 – ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

### (A) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| **Títulos e Valores Mobiliários** | **-** | **-** | **124.324** | **80** |
| Ações cotadas e não cotadas | - | - | 109.790 | - |
| Fundo de Investimento | - | - | 14.534 | 80 |
| **Instrumento de Patrimônio** | **-** | **-** | **8.637.598** | **9.843.288** |
| Ações Cotadas e não cotadas | - | - | 6.904.316 | 7.993.321 |
| Fundo de Investimento | - | - | 1.733.282 | 1.849.967 |
| **Instrumento Financeiro Derivativo** | **1.846.166** | **1.073.796** | **1.846.166** | **1.073.796** |
| **Outros ativos financeiros de natureza imobiliária** | **-** | **-** | **4.097.301** | **4.635.950** |
| CEPAC | - | - | 4.097.301 | 4.635.950 |
| **Total** | **1.846.166** | **1.073.796** | **14.705.389** | **15.553.114** |
| **Circulante** | **-** | **-** | **8.783.134** | **9.843.368** |
| **Não Circulante** | **1.846.166** | **1.073.796** | **5.922.255** | **5.709.746** |

### (B) HIERARQUIA DE VALOR JUSTO

| Descrição | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| **Instrumento Financeiro Derivativo** | **-** | **-** | **1.846.166** | **1.846.166** |
| **Total Controladora** | **-** | **-** | **1.846.166** | **1.846.166** |
| **Títulos e Valores Mobiliários** | **-** | **-** | **124.324** | **124.324** |
| **Ações cotadas e não cotadas** | **-** | **-** | **109.790** | **109.790** |
| Hidrotérmica S.A. | - | - | 109.790 | 109.790 |
| **Fundos de Investimento** | **-** | **-** | **14.534** | **14.534** |
| Itaú Soberano Renda Fixa Simples LP FICFI | - | - | 9.343 | 9.343 |
| Fundo de Investimento BRL Referenciado DI Longo Prazo | - | - | 5.191 | 5.191 |
| **Instrumento de Patrimônio** | **952.559** | **-** | **7.685.039** | **8.637.598** |
| **Ações Cotadas e não cotadas** | **952.559** | **-** | **5.951.757** | **6.904.316** |
| BRK Ambiental Participações Saneamento S.A. | - | - | 2.691.570 | 2.691.570 |
| VLI S.A. | - | - | 2.473.034 | 2.473.034 |
| Cone S.A. | - | - | 325.277 | 325.277 |
| Brado Logística e Participações S.A. | - | - | 212.175 | 212.175 |
| Foz do Rio Claro Energia S.A. | - | - | 97.099 | 97.099 |
| MDCPar S.A. | - | - | 55.353 | 55.353 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A. | - | - | 49.783 | 49.783 |
| Ijui Energia S.A. | - | - | 47.466 | 47.466 |
| Alupar Investimentos S.A. | 952.559 | - | - | 952.559 |
| **Fundos de Investimento** | **-** | **-** | **1.733.282** | **1.733.282** |
| Fundo de Investimento Imobiliário Região do Porto | - | - | 76 | 76 |
| Fundo de Investimento em Direitors Creditótios NP IV Oeste SN2 | - | - | 701.476 | 701.476 |
| Fundo de Investimento em Direitors Creditótios IV Energisa Centro Oeste | - | - | 644.339 | 644.339 |
| Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia | - | - | 218.113 | 218.113 |
| Yosemite Fundo de Investimento Participações Multiestrategia | - | - | 169.278 | 169.278 |
| **Outros ativos financeiros de natureza imobiliária** | **-** | **-** | **4.097.301** | **4.097.301** |
| **CEPAC** | **-** | **-** | **4.097.301** | **4.097.301** |
| CEPAC | - | - | 4.097.301 | 4.097.301 |
| **Total Consolidado** | **952.559** | **-** | **13.752.830** | **14.705.389** |

**(C) MOVIMENTAÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**

| Descrição | 2019 | Reajustamento | Aplicação / Resgates | Variações do valor justo | Resgate a liquidar | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Instrumento FInanceiro Derivativo** | **1.073.796** | **-** | **-** | **772.370** | **-** | **1.846.166** |
| **Total Controladora** | **1.073.796** | **-** | **-** | **772.370** | **-** | **1.846.166** |
| **Títulos e Valores Mobiliários** | **80** | **1.479.759** | **(332.060)** | **(860.455)** | **(163.000)** | **124.324** |
| CRI | - | - | - | - | - | - |
| LCI | - | - | - | - | - | - |
| Ações cotadas e não cotadas | - | 1.473.340 | (340.000) | (860.550) | (163.000) | 109.790 |
| Fundos de Investimento | 80 | 6.419 | 7.940 | 95 | - | 14.534 |
| **Instrumento de Patrimônio** | **9.843.288** | **(1.479.759)** | **(107.554)** | **381.623** | **-** | **8.637.598** |
| Ações Cotadas e não cotadas | 7.993.321 | (1.473.340) | - | 384.335 | - | 6.904.316 |
| Fundos de Investimentos | 1.849.967 | (6.419) | (107.554) | (2.712) | - | 1.733.282 |
| **Instrumento Financeiro Derivativo** | **1.073.796** | **-** | **-** | **772.370** | **-** | **1.846.166** |
| **Outros ativos financeiros de natureza imobiliário** | **4.635.950** | **-** | **-** | **(558.649)** | **-** | **4.097.301** |
| CEPAC | 4.635.950 | - | - | (538.649) | - | 4.097.301 |
| **Total Consolidado** | **15.553.114** | **-** | **(439.614)** | **(246.111)** | **(163.000)** | |

**(D) COMPOSIÇÃO DOS RENDIMENTOS**

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| **Títulos e Valores Mobiliários** | **-** | **-** | **95** | **3.520** |
| CRI | - | - | - | 1.647 |
| LCI | - | - | - | 1.870 |
| Fundos de Investimento | - | - | 95 | 3 |
| **Instrumento de Patrimônio** | **-** | **-** | **176.520** | **993.713** |
| Ações Cotadas e não cotadas | - | - | - | 900.133 |
| Fundos de Investimento | - | - | 176.520 | 93.580 |
| **Instrumento Financeiro Derivativo** | **772.370** | **343.832** | **772.370** | **343.806** |
| **Outros ativos financeiros de natureza imobiliária** | **-** | **-** | **-** | **(1.248.209)** |
| CEPAC | - | - | - | (1.248.209) |
| **(-) Ajuste a Valor Justo** | **-** | **-** | **(1.131.295)** | **(2.580.627)** |
| **Total** | **772.370** | **343.832** | **(182.310)** | **(2.487.797)** |

**(E) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se às garantias prestadas pelo Agente operador, conforme definidas na Resolução CCFGTS nº 913/18, no conjunto dos investimentos composto pela carteira administrada, rendimento mínimo igual à atualização monetária das contas vinculadas acrescida de juros nominais de 6% a. a. (seis por cento ao ano). No exercício de 2020 o derivativo monta R$ 1.846.166 (2019 – R$ 1.073.796), apresentando um resultado positivo no período de R$ 772.370 (2019 – R$343.832).

**(F) CEPAC - CERTIFICADOS DE POTENCIAL ADICIONAL DE CONSTRUÇÃO**

Os CEPAC que compõem a carteira do FII Porto Maravilha são atualizados anualmente de forma a refletir o seu valor justo. A avaliação relativa ao exercício de 2020 foi feita pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, empresa especializada independente. A avaliação considera a média ponderada dos valores mínimos para os CEPAC que viabilizem empreendimentos residenciais e não residenciais em cada um dos setores/ subsetores da OUCPRJ, considerando premissas orientadas pelo cenário de mercado atual.

A avaliação apresentou o seguinte valor individual para os 5.386.149 títulos CEPAC existentes em 31 de dezembro de 2020 – R$ 760,71 (2019 – 860,72) e não possuem prazo de vencimento determinado. Em dezembro de 2020 foi firmado contrato de compromisso pelo Fundo para a venda de 27.884 títulos, no valor de R$ 21.212.

## NOTA 7 – ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

O FGTS efetua aplicações com a intenção e capacidade financeira para mantê-los até seus respectivos vencimentos, com base no modelo de negócio definido pela Administração e seus fluxos de caixa contratuais possuem característica de somente pagamento de principal e juros. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, incluído dos custos de transação identificados na data da negociação e, avaliados, subsequentemente, ao custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros identificada para as operações.

As aplicações nesta categoria estão compostas por operações com lastro nas áreas de habitação, saneamento básico, infraestrutura urbana e operações urbanas consorciadas, lançadas por empresas públicas ou privadas, incorporadoras e cooperativas habitacionais, sociedade de propósito específico (SPE's) e entidades afins, respeitadas as áreas de atuação das entidades, em consonância com a política de aplicação do FGTS.

**(A) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

| Descrição | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Investimento | Perdas Esperadas | 31/12/2020 | Investimento | Perdas Esperadas | 31/12/2020 |
| **Títulos e Valores Mobiliários** | **105.134.504** | **(102.828)** | **105.031.676** | **114.524.775** | **(1.820.549)** | **112.704.226** |
| Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI | 4.662.055 | (305) | 4.661.750 | 4.662.055 | (305) | 4.661.750 |
| Créditos Securitizados - CVS | 1.276.219 | - | 1.276.219 | 1.276.219 | - | 1.276.219 |
| Debêntures | 2.194.310 | (102.483) | 2.091.827 | 11.584.581 | (1.820.204) | 9.764.377 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Letras de Crédito Imobiliário - LCI | 607.620 | (40) | 607.580 | 607.620 | (40) | 607.580 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 14.615.575 | - | 14.615.575 | - | - | - |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | 81.778.725 | - | 81.778.725 | 96.394.300 | - | 96.394.300 |
| **Empréstimos e recebíveis** | **-** | **-** | **-** | **56.307** | **(33.345)** | **22.962** |
| Direitos Creditórios | - | - | - | 56.307 | (33.345) | 22.962 |
| **Outros ativos financeiros de natureza imobiliária** | **-** | **-** | **-** | **91.102** | **(18.578)** | **72.524** |
| SPE | - | - | - | 91.102 | (18.578) | 72.524 |
| **Total** | **105.134.504** | **(102.828)** | **105.031.676** | **114.672.184** | **(1.872.472)** | **112.799.712** |
| **Circulante** | **8.938.572** | **(102.828)** | **8.835.744** | **18.385.150** | **(1.853.894)** | **16.531.256** |
| **Não Circulante** | **96.195.932** | **-** | **96.195.932** | **96.287.034** | **(18.578)** | **96.268.456** |

| Descrição | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Investimento | Perdas Esperadas | 31/12/2019 | Investimento | Perdas Esperadas | 31/12/2019 |
| **Títulos e Valores Mobiliários** | **99.458.183** | **(3.608)** | **99.454.575** | **107.786.668** | **(489.378)** | **107.297.290** |
| Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI | 6.837.476 | - | 6.837.476 | 6.837.476 | - | 6.837.476 |
| Créditos Securitizados - CVS | 1.411.490 | - | 1.411.490 | 1.411.490 | - | 1.411.490 |
| Debêntures | 2.539.690 | (3.608) | 2.536.082 | 10.868.175 | (489.378) | 10.378.797 |
| Letras de Crédito Imobiliário - LCI | 708.877 | - | 708.877 | 708.877 | - | 708.877 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 16.927.362 | - | 16.927.362 | 16.927.362 | - | 16.927.362 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | 71.033.288 | - | 71.033.288 | 71.033.288 | - | 71.033.288 |
| **Empréstimos e recebíveis** | **-** | **-** | **-** | **62.507** | **(31.514)** | **30.993** |
| Direitos Creditórios | - | - | - | 62.507 | (31.514) | 30.993 |
| **Total** | **99.458.183** | **(3.608)** | **99.454.575** | **107.849.175** | **(520.892)** | **107.328.283** |
| **Circulante** | **13.973.756** | **(3.608)** | **13.970.148** | **14.208.937** | **(35.122)** | **14.173.815** |
| **Não Circulante** | **85.484.427** | **-** | **85.484.427** | **93.640.239** | **(485.770)** | **93.154.469** |

**(B) DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS**

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| **Títulos e Valores Mobiliários** | **8.689.083** | **9.114.963** | **9.349.308** | **11.226.312** |
| Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI | 374.970 | 531.978 | 374.970 | 531.978 |
| Créditos Securitizados - CVS | 42.264 | 47.984 | 42.264 | 47.984 |
| Debêntures | 167.349 | 207.625 | 827.574 | 2.318.974 |
| Letras de Crédito Imobiliário - LCI | 47.656 | 55.088 | 47.656 | 55.088 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 1.049.670 | 1.084.554 | 1.049.670 | 1.084.554 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | 7.007.174 | 7.187.734 | 7.007.174 | 7.187.734 |
| **Empréstimos e recebíveis** | **-** | **-** | **3.836** | **5.390** |
| Direitos Creditórios | - | - | 3.836 | 5.390 |
| **Outros ativos financeiros de natureza imobiliária** | **-** | **-** | **10.973** | **-** |
| SPE | - | - | 10.973 | |
| **Total** | **8.689.083** | **9.114.963** | **9.364.117** | **11.231.702** |

**(C) MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

| Descrição | 2019 | Reajustamento | Aplicação / Resgates | Rendimentos | Reclassificação de valores a receber | Novação | Aumento/ redução de impairment | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CRI | 6.837.476 | - | (2.550.391) | 374.970 | - | - | (305) | 4.661.750 |
| CVS | 1.411.490 | - | (245.193) | 42.264 | - | 67.658 | - | 1.276.219 |
| Debêntures | 2.536.082 | - | (696.078) | 167.349 | 186.956 | - | (102.483) | 2.091.826 |
| LCI | 708.878 | - | (148.914) | 47.656 | - | - | (40) | 607.580 |
| LTN | 16.927.362 | - | (3.361.457) | 1.049.670 | - | - | - | 14.615.575 |
| NTN | 71.033.287 | - | 3.738.265 | 7.007.174 | - | - | - | 81.778.726 |
| **Total Controladora** | **99.454.575** | **-** | **(3.263.768)** | **8.689.083** | **186.956** | **67.658** | **(102.828)** | **105.031.676** |
| CRI | 6.837.476 | - | (2.550.391) | 374.970 | - | - | (305) | 4.661.750 |
| CVS | 1.411.490 | - | (245.193) | 42.264 | - | 67.658 | - | 1.276.219 |
| Debêntures | 10.378.797 | 17.995 | (2.284.635) | 1.077.066 | 186.956 | - | 388.197 | 9.764.376 |
| LCI | 708.878 | - | (148.914) | 47.656 | - | - | (40) | 607.580 |
| LTN | 16.927.362 | - | (3.361.457) | 1.049.670 | - | - | - | 14.615.575 |
| NTN | 71.033.287 | - | 3.738.265 | 7.007.174 | - | - | - | 81.778.726 |
| Direitos Creditórios | 95.336 | - | - | 3.836 | - | - | (1.831) | 97.341 |
| SPE | - | 71.823 | (4.471) | 10.973 | - | - | (5.801) | 72.524 |
| **Total Consolidado** | **107.392.626** | **89.818** | **(4.856.796)** | **9.613.609** | **186.956** | **67.658** | **380.220** | **112.874.091** |

**(D) CVS – CRÉDITOS SECURITIZADOS**

Os créditos securitizados são formados por Títulos Públicos - CVS recebidos dos agentes financeiros no âmbito do processo de securitização e os decorrentes das novações de créditos cedidos (Nota 10). Os títulos CVS - séries A e C rendem TR + 6,17% a. a. (seis inteiros e dezessete centésimos por cento ao ano), e os de séries B e D rendem TR + 3,12% a. a. (três inteiros e doze centésimos por cento ao ano), emitidos em 1º de janeiro de 1997, a serem resgatados em 30 (trinta) anos.

| Descrição | Controladora/Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| CVS - Série A | 45.663 | 52.795 |
| CVS - Série B | 1.160.949 | 1.277.648 |
| CVS - Série C | 617 | 718 |
| CVS - Série D | 68.990 | 80.329 |
| **Total** | **1.276.219** | **1.411.490** |

**(E) SEGREGAÇÃO POR PRAZOS**

| Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Até 1 Ano** | **de 1 a 5 Anos** | **de 5 a 10 Anos** | **Acima de 10 Anos** | **Valor Contábil 2020** |
| **Títulos Públicos Federais** | **7.830.545** | **63.854.032** | **24.709.723** | **-** | **96.394.300** |
| LTN | - | 17.014.762 | - | - | 17.014.762 |
| NTN | 7.830.545 | 46.839.270 | 24.709.723 | - | 79.379.538 |
| **CVS – Créd. Securitizados** | **209.922** | **839.053** | **227.244** | **-** | **1.276.219** |
| **Certificados de recebíveis - CRI** | **579.823** | **2.041.398** | **1.692.016** | **348.818** | **4.662.055** |
| **Letras de Crédito Imobiliário - LCI** | **97.292** | **405.123** | **105.205** | **-** | **607.620** |
| **Debêntures (iv)** | **220.990** | **1.126.051** | **833.112** | **14.157** | **2.194.310** |
| **Total** | **8.938.572** | **68.265.657** | **27.567.300** | **362.975** | **105.134.504** |

## NOTA 8 – PERDAS DE CRÉDITO ESPERADA DE ATIVOS FINANCEIROS

Para fins de avaliação das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa dos investimentos financeiros em certificados de recebíveis imobiliários – CRI e das letras de crédito imobiliária – LCI, foram considerados como tendo risco de crédito baixo, uma vez que, a contraparte possui classificação nos níveis de rating entre "AAA" a "A+", os títulos da carteira são, em sua totalidade, constituídos por créditos imobiliários que possuem lastro em imóveis performados, isto é, imóveis concluídos, e são instituídos pelo regime fiduciário onde os créditos são excluídos do patrimônio comum da companhia, passando a constituir patrimônio separado, sem alcance no caso de falência da securitizadora, além das garantias reais adicionais firmadas nos termos de escritura. Portanto, para fins de avaliação e mensuração das perdas estimadas desses ativos financeiros, a provisão para perdas é mensurada a um valor equivalente a perdas do período de 12 meses.

Quanto aos investimentos em debêntures, a análise demonstrou, tanto títulos como tendo risco de crédito baixo, referente àquelas emissões adimplidas ou com atrasos pontuais não superiores a 30 dias e operações/tomadores classificados dentro do intervalo de rating de "AAA" a "C-", para as quais a avaliação da provisão para perdas esperadas é mensurada a um valor equivalente a perdas do período de 12 meses, como também títulos considerados com aumento significativo no risco de crédito, desde o reconhecimento inicial, devido, principalmente, aos níveis de classificação de rating dentro do intervalo de "D+" até "F", somado a fatores qualitativos referente a situação atual da concessionária identificado, que ocasionaram, inclusive, deterioração do rating, mesmo sem default aparente. Sendo que, para estes títulos a avaliação da provisão de perdas esperadas foi mensurada considerando todo o prazo remanescente do contrato.

Foi analisado ainda, no rol dos investimentos em debêntures do Grupo, títulos em emissão com situação de default, sem perspectiva de reversão da situação no curto prazo, classificadas nos níveis de rating dentro do intervalo de "G" a "H" ou sem rating atribuído, somado aos indícios de dificuldade financeira apresentada pela concessionária, incluindo as honras e garantias, para os quais a avaliação e mensuração de perdas considerou o saldo remanescente do contrato, considerando que o ativos com rating "H" ou sem rating constitui 100% do seu valor classificado como não recuperável.

Ao determinar as perdas de crédito esperada a Administração leva em consideração também, a experiência de inadimplência histórica, a situação financeira das contrapartes, bem como as perspectivas futuras dos setores nos quais os emissores atuam, considerando fontes internas e externas de informações econômicas reais e projetadas, conforme aplicável, ao estimar a probabilidade de inadimplência de cada um desses ativos financeiros, dentro do horizonte de tempo da avaliação, bem como a perda por inadimplência em cada caso.

As tabelas a seguir descreve o valor contábil bruto, a provisão para perdas, bem como a base de mensuração das perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros, por classificação do risco de crédito.

**(A) EXPOSIÇÃO MÁXIMA POR CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO**

| Emissão | Classificação de risco | PCLD | Investimento | Provisão para perdas | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Debêntures** | | | **2.194.310** | **102.483** | **2.091.827** |
| 5ª Emissão de Debenture de Cia de Saneamento Minas Gerais - COPASA MG | A+ | 12 meses | 188.685 | 157 | 188.528 |
| 1ª Emissão de Debênture de AQUAPOLO Ambiental S.A. | BB | 12 meses | 258.885 | 506 | 258.379 |
| 3ª Emissão de Debênture de MANSO S.A. - ODEBRECHT AMBIENTAL | BB | 12 meses | 326.107 | 938 | 325.169 |
| 1ª Emissão de Debênture de Araucária Saneamento S.A. | B- | 12 meses | 93.832 | 274 | 93.558 |
| 1ª Emissão de Debênture de ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A. | B- | 12 meses | 46.073 | 337 | 45.736 |
| 12ª Emissão de Debênture de SABESP - COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO | A+ | 12 meses | 205.786 | 288 | 205.498 |
| 3ª Emissão de Debênture de Linha Amarela S.A. - LAMSA | E | Vida Útil | 206.788 | 56.452 | 150.336 |
| 8ª Emissão de Debênture de METROBARRA S.A. – METROBARRA | C+ | Vida Útil | 868.154 | 43.531 | 824.623 |
| **Títulos Públicos Federais** | | | **96.394.300** | **-** | **96.394.300** |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | - | 12 meses | 14.615.575 | - | 14.615.575 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | - | 12 meses | 81.778.725 | - | 81.778.725 |
| **CRI** | | | **4.662.055** | **305** | **4.661.750** |
| 4ª Emissão Gaia Série 31 | AA | 12 meses | 209.242 | 118 | 209.124 |
| 1ª Emissão Brazilian Securties Série 265 | AA | 12 meses | 7.619 | - | 7.619 |
| 2ª Emissão CIBRASEC Série 165 | AAA | 12 meses | 18.181 | - | 18.181 |
| 2ª Emissão CIBRASEC Série 166 | AAA | 12 meses | 56.821 | - | 56.821 |
| 2ª Emissão CIBRASEC Série 184 | A+ | 12 meses | 17.688 | - | 17.688 |
| 1ª Emissão RB Capital Série 75 | AAA | 12 meses | 455.025 | 5 | 455.020 |
| 5ª Emissão Gaia Série 22 | AA | 12 meses | 15.957 | - | 15.957 |
| 4ª Emissão Gaia Série 43 | AA | 12 meses | 460.888 | 130 | 460.758 |
| 1ª Emissão Brazilian Securities Série 313 | AA | 12 meses | 27.058 | - | 27.058 |
| 4ª Emissão Gaia Série 45 | AA | 12 meses | 26.991 | - | 26.991 |
| 4ª Emissão Gaia Série 73 | AA | 12 meses | 37.355 | - | 37.355 |
| 1ª Emissão RB Capital Série 110 | AAA | 12 meses | 382.687 | 3 | 382.684 |
| 1ª Emissão RB Capital Série 123 | AAA | 12 meses | 215.669 | 3 | 215.666 |
| 4ª Emissão Gaia Série 83 | AA | 12 meses | 24.886 | - | 24.886 |
| 1ª Emissão Gaia Série 3 | AAA | 12 meses | 112.875 | - | 112.875 |
| 2ª Emissão CIBRASEC Série 268 | AAA | 12 meses | 117.768 | - | 117.768 |
| 2ª Emissão CIBRASEC Série 265 | AAA | 12 meses | 1.279.068 | 46 | 1.279.022 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2ª Emissão CIBRASEC Série 279 | AAA | 12 meses | 174.683 | - | 174.683 |
| 2ª Emissão CIBRASEC Série 276 | AAA | 12 meses | 1.021.594 | - | 1.021.594 |
| **LCI** | | | **607.620** | **40** | **607.580** |
| 16L00152495 Banco do Brasil | AAA | 12 meses | 325.275 | 22 | 325.253 |
| 16L00178112 CAIXA | AAA | 12 meses | 37.820 | 2 | 37.818 |
| 16L00152445 Santander | AAA | 12 meses | 244.525 | 16 | 244.509 |
| **CVS** | | | **1.276.219** | **-** | **1.276.219** |
| CVSA970101 | - | 12 meses | 45.663 | - | 45.663 |
| CVSB970101 | - | 12 meses | 1.160.949 | | 1.160.949 |
| CVSC970101 | - | 12 meses | 616 | | 616 |
| CVSD970101 | - | 12 meses | 68.991 | | 68.991 |
| **Total Controladora** | | | **105.134.504** | **102.828** | **105.031.676** |

| Emissão | Classificação interna de crédito | PCLD | Investimento | Provisão pa-ra perdas | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Debêntures** | | | **9.390.271** | **1.717.721** | **7.672.550** |
| Santo Antônio Energia S.A. | D- | Vida Útil | 3.920.861 | 306.524 | 3.614.337 |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social | AAA | Vida Útil | 1.543.541 | | 1.543.541 |
| Porto do Açu Operações S.A. | G | Vida Útil | 1.812.052 | 314.837 | 1.497.215 |
| Teles Pires Participações S.A. | AA | Vida Útil | 589.569 | | 589.569 |
| Ligth Serviços de Eletricidade S.A. | CCC | Vida Útil | 235.513 | | 235.513 |
| Odebrecht TransPort S.A. | B+ | Vida Útil | 133.180 | | 133.180 |
| Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA | A+ | Vida Útil | 44.162 | | 44.162 |
| Ligth Energia S.A. | CCC | Vida Útil | 15.033 | | 15.033 |
| Brasil Term Participações S.A. | - | Vida Útil | 938.035 | 938.035 | - |
| TESC - Terminal Santa Catarina S.A. | H | Vida Útil | 158.325 | 158.325 | - |
| **Direitos Creditórios** | | | **56.307** | **33.345** | **22.962** |
| CCI RB002 | - | Vida Útil | 10.043 | 10.043 | - |
| CCI RB042 | - | Vida Útil | 26.826 | 8.595 | 18.231 |
| CCI RB046 | - | Vida Útil | 8.194 | 8.194 | - |
| CCI RB072 | - | Vida Útil | 6.423 | 1.692 | 4.731 |
| CCI RB092 | - | Vida Útil | 4.821 | 4.821 | - |
| **SPE** | | | **91.102** | **18.578** | **72.524** |
| Projeto Imobiliário Residencial Viver Teresópolis SPE 63 Ltda. | - | Vida Útil | 33.513 | 4.377 | 29.136 |
| Alto da Glória Empreendimento Imobiliário SPE Ltda | - | Vida Útil | 16.400 | 8.400 | 8.000 |
| Debens-RJ Dr. Sardinha Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda | - | Vida Útil | 43.094 | 5.801 | 37.293 |
| MC1 Empreendimento Imobiliário Ltda. | - | Vida Útil | 5 | - | 5 |
| Créditos recebidos e não identificados | - | Vida Útil | (1.910) | - | (1.910) |
| **Total Consolidado** | | | **114.672.184** | **1.872.472** | **112.799.712** |

**(B) CATEGORIAS DO RISCO DE CRÉDITO**

| Categoria | Descrição | Papel/Título |
|---|---|---|
| **Adimplente** | A contraparte apresenta baixo risco de inadimplência e não apresenta valores vencidos | **Controladora** |
| | | Debêntures |
| | | Títulos Públicos Federais |
| | | CRI |
| | | LCI |
| | | CVS |
| | | **Controladas** |
| | | Debêntures |
| | | SPE |
| **Duvidosa** | O valor está vencido há >30 dias ou há aumento significativo no risco de crédito desde o reconhe-cimento inicial. | **Controladora** |
| | | Debêntures |
| | | **Controladas** |
| | | Debêntures |
| | | SPE |
| **Inadimplente** | O valor está vencido há > 90 dias ou há evidência indicando que o ati-vo está sujeito à redução ao valor recuperável. | **Controladas** |
| | | Debêntures |
| | | Direitos Creditórios |
| **Baixa** | Há evidência indicando que o devedor enfrenta graves problemas finan-ceiros e a entidade não possui perspectiva realista de recuperação. | **Controladora** |
| | | Debêntures |

**(C) EXPOSIÇÃO POR TIPO DE ATIVO E CLASSIFICADA POR ESTÁGIO**

| Descrição | Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| Debêntures | 1.119.368 | 1.074.942 | - | 2.194.310 |
| Títulos Públicos Federais | 96.394.300 | - | - | 96.394.300 |
| CRI | 4.662.055 | - | - | 4.662.055 |
| LCI | 607.620 | - | - | 607.620 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| CVS | 1.276.219 | - | - | 1.276.219 |
| **Total Controladora** | **104.059.562** | **1.074.942** | **-** | **105.134.504** |
| **Debêntures** | **2.560.998** | **5.732.913** | **1.096.360** | **9.390.271** |
| Santo Antônio Energia S.A. | | 3.920.861 | | 3.920.861 |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social | 1.543.541 | | | 1.543.541 |
| Porto do Açu Operações S.A. | | 1.812.052 | | 1.812.052 |
| Teles Pires Participações S.A. | 589.569 | | | 589.569 |
| Ligth Serviços de Eletricidade S.A. | 235.513 | | | 235.513 |
| Odebrecht TransPort S.A. | 133.180 | | | 133.180 |
| Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA | 44.162 | | | 44.162 |
| Ligth Energia S.A. | 15.033 | | | 15.033 |
| Brasil Term Participações S.A. | | | 938.035 | 938.035 |
| TESC - Terminal Santa Catarina S.A. | | | 158.325 | 158.325 |
| **Direitos Creditórios** | **-** | **-** | **56.307** | **56.307** |
| CCI RB002 | | | 10.043 | 10.043 |
| CCI RB042 | | | 26.826 | 26.826 |
| CCI RB046 | | | 8.194 | 8.194 |
| CCI RB072 | | | 6.423 | 6.423 |
| CCI RB092 | | | 4.821 | 4.821 |
| **SPE** | **(1.905)** | **93.007** | **-** | **91.102** |
| Projeto Imobiliário Residencial Viver Teresópolis SPE 63 Ltda. | | 33.513 | | 33.513 |
| Alto da Glória Empreendimento Imobiliário SPE Ltda | | 16.400 | | 16.400 |
| Debens-RJ Dr. Sardinha Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda | | 43.094 | | 43.094 |
| MC1 Empreendimento Imobiliário Ltda. | 5 | | | 5 |
| Créditos recebidos e não identificados | (1.910) | | | (1.910) |
| **Total Consolidado** | **106.618.655** | **6.900.862** | **1.152.667** | **114.672.184** |

**(D) MOVIMENTAÇÃO DAS PERDAS ESPERADAS**

| Descrição | 2019 | Aumento/ redução de perdas | Baixa de ativos financeiros | 2020 |
|---|---|---|---|---|
| Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI | - | (305) | | (305) |
| Debêntures | (3.608) | (102.483) | 3.608 | (102.483) |
| Letras de Crédito Imobiliário - LCI | - | (40) | | (40) |
| **Total Controladora** | **(3.608)** | **(102.828)** | **3.608** | **(102.828)** |
| Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI | - | (305) | | (305) |
| Debêntures | (489.378) | (1.334.434) | 3.608 | (1.820.204) |
| Letras de Crédito Imobiliário - LCI | - | (40) | | (40) |
| Direitos Creditórios | (31.514) | (1.831) | - | (33.345) |
| SPE | - | (18.578) | | (18.578) |
| **Total Consolidado** | **(520.892)** | **(1.355.188)** | **3.608** | **(1.872.472)** |

## NOTA 9 – EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

São avaliados em conjunto de operações, possuem características de somente recebimento de principal e juros e a administração os mantêm em um modelo de negócio cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais que correspondem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto, avaliados inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação e, avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal de cada período, sendo seu valor reduzido pelas amortizações de principal.

**(A) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR SETOR DE ATIVIDADES**

| Descrição | Controladora / Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| **Setor público** | | |
| Habitacional | 353.146.986 | 332.322.448 |
| Saneamento | 20.823.593 | 20.823.408 |
| Infraestrutura e desenvolvimento | 17.392.316 | 16.564.191 |
| Saúde | 1.158.253 | 364.905 |
| **Total setor público** | **392.521.148** | **370.074.952** |
| **Setor privado** | | |
| Habitacional | 3.796.625 | 4.607.250 |
| Saneamento | 757.628 | 679.842 |
| Infraestrutura e desenvolvimento | 244.553 | 232.128 |
| **Total setor privado** | **4.798.806** | **5.519.220** |
| **Total geral** | **397.319.954** | **375.594.172** |
| **Circulante** | **45.084.460** | **41.509.807** |
| **Não circulante** | **352.235.494** | **334.084.365** |

**(B) CONCENTRAÇÃO DOS PRINCIPAIS TOMADORES**

| Descrição | Individual/Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2017 |
| 10 maiores tomadores | 368.353.649 | 344.375.972 | 312.454.438 |
| Demais | 7.240.522 | 6.933.272 | 5.337.828 |
| **TOTAL** | **375.594.172** | **351.309.244** | **317.792.266** |

**(C) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR FAIXA DE VENCIMENTO**

| Descrição | Controladora / Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Setor Público | Setor Privado | Total 2020 | Total 2019 |
| **Circulante** | | | | |
| De 0 a 90 dias | 10.364.856 | 147.993 | 10.512.849 | 9.974.799 |
| De 91 a 360 dias | 29.598.148 | 152.446 | 29.750.594 | 25.969.708 |
| **Não circulante** | | | | |
| De 1 ano até 3 anos | 73.036.175 | 372.401 | 73.408.576 | 71.547.880 |
| De 3 anos até 5 anos | 68.926.050 | 284.730 | 69.210.780 | 65.613.623 |
| De 5 anos até 15 anos | 194.198.541 | 670.541 | 194.869.083 | 184.952.715 |
| Mais de 15 anos | 14.670.062 | 76.993 | 14.747.055 | 11.970.147 |
| **Total vincendo** | **390.793.832** | **1.705.104** | **392.498.936** | **370.028.872** |
| **Total vencido** | **1.727.315** | **3.093.702** | **4.821.018** | **5.565.300** |
| **Total geral** | **392.521.148** | **4.798.806** | **397.319.954** | **375.594.172** |

**(D) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR AGENTES**

| Descrição | Controladora / Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| **Financiamentos imobiliários (i)** | | |
| Agente financeiro CAIXA | 312.263.349 | 290.171.856 |
| Outros agentes financeiros | 40.475.881 | 42.162.548 |
| Encargos a receber | 585.401 | 554.382 |
| Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) | 1.639.382 | 1.951.585 |
| Encargos a receber (FAR) | 6.619 | 7.880 |
| **Financiamentos para saneamento básico, infraestrutura e desenvolvimento e saúde (ii)** | | |
| Agente financeiro CAIXA | 34.438.853 | 32.680.517 |
| Outros agentes financeiros | 5.860.443 | 5.903.886 |
| Encargos a receber | 76.383 | 73.985 |
| **Operações refinanciadas (iii)** | | |
| Lei nº 8.727/93 | 1.972.396 | 2.086.002 |
| Encargos a receber | 1.247 | 1.531 |
| **Total** | **397.319.954** | **375.594.172** |

**(E) MOVIMENTAÇÃO DAS CARTEIRAS**

| Descrição | 2019 | Liberações / Recebimentos | Juros e outros Encargos | Demais Movimentações | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Financiamentos imobiliários** | **334.848.251** | **3.481.021** | **17.336.872** | **(695.512)** | **354.970.632** |
| Agente financeiro CAIXA | 290.573.784 | 6.616.456 | 15.321.886 | 187.229 | 312.699.355 |
| Outros agentes financeiros | 42.315.002 | (2.735.730) | 1.928.745 | (882.741) | 40.625.276 |
| Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) | 1.959.465 | (399.705) | 86.241 | - | 1.646.001 |
| **Financiamentos para saneamento básico, desenvolvimento e saúde** | **38.658.388** | **(559.612)** | **2.277.275** | **(372)** | **40.375.679** |
| Agente financeiro CAIXA | 32.740.341 | (259.352) | 2.021.529 | (370) | 34.502.148 |
| Outros agentes financeiros | 5.918.047 | (300.260) | 255.746 | (2) | 5.873.531 |
| **Operações refinanciadas** | **2.087.533** | **(168.838)** | **78.598** | **(23.650)** | **1.973.643** |
| Lei nº 8.727/93 | 2.087.533 | (168.838) | 78.598 | (23.650) | 1.973.643 |
| **Outros empréstimos e recebíveis** | **8.870.473** | **-** | **309.834** | **(86.382)** | **9.093.925** |
| Créditos vinculados – FCVS | 8.870.473 | - | 309.834 | (86.382) | 9.093.925 |
| **Total** | **384.464.645** | **2.752.571** | **20.002.579** | **(805.916)** | **406.413.879** |

**(F) RENDAS DE EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS**

| Descrição | Controladora / Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| Habitacionais | 17.336.873 | 16.266.093 |
| Saneamento, Infraestrutura e Desenvolvimento | 2.218.505 | 2.228.003 |
| Operações refinanciadas | 78.598 | 64.025 |
| Saúde | 58.770 | 2.176 |
| Créditos vinculados - FCVS | 309.833 | 389.882 |
| **Total** | **20.002.579** | **18.950.179** |

(I) FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

As operações de créditos efetuadas pelo FGTS possuem vencimento médio de 22,09 anos e são atualizados pela variação da TR acrescidos de juros médios anuais de 5,02% a.a. (cinco inteiros e dois centésimos por cento ao ano).

Os financiamentos imobiliários incluem o valor de R$ 110.966 (2019 - R$ 108.734) decorrente de operações com mutuários finais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH. Os eventuais saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento imobiliário, em relação aos quais tenha havido, quando devida, contribuição ao FCVS, serão de responsabilidade do FCVS, consoante Lei nº 10.150/00. Mensalmente é lançada a provisão prevista na Resolução CCFGTS nº 517 de 20 de novembro de 2006, expressando a expectativa do desconto a ser concedido na liquidação ou renegociação da dívida proveniente desses ativos, conforme estipula o normativo.

Inclui, também, empréstimos concedidos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, instituído nos termos da Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, no montante de R$ 1.646.001 (2019 - R$ 1.951.572), que são atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros anuais médios de 4,90% a.a. (quatro inteiros e nove décimos por cento ao ano) e prazo médio de retorno de 64 meses.

Os valores contratados a liberar de financiamentos imobiliários, em 31 de dezembro de 2020, são de R$ 1.326.186 para o setor público e de R$ 32.082.782 para o setor privado (2019 – R$ 1.209.298 e R$ 37.739.050, respectivamente).

(II) FINANCIAMENTOS PARA SANEAMENTO BÁSICO, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO

As operações de saneamento efetuadas pelo FGTS possuem vencimento médio de 12,26 anos e são atualizadas pela TR, acrescidos de juros médios anuais de 5,56% a.a. (cinco inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento ao ano). Já as operações de infraestrutura e desenvolvimento tem prazo médio de 15,27 anos e são atualizados pela TR mais juros médios de 5,79% a.a. (cinco inteiros e setenta e nove centésimos por cento ao ano).

Os valores contratados a liberar de financiamentos para saneamento e infraestrutura, em 31 de dezembro de 2020, são de R$ 22.664.727 para o setor público e de R$ 1.890.351 para o setor privado (2019 – R$ 24.408.677 e R$ 2.069.721, respectivamente).

(III) OPERAÇÕES REFINANCIADAS

As operações refinanciadas efetuadas pelo FGTS compreendem contratos de refinanciamento de dívidas dos governos estaduais e municipais, efetuados com base na Lei nº 8.727/93. Sobre esses contratos incidem atualização monetária de acordo com a variação da TR mais juros anuais médios da ordem de 3,49% a.a. (três inteiros e quarenta e nove centésimos por cento ao ano). Essas operações de refinanciamento estão garantidas pelo Fundo de Participação dos Estados e Municípios - FPE/FPM.

(IV) SAÚDE

A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, teve seu texto atualizado pela Medida Provisória nº 859, de 2018, regulamentada pela Lei nº 13.778, de 2018, que viabiliza a aplicação de recursos do FGTS em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde, incumbindo o Ministério da Saúde de Subsidiar o Conselho Curador do FGTS no aprimoramento operacional e definição de metas a serem alcançadas para essas operações de crédito. A medida estabelece o risco das operações de crédito aos agentes financeiros participantes (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES), mediante a uma taxa de risco de crédito, a ser definido pelo Conselho Curador, limitada a 3% a.a. (três por cento ao ano), e estabelecendo que as garantias poderão ser exigidas isolada ou cumulativamente. Sobre esses contratos incidem atualização monetária de acordo com a variação da TR mais juros anuais médios da ordem de 6,50% a.a. (seis inteiros e cinco décimos por cento ao ano), cujos prazos médios são 8,44 anos.

## NOTA 10 – OUTROS EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Compreendem, em 31 de dezembro de 2020, os valores residuais de contratos encerrados, a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), abaixo relacionados, decorrentes de renegociações com agentes financeiros, que cederam créditos com cobertura do FCVS para pagamento de dívida.

Esses créditos são remunerados TR, acrescidos de juros à taxa efetiva de 3,12% a.a. (três inteiros e doze centésimos por cento ao ano) para as operações realizadas com recursos oriundos do FGTS e juros efetivos de 6,17% a.a. (seis inteiros e dezessete centésimos por cento ao ano), para as operações realizadas com outros recursos, conforme determina a Lei nº 10.150/00. Os créditos vinculados - FCVS auferiram rendas no período de R$ 309.833 (2019 – R$ 389.882).

| Descrição | Controladora / Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| FCVS a receber - não homologados (i) | 1.700.870 | 1.647.820 |
| FCVS a receber - Habilitados/homologados (ii) | 6.213.691 | 6.295.406 |
| FCVS a receber - Pré novado | 319.533 | - |
| FCVS a receber - Homologados com negativa cobertura (iii) | 945.026 | 1.031.450 |

| | | |
|---|---|---|
| FCVS a receber - Descontos concedidos [iv] | (90.378) | (109.387) |
| FCVS - a receber - Espécie ou Títulos referentes a Novação de Dívidas do FCVS [v] | 5.183 | 5.184 |
| **Total** | **9.093.925** | **8.870.473** |

[i] São compostos de contratos cedidos pelos agentes financeiros, ainda em estágio de habilitação e mudança de titularidade junto ao FGTS.

[ii] Contratos habilitados e homologados, já avaliados e aceitos pelo FCVS. Em fila para o processo de securitização, nos termos constantes na Lei nº 10150/00, para a sua finalização.

[iii] Créditos que não foram reconhecidos pelo FCVS. Para estes contratos o FGTS não incorrerá em perdas haja vista: a manutenção da responsabilidade do agente cedente em substituir o crédito por outro com as mesmas características ou; pagamento em espécie nas situações em que houver rejeição ou; garantia da União.

[iv] Provisão para desconto líquido, correspondente à diferença entre os juros do contrato de empréstimo com o agente e os juros dos créditos recebidos em pagamento da dívida, na validação do saldo de cessão da carteira de cada agente nos termos da Resolução CCFGTS nº 509, de 29 de agosto de 2006.

[v] Contratos encerrados e novados, com valores pendentes de recebimento em títulos CVS.

## NOTA 11 - OUTROS ATIVOS

### (A) OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| **Valores a Receber** | **14.574** | **203.041** | **1.012.592** | **1.147.441** |
| Rendimentos a receber - Depósitos na CAIXA | 14.574 | 16.085 | 14.574 | 16.085 |
| Valores a receber - Títulos | - | 186.956 | - | 186.956 |
| Valores a receber Energisa S.A. | - | - | 933.168 | 764.166 |
| Valores a receber Condomínio Paris Incorporação Ltda. | - | - | 40.636 | - |
| Valores a receber CEPAC | - | - | 27.952 | - |
| (-) Ajustes para perda de crédito | - | - | (4.045) | - |
| Adiantamento por conta de Imobilizações | - | - | 307 | 155.326 |
| Outros | - | - | - | 24.908 |
| **Dividendos e Bonificações a Receber - Hidrotérmica S.A.** | **-** | **-** | **310.764** | **257.211** |
| **Despesas Antecipadas** | **-** | **-** | **160.709** | **1** |
| **Total** | **14.574** | **203.041** | **1.484.065** | **1.404.653** |

### (B) OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Representam exclusivamente os Financiamentos Habitacionais das operações do FGTS cujo risco de crédito é da União, conforme previsto no artigo 9º, § 8º da Lei 8.036/90, e apresentaram, em 31 de dezembro de 2020, o saldo livre de provisão na ordem de R$ 193.788 (2019 – R$ 187.821). Esse grupo é composto, substancialmente, por contratos referentes às Liquidandas e Repassadoras decorrentes da Lei nº 6.024/74.

Com o advento da Resolução CCFGTS nº 831 de 15 de dezembro de 2016, foi autorizada a constituição de provisão de perdas do contrato firmado pelo agente financeiro MINASCAIXA com o FGTS e enquadrados na Lei nº 6.024/74. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2020 apresentou o montante de R$ 976.488.

(B.1) COMPOSIÇÃO DO GRUPO

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Valores a receber - Parceiros | - | - | 8.714 | - |
| Tesouro Nacional – pagamentos a ressarcir | 193.788 | 187.821 | 193.788 | 187.821 |
| **Total** | **193.788** | **187.821** | **202.502** | **187.821** |

(B.2) MOVIMENTAÇÃO DO GRUPO

| Descrição | Controladora/ Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| Saldo devedor | 1.164.922 | 1.101.614 |
| Saldo a incorporar | 5.354 | 5.052 |
| (-) Provisão de crédito Lei 6.024/74 | (976.488) | (918.845) |
| **Total** | **193.788** | **187.821** |

| Tesouro Nacional - Pagamento a Ressarcir | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Saldo Inicial** | **187.821** | **182.699** |
| Financiamentos Habitacionais - Juros e Atualização monetária | 63.610 | 59.874 |
| Financiamentos Habitacionais - Provisão Res. 831/2016 | (57.643) | (54.097) |
| **VALORES A RECEBER - PMCMV** | | |
| Liberações | 131.884 | 526.249 |
| Demais devoluções | (131.884) | (526.904) |
| **MOVIMENTAÇÃO - PMCMV** | | |
| **Saldo Final** | **193.788** | **187.821** |

### (C) OUTROS ATIVOS DE NATUREZA IMOBILIÁRIA

| Descrição | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| **Estoque de Terrenos** | **268.112** | **268.112** |
| Gasômetro | 230.826 | 230.826 |
| Pátio Praia Formosa | 37.286 | 37.286 |
| **Imóveis para venda - em construção** | **89.070** | **88.020** |
| Porto 2016 | 57.870 | 57.870 |
| Hotel IHG | 31.200 | 30.150 |
| **Total** | **357.182** | **356.132** |

(C.1) MOVIMENTAÇÃO DO ESTOQUE DE TERRENOS

| Descrição | Gasômetro | Pátio Praia For-mosa | Total |
|---|---|---|---|
| **Estoque de terrenos em 2018** | **187.630** | **37.286** | **224.916** |
| Ajuste ao valor realizável líquido de imóveis disponíveis para venda | 43.196 | - | 43.196 |
| **Estoque de terrenos em 2019** | **230.826** | **37.286** | **268.112** |
| Ajuste ao valor realizável líquido de imóveis disponíveis para venda | - | - | - |
| **Estoque de terrenos em 2020** | **230.826** | **37.286** | **268.112** |

(C.2) MOVIMENTAÇÃO IMÓVEIS PARA VENDA – EM CONSTRUÇÃO

| Descrição | Porto 2016 | HoteL IHG | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 2018** | **57.870** | **31.740** | **89.610** |
| Provisão para ajuste ao valor de realização | - | (1.590) | (1.590) |
| **Saldo em 2019** | **57.870** | **30.150** | **88.020** |
| Provisão para ajuste ao valor de realização | - | 1.050 | 1.050 |
| **Saldo em 2020** | **57.870** | **31.200** | **89.070** |

### (D) PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

| Descrição | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| **Imóveis para renda - em construção** | **268.100** | **262.500** |
| MDL | 85.100 | 79.500 |
| TSP | 183.000 | 183.000 |
| **Imóveis para renda - acabados** | **160.000** | **175.700** |
| TSP | 160.000 | 175.700 |
| **Imóveis em dação** | **-** | **18.515** |
| **Total** | **428.100** | **456.715** |

(D.1) MOVIMENTAÇÃO IMÓVEIS PARA RENDA

| Descrição | MDL | TSP | Barão de Tefé |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 2018** | **41.460** | **442.370** | **483.830** |
| Ajuste a valor justo | 38.040 | (83.670) | (45.630) |
| **Saldo em 2019** | **79.500** | **358.700** | **438.200** |
| Ajuste a valor justo | 5.600 | (15.700) | (10.100) |
| **Saldo em 2020** | **85.100** | **343.000** | **428.100** |

Em 31 de dezembro de 2020, o valor justo dos imóveis acima citados está suportado por laudo de avaliação, elaboradora em 27 de abril de 2021, tendo por data base dezembro de 2020, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

## NOTA 12 - DEPÓSITOS VINCULADOS DO FGTS

| Descrição | Controladora / Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| Contas ativas | 405.067.205 | 399.548.445 |
| Contas ativas - LC nº 110/01 | 3.489.533 | 3.429.661 |
| Contas inativas | 18.910.679 | 18.542.302 |
| Contas PIS/PASEP | 22.655.376 | - |
| Variação monetária e juros a incorporar | 757.846 | 689.309 |
| Valores a desdobrar | (9.250) | 11.929 |
| **Total** | **450.871.389** | **422.221.646** |

### (A) CONTAS ATIVAS

Correspondem às contas de trabalhadores com vínculo de trabalho ativo, passíveis de recebimento de depósitos, cuja movimentação resultou na seguinte posição:

| Descrição | Controladora / Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| **Saldo Inicial** | **399.548.445** | **388.939.761** |
| Entrada de recursos | 171.148.152 | 156.455.667 |
| Saída de recursos | (177.517.049) | (157.788.062) |
| Atualização monetária e juros | 11.887.657 | 11.941.079 |
| **Saldo Final** | **405.067.205** | **399.548.445** |

### (B) CONTAS ATIVAS - LEI COMPLEMENTAR Nº 110/01

Correspondem às contas que, depois de firmado o Termo de Adesão, recebem o crédito do complemento da atualização monetária liberado, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/01, apresentando a seguinte movimentação no exercício:

| Descrição | Controladora / Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| **Saldo Inicial** | **3.429.661** | **3.752.108** |
| Entradas de recursos | 779.284 | 551.142 |
| Saída de recursos | (835.835) | (997.422) |
| Atualização monetária e juros | 116.423 | 123.833 |
| **Saldo Final** | **3.489.533** | **3.429.661** |

### (C) CONTAS INATIVAS

São as contas vinculadas sem recebimento de depósitos, em consequência do rompimento dos vínculos trabalhistas que as originaram.

| Descrição | Controladora / Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| **Saldo Inicial** | **18.542.302** | **21.147.803** |
| Entradas de recursos | 5.058.602 | 4.088.663 |
| Saída de recursos | (5.258.168) | (7.314.758) |
| Atualização monetária e juros | 567.943 | 620.594 |
| **Saldo Final** | **18.910.679** | **18.542.302** |

### (D) CONTAS PIS/PASEP

Representa as contas vinculadas individuais dos participantes do Fundo PIS-PASEP, mantidas pelo FGTS após a transferência, remuneradas e disponíveis para movimentação pelos participantes.

| Descrição | Individual / Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2019 | 2018 |
| **Saldo Inicial** | **-** | **-** |
| Entradas de recursos | 22.474.450 | - |
| Saída de recursos | (152.081) | - |
| Atualização monetária e juros | 333.007 | - |
| **Saldo Final** | **22.655.376** | **-** |

### (E) DESPESAS COM DEPÓSITOS VINCULADOS A INCORPORAR

Sobre os depósitos incidem atualização monetária equivalente à fixada pela TR e juros de 3% a.a. (três por cento ao ano), capitalizados mensalmente, incorporados no dia 10 de cada mês nas contas de origem. Esse grupo teve a seguinte movimentação:

| Descrição | Controladora / Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| **Saldo Inicial** | **689.309** | **697.061** |
| Atualização a Incorporar | 67.872 | (6.614) |
| JAM a Incorporar LC 110 | 665 | (1.138) |
| **Saldo Final** | **757.846** | **689.309** |

### (F) VALORES A DISCRIMINAR

Correspondem aos valores de documentos de pagamentos não classificados e arrecadações ainda não processadas nas contas vinculadas, bem como transferência de domicílio de contas.

| Descrição | Controladora / Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| Saque Moradia a Desdobrar | 5 | 39 |
| Transferências Expedidas/Recebidas | 76 | 44 |
| Arrecadação a Discriminar (-) | (23.516) | (7.162) |
| Saque a Repassar | 14.185 | 19.008 |
| **Total** | **(9.250)** | **11.929** |

## NOTA 13 - PRÊMIO DE OPÇÃO DE COMPRA – POC

Se referem a obrigações contraídas por compra de CEPAC, o valor sofre atualização anual a partir de 2012 com base no reajuste do saldo da dívida de CEPAC e no reajuste de valor de pagamento da Parceria Público-Privada ("PPP"), de forma a refletir seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2020, o FII Porto Maravilha possui o montante de R$ 4.514.245 (2019 - R$ 4.538.029) a liquidar junto ao FII Região do Porto oriundos de aquisição de CEPAC em leilão público, devendo ser pagos nos termos definidos no Edital. Este montante encontra-se registrado na rubrica e Prêmio de Opção de Compra – POC no balanço patrimonial segregados entre circulante e não circulantes, de acordo com a expectativa de pagamento.

Em 2020 o valor foi classificado em longo prazo devido a ação judicial que tramita na 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro – TRF2 e faz com que não se tenha expectativas de desembolsos pelo FII PM no curto prazo. Adicionalmente não foi feita a atualização do POC a pagar conforme fórmula expressa no edital, em razão da incerteza sobre tal saldo.

## NOTA 14 - OBRIGAÇÕES DIVERSAS

### (A) COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Taxa de administração | 220.250 | 448.885 | 304.297 | 540.455 |
| Taxa de risco e estruturação | 358.751 | - | 358.751 | 343.050 |
| Créditos vinculados a pagar | - | 89.103 | - | 89.103 |
| Valores a repassar à União - risco de crédito | 510.153 | 493.897 | 510.153 | 493.897 |
| Saldos credores de financiamentos | 271.042 | 303.476 | 271.042 | 303.476 |
| Serviços da PGFN | 712 | - | 712 | - |
| Contas a pagar | - | - | 1.814 | 1.778 |
| Dividendos e Bonificações | - | - | - | 1.736 |
| Impostos | - | - | 2 | 11 |
| Outras Obrigações | - | - | 13.468 | 6.272 |
| **Total** | **1.360.908** | **1.335.361** | **1.460.239** | **1.779.778** |

A Taxa de Risco e estruturação refere-se aos investimentos realizados pelo FGTS no âmbito da Carteira Administrada, em especial em cotas de FII e FIDC. A Taxa de risco é a contrapartida pela garantia de rentabilidade mínima assegurada pelo Agente Operador em favor do FGTS, a qual está prevista na Resolução CCFGTS nº 681/12 e contabilizada mediante instrumento derivativo, conforme já citado anteriormente nas Notas 1 (d), 3 (h2) e 6 (f).

**(B) TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**

| Descrição | Controladora / Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| FGTS | 2.640.801 | 5.411.471 |
| FI-FGTS | 89.335 | 252.319 |
| FIDC | 183 | 235 |
| FII Porto Maravilha | 1.390 | 16.003 |
| FII Desenvolvimento Imobiliário | 384 | 2.503 |
| FII Caixa Incorporação | 2.082 | 3.308 |
| FII Caixa Convida SUAPE | 1.027 | 1.739 |
| **Total** | **2.735.202** | **5.687.578** |

**(C) FGTS - VALORES A REPASSAR À UNIÃO - RISCO DE CRÉDITO**

Corresponde aos valores recebidos dos agentes financeiros referentes à taxa de risco de crédito a serem repassados à União, em decorrência da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, a qual transferiu para a União o risco de crédito das operações contratadas com recursos do FGTS até 1º de junho de 2001. Estes valores são remunerados pela SELIC e totalizam em 2020 o montante R$ 510.153 (2019 – R$ 493.897).

## NOTA 15 – PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

**(A) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

RReferem-se às ações judiciais contra o FGTS, que requerem a aplicação da progressividade da taxa de juros, e ao pagamento do complemento da diferença de atualização monetária, aplicada às contas vinculadas, decorrente da edição dos planos econômicos Verão e Collor.

**(B) PROGRESSIVIDADE DA TAXA DE JUROS**

Em relação à progressividade da taxa de juros, o CCFGTS, por meio da Resolução CCFGTS nº 608, de 12 de novembro de 2009, autorizou o Agente Operador do FGTS a aplicar a progressão de taxa nas contas vinculadas, por solicitação administrativa dos requerentes, além de poder realizar acordos ou transações em juízo, terminar litígios, e não interpor recursos para os casos previstos na citada Resolução.

(B.1) MOVIMENTAÇÃO DA PROGRESSIVIDADE DA TAXA DE JUROS

| Descrição | Controladora/Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| Saldo Inicial | 158.964 | 121.361 |
| Pagamentos | (6.947) | (17.086) |
| Estorno Determinação Judicial | 463 | 54.689 |
| Reversão de Provisão | (56.422) | - |
| **Saldo Final** | **96.058** | **158.964** |

**(C) PLANOS ECONÔMICOS VERÃO E COLLOR**

No exercício de 2020, visando o processo contínuo de acompanhamento e revisão dos critérios estabelecidos para a constituição dos valores de provisão e no âmbito das análises técnicas realizadas, foi verificado que não há a necessidade de reavaliação dos valores provisionados, tendo como fundamento basilar o intento de se consignar a atual probabilidade, com base na melhor estimativa do volume de pagamentos relativos aos Planos Econômicos Verão e Collor, que ainda devem ser realizados pelo FGTS.

(C.1) MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES:

| Descrição | Controladora/Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| Saldo Inicial | 276.612 | 598.777 |
| Pagamentos | (53.635) | (93.519) |
| Estorno Determinação Judicial | 8.693 | 84.237 |
| Reversão de Provisão (i) | - | (312.883) |
| **Saldo Final** | **231.670** | **276.612** |

(i) Reversão a partir de estimativa calculada anualmente decorrente de metodologia desenvolvida pela administração baseada em sua experiência e nos dados históricos

## NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Constituído, exclusivamente, dos lucros acumulados de períodos, deduzidas das distribuições de parte do resultado líquido auferido. O valor do resultado positivo auferido a ser distribuído anualmente é definido e autorizado pelo Conselho Curador, conforme preconiza o art. 13º §5º, da Lei nº 8.036/90.

Conforme determinação do CCFGTS, fundamentada na Resolução nº 972, de 11 de Agosto de 2020, ficou autorizada a distribuição de até R$ 7.500.000, referentes à parte do resultado positivo auferido pelo FGTS no exercício de 2019, na ordem de R$ 11.324.324, distribuídos de forma proporcional, a todas as contas vinculadas com saldo naquela data base, cujo crédito foi efetuado até 31 de agosto de 2020. O resultado distribuído em 2019, referente ao exercício de 2018, totalizou o montante de R$ 12.221.117.

## NOTA 17 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – LC Nº 110/01

Referem-se às contribuições sociais instituídas pala Lei Complementar nº 110/01, que regulamenta o recolhimento mensal obrigatório pelos empregadores, à alíquota de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a remuneração devida, no mês anterior, de cada trabalhador.

As contribuições sociais de que tratam esta Lei, são incorporadas ao patrimônio do FGTS e registradas em subtítulos próprios como receitas efetivas do período, com arrecadação neste exercício de R$ 220.085 (2019 - R$ 5.216.548).

## NOTA 18 – DEMAIS RENDAS OPERACIONAIS

Referem-se, principalmente, à atualização monetária de valores a ressarcir junto à União, à reversão das provisões dos planos econômicos, à recuperação de despesas de desconto com mutuário e remuneração do agente financeiro e às taxas e multas incidentes sobre a arrecadação recolhida em atraso:

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Incorporação de depósitos - Res CCFGTS 627/10 | 52.325 | 452.185 | 52.325 | 452.185 |
| Recebimento por recuperação judicial | - | - | 77 | 3.911 |
| Rendas sobre valores a ressarcir junto à União | 63.610 | 59.875 | 63.610 | 59.875 |
| Mora e outros encargos | 60.797 | 35.166 | 64.506 | 35.166 |
| Repasse | 1.332.018 | 1.150.284 | 1.332.018 | 1.156.772 |
| AM de devolução Saque Moradia | 5.653 | - | 5.653 | - |
| Demais rendas operacionais | 40.494 | 6.960 | 48.919 | 13.378 |
| **Total** | **1.554.897** | **1.704.470** | **1.567.108** | **1.721.287** |

## NOTA 19 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Provisão para pagamentos a ressarcir - Tesouro Nacional | (57.643) | (54.097) | (57.643) | (54.097) |
| Despesas financeiras | (437) | (992) | (2.363) | (2.600) |
| Perdas com FCVS | (753) | - | (753) | - |
| Taxa de gestão | - | - | (4.145) | (6.659) |
| Impostos e taxas | - | - | (2.848) | (134.931) |
| Taxas de risco e estruturação | (16.553) | - | (16.553) | (33.474) |
| Despesas com auditoria, controladoria, consultoria e assessoria | - | - | (5.581) | (4.978) |
| Atualização monetária de provisões e de risco de crédito | (13.647) | (27.732) | (13.647) | (27.732) |
| Perdas Judiciais | (793.673) | - | (793.673) | (10) |
| Outras despesas operacionais | (60.736) | (4.585) | (73.311) | (76.349) |
| **Total** | **(943.442)** | **(87.406)** | **(970.517)** | **(340.830)** |

## NOTA 20 - DESCONTOS CONCEDIDOS

Referem-se principalmente aos descontos concedidos aos mutuários e à remuneração do agente financeiro, conforme estabelecido pela Resolução CCFGTS Nº 460, de 14 de dezembro de 2004, atualizada pela Resolução CCFGTS Nº 702 de 04 de outubro de 2012:

| Descrição | Controladora / Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| Desconto mutuário aquisição/construção | 2.437.796 | 2.629.755 |
| Desconto mutuário - remuneração do agente financeiro | 5.768.007 | 5.265.823 |
| Demais descontos | 4.163 | 2.222 |
| **Total** | **8.209.966** | **7.897.800** |

## NOTA 21 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DO FGTS

O Administração realiza continuamente a avaliação da estrutura, da governança, dos processos e sistemas e das metodologias aplicadas no gerenciamento de riscos e capital, buscando identificar oportunidades de melhoria, com vistas ao aprimoramento da gestão.

O processo de gestão de riscos do FGTS considera um modelo integrado, e envolve os diversos níveis de hierarquia, sendo de fundamental importância para sustentabilidade e manutenção de capital do Fundo. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos busca resguardar o capital e suas operações, permitindo o cumprimento da missão, dos valores e dos objetivos estratégicos do Fundo.

**(A) IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS RELEVANTES**

O processo de identificação dos riscos engloba todos os riscos financeiros aos quais uma entidade está exposta, como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, concentrando na imprevisibilidade do mercado financeiro, de forma a minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho do Fundo.

A gestão de riscos realizada pelo Agente Operador segue as diretrizes emitidas pelo Conselho Curador do FGTS, o qual também estabelece diretrizes para as políticas de aquisição, uso e manutenção dos instrumentos financeiros do Fundo.

(A.1) SUMÁRIO DOS RISCOS DECORRENTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

| Riscos | Exposição | Metodologia Utilizada para Gestão | Gestão |
|---|---|---|---|
| **Risco de Mercado** | Operações de Mercado; Carteiras Administradas; Empréstimos e financiamentos | Modelo de custo amortizado; Monitoramento do mercado | Política de investimento; Classificação das carteiras; Diversificação da carteira; Estruturação dos títulos |
| **Risco de Crédito** | Operações de Mercado; Carteiras Administradas; Empréstimos e financiamentos | Avaliação do crédito; Concentração do crédito; Análise e monitoramento dos limites de ranting; Garantias de crédito | Política de investimento; Política de crédito; Entes tomadores; Rating mínimo; Garantia da rentabilidade (derivativos); Posição vendida de risco (CAIXA/União) |
| **Risco de Liquidez** | Operações de Mercado; Carteiras Administradas; Empréstimos e financiamentos | Modelo de custo amortizado; Análise de liquidez de fluxos de caixa (orçamento); Reserva técnica; Indicadores e projeções | Política de investimento; Gestão ALM |
| **Risco Operacional** | Operações de Mercado; Carteiras Administradas; Empréstimos e financiamentos | Sistema de identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, mitigação e reporte (ferramenta) | Gestão em 3 níveis hierárquicos (1º, 2º e 3º linha de defesa) |
| **Risco Legal** | Operações de Mercado; Carteiras Administradas; Empréstimos e financiamentos | Segregação de funções; Mitigação de riscos | Política organizacional |

## (B) RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como o risco de o valor de mercado da carteira, instrumento ou investimento aumentar ou diminuir como resultado da volatilidade e do movimento imprevisível das avaliações dos títulos no mercado.

No âmbito das operações de créditos firmadas junto aos agentes financeiros, o FGTS possui um caráter sui generis no mercado, uma vez que as condições, limites e taxas são definidas por meio de política de crédito do Administrador, e as alocações de recursos ainda devem considerar os limites orçamentários aprovados anualmente, frente ao montante de demandas apresentadas pelo conjunto de agentes financeiros.

Cumpre ressaltar que as amortizações e juros do saldo devedor das operações são reajustadas pelo mesmo índice e com a mesma periodicidade que a atualização das contas vinculadas do FGTS, de modo que qualquer variação nos indicadores produzir-se-á impacto insignificante no resultado e patrimônio do FGTS.

Para os investimentos relacionados na carteira administrada do FGTS, este risco está bastante mitigado, uma vez que: (i) os ativos do FGTS não são negociados a mercado; (ii) são calculados conforme a curva de amortização e taxas previstas nos respectivos instrumentos, ou seja, ao custo amortizado; e (iii) a Administração tem a intenção de carregar os ativos até o vencimento.

Nesse sentido, a mensuração deste risco para a carteira por meio de metodologias como Value At Risk – VaR, teste de estresse ou análise de sensibilidade, sendo estes métodos estatísticos e de simulação utilizados para pressupor como as variações nas taxas de mercado afetam os preços de instrumentos financeiros, não mensura de forma representativa os valores de risco de mercado da carteira e suas exposições.

Isso se justifica porque as carteiras administradas do FGTS são ativos que apresentam características únicas, decorrente de critérios estabelecidos pelo CCFGTS para essas aplicações, como setores de atividades dos preponentes, taxas de juros mínimas, indexador, finalidade do investimento, rating mínimo do tomador, designação dos recursos e prazos de retorno. A estruturação desta carteira é feita nos moldes específicos para a política de investimentos e destinação de recursos conforme estratégia do Fundo. Sendo o volume alocado por meio de oferta privada, em operações estruturadas, customizadas, que contém características não comuns em mercados de negociação, de forma a atender as especificidades do FGTS, não sendo esses títulos de crédito comumente negociados em bolsas e balcões.

## (C) RISCOS DE CRÉDITO

Risco de um devedor não liquidar integralmente os seus compromissos em tempo hábil. É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações nos termos pactuados.

O risco de crédito decorre das operações de mercado, que são instrumentos de dívida e instrumentos de patrimônio, avaliados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, tanto por meio direto pelo FGTS como indireto, por meio de suas controladas, bem como os investimentos em operações de crédito, contratos de cessão e garantias a receber, nas área de habitação, saneamento básico, infraestrutura urbana e saúde filantrópica, seja de forma direta, ou por meio de lastros conforme políticas de investimentos do Administrador.

A aquisição de ativos em operações de mercado ocorre mediante as autorizações do Conselho Curador do FGTS, o qual estabelece estrategicamente as condições necessárias para cumprimento pelo Agente Operador, tendo como base o estudo e as estratégias de políticas públicas.

A política de crédito contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Fundo. Aplica-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito, de modo a ser observado nas operações de negócio pelo Agente Operador, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

Essa política de crédito orienta, ainda, sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, e compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.

Para mitigar o risco de crédito, os investimentos realizados contam com estrutura de garantias, dentre aquelas aceitas pelo FGTS, seja por meio da Lei, ou por meio dos atos administrativos do CCFGTS que vieram a autorizar os investimentos realizados.

Para as operações de mercado o FGTS utiliza metodologia de perdas esperadas, que considera o valor recuperável estimado e as perdas esperadas por instrumento, de acordo com os requisitos da norma. A metodologia utiliza probabilidade de default, exposição ao risco de crédito e perda dado o default. A metodologia se baseia em (i) premissas para classificar se o instrumento financeiro apresenta ou não aumento significativo do risco de crédito, (ii) taxa efetiva para desconto da curva de pagamentos futuros e (iii) estimativa de valor das garantias de cada instrumento para avaliar o valor não recuperável do instrumento em situação de default.

Destaca-se que, no encerramento do exercício 2020, o ativo do Fundo está representado por 21% de títulos públicos federais e operações compromissadas, ou seja, risco de crédito soberano, sobre o qual não se mensuram perdas esperadas por default, 70% do ativo são operações de crédito nos setores de habitação, saneamento, infraestrutura urbana e saúde (hospitais), as quais contam com garantia da União ou da CAIXA, o que as caracteriza como, no mínimo, operações de baixo risco de crédito, e os demais ativos são operações de mercado em papeis privados, tais como debêntures, cotas de fundos de investimento, Certificados de Recebíveis Imobiliários e Letras de Crédito Imobiliário, os quais possuem garantia de rentabilidade mínima assegurada pela CAIXA.

No tocante às operações de crédito do FGTS, constituídos por contratos de empréstimos aos agentes financeiros, na condição de tomadores de recursos, a Lei 8.036/90, no parágrafo 8º do art. 9º, transferiu à União o risco de crédito das aplicações efetuadas até 1º de junho de 2001, com recursos do FGTS, pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e pelas entidades credenciadas pelo Banco Central do Brasil como agentes financeiros, sub-rogando nas garantias prestadas à CAIXA. O risco de crédito das operações realizadas após aquela data, nas áreas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana passa a ser da CAIXA, na qualidade de agente operador do FGTS.

O risco de crédito das operações realizadas com as entidades hospitalares filantrópicas e instituições que operem na área de pessoas com deficiências, sem fins lucrativos, que participam de forma suplementar ao Sistema Único de Saúde - SUS são dos agentes financeiros contratantes, definidos na forma da Lei nº 8.036/90, art. 9º, parágrafo 10, mediante o pagamento de taxa de risco de crédito acrescido à taxa de juros, a ser definida pelo CCFGTS, limitada a 3% a. a (três por cento).

Cumpre ressaltar que a CAIXA, seja na condição de Agente Operador, o qual suporta o risco de crédito das operações firmadas a partir de 02 JUN 2001, ou de agente financeiro, que garante o risco de crédito nas operações do FGTS-Saúde, assim como os demais agentes financeiros autorizados a operar nesse programa, todos possuem a União como controlador comum.

Salienta-se que os riscos de crédito dos instrumentos financeiros de emissão do Governo Federal não são mensurados, por serem considerados de risco soberano, atrelado à capacidade fiscal do país, ao desempenho econômico e à gestão orçamentária.

Os agentes financeiros com interesse em operar com recursos do FGTS são submetidos a avaliação de risco de crédito, com atribuição de limites e rating no padrão do CAIXA, cuja formulação de políticas e gestão de risco de crédito é conduzida de forma segregada da gestão do FGTS, haja vista que a Lei nº 8.036/90 atribuiu à CAIXA o risco das aplicações a partir de 02 JUN 2001.

Na avaliação de risco das operações, além da ponderação do risco do tomador, são considerados a qualidade das garantias e os garantidores, que guardam suas especificidades em operações com recursos oriundos do FGTS.

A avaliação prevê ainda que, o agente financeiro apresentará garantias de, no mínimo, 100% do montante contratado, definidas no art. 9º da Lei nº 8.036/90 ou demais garantias autorizadas pelo CCFGTS, e que o Agente Operador sub-rogar-se-á automaticamente, de pleno direito, dos créditos e garantias constituídas pelo tomador final ao agente financeiro, derivados dos financiamentos concedidos.

A abertura de limite de crédito não implica na disponibilização integral dos recursos, que fica condicionada à efetiva necessidade de alocação que vier a ser apresentada pelo conjunto de agentes financeiros, bem como eventual alteração no limite de crédito estabelecido e não utilizado e em razão de revisões periódicas nas avaliações de risco de crédito da instituição financeira proponente.

(C.1) CONCENTRAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO POR SEGMENTO

| Operações de mercado | 2020 | |
|---|---|---|
| | Controladora | Consolidado |
| **Privado** | **7.463.985** | **17.001.665** |
| **Habitação** | **5.269.675** | **5.417.084** |
| CRI | 4.662.055 | 4.662.055 |
| LCI | 607.620 | 607.620 |
| Direitos Creditórios | - | 56.307 |
| SPE | - | 91.102 |
| **Saneamento** | **1.119.367** | **1.119.367** |
| Debêntures | 1.119.367 | 1.119.367 |
| Infraestrutura | 1.074.943 | 10.465.214 |
| Debêntures | 1.074.943 | 10.465.214 |
| **Público** | **97.670.519** | **97.670.519** |
| **Governo** | **97.670.519** | **97.670.519** |
| Títulos Públicos Federais | 96.394.300 | 96.394.300 |
| CVS | 1.276.219 | 1.276.219 |
| **Total** | **105.134.504** | **114.672.184** |

| Empréstimos e Recebíveis | Controladora/Consolidado |
|---|---|
| | 2020 |
| **Setor público** | |
| Habitacional | 353.146.986 |
| Saneamento | 20.823.593 |
| Infraestrutura e desenvolvimento | 17.392.316 |
| Saúde | 1.158.253 |
| FCVS a receber | 9.093.925 |
| Tesouro Nacional - pagamento a ressarcir | 193.788 |
| **Total setor público** | **401.808.861** |
| **Setor privado** | |
| Habitacional | 3.796.625 |
| Saneamento | 757.628 |
| Infraestrutura e desenvolvimento | 244.553 |
| Saúde | - |
| **Total setor privado** | **4.798.806** |
| **Total geral** | **406.607.667** |

**(D) RISCO DE LIQUIDEZ**

Risco de liquidez se caracteriza pela possibilidade de a entidade não honrar suas obrigações presentes e futuras, esperadas e inesperadas sem afetar suas operações e sem incorrer em perdas significativas. Podendo ocorrer de duas formas, risco de liquidez de mercado e risco liquidez de fluxo de caixa. O risco de liquidez de mercado é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação no tempo necessário, sem perdas significativas, enquanto que o risco de liquidez de fluxos de caixa, é a possibilidade de falta de recursos disponível para honrar as obrigações assumidas, em função de descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Quanto aos riscos de liquidez de mercado, a política de investimento financeiro do Fundo impõe que: (i) não sejam negociados em mercado; (ii) não efetue marcação a mercado; e (iii) sejam mantidos até o vencimento contratual. Dessa forma, o risco de liquidez de mercado é caracterizado como insignificante para o Fundo.

Em relação à gestão de ativos e passivos do FGTS, de acordo com o art. 5º da Lei 8.036/90, cabe ao Conselho Curador do FGTS a avaliação e a gestão econômica e financeira do Fundo, além da definição das diretrizes e dos programas de alocação de todos os recursos, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal. Nesse sentido, a responsabilidade final pela gestão do risco de liquidez é do Conselho, que estabeleceu uma gestão do risco de liquidez adequada para as exigências de financiamento e liquidez de curto, médio e longo prazo do FGTS.

Nessa linha, a Resolução do CCFGTS n° 702/2012 estabelece as diretrizes para elaboração da proposta orçamentária do FGTS. Os estudos consideram a situação atual do Fundo e a projeção para os 3 (três) exercícios subsequentes, levando em consideração a influência dos fatores internos e externos que possam impactar a liquidez do FGTS.

Para elaboração do estudo orçamentário do FGTS, o Agente Operador recepciona do Gestor da Aplicação MDR, a previsão orçamentária de aplicação nas áreas de saneamento, infraestrutura, habitação e saúde. Com base nas informações recebidas e no último balancete fechado, o Agente Operador projeta o fluxo de caixa para os próximos 3 exercícios e o corrente, e o MDR submete à aprovação do Conselho Curador do FGTS estudo orçamentário.

A avaliação de liquidez do FGTS é realizada pelo menos duas vezes ao ano, ou sempre que necessário, com base na análise dos fluxos de caixa do Fundo, demonstração do resultado do exercício e balanço patrimonial, projetados de acordo com as premissas definidas.

Para o FGTS, a maior parte das obrigações são decorrentes de depósitos à vista e por isso classificadas como sem vencimento. Dessa forma, para fazer frente a seu passivo, o FGTS, além de contar com os recursos em caixa, detém Títulos Públicos Federais e R$ 22 bilhões (DEZ/2020) em operações compromissadas, que são utilizadas para a gestão diária da liquidez do FGTS.

Importante destacar que, conforme estabelece a RCCFGTS n° 980/2020, na ocorrência de fato superveniente, o Agente Operador poderá realizar a venda de Títulos Públicos Federais de propriedade definitiva do FGTS antes de seu vencimento, bem como, realizar operações de troca de títulos com o Tesouro Nacional, desde que autorizado pelo Conselho Curador do FGTS.

Ainda, o FGTS possui como diretriz a observância de Margem Prudencial, a ser monitorada pelo Agente Operador, por meio da qual é verificado se o conjunto das receitas do FGTS é suficiente para cobrir suas despesas, gerando ainda uma margem de segurança ("Margem Prudencial") de 1% em cada exercício. Quando do encerramento de cada exercício, se a Margem Prudencial estiver inferior a 1%, o Agente Operador deverá constituir provisão nas demonstrações contábeis do FGTS correspondente à diferença apurada.

Com tal estrutura, é mitigado o risco de liquidez associado à possibilidade de que o FGTS não consiga honrar suas obrigações relacionadas ao pagamento dos trabalhadores.

**(E) RISCO OPERACIONAL**

Risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos, ou de eventos externos.

O Agente Operador possui metodologia para catalogação de processos pelo BPM – Business Process Management, conforme adotada em todo o conglomerado CAIXA, de forma a garantir a visão estruturada, ampla e integrada da organização e de seus processos, propiciando a melhoria contínua e a eficiência dos negócios, aplicando-o aos processos do FGTS.

Ainda, o Agente Operador do FGTS adota o modelo de Linhas de Defesa, uma forma eficaz de melhoria do gerenciamento de riscos e controles que visa, por meio do esclarecimento de papeis e responsabilidades essenciais de cada unidade, a simplificação e eficácia da comunicação no gerenciamento dos riscos em todos os níveis. Na 1ª Linha, o Agente Operador é responsável por gerenciar os seus processos sob a ótica de controles e riscos, entre outras atividades. A 2ª Linha corresponde a Vice Presidência de Riscos, responsável por monitorar os controles da 1ª Linha. Por fim, a 3ª Linha corresponde à Auditoria CAIXA, responsável por auditar a atuação do gestor na 1ª Linha e da área de risco no monitoramento na 2ª Linha. Tanto a área de Risco quanto a Auditoria são áreas da CAIXA externas ao Agente Operador.

**(F) RISCO LEGAL**

O FGTS está sujeito às alterações legais que podem afetar seu equilíbrio financeiro, sejam relacionadas ao aumento da possibilidade de novos saque ou a suspensão de recolhimento por parte dos empregadores, que impactam na liquidez e no fluxo de caixa do Fundo, como também relacionadas ao índice de correção das contas vinculadas, aplicado no reajuste das prestações de amortização e juros e no saldo devedor das operações Ativas do FGTS.

Decisões judiciais que autorizam saques em hipóteses diversas das já regulamentadas, alterações de índices de correção, bem como autorizações que impliquem em suspensão de recolhimento por parte dos empregadores, podem impactar a necessidade de liquidez do FGTS.

**(G) DEMAIS RISCOS**

Alterações na política econômica podem alterar a capacidade de realização de empréstimos aos Agentes Financeiros e de aplicações em títulos públicos federais e operações de mercado.

Alterações no regramento pertinente ao FGTS podem afetar o seu desempenho e a distribuição de resultados aos seus cotistas.

## NOTA 22 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

**(A) PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO**

Conforme disposto na Lei n 8.036, de 11 de maio de 1990, as normas e diretrizes do FGTS são regidas pelo Conselho Curador do FGTS (CCFGTS), classificado como Pessoal Chave da Administração. Não há transação entre as partes relacionadas.

A composição do CCFGTS está apresentada no quadro abaixo:

| Entidade Representante | Conselheiro Titular |
|---|---|
| **Representantes do Governo** | |
| Secretaria Especial de Fazenda do Ministério Economia | Julio Cesar Costa Pinto (Presidente do CCFGTS) |
| Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério Economia | Bruno Silva Dalcolmo |
| Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério Economia | Pedro Maciel Capeluppi |
| Casa Civil da Presidência da República | Ronaldo França Navarro |
| Ministério do Desenvolvimento Regional | Daniel de Oliveira Duarte Ferreira |
| Ministério da Infraestrutura | Natália Marcassa De Souza |
| **Representantes Dos Trabalhadores** | |
| Central Única dos Trabalhadores | José Abelha Neto |
| União Geral dos Trabalhadores | Neucir Paskoski |
| Força Sindical | Antonio de Sousa Ramalho |
| **Representantes Dos Empregadores** | |
| Confederação Nacional da Indústria | Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves |
| Confederação Nacional do Sistema Financeiro | Filipe Ferrez Pontual Machado |
| Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo | Antonio Lisboa Cardoso |

**(B) ENTIDADE COM INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA**

As partes relacionadas que exercem Influência Significativa sobre o FGTS são o Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR e a Caixa Econômica Federal.

Os saldos e movimentações das transações com a Caixa Econômica Federal estão apresentados a seguir:

| Descrição | 2019 | Aplicação/ Resgate Pagamento/ Recebimento Repasse | Rendimentos/ Despesa | Incorporação rendimentos/ encargos | Ajuste a Valor justo | Demais movimentações | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Controladora** | | | | | | | |
| **Ativo** | | | | | | | |
| Outros créditos – remuneração a receber | 16.085 | | 197.351 | (198.862) | | | 14.574 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 1.073.796 | | | | 772.370 | | 1.846.166 |
| Operações de crédito - Agente financeiro CAIXA | 322.852.373 | 6.357.104 | 17.343.415 | 461.752 | | 186.859 | 347.201.503 |
| Passivo | | | | | | | |
| Taxa de administração a pagar | 448.885 | (2.869.436) | 2.640.801 | | | | 220.250 |
| Taxa de risco e estruturação a pagar | 343.050 | (852) | 16.553 | | | | 358.751 |
| | | | | | | | |
| **Consolidado** | | | | | | | |
| **Ativo** | | | | | | | |
| Outros créditos – remuneração a receber | 16.085 | | 197.351 | (198.862) | | | 14.574 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 1.073.796 | | | | 772.370 | | 1.846.166 |
| Operações de crédito - Agente financeiro CAIXA | 322.852.373 | 6.357.104 | 17.343.415 | 461.752 | - | 186.859 | 347.201.503 |
| **Passivo** | | | | | | | |
| Taxa de administração a pagar | 540.455 | (2.971.360) | 2.735.202 | | | | 304.297 |
| Taxa de risco e estruturação a pagar | 343.050 | (852) | 16.553 | | | | 358.751 |

**(C) ENTIDADES CONTROLADAS**

Conforme previsto em Regulamento, os recursos do FGTS podem ser aplicados em Títulos e Valores Mobiliários, desde que vinculados à habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana.

O FGTS, como cotista integral, é classificado como Controlador Direto dos seguintes Fundos:

(i) FI-FGTS - Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

(ii) FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;

(iii) FII-Porto Maravilha – Caixa Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha;

(iv) FII-Caixa Incorporação – Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Incorporação;

(v) FII-Desenvolvimento Imobiliário – Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Desenvolvimento Imobiliário; e

(vi) FII-Convida Suape – Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Convida Suape.

Os saldos e movimentações das transações com as investidas estão apresentados a seguir:

| Descrição | 2019 | Aplicação / Resgates | Equivalência patrimonial | Reconhecimento / Repasse Taxa de Risco e Taxa de Estruturação | Repasse Taxa de Risco e Ta-xa de Estruturação | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FI-FGTS | 24.317.850 | - | 1.118.666 | - | | 25.436.516 |
| FIDC RB Habitação | 55.814 | (9.795) | (8.482) | 109 | (204) | 37.442 |
| FII Convida SUAPE | 116.989 | (1.089) | 999 | 90 | (646) | 116.342 |
| FII Desenvolvimento Imobiliário | 15.116 | | (33.053) | 25.433 | | 7.496 |
| FII Caixa Incorporação | 309.878 | | 6.155 | 310 | | 316.343 |
| FII Porto Maravilha | 789.158 | | (562.279) | 317.108 | | 543.987 |
| **Total Controladora** | **25.604.805** | | **522.006** | **343.050** | **(850)** | **26.458.126** |

## NOTA 23 – IMPACTOS DECORRENTES DA COVID-19

Considerando a disseminação global do coronavírus, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a existência da pandemia decorrente da COVID-19. Dado sua evolução vertiginosa, o Congresso Nacional reconheceu estado de calamidade pública em todo o território nacional, através do Decreto Legislativo nº 6 de 2020.

Como medida de combate à evolução acelerada da doença e proteção ao sistema de saúde públicos e privados, foram adotados pelo governo diversas medidas de promoção ao isolamento social e restrições à circulação de pessoas, incluindo o fechamento parcial e total de diversos setores da economia, preservando aqueles cujas atividades são consideradas essenciais.

As medidas provocaram reflexos socioeconômicos expansivos, ocasionando impactos expressivos na atividade econômica do consumo em geral, com consequente redução de postos de trabalhos e queda na arrecadação de tributos de diversos entes federativos, incluindo as arrecadações das contribuições previstas para o FGTS.

A despeito da expectativa de queda e recessão em diversos segmentos empresariais, resultantes da suspensão de certos negócios e atividades econômicas, o Governo Federal e o Conselho Curador do FGTS como regulador, editou diversos atos, referentes às principais atividades operacionais do FGTS – arrecadação e saques dos depósitos vinculados e os investimentos financeiros nos setores de habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana, buscando atenuar os efeitos da crise nos diversos setores impactados.

A Administração informa que, até a data de divulgação de suas Demonstrações Contábeis, não foram identificados impactos ou efeitos relevantes nas suas operações causados pela pandemia da COVID-19, além daquelas elencadas abaixo, sobretudo em virtude da continuidade das atividades operacionais do FGTS.

| Área | Fato operacional |
|---|---|
| 01 - Saque de recursos das contas vinculadas -saque emergencial | A MP 946/2020 - Autoriza a liberação de recursos da conta vinculada, no valor de R$ 1.045,00 por trabalhador, para saque no período de 15/06/2020 a 31/12/2020. |
| 02 - Suspensão temporária de recolhimento das contribuições de-vidas ao FGTS | A MP 927/2020 - Autoriza a suspensão temporária da exigibilidade de recolhimento das contribuições devidas ao FGTS pelos empregadores, referentes às competências de março, abril e maio de 2020. |
| 03 - Suspensão temporária de pagamentos relativos a financia--mentos para habitação popular. | A Resolução 978/2020 autoriza a CAIXA a deduzir das parcelas mensais futuras a serem pagas pelos Agentes Fi-nanceiros ao Fundo a partir de SET2020, os valores das parcelas suspensas dos mutuários pessoas físicas de pro-grama vinculado a habitação popular. |
| 04 - Suspensão temporária de pagamentos relativos a financia--mentos para mobilidade urbana. | A Resolução CCFGTS nº 966/020 autoriza a suspender, caso solicitado pelo mutuário, até o mês de dezembro de 2020, os pagamentos ao FGTS relativos ao principal e juros de contratos de financiamento celebrados com empre-sas privadas de transporte público urbano por meio do subprograma Refrota do Programa Pró-Transporte. |
| 05 - Suspensão temporária de pagamentos relativos a financia--mentos para saneamento básico | A Resolução CCFGTS nº 963/020 autoriza a suspender, caso solicitado pelo mutuário, até o mês de outubro de 2020, os pagamentos ao FGTS relativos ao principal e juros de contratos de financiamento celebrados com empre-sas públicas, mistas ou privadas operadoras do setor de saneamento básico por meio do Programa Saneamento para todos. |
| 06 - Parcelamento de débitos das contribuições devidas ao FGTS | A Resolução CCFGTS nº 961/2020 autoriza de forma excepcional e transitória para os parcelamentos de débitos do FGTS, sem prejuízo da rescisão automáticas, de parcelas com vencimento entre os meses de março a agosto de 2020. |

## NOTA 24 - EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração informa que, até a data de divulgação dessas demonstrações contábeis não foram identificados eventos subsequentes que possam ensejar impacto operacional.

# FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS

## (ADMINISTRADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Conselho Curador
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

### OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ("Fundo"), administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA ("Administrador" ou "CAIXA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Fundo e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### ÊNFASE

INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL DAS COMPANHIAS INVESTIDAS

(i) Chamamos a atenção para a nota explicativa 5(d), que descreve que os relatórios de auditoria relativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 das companhias sobre as quais o FI-FGTS detém investimentos que correspondem a 2,03% do patrimônio do FI-FGTS, contiveram seção de incerteza relevante sobre a continuidade operacional dessas companhias investidas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

(ii) Chamamos a atenção para a nota explicativa 5(i), que descreve que o FII-Porto Maravilha declarou estar em situação de iliquidez ao Fundo de Investimento Imobiliário da Região do Porto ("FII Região do Porto") e à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro ("CDURP"), devido ao baixo volume de negociações de ativos, vinculação de Certificado de Potencial Adicional de Construção ("CEPAC") e geração de caixa. Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2020, o FII-Porto Maravilha possui o montante de R$ 4.514 milhões de Prêmio de Opção de Compra ("POC") a liquidar junto ao FII Região do Porto, oriundos da aquisição de CEPAC em leilão público para a continuidade dos serviços e obras relacionadas a melhoria de infraestrutura da Região do Porto Maravilha. Em julho de 2020, o FII-Porto Maravilha iniciou o processo judicial com o objetivo de revisão de termos e condições da operação na região do Porto Maravilha. Consequentemente, as incertezas relacionadas às obrigações do FII-Porto Maravilha referentes ao Prêmio de Opção de Compra e à realização dos ativos imobiliários pelos valores estimados, dependem do desfecho do processo judicial, e da continuidade e finalização das obras de infraestrutura e da retomada do mercado imobiliário, respectivamente. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

RISCOS RELACIONADOS À NÃO CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

(i) Chamamos a atenção para a nota explicativa 5(d), que descreve que o relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 das companhias investidas do FI-FGTS, por meio de ações ou debêntures, Hidrotérmica S.A., Santo Antônio Energia S.A. e Brasilterm Participações S.A.; e da Madeira Energia S.A., companhia investida do Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia, que correspondem a 16,72% do patrimônio líquido do FI-FGTS, contêm ênfase em relação às investigações e/ou outras medidas legais por autoridades em andamento. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

(ii) Chamamos a atenção para a nota explicativa 5(i), que descreve que o FII-Porto Maravilha foi estruturado com o objetivo da viabilização da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro ("OUCPRJ"), com a finalidade de promover a reestruturação urbana da Área de Especial Interesse Urbanístico ("AEIU"), no entanto, por meio da colaboração premiada, um ex-executivo da Caixa Econômica Federal relatou um esquema de corrupção e pagamento de propina na liberação de recursos destinados à viabilização da OUCPRJ. Neste momento não é possível, para o FII-Porto Maravilha, estimar de forma confiável os possíveis desdobramentos futuros do processo de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis do Fundo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

CRÉDITOS VINCULADOS AO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS – FCVS

Chamamos a atenção para a nota explicativa 10, que descreve que em 31 de dezembro de 2020, o Fundo possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R$ 9.094 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R$ 1.701 milhões e sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R$ 7.393 milhões, em 31 de dezembro de 2020, segue um processo de securitização (emissão de títulos pelo Tesouro Nacional), conforme previsto na Lei nº 10.150/2000. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A administração da Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 28 de junho de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

## RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE FUNDOS GOVERNAMENTAIS E LOTERIAS Nº 461/2021

Dispõe sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referentes ao exercício de 2020.

A Secretaria Geral faz saber a seguinte deliberação do Conselho de Fundos Governamentais e Loterias da Caixa Econômica Federal, em sua reunião realizada em 28 de junho de 2021, Ata n° 2225:

*"O Conselho de Fundos Governamentais e Loterias da Caixa Econômica Federal, considerando o disposto no art. 38, inciso III, do Estatuto Social da CAIXA, o Parecer do Comitê de Diretores Executivos de Fundos Governamentais e Loterias n° 072/2021, de 25/06/2021, e no uso de suas atribuições,*

*RESOLVE:*

*Art. 1° **Aprovar** as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referentes ao exercício de 2020.*

*Art. 2° Esta matéria deve ser submetida à deliberação do Conselho Curador do FGTS (CCFGTS)."*

KARLA CRISTIN GADELHA APOLINÁRIOS
Secretária Geral
Assinatura por delegação de competência nos termos da Portaria n°0129/2021 — PRESI

## CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO RESOLUÇÃO CCFGTS N° 1.000, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Aprova as Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório de Gestão do FGTS, referentes ao exercício de 2020.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 5° da Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990, e o inciso IV do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto n° 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando que o Relatório de Gestão, elaborado pelos representantes que participam da governança, gestão e operação do FGTS, encontra-se em conformidade com a Instrução Normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, a Decisão Normativa-TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020;

Considerando que o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou a publicação do Relatório de Gestão do FGTS até o dia 30 de junho de 2021;

Considerando as Demonstrações Financeiras e Contábeis apresentadas no Parecer da PricewazerhouseCoopers, de 28 de junho de 2021; e

Considerando a Resolução do Conselho de Fundos Governamentais e Loterias nº 461/2021, de 28 de junho de 2021,

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório de Gestão do FGTS, referentes ao exercício de 2020.

Parágrafo único – As Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório de Gestão do FGTS deverão ser disponibilizadas no sítio do FGTS (www.fgts.gov.br) na aba "Transparência e Prestação de Contas".

Art. 2° O Grupo de Apoio Permanente (GAP) deverá acompanhar o cumprimento das recomendações ou determinações feitas pelos órgãos de controle a partir de auditorias que vierem a ser efetuadas.

Art. 3º Fica declarada a revogação das seguintes Resoluções do Conselho Curador do FGTS:

I. Resolução nº 813, de 20 de julho de 2016;
II. Resolução nº 820, de 30 de agosto de 2016;
III. Resolução nº 864, de 25 de agosto de 2017; e
IV. Resolução nº 869, de 24 de outubro de 2017.

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ONIVALDO DE OLIVEIRA SEGUNDO
Presidente do Conselho Curador do FGTS

## BANCO DO BRASIL S/A

## BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A
## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ/MF Nº 17.344.597/0001-94
NIRE Nº 5330001458-2 - 2021/08

**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2021**

I. Data, Hora e Local: Às dez horas do dia trinta de abril de dois mil e vinte e um, na sede da BB Seguridade Participações S.A. ("Companhia" ou "BB Seguridade"), localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. A reunião ocorreu por videoconferência. II. Composição da Mesa: Carlos Motta dos Santos, Presidente, Mauro Ribeiro Neto, Vice-Presidente, Isabel da Silva Ramos, Arnaldo José Vollet, Cláudio Xavier Seefelder Filho, Márcio Hamilton Ferreira e Ricardo Moura de Araújo Faria. Secretário: Marcelo Romero Nicolino. (...) V. Deliberações: O Conselho de Administração: 4. Reelegeu os seguintes membros para a Diretoria da BB Seguridade, com mandato de 2 anos (2021-2023): MÁRCIO HAMILTON FERREIRA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00039718221, expedida pelo Departamento Nacional de Trânsito, Rio de Janeiro (RJ), inscrito no cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 457.923.641-68, com endereço na Rua Pierre La Place, nº 240, Anil, Rio de Janeiro (RJ), CEP 22.755-270, para o cargo de Diretor-Presidente. RAFAEL AUGUSTO SPERENDIO, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, bancário, portador da Carteira de Identidade nº 34.366.705-8, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SP), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 320.788.058-40, com residência na Rua Olavo Bilac, nº 242, apartamento 173-C, Vila Campo Grande, São Paulo (SP), CEP 04.671-050, para o cargo de Diretor de Finanças e Relações com Investidores. PEDRO BRAMONT, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade nº 1.731.152.011, expedida pelo Departamento Nacional de Trânsito, Santa Catarina (SC), inscrito no cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 008.472.469-22, com endereço no Superquadra Norte 203, Bloco I, Apto 507, Asa Norte, Brasília (DF), CEP 70.833-090, pra o cargo de Diretor de Estratégia e Tecnologia; Prazo de mandato unificado: 04.2021 a 04.2023. Registro 1: O Sr. Márcio Hamilton Ferreira se absteve de votar neste item. Registro 2: O prazo de gestão da Diretoria se estende até a investidura dos novos membros eleitos. (...) VII. Extrapautas: O Conselho de Administração: 14. Elegeu o Sr. Arnaldo José Vollet para um segundo mandato no Comitê de Auditoria da BB Seguridade, na vaga descrita no Art. 31, § 2º, inciso "III" do Estatuto Social destinada a um dos membros independentes do Conselho de Administração, ficando a sua permanência no Comitê de Auditoria limitada ao mesmo período em que este permanecer com o mandato estendido no Conselho de Administração, em linha com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada no dia 29/04/2021. Registro: O Sr. Arnaldo José Vollet se absteve de votar neste item. ARNALDO JOSE VOLLET, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da Carteira Nacional de Habilitação n° 9.208.006-8, expedida pelo Detran (RJ), inscrito no cadastro de Pessos Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o n° 375.560.618-68, endereço na Rua Pereira da Silva 492, apto 801, Laranjeiras, Rio de Janeiro (RJ), CEP 22.221-140. Prazo de mandato: Pelo mesmo período em que o Sr. Arnaldo José Vollet permanecer com o mandato estendido no Conselho de Administração da Companhia. 15. Designou o Sr. Pedro Bramont, Diretor de Estratégia e Tecnologia, para acumular as suas funções com as de Diretor Comercial, de Marketing e Clientes, até a eleição e posse do novo Diretor, em atendimento ao disposto no Art. 22, § 3º, item "ii" do Estatuto Social. VIII. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada por mim, Marcelo Romero Nicolino, Secretário, pelo Presidente do Conselho, Carlos Motta dos Santos, pelo Vice-Presidente do Conselho, Mauro Ribeiro Neto, e pelo(a)s Conselheiro(a)s Isabel da Silva Ramos, Arnaldo José Vollet, Cláudio Xavier Seefelder Filho, Márcio Hamilton Ferreira e Ricardo Moura de Araújo. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 5 FOLHAS 18 A 22. Brasília, 30 de abril de 2021. Carlos Motta dos Santos - Presidente. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 01/06/2021 sob o nº 1693199 - Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

CNPJ/MF Nº 17.344.597/0001-94
NIRE Nº 5330001458-2 - 2021/10

**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2021**

I. Data, Hora e Local: Às dez horas do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e um, na sede da BB Seguridade Participações S.A. ("Companhia" ou "BB Seguridade"), localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. Reunião por videoconferência. II. Composição da Mesa: Carlos Motta dos Santos, Presidente, Mauro Ribeiro Neto, Vice-Presidente, Isabel da Silva Ramos, Arnaldo José Vollet, Cláudio Xavier Seefelder Filho, Márcio Hamilton Ferreira e Ricardo Moura de Araújo Faria. Secretário: Marcelo Romero Nicolino. (...) V. Deliberações: O Conselho de Administração: 2. Aprovou a revisão do Regimento Interno do Comitê de Transações com Partes Relacionadas. 3. Aprovou a revisão do Regimento Interno do Comitê de Auditoria. (...) VIII. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada por mim, Marcelo Romero Nicolino, Secretário, pelo Presidente do Conselho, Carlos Motta dos Santos, pelo Vice-Presidente do Conselho, Mauro Ribeiro Neto, e pelo(a)s Conselheiro(a)s Isabel da Silva Ramos, Arnaldo José Vollet, Cláudio Xavier Seefelder Filho, Márcio Hamilton Ferreira e Ricardo Moura de Araújo. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 5 FOLHAS 50 A 55. Brasília, 21 de maio de 2021. Carlos Motta dos Santos - Presidente. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 02/06/2021 sob o nº 1694051 - Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

## INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

**PORTARIA Nº 98, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Fixa o Plano de Metas de Desempenho Institucional do IPEA para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 do Decreto n° 7.142, de 29 de março de 2010; e tendo em vista o Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, a Portaria nº 157, de 31 de maio de 2012 e a Portaria MP nº 318, de 10 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Estabelecer o Plano de Metas de Desempenho Institucional da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), na forma do Anexo I, revisado conforme dispõe o Art. 18º, VI, da Portaria nº 157, de 31 de maio de 2012.

Art. 2º O Ipea realizará controle e acompanhamento eletrônico do Plano de Trabalho.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 151, de 14 de dezembro de 2020, publicada no DOU de 16 de dezembro de 2020, Seção 1, Página 80, que dispunha sobre o Plano de Metas de Desempenho Institucional do IPEA para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS VON DOELLINGER

ANEXO I

PLANO DE METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

| Metas Globais 2021 |
|---|

| Descrição da Meta | Quantidade |
|---|---|
| META 1: : Realização de avaliações de programas governamentais e proposições de políticas sob demanda de órgãos oficiais | 43 |
| META 2: Realização de estudos e pesquisas com divulgação nas modalidades e formatos vigentes | 511 |
| META 3: Apresentação de estudos e pesquisas em eventos externos | 72 |
| META 4: Realização de eventos com a participação de autoridades governamentais ou especialistas, nacionais ou estrangeiros | 83 |

| Metas Intermediárias 2021 |
|---|

Metas Finalísticas

| Descrição da meta | DIEST[1] | DIMAC[2] | DINTE[3] | DIRUR[4] | DISET[5] | DISOC[6] | ASTEC[7] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| META 1: Realização de avaliações de programas governamentais e proposições de políticas sob demanda de órgãos oficiais | 05 | 02 | 18 | 06 | 02 | 10 | 0 |
| META 2: Realização de estudos e pesquisas com divulgação nas modalidades e formatos vigentes | 80 | 110 | 70 | 87 | 60 | 100 | 04 |
| META 3: Apresentação de estudos e pesquisas em eventos externos | 05 | 10 | 20 | 11 | 06 | 20 | 0 |
| META 4: Realização de eventos com a participação de autoridades governamentais ou especialistas, nacionais ou estrangeiros | 05 | 20 | 20 | 10 | 08 | 20 | 0 |

1. Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia.
2. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas.
3. Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais.
4. Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais.
5. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura.
6. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais.
7. Assessoria Técnica da Presidência

Metas de Gestão 2021

| Assessoria de Planejamento e Articulação Institucional de Projetos e Pesquisas - ASPLA | |
|---|---|
| Descrição da meta | Meta |
| Realização de monitoramento de riscos na Diretoria de Desenvolvimento Institucional, na Procuradoria Federal e na Comissão de Ética do Ipea | 100% |
| Elaboração de uma Cartilha de Gestão de Riscos e Integridade | 100% |

| Assessoria de Imprensa e Comunicação - ASCOM | |
|---|---|
| Descrição da meta | Meta |
| Reformulação dos boletins temáticos de publicações do Ipea, para envio a públicos externos selecionados via lista de contatos de correio eletrônico (mailing) e outros canais digitais | 100% |
| Elaboração de uma nova proposta de formulação e divulgação de conteúdos na forma de áudio (podcast) para ampliar a audiência da produção do Ipea | 100% |

| Diretoria de Desenvolvimento Institucional - DIDES | |
|---|---|
| Descrição da meta | Meta |
| Aperfeiçoamento do modelo de gestão institucional mediante a adoção de 06 (seis) metas intermediárias setorizadas de modernização gerencial | 100% |

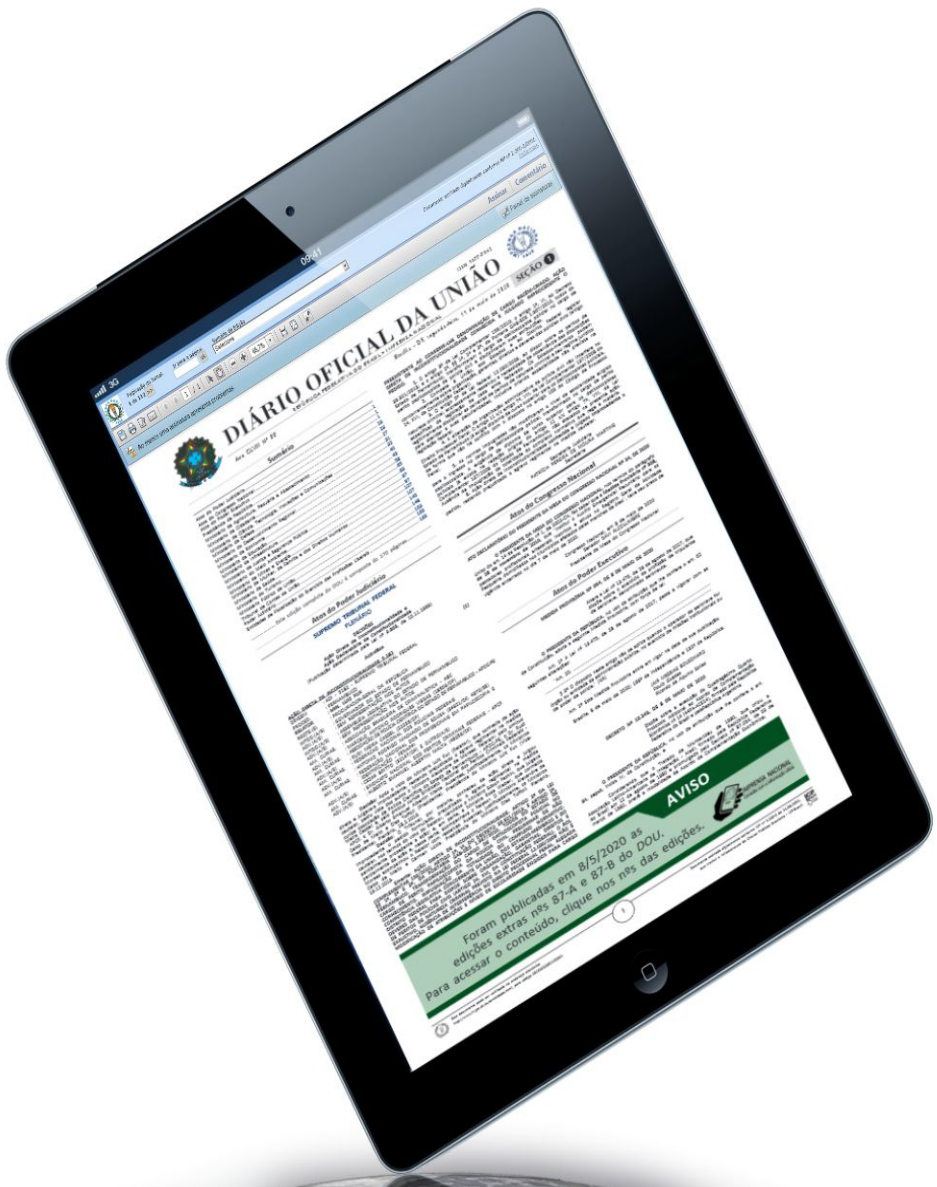
| Auditoria Interna - AUDIN | |
|---|---|
| Descrição da meta | Meta |
| Execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria - PAIN/2021 aprovado pela Controladoria Geral da União - CGU | 100% |

| Corregedoria - COREG | |
|---|---|
| Descrição da meta | Meta |
| Gerenciamento, acompanhamento e supervisão das atividades correcionais em atendimento a demandas do ano de 2021, consoante competências previstas no Decreto nº 5.480, de 30/06/2005, na Instrução Normativa CGU nº 14, de 14/11/2018, na Portaria Ipea nº 87, de 18/06/2020 e demais legislação correlata | 100% |

| Ouvidoria - OUVID | |
|---|---|
| Descrição da meta | Meta |
| Apresentação de resposta conclusiva às manifestações recebidas, nos prazos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 5, de 18 de junho de 2018, da Ouvidoria-Geral da União do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União | 100% |

| Unidade Descentralizada do IPEA no Rio de Janeiro | |
|---|---|
| Descrição da meta | Meta |
| Aperfeiçoamento do modelo de gestão institucional a partir das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional | 100% |

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Conecte-se à informação oficial




www.in.gov.br
IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

# Ministério da Educação

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 455, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Realocação entre Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE e cargo do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de mesmo nível.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 16, § 2º, do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e no art. 6º do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Efetivar as seguintes realocações de cargos e funções:

I - uma Função Comissionada do Poder Executivo de Coordenador, código FCPE 101.3, atualmente alocada na Coordenação-Geral de Legislação e Normas de Regulação e Supervisão da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, para a Secretaria-Executiva;

II - um cargo do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores de Coordenador de Projeto, código DAS 103.3, atualmente alocado na Secretaria-Executiva para a Coordenação-Geral de Legislação e Normas de Regulação e Supervisão da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

Art. 2º As realocações tratadas nos artigos anteriores deverão ser registradas no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg até o dia útil anterior à data de entrada em vigor desta Portaria, e as alterações decorrentes deverão ser propostas nos respectivos regimentos internos e nas alterações futuras do Decreto de aprovação de estrutura regimental do Ministério da Educação, caso tenham implicado alteração tácita do ato, nos termos do art. 18, inciso II, do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

Art. 3º Tornar sem efeito a Portaria nº 299, de 17 de maio de 2021, no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2021, Seção 1, página 92.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor no dia 2 de agosto de 2021.

MILTON RIBEIRO

ANEXO

ALTERAÇÕES DO QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

| SITUAÇÃO ATUAL | | | | SITUAÇÃO NOVA | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SECRETARIA-EXECUTIVA | 1 | Secretário-Executivo | NE | SECRETARIA-EXECUTIVA | 1 | Secretário-Executivo | NE |
| ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Gabinete | 5 | Coordenador de Projetos | DAS 103.3 | Gabinete | 4 | Coordenador de Projetos | DAS 103.3 |
| | | | | Gabinete | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
| SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR | 1 | Secretário | DAS 101.6 | SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR | 1 | Secretário | DAS 101.6 |
| ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Coordenação-Geral de Legislação e Normas de Regulação e Supervisão da Educação Superior | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 | Coordenação-Geral de Legislação e Normas de Regulação e Supervisão da Educação Superior | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 | Coordenação | 1 | Coordenador de Projetos | DAS 103.3 |
| ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |

### PORTARIA Nº 456, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre o valor do apoio financeiro da União aos municípios e ao Distrito Federal, para manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Será calculado, na forma desta Portaria, o valor do apoio financeiro a que se refere o art. 3º da Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011.

Art. 2º O valor por aluno a ser repassado no exercício de 2021, de acordo com a Portaria Interministerial MEC/MF nº 3, de 25 de novembro de 2020, fica fixado em:

I - R$ 4.354,43 para aluno da creche pública em período integral;

II - R$ 4.019,48 para aluno da creche pública em período parcial;

III - R$ 4.354,43 para aluno da pré-escola pública em período integral; e

IV - R$ 3.684,52 para aluno da pré-escola pública em período parcial.

Art. 3º O valor do apoio financeiro será calculado levando-se em conta:

I - os valores fixados no art. 2º desta Portaria;

II - o quantitativo de novas matrículas em:

a) creche integral;

b) creche parcial;

c) pré-escola integral; e

d) pré-escola parcial.

III - a estimativa de número de meses de funcionamento do estabelecimento, a partir do mês de registro no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação - Simec/MEC, até que as novas matrículas venham a ser computadas no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Portaria serão considerados os critérios operacionais de distribuição, repasse, execução e prestação de contas do apoio financeiro definidos pelo Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - CD/FNDE.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

### DESPACHO DE 29 DE JUNHO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 826/2018, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação - CNE, que votou no sentido de que o pedido seja encaminhado ao Conselho Estadual de Educação de São Paulo, para deliberação, em relação a convalidação de estudos realizados por Cassiano Rogério Gonçalves no curso superior de Tecnologia em Logística, ministrado pela Faculdade de Tecnologia de Jundiaí "Deputado Ary Fossen", com sede no município de Jundiaí, no estado de São Paulo, conforme consta do Processo nº 23001.000840/2018-03.

MILTON RIBEIRO

## COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

### RESOLUÇÃO Nº 2, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Prorroga a aplicação do Enade às áreas previstas para avaliação em 2021.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições legais e regulamentares que lhe conferem os incisos I e V do art. 6º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, na Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, e no Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, em conformidade com os Pareceres CNE/CP nº 5/2020, nº 9/2020 e nº 11/2020, e a Resolução Conaes nº 1, de 23 de abril de 2021, e com fundamento na Nota Técnica Inep nº 25/2021/CGCQES/DAES, resolve, em caráter excepcional:

Art. 1º Ratificar a decisão de prorrogar para o ano de 2022 a aplicação do Enade aos cursos vinculados ao ano III do ciclo avaliativo previsto no art. 40 da Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO CÉSAR BARRETO MORAES

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

### PORTARIA Nº 343, DE 25 DE JUNHO DE 2021

O Secretário de Educação Superior, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro 1999, combinado com os arts. 4º, § 5º da Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, e art. 29, da Portaria Normativa MEC nº 1, de 22 de janeiro de 2010, bem como o contido na Nota Técnica nº 284/2021/CGPES/DIPPES/SESU/SESU do processo SEI MEC nº 23000.010425/2014-36, resolve:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para aferir a responsabilidade da instituição de educação superior Faculdade Vale do Cricaré, com código e-MEC 1514, mantida pelo Instituto Vale do Cricaré Ltda, código e-MEC 994, com CNPJ n° 01.997.757/0001-64, considerando o não atendimento, por parte da Instituição de Ensino Superior, das determinações contidas no Despacho de Saneamento, decorrente do descumprimento das obrigações assumidas nos termos de adesão ao Fundo de Financiamento Estudantil - Fies com aplicação, se for o caso, das penalidades estabelecidas no art. 4º, § 5º, incisos de I a IV, a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Art. 2º Determinar que sua mantenedora - Instituto Vale do Cricaré Ltda, código e-MEC 994, com CNPJ n° 01.997.757/0001-64, seja intimado e notificado sobre o teor da presente Portaria e da Nota Técnica nº 284/2021/CGPES/DIPPES/SESU/SESU, para manifestar-se, caso queira, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro 1999.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA

## SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

### PORTARIA Nº 650, DE 29 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201415280 | ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado) | 400 | FACULDADE CIDADE DE PATOS DE MINAS | ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS - AEPM |
| 2 | 201415281 | CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado) | 400 | FACULDADE CIDADE DE PATOS DE MINAS | ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS - AEPM |

### PORTARIA Nº 651, DE 29 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 200811378 | ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado) | 100 (cem) | FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DE MACEIÓ | ADMINISTRACAO ALAGOANA DE CURSO SUPERIOR LTDA | RUA ROBERTO SIMONSEN, S/N, , GRUTA DE LOURDES, MACEIÓ/AL |
| 2 | 201710063 | GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico) | 50 (cinquenta) | FACULDADE DE TECNOLOGIA FRANCISCO MORATO | INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR MOINHO VELHO LTDA - ME | RUA DOS CRAVOS, 560, , VILA ESPANHOLA, FRANCISCO MORATO/SP |
| 3 | 201807411 | FISIOTERAPIA (Bacharelado) | 100 (cem) | INSTITUTO CUIABÁ DE ENSINO E CULTURA | ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA. | RUA OSVALDO DA SILVA CORRÊA, 621, , BAIRRO SANTA MARTA, CUIABÁ/MT |

### PORTARIA Nº 652, DE 29 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201902057 | ENFERMAGEM (Bacharelado) | 200 | FACULDADE MENNA BARRETO | CENTRO EDUCACIONAL MENNA BARRETO EIRELI - ME | RUA PREFEITO ODORICO FRANCO FERREIRA, 654, CENTRO, ARAUCÁRIA/PR |

### PORTARIA Nº 653, DE 29 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201801853 | ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado) | 500 | FACULDADE INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO | IBE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO LTDA - ME |
| 2 | 201801998 | PEDAGOGIA (Licenciatura) | 500 | FACULDADE INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO | IBE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO LTDA - ME |

### PORTARIA Nº 654, DE 29 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201801722 | ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado) | 120 (cento e vinte) | Centro Universitário Anhanguera de São Paulo | ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A | AVENIDA RAIMUNDO PEREIRA DE MAGALHÃES, 3305, CAMPUS PIRITUBA, PIRITUBA, SÃO PAULO/SP |
| 2 | 201802195 | ODONTOLOGIA (Bacharelado) | 100 (cem) | CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO | INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA | AVENIDA CASTANHEIRA, 3.700 , CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO - UNIDADE AGUAS CLARAS, ÁGUAS CLARAS, BRASÍLIA/DF |
| 3 | 201802185 | FARMÁCIA (Bacharelado) | 30 (trinta) | Centro Universitário Sudoeste Paulista | INSTITUICAO CHADDAD DE ENSINO LTDA | RUA JOSÉ DE ALMEIDA CARVALHO, 1695, CAMPUS ITAPETININGA, VILA LEONOR, ITAPETININGA/SP |

**PORTARIA Nº 655, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201717744 | ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado) | 8000 | FACULDADE GRAU S ENSINO SUPERIOR | CENTRO DE ENSINO GRAU T LTDA. |
| 2 | 201717745 | PEDAGOGIA (Bacharelado) | 8000 | FACULDADE GRAU S ENSINO SUPERIOR | CENTRO DE ENSINO GRAU T LTDA. |

**PORTARIA Nº 656, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201802187 | FISIOTERAPIA (Bacharelado) | 60 (sessenta) | Centro Universitário Sudoeste Paulista | INSTITUICAO CHADDAD DE ENSINO LTDA | RUA JOSÉ DE ALMEIDA CARVALHO, 1695, CAMPUS ITAPETININGA, VILA LEONOR, ITAPETININGA/SP |
| 2 | 201802369 | ODONTOLOGIA (Bacharelado) | 60 (sessenta) | Centro Universitário Sudoeste Paulista | INSTITUICAO CHADDAD DE ENSINO LTDA | AVENIDA PROFESSOR CELSO FERREIRA DA SILVA, 1001, , JARDIM EUROPA, AVARÉ/SP |
| 3 | 201802383 | ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado) | 50 (cinquenta) | FACULDADE CONCÓRDIA | SOCIEDADE EDUCACIONAL CONCORDIA LTDA | RUA RUA ANITA GARIBALDI, 3185, ACESSO CONTORNO NORTE, PRIMAVERA, CONCÓRDIA/SC |

**PORTARIA Nº 657, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201902504 | ENFERMAGEM (Bacharelado) | 120 | CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ALTAMIRA | SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTO ANTONIO LTDA | AVENIDA NOVO HORIZONTE, 783, CIDADE NOVA, ALTAMIRA/PA |
| 2 | 201902266 | ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado) | 60 | CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ALTAMIRA | SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTO ANTONIO LTDA | AVENIDA NOVO HORIZONTE, 783, CIDADE NOVA, ALTAMIRA/PA |
| 3 | 201902271 | MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado) | 60 | CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ALTAMIRA | SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTO ANTONIO LTDA | AVENIDA NOVO HORIZONTE, 783, CIDADE NOVA, ALTAMIRA/PA |

**PORTARIA Nº 658, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201905609 | PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico) | 200 | FACULDADE DE TECNOLOGIA AVANÇADA | CEGRAN - CENTRO DE GRADUACAO DE ANAPOLIS LTDA |
| 2 | 201908166 | PEDAGOGIA (Licenciatura) | 500 | FACULDADE ESCOLA SOBRAL DE OLIVEIRA | DANILO SOBRAL DE OLIVEIRA - EIRELI |

**PORTARIA Nº 659, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.
Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201801363 | ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado) | 100 (cem) | FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE CAMPO GRANDE | SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA | AVENIDA FERNANDO CORRÊA DA COSTA, 1760, CENTRO, VILA ROSA PIRES, CAMPO GRANDE/MS |
| 2 | 201802348 | GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico) | 100 (cem) | Faculdades de Ciências e Tecnologia do Nordeste LTDA | FACULDADES DE CIENCIAS E TECNOLOGIA DO NORDESTE LTDA - EPP | RUA PROFESSOR JACINTO BOTELHO, 1080, SALA 12A 14, 16, 38 SALA 101 A 114 SALA 201 A 212, 216, 217, SALA 218, 219, 220, 221 SALA 222, GUARARAPES, FORTALEZA/CE |
| 3 | 201802415 | GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico) | 240 (duzentas e quarenta) | FACULDADE UNINASSAU LAURO DE FREITAS | CETEBA - CENTRO DE ENSINO E TECNOLOGIA DA BAHIA LTDA | ESTRADA DO COCO KM 4,5, S/N, , CENTO, LAURO DE FREITAS/BA |

**PORTARIA Nº 660, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201805828 | GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico) | 1000 | FACULDADE DO COMÉRCIO DE SÃO PAULO | INSTITUTO PAULISTANO DE ENSINO SUPERIOR DO COMERCIO S.A |
| 2 | 201805827 | GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico) | 1000 | FACULDADE DO COMÉRCIO DE SÃO PAULO | INSTITUTO PAULISTANO DE ENSINO SUPERIOR DO COMERCIO S.A |
| 3 | 201805831 | LOGÍSTICA (Tecnológico) | 1000 | FACULDADE DO COMÉRCIO DE SÃO PAULO | INSTITUTO PAULISTANO DE ENSINO SUPERIOR DO COMERCIO S.A |
| 4 | 201805832 | SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico) | 1000 | FACULDADE DO COMÉRCIO DE SÃO PAULO | INSTITUTO PAULISTANO DE ENSINO SUPERIOR DO COMERCIO S.A |

**PORTARIA Nº 661, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.
Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201802357 | CINEMA E AUDIOVISUAL (Bacharelado) | 120 (cento e vinte) | FACULDADES INTEGRADAS HÉLIO ALONSO | ORGANIZACAO HELIO ALONSO DE EDUCACAO E CULTURA OHAEC | RUA MUNIZ BARRETO, 51, UNIDADE SEDE, BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO/RJ |
| 2 | 201802322 | ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado) | 200 (duzentas) | Faculdade Unida de Campinas Goiânia - FACUNICAMPS GOIÂNIA | DINAMICA ADMINISTRACAO CONSULTORIA & GESTAO S/S LTDA | RUA 234, 371, , , SETOR COIMBRA, GOIÂNIA/GO |
| 3 | 201802092 | FISIOTERAPIA (Bacharelado) | 100 (cem) | INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR | FUNDACAO ESPERANCA | RUA COARACY NUNES, 3315, CAIXA POSTAL 222, CARANAZAL, SANTARÉM/PA |

**PORTARIA Nº 662, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201906844 | PSICOLOGIA (Bacharelado) | 100 | FACULDADE DINÂMICA | XAVIER E RODOVALHO LTDA - ME | AVENIDA DONA DITA, S/N, JULIO VENÂNCIO, SANTA TEREZINHA DE GOIÁS/GO |

**PORTARIA Nº 663, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201905302 | ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado) | 80 | FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO VICENTE | FORTEC ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA |
| 2 | 201905918 | ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado) | 80 | FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO VICENTE | FORTEC ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA |

**PORTARIA Nº 664, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201801473 | SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado) | 40 (quarenta) | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS | RODOVIA MACHADO PARAGUAÇU, KM 3, CAMPUS MACHADO, SANTO ANTÔNIO, MACHADO/MG |
| 2 | 201802193 | DESIGN (Bacharelado) | 200 (duzentas) | UNIVERSIDADE CEUMA | CEUMA-ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR | AVENIDA SÃO LUÍS REI DE FRANÇA, 50, UNIVERSIDADE DO CEUMA - UNICEUMA - CAMPUS TURU, TURU, SÃO LUÍS/MA |
| 3 | 201715074 | NUTRIÇÃO (Bacharelado) | 280 (duzentas e oitenta) | UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO | ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO | AVENIDA PROFESSOR LUIZ IGNÁCIO ANHAIA MELLO, 1363, - ATÉ 2001 - LADO ÍMPAR, VILA PRUDENTE, SÃO PAULO/SP |
| 4 | 201801996 | ENGENHARIA DE BIOPROCESSOS E BIOTECNOLOGIA (Bacharelado) | 88 (oitenta e oito) | UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ | UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA | ESTRADA PARA A BOA ESPERANÇA, KM 4, S/N, COLONIA MISSÕES, -, DOIS VIZINHOS/PR |

**PORTARIA Nº 665, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

| Nº de Ordem | Registro e-MEC | Modalidade | Código Curso | Nome Curso | Grau | Código IES | IES | Código Mantenedora | Mantenedora |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 202116398 | Educação Presencial | 1354218 | ENGENHARIA ELÉTRICA | Bacharelado | 19791 | Faculdade Pitágoras de Jaboatão dos Guararapes | 14514 | EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A |
| 2 | 202116295 | Educação Presencial | 1389243 | DIREITO | Bacharelado | 22219 | FACULDADE UNIVERITAS UNIVERSUS VERITAS DE CONTAGEM | 1847 | SER EDUCACIONAL S.A. |
| 3 | 202116293 | Educação Presencial | 1388851 | ADMINISTRAÇÃO | Bacharelado | 22219 | FACULDADE UNIVERITAS UNIVERSUS VERITAS DE CONTAGEM | 1847 | SER EDUCACIONAL S.A. |
| 4 | 202116296 | Educação Presencial | 1350916 | CIÊNCIAS CONTÁBEIS | Bacharelado | 21589 | Faculdade Maurício de Nassau de Caxias do Sul | 1847 | SER EDUCACIONAL S.A. |
| 5 | 202116297 | Educação Presencial | 1350915 | ADMINISTRAÇÃO | Bacharelado | 21589 | Faculdade Maurício de Nassau de Caxias do Sul | 1847 | SER EDUCACIONAL S.A. |

**PORTARIA Nº 666, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

| Nº de Ordem | Registro e-MEC | Modalidade | Código Curso | Nome Curso | Grau | Código IES | IES | Código Mantenedora | Mantenedora |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 202116290 | Educação Presencial | 1351003 | CIÊNCIAS CONTÁBEIS | Bacharelado | 19850 | FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE NITERÓI | 1847 | SER EDUCACIONAL S.A. |
| 2 | 202116214 | Educação Presencial | 1405190 | COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA | Bacharelado | 2465 | FACULDADE IBMEC SÃO PAULO | 1223 | IBMEC EDUCACIONAL LTDA. |
| 3 | 202116294 | Educação Presencial | 1388823 | CIÊNCIAS CONTÁBEIS | Bacharelado | 22219 | FACULDADE UNIVERITAS UNIVERSUS VERITAS DE CONTAGEM | 1847 | SER EDUCACIONAL S.A. |
| 4 | 202116289 | Educação Presencial | 1351002 | ADMINISTRAÇÃO | Bacharelado | 19850 | FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE NITERÓI | 1847 | SER EDUCACIONAL S.A. |

**PORTARIA Nº 667, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

| Nº de Ordem | Registro e-MEC | Modalidade | Código Curso | Nome Curso | Grau | Código IES | IES | Código Mantenedora | Mantenedora |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 202115894 | Educação Presencial | 123407 | MANUTENÇÃO DE AERONAVES | Tecnológico | 1557 | UNIVERSIDADE FUMEC | 113 | FUNDACAO MINEIRA DE EDUCACAO E CULTURA |
| 2 | 202115893 | Educação Presencial | 51540 | DESIGN GRÁFICO | Bacharelado | 1557 | UNIVERSIDADE FUMEC | 113 | FUNDACAO MINEIRA DE EDUCACAO E CULTURA |
| 3 | 202115377 | Educação Presencial | 1102657 | HISTÓRIA | Licenciatura | 1984 | Centro Universitário Unifacig | 1301 | CENTRO SUPERIOR DE ESTUDOS DE MANHUACU LTDA |
| 4 | 202115858 | Educação Presencial | 38581 | ADMINISTRAÇÃO | Bacharelado | 1205 | FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA | 815 | SOCIEDADE TECNICA EDUCACIONAL DA LAPA S/A |

**PORTARIA Nº 668, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

| Nº de Ordem | Registro e-MEC | Modalidade | Código Curso | Nome Curso | Grau | Código IES | IES | Código Mantenedora | Mantenedora |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 202116228 | Educação Presencial | 48255 | GESTÃO HOTELEIRA | Tecnológico | 1811 | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS | 14110 | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIAS |
| 2 | 202116309 | Educação Presencial | 41640 | COMUNICAÇÃO SOCIAL | Bacharelado | 1131 | CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO | 781 | ASSOCIACAO TERESINENSE DE ENSINO S/C LTDA |
| 3 | 202116172 | Educação a Distância | 1374949 | EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA | Licenciatura | 1807 | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará | 13984 | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA |
| 4 | 202115540 | Educação Presencial | 1121680 | ENGENHARIA DE BIOPROCESSOS | Bacharelado | 4522 | CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM | 270 | MISSAO SALESIANA DE MATO GROSSO |

**PORTARIA Nº 669, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

| Nº de Ordem | Registro e-MEC | Modalidade | Código Curso | Nome Curso | Grau | Código IES | IES | Código Mantenedora | Mantenedora |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 202115755 | Educação Presencial | 1123242 | GESTÃO COMERCIAL | Tecnológico | 1557 | UNIVERSIDADE FUMEC | 113 | FUNDACAO MINEIRA DE EDUCACAO E CULTURA |
| 2 | 202115756 | Educação Presencial | 108334 | GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | Tecnológico | 1557 | UNIVERSIDADE FUMEC | 113 | FUNDACAO MINEIRA DE EDUCACAO E CULTURA |
| 3 | 202116229 | Educação Presencial | 48265 | GESTÃO TURÍSTICA | Tecnológico | 1811 | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS | 14110 | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIAS |
| 4 | 202115392 | Educação Presencial | 18082 | ADMINISTRAÇÃO | Bacharelado | 3588 | CENTRO UNIVERSITÁRIO DOM PEDRO II | 2274 | INSTITUICAO BAIANA DE ENSINO SUPERIOR LTDA |

**PORTARIA Nº 670, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

| Nº de Ordem | Registro e-MEC | Modalidade | Código Curso | Nome Curso | Grau | Código IES | IES | Código Mantenedora | Mantenedora |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 202115757 | Educação Presencial | 1190235 | REDES DE COMPUTADORES | Tecnológico | 1557 | UNIVERSIDADE FUMEC | 113 | FUNDACAO MINEIRA DE EDUCACAO E CULTURA |
| 2 | 202116201 | Educação Presencial | 25446 | JORNALISMO | Bacharelado | 1362 | Centro Universitário Governador Ozanam Coelho | 907 | SEGOC - SOCIEDADE EDUCACIONAL GOVERNADOR OZANAM COELHO LTDA |
| 3 | 202115859 | Educação Presencial | 41641 | PEDAGOGIA | Licenciatura | 1205 | FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA | 815 | SOCIEDADE TECNICA EDUCACIONAL DA LAPA S/A |
| 4 | 202115378 | Educação Presencial | 117834 | SERVIÇO SOCIAL | Bacharelado | 1984 | Centro Universitário Unifacig | 1301 | CENTRO SUPERIOR DE ESTUDOS DE MANHUACU LTDA |

**PORTARIA Nº 671, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

| Nº de Ordem | Registro e-MEC | Modalidade | Código Curso | Nome Curso | Grau | Código IES | IES | Código Mantenedora | Mantenedora |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 202116288 | Educação Presencial | 34536 | PEDAGOGIA | Licenciatura | 1403 | Faculdade Estácio de Pimenta Bueno | 17846 | PIMENTA BUENO SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA |
| 2 | 202115252 | Educação Presencial | 3846 | MATEMÁTICA | Licenciatura | 3151 | UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ | 2012 | FUNDACAO UNIVERSITARIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE |
| 3 | 202116224 | Educação Presencial | 1210648 | GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS | Tecnológico | 18201 | FACULDADE SENAC PALHOÇA | 2084 | SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC |

**PORTARIA Nº 672, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº 23000.016083/2021-97.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 9º e 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 186/2021/CGSE/DISUP/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º - Instaurar Procedimento Sancionador em face do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (cód. 107976) ofertado pela Faculdade Única de Montes Claros (cód. 3657);

Art. 2º - Aplicar as medidas cautelares de:

1. Sobrestamento do processo e-MEC nº 201611418 até a conclusão do processo de supervisão;

2. Suspensão de ingresso de novos estudantes no curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (cód. 107976).

Art. 3º - Notificar a Instituição de Ensino Superior (IES) da decisão por meio eletrônico, pelo sistema de comunicação do e-MEC, e da intimação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do parágrafo único do art. 71 do Decreto nº 9.235, de 2017.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

**PORTARIA Nº 673, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº 23000.015697/2021-51.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 9º e 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, na Portaria MEC nº 315, de 4 de abril de 2018, e tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 187/2021/CGSE/DISUP/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º - Instaurar Procedimento Sancionador em face curso de Farmácia (cód. 109282) ofertado pela da Faculdade de Colíder (cód. 1785);

Art. 2º - Aplicar as medidas cautelares de:

1. Sobrestamento do processo e-MEC nº 201807401 até a conclusão do processo de supervisão;

2. Suspensão de ingresso de novos estudantes no curso de Farmácia (cód. 109282).

Art. 3º - Notificar a Instituição de Ensino Superior (IES) da decisão por meio eletrônico, pelo sistema de comunicação do e-MEC, e da intimação para a apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do parágrafo único do art. 71 do Decreto nº 9.235, de 2017.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

**PORTARIA Nº 674, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº 23000.015316/2021-34.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 9º e 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 175/2021/CGSE/DISUP/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º - Instaurar Procedimento Sancionador em face do curso de Sistema de Informação (cód. 88066) ofertado pela Faculdade de Informática de Ouro Preto do Oeste (cód. 2779);

Art. 2º - Aplicar as medidas cautelares de:

1. Sobrestamento do processo e-MEC nº 201611434 até a conclusão do processo de supervisão;

2. Suspensão de ingresso de novos estudantes no curso de Sistema de Informação (cód. 88066).

Art. 3º - Notificar a Instituição de Ensino Superior (IES) da decisão por meio eletrônico, pelo sistema de comunicação do e-MEC, e da intimação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do parágrafo único do art. 71 do Decreto nº 9.235, de 2017.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

**DESPACHO Nº 76, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o inciso X, art. 24, do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Encaminhar os requerimentos referentes às entidades elencadas no Anexo I aos Ministérios da Saúde e/ou Cidadania, com a manifestação deste Ministério (MEC), para análise e apreciação.

Art. 2º Este encaminhamento é realizado em virtude de as entidade possuírem atuação nas áreas de Assistência Social e/ou Saúde concomitantemente com a Educação, em cumprimento do disposto no art. 13, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e no art. 21, da Lei n.º 12.101, de 27 de novembro de 2009.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO I

| | CNPJ | Nome da Entidade | Local | Nº do(s) Processo(s) | Ministério Destinatário |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 60.975.737/0001-51 | SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO | São Paulo/SP | 23000.018944/2020-91 | Ministério da Saúde |
| 2 | 17.507.708/0001-36 | ASSOCIACAO SAO VICENTE DE PAULO DE BELO HORIZONTE | Belo Horizonte/MG | 23000.018637/2019-76 | Ministério da Cidadania |
| 3 | 37.197.183/0001-97 | ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS | Camapuã/MS | 23000.033736/2018-05 | Ministério da Cidadania |

**DESPACHO Nº 78, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Decide o processo nº 23000.006191/2021-51.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigos 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, artigos 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e artigos 53 a 74 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 184/2021/CGSE/DISUP/SERES, determina perante o Instituto de Educação Superior Unyahna de Salvador (cód. 1123), mantido pela Associação Educacional Unyahna S/C (cód. 736):

i) a limitação do ingresso de novos alunos em todos os cursos da Instituição, ao quantitativo de 40 (quarenta) ingressantes por curso, semestral ou anual, a depender do regime de oferta, a suspensão de novos ingressos nos cursos de pós-graduação ofertados, a vedação da abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação e a vedação do aditamento ao ato autorizativo que implique na ampliação da abrangência geográfica;

ii) a retomada da análise do processo e-MEC nº 201012894 de recredenciamento;

iii) a revogação da Portaria nº 252, publicada em 19 de março de 2021;

iv) a notificação da Instituição do teor da decisão com a informação da possibilidade de recurso ao Conselho Nacional de Educação (CNE) no prazo de 30 (trinta dias), nos termos do art. 75 do Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999,

v) a notificação do Instituto de Educação Superior Unyahna de Salvador (cód. 1123) da decisão por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

## COORDENAÇÃO-GERAL DA CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### DESPACHO Nº 77, DE 29 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DA CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 469, de 24 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 25 de junho de 2015, e considerando o disposto no art. 26, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no art. 14, § 4º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Abrir consulta pública para manifestação da sociedade civil acerca de processos que se encontram em fase recursal contra decisão de indeferimento ou cancelamento da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), referentes às entidades elencadas no Anexo I.

Art. 2º Em virtude do cumprimento de decisão judicial, nos autos do Mandado de Segurança nº 26.038/DF, os prazos do CEBAS-Educação encontram-se suspensos, nos termos da Portaria nº 144, de 13 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 14 de maio de 2020, podendo a entidade apresentar manifestação a qualquer tempo, enquanto viger a decisão judicial.

Art. 3º A manifestação de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetivada exclusivamente por meio eletrônico, pelo endereço https://mecsp.metasix.solutions/portal.

FELIPE DOS SANTOS BORGES

ANEXO

| | Nome da Entidade | CNPJ | Nº Processo | Tipo |
|---|---|---|---|---|
| 1 | CRECHE AGOSTINHO CANDIDO DE SOUZA | 19.177.989/0001-31 | 23000.039265/2016-79 | Concessão |
| 2 | ASSOCIACAO DE SOLIDARIEDADE A CRIANCA EXCEPCIONAL ASCE | 33.861.865/0001-00 | 71000.139233/2014-53 | Renovação |
| 3 | CRECHE COMUNITARIA DA QE 38 DO GUARA II | 37.117.363/0001-11 | 23000.036061/2018-48 | Concessão |
| 4 | JUNTA DE EDUCACAO E ACAO SOCIAL DA CONVENCAO BATISTA FLUMINENSE | 29.107.380/0001-40 | 23000.010264/2012-19 | Concessão |

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS

### CAMPUS ALMENARA

### PORTARIA Nº 125, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS - CAMPUS ALMENARA, Professor JOAQUIM NETO DE SOUSA SANTOS, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 1.051, de 20/10/2016, publicada no Diário Oficial da União no dia 01/11/2016 e considerando; o disposto no item 10.4 do Edital n° 395, de 14/11/2018, publicado no DOU de 16/11/2018; e o que consta do Processo n° 23390.001051/2018-45, resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 125, de 18/09/2020, publicada no DOU de 21/09/2020, que trata da prorrogação do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto - Edital nº 53/2019, IFNMG - Campus Almenara, conforme segue:

Onde se lê: Art. 1º Prorrogar por 01 (um) ano, a contar de 19 de setembro de 2020, o prazo de validade do processo seletivo para contratação de Professor substituto, objeto do Edital nº 53, de 30/08/2019, publicado no DOU de 02/09/2019, homologado pelo Edital nº 61/2019, publicado no DOU de 19/09/2019.

Leia-se: Art. 1º Prorrogar por 01 (um) ano, a contar de 20/09/2020, o prazo de validade do processo seletivo para contratação de Professor substituto, objeto do Edital nº 53, de 30/08/2019, publicado no DOU de 02/09/2019, homologado pelo Edital nº 61/2019, de 19/09/2019, publicado no DOU de 20/09/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM NETO DE SOUSA SANTOS

### PORTARIA Nº 157, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS - CAMPUS ALMENARA, Professor JOAQUIM NETO DE SOUSA SANTOS, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 1.051, de 20/10/2016, publicada no Diário Oficial da União no dia 01/11/2016 e considerando; o disposto no item 10.4 do Edital n° 395, de 14/11/2018, publicado no DOU de 16/11/2018; e o que consta do Processo n° 23390.001051/2018-45, resolve:

Art.1º. RETIFICAR a Portaria nº 157, de 20 de novembro de 2020, que trata da prorrogação do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto - Edital nº 85/2019, IFNMG - Campus Almenara, conforme segue:

Onde se lê: Art. 1º Prorrogar por 01 (um) ano, a contar de 27 de janeiro de 2020, o prazo de validade do processo seletivo para contratação de Professor substituto, área de Biologia, objeto do Edital nº 85, de 20/12/2019, publicado no DOU de 23/12/2019, homologado pelo Edital nº 04/2019, publicado no DOU de 27/01/2019.

Leia-se: Art. 1º Prorrogar por 01 (um) ano, a contar de 27 de janeiro de 2021, o prazo de validade do processo seletivo para contratação de Professor substituto, área de Biologia, objeto do Edital nº 85, de 20/12/2019, publicado no DOU de 23/12/2019, homologado pelo Edital nº 04/2020, publicado no DOU de 27/01/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM NETO DE SOUSA SANTOS

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

### PORTARIA Nº 2.489, DE 29 DE JUNHO DE 2021

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições legais e estatutárias, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria n° 1.237/2019, a partir de 26/06/2019, considerando-se a decisão proferida pelo deferimento do recurso interposto a favor da redução da penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a União, aplicada à Empresa MT Comercial Médica Ltda. (CNPJ n° 07.946.534/0001-54), de 18(dezoito) meses para 77(setenta e sete) dias, contada a partir da data de publicação da Portaria n° 1.237/2019. (Processo n.º 23076.046655/2021-21)

ALFREDO MACEDO GOMES

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

### PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

### DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

### PORTARIA Nº 458/DDP, 29 DE JUNHO DE 2021

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.063073/2019-83, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências Agrárias (CCA), para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Fitotecnia (FIT), objeto do Edital nº 121/2019/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019, Seção 3, página 116.

Campo de Conhecimento: Silvicultura/Manejo Florestal/Dendrometria e Inventário Florestal/Conservação de Áreas Silvestres

Regime de Trabalho: DE

Vagas: 01 (uma) sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos negros conforme prevê a seção 4 deste Edital

Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto/1

Lista geral:

| Classificação | Candidato | Média final |
|---|---|---|
| 1º | ANA CATARINA CONTE JAKOVAC | 8,63 |
| 2º | VINICIUS COSTA CYSNEIROS | 8,33 |
| 3º | NINO TAVARES AMAZONAS | 8,08 |
| 4º | EMANUELA WEHMUTH ALVES WEIDLICH | 8,03 |
| 5º | AMANDA KOCHE MARCON | 7,90 |

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

### CENTRO DE TECNOLOGIA

### PORTARIA Nº 29/ CT-UFPI, DE 28 DE JUNHO DE 2021

A DIRETORA DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo eletrônico nº 23111.003645/2021-03; O Edital n.º 05/2021-CT/UFPI, publicado em 03/05/2021; as leis n.º. 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 27/10/99 e 15/05/03, respectivamente, e os Decretos n.º 6.944/09 e 4.175/02, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Processo Seletivo para contratação de um Professor Substituto, 01 (uma) vaga, para o Departamento de Construção Civil e Arquitetura, área de conhecimento: Projetos Arquitetônicos e Representação Gráfica, do Centro de Tecnologia - CT/UFPI, Campus Ministro Petrônio Portella, na cidade de Teresina-Piauí, correspondente à Classe de Professor Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI-40 (quarenta horas semanais), habilitando e classificando para contratação a candidata, Michele Marta Rossi, CPF 368.589.458-73 (1º lugar) e classificados os candidatos: Tiago Farias Lopes, CPF 827.229.863-53 (2ºlugar); Víctor Veríssimo Guimarães, CPF 048.371.533-64 (3º lugar), Geovana Alves Rocha Vieira, CPF 025.216.543-21 (4º lugar), Neuza Brito de Arêa Leão Melo, CPF 492.505.823-15 (5º lugar) e Ana Thais Freitas Borges, CPF 043.704.233-25 (6º lugar).

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do artigo 4º, do Decreto nº 10.139/2019, da Presidência da República, justificando-se a urgência na excepcionalidade operacional da atividade administrativa no contexto de calamidade pública, decorrente da pandemia pela COVID-19, e a necessidade de sua regulamentação.

NÍCIA BEZERRA FORMIGA LEITE

# Ministério da Infraestrutura

## SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

### PORTARIA Nº 771, DE 25 DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.035322/2020-08, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, licença de funcionamento à pessoa jurídica INSTEV INSPEÇÃO TÉCNICA VEICULAR LTDA., inscrita no CNPJ nº 35.397.797/0001-97, situada no Município de Três Lagoas - MS, Rua dos Macons, 1588, Jardim Alvorada, CEP: 79.610-140, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Fica revogada a Portaria DENATRAN nº 736, de 16 de junho de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

## AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

## SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

### PORTARIA Nº 5.278, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso das atribuições outorgadas pelo art. 33, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, e considerando o que consta do processo no 00058.034354/2020-44, resolve:

Art. 1º Conceder o Certificado Operacional de Aeroporto no 57/SBPJ/2021 à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, operadora do Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues - Palmas/TO (código CIAD: TO0001).

Parágrafo único. A certificação operacional fica condicionada, ao menos, à manutenção, pelo operador aeroportuário, dos aspectos avaliados no âmbito do processo por meio do qual a outorga foi concedida.

Art. 2º O aeroporto certificado nos termos do art. 1º operará com as seguintes especificações operativas:

I - Geral:

a) Código de referência: 4C;

b) O aeroporto pode ser utilizado regularmente por quaisquer aeronaves compatíveis com o código de referência 4C ou inferior;

c) Tipo de operação por pista/cabeceira:

Cabeceira 14: VFR Diurno/Noturno e IFR Não-precisão Diurno/Noturno;

Cabeceira 32: VFR Diurno/Noturno e IFR Não-precisão Diurno/Noturno;

d) Categoria Contraincêndio do Aeródromo - CAT: 6;

e) Autorizações de Operações Especiais: Não há.

II - Restrição a classes e tipos de aeronaves: Não aplicável.

III - Restrição aos serviços aéreos: Não aplicável.

IV - Restrições operacionais: Não há.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GIOVANO PALMA

### PORTARIA Nº 5.279, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, e considerando o que consta do processo nº 00058.034354/2020-44, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Portaria nº 908/SIA, de 13 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 14 de abril de 2016, Seção 1, página 9, que define as aeronaves críticas e as respectivas frequências semanais de operação para aeródromos civis públicos brasileiros, para excluir o Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues (Código OACI: SBPJ), localizado em Palmas (TO), com as seguintes informações:

| Código | Nome | Município | UF | Aeronave crítica | Tipo de aproximação | Frequência semanal |
|---|---|---|---|---|---|---|
| SBPJ | Brigadeiro Lysias Rodrigues | Palmas | TO | 4C | NPA | 38 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GIOVANO PALMA

## GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

### PORTARIA Nº 5.199, DE 15 DE JUNHO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.017685/2021-10, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Heliponto Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Iguatemi Empresarial;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: CE0055;

III - município (UF): Fortaleza (CE);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 03° 45' 13'' S / 038° 29' 26'' W;

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 544/SIA de 21 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2011, Seção 1 Página 13.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

### PORTARIA Nº 5.249, DE 22 DE JUNHO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.024335/2021-00, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Tonga;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PA0048;

III - município (UF): Paragominas (PA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 03° 27' 17'' S / 047° 31' 43'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1873/SIA de 28 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 29 de setembro de 2011, Seção 1, Página 25.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

### PORTARIA Nº 5.253, DE 22 DE JUNHO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.023957/2021-11, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Caruan;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0695;

III - município (UF): Salto do Céu (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 14° 56' 29'' S / 058° 05' 23'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

### PORTARIA Nº 5.254, DE 22 DE JUNHO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.024071/2021-86, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Mãe Nina;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0537;

III - município (UF): Itaquiraí (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 18' 12'' S / 053° 53' 58'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

### PORTARIA Nº 5.255, DE 22 DE JUNHO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.024074/2021-10, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Serra Dourada;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0716;

III - município (UF): Nova Lacerda (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 14° 20' 25'' S / 059° 38' 54'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

**PORTARIA Nº 5.257, DE 22 DE JUNHO DE 2021**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.021171/2021-51, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Passagem Funda;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: BA0367;

III - município (UF): Correntina (BA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 13° 57' 35'' S / 046° 06' 14'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

**PORTARIA Nº 5.261, DE 23 DE JUNHO DE 2021**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.020692/2021-91, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Tenoar;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0049;

III - município (UF): Chapadão do Sul (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 18° 44' 54'' S / 052° 41' 12'' W

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 971/SIA de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 17 de abril de 2013, Seção 1 Página 213.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

**PORTARIA Nº 5.269, DE 23 DE JUNHO DE 2021**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.024734/2021-62, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Noma;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RO0072;

III - município (UF): São Francisco do Guaporé (RO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 12° 05' 46'' S / 063° 30' 35'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

**PORTARIA Nº 5.273, DE 23 DE JUNHO DE 2021**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.023937/2021-31, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Nossa Senhora Aparecida;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0727;

III - município (UF): Lambarí D'Oeste (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 15° 10' 42'' S / 057° 42' 25'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

**PORTARIA Nº 5.280, DE 24 DE JUNHO DE 2021**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.020137/2021-69, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Tijucas do Sul;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PR0207;

III - município (UF): Tijucas do Sul (PR);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 25° 52' 26'' S / 049° 10' 31'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

**PORTARIA Nº 5.281, DE 24 DE JUNHO DE 2021**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.021325/2021-12, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Heliponto Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Banco Itaú - RJ;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RJ0138;

III - município (UF): Rio de Janeiro (RJ);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 53' 58'' S / 043° 13' 25'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 463/SIA de 13 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março de 2012, Seção 1, Página 1.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

**PORTARIA Nº 5.274, DE 23 DE JUNHO DE 2021**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.017527/2021-51, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: AFG I;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0624;

III - município (UF): Vale de São Domingos (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 14° 36' 04'' S / 058° 54' 10'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

## SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
## GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

**PORTARIA Nº 5.292, DE 25 DE JUNHO DE 2021**

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão H, aprovado pela Portaria nº 3.711/SPO, de 14 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 137 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.000776/2021-06, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão da Revisão 03 do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2010-06-4IAD-04-03, emitido em 22 de junho de 2021, em favor da sociedade empresária NOVA AVIACAO AGRICOLA, CNPJ 06.945.502/0001-71.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

## SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
## GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

**PORTARIA Nº 5.309, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12 da Portaria nº 2.928, de 21 de outubro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.054876/2019-30, resolve:

Art. 1º Tornar público a efetivação da decisão administrativa de suspensão punitiva do Certificado de Habilitação Técnica, entre os dias 28 de junho de 2021 e 28 de agosto de 2021, do aeronauta Guilherme Orlando Ferramenta da Silva, detentor do CANAC 225832.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

**DELIBERAÇÃO Nº 154, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010579/2021-45 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Deferir a medida cautelar pleiteada pela empresa TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A, para permitir que a requerente receba os veículos sob sua responsabilidade em seu pátio particular, sem a necessidade de utilização dos pátios de triagem autorizados pelo Porto de Suape, respeitada integralmente a vedação de prestação de serviços a terceiros, conforme recomendação da ANTAQ, e obedecido o regramento portuário acerca do devido agendamento.

Art. 2º Encaminhar os autos à Superintendência de Regulação (SRG) para iniciar a análise dos fundamentos e pedidos de mérito deduzidos nos autos do Processo nº 50300.010579/2021-45.

Art. 3º Cientificar a empresa TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A, bem como o COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS - SUAPE acerca da presente decisão.

Art. 4º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

**EXTRATO DO ACÓRDÃO Nº 347-ANTAQ, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo: 50300.020371/2020-53
Parte: CSN MINERACAO S.A. (08.902.291/0003-87)
Ementa: Processo administrativo sancionador deflagrado pela lavratura do Auto de Infração 4742-2 (SEI 1235862) em desfavor da empresa CSN Mineração S.A.. Inadimplemento do § 1º da cláusula 19ª do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento C-DEPJUR nº 054/97. Tipificação prevista no art. 32, inciso XXXVIII, da Resolução 3.274-ANTAQ.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 503ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 21 a 23/06/2021, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - tornar insubsistente o Auto de Infração nº 004742-2 (SEI 1235862), lavrado em desfavor da empresa CSN MINERACAO S.A. (CNPJ 08.902.291/0003-87), por descumprimento do inciso XXXVIII do art. 32 da Resolução nº 3.274-ANTAQ, em virtude da não implementação dos investimentos pactuados no 5º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento C-DEPJUR 054/97 até agosto de 2019;II - determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação da Unidades Regionais que apure, em processo apartado, a responsabilidade da Companhia Docas do Rio de Janeiro por não ter autorizado o início dos investimentos pactuados com a arrendatária, em inobservância ao item 38 do Manual de Análise e Fiscalização do Projeto Executivo em Arrendamentos Portuários, bem como em desatendimento ao Ofício 270/2018/DG-ANTAQ (SEI 0547535);III - determinar o arquivamento do presente processo, assim como dos processos de nºs 50300.000943/2019-44 e 50300.017203/2019-47, que devem ser apensados aos presentes autos; e IV - cientificar a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA e a empresa CSN Mineração S.A. acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Relator, Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

**ACÓRDÃO Nº 348-ANTAQ, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo: 50300.015901/2020-41
Parte: TEC-SUB TECNOLOGIA SUBAQUATICA LTDA. (57.728.206/0001-50)
Ementa: Processo de fiscalização instaurado em face da empresa Tec-Sub Tecnologia Subaquática Ltda., em atendimento ao Plano Anual de Fiscalização da ANTAQ - 2020, nos termos da Ordem de Serviço de Fiscalização 1.057/2020/URESP/SFC (SEI 1130150).Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 503ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 21 a 23/06/2021, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - tornar subsistente o Auto de Infração 4642-6, lavrado pela Unidade Regional de São Paulo desta Agência;II - aplicar a penalidade de multa pecuniária, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), à empresa Tec-Sub Tecnologia Subaquática Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 57.728.206/0001-50, pela infração ao artigo 33 da Resolução Normativa 18-ANTAQ, consubstanciada na perda dos requisitos exigidos para manutenção da outorga;III - declarar extinta a autorização contida no Termo de Autorização 941-ANTAQ, de 17 de abril de 2013, por cassação, nos termos das alínas "g" e "h" do inciso II do artigo 20 da Resolução Normativa 05-ANTAQ;IV - determinar que a Superintendência de Outorgas adote as providências administrativas necessárias à extinção ora promovida; e V - cientificar a empresa Tec-Sub Tecnologia Subaquática Ltda. acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Relator, Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

**ACÓRDÃO Nº 349-ANTAQ, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo: 50300.008826/2021-43
Parte: LFA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA (14.334.947/0001-43)
Ementa: Extinção da outorga de autorização decorrente da plena eficácia do Termo de Autorização 1.332-ANTAQ (1324046), pertencente à empresa LFA Agência de Viagens e Turismo Ltda., CNPJ nº 14.334.947/0001-43.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 503ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 21 a 23/06/2021, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - declarar extinta, por implementação do objeto e perda de plena eficácia, a outorga de titularidade da empresa LFA Agência de Viagens e Turismo Ltda., CNPJ nº 14.334.947/0001-43, de que trata o Termo de Autorização 1.332-ANTAQ e a Resolução 4.942-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo;II - dar ciência desta decisão à Superintendência de Outorgas e à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais, para adoção das providências pertinentes; e III - cientificar a empresa LFA Agência de Viagens e Turismo Ltda. acerca da presente deliberação.Participaram da deliberação o Relator, Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

**ACÓRDÃO Nº 350-ANTAQ, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo: 50300.014217/2019-17
Parte: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA ( 37.115.342/0001-67)
Ementa: Requerimento de unificação, realização de novos investimentos e prorrogação dos contratos SN/1996, 025/2000 e 072/2001, todos de titularidade da empresa Terminais Marítimos de Pernambuco S.A. (Temape), no Porto de Suape/PE.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 503ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 21 a 23/06/2021, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - aprovar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental referente ao aporte de novos investimentos, unificação e prorrogação dos Contratos SN/1996, 025/2000 e 072/2001, cujo resultado indica Valor Presente Líquido de R$ 8.633.762,38 (oito milhões, seiscentos e trinta e três mil, setecentos e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos) e payback descontado anunciado para 23/12/2037;II - sugerir que a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ocorra por meio da inclusão de remuneração variável de R$ 0,54/tonelada e da consignação de obrigação de aporte de investimentos futuros, para compensar o Valor Presente Líquido remanescente de R$ 5.351.160,35 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e um mil, cento e sessenta reais e trinta e cinco centavos) até 28/08/2034;III - recomendar a fixação de cláusula contratual que exija a comprovação de gastos anuais com manutenção, de acordo com os valores propostos pela arrendatária e descritos neste voto; e IV - cientificar a empresa Terminais Marítimos de Pernambuco S.A. e a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Relator, Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

**ACÓRDÃO Nº 352-ANTAQ, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo: 50300.003052/2017-88
Parte: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS (33.000.167/0001-01), COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - (42.266.890/0001-28)
Ementa: Proposta de concessão de prazo adicional à Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, para regularização da ocupação de área pela empresa Triunfo Logística Ltda, tratada no Acordão nº 67-Antaq, de 19 de agosto de 2019.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 503ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 21 a 23/06/2021, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - arquivar o presente processo, visto que já firmado o Contrato de Transição nº 7/2021 (SEI 1271834), estando a ocupação/exploração da área em questão devidamente regularizada perante a Antaq; e II - cientificar a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ e a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS acerca da presente decisão. Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Gabriela Costa..

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

**ACÓRDÃO Nº 353-ANTAQ, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo: 50300.011652/2017-10
Parte: PORTO DO RECIFE S.A (04.417.870/0001-11)
Ementa: Acompanhamento de regularização da área ocupada pelo Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco - CEASA (Silos Portuários), localizada no porto organizado de Recife. Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 503ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 21 a 23/06/2021, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - declarar extinto o presente feito, haja vista a superveniente perda de objeto, nos termos do art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;II - cientificar o a empresa Porto do Recife S.A. e o Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco - CEASA acerca da presente decisão; e III - comunicar à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA acerca da presente decisão, em especial quanto à desocupação de área localizada no Porto Organizado do Recife pelo Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco - CEASA, que encontra-se atualmente sem perspectiva de exploração, consoante informado pela a empresa Porto do Recife S.A.. Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

**ACÓRDÃO Nº 354-ANTAQ, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo: 50300.011601/2020-93
Parte: CONVICON CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A (06.013.760/0001-10), COMPANHIA DOCAS DO PARA (CDP) (04.933.552/0001-03)
Ementa: Requerimento da empresa Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A, arrendatária titular do Contrato de Arrendamento n.º 14/2003, no Porto de Vila do Conde, inscrita no CNPJ sob o nº 06.013.760/0001-10, solicitando Arbitragem Regulatória para solução de Controvérsia junto à Companhia Docas do Pará - CDP, tendo em vista Notificação SEI (SEI 1074272), emitida no dia 21/08/2019 pela CDP em desfavor da Convicon.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 503ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 21 a 23/06/2021, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - declarar a incompetência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq para a instauração de procedimento de arbitragem requerido pela arrendatária Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A em face da Autoridade Portuária do Porto Organizado de Vila do Conde, a Companhia Docas do Pará - CDP, quanto à Notificação SEI n° 1074272, emitida no dia 21/08/2019 por aquela Companhia Docas em relação ao incidente envolvendo a Balsa Valentina V no berço 401, ocorrido naquele mesmo dia, evento esse que causou danos a três defensas instaladas ao longo do trecho compreendido entre os cabeços de atracação n.º 409/411/413 do Berço 401, haja vista o disposto no art. 13 da Lei nº 2.180/1954;II - encaminhar cópia dos presentes autos ao Tribunal Marítimo, face ao dever de comunicação estabelecido na NORMAM 02, considerando a competência daquele órgão para a deliberação de controvérsias decorrentes de acidente ou fato da navegação; e III - cientificar a arrendatária Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A e a Companhia Docas do Pará - CDP acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

**ACÓRDÃO Nº 355-ANTAQ, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo: 50300.007917/2020-81
Parte: MULTI-RIO OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A (02.877.283/0001-80)
Ementa: Análise dos termos da Correspondência SEI n° 1058089, da empresa MULTI-RIO OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A., que versa a respeito do teor do Ofício nº 333/2020/URERJ/SFC-ANTAQ (SEI 1040233), da Unidade Regional do Rio de Janeiro - URERJ, por meio do qual foi determinado que aquele terminal se abstivesse de promover cobranças referentes ao International Ship and Port Facility Security Code - ISPS Code.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 503ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 21 a 23/06/2021, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - declarar a ausência de ilegalidade "per se" na cobrança de taxa de ISPS Code (International Ship And Port Facility Security Code) nas instalações portuárias nacionais;II - declarar que compete à Antaq, no uso de suas competências, atuar no caso concreto com o intuito de restabelecer o ambiente concorrencial e garantir a modicidade de tarifas e preços, de modo que, ainda que legal, a cobrança do ISPS Code não pode implicar em práticas anticoncorrenciais e contrárias à modicidade de tarifas e preços, a qual deve refletir a justa correlação entre os encargos e a retribuição;III - determinar à Superintendência de Regulação - SRG que elabore estudo envolvendo a identificação dos serviços inclusos no ISPS Code, a fim de que seja definido o modo de cobrança desta rubrica, se separadamente ou via Box Rate ou, se for o caso, da armazenagem; e IV - cientificar a empresa Multi-Rio Operações Portuárias S.A. e a Superintendência de Fiscalização - SFC acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

**ACÓRDÃO Nº 356-ANTAQ, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo: 50300.016418/2019-41
Parte: TECON SALVADOR S/A (03.642.342/0001-01)
Ementa: Pedido de Reconsideração da empresa TECON SALVADOR S/A. (SEI n° 0963738) em face da decisão que determinou a suspensão da cobrança da rubrica relacionada a atividades prestadas ao contêiner/carga com desembaraço aduaneiro sobre águas. Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 503ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 21 a 23/06/2021, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - declarar a perda de objeto do Pedido de Reconsideração formulado pela TECON SALVADOR S/A. em face do Acórdão nº 69-2021- ANTAQ (SEI nº 1252970), uma vez que a decisão de mérito resta prejudicada por fato superveniente, nos termos do artigo 52 da Lei nº 9.784/1999;II - dar ciência da manifestação contida no Despacho 00340/2021/GAB/PFANTAQ/PGF/AGU (SEI 1338299) à Secretaria-Geral e orientar que o desentranhamento de peças processuais deve ser precedido de autorização do Relator ou da Diretoria Colegiada, conforme o caso, por meio da indicação expressa dos documentos a serem movimentados; e III - cientificar a empresa interessada acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

**ACÓRDÃO Nº 357-ANTAQ, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo: 50300.009281/2018-97
Parte: VALE S.A (33.592.510/0001-54)
Ementa: Pedido de Reconsideração interposto pela empresa VALE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.592.510/0001-54, em face do art. 2º da Resolução nº 8008/2020, que determinou a abertura de procedimento de fiscalização para apurar eventual prática de subautorização e de operação com tipo de carga não contemplado no Contrato de Adesão MT/DPH n° 005/93.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 503ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 21 a 23/06/2021, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - não conhecer o Pedido de Reconsideração interposto pela empresa VALE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.592.510/0001-54, em face do art. 2º da Resolução nº 8008/2020, tendo em vista que a mesma não é parte legitimada a se manifestar nos autos deste processo; e II - cientificar a empresa a VALE S.A. acerca da presente decisão. Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

**ACÓRDÃO Nº 358-ANTAQ, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo: 50300.005006/2021-08
Parte: TOP - TAPAJOS OPERADOR PORTUÁRIO LTDA
Ementa: Solicitação formulada da empresa TOP - TAPAJOS OPERADOR PORTUÁRIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.480.214/0001-50, para registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário, conforme inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 13/2016.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 503ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 21 a 23/06/2021, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - deferir o requerimento formulado pela empresa TOP - TAPAJOS OPERADOR PORTUÁRIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.480.214/0001-50, com sede no Setor Orrego, Rio Tapajos, n° 717, Distrito Miriituba, Setor 01, quadra 011, lote 0143, Bairro Miriituba, Município de Itaituba/PA, para registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário, localizada no referido endereço, nos termos do inciso V do artigo 2º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, de 10 de outubro de 2016;II - ressaltar que o registro ora deferido não desonera a requerente do atendimento aos padrões de regularidade e segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, especialmente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Poder Público Municipal, à Autoridade Aduaneira, ao Corpo de Bombeiros local e ao Órgão de Meio Ambiente; III - determinar que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC inclua vistoria à referida instalação em seu plano de trabalho e acompanhe, no que couber, o cumprimento do artigo 3º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, de 2016; e IV - cientificar a empresa interessada da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

**ACÓRDÃO Nº 361-ANTAQ, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo: 50300.018503/2019-43
Parte: EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRACAO PORTUARIA - EMAP (03.650.060/0001-48), COMPANHIA OPERADORA PORTUÁRIA DO ITAQUI (04.784.802/0001-90)
Ementa: Consulta formulada pela Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC. Dúvida suscitada pelo Chefe da Unidade Regional de São Luís - URESL quanto ao cumprimento da Resolução nº 7.513-ANTAQ, SEI nº 0957349, por meio da qual a Diretoria Colegiada da ANTAQ autorizou a desincorporação física e contábil de bens pertencentes à União, equipamentos integrantes do terminal portuário objeto do Contrato de Arrendamento nº 009/200/00-EMAP, firmado junto à COMPANHIA OPERADORA PORTUÁRIA DO ITAQUI - COPI.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 503ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 21 a 23/06/2021, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - revogar a Resolução nº 7.513-ANTAQ, de 10 de fevereiro de 2020 (SEI nº 0957349), tendo em vista não ser cabível a autorização de desincorporação para os bens em tela; e II - cientificar a EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

**ACÓRDÃO Nº 362-ANTAQ, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo: 50300.002072/2014-99
Parte: SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS (92.808.500/0001-72)
Ementa: Proposição da Unidade Regional de Porto Alegre - UREPL, da Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, para a revogação da Resolução nº 3.739-ANTAQ, de 5 de novembro de 2014 (fl. 70 do documento SEI nº 0005694), por meio da qual a Diretoria Colegiada da ANTAQ autorizou a extinta Superintendência de Portos e Hidrovias - SPH a proceder à desincorporação física e contábil, bem como a demolição do prédio da extinta Companhia Brasileira de Armazenagem - CIBRAZEM, à época integrante do Porto organizado de Porto Alegre.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 503ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 21 a 23/06/2021, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - revogar a Resolução nº 3.739-ANTAQ, de 5 de novembro de 2014 (SEI nº 0040047), tendo em vista que os pressupostos fáticos e jurídicos motivadores da sua edição não mais subsistem; e II - cientificar a Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

**ACÓRDÃO Nº 363-ANTAQ, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo: 50300.008732/2021-74
Parte: TERMINAL DE CELULOSE DE ITAQUI S.A. - ITACEL (32.239.007/0001-57)
Ementa: Pleito da empresa ITACEL - TERMINAL DE CELULOSE DE ITAQUI S.A. para revisão do cronograma de investimentos no âmbito do Contrato de Arrendamento nº 03/2019, relativo à área denominada IQI18, localizada no Porto do Itaqui/MA, em decorrência de impactos oriundos da pandemia de COVID-19.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 503ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 21 a 23/06/2021, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - reconhecer que a alteração promovida pelo Despacho Decisório nº 63/2021/SNPTA, da SNPTA/MINFRA, no sentido de prorrogar o prazo para implantação das infraestruturas afetas à área denominada IQI18, consoante o disposto na cláusula 5.4 do Contrato de Arrendamento nº 03/2019, de titularidade da empresa ITACEL - TERMINAL DE CELULOSE DE ITAQUI S.A., não gera impactos substanciais aos resultados da exploração do terminal, de forma a atrair o disposto no art. 61 da Portaria nº 530-MINFRA; e II - cientificar a SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTE AQUAVIÁRIOS (SNPTA) acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Relatora, Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

**PORTARIA DG ANTAQ Nº 354, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV e VI do art. 20 do Regimento Interno, em cumprimento ao disposto na Lei n.º 13.848, de 25 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º. Tornar sem efeitos a Portaria DG ANTAQ Nº 352, de 24 de junho de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

## GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

**DELIBERAÇÃO Nº 17, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021**

Processo nº 50300.022580/2019-06. Fiscalizada: AGÊNCIA MARÍTIMA SANVICTOR LTDA - ME, CNPJ nº 24.485.443/0001-88. Objeto e Fundamento Legal: A Gerente de Fiscalização da Navegação Substituta, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 57 do Regimento Interno, decido pela aplicação da penalidade de MULTA pecuniária no valor R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais), pela infração tipificada no art. 26, II, da Resolução Normativa nº 18/2017-ANTAQ.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO

## GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

**DELIBERAÇÃO Nº 53, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº 50300.002275/2019-90. Fiscalizada: ELEVAÇÕES PORTUÁRIAS S.A., CNPJ nº 25.278.404/0001-72. Objeto e Fundamento Legal: O Gerente de Fiscalização de Portos e Instalações Portuárias, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 58 do Regimento Interno, decido CONHECER o Recurso interposto, eis que tempestivo, para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a aplicação da multa, na importância de R$ 27.225,00 (vinte e sete mil, duzentos e vinte e cinco reais), pela prática da infração prevista no art. 32, inciso XVI, da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

## UNIDADE REGIONAL DE PORTO ALEGRE-RS

**DESPACHO Nº 6, DE 27 DE ABRIL DE 2020**

Processo nº 50300.017957/2019-05. Fiscalizada: SHARON DAHIANA ALMEIDA ALMEIDA ME, CNPJ nº 10.660.070/0001-20. Objeto e Fundamento Legal: decido pela aplicação da sanção de ADVERTÊNCIA, por não manter em local visível das embarcações em operação no serviço de transporte de travessia entre os municípios de Rio Grande e São José do Norte ou nos pontos de atracação das embarcações:a) QUADRO DE PREÇOS COBRADOS PELA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO;b) PLACA INDICATIVA CONTENDO O NÚMERO DO RESPECTIVO DOCUMENTO DE OUTORGA DE AUTORIZAÇÃO DA ANTAQ;c) PLACA INDICATIVA CONTENDO O NÚMERO DO TELEFONE DA OUVIDORIA DA ANTAQ;d) PLACA INDICATIVA CONTENDO O NÚMERO DO TELEFONE DA CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL, pelo cometimento da infração disposta no Inciso IX, do Art. 23, da Resolução nº 1.274-ANTAQ, considerando a circunstância atenuante disposta no §1º do Art. 52, da Resolução nº 3.259-ANTAQ.

JOSÉ ADEMIR MENEZES ALLAMA
Chefe

**DESPACHO Nº 9, DE 7 DE AGOSTO DE 2020**

Processo nº 50300.007114/2020-26. Fiscalizada: EBN TRANSNORTE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 90.959.149/0001-95. Objeto e Fundamento Legal: decido por aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 3.285,44 (três mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), pelo cometimento da infração tipificada na Resolução nº 1.274-ANTAQ, Art. 23, inciso XXXII, por executar o serviço de travessia em desacordo com as condições operacionais estabelecidas no 3º Termo Aditivo do Termo de Autorização nº 1.365-ANTAQ (SEI 0961068)G, de 01/02/2020, descumprindo as tabelas de horários vigentes, com a comunicação aos usuários e execução de nova frequência de viagens antes da autorização formal dA ANTAQ, conforme descrito no Auto de Infração nº 4317-6 (SEI 1017577).

LUIZ FERNANDO SILVEIRA AVILA
Chefe

# AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

## DIRETORIA COLEGIADA

**DELIBERAÇÃO Nº 223, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 052, de 24 de junho de 2021, no que consta dos Processos nº 50500.005643/2021-10 e nº 50500.005734/2021-55;

Considerando o disposto na Cláusula 18 do Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 001/2015;

Considerando o disposto na Deliberação nº 454, de 3 de novembro de 2020, que autorizou a 4ª Revisão Ordinária e 6ª Revisão Extraordinária; e

Considerando o comunicado ao Ministério da Economia, em cumprimento à Portaria MF nº 150, de 12 de abril de 2018, delibera:

Art. 1º Aprovar a 5ª Revisão Ordinária, a 7ª Revisão Extraordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP aplicável à rodovia BR-101/RJ, trecho acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ 071 (Linha Vermelha), explorado pela Concessionária da Ponte Rio-Niterói S/A - ECOPONTE, com base nas seguintes alterações:

I - alteração da TBP contratual de R$ 3,28442 para R$ 3,29512;

I - alteração da TBP acumulada nos diversos Fluxos de Caixa Marginais de R$ 0,06743 para R$ 0,07192;

III - aplicação do Índice de Reajustamento Tarifário (IRT), de 1,50566, sobre a Tarifa Básica de Pedágio, que representa o percentual positivo de 6,76% (seis inteiros e setenta e seis centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período;

IV - aplicação do desconto de reequilíbrio de 0,83416%, sobre a TBP contratual, correspondente ao Fator D;

V - aplicação do Fator Q de 0%;

VI - aplicação do Fator X de 0;

VII - aplicação do Fator C negativo de R$ 0,15411 na Tarifa de Pedágio reajustada.

Art. 2º Alterar, em consequência, com efeito econômico-financeiro a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 1º de junho de 2021, a Tarifa de Pedágio, após o arredondamento, na praça de pedágio da concessão, na forma da tabela anexa.

Art. 3º Ficam prejudicados ou indeferidos os pedidos formulados pela Concessionária ECOPONTE não contemplados na revisão de que trata esta Deliberação, na forma das manifestações técnicas e jurídicas constantes dos autos.

Art. 4º Esta Deliberação entrará em vigor a partir de zero hora do dia 1º de julho de 2021.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA
Diretor-Geral
Em exercício

ANEXO

TABELA DE TARIFAS
Praça de Pedágio P1

| Categoria de Veículos | Tipo de Veiculo | Número de Eixos | Rodagem | Multiplicador da Tarifa | Valores a serem Praticados(R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Automóvel, caminhonete e furgão | 2 | Simples | 1 | 4,90 |
| 2 | Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão | 2 | Dupla | 2 | 9,80 |
| 3 | Automóvel e caminhonete com semi-reboque | 3 | Simples | 1,5 | 7,35 |
| 4 | Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus | 3 | Dupla | 3 | 14,70 |
| 5 | Automóvel e caminhonete com Reboque | 4 | Simples | 2 | 9,80 |
| 6 | Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque | 4 | Dupla | 4 | 19,60 |
| 7 | Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque | 5 | Dupla | 5 | 24,50 |
| 8 | Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque | 6 | Dupla | 6 | 29,40 |
| 9 | Motocicletas, motonetas e bicicletas motorizadas | 2 | Simples | 0,5 | 2,45 |

**DELIBERAÇÃO Nº 224, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEM - 039, de 21 de junho de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.137537/2020-13, DELIBERA:

Art. 1º Homologar o reajuste tarifário da Concessionária de Transporte Ferroviário Ferrovia Transnordestina Logística S/A:

I - pela Cláusula Oitava do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o reajuste das tarifas de referência para o transporte ferroviário, no percentual de 36,19% (trinta e seis inteiros e dezenove centésimos por cento), com base na variação acumulada do IPCA do IBGE, para o período de dezembro de 2014 a novembro de 2020, cujo resultado segue na tabela tarifária em anexo.

II - pela Cláusula Terceira do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o reajuste das tarifas de referência de direito de passagem exigível da Rumo Malha Central S/A para o compartilhamento da infraestrutura ferroviária concedida, no percentual de 14,88% (quatorze inteiros e oitenta e oito centésimos por cento), com base na variação acumulada do IPCA do IBGE, para o período de janeiro de 2017 a novembro de 2020, cujo resultado segue na tabela tarifária em anexo.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA
Diretor-Geral
Em exercício

ANEXO

| Tabela para o Transporte Ferroviário de Cargas | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Mercadoria | Parcela Fixa | | Parcela Variável | | | | |
| | Valor | Unidade | Faixa 1 | Faixa 2 | Faixa 3 | Faixa 4 | Unidade |
| | | | 0-500 km | 501-1000 km | 1001-2000 km | > 2000 km | |
| Álcool | 24,72 | R$/m³ | 0,1111 | 0,0972 | 0,0834 | 0,0556 | R$/m³.km |
| Alumínio | 19,79 | R$/t | 0,0665 | 0,0582 | 0,0498 | 0,0332 | R$/t.km |
| Cimento Acondicionado | 20,50 | R$/t | 0,0919 | 0,0805 | 0,0689 | 0,0460 | R$/t.km |
| Clínquer | 19,78 | R$/t | 0,1158 | 0,1013 | 0,0869 | 0,0579 | R$/t.km |
| Contêiner Cheio de 20 pés | 1309,46 | R$/con | 2,2040 | 1,9285 | 1,6530 | 1,1021 | R$/con.km |
| Contêiner Cheio de 40 pés | 1123,57 | R$/con | 3,8972 | 3,4100 | 2,9229 | 1,9485 | R$/con.km |
| Contêiner Vazio de 20 pés | 510,33 | R$/con | 1,2125 | 1,0610 | 0,9094 | 0,6062 | R$/con.km |
| Contêiner Vazio de 40 pés | 775,75 | R$/con | 1,4909 | 1,3046 | 1,1182 | 0,7454 | R$/con.km |
| Coque | 19,78 | R$/t | 0,1065 | 0,0933 | 0,0799 | 0,0533 | R$/t.km |
| Demais Produtos | 26,44 | R$/t | 0,1290 | 0,1129 | 0,0967 | 0,0646 | R$/t.km |
| Gasolina | 26,59 | R$/m³ | 0,1307 | 0,1144 | 0,0981 | 0,0654 | R$/m³.km |
| Óleo Diesel | 23,55 | R$/m³ | 0,1190 | 0,1041 | 0,0892 | 0,0595 | R$/m³.km |
| Produtos Siderúrgicos | 19,78 | R$/t | 0,1042 | 0,0911 | 0,0782 | 0,0522 | R$/t.km |

| Tabela para o Direito de Passagem | | |
|---|---|---|
| Direito de Passagem Exigível da Rumo Malha Central S.A. | Tarifa | Unidade |
| | 6,58 | R$/t |

## SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

**DECISÃO SUPAS Nº 351, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017, e o que consta no processo nº 50500.034045/2021-58, decide:

Art. 1º Anular a Decisão SUPAS nº 239, de 26 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 28 de abril de 2021, pelo não cumprimento ao disposto no art. 11 da Resolução nº 5.282/2017.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

**PORTARIA Nº 356, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.071931/2020-81, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 95.592.077/0001-04, por inobservância ao disposto no art. 4º, caput, da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018 c/c art. 1º, inciso V da Deliberação nº 254, de 5 de maio de 2020.

Art. 2º Não conhecer o pedido de impugnação da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA CNPJ Nº 16.624.611/0098-73, por perda do objeto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**RESOLUÇÃO Nº 42, DE 17 DE JUNHO DE 2021**

Aprova a atualização do Regimento Interno do Conselho de Administração do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - CONSAD/DNIT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, parágrafo único; e pelo artigo 8º, inciso IX, ambos do Anexo I do Decreto nº. 8.489, de 10 de julho de 2015; e pelo artigo 2º, inciso X de seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº. 35, de 17 de julho de 2019, e tendo em vista o artigo 30 do mesmo Regimento Interno; o constante no processo nº. 50600.008098/2019-71, e a deliberação ocorrida na 142ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, realizada no dia 07 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar a atualização do Regimento Interno do Conselho de Administração do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CONSAD/DNIT nº. 35, de 17 de julho de 2019.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I

DEFINIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º O Conselho de Administração do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - CONSAD/DNIT, previsto nos artigos 85, 86 e 87 da Lei nº. 10.233, de 5 de junho de 2001, é órgão de deliberação superior do DNIT, conforme disposto no inciso I do artigo 2º do Anexo I do Decreto nº. 8.489, de 10 de julho de 2015, alterado pelo Decreto nº. 10.367, de 22 de maio de 2020; e inciso I do artigo 4º e nos artigos 6º, 8º, 9º, 10 e 11 da Resolução nº. 39, de 17 de novembro de 2020, que instituiu o Regimento Interno do DNIT.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 2º Ao Conselho de Administração compete:

I - aprovar o Regimento Interno do DNIT e as decisões sobre os casos omissos;

II - aprovar as diretrizes do planejamento estratégico do DNIT;

III - definir parâmetros e critérios para elaboração dos planos e programas de trabalho e de investimentos do DNIT, em conformidade com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Infraestrutura;

IV - aprovar e supervisionar a execução dos planos e programas a que se refere o inciso III;

V - aprovar a proposta orçamentária anual

VI - aprovar o relatório anual de atividades e desempenho, a ser enviado ao Ministério da Infraestrutura

VII - efetuar a indicação para nomeação ou exoneração dos titulares da Auditoria Interna e da Corregedoria, com posterior encaminhamento para prévia aprovação pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, conforme previsto, respectivamente, nos parágrafos 5º do artigo 15 do Decreto nº. 3.591, de 6 de setembro de 2000, alterado pelo Decreto nº. 4.440, de 25 de outubro de 2002; e 1º do artigo 8º do Decreto nº. 5.480, de 30 de junho de 2005, alterado pelo Decreto nº. 7.128, de 11 de março de 2010; bem como a indicação do titular da Ouvidoria, sem necessidade de aprovação pelo órgão central de controle interno do Poder Executivo Federal.

VIII - supervisionar a gestão dos Diretores, mediante livre acesso a processos, documentos e informações no âmbito do DNIT, assim como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos;

IX - aprovar normas específicas para a celebração de contratos, convênios ou congêneres e outros ajustes, respeitada a legislação aplicável em cada caso;

X - aprovar e alterar o seu próprio Regimento Interno;

XI - aprovar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna;

XII - executar outras atividades que lhe sejam cometidas por lei, por este Regimento ou pelo Ministério da Infraestrutura;

XIII - designar servidores do DNIT para substituir os Diretores, em caso de vacância simultânea dos cargos de Diretoria que inviabilize a deliberação, até a nomeação e o efetivo exercício do número mínimo exigido; e

XIV - decidir sobre a criação e extinção de Superintendências Regionais e Unidades Locais. No caso de criação de Superintendência Regional, o ato de criação fixará o local de sua sede, sua área de jurisdição e seu respectivo quadro de lotação de pessoal. No caso de criação de Unidade Local, o ato fixará o local de sua sede, sua área de jurisdição e sua subordinação.

Art. 3º Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

I - convocar as reuniões ordinárias do CONSAD, por intermédio de sua Secretaria;

II - conduzir as matérias a serem apreciadas pelo CONSAD;

III - abrir, encerrar ou suspender os trabalhos;

IV - decidir questões de ordem;

V - colocar em votação os assuntos discutidos e anunciar a decisão adotada;

VI - autorizar o comparecimento de Diretores e demais convidados às reuniões;

VII - autorizar a discussão de matérias não incluídas na ordem do dia;

VIII - convocar as reuniões extraordinárias do CONSAD, solicitadas por qualquer Conselheiro, observado o disposto neste Regimento;

IX - propor, no todo ou em parte, caráter reservado às reuniões do CONSAD;

X - propor a fixação de novo prazo para discussão e voto;
XI - proferir o voto de qualidade nas deliberações do CONSAD.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Conselho de Administração será composto de seis membros, sendo:
I - o Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura, que o presidirá;
II - o Diretor-Geral do DNIT;
III - dois Representantes do Ministério da Infraestrutura;
IV - dois Representantes do Ministério da Economia.

§ 1º O Substituto do Presidente do Conselho de Administração será designado pelo Ministro de Estado da Infraestrutura.

§ 2º A participação como membro do Conselho de Administração do DNIT não ensejará remuneração de qualquer espécie.

§ 3º Cada Ministério indicará seus representantes, que serão designados pelo Ministro de Estado da Infraestrutura..

Art. 5º Os Conselheiros serão investidos nos seus cargos, mediante assinatura de termo de posse, observado o que dispõe este Regimento.

Art. 6º Para assinatura do termo de posse deverão ser apresentados à Secretaria do CONSAD os seguintes documentos:
I - cópia da carteira de identidade;
II - cópia do CPF;
III - currículo assinado;
IV - formulário de informações da Secretaria do Conselho preenchido;
V - portaria do Ministro de Estado da Infraestrutura, que designa o membro do Conselho, publicada no Diário Oficial da União;
VI - cópia da declaração de bens entregue à Receita Federal;
VII - declaração de desimpedimento para o exercício da função de Conselheiro assinada;
VIII - termo de recebimento do Código de Ética do DNIT assinado.

Parágrafo único. Poderão ser exigidos outros documentos na forma da legislação em vigor, os quais deverão ser requeridos pela Secretaria ao Conselheiro a ser empossado.

CAPÍTULO IV

DAS REUNIÕES

Art. 7º O Conselho de Administração reunir-se-á:
I - ordinariamente, trimestralmente e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou de dois Conselheiros.
II - as reuniões ocorrerão preferencialmente na Sala de Reunião do Gabinete da Diretoria Geral do DNIT, e excepcionalmente, por motivo justificado e deliberado pelo Conselho, em outro local.
III - as reuniões do Conselho instalar-se-ão com a presença de, pelo menos, quatro de seus membros; e suas deliberações serão tomadas por maioria absoluta dos votos, cabendo ao Presidente, além do voto como membro, o voto de desempate, quando necessário.
IV - as reuniões serão secretariadas por um(a) secretário(a) e, nas suas faltas ou impedimentos, pelo seu Substituto eventual ou por colaborador designado pelo Presidente do CONSAD.
V - cumpre aos membros do Conselho de Administração e aos participantes das reuniões guardarem sigilo sobre qualquer matéria oferecida à apreciação em caráter reservado e sobre as decisões pertinentes que ainda não tenham sido divulgadas para conhecimento, desde que não produzam efeitos perante terceiros.

Art. 8º No exercício de suas competências, os membros do CONSAD poderão, a todo tempo, individualmente ou em conjunto, diligenciar as informações ou os esclarecimentos que julgarem necessários ao conhecimento e para deliberação do órgão, junto aos Diretores e/ou servidores do DNIT.

Art. 9º As reuniões do CONSAD, no todo ou em parte, poderão ter caráter reservado, se houver matéria cuja natureza assim aconselhe, inclusive, no que diz respeito a sua divulgação, cabendo ao Presidente a decisão sobre a conversão do tema em pauta reservada.

Art. 10. A convocação para reunião extraordinária, realizada na forma do inciso I do artigo 7º, deverá indicar a matéria que deseja discutir e submeter à deliberação. Se, em razão de sua relevância ou urgência, a matéria não puder aguardar a próxima reunião ordinária.

Art. 11. A participação de membros da Diretoria e/ou servidores do DNIT nas reuniões será facultada, por proposta do Presidente ou de qualquer Conselheiro, com o objetivo de instruir e esclarecer as matérias submetidas à deliberação, devendo suas manifestações constarem em ata, quando os membros do Conselho entenderem necessário.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho de Administração do DNIT - sendo Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura, ou seu Substituto, designado na forma do parágrafo 1º do artigo 4º deste Regimento, poderá requerer apoio de caráter administrativo, técnico e/ou operacional às unidades internas do Ministério.

Art. 12. Para cada reunião do Conselho, lavrar-se-à, obrigatoriamente, Ata, a qual será submetida à aprovação na reunião ordinária seguinte.

Art. 13. Constarão na Ata da Reunião do Conselho:
I - comunicações efetuadas durante a reunião;
II - solicitação de informações e esclarecimentos;
III - resumo do assunto de cada processo apreciado, com registro dos debates e das observações de relevância feitos na reunião e das decisões adotadas, quando solicitado por membro do Conselho; e
IV - registros das indicações, solicitações, recomendações, deliberações e declarações de votos.

CAPÍTULO V

ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 14. Os trabalhos obedecerão à seguinte ordem:
I - registro da presença dos membros e convidados em Ata;
II - posse de Conselheiro, quando ocorrer;
III - leitura, votação e aprovação da ata da reunião anterior;
IV - apresentação da pauta;
V - discussão e votação dos assuntos em pauta;
VI - assuntos Gerais;
VII - comunicações do Presidente e dos Conselheiros;
VIII - inclusão e apreciação, em caráter de urgência, de matéria extrapauta;
IX - solicitação de informações e esclarecimentos; e
X - indicação, sugestões e recomendações.

Art. 15. A sequência dos trabalhos poderá ser alterada pelo Presidente do Conselho ou por seu Substituto, para exame de matéria considerada urgente ou de processo para o qual um Conselheiro solicite preferência.

Art. 16. Quando a matéria de excepcional relevância exigir apreciação urgente, o Presidente ou os Conselheiros poderão propor sua inclusão em pauta. Se aprovada a proposta, a matéria será apreciada na mesma reunião ou será incluída na pauta da próxima reunião.

Art. 17. As solicitações dos Conselheiros de materiais os quais darão subsídio aos itens de pauta, informações e/ou documentos extrapauta, efetuadas ao DNIT, por meio da Secretaria do Conselho, deverão ser atendidas com a maior brevidade possível, objetivando dar sequência aos trabalhos do CONSAD em tempo hábil.

Art. 18. Quando convocados pelo Presidente, os Diretores e colaboradores do DNIT assistirão, no todo ou em parte, às reuniões do Conselho e manifestar-se-ão, quando solicitados, sobre assuntos de suas respectivas áreas.

Parágrafo único. Nesses casos, o assunto será relatado, preferencialmente, pelo Diretor do DNIT responsável pela área à que competir a matéria. Quando o assunto pertencer a mais de uma área, o processo será relatado pelo Diretor-Geral.

Art. 19. Só constarão na pauta da reunião os processos devidamente instruídos, os quais conterão, necessariamente:
I - indicação precisa do assunto;
II - informação e dados necessários a sua apreciação;
III - manifestação da Diretoria quando versar sobre matéria de sua competência;
IV - ementas de decisões sobre a mesma matéria, se já apreciada pelo Conselho;
e
V - relatório, Nota Técnica, Relato ou Exposição de Motivos para apreciação, com o respectivo parecer da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT e a deliberação da Diretoria Colegiada do DNIT, encaminhados ao Presidente do Conselho pelo Diretor-Geral da Autarquia, juntamente com minuta de Resolução do Conselho, quando for o caso.

Parágrafo único. Os processos que não tiverem a documentação exigida na forma desse artigo só serão apreciados por decisão do CONSAD, baseado na sua urgência e relevância e, após formalizar o referido processo, de acordo com o artigo 19, deverá ser encaminhado ao Conselho para tomar conhecimento.

Art. 20. Os Conselheiros poderão pedir vista dos processos em pauta, com a finalidade de fundamentar o voto, ficando, nesse caso, adiada a decisão. Caso o Presidente do Conselho entender que a matéria requer deliberação urgente, ao conceder vistas, poderá fixar o prazo para apreciação do processo, convocando, desde logo, nova reunião.

Parágrafo único. Excepcionalmente, por motivo de urgência, devidamente fundamentada, o Presidente do Conselho poderá propor a votação de matéria não incluída no ato convocatório, a fim de impedir prejuízo irreparável à Autarquia.

CAPÍTULO VI

DOS IMPEDIMENTOS E VACÂNCIAS

Art. 21. São inelegíveis para os cargos do Conselho de Administração do DNIT pessoas impedidas por lei ou normatização específica.

Art. 22. No caso de vacância de cargo de Conselheiro, em decorrência de destituição, renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez ou perda do mandato ou outras hipóteses previstas em lei, o Ministro da Infraestrutura editará portaria designando novo membro para compor o Conselho de Administração do DNIT.

§ 1º No caso de vacância de cargo de Conselheiro advindo do Ministério da Infraestrutura, o Ministro da Infraestrutura editará portaria designando o Substituto desse Ministério para ocupar o cargo.

§ 2º No caso de vacância de cargo de Conselheiro proveniente do Ministério da Economia, o Ministro da Infraestrutura editará portaria designando o membro Substituto, indicado pelo Ministro da Economia.

Art. 23. A renúncia ao cargo é feita mediante comunicação escrita ao Conselho, tornando-se eficaz a partir desse momento.

Art. 24. No caso de exoneração ou afastamentos legais do Diretor-Geral do DNIT, o seu Substituto formal na Autarquia assumirá a função de Conselheiro com todos os deveres e obrigações previstas neste Regimento, até o retorno ou a posse regular do novo titular.

Parágrafo único. O Conselheiro que deixar de participar de duas reuniões ordinárias consecutivas ou três intermitentes, sem motivo justificado formalmente ou licença concedida pelo Conselho, perderá o cargo, ensejando a sua vacância definitiva com a consequente comunicação à autoridade que o designou.

CAPÍTULO VII

DOS DEVERES E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 25. É dever de todo Conselheiro, além daqueles previstos em lei e em regulamentação aplicável:
I - comparecer às reuniões do Conselho, previamente preparado e tendo examinado os documentos disponibilizados, e delas participar ativa e diligentemente;
II - manter sigilo sobre toda e qualquer informação da Autarquia a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, bem como exigir o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que lhe prestem assessoria, utilizando-a somente para o exercício de suas funções de Conselheiro, sob pena de responder pelo ato que contribuir para sua indevida divulgação;
III - abster-se de intervir, isoladamente ou em conjunto com terceiro, em quaisquer negócios com empresas, suas controladas e coligadas, com seu acionista controlador, e ainda com o DNIT, salvo mediante aprovação prévia e específica do Conselho;
IV - declarar, previamente à deliberação, que, por qualquer motivo, tem interesse particular ou conflitante com o da Autarquia, quanto à determinada matéria submetida a sua apreciação, abstendo-se de sua discussão e voto; e
V - zelar pela adoção das boas práticas de governança corporativa do DNIT.

Art. 26. O membro do Conselho de Administração não é responsável pelos atos ilícitos de outros membros, salvo se com eles for conivente ou se concorrer para a prática do ato. Exime-se de responsabilidade o Conselheiro dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao órgão da Administração.

CAPÍTULO VIII

DA SECRETARIA DO CONSELHO

Art. 27. A Secretaria do Conselho de Administração será composta, em princípio, por:
I - um(a) Secretário(a);
II - um(a) Substituto(a) do(a) Secretário(a);
III - uma equipe de apoio administrativo.

CAPÍTULO IX

COMPETÊNCIAS DO(A) SECRETÁRIO(A)

Art. 28. Compete ao(à) Secretário(a):
I - formar os processos.
II - elaborar e organizar a pauta da reunião, ouvido o Presidente do Conselho.
III - dar aos Conselheiros conhecimento da pauta de cada reunião ordinária com antecêdencia mínima de 72 horas.
IV - redigir a ata de cada reunião, encaminhar minuta aos Conselheiros para apreciação e possíveis adequações, antes de fazer parte da pauta da próxima reunião.
V - aprovada a ata em reunião do Conselho, proceder ao arquivamento e a sua distribuição, quando necessário.
VI - providenciar os elementos de informação solicitados pelos Conselheiros.
VII - informar o Presidente sobre a tramitação de processos colocados em diligências.
VIII - providenciar a divulgação das deliberações e recomendações do Conselho.
IX - prover o Conselho dos meios necessários ao seu bom funcionamento.
X - providenciar a publicação das Resoluções do Conselho no Diário Oficial da União.
XI - manter arquivo atualizado do acervo documental, devendo as atas de reunião serem disponibilizadas no site do DNIT para amplo conhecimento e no Sistema Eletrônico de Informações do DNIT - SEI/DNIT.

§ 1º O DNIT deverá oferecer o apoio físico, administrativo e logístico, e o pessoal necessário para o bom desempenho das atividades da Secretaria do CONSAD.

§ 2º É competência exclusiva do Presidente a designação e a destituição do(a) Secretário(a) do Conselho de Administração.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. Compete ao Auditor-Chefe do DNIT assessorar o Presidente do Conselho de Administração.

Art. 30. Cabe ao Presidente do Conselho de Administração baixar os atos que consubstanciam as deliberações do Colegiado.

Art. 31. As informações, os documentos e outras demandas do Conselho devem ser apresentados à Secretaria do Conselho com o prazo máximo de antecedência de 5 (cinco) dias antes da reunião do Colegiado.

Art. 32. O encaminhamento para apreciação do limite mínimo de alçada que estabelece o parágrafo 3º do artigo 2º deste Regimento Interno passará a ser obrigatório a partir da entrada em vigor desta Resolução, sendo vedada a convalidação de atos anteriores não apreciados pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO XI

LEGISLAÇÃO

I - Lei nº. 10.233, de 05 de junho de 2001;
II - Decreto nº. 8.489, de 10 de julho de 2015;
III - Decreto 10.367, de 22 de maio de 2020;
V - Resolução nº. 39, de 17 de novembro de 2020;
IV - Decreto nº. 3.591, de 06 de setembro de 2000.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

## Ministério da Justiça e Segurança Pública

### POLÍCIA FEDERAL

### DIRETORIA EXECUTIVA

### COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

**ALVARÁ Nº 4.125, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15836 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GENIAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 35.202.071/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 885/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.126, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/24540 - DPF/ANS/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRABALOS COMANDO SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 11.674.790/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1280/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.127, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/29468 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OBLATOS DE MARIA IMACULADA, CNPJ nº 57.125.981/0002-00 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.128, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/35129 - DPF/SJK/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MENDES FRANCO SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 35.403.552/0001-25, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1265/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.129, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/35945 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RED SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 08.800.829/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1155/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.130, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/36921 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AZOS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 23.720.828/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1167/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.131, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/36985 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização, à empresa KLES SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 36.032.907/0001-80, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.132, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/38254 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POSITIVO VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI - ME, CNPJ nº 27.027.590/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1285/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.133, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/38583 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOLIDEZ SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.992.301/0001-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1274/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.134, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/38711 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CETEC SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.074.638/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1275/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.135, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/38766 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MARVIE & GAMA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 23.715.555/0001-15, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1276/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.136, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/40284 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

a) REVOGAR o Alvará nº 3900, publicado no D.O.U. de 22/06/2021;

b) CONCEDER autorização à empresa EBF ESCOLA BAHIANA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 16.327.827/0001-44, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente GR - GARANTIA REAL SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 68.317.817/0001-21:

1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

3 (três) Armas de choque elétrico de contato direto

2 (duas) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

10 (dez) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.137, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/40539 - DPF/ITZ/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CEFAV - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTE LTDA, CNPJ nº 11.391.962/0001-35, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 1266/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.138, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/40822 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STARVIG VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 05.654.919/0001-12, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1245/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.139, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/41381 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BANKFORT VIGILÂNCIA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 21.064.311/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1271/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.140, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/41525 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FERTRACK SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 31.621.983/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1272/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.141, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/41536 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa ESPARTA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.162.435/0006-57, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

130 (cento e trinta) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.142, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/41806 - DPF/STS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ADMINISTRADORA JARDIM ACAPULCO LTDA, CNPJ nº 48.671.028/0001-87 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.143, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42339 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa DIMIVIG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 22.236.185/0002-51, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

13 (treze) Revólveres calibre 38

156 (cento e cinquenta e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.144, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42391 - DPF/MBA/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa AFV-ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0009-77, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4000 (quatro mil) Munições calibre .380

4000 (quatro mil) Munições calibre 12

25000 (vinte e cinco mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.145, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42404 - DPF/ITZ/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa AFV-ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0005-43, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4000 (quatro mil) Munições calibre .380

4000 (quatro mil) Munições calibre 12

25000 (vinte e cinco mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.146, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42414 - DPF/MBA/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa AFV-ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0008-96, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4000 (quatro mil) Munições calibre .380

4000 (quatro mil) Munições calibre 12

25000 (vinte e cinco mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.147, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42429 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa AFV-ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0001-10, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4000 (quatro mil) Munições calibre .380

4000 (quatro mil) Munições calibre 12

25000 (vinte e cinco mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.148, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42526 - DPF/MGA/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa JULIO CESAR SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 26.877.396/0001-43, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

14 (quatorze) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.149, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42544 - DPF/SNM/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa MR LOBO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 34.626.607/0001-01, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Espingardas calibre 12

6 (seis) Pistolas calibre .380

270 (duzentas e setenta) Munições calibre .380

162 (cento e sessenta e duas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.151, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/32249 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRESTAR SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 17.252.601/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1038/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.152, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/35047 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CALDAS SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 26.459.741/0001-29, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Goiás com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1284/2021 (CNPJ nº 26.459.741/0001-29) e nº 1040/2021 (CNPJ nº 26.459.741/0002-00).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.153, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42605 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa LIMA NETO CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 40.362.174/0001-19, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente ATENTO SAO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 06.069.276/0001-02:

8 (oito) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5000 (cinco mil) Espoletas calibre 38

2000 (dois mil) Gramas de pólvora
5000 (cinco mil) Projéteis calibre 38
3000 (três mil) Espoletas calibre .380
3000 (três mil) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.154, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42964 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa KAIRÓS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.377.459/0011-55, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente ATENTO SAO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 06.069.276/0001-02:

10 (dez) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
120 (cento e vinte) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.155, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42979 - DPF/AQA/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa E F P SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 15.414.463/0001-77, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Revólveres calibre 38
200 (duzentas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.156, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42985 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa KAIRÓS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.377.459/0008-50, sediada no Ceará, para adquirir:

Da empresa cedente ATENTO SAO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 06.069.276/0001-02:

10 (dez) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
120 (cento e vinte) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.157, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/38368 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CZ PATRIMONIAL SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 28.337.788/0001-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1241/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 4.158, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42299 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa FORMAV CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA , CNPJ nº 04.536.735/0001-95, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
15000 (quinze mil) Munições calibre .380
5000 (cinco mil) Munições calibre 12
225896 (duzentas e vinte e cinco mil e oitocentas e noventa e seis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

## POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

**ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA - JARI01/SPRF/SP - ANO 2021**
**REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2021**

Às quatorze horas do dia 18 de junho de dois mil e vinte e um, do ano corrente, foi realizada a 5ª (quinta) Reunião Ordinária da Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infrações da POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/SPRF/SP. Excepcionalmente, se deu por meio de teleconferência, em razão de emergência médica de relevância internacional (COVID-19), sob a Presidência do Sr. Lusmar Borges Rabelo, contou ainda com a participação dos membros João Burke Passos Filho e Nelson Rossi Padoan, sendo secretariados por Aldo Nogueira Simões. Os trabalhos foram iniciados com a leitura e respectiva aprovação da Ata da última sessão ordinária. Na ordem do dia, foram apreciados 205 Processos, restando, ainda, deliberado o seguinte:

| 1ª INSTÂNCIA | | |
|---|---|---|
| DECISÃO | | SOMA |
| 1 | DEFERIDOS: | 8 |
| 2 | INDEFERIDOS | 141 |
| 3 | NÃO CONHECIDOS | 56 |
| 3.1 | por intempestividade | 18 |
| 3.2 | por não comprovar legitimidade de parte | 33 |
| 3.3 | por inépcia da inicial | 3 |
| 3.4 | por intempestividade e por não comprovar legitimidade | 2 |
| 3.5 | por falta de documentos (Resolução 299/08 CONTRAN) | |
| 4 | SUSPENSOS | |
| 5 | ANALISADOS/PRESCRITOS/NÃO AFETOS (Defesa de Autuação, transferência de Responsabilidade, erro de digitação, etc.) | |
| 6 | RECONSIDERAÇÃO DE ATO | |
| SOMA TOTAL | | 205 |

OS JULGAMENTOS FORAM PROCESSADOS NA SEGUINTE ORDEM:
JULGAMENTOS DE 1ª INSTÂNCIA:

1 - DEFERIDOS.:

| | | |
|---|---|---|
| 08656.005410/2020-04 | AGOSTINHO MARIA DOS SANTOS NOGUEIRA | R452599977 |
| 08659.012438/2020-60 | ALMIR BRUNHAROTTO | R458579645 |
| 08658.173153/2019-71 | ANTONIO CHEFALY | R449087255 |
| 08658.026842/2020-21 | DANILO OLIANI | T465082203 |
| 08650.030919/2020-37 | JAQUELINE VICENTE DE MELO | R368075893 |
| 08650.028554/2021-61 | LOCALIZA RENT A CAR SA | R396950043 |
| 08658.114662/2019-61 | TARCISIO RODRIGUES DE ARAUJO | R440325153 |
| 08658.055373/2020-57 | TRANSNOVAG TRANSPORTES SA | R367115921 |

2 - INDEFERIDOS.:

| | | |
|---|---|---|
| 08658.127290/2019-33 | AGNALDO JOAO DAS DORES DE RAMOS | R440185963 |
| 08666.064698/2019-98 | ALEXANDRE MORO | R436349981 |
| 08658.040808/2021-40 | ALEXANDRE VICARIO | R476415772 |
| 08650.015887/2021-21 | ALINE CARVALHAL MELO | R436806703 |
| 08650.015873/2021-15 | ALINE CARVALHAL MELO | R433215887 |
| 08658.042428/2021-40 | AMANDA MENDES PAES | R445541644 |
| 08657.038963/2021-14 | ANDRE FERNANDES DA ROCHA | R445039547 |
| 08658.047795/2021-30 | ANDREA CORREIA GUIMARAES | T180269135 |
| 08657.040613/2021-18 | ANNE CHRISTIE REZENDE DO NASCIMENTO | R468482555 |
| 08666.005491/2021-04 | ANTONIO CARLOS DE JESUS DE OLIVEIRA | R463261321 |
| 08666.024354/2020-80 | ANTONIO CARLOS DE JESUS OLIVEIRA | R463264908 |
| 08650.017715/2021-91 | ARLINDO RAGGIO VERGACAS JUNIOR | R502286709 |
| 08658.168824/2019-81 | ARY DANTAS DE OLIVEIRA JUNIOR | T171996984 |
| 08658.041788/2021-24 | BENEDITO VITORINO CORREA | T194911985 |
| 08657.065974/2020-88 | BRUNNA NUNES CAVALCANTE | R453337171 |
| 08658.039275/2021-53 | BRUNO FALOPPA KUESTER BERTO | T200333054 |
| 08660.014885/2021-03 | CESAR DASSOLER | T199041172 |
| 08658.172763/2019-57 | CHRISTIAN GLAUCO MENDES PEREIRA | T191947903 |
| 08658.040855/2021-93 | CIBELE PIRES LUCIO DO AMARAL CARVALHO | R441066925 |
| 08650.022729/2019-11 | CID JORGE WATANABE | T192678191 |
| 08658.147616/2019-49 | CLAUDIA CARDILLI | T190843337 |
| 08658.171288/2019-00 | CLAUDIO DE JESUS SILVA DOS SANTOS | T193918145 |
| 08658.042483/2021-30 | CLAUSNER APARECIDO INACIO ALVES | T480998043 |
| 08658.033539/2021-65 | CLEITON CEZAR DA SILVA | T210442197 |
| 08660.063096/2019-73 | COMERCIAL GROSSI DE COMBUSTIVEIS LTDA | T188767207 |
| 08658.020264/2021-08 | CRISTALINO JOSE DE ARRUDA BARROS | R442246706 |
| 08658.041751/2021-04 | CRISTIANO BENTO CORREIA | R458052116 |
| 08650.016592/2021-71 | CRISTINO GONÇALVES DE QUEIROZ | R448985373 |
| 08658.022375/2021-41 | DEJANE DA SILVA PEREIRA | T201473402 |
| 08666.084074/2019-97 | DENILSON PRAZITO | R446132616 |
| 08658.041780/2021-68 | DENIS DA SILVA LIMA | T460046292 |
| 08659.024517/2021-02 | DINEIA DE FATIMA VELLOZO FELIX | R453036527 |
| 08658.022312/2021-94 | DIVINA DAS DORES DOS SANTOS RITA GONCALVES | T204745907 |
| 08666.023499/2021-44 | EDEVALDO ASCINDINO MARQUES ME | R498949907 |
| 08659.076034/2018-80 | ELESSANDRO VASQUE CERVILHA | R400592266 |
| 08659.075699/2018-76 | ELESSANDRO VASQUE CERVILHA | R400370847 |
| 08658.166134/2019-98 | ELISANE PEREIRA NUNES | T182559122 |
| 08658.041781/2021-11 | ELIZANDRA MARIA DE SOUZA | T209637684 |
| 08658.040827/2021-76 | EQUILIBRIO SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EIRELI | R444966935 |
| 08657.035538/2021-65 | ERICK GOMES DA COSTA | R368772128 |
| 08666.023403/2021-48 | EVERTON SCHULTZ XAVIER | R492217987 |
| 08659.021683/2021-49 | FABIANE MACHADO DA CUNHA | R442231547 |
| 08658.042488/2021-62 | FABIO VINICIUS SEGHETTO | R455547602 |
| 08650.030637/2021-11 | FABRICIO DA FONSECA CRUZ | T200193651 |
| 08658.022289/2021-38 | FABRICIO KERLLEY XAVIER DE SOUSA | R457791117 |
| 08660.000228/2020-90 | FELIPE DOS SANTOS SCHEFFER | R451427424 |
| 08657.040653/2021-51 | FLAVIO GOMES DA SILVA | R505544385 |
| 08650.030566/2021-56 | FRANCISCO BORGES | R452034407 |
| 08658.034069/2020-76 | GILBERTO DE BARROS MASCHIO | R454741995 |
| 08658.041339/2021-86 | GILSON CRUZ SILVA | R503864706 |
| 08658.041335/2021-06 | GILSON CRUZ SILVA | R504755862 |
| 08657.167781/2019-27 | GILSON DO NASCIMENTO PIRES | R446920557 |
| 08657.108971/2018-21 | GILSON DO NASCIMENTO PIRES | R396722563 |
| 08657.019512/2021-70 | GUILHERME RANGEL CALDAS | T461357984 |
| 08657.019502/2021-34 | GUILHERME RANGEL CALDAS | R458440167 |
| 08658.039244/2021-01 | HERTHA DANIELLE DADERIO CORREA LIMA | R440259258 |
| 08658.171219/2019-98 | ITALO AMARAL SANTOS | T170195686 |
| 08658.041267/2021-77 | JESSICA FRANCISCO DE OLIVEIRA | T208040877 |
| 08658.025386/2020-00 | JOAO BATISTA DOS SANTOS | T209577452 |
| 08650.029247/2021-06 | JOAO CASCARDI | T206465955 |
| 08658.175484/2019-45 | JOÃO DAVI ALVES BATISTA | T194882705 |

| | | |
|---|---|---|
| 08658.119787/2019-88 | JOAO PESSOA | R434440377 |
| 08669.042825/2019-78 | JOBE FREIRE | T194221202 |
| 08659.024431/2021-71 | JONATAS ANDRE NICHELE | R451734033 |
| 08657.035317/2021-97 | JORGE GOUVEIA ROCHA | R437968657 |
| 08658.022388/2021-10 | JOSE ALEXANDRE GOMES FILHO | T199263736 |
| 08658.171328/2019-13 | JOSE CARLOS GARCIA | T193166283 |
| 08658.053867/2020-05 | JOSE ROBERTO ZUCON | T481573337 |
| 08658.031454/2020-61 | JOSEMIRO ALVES DE OLIVEIRA | T462004724 |
| 08658.041806/2021-78 | JOSIEL DALVINO SOUZA | T206989217 |
| 08657.040628/2021-78 | JOSINALDO ALVES DA SILVA | R446614289 |
| 08657.039046/2021-49 | JOSINALDO DOS SANTOS | T499900782 |
| 08658.046399/2021-95 | JULIO CEZAR RAMOS HEIN | R452431956 |
| 08658.046398/2021-41 | JULIO CEZAR RAMOS HEIN | R452421853 |
| 08658.046397/2021-04 | JULIO CEZAR RAMOS HEIN | R452157633 |
| 08658.022319/2021-14 | KATIA ADRIANE DE SOUZA | T204152488 |
| 08658.175396/2019-43 | LEANDRO GARCIA DIAS DA CONCEICAO | T181443236 |
| 08666.012129/2020-09 | LENOIR CARLOS GIACOMIN | R458550396 |
| 08666.012122/2020-89 | LENOIR CARLOS GIACOMIN | R458661066 |
| 08658.020274/2021-35 | LEONARDO QUINTAS DA LOUZA | T203850939 |
| 08650.029622/2021-18 | LIDIANE DOS SANTOS BENITES | T202566447 |
| 08658.022390/2021-99 | LUIS ANTONIO FARIA | T209605146 |
| 08658.040817/2021-31 | MAESTRO LOCADORA DE VEICULOS SA | R473123711 |
| 08666.009011/2020-95 | MARCELO FAUSTO | R454708882 |
| 08650.014128/2021-41 | MARCELO GARBOSSA FRANCISCO | R454577997 |
| 08650.030214/2021-09 | MARCELO GAZIN | R451545699 |
| 08658.143326/2019-26 | MARCIO SABADIN BALTAZAR | R443404387 |
| 08658.163944/2019-92 | MARCO AURELIO DE ANGELO | T190949155 |
| 08657.142814/2019-26 | MARCO FLAVIO SIMOES COELHO | R439988322 |
| 08666.090276/2019-78 | MARCOS MACHADO MARTINS | T193478439 |
| 08658.022304/2021-48 | MARIA INEZ MONTEIRO ALVES DO CARMO | T200393235 |
| 08658.040801/2021-28 | MARIA JOSE SOARES BATISTA | R442575408 |
| 08658.022254/2021-07 | MARIA SILVIA ROSAS FERRAZ | T205945527 |
| 08657.090191/2018-18 | MARIANA DE FATIMA MOREIRA | R393932362 |
| 08657.037018/2021-97 | MARIO ALEXANDRE FERNANDES DE ANDRADE | R440883105 |
| 08675.002928/2021-31 | MAYRA CRISTINA KAWAGUCHI SANTIAGO | R440065828 |
| 08657.118820/2019-62 | MEDSHORE SERVIÇOS EM SAUDE E SEGURANÇA LTDA | R442055854 |
| 08658.041774/2021-19 | MICHELE RAMOS DOS SANTOS | R444915067 |
| 08658.002434/2020-83 | NAIR PINTO DOS SANTOS | T198492267 |
| 08658.040862/2021-95 | NAYARA GOMES DOS SANTOS JULIAO | T199232946 |
| 08658.041790/2021-01 | NELSON PELECKIS | T202276187 |
| 08658.020249/2021-51 | OCEL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA | R458933902 |
| 08658.020248/2021-15 | OCEL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA | R458869503 |
| 08658.020247/2021-62 | OCEL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA | R456487891 |
| 08666.008259/2020-39 | ORESTE BRUNING | R449831477 |
| 08666.020862/2020-99 | ORESTE BRUNING | R453475523 |
| 08666.008261/2020-16 | ORESTE BRUNING | R449426068 |
| 08666.008256/2020-03 | ORESTE BRUNING | R452691907 |
| 08658.040797/2021-06 | OTAVIO ANASTACIO | T208715297 |
| 08657.005541/2020-73 | PATRICIA HADDAD PASSOS MOREL | R436257447 |
| 08658.044690/2020-48 | PAULA FERNANDA RIBEIRO DA MATTA | T209640324 |
| 08658.039199/2021-86 | PAULO ROBERTO DE FREITAS | R437042347 |
| 08658.042532/2021-34 | PETERSON DIEGO DE MELLO CORDEIRO | T199980817 |
| 08657.037258/2021-91 | RENEE MONIQUE SOUZA MACHADO | R441308384 |
| 08650.015079/2021-63 | ROBERTA MACIEL DO AMARAL GAMA | R457365765 |
| 08666.025828/2021-91 | ROBERTO FERNANDES BARBOSA | R366488422 |
| 08658.040813/2021-52 | ROBSON RAFAEL DE SOUZA BRAZ | R453340679 |
| 08658.022361/2021-27 | RODRIGO CARRAZZA PEREIRA GOMES | R436812762 |
| 08657.155260/2019-27 | ROGERIO ALAYTON D ANGELO | R447219979 |
| 08656.036435/2021-22 | ROGERIO DE CARVALHO SOUZA | R437847047 |
| 08658.020319/2021-71 | ROGERIO VIEIRA LIMA | R440406919 |
| 08657.035415/2021-24 | RUDNEY DA COSTA AZEVEDO | R456915869 |
| 08658.040796/2021-53 | RUI APARECIDO BELARDO DE CAMPOS | T466603134 |
| 08658.042485/2021-29 | SABRINA GRACIOLA SILVA DE JESUS | T201696673 |
| 08658.020235/2021-38 | SANCHES PARTICIPAÇÕES LTDA | R460785486 |
| 08658.020231/2021-50 | SANCHES PARTICIPAÇÕES LTDA | R456622087 |
| 08666.014936/2021-39 | SARIPUARA HENRIQUES LE FILHO | R403540151 |
| 08650.015657/2021-61 | SERGIO ALTAIR DE OLIVEIRA | R453536379 |
| 08657.024552/2021-33 | SERGIO ANTONIO DE ALVARENGA | R443020647 |
| 08658.040821/2021-07 | SERGIO GIAVONI | T199068615 |
| 08666.004351/2021-19 | SERGIO MURILO DE MEDEIROS | R452473012 |
| 08657.041373/2021-61 | SIDNEY DE ASSIS BATISTA | R449415805 |
| 08658.007309/2021-41 | SPRF-SP | T196236215 |
| 08650.028369/2021-77 | THAIS REIS ABDALA | R453106455 |
| 08650.023757/2020-81 | TOMIKO ODA | T481216437 |
| 08658.159238/2019-46 | TONI SIMOES SANCHES | R446541702 |
| 08658.020329/2021-15 | TRANSPORTADORA SULISTA SA | R438810139 |
| 08660.015081/2021-13 | VANDERLEI RECH | R467618453 |
| 08658.042477/2021-82 | VICTOR YUJI RIBEIRO FUKUSHIMA | T463204425 |
| 08658.041759/2021-62 | WAGNER DIAS ARAUJO | R479036136 |
| 08650.029151/2021-30 | YURI AGAPITTO BRUNELLI | T212301397 |

3 - NÃO CONHECIDOS.:
3.1 - INTEMPESTIVO.:

| | | |
|---|---|---|
| 08658.127302/2019-20 | BRAZ AUGUSTO GUERREIRO MAROTTI | R439898765 |
| 08658.042479/2021-71 | BRUNO SERTORIO ZOIA | R437737397 |
| 08666.014719/2021-49 | CLEBER FUCHTER | R335311423 |
| 08666.014714/2021-16 | CLEBER FUCHTER | R340387807 |
| 08666.014701/2021-47 | CLEBER FUCHTER | R343264323 |
| 08666.014637/2021-02 | CLEBER FUCHTER | R376550511 |
| 08666.014728/2021-30 | CLEBER FUCHTER | R328843527 |
| 08657.035602/2021-16 | ERICK GOMES DA COSTA | R319878047 |
| 08657.035573/2021-84 | ERICK GOMES DA COSTA | R376022485 |
| 08657.035549/2021-45 | ERICK GOMES DA COSTA | R378336665 |
| 08657.035542/2021-23 | ERICK GOMES DA COSTA | R413620751 |
| 08657.022926/2021-86 | FAZENDA SANTO ESTEVÃO EMPR.E TURISMO LTDA | R400100401 |
| 08660.049745/2017-61 | LUIZ GOMES ANFLOR | T111571517 |
| 08659.006353/2019-17 | MARCIANO MOREIRA DA SILVA | R416189342 |
| 08657.022724/2021-34 | MARCOS VALÉRIO MEDEIROS MENDES | T073384402 |
| 08658.042475/2021-93 | TIAGO DE CARVALHO MORAES ROSA | R377883057 |
| 08658.020211/2021-89 | TITARFRAN TRANSPORTES LTDA | T190237112 |
| 08659.070424/2019-27 | TITARFRAN TRANSPORTES LTDA | R418814279 |

3.2 - ILEGÍTIMO.:

| | | |
|---|---|---|
| 08658.020269/2021-22 | ADRIANE PEREIRA DE CASTRO | R433977949 |
| 08660.003677/2020-90 | ALEXANDRE ALMEIDA DE MELLO | R453287007 |
| 08658.039951/2020-16 | ALEXSANDRA APARECIDA SOARES | T210319399 |
| 08658.019725/2020-19 | ANDRE FERNANDO SA | R458700061 |
| 08658.040891/2021-57 | CARLOS CEZAR MENEZES | R453995292 |
| 08658.040890/2021-11 | CARLOS CEZAR MENEZES | R443889236 |
| 08658.020266/2021-99 | CELENE EIKO SHIGUENAGA HAMADA | R456207503 |
| 08657.079931/2019-46 | CLAUDIO KEVIN RODRIGUES DA SILVA | R434615269 |
| 08654.022735/2019-20 | DEYVID BRUNNO GERALDO DA SILVA MORAES | T195794214 |
| 08666.025557/2021-74 | EVERTON VALIATTI | R366669834 |
| 08659.090612/2019-71 | FABIO FARES DECKER | R442283962 |
| 08658.041804/2021-89 | GILBERTO JOSE FERREIRA | T200620002 |
| 08658.041803/2021-34 | GILBERTO JOSE FERREIRA | T200619993 |
| 08669.042830/2019-81 | JOBE FREIRE | T194220834 |
| 08658.042492/2021-21 | JORGE JOE GUERREIRO | R445754842 |
| 08658.040833/2021-23 | JULIO CESAR DE SOUZA | T490798861 |
| 08658.020311/2021-13 | KAIQUE DA SILVA PINTO DE AMORIM | T211627077 |
| 08658.020215/2021-67 | LINX LOCACAO E GESTAO DE IMOVEIS LTDA | R457007327 |
| 08658.032462/2021-14 | LUCAS LOPES COLEVATI | T190142677 |
| 08658.022328/2021-05 | LUCIANO DA SILVA | T207476128 |
| 08660.016300/2021-81 | LUIZ GOMES ANFLOR | R452872308 |
| 08658.022264/2021-34 | MANUEL FERNANDES GOUVEIA OSASCO ME | R331684314 |
| 08658.022285/2021-50 | MANUEL FERNANDEZ GOUVEIA OSASCO ME | T193036037 |
| 08658.022282/2021-16 | MANUEL FERNANDEZ GOUVEIA OSASCO ME | T089467043 |
| 08658.008398/2020-61 | PAULO ROBERTO MESQUITA | T198826052 |
| 08658.040868/2021-62 | PRISCILA CALDAS RODRIGUES | T474418747 |
| 08658.022294/2021-41 | RECIPRESS EQUIPAMENTOS PARA RECICLAGEM LTDA | R389890375 |
| 08659.079932/2018-90 | REFF ENGENHARIA LTDA EPP | R396287287 |
| 08658.171972/2019-83 | RUBENS USSUY BRANDÃO | T190715324 |
| 08658.022334/2021-54 | SACHA MARTINS PEREIRA NOVAES | R458219657 |
| 08658.022327/2021-52 | UDO CARLOS MARTINI EICKENSCHEIDT | R437316912 |
| 08658.021199/2021-20 | VERONICA SANTOS PINHEIRO | T193676591 |
| 08658.022354/2021-25 | VICTOR ALESI MAGERA | T210560327 |

3.3 - ILEGÍTIMO E INTEMPESTIVO.:

| | | |
|---|---|---|
| 08658.164640/2019-42 | EVANDRO RODRIGUES SANTOS MORAIS | T189224614 |
| 08658.164639/2019-18 | EVANDRO RODRIGUES SANTOS MORAIS | T189224606 |

3.4 - INÉPCIA DA INICIAL.:

| | | |
|---|---|---|
| 08658.022381/2021-06 | ELIZEU RODRIGUES SPINASSI JUNIOR | T164543147 |
| 08658.002374/2020-07 | JANDIR TORRES DE ANDRADE FILHO | B160585473 |
| 08657.024820/2021-17 | MARCO ANTONIO DA SILVA SERPA | R383415101 |

3.5 - FALTA DE DOCUMENTO.:

4 - PROCESSOS SUSPENSOS (enviados para realização de diligências e esclarecimentos junto ao órgão autuante).:
5 - NÃO AFETOS.:
6 - RECONSIDERAÇÃO.:

LUSMAR BORGES RABELO
Presidente
Titular/Relator

**ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA - JARI02/SPRF/SP - ANO 2021**
**REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2021**

Às nove horas do dia 24 de junho de dois mil e vinte e um, foi realizada a 5ª (quinta) Reunião Ordinária da Segunda Junta Administrativa de Recursos de Infração da POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/SPRF/SP. Excepcionalmente, se deu por meio de teleconferência, em razão de emergência médica de relevância internacional (COVID-19), sob a Presidência do Sr. Luís Gustavo Giraux Leitão, contou ainda com a participação dos membros Romildo Andrade Barbosa e Roberto Roggiero Júnior, sendo secretariados por Aldo Nogueira Simões e André Luís de Almeida Bruni. Deliberou-se pela anulação do seguinte julgamento: 8ª Ata/2019, processo 08658.062652/2018-52, int. VIRGILIO CANSINO GIL, tendo em vista a anulação do julgamento da defesa de autuação. Os trabalhos foram iniciados com a leitura e respectiva aprovação da Ata da última sessão ordinária. Na ordem do dia, foram apreciados 353 Processos, restando, ainda, deliberado o seguinte:

| 1ª INSTÂNCIA | | |
|---|---|---|
| DECISÃO | | SOMA |
| 1 | DEFERIDOS: | 17 |
| 2 | INDEFERIDOS | 293 |
| 3 | NÃO CONHECIDOS | 42 |
| 3.1 | por intempestividade | 11 |
| 3.2 | por não comprovar legitimidade de parte | 29 |
| 3.3 | por inépcia da inicial | 2 |
| 3.4 | por intempestividade e por não comprovar legitimidade | |
| 3.5 | por falta de documentos (Resolução 299/08 CONTRAN) | |
| 4 | SUSPENSOS | |
| 5 | ANALISADOS/PRESCRITOS/NÃO AFETOS (Defesa de Autuação, transferência de Responsabilidade, erro de digitação, etc.) | |
| 6 | RECONSIDERAÇÃO DE ATO | 1 |
| SOMA TOTAL | | 353 |

OS JULGAMENTOS FORAM PROCESSADOS NA SEGUINTE ORDEM:
JULGAMENTOS DE 1ª INSTÂNCIA:
1 - DEFERIDOS:

| | | |
|---|---|---|
| 08658.051113/2021-93 | ADRIELEN FRANCISCA DOS SANTOS A OLIVEIRA | T201921723 |
| 08658.046767/2021-03 | AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA | T192641883 |
| 08658.055717/2020-28 | ANTONIO JORGE DOS SANTOS | R367446332 |
| 08650.032605/2021-50 | CARLOS AUGUSTO MIRANDA | R452066948 |
| 08658.000597/2020-21 | CARLOS EDUARDO DE SANTANA SANTOS | T193542907 |

| | | |
|---|---|---|
| 08658.052303/2020-47 | DOTTI TRANSPORTE E ARMAZENS GERAIS LTDA | R366804332 |
| 08658.038620/2021-31 | FRANCISCO APARECIDO CASSEMIRO | R396852998 |
| 08658.053330/2021-18 | GESIANE CREPALDI ALVES DE ALMEIDA LOPES | T484958909 |
| 08658.053332/2021-15 | GESIANE CREPALDI ALVES DE ALMEIDA LOPES | T484958917 |
| 08658.027169/2020-46 | GRAN NOBRE PISOS INDUSTRIAIS LTDA | T179524135 |
| 08658.047718/2021-80 | JOSE ALVES DE OLIVEIRA | R367367378 |
| 08658.000342/2021-40 | LEDA CECILIA LOUREIRO | R366967118 |
| 08658.044272/2021-31 | MERCIA LAURENTINA ABELHA | R452019745 |
| 08659.030453/2020-90 | NICOLE CRISTINE LAUREANTI | R466846436 |
| 08658.060792/2020-19 | PAULO ROGERIO FRANCE | R367109522 |
| 08658.034318/2020-23 | RODRIGO CESAR PEREIRA MARTINS | T198861788 |
| 08658.002401/2021-14 | SIDNEI DOS SANTOS | T480307105 |

2 - INDEFERIDOS:

| | | |
|---|---|---|
| 08656.044221/2021-20 | ABDALLA LUDTALLA NETO | R451345614 |
| 08658.060284/2020-22 | ADAIL BEZERRA DE SOUZA FILHO | T466270011 |
| 08666.024994/2021-71 | ADEMIR CUSTODIO DA SILVA | R494514687 |
| 08658.044208/2020-70 | ADEMIR DA ROCHA RIBEIRO | T461083687 |
| 08658.044209/2020-14 | ADEMIR DA ROCHA RIBEIRO | T461083698 |
| 08650.001732/2021-15 | ADIEL ALVES DE OLIVEIRA | R489494397 |
| 08650.022540/2020-53 | ADIEL ALVES DE OLIVEIRA | T179447092 |
| 08658.028389/2020-97 | ADNAN MARTINS DE OLIVEIRA | T195776658 |
| 08658.060842/2020-50 | ADRIANA APARECIDA MACHADO REIS CRUZ | T479620357 |
| 08666.005467/2020-86 | ADRIANO JOSE FOGACA | T201276477 |
| 08666.005477/2020-11 | ADRIANO JOSE FOGACA | T201276488 |
| 08666.005472/2020-99 | ADRIANO JOSE FOGACA | T203021495 |
| 08656.003804/2020-10 | AGMILDO CARLOS CHIAPETA | R451204581 |
| 08675.005057/2021-15 | AGUILASUL TRANSPORTES EIRELI | R452513944 |
| 08655.018110/2021-78 | AGUILASUL TRANSPORTES EIRELI | R454889817 |
| 08219.000933/2021-96 | AGUILASUL TRANSPORTES EIRELI | R455179697 |
| 08658.046382/2021-38 | ALAN CRISTIANO PEIXOTO | T183766393 |
| 08658.110691/2019-54 | ALAN GOMES MORAES NASCIMENTO | T182280241 |
| 08658.055662/2021-37 | ALAN SILVA AMARAL | T206336507 |
| 08658.052879/2021-95 | ALESSANDRA FRANCA DOS SANTOS | T209560738 |
| 08657.044437/2021-85 | ALTAMIR VIEIRA DA COSTA | T473385589 |
| 08658.044983/2021-14 | AMANDA FRACCHIA GUERRA | T472653946 |
| 08658.046352/2021-21 | ANDERSON BEPPLER TAVARES | R472534394 |
| 08658.046354/2021-11 | ANDERSON BEPPLER TAVARES | R475512747 |
| 08658.046356/2021-18 | ANDERSON BEPPLER TAVARES | R493079688 |
| 08658.046296/2021-25 | ANDERSON LUIZ ALVES | T460307947 |
| 08660.017026/2021-68 | ANDRE EMILIO ZUCCO | T210700211 |
| 08657.044084/2021-13 | ANDRE LIMA DE FREITAS | R455632367 |
| 08658.018410/2021-27 | ANTONIO CELSO ABDALLA FERRAZ | R508432887 |
| 08658.040897/2021-24 | ANTONIO DE LISBOA SOUZA ANDRADE | T464434707 |
| 08658.051130/2021-21 | ANTONIO FRANCISCO DA SILVA | T198575307 |
| 08658.000349/2021-61 | APARECIDO DE JESUS CARLOS | R496702998 |
| 08658.016114/2020-19 | ARI APOSTOLO EVANGELISTA | R455269277 |
| 08666.034857/2020-63 | ARLINDO FIAMONCINI | R462248798 |
| 08650.037041/2021-41 | ARNALDO LEMOS | T203495462 |
| 08658.044684/2021-71 | BENUR ANTONIO DIAS | R451918568 |
| 08658.004778/2021-16 | BOLIVAR MOREIRA NETO | T496286951 |
| 08657.044261/2021-61 | BRUNA RODRIGUES ALVES DE OLIVEIRA | R452855519 |
| 08650.035397/2021-41 | BRUNA SILVA OLIVEIRA | R453711967 |
| 08658.053363/2021-68 | BRUNO BATISTA DE PAULA | T205061407 |
| 08650.041118/2021-88 | BRUNO LOPES VALADARES | T209612657 |
| 08658.173128/2019-97 | BRUNO MENECUCCI DE OLIVEIRA | T183971767 |
| 08658.020314/2021-49 | BRUNO VIEIRA DAS NEVES | T463205863 |
| 08658.044157/2021-67 | CAIO DOS SANTOS SOARES | T460115073 |
| 08658.048285/2021-80 | CARLOS ALBERTO DA SILVA | T477979858 |
| 08657.052852/2021-11 | CARLOS BENEDITO DE SOUZA | R443587043 |
| 08658.038600/2021-61 | CARLOS EDUARDO MALUF | R454613962 |
| 08657.058857/2020-68 | CARLOS ROBERTO DE JESUS | R475445058 |
| 08658.052321/2021-18 | CECS GERENCIA E TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA | R494787325 |
| 08658.002842/2021-16 | CECS GERENCIA E TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA | R495154938 |
| 08658.041782/2021-57 | CERAMICA NOVA CANAS SOCIEDADE AGRO INDUSTRIAL LTDA | R465387543 |
| 08658.177432/2019-11 | CICERO FLOR DA SILVA | R450196372 |
| 08658.053511/2021-44 | CICERO LIBORIO DE LIMA | T207761914 |
| 08658.044065/2021-87 | CLAIR COVO CASTRO | R345340981 |
| 08658.044155/2021-78 | CLAUDIO JOSE DA SILVA | T209271213 |
| 08659.025852/2020-39 | CLAUDIO THULER TORRES | R468862528 |
| 08650.007266/2020-92 | CLEITON CEZAR DA SILVA | T211857556 |

| | | |
|---|---|---|
| 08650.034745/2020-81 | CONSTRUTORA SER LTDA | R478624007 |
| 08658.041793/2021-37 | CORPOTEC CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO | T198411014 |
| 08658.044103/2021-00 | CRISTIANE DE ALMEIDA LOPES | R447305468 |
| 08659.027157/2021-92 | CRISTIANO HILLESHEIM | T194865807 |
| 08659.113140/2019-32 | DANIEL AUGUSTO DE SOUZA OLIVEIRA | T198727232 |
| 08650.037146/2021-09 | DANIEL PEDRO BROCHETTO | R455049742 |
| 08650.037122/2021-41 | DANIEL PEDRO BROCHETTO | R453080375 |
| 08650.032649/2021-80 | DANIEL PEDRO BROCHETTO | R451392736 |
| 08650.032651/2021-59 | DANIEL PEDRO BROCHETTO | R451446917 |
| 08658.053726/2021-65 | DANIELA PEDROSO FERREIRA DE SOUZA | T202927679 |
| 08658.024538/2019-13 | DARCI PASCUTI | T166759503 |
| 08657.090244/2019-81 | DAVID VICTOR DA SILVA DE JESUS | R435227897 |
| 08658.045825/2021-73 | DE MARCHI INDUSTRIA E COMERCIO DE FRUTAS LTDA | R453160972 |
| 08658.044256/2021-49 | DENISE BRISAC COELHO | R425346714 |
| 08660.016846/2021-32 | DENISE FREITAS MELLO | R473119633 |
| 08658.050421/2021-00 | DERCIO XAVIER | T208600687 |
| 08658.060962/2020-57 | DIEGO TAVARES DE MELLO | T479891303 |
| 08658.060963/2020-00 | DIEGO TAVARES DE MELLO | T483101753 |
| 08650.041437/2021-93 | DIMEP AGRO PASTORIL LTDA ME | T209613173 |
| 08650.041462/2021-77 | DIMEP AGRO PASTORIL LTDA ME | T210946334 |
| 08658.047780/2021-71 | DIRCE CARARO CABRAL | R460998471 |
| 08658.173804/2019-22 | EDERSON APARECIDO ABREU DA COSTA | T194658783 |
| 08659.023663/2021-11 | EDINEIA DA SILVA | R507092783 |
| 08658.047784/2021-50 | EDSON DA SILVA | T201006626 |
| 08658.046320/2021-26 | EDSON LUIS GUILHEN VICENTE | R451909291 |
| 08650.045067/2021-63 | EDUARDO HENRIQUE DE CARVALHO | R378623702 |
| 08658.043575/2021-37 | EDUARDO HENRIQUE VIANNA DANTAS | T200554875 |
| 08656.169904/2019-74 | EDUARDO RAYMUNDO DE OLIVEIRA | R446091014 |
| 08650.039518/2021-23 | EGBERTO DA SILVA JUNIOR | T203514971 |
| 08660.015595/2021-79 | ELIANDRO DA COSTA E SILVA | R457803363 |
| 08658.161995/2019-80 | EMANUEL FELIPE COUSTON COELHO | T194943417 |
| 08658.005399/2021-35 | EMERSON RICARDO GALLO | R501118519 |
| 08650.030924/2020-40 | EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA | R479032084 |
| 08656.016286/2020-02 | ENIO RODRIGUES FERNANDES | R448768321 |
| 08658.064358/2019-66 | ESTEVAM CASADO ORTEGA | R429891253 |
| 08659.081138/2019-97 | EVANDRO ANTONIO FERREIRA DA SILVA | R391355082 |
| 08659.049755/2020-31 | EVERALDO ARBIGAUS | R475477529 |
| 08656.048677/2021-69 | EVERTON ALVES PIRES | R448780666 |
| 08666.026810/2021-15 | EVERTON VALIATTI | R454534627 |
| 08666.014932/2020-70 | FABRICIO DERES | T208434771 |
| 08666.038981/2020-06 | FC PNEUS LTDA EPP | R462022517 |
| 08658.044665/2021-45 | FERNANDA PRISCILA DE OLIVEIRA CENDRETTE | R501590862 |
| 08658.046339/2021-72 | FILIPAK TRANSPORTES LTDA | R452777909 |
| 08658.046340/2021-05 | FILIPAK TRANSPORTES LTDA | R453733069 |
| 08658.007864/2020-91 | FILIPAK TRANSPORTES LTDA | R454725272 |
| 08659.010166/2020-63 | FILIPAK TRANSPORTES LTDA | R454365519 |
| 08660.016959/2021-38 | FLAVIO SILVA DAS NEVES | R463050797 |
| 08666.024443/2021-15 | FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS | R497915308 |
| 08658.048594/2021-50 | GABRIEL CURTY RIBEIRO | R440057663 |
| 08650.034434/2021-01 | GABRIEL VITORIO CAMARGO DE LIMA VOLTOLINI | R463372409 |
| 08650.034439/2021-26 | GABRIEL VITORIO CAMARGO DE LIMA VOLTOLINI | R463337573 |
| 08650.034433/2021-59 | GABRIEL VITORIO CAMARGO DE LIMA VOLTOLINI | R463362756 |
| 08658.175041/2019-54 | GABRIELLE FONTES SIMONI | T197427316 |
| 08658.044095/2021-93 | GERALDO DE JESUS FERREIRA | T206782691 |
| 08658.045789/2021-48 | GERSON FERNANDES DE OLIVEIRA | R437231027 |
| 08658.041333/2021-17 | GILSON CRUZ SILVA | R504988395 |
| 08658.041332/2021-64 | GILSON CRUZ SILVA | R502901934 |
| 08657.108967/2018-63 | GILSON DO NASCIMENTO PIRES | R396699243 |
| 08657.115406/2018-11 | GILSON DO NASCIMENTO PIRES | R399761659 |
| 08658.007777/2021-15 | GLAUCIA MARIA RENOFIO DE OLIVEIRA LAMOSO | R501576886 |
| 08660.015301/2021-17 | GLAUCIO ISLAN RODRIGUES DALLA VALLE | R456677976 |
| 08656.043937/2021-18 | GONZALO AGUILERA ALBERT | T193702576 |
| 08650.032452/2021-41 | GUILHERME POLAK TABOR | R450563979 |
| 08650.037362/2021-46 | HENRIQUE FEUSER | R455224684 |
| 08650.037341/2021-21 | HENRIQUE FEUSER | R457950397 |
| 08650.037337/2021-62 | HENRIQUE FEUSER | R455172862 |
| 08666.026250/2021-91 | HILDO MANOEL MARQUES | R451763947 |
| 08657.099628/2019-60 | INHAUMA NEVES FERRAZ | R437397106 |
| 08658.024582/2020-59 | ISAAC AUGUSTO DA SILVA | T209339667 |
| 08659.022273/2018-10 | ITALINO JOSÉ PRATI | R381911187 |
| 08657.047317/2021-30 | ITALO FONSECA DO NASCIMENTO | R460326007 |
| 08666.035611/2020-17 | JAILTON FARIAS | R453301134 |
| 08658.053763/2021-73 | JAIR LUPERCIO GALLON | T200303333 |
| 08658.053760/2021-30 | JAIRO LOURIZETE DE SOUZA | T470643358 |
| 08666.025060/2021-56 | JAISON LIMA | T494889403 |
| 08658.017564/2021-00 | JAMEF TRANSPORTES LIMITADA | R502753374 |
| 08657.045206/2021-99 | JEFERSON DA COSTA BARROZO | R502500197 |
| 08659.030473/2020-61 | JEFFERSON GERENT GERBER | T467937907 |
| 08658.051160/2021-37 | JENNIFER FRANCA FERREIRA | T206519885 |
| 08656.009639/2020-18 | JERSO ADRIANO | T191628034 |
| 08650.019809/2019-81 | JESIANE RUZANOVSKI BRITO | R445065877 |
| 08658.046396/2021-51 | JOANA DARC GONCALVES DUARTE | T208365001 |
| 08658.047734/2021-72 | JOANA PECANHA DE SOUZA | R478410271 |
| 08658.049694/2021-01 | JOAO BATISTA DE SOUZA | T469088079 |
| 08650.033581/2021-56 | JOAO VITALINO RODRIGUES | T201391074 |
| 08658.048299/2021-01 | JOELSON ALVES DOS SANTOS | T485611813 |
| 08658.011392/2020-71 | JOHN GREGORY GOMES DA SILVA | T208802266 |
| 08659.024428/2021-58 | JONATAS ANDRE NICHELE | R451942597 |
| 08658.044616/2021-11 | JORDANIO VAZ DE OLIVEIRA | T202508781 |
| 08658.040884/2021-55 | JORGE ELIAS SEBA NETO | R444360131 |
| 08657.043721/2021-34 | JORGE FERNANDO DE OLIVEIRA SOARES | R452009405 |
| 08658.045812/2021-02 | JORGE GABRIEL NAJJAR ROQUE FARAH | T190883111 |
| 08658.045813/2021-49 | JORGE GABRIEL NAJJAR ROQUE FARAH | T197874177 |
| 08658.052402/2021-18 | JORGE HENRIQUE DOS SANTOS | T204339391 |
| 08658.029188/2020-15 | JORGE LUIS LEITE | R461608657 |
| 08658.047739/2021-03 | JORGE YOSHIO SASAKI | T491905057 |
| 08658.045829/2021-51 | JOSE CICERO FERNANDES | T195705823 |
| 08650.031892/2021-81 | JOSE IGLESIAS | T199176213 |
| 08658.049257/2021-80 | JOSE JORGE DE ARAUJO | T204089093 |
| 08658.049253/2021-00 | JOSE JORGE DE ARAUJO | T204089085 |
| 08658.045797/2021-94 | JOSE LOPES CARVALHAL NETO | T464904382 |
| 08658.049697/2021-37 | JOSE LUIS RODRIGUES | T194506777 |
| 08659.027191/2021-67 | JOSE MARIA DE MEIRA | R454234527 |
| 08658.053714/2021-31 | JOSE RILTO PETRONILIO RODRIGUES | T206295618 |
| 08658.044600/2021-08 | JOSE ROBERTO BONIFACIO | R454456336 |
| 08666.077798/2017-12 | JOSE SIQUEIRA DA SILVA JUNIOR | T120251787 |
| 08657.044988/2020-68 | JULIANA COUTO RIBEIRO DA SILVA DE MOURA | R468374997 |
| 08658.049699/2021-26 | JULIANA LOPES VIANNA | T205848745 |
| 08660.016832/2021-19 | JULIANO DE OLIVEIRA COELHO | R489497535 |
| 08658.168787/2019-10 | JURGEN ECKNER | T195373642 |
| 08657.042928/2021-91 | KARINA BALDO LOPES | R471288543 |
| 08658.051108/2021-81 | KARLA FERNANDES COMEGNO | T199325596 |
| 08666.026379/2021-07 | KATIA CARRARO CORTINA | R496204807 |
| 08659.067698/2020-72 | LAURO CESAR MENDES | R487785843 |
| 08666.006907/2020-12 | LEANDRO DELAZARI | T196023327 |
| 08658.048319/2021-36 | LEONARDO GOMES FRANCO SILVA | T468333339 |

| | | |
|---|---|---|
| 08658.048320/2021-61 | LEONARDO GOMES FRANCO SILVA | T468333347 |
| 08666.026983/2021-25 | LEONARDO HERCILIO DE SOUZA ALEGRI | R454910215 |
| 08659.027220/2021-91 | LESSANDRO LOURENCO DE RESENDE | R453632386 |
| 08658.052454/2021-86 | LIV COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE PRODUTOS FA | R367287207 |
| 08658.017979/2020-94 | LIVIA POLIANA FERNANDES SOARES | R456488103 |
| 08658.053320/2021-82 | LUCAS TEIXEIRA COSTA | R455566488 |
| 08657.047138/2021-01 | LUCIMARA DA SILVA | R454466528 |
| 08658.045546/2021-18 | LUIS ANTONIO VIEIRA | T194879167 |
| 08658.046327/2021-48 | LUIS FELIPE CARDILLO E CASTRO | R451325052 |
| 08659.026755/2021-44 | LUIS MISSIAS DOS SANTOS | R494816607 |
| 08659.026752/2021-19 | LUIS MISSIAS DOS SANTOS | T497147904 |
| 08658.051860/2021-21 | LUIZ ANTONIO MAZOLLA | T202311287 |
| 08658.007765/2021-91 | LUIZ CARLOS DA SILVA | T495869821 |
| 08659.035718/2018-21 | LUIZ MOSSINATO | R379262134 |
| 08657.052036/2021-07 | LUIZ RENATO DA SILVA | T205535216 |
| 08666.030901/2021-47 | MAICON BENNERT | T495398829 |
| 08666.025827/2021-47 | MAICON LUIS RAMOS | R452409055 |
| 08657.011596/2019-89 | MARCELO DE SOUZA VICENZI | R417005628 |
| 08657.080779/2020-88 | MARCELO LUIZ DA SILVA | R493300724 |
| 08658.045754/2021-17 | MARCELO REZENDE DUARTE | T490988997 |
| 08658.001157/2020-91 | MARCO ANTONIO EXEL JUNIOR | T198380917 |
| 08658.072005/2020-73 | MARCO ANTONIO MACEDO PEPEROSA | R468865535 |
| 08657.123277/2019-15 | MARCO FLAVIO SIMOES COELHO | R439988322 |
| 08658.177410/2019-43 | MARCOS CESAR FERREIRA | T196924375 |
| 08658.054184/2021-48 | MARCOS ROBERTO DE JESUS | T205691471 |
| 08657.031425/2020-18 | MARCOS VINICIUS PORTELA NETO | T204753244 |
| 08658.042496/2021-17 | MARIA FLAVIA QUEIROZ GUIMARAES | R452307497 |
| 08658.044166/2021-58 | MARIA TEREZA KYLE CEZAR | R446985287 |
| 08658.053677/2021-61 | MARISA APARECIDA ALMEIDA BLANCO | T205271669 |
| 08660.060529/2019-39 | MATHEUS MORAES DA SILVA | R446772828 |
| 08658.167310/2019-17 | MAYCON KELVIN BARBOSA | R448230569 |
| 08658.053221/2021-09 | MICHELLE ANDREIA DE ASSIS MENDES | T180499483 |
| 08666.027824/2020-67 | MOACIR LUIZ TAMBOSI | R458579572 |
| 08658.150619/2019-60 | MOACYR GUIMARAES FILHO | R444661778 |
| 08658.048514/2021-66 | MULTILIXO REMOCOES DE LIXO SOCIEDADE SIMPLES LTDA | R436028581 |
| 08658.048521/2021-68 | MULTILIXO REMOCOES DE LIXO SOCIEDADE SIMPLES LTDA | T189675586 |
| 08658.048531/2021-01 | MULTILIXO REMOCOES DE LIXO SOCIEDADE SIMPLES LTDA | T208062197 |
| 08658.048533/2021-92 | MULTILIXO REMOCOES DE LIXO SOCIEDADE SIMPLES LTDA | T208600493 |
| 08650.033376/2021-91 | MULTITRANS TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS LTDA | R366488406 |
| 08650.034325/2021-86 | MULTITRANS TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS LTDA | R453063675 |
| 08650.035041/2021-15 | MULTITRANS TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS LTDA | R368078582 |
| 08650.035029/2021-01 | MULTITRANS TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS LTDA | T200353907 |
| 08650.033373/2021-57 | MULTITRANS TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS LTDA | R366899996 |
| 08650.032984/2021-88 | MULTITRANS TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS LTDA | R452156521 |
| 08650.033017/2021-33 | MULTITRANS TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS LTDA | R451742303 |
| 08658.044993/2021-41 | MUNICIPIO DE CAJATI | R451519744 |
| 08658.044988/2021-39 | MUNICIPIO DE CAJATI | R452186005 |
| 08658.002432/2020-94 | NAIR PINTO DOS SANTOS | T198492243 |
| 08658.002433/2020-39 | NAIR PINTO DOS SANTOS | T198492251 |
| 08658.012560/2020-46 | NELSON LAUAND FILHO | R455691118 |
| 08659.064840/2020-20 | NOELI TERESINHA BASSO DOS SANTOS | R451559467 |
| 08659.064841/2020-74 | NOELI TERESINHA BASSO DOS SANTOS | R451457358 |
| 08650.033635/2021-83 | OLGA RIVERO VALLE | R449969037 |
| 08659.009613/2021-12 | OSCAR JOSE CARDOSO | R503370371 |
| 08658.044163/2021-14 | OTAVIO HENRIQUE MORAES | R453297234 |
| 08650.008607/2020-47 | P TRANSPORTES LTDA ME | R459288253 |
| 08658.054936/2020-90 | PAULO EDUARDO PRADO DE CARVALHO | T470977817 |
| 08658.044625/2021-01 | PAULO JUNIOR MACHADO | R474566625 |
| 08658.159791/2019-89 | PAULO SERGIO VAL RIBEIRO- | R446284707 |
| 08658.048334/2021-84 | PEDRO HENRIQUE MALTA | T203893743 |
| 08658.025623/2021-13 | PEDRO MIELLI BONACIM | T470561416 |
| 08658.045701/2021-98 | POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO | R452070546 |
| 08658.040809/2021-94 | PRISCILA MARIA DE CASTRO GOIOZO | R442287417 |
| 08658.040881/2021-11 | PRODUPLAST IND E COMERCIO DE PRODUTOS PLASTICOS LT | R455558183 |
| 08657.042709/2021-11 | RAFAEL BARRETO LEITAO | R502902833 |
| 08660.028131/2020-41 | RAFAEL DOS SANTOS | T490966772 |
| 08658.042499/2021-42 | RAFAEL LUIZ CARISSIMI SILVEIRA | T478789757 |
| 08658.045836/2021-53 | RAIMUNDO EVANDI DA SILVA | T194516555 |
| 08666.024153/2021-63 | RAQUEL JANUARIO PHILIPPI | R455655715 |
| 08659.023195/2021-76 | REINALDO SPRENGOSKI | R453574599 |
| 08660.015320/2021-35 | RENAN RAMOS PRATES | R494027037 |
| 08658.053322/2021-71 | RICARDO ANTONIO DE SOUSA | T206577672 |
| 08675.006499/2020-90 | RICARDO TREVIZAN | T193630265 |
| 08658.016470/2020-24 | ROBERTO VIEIRA HIDALGO | T203900286 |
| 08658.048301/2021-34 | RODOLFO DE JESUS | T192755633 |
| 08658.054938/2020-89 | RODRIGO APARECIDO DE ALMEIDA | T475154541 |
| 08658.044639/2021-17 | ROLF MATEUS DOS SANTOS | R501630187 |
| 08660.022275/2020-94 | RONALD WILLIANS DE PAULA | R464238517 |
| 08658.041577/2020-19 | RUBENS ROCHA JUNIOR | R472973878 |
| 08658.171971/2019-39 | RUBENS USSUY BRANDÃO | T190715332 |
| 08658.052388/2021-44 | SABRINA PISANI BEVILAQUA | T200149407 |
| 08658.067404/2020-12 | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | R490570488 |
| 08666.004360/2021-00 | SERGIO MURILO DE MEDEIROS | R452507332 |
| 08650.037951/2021-24 | SERGIO RICARDO CORTEZ | T202596141 |
| 08658.053334/2021-04 | SIDNEI JOSE CORREA | T195051227 |
| 08658.048296/2021-60 | SILVIO MASSAKI IGARASI | R491516606 |
| 08658.067756/2020-78 | STEFANO MAUS DA COSTA | R488974216 |
| 08659.025362/2021-13 | TAILANE FRANCO BELASQUE | T201542595 |
| 08658.047717/2021-35 | TAMIRES BENELLI | T205540635 |
| 08657.031159/2021-04 | TATIANA FERNANDES | R437541568 |
| 08658.042470/2021-61 | TATIANE APARECIDA BRAGA | R442671652 |
| 08666.026971/2021-09 | TELMO BEZ FONTANA MACHADO | R463029477 |
| 08657.164947/2018-72 | THAIS DE CARVALHO DIAS | R400748266 |
| 08657.164827/2018-75 | THAIS DE CARVALHO DIAS | R415555035 |
| 08658.054955/2020-16 | THIAGO FELIX DE AZEVEDO | T212863991 |
| 08658.050583/2021-30 | TIAGO GARCIA DA SILVA | T205205585 |
| 08659.118059/2018-68 | TITARFRAN TRANSPORTES LTDA | R410040223 |
| 08659.023207/2021-62 | TRANZAL TRANSPORTES ZANELLA LTDA | R455182302 |
| 08658.049740/2021-64 | VAGNER ARAGAO DE SOUZA | R485111845 |
| 08658.042011/2021-87 | VALDEMIR JOSE CINTRA | R388387734 |
| 08659.029830/2021-29 | VALDINEI HASKEL DA SILVA | R459244841 |
| 08658.112108/2019-40 | VANDA LUCIA DIAS DE CASTRO | R438103149 |
| 08656.047544/2021-75 | VANDA MARIA GOMES | R452444647 |
| 08666.007012/2020-03 | VANDERSON BARRETO MARTINS | R452042817 |
| 08658.047788/2021-38 | VANUSA OLIVEIRA DA SILVA | T496387607 |
| 08658.054736/2021-18 | VINICIUS DA SILVA FERNANDES NOGUEIRA | T498541894 |
| 08658.046380/2021-49 | VINICIUS MENDES BUZONI | R488880653 |
| 08658.044669/2021-23 | VINICIUS MENDES BUZONI | T489955541 |
| 08657.051650/2021-43 | VINICIUS SOARES GRACIANI ESPERANCA | T202280907 |
| 08658.047793/2021-41 | VLADIMIR HAIDU VAZ | R457186027 |
| 08650.001232/2020-94 | VLADIMIR LEAL DE MELO | T204097576 |
| 08658.053735/2021-56 | WALACE MATHEUS MORAES | T210578955 |
| 08658.053739/2021-34 | WALACE MATHEUS MORAES | T210578998 |
| 08656.036300/2021-67 | WENDEL GOMES DA SILVA | R445061316 |
| 08656.031935/2021-78 | WENDELL CARLOS DE ALMEIDA | T194562727 |
| 08658.055358/2020-17 | WILLIAM ALMERINDO DA PAIXAO | T482100407 |
| 08658.044168/2021-47 | WILSON DE FARIA | R451989155 |
| 08656.045867/2021-24 | YARA CRISTINA SILVA BARROS MENDONCA | R487808947 |
| 08656.048262/2021-95 | ZELIA APARECIDA PEREIRA SANTOS | R366963325 |
| 08658.047726/2021-26 | ZEUS TECNOLOGIA DESENVOLVIMENTO | R458690635 |

3 - NÃO CONHECIDOS:

3.1 - INTEMPESTIVO:

| | | |
|---|---|---|
| 08666.000586/2020-42 | ALAN FELIPE ENGLER | T194398797 |
| 08658.178157/2019-45 | BENEDITO ELIAS DOS SANTOS | T197842054 |
| 08658.049711/2021-01 | GILSON SANTOS DE PAULA | T191792098 |
| 08658.044259/2021-82 | JUSLEI MARIA DA FONSECA | R446462098 |
| 08658.048515/2021-19 | MULTILIXO REMOCOES DE LIXO SOCIEDADE SIMPLES LTDA | R441165435 |
| 08658.055848/2021-96 | PAULO PECCI | T207136897 |
| 08657.121997/2019-46 | RM MECANICA E REBOQUE LTDA ME | R426833627 |
| 08658.040889/2021-88 | SADAT JOACHIM | T188664939 |
| 08657.042370/2021-44 | THIAGO DA SILVA GOMES | R313837759 |
| 08660.015277/2021-16 | VANDERLEI RECH | T179970867 |
| 08657.005728/2020-77 | VANIA RIBEIRO LEONARDO | R447837273 |

3.2 - ILEGÍTIMO:

| | | |
|---|---|---|
| 08656.003522/2021-01 | ANTONIO HELBERT DA SILVA PENNA | R367360101 |
| 08658.046391/2021-29 | AUTO POSTO SAO BENEDITO DE GUARATINGUETA LTDA | R505075989 |
| 08658.038598/2021-20 | BRUNO CAMARGO RODRIGUES MARTINS | R439759994 |
| 08658.028791/2020-71 | BRUNO LAURIANO SILVA | T462219477 |
| 08658.041754/2021-30 | CECS GERENCIA E TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA | R425375633 |
| 08666.030017/2019-98 | DANIEL SAVI NELARA | R430203055 |
| 08658.056950/2021-17 | ELIZETH DE FATIMA CAMPOS | R444690905 |
| 08658.052375/2021-75 | ERALDO DOS SANTOS ARAUJO | T203437616 |
| 08650.038066/2021-62 | FABIO CRISTIANO DA SILVA | T212849166 |
| 08666.028664/2021-54 | FALCONEX TURISMO E TRANSPORTES EIRELI | R454433794 |
| 08666.025272/2021-33 | FALCONEX TURISMO E TRANSPORTES EIRELI | R508590147 |
| 08658.048280/2021-57 | FERNANDA DA SILVA ARAUJO | T204152399 |
| 08658.063124/2017-30 | GUEORGUI WIAZOWSKI | R349906947 |
| 08658.047719/2021-24 | HENRIQUE PEREIRA CARNEIRO JUNIOR | T200130803 |
| 08658.047720/2021-59 | HENRIQUE PEREIRA CARNEIRO JUNIOR | T200145029 |
| 08657.092863/2020-44 | JAYME ALEXANDRE GOMES LOPES | T490206057 |
| 08660.004825/2020-93 | JOAO VICTOR DA COSTA SOUZA | R454363095 |
| 08660.018111/2021-43 | JOSE MONTEIRO DA COSTA | T193644576 |
| 08656.039845/2021-25 | JUSSARA APARECIDA LACERDA FERREIRA | R438566386 |
| 08658.047798/2021-73 | MONTRELUX SOLUCOES EM VIDROS EIRELI | R366642219 |
| 08658.047796/2021-84 | MONTRELUX SOLUCOES EM VIDROS EIRELI | R366633856 |
| 08657.081497/2018-83 | NEI RODRIGUES DA SILVA | R382838734 |
| 08658.044074/2021-78 | OMORI CORPORATE HOTELARIA E ENTRETENIMENTO LTDA | R455366012 |
| 08660.015814/2021-10 | ORLI VARGAS PERES | T470742453 |
| 08658.045749/2021-04 | RAFAEL MOIA VARGAS | R485054377 |
| 08666.005837/2021-66 | RODRIGO JOSE GENEVRO | T212459023 |
| 08650.035501/2021-05 | ROGERIO JOSE OLIVEIRA DAS NEVES | R498964965 |
| 08666.013696/2021-55 | VINICIO MORAES BATISTA | R503975087 |
| 08657.043296/2021-83 | WILSON SANTOS DE ALMEIDA | R446361387 |

3.3 - ILEGÍTIMO E INTEMPESTIVO:

3.4 - INÉPCIA DA INICIAL:

| | | |
|---|---|---|
| 08658.050586/2021-73 | DARLIO PAULINO RIBEIRO SOBRINHO | T185399762 |
| 08650.032039/2021-86 | MARCIA NUNES FERNANDES | T181074974 |

3.5 - FALTA DE DOCUMENTO:

4 - PROCESSOS SUSPENSOS (enviados para realização de diligências e esclarecimentos junto ao órgão autuante):

5 - NÃO AFETOS:

6 - RECONSIDERAÇÃO:

| | | |
|---|---|---|
| 08658.062652/2018-52 | VIRGILIO CANSINO GIL | R381841022 |

LUIS GUSTAVO GIRAUX LEITÃO

Presidente

Titular/Relator

## SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
## DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
## COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
## COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

### PORTARIA Nº 3.464, DE 28 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Declarar a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do Art. 249 do Decreto nº 9.199/2017:

ELLEN SAYURI DOBAY, nascida em 23 de julho de 1981, filha de Roberto Toshimi Nishiwaki e de Maria Lopes da Silva, adquirindo a nacionalidade Austríaca (Processo nº 08000.016247/2021-92);

LUCIANA DOS SANTOS OLIVEIRA que passou assinar LUCIANA HAFTNER, nascida em 8 de outubro de 1979, filha de Helena Costa dos Santos, adquirindo a nacionalidade Austríaca (Processo nº 08000.016345/2021-20);

LEANDRO CHAAR FERREIRA, nascido em 24 de outubro de 1986, filho de Antônio Martins Ferreira Júnior e de Risomary Chaar Ferreira, adquirindo a nacionalidade Austríaca (Processo nº 08018.017125/2021-24);

MONICA PETRY, nascida em 15 de abril 1987, filha de José Lino Petry e de Helle de Souza Petry, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.017640/2021-12);

JUANA ZAMBRANA ORELLANA, nascida em 27 de dezembro de 1964, filha de Josefina Orellana e de Moisés Zambrana, adquirindo a nacionalidade Boliviana (Processo nº 08000.014370/2021-79);

DONG HI HAN, nascida em 25 de outubro de 1999, filha Jong Wan Han e de Eun Joo Park, adquirindo a nacionalidade Coreana (Processo nº 08018.009777/2021-95);

AMANDA TEIXEIRA, nascida em 22 de agosto de 1986, filha de Renato Carlos Teixeira e de Marisa Guilherme Teixeira, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.012605/2021-07);

NICOLAS SANTOS BLARD, nascido em 20 de outubro de 1997, filho de Reinaldo Luiz Dos Santos e de Aline Angelica Nogueira Blard, adquirindo a nacionalidade Norte americana (Processo nº 08018.015961/2021-74);

CAROLINA CANETTIERI, nascida em 19 de abril de 1986, filha de Renata Julia Secco Canettieri e de Renato Sergio Canettieri, adquirindo a nacionalidade Austríaca (Processo nº 08000.018757/2021-02);

CLAUDILENE MARIA DA SILVA, nascida em 23 de agosto de 1973, filha de Adehir Vicente Da Silva e de Creuza Maria Da Silva, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.015003/2021-01).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

### PORTARIA Nº 3.465, DE 28 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.013215/2019-30, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, GOZIE OKOYE, de nacionalidade nigeriana, filho de Sunny Okoye e de Justina Okoye, nascido em Abia State, na República Federal da Nigéria, em 24 de dezembro de 1977, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

### PORTARIA Nº 3.466, DE 28 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.013761/2004-75, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PABLO GUTIERREZ CARDOSO, de nacionalidade uruguaia, filho de Maria Cristina Cardoso, nascido em Montevideo, na República Oriental do Uruguai, em 22 de janeiro de 1980, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

### PORTARIA Nº 3.467, DE 29 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.002738/2009-42, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, YEHNY ROZO CISNEROS, de nacionalidade venezuelana, filha de Levy Rozo e de Aura Cisneros, nascida na República Bolivariana da Venezuela, em 14 de junho de 1980, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

### PORTARIA Nº 3.468, DE 29 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.012056/2019-37, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, JOSÉ CAPDEQUI BLANCH, de nacionalidade espanhola, filho de José Capdequi Y Pliego e de Rosa Maria Blanch Y Roger, nascido no Reino da Espanha, em 3 de outubro de 1980, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 doze) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

### PORTARIA Nº 3.469, DE 29 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08505.026089/2015-50, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, NTOMBIFUTHI CYNTHIA MAJOLA, de nacionalidade sul-africana, filha de Bhekinkosi Cyprial Majola e de Beuaty Thembeni Majola, nascida na República da África do Sul, em 10 de maio de 1980, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

### PORTARIA Nº 3.470, DE 29 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08001.000640/2015-14, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, JAIME QUISPE CARRION, de nacionalidade peruana, filho de Luiz Xavier Carrion Ordones e de Teodora Quispe Mamani, nascido na República do Peru, em 12 de janeiro de 1981, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

### PORTARIA Nº 3.471, DE 29 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.020237/1999-12, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JAIME FELIPE CABRERA LEVEAU, de nacionalidade colombiana, filho de Chela Leveau e de Pedra Cabrera, nascido na República da Colômbia, em 22 de junho de 1963, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 22 (vinte e dois) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

### PORTARIA Nº 3.472, DE 29 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ALEEN AHMED BELGASEM SHAREF- F276327-L, natural da Líbia, nascido em 18 de dezembro de 2018, filho de Ahmed Belgasem Tayeb Sharef e de Basma Ahmed Ali Abujulaydah, residente no Estado de São Paulo (processo n° 08505.008586/2020-33);

AYOUB SALAH MOHAMMED ABOUBAKR- G296044-D, natural da Líbia, nascido em 20 de dezembro de 2013, filho de Khadiga Amhimmid Othman e de Salah Mohammed Alsadiq Abdullah, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (processo n° 08338.000222/2020-84);

MUDAR MEFTAH ALKHAYAT- F028885-L, natural da Síria, nascido em 09 de fevereiro de 2009, filho de Essam Meftah Alkhayat e de Manal Matouk, residente no Estado de São Paulo (processo n° 08505.009619/2020-62) e

SERGE JUNIOR JOSEPH- G319464-H, natural do Haiti, nascido em 09 de outubro de 2010, filho de Marie Scherlie Civil e de Serge Joseph, residente no Estado do Rio Grande do Sul (processo n° 08444.001314/2020-74).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

### PORTARIA Nº 3.473, DE 29 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ABDELLAH CHATAOU- G369175-V, natural do Marrocos, nascido em 24 de setembro de 1985, filho de Aaou Hajjou e de Mohamed Chataou, residente no Estado de São Paulo (processo n° 08505.008938/2020-51);

ADEEL QAYYUM- F052344-U, natural do Paquistão, nascido em 27 de fevereiro de 1981, filho de Abdul Qayyum e de Shaheena Koser, residente no Estado do Rio Grande do Sul (processo n° 08444.000970/2020-50);

AHMAD HAWARI- F053177-I, natural da Síria, nascido em 25 de janeiro de 1994, filho de Mhd Nabil Hawari e de Samar Kurabi, residente no Estado de São Paulo (processo n° 08505.001063/2020-66);

ALAA ALMKHALLALATI- G190396-J, natural da Arábia Saudita, nascido em 10 de novembro de 1989, filho de Ghada Marwae e de Riad Almkhallalati, residente no Estado de São Paulo (processo n° 08505.001723/2020-17);

ANA LIDIA VEGA RIVERA- V968944-1, natural de Cuba, nascido em 11 de março de 1972, filho de Candida Rivera Creagh e de Domingo Vega Calzado, residente no Estado do Pernambuco (processo n° 08400.008897/2019-37);

AMJAD FAZAA- G054189-Z, natural da Síria, nascido em 02 de outubro de 1992, filho de Kafa Dyoub e de Shalan Fazaa, residente no Estado de São Paulo (processo n° 08505.008668/2020-88);

ELINE ERNEST PALME- G255245-W, natural do Haiti, nascido em 08 de janeiro de 1988, filho de Marie Leine Fable e de Hebert Palme, residente no Estado de São Paulo (processo n° 08505.006257/2020-58);

FELIPE IRIAN ROLO GONZALEZ- G007360-T, natural de Cuba, nascido em 09 de setembro de 1985, filho de Fidelina Gonzalez Sanchez e de Felipe Modesto Rolo Gomez, residente no Estado de Santa Catarina (processo n° 08491.003206/2018-56);

HILÁRIO NAGANA- G249274-B, natural da Guine Bissau, nascido em 19 de março de 1987, filho de Maria Sanca e de Mantunqui Nagana, residente no Estado de São Paulo (processo n° 08505.006524/2020-97);

IMARAY LEONOR GOMEZ CAIMARY- V994089-H, natural de Cuba, nascido em 03 de maio de 1985, filho de Maria Leonor Caimary Rodriguez e de Oscar Alberto Gomez Hernandez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (processo n° 08435.000343/2019-94);

MOHAMMED HATEEM TAJAMMUL KHAN- G193890-X, natural da Índia, nascido em 17 de março de 1988, filho de Farzana Tajammul Khan e de Babu Azeez Tajammul Khan, residente no Estado de São Paulo (processo n° 08505.006314/2020-07);

NANA IPANTUA- G274387-5, natural do Congo, nascido em 19 de junho de 1989, filho de Kabu Osia Kape e de Ipantua Iba Yung Gerard, residente no Estado de São Paulo (processo n° 08505.000742/2020-18);

NIATI NSAKU SILVIA- F052812-N, natural da Angola, nascido em 26 de outubro de 1991, filho de Santos Nsaku e de Sofia Nlando, residente no Estado de São Paulo (processo n° 08505.009585/2020-14);

NKAMA MBOTE AUGUSTO JOÃO- F081639-Z, natural da Angola, nascido em 03 de março de 1975, filho de Dibanzilua João e de Dialundama Suzana, residente no Estado de São Paulo (processo n° 08505.006710/2020-26);

SAMSON ARCEUS- G322368-5, natural de Haiti, nascido em 01 de janeiro de 1997, filho de Odette Louis e de Jean Samuel Arceus, residente no Estado de São Paulo (processo n° 08091.000479/2020-76);

TIM VAN EGMOND- V903213-R, natural do dos Países Baixos, nascido em 28 de janeiro de 1986, filho de Josina Berendina Arendshorst e de Klaas Cornelis Van Egmond, residente no Estado de Pernambuco (processo n° 08400.007407/2019-85) e

VIRIATO DJU- G452256-S, natural da Guine Bissau, nascido em 15 de janeiro de 1982, filho de Quinta Ca e de Pinto Dju, residente no Estado de São Paulo (processo n° 08505.002609/2020-04).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

**PORTARIA Nº 3.474, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

DELNAYLA MIDJENA LEBON - F135915-3, natural do Haiti, nascida em 10 de agosto de 2017, filha de Doubens Lebon e de Marie Edna Milfort, residente no estado do Paraná (Processo n° 235881.0085969/2021);

MONTAHINA FERDUS AISHA - F190647-S, natural de Bangladesh, nascida em 05 de dezembro de 2013, filha de Shohel Rana e de Zeenat Ferdous Rosy, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0027220/2021);

MOSAB MAHMOUD IBRAHIM ABDELRAZEK ELSAYED - F021937-Q, natural do Egito, nascido em 01 de outubro de 2013, filho de Ahmoud Ibrahim Abdelrazek Elsayed e de Hend Ismail khalil Ismail Elgendy, residente no Estado do Paraná (Processo n° 235881.0082032/2021);

SHOROUQ MALEK MOHAMED ALKUHA- F241475-C, Natural da Líbia, nascido em 26 de abril de 2018, filha de Malek Mohamed Ali Al Kuha e Zeinab Saleh El Saleh, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0010393/2020) e

VALNISE AIDE - G212512-0 , natural do Haiti, nascida em 04 de julho de 2012, filha de Valcin Aide e de Daphmine Jean Baptiste, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0078745/2021).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

**PORTARIA Nº 3.475, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALEJANDRA MARIA FERNANDEZ NETO - W256166-6, natural da Espanha, nascida em 10 de outubro de 1973, filha de Manuel Fernandez Hierro e de Maria Aurora Alves Neto, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 235881.0005473/2020) e

LUIS ANTONIO TORRES URDANETA - V380292-E, natural da Venezuela, nascido em 03 de abril de 1974, filho de Adriana Urdaneta de Torres e de Luis Antonio Torres Olivares, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 235881.0027733/2021).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

**PORTARIA Nº 3.476, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

FRANCISCO GOMEZ LEYVA - G339462-9, natural de Cuba, nascido em 18 de abril de 1988, filho de Nancy Leyva Flores e de Francisco Gomez Alvarez, residente no Estado de São Paulo(Processo n° 235881.0005023/2020);

GISELA MARTINEZ ABON - G302170-1, natural de Cuba, nascida em 01 de maio de 1987, filha de Gisela Heliodora Abon Rodriguez e de Rafael Jesus Martinez Vargas, residente no Estado da Bahia (Processo n° 235881.0024366/2021) e

PAUL KINGSLEY NWOKOFOR- V662272-1, natural da Nigéria, nascido em 05 de setembro de 1983, filho de Helen Nwokofor e de Alfred Nwokofor, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 235881.0006766/2020).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

## DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

**DESPACHO Nº 278, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

O COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Notificar a entidade social INSTITUTO MUSEU DA PESSOA.NET, com sede em São Paulo/ SP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.210.186/0001-27, ora qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para ciência de Processo Administrativo de Perda de Qualificação, que visa a verificar os requisitos de permanência da qualificação como OSCIP, sob pena de perda da sua qualificação. Conforme art. 44 da Lei 9.784, de 1999, fica concedido o prazo de dez (10) dias para a manifestação e a apresentação de documentos necessários. Processo SEI/MJ nº 08071.000285/2021-90.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

**DESPACHO Nº 1.183, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, resolve:

Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO AMIGAS PARA O BEM VIVER, com sede na Rua Santa Maria, 240, Centro, Colatina/ ES, inscrita no CNPJ sob o nº 26.103.179/0001-04, conforme Nota Técnica nº 608/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ. Processo SEI/MJ nº 08084.000126/2021-46.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

**PORTARIA CADE Nº 321, DE 22 DE JUNHO DE 2021**

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE, INTERINO, no uso das atribuições que lhe é conferida pelo inciso IX, art. 10 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 e tendo em vista o Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 22 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Tornar públicas, de acordo com o Anexo desta Portaria, as metas de desempenho institucional do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, para o 12º Ciclo de Avaliação, ano base 2021/2022, em consonância com o §1º do artigo 5º do Decreto nº 7.133/2010.

Art. 2º As metas de desempenho institucionais são compostas de metas globais e metas intermediárias.

Art. 3º O resultado da avaliação de cumprimento das metas de desempenho institucional servirá para fins de cálculo do valor da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, paga aos servidores ocupantes de cargo efetivo que se encontrem nas situações descritas no inciso I do artigo 1º do Decreto nº 7.133/2010.

MAURÍCIO OSCAR BANDEIRA MAIA

ANEXO

METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL - 12º CICLO DE AVALIAÇÃO
Unidade de Avaliação: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade
Ano Base: 2021/2022

| Indicador | Meta | Percentual (%) |
|---|---|---|
| Número de horas de participação em ações de capacitação | ≥10.000 | 20 |
| Documentos hábeis avaliados pela UCG sem restrições | ≥ 95% | 20 |
| Número de releases publicados no portal do Cade | ≥220 | 20 |
| Tempo de Cadastramento de AC (em minutos) | <60 | 20 |
| Percentual de execução do PDTIC | > 90% | 20 |

## SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

**DESPACHO Nº 922, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Ato de Concentração nº 08700.002921/2021-64. Requerentes: Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A. e Salinas Administração e Participações Ltda. Advogados: Eduardo Caminati, Marcio Bueno, Maria Wagner e Marcela Carvalho. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

# Ministério de Minas e Energia

## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

**PORTARIA Nº 779, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48340.001336/2021-06, resolve:

Art. 1º Definir em 1,75 MW médios o montante de garantia física de energia da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Quilombo, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) CGH.PH.RJ.038155-1.01, com potência instalada de 3,00 MW, de titularidade da empresa Quilombo Energia S.A., inscrita no CNPJ nº 16.798.585/0001-77, localizada no Ribeirão do Quilombo, no município de Carmo, Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º O montante de garantia física de energia da CGH Quilombo refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da CGH Quilombo poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES

**PORTARIA Nº 780, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48340.007659/2017-19, resolve:

Art. 1º Definir em 2,53 MW médios o montante de garantia física de energia da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Pacífico Mascarenhas, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) CGH.PH.MG.001928-3.02, com potência instalada de 2,944 MW, de titularidade da empresa Pacífico Mascarenhas Energética Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 28.030.106/0001-57, localizada no rio Parauninha, Município de Santana do Riacho, Estado de Minas Gerais.

§ 1º O montante de garantia física de energia da CGH Pacífico Mascarenhas refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da CGH Pacífico Mascarenhas poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a garantia física de energia, no valor de 2,23 MW médios, da Central Geradora Hidrelétrica Pacífico Mascarenhas estabelecida na Portaria MME nº 384, de 15 de dezembro de 2017.

PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES

**PORTARIA Nº 781, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 60, de 21 de fevereiro de 2020, e o que consta no Processo nº 48340.001460/2021-63, resolve:

Art. 1º Definir os novos montantes de garantia física de energia das usinas solares fotovoltaicas na forma do Anexo à presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia de que trata o caput referem-se ao Ponto de Medição Individual - PMI das usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo desta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA

| CEG | Usina | Potência (kW) | $^{GF}$revisada (MWmed) |
|---|---|---|---|
| UFV.RS.PI.036925-0.01 | Graviola 1 | 75.000 | 25,6 |
| UFV.RS.PI.036926-8.01 | Graviola 2 | 75.000 | 25,6 |
| UFV.RS.PI.037745-7.01 | Graviola 3 | 75.000 | 25,6 |
| UFV.RS.PI.037746-5.01 | Graviola 4 | 75.000 | 25,6 |
| UFV.RS.CE.035699-9.01 | Alex I | 30.933 | 10,3 |
| UFV.RS.CE.035883-5.01 | Alex III | 30.933 | 10,3 |
| UFV.RS.CE.035884-3.01 | Alex IV | 30.933 | 10,3 |
| UFV.RS.CE.035859-2.01 | Alex V | 30.933 | 10,3 |
| UFV.RS.CE.035860-6.01 | Alex VI | 30.933 | 10,3 |
| UFV.RS.CE.035861-4.01 | Alex VII | 30.933 | 10,3 |
| UFV.RS.CE.035862-2.01 | Alex VIII | 30.933 | 10,3 |
| UFV.RS.CE.035863-0.01 | Alex IX | 30.933 | 10,3 |
| UFV.RS.CE.035864-9.01 | Alex X | 30.933 | 10,3 |

**PORTARIA Nº 782, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 416, de 1º de setembro de 2015, e o que consta no Processo nº 48360.00067/2021-14, resolve:

Art. 1º Definir, na forma do Anexo à presente Portaria, os novos montantes de garantia física de energia das Usinas Eólicas de que trata o art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 416, de 1º de setembro de 2015.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia das demais usinas constantes do Anexo I são determinados nos Pontos de Medição Individuais - PMI das Usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão ou do PMI, conforme aplicável, até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

§ 3º A garantia física de energia do empreendimento EOL Santa Eugenia 08, Código Único de Empreendimento de Geração (CEG) EOL.CV.BA.038084-9.01, definida pela Portaria MME/SPE nº 118, de 19 de março de 2020, permanece vigente.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA DAS USINAS EÓLICAS

| Usina | Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL | GFrevisada (MWmed) |
|---|---|---|
| Serra da Mangabeira | EOL.CV.BA.044878-8.01 | 34,3 |
| Ventos da Bahia XIII | EOL.CV.BA.032535-0.01 | 23,7 |
| Ventos da Bahia XIV | EOL.CV.BA.032536-8.01 | 14,4 |
| Ventos da Bahia XXIII | EOL.CV.BA.035234-9.01 | 23,8 |
| Ventos da Bahia XXVII | EOL.CV.BA.034889-9.01 | 22,7 |
| Ventos de Santa Eugenia 01 | EOL.CV.BA.038077-6.01 | 21,9 |
| Ventos de Santa Eugenia 02 | EOL.CV.BA.038078-4.01 | 4,8 |
| Ventos de Santa Eugenia 03 | EOL.CV.BA.038079-2.01 | 17,9 |
| Ventos de Santa Eugenia 05 | EOL.CV.BA.038081-4.01 | 16,2 |
| Ventos de Santa Eugenia 06 | EOL.CV.BA.038082-2.01 | 15,2 |
| Ventos de Santa Eugenia 07 | EOL.CV.BA.038083-0.01 | 7,3 |
| Ventos de Santa Eugenia 09 | EOL.CV.BA.038085-7.01 | 16,9 |
| Ventos de Santa Eugenia 12 | EOL.CV.BA.038088-1.01 | 18,0 |
| Ventos de Santa Eugenia 13 | EOL.CV.BA.038089-0.01 | 20,2 |

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

**RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 22 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 10.205. Processo nº 48500.004769/2017-49. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Zebu Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.674.439/0001-93, a implantar e explorar a UFV Zebu I, CEG UFV.RS.AL.037861-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 31.028 kW de Potência Instalada, localizada no município de Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.206. Processo nº 48500.004712/2017-40. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Zebu Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.674.439/0001-93, a implantar e explorar a UFV Zebu II, CEG UFV.RS.AL.037862-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 25.358 kW de Potência Instalada, localizada no município de Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.207. Processo nº 48500.000285/2018-10. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Zebu Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.674.439/0001-93, a implantar e explorar a UFV Zebu III, CEG UFV.RS.AL.038296-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 45.360 kW de Potência Instalada, localizada no município de Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.208. Processo nº 48500.000195/2018-11. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Zebu Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.674.439/0001-93, a implantar e explorar a UFV Zebu IV, CEG UFV.RS.AL.038297-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 48.038 kW de Potência Instalada, localizada no município de Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.209. Processo nº 48500.000751/2020-73. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Zebu Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.674.439/0001-93, a implantar e explorar a UFV Zebu V, CEG UFV.RS.AL.044547-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 31.028 kW de Potência Instalada, localizada no município de Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.210. Processo nº: 48500.000753/2020-62. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Zebu Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.674.439/0001-93, a implantar e explorar a UFV Zebu VI, CEG UFV.RS.AL.044548-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 25.358 kW de Potência Instalada, localizada no município de Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.211. Processo nº 48500.000754/2020-15. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Zebu Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.674.439/0001-93, a implantar e explorar a UFV Zebu VII, CEG UFV.RS.AL.044549-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 36.698 kW de Potência Instalada, localizada no município de Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.212. Processo nº 48500.000752/2020-18. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Zebu Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.674.439/0001-93, a implantar e explorar a UFV Zebu VIII, CEG UFV.RS.AL.044550-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 42.368 kW de Potência Instalada, localizada no município de Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.213. Processo nº 48500.000755/2020-51. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Zebu Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.674.439/0001-93, a implantar e explorar a UFV Zebu IX, CEG UFV.RS.AL.044546-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 14.648 kW de Potência Instalada, localizada no município de Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 22 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 10.214. Processo nº 48500.000886/2020-39. Interessada: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Objeto: Autorizar o Interessada, CNPJ 08.351.042/0001-89, a implantar e explorar a UFV Presidente Juscelino I, CEG UFV.RS.MG.046911-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 48.118 kW de Potência Instalada, localizada no município de Presidente Juscelino, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.215. Processo nº 48500.000887/2020-83. Interessada: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Objeto: Autorizar o Interessada, CNPJ 08.351.042/0001-89, a implantar e explorar a UFV Presidente Juscelino II, CEG UFV.RS.MG.046912-2.0, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 48.118 kW de Potência Instalada, localizada no município de Presidente Juscelino, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e está disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.217, DE 22 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002228/2021-62. Interessada: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área complementar necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Mascarenhas de Moraes - Franca 5 Imperador C5 e C6, localizada no município de Franca, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.218, DE 22 JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.2558/2021-58. Interessada: Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A. Assunto: declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Rolim de Moura - Santa Luzia, localizada no estado de Rondônia. A íntegra deste Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.219, DE 22 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002656/2021-95. Interessada: Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Utinga - Polimix, localizada no estado do Pará. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.223, DE 22 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003773/2019-51. Interessada: Dunas Transmissão S.A. Assunto: Altera a Resolução Autorizativa nº 8.238, de 1º de outubro de 2019, que declara de utilidade pública, em favor da Dunas Transmissão de Energia S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Jaguaruana II - Pacatuba C1, localizada no estado do Ceará. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.225, DE 22 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.001398/2000-89. Interessada: Cooperativa Sudeste de Eletrificação Rural Ltda. - Cosel. Objeto: Alterar a Resolução nº 427, de 13 de agosto de 2002, de modo a prorrogar o enquadramento da Interessada na condição de autorizada para exploração das instalações de energia elétrica destinadas ao uso privativo de seus associados. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.227, DE 22 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001405/2021-93. Interessada: Cemig Geração e Transmissão S.A. Objeto: Autoriza a interessada a implantar reforços em instalações de transmissão e estabelece os correspondentes valores da parcela adicional de Receita Anual Permitida. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.882, DE 22 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000488/2021-01. Interessadas: Concessionárias de Transmissão. Objeto: Homologa o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Receita Anual Permitida - RAP das Transmissoras de Energia Elétrica licitadas, com previsão de Revisão em 2021, referentes aos Contratos de Concessão 002/2010, 003/2010, 004/2010, 005/2010, 006/2010, 007/2010, 008/2010, 009/2010, 010/2010, 011/2010, 012/2010, 013/2010, 014/2010, 015/2010, 016/2010, 017/2010, 018/2010, 019/2010, 020/2010, 021/2010, 002/2011, 003/2011, 004/2011, 005/2011, 006/2011, 007/2011, 007/2015, 003/2016, 004/2016, 005/2016, 006/2016, 007/2016, 008/2016, 009/2016, 014/2016, 017/2016, 018/2016, 019/2016, 022/2016. A íntegra desta Resolução e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.883, DE 22 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000489/2021-48 Interessados: EVRECY Objeto: Homologa o resultado definitivo da revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP associada às instalações de transmissão necessárias aos intercâmbios de energia elétrica, sob responsabilidade da EVRECY Participações Ltda. www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.888, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000829/2021-31. Interessados: Concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Estabelece as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, de que trata o submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, com vigência a partir de 1º de julho de 2021. A íntegra desta Resolução, e de seus anexos, está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**PORTARIA Nº 6.673, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no Regimento Interno da ANEEL, na Norma de Organização ANEEL nº 24, com revisão aprovada pela Portaria nº 3.808, de 16 de dezembro de 2015, e no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, bem como o que consta do Processo nº 48500.001827/2021-69, resolve:

Art. 1º Aprovar as metas institucionais para o ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional da ANEEL, que vigorarão de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022, atendendo aos preceitos da Norma Organizacional ANEEL nº 24, de 19 de setembro de 2006, aprovada pela Portaria nº 387, de 19 de setembro de 2006, e revisada pela Portaria nº 3.808, de 16 de dezembro de 2015, que estabelece critérios, procedimentos e mecanismos de Avaliação de Desempenho Institucional para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras (GDPCAR).

Art. 2º As metas de desempenho institucional poderão ser revistas, a qualquer tempo, observado o Decreto nº 7.133/2010 e a Norma de Organização ANEEL nº 24/2006.

Art. 3º Os arquivos referentes as metas institucionais encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

ANEXO

Avaliação de Desempenho Institucional (Gratificação dos servidores do quadro específico)

(Em cumprimento ao Decreto nº 7.133 e à Norma de Organização ANEEL nº 24/2015)

Ciclo - 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022

| Nº | Meta Global - MG | Peso (MG) | Nº MI | Metas Intermediárias - MI | Peso (MI) | UORG Coordenadora | UORG Responsáveis | Produto e Forma de Apuração do Grau de Alcance (Etapas e entregas) | Valor da Etapa (MI) (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | **Promover ambiente regulatório favorável à evolução do setor e ao empoderamento do consumidor** | 33,34 | 2.1.1 | Institucionalizar processo de monitoramento da regulação | 25,00 | CT-REG | CT-REG | 6.Elaborar guia de boas práticas para o monitoramento da regulação<br>**Produto**: Guia de boas práticas para o monitoramento da regulação | 100,00 |
| | | | 2.1.2 | Revisar sistemática de elaboração de regulamentos e o estoque regulatório | 25,00 | SGE | SCG, SFG, SRG, SCT, SFE, SRT, SMA, SRD, SFF, SRM, SGT | 6.Levantar e consolidar o rol de informações solicitadas aos agentes por normativos e criar glossário com as definições normativas da ANEEL<br>**Produto:** Glossário Normativo | 100,00 |
| | | | 2.2.1 | Desenvolver ações com foco em aumentar a efetividade do programa de eficiência energética | 25,00 | SPE | DIR, SPE, SRM, SEL, SCG | 1.Desenvolver o projeto prioritário de EE em RR<br>**Produto**: Realização do leilão<br>**Produto**: Relatório de Análise de Habilitação e Despacho | 100,00 |
| | | | 2.7.4 | Pesquisa de imagem institucional | 25,00 | AID | AID | 1. Construir e validar instrumentos de pesquisa<br>**Produto:** Instrumento de pesquisa - Consumidor de energia<br>**Produto**: Instrumento de pesquisa - Público Institucional | 40,00 |
| | | | | | | | | 2. Realizar coleta de dados<br>**Produto:** Dados coletados - Consumidores de energia<br>**Produto:** Dados coletados - público institucional | 40,00 |
| | | | | | | | | 3. Elaborar relatórios de diagnóstico.<br>**Produto:** Relatório de diagnóstico - consumidoresde energia | 20,00 |
| 3 | **Garantir a qualidade do serviço de energia elétrica e a expansão da oferta** | 33,33 | 3.6.3 | Estruturar ciclo PDCA nos processos de fiscalização econômico-financeira | 100,00 | SFF | SFF, GDG | 2.Estruturar a gestão de processos internos<br>**Produto**: Documento Fluxos de trabalho definidos - procedimentos escritos | 40,48 |
| | | | | | | | SFF | 3.Estabelecer o monitoramento da ação de fiscalização e estruturada em níveis de atuação<br>**Produto**: Documento Procedimento escrito | 59,52 |
| 7 | **Modernizar a infraestrutura física os serviços e as soluções de TI** | 33,33 | 7.1.1 | Reformar o edifício sede da ANEEL | 50,00 | SAF | SAF | 4.Realizar retrofit da Fachada<br>**Produto**: Contratação de empresa para realizar a obra: contrato assinado | 50,00 |
| | | | | | | | | 7. Adequar o edifício às normas de acessibilidade e combate a incêndio e pânico<br>**Produto**: Edifício aderente às normas de segurança e acessibilidade: Termo de recebimento da obra ou documento equivalente | 50,00 |
| | | | 7.4.1 | Implementar modelo ágil de concepção de soluções de TI | 50,00 | SGI | SGI | 4. Capacitar os servidores nas ferramentas de Business Intelligence<br>**Produto:**Servidores capacitados nas ferramentas de Business Intelligence | 33,34 |
| | | | | | | | | 5. Capacitar os servidores na plataforma de Geoprocessamento da ANEEL<br>**Produto**: Servidores capacitados na plataforma de geoprocessamento da ANEEL | 33,33 |
| | | | | | | | | 6.Capacitar os servidores na plataforma Sharepoint<br>**Produto**: Servidores capacitados na plataforma Sharepoint | 33,33 |

**PORTARIA Nº 6.674, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 16, inciso IV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, em conformidade com deliberação da Diretoria e de acordo com o que consta do Processo nº 48500.005250/2016-05, resolve:

Art. 1º Aprovar a 8ª revisão do Planejamento Estratégico da ANEEL para o Ciclo 2018-2023.

Art. 2º Converter o acompanhamento das Agendas Regulatórias no âmbito do Planejamento Estratégico, a partir da Agenda Regulatória 2018-2019, em indicadores de desempenho estratégico.

Art. 3º Alterar o anexo da Portaria nº 4.823, de 28 de novembro de 2017, que trata do detalhamento dos formulários dos indicadores de desempenho e dos canvas das iniciativas estratégicas, conforme os artigos 1º e 2º.

Art. 4º O arquivo referente à revisão do Planejamento Estratégico encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**PORTARIA Nº 6.675, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 16 do Anexo à Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005986/2005-23, resolve:

Art. 1º Fixar a distribuição dos quantitativos de cargos comissionados da ANEEL, conforme quadro abaixo:

| QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS COMISSIONADOS | | |
|---|---|---|
| CARGO COMISSIONADO DE | CÓDIGO | QUANTITATIVO |
| DIREÇÃO | CD I<br>CD II | 01<br>04 |
| GERÊNCIA EXECUTIVA | CGE I<br>CGE II<br>CGE III<br>CGE IV | 19<br>03<br>19<br>13 |
| ASSESSORIA | CA I<br>CA II<br>CA III | 06<br>04<br>17 |
| ASSISTÊNCIA | CAS I<br>CAS II | 01<br>02 |
| TÉCNICO | CCT V<br>CCT IV<br>CCT III<br>CCT II<br>CCT I | 19<br>90<br>02<br>45<br>54 |

Art. 2º O custo total dos cargos comissionados, com as alterações, passa a ser de R$ 1.374.651,28 (um milhão, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos), inferior ao valor de R$ 1.377.578,83 (um milhão, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos) definido pela Lei nº 9.986/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**PORTARIA Nº 6.676, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 7º do Regimento Interno da ANEEL, considerando o disposto na Portaria nº 5.873, de 9 de julho de 2019, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta no Processo n° 48500.005986/2005-23, resolve:

Art. 1º Estabelecer o funcionamento interno da Superintendência de Gestão Técnica da Informação - SGI, por meio das seguintes coordenações, sem prejuízo das demais atribuições de competência da unidade:

I - Coordenação de Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação, responsável por:

a) gerenciar o atendimento aos usuários de tecnologia da informação;

b) prover os serviços presenciais de apoio técnico em tecnologia da informação;

c) prover as contratações de softwares diversos;

d) gerenciar os serviços de reprografia e impressão; e

e) prover hardware e software para as estações de trabalho.

II - Coordenação de Arquitetura, Padrões e Soluções Corporativas, responsável por:

a) gerenciar a arquitetura de dados e de soluções corporativas;

b) prover o padrão de desenvolvimento de soluções e de administração de dados corporativos e locais;

c) gerenciar os bancos de dados corporativos;

d) gerenciar o desenvolvimento e implantação de soluções de tecnologia da informação;

e) gerenciar a sustentação de sistemas e os serviços correlatos;

f) gerenciar sítios e portais; e

g) gerenciar as soluções de inteligência analítica corporativas.

III - Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação, responsável por:

a) secretariar a Comissão de Gestão da Informação;

b) gerenciar o planejamento de tecnologia da informação;

c) gerenciar o orçamento de tecnologia da informação;

d) prestar apoio às contratações de tecnologia de informação; e

e) prestar apoio administrativo.

IV - Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação, responsável por:

a) administrar a infraestrutura de Datacenter e rede.

IV.1 - Núcleo de Segurança da Informação, responsável por:

a) gerenciar a segurança da informação.

V - Coordenação de Soluções Negociais, responsável por:

a) gerenciar o desenvolvimento e implantação de soluções de tecnologia da informação nas ilhas federadas de desenvolvimento;

b) gerenciar a sustentação de sistemas e os serviços correlatos;

c) mapear e automatizar processos de negócio; e

d) realizar análise de dados negociais.

V.1 - Núcleo de Serviços de Geoprocessamento, responsável por:

a) gerenciar os sistemas de geoprocessamento; e

b) gerenciar os bancos de dados geográficos.

VI - Escritório de Governança de Dados e Informação, responsável por:

a) promover o engajamento das Unidades Organizacionais - Uorgs da ANEEL no tocante à gestão da informação;

b) definir os termos relacionados à governança de dados e da informação;

c) definir, em conjunto com a SGI, as ferramentas de governança, gestão e análise de dados, e disseminar o seu uso na instituição;

d) definir os métodos e procedimentos atinentes à governança de dados e gestão da informação;

e) analisar e aprovar a captação e armazenamento de novos dados, em conjunto com a SGI;

f) analisar, em conjunto com a SGI, e propor à CGI a extinção de base de dados;

g) acompanhar e promover as melhores práticas de gestão de informações;

h) prestar suporte técnico aos curadores;

i) gerir o Catálogo de dados e metadados; e

j) dar suporte aos processos de captação e integração dos dados.

Art. 2º Delegar aos titulares das coordenações e, em suas ausências ou impedimentos, aos seus substitutos, as seguintes atribuições, sem prejuízo do exercício concomitante ou avocação pelo titular da unidade ou seu substituto:

a) assinatura de termos de abertura de processo, comunicações de decisão, notificações a servidores e demais documentos sem caráter decisório;

b) organização interna das equipes sob sua responsabilidade; e

c) gestão da jornada de sua equipe, aprovação de férias e de ausências, inclusive de colaboradores terceirizados e estagiários, levando fatos relevantes ao conhecimento dos titulares da unidade.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 5.873, de 9 de julho de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**PORTARIA Nº 6.677, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Fixa as vagas por classe para os cargos das carreiras efetivas do quadro de pessoal da Agência Nacional de Energia Elétrica.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º e 9º do Regimento Interno da ANEEL, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002918/2015-73, resolve:

Art.1º Fixar as vagas por classe para os cargos das carreiras de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia, Analista Administrativo e Técnico Administrativo, do quadro de pessoal da ANEEL, conforme quadro abaixo:

| **Classe** | A | B | S | **TOTAL** |
|---|---|---|---|---|
| Padrão | I, II, III, IV e V | I, II, III, IV e V | I, II e III | |
| Analista Administrativo | 5 | 65 | 130 | 200 |
| Especialista em Regulação | 5 | 130 | 230 | 365 |
| Técnico Administrativo | 10 | 80 | 110 | 200 |

Art. 2º Revogar a Portaria nº 6.424, de 30 de junho de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de julho de 2021.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**DESPACHO Nº 1.814, DE 22 DE JUNHO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004687/2020-08, decide conhecer o Requerimento administrativo interposto pela Água Vermelha Transmissora de Energia S.A. - Água Vermelha com vistas ao reconhecimento de "excludente de responsabilidade, por motivo de Força Maior, devido à pandemia COVID-19" e, no mérito, negar-lhe provimento.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

**DESPACHO Nº 1.845, DE 22 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº: 48500.002680/2021-24. Interessado: Fótons de São Maximiano Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO - das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no ANEXO I deste Despacho, localizada no município de São Gabriel, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.908, DE 24 DE JUNHO DE 2021**

Processos: Listados no Anexo 1. Interessado: Listados no Anexo 1. Decisão: (i) registrar a intenção dos interessados em participar do Leilão de Energia Nova "A-5", de 2021, conforme disposto na Portaria MME nº 10, de 2021, com as centrais geradoras relacionadas e qualificadas constantes do Anexo 1 da íntegra deste Despacho. A íntegra deste Despacho (e seu anexo) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.909, DE 24 DE JUNHO DE 2021**

Processos: 48500.001943/2014-59 Interessado: PCH Fartura Energética Ltda Decisão: indeferir a solicitação de registro em participar do Leilão de Energia Nova "A-5", de 2021, da central CGH Fartura, cadastrada sob o CEG CGH.PH.SC.044805-2.01, de titularidade da empresa PCH Fartura Energética Ltda, inscrita no CNPJ nº 10.405.377/0001-84, pelo fato de não solicitar a emissão do registro para participação no Leilão, nos termos do parágrafo 1º do art. 2º da Portaria MME nº 102, de 2016. A íntegra deste Despacho (e seu anexo) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.926, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº: 48500.001815/2021-34. Interessado: Vento Solar Energia Renovável Ltda. Decisão: registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo I deste Despacho, localizadas no município de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte a. A íntegra deste Despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.927, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº 48500.001890/2021-03. Interessada: Getop Empreendimentos e Gestão Ltda. Decisão: (i) conferir o Registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Tibagi, no trecho entre a foz e o canal de fuga da UHE São Jerônimo, integrante da sub-bacia 64, no estado do Paraná, cadastrado sob o CINV: INV.64.0019.01-1; (ii) conferir o prazo de 780 dias, contados da publicação deste despacho, para a elaboração dos mencionados estudos; e (iii) suspender os efeitos do Despacho n° 2.846, de 11 de julho de 2011, no que se refere aos aproveitamentos Cebolão Médio e Limoeiro. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.935, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº 48500.002153/2021-10. Interessado: Joacir Antônio Dalvitt Decisão: (i) conferir o Registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Iguaçu, no trecho entre a nascente e o remanso do reservatório da PCH Lucia Cherobim, integrante da sub-bacia 65, no estado do Paraná, cadastrado sob o CINV: INV.65.0020.01-2; e (ii) conferir o prazo de 630 dias, contados da publicação deste despacho, para a elaboração dos mencionados estudos. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.940, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº: 48500.002154/2021-64. Interessado: Complexo Fotovoltaico Irmãos Coragem SPE Ltda. Decisão: registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFV indicadas no ANEXO I deste Despacho, localizadas no município de Parazinho, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.941, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº: 48500.002923/2021-24. Interessado: Brennand Energia Eólica S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Jatobazinho, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.BA.054089-7.01, com 144.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Buritirama, estado da Bahia, em favor da empresa Brennand Energia Eólica S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.547.578/0001-37. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.947, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo nº: 48500.002818/2021-95. Interessado: JPNR Negócios Corporativos Ltda. Decisão: registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFV indicadas no ANEXO I deste Despacho, localizadas no município de Miracema do Tocantins, estado do Tocantins. A íntegra deste Despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.949, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processos nºs: listados no Anexo I. Interessado: Aurora Energias Renováveis XXI Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo I deste Despacho, visando à Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas no município de Arinos, estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

**DESPACHOS DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 30 de junho de 2021.

Nº 1.955 Processo nº: 48500.000643/2020-09. Interessados: CLWP Eólica Parque XI S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Campo Largo XI. Unidades Geradoras: UG2, de 4.200,00 kW. Localização: Município de Sento Sé, no estado da Bahia.

Nº 1.956 Processo nº: 48500.001868/2020-74. Interessados: Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Vila Espírito Santo I (Antiga Potiguar B21). Unidades Geradoras: UG2, de 4.200,00 kW. Localização: Município de Serra do Mel, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.957 Processo nº: 48500.001046/2019-50. Interessados: Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de Santa Martina 09. Unidades Geradoras: UG11, UG14 e UG15, de 4200 kW cada. Localização: Municípios de Riachuelo e Ruy Barbosa, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.958 Processo nº: 48500.000562/2019-67. Interessados: Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de Santa Martina 13. Unidades Geradoras: UG9 e UG10, de 4.200,00 kW cada. Localização: Municípios de Bento Fernandes e Riachuelo, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.959 Processo nº: 48500.001126/2019-13. Interessados: Eólica SDB F S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Serra da Babilônia F. Unidades Geradoras: UG4, de 5.100,00 kW. Localização: Município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

Nº 1.960 Processo nº: 48500.002741/2018-58. Interessados: Central Eólica SRMN III S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Santa Rosa e Mundo Novo III. Unidades Geradoras: UG1 a UG4, de 4.200,00 kW cada. Localização: Município de Lajes, no estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA
Superintendente Adjunto

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

**DESPACHO Nº 1.950, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659, de 18 de julho de 2017, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; na Resolução Normativa nº 699, de 26 de janeiro de 2016; e o que consta do Processo nº 48500.005421/2018-50, decide anuir previamente à celebração de Aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos, anuído pelo Despacho nº 1.807, de 2019, a ser firmado entre Argo Transmissão de Energia S.A, Argo II Transmissão de Energia S.A e Argo III Transmissão de Energia S.A, conforme proposta apresentada.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

**DESPACHO Nº 1.951, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Processo: 48500.000771/2021-25. Interessados: Agentes de Distribuição de Energia Elétrica com atualização tarifária no mês de junho de 2021 e Agentes de Geração de Energia Elétrica que possuem a fixação da TFSEE concatenada com o processo tarifário do agente de distribuição correspondente. Decisão: Fixa a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE aos interessados. A íntegra deste Despacho e seu anexo constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CLAUDIO ELIAS CARVALHO
Superintendente Adjunto

## SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

**DESPACHO Nº 1.483, DE 24 DE MAIO DE 2021**

A COMISSÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DOS SETORES DE ENERGIA ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES E PETRÓLEO, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Processo de Resolução Administrativa de Conflito de Compartilhamento de Infraestrutura nº 48500.001349/2019-72, que tem como partes a distribuidora Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA e a prestadora ITS Brasil, decide: extinguir e arquivar o processo em referência, por perda de objeto, conforme o previsto no art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

ANDRÉ RUELLI
Representante da ANEEL

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Representante da Anatel

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Representante da ANEEL

FÁBIO CASOTTI
Representante da Anatel

**DESPACHO Nº 1.501, DE 26 DE MAIO DE 2021**

A COMISSÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DOS SETORES DE ENERGIA ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES E PETRÓLEO, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Processo de Resolução Administrativa de Conflito de Compartilhamento de Infraestrutura nº 48500.003379/2019-13, que tem como partes a distribuidora Enel Distribuição Rio e a prestadora Ver Tv Comunicações S.A., decide: extinguir e arquivar o processo em referência, por perda de objeto, conforme o previsto no art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

ANDRÉ RUELLI
Representante da ANEEL

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Representante da Anatel

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Representante da ANEEL

FÁBIO CASOTTI
Representante da Anatel

**DESPACHO Nº 1.502, DE 26 DE MAIO DE 2021**

A COMISSÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DOS SETORES DE ENERGIA ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES E PETRÓLEO, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Processo de Resolução Administrativa de Conflito de Compartilhamento de Infraestrutura nº 48500.004585/2018-60, que tem como partes a distribuidora Eletropaulo (Atual Enel São Paulo) e a prestadora Telefônica Brasil S/A, decide: extinguir e arquivar o processo em referência, por perda de objeto, conforme o previsto no art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

ANDRÉ RUELLI
Representante da ANEEL

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Representante da Anatel

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Representante da ANEEL

FÁBIO CASOTTI
Representante da Anatel

**DESPACHO Nº 1.503, DE 26 DE MAIO DE 2021**

A COMISSÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DOS SETORES DE ENERGIA ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES E PETRÓLEO, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Processo de Resolução Administrativa de Conflito de Compartilhamento de Infraestrutura nº 48500.000009/2019-24, que tem como partes a distribuidora Eletropaulo (Atual Enel São Paulo) e a prestadora Telefônica Brasil S/A, decide: extinguir e arquivar o processo em referência, por perda de objeto, conforme o previsto no art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

ANDRÉ RUELLI
Representante da ANEEL

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Representante da Anatel

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Representante da ANEEL

FÁBIO CASOTTI
Representante da Anatel

**DESPACHO Nº 1.504, DE 26 DE MAIO DE 2021**

A COMISSÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DOS SETORES DE ENERGIA ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES E PETRÓLEO, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Processo de Resolução Administrativa de Conflito de Compartilhamento de Infraestrutura nº 48500.000011/2019-01, que tem como partes a distribuidora Eletropaulo (Atual Enel São Paulo) e a prestadora Tim Celular S/A, decide: extinguir e arquivar o processo em referência, por perda de objeto, conforme o previsto no art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

ANDRÉ RUELLI
Representante da ANEEL

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Representante da Anatel

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Representante da ANEEL

FÁBIO CASOTTI
Representante da Anatel

**DESPACHO Nº 1.505, DE 26 DE MAIO DE 2021**

A COMISSÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DOS SETORES DE ENERGIA ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES E PETRÓLEO, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Processo de Resolução Administrativa de Conflito de Compartilhamento de Infraestrutura nº 48500.004870/2018-81, que tem como partes a distribuidora Eletropaulo (Atual Enel São Paulo) e a prestadora Tim Participações S/A, decide: extinguir e arquivar o processo em referência, por perda de objeto, conforme o previsto no art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

ANDRÉ RUELLI
Representante da ANEEL

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Representante da Anatel

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Representante da ANEEL

FÁBIO CASOTTI
Representante da Anatel

**DESPACHO Nº 1.506, DE 26 DE MAIO DE 2021**

A COMISSÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DOS SETORES DE ENERGIA ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES E PETRÓLEO, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Processo de Resolução Administrativa de Conflito de Compartilhamento de Infraestrutura nº 48500.004871/2018-25, que tem como partes a distribuidora Eletropaulo (Atual Enel São Paulo) e a prestadora Telefônica Brasil S/A, decide: extinguir e arquivar o processo em referência, por perda de objeto, conforme o previsto no art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

ANDRÉ RUELLI
Representante da ANEEL

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Representante da Anatel

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Representante da ANEEL

FÁBIO CASOTTI
Representante da Anatel

**DESPACHO Nº 1.507, DE 26 DE MAIO DE 2021**

A COMISSÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DOS SETORES DE ENERGIA ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES E PETRÓLEO, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Processo de Resolução Administrativa de Conflito de Compartilhamento de Infraestrutura nº 48500.004885/2018-49, que tem como partes a distribuidora Eletropaulo (Atual Enel São Paulo) e a prestadora Claro Telecom Participações S/A decide: extinguir e arquivar o processo em referência, por perda de objeto, conforme o previsto no art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

ANDRÉ RUELLI
Representante da ANEEL

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Representante da Anatel

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Representante da ANEEL

FÁBIO CASOTTI
Representante da Anatel

**DESPACHO Nº 1.508, DE 26 DE MAIO DE 2021**

A COMISSÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DOS SETORES DE ENERGIA ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES E PETRÓLEO, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Processo de Resolução Administrativa de Conflito de Compartilhamento de Infraestrutura nº 48500.000010/2019-59, que tem como partes a distribuidora Eletropaulo (Atual Enel São Paulo) e a prestadora Claro S/A, decide: extinguir e arquivar o processo em referência, por perda de objeto, conforme o previsto no art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

ANDRÉ RUELLI
Representante da ANEEL

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Representante da Anatel

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Representante da ANEEL

FÁBIO CASOTTI
Representante da Anatel

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

**DESPACHO Nº 1.948, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções Normativas nº 783, de 26 de setembro de 2017, e nº 803 de 23 de janeiro de 2018, no Leilão nº 2/2016 - 2º Etapa e o que consta no Processo nº 48500.003493/2019-43, resolve (i) homologar o Contrato de Comercialização de Energia no Sistema Isolado - CCESI (CCESI n° 05/2017), o Primeiro Termo Aditivo, o Segundo Termo Aditivo e o Terceiro Termo Aditivo, celebrados entre a compradora Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e a vendedora Powertech Engenharia Serviço e Locações de Geradores de Energia S.A. em decorrência do resultado do Leilão nº 2/2016 - 2º Etapa; e (ii) revogar o Despacho nº 875, de 2021.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

## AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

**RESOLUÇÃO ANM Nº 76, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Altera as Resoluções nº 28/2020, nº 46/2020, que disciplinam a suspensão de prazos materiais e processuais em virtude do estado de calamidade pública resultante da pandemia de Covid-19 e revoga a Resolução nº 55/2021.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM, em decisão ad referendum da Diretoria Colegiada, com fulcro no art. 8º do Regimento Interno da ANM, aprovado pela Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO a situação atual e consequências da pandemia de Covid-19 e as perspectivas de vacinação para o público adulto em território nacional;

CONSIDERANDO as melhores práticas regulatórias, que garantem previsibilidade, segurança jurídica e desburocratização para cidadãos e empresas;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes em sistemas e procedimentos internos da Agência para a retomada dos prazos administrativos, garantindo a segurança e saúde dos servidores e administrados; e

CONSIDERANDO que a motivação e fundamentos que levaram à edição da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, e suas alterações subsequentes, permanecem válidos e cogentes, resolve:

Art. 1º O artigo 1º da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam suspensos de 20 de março de 2020 até 30 de setembro de 2021, os prazos processuais e materiais dos Administrados nos seguintes casos:

I - Apresentação de defesas, impugnações e recursos nos processos administrativos minerários, com exceção do artigo 6º desta Resolução;

II - Cumprimento de exigências;

III - Apresentação de relatórios parciais e finais de pesquisa, requerimento de prorrogação do Alvará de Pesquisa, requerimento de concessão de lavra, requerimentos de prorrogação de guia de utilização, registro de licença, PLG e registro de extração, comunicação do início ou reinício dos trabalhos de pesquisa, e requerimento de imissão de posse na jazida e nas demais hipóteses de prazos previstos no Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, no Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, e na Portaria nº 155, de 12 de maio de 2016, que aprovou a Consolidação Normativa do DNPM, que regulam atos de competência da Agência Nacional de Mineração - ANM. (Redação dada pela Resolução nº 29/2020/DC/ANM/MME)

IV - Cumprimento das exigências estabelecidas no Art. 27 do Código de Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841, de 08, de agosto de 1945), quanto à realização de análises químicas periódicas, parciais ou completas, e, no mínimo, uma análise completa de três em três anos, para verificação de sua composição e classificação. (Acrescentado pela Resolução nº 36/2020/ANM/MME)

Parágrafo único: A suspensão de prazos de que trata este artigo não se aplica à campanha de declaração do Relatório Anual de Lavra - RAL 2021 (ano base 2020). (Acrescentado pela Resolução nº 60/2021/ANM/MME)" (NR)

Art. 2º O artigo 3º da Resolução nº 46, de 8 de setembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3° Ficam prorrogados os Alvarás de Pesquisa, as Guias de Utilização, os Registros de Licença e as Portarias de Permissão de Lavra Garimpeira outorgados pela ANM por um prazo máximo de 559 dias, com fruição a partir de 01 de outubro de 2021, independentemente de requerimento pelos seus titulares, na forma dos parágrafos deste artigo.

§ 1º Os títulos cujos termos finais de vigência incidirem no período entre 20 de março de 2020 e 30 de setembro de 2021 ficam prorrogados automaticamente desde a data na qual venceriam até 30 de setembro de 2021.

§ 2º Os títulos abrangidos pelo § 1º serão acrescidos de mais até 559 dias, observando-se o seguinte critério:

[DIAS DE PRORROGAÇÃO = 559 - QUANTIDADE DE DIAS ENTRE A DATA DO SEU VENCIMENTO E A DATA DE 30 DE SETEMBRO DE 2021]

§ 3º Os títulos outorgados entre 20 de março de 2020 e 30 de setembro de 2021 serão acrescidos de mais até 559 dias, observando-se o seguinte critério:

[DIAS DE PRORROGAÇÃO = QUANTIDADE DE DIAS ENTRE A SUA PUBLICAÇÃO E A DATA DE 30 DE SETEMBRO DE 2021]

§ 4º Os títulos vincendos a partir de 30 de setembro de 2021 serão acrescidos de 559 dias à sua vigência.

§ 5º A fruição da prorrogação automática para todos os casos abrangidos pelos parágrafos 1º a 4º deste artigo terá início em 1º de outubro de 2021.

§ 6º Os títulos vencidos até o dia 19 de março de 2020 não estarão sujeitos à prorrogação automática de que trata o caput deste artigo.

§ 7º Os títulos outorgados a partir de 1º de outubro de 2021 não estarão sujeitos à prorrogação automática de que trata o caput deste artigo.

§ 8º O titular que não tiver interesse em ter prorrogado o prazo de vigência de seu(s) título(s), especialmente em se tratando de títulos de pesquisa, deverão, à vista de mero peticionamento eletrônico efetuado até a data de 30 de setembro de 2021 no(s) respectivo(s) processo(s) minerário(s), manifestar tal desinteresse.

§ 9º A prorrogação estabelecida no presente artigo não retira dos respectivos titulares a possibilidade de, justificadamente, solicitar prorrogações futuras, nos termos da legislação vigente.

§ 10. A prorrogação de guia de utilização lastreada no caput não será considerada para fins de observância das restrições contidas no parágrafo único, do art. 24, do Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, na hipótese de futuro pedido de prorrogação apresentado pelo titular do direito minerário.

§ 11. A prorrogação automática da Guia de Utilização refere-se apenas ao prazo, mantendo-se inalterados os limites máximos de volumes previamente especificados.

§ 12. Em razão da prorrogação automática do prazo de vigência de alvará de pesquisa nos termos desta Resolução, será devida Taxa Anual por Hectare nos termos do art. 20, inciso II, do Código de Mineração, ressalvada a hipótese em que houver a manifestação expressa prevista pelo § 8º deste artigo ou apresentação de Relatório Final de Pesquisa em prazo compatível.

§ 13. O disposto no caput não implica no dever de suspensão de atividades, caso os titulares estejam em condições, ainda que parcialmente, de realizar suas operações.

Art. 3° Fica revogado o Art. 2° da Resolução n° 46, de 08 de setembro de 2020.

Art. 4° Revoga a Resolução n° 55, de 22 de janeiro de 2021.

Art. 5° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR HUGO FRONER BICCA

## SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO COORDENAÇÃO DE GESTÃO DAS RECEITAS

**DESPACHO**
Relação nº 227/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Florestamar Empreendimentos Florestais Ltda - 870809/19
Jacamim Madeiras Importação e Exportação Ltda - 871090/19
Leandro Marcos de Camargo - 871138/19
Maria Santos do Prado - 870964/19
Mineração Gran Premium Ltda - 871092/19
Neiman Pará Minerais e Metais Ltda - 870876/19, 870878/19, 870879/19, 870882/19, 870883/19, 870884/19
Prime Mineração Ltda - 870833/19
Raul Rodrigues Alves - 870852/19
Samara Pereira Dos Santos - 870823/19, 870839/19
Sudeste Mármores e Granitos Ltda - 870925/19, 871077/19
Tarcisio Ferraz da Silva - 870870/19
Thiago Avelar Teixeira Eireli - 870779/19
Turismar Viagens e Turismo Ltda - 870900/19
Valdi Souza Rocha - 870808/19

ANTONIO TEOTONIO DE SOUZA NETO
Coordenador

**DESPACHO**
Relação nº 228/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Cerâmica Sergipe Indústria e Comércio Ltda - 878136/15

João Helio Andrade Rocha - 878026/19

ANTONIO TEOTONIO DE SOUZA NETO
Coordenador

## SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

### ALVARÁ Nº 4.483, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830881/2021-20-DIEGO PATRIC CASTRO DE SOUZA (Documento SEI: 2702543)

JOTÁVIO BORGES GOMES

### DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48062.871248/2021-92-MINERACAO VALE DO SOL LTDA (Documento SEI: 2702696)

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

### DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48061.860809/2021-38-Claúdio Luiz da Costa (Documento SEI: 2702699)

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

### DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48068.866900/2021-05-SIDNEI ARI BELLINCANTA (Documento SEI: 2702693)

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

## SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO MINERAL

### DESPACHO
Relação nº 59/2021

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
851.255/2020-VARSILEI GOMES DOS SANTOS - PLG N°68/2021 - Prazo 5 anos
848.024/2009-ODULIO JOSE MARENSI DE MOURA - PLG N°62/2021 - Prazo 5 anos
851.034/2020-JOSIMAR DA ROCHA PEREIRA - PLG N°67/2021 - Prazo 5 anos
866.886/2020-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°71/2021 - Prazo 5 anos
866.553/2020-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO MINERAL DE MATO GROSSO - PLG N°69/2021 - Prazo 5 anos
866.116/2016-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA - PLG N°64/2021 - Prazo 5 anos
866.880/2020-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°70/2021 - Prazo 5 anos
866.630/2015-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO - PLG N°63/2021 - Prazo 5 anos
866.592/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°65/2021 - Prazo 5 anos
866.606/2019-RICARDO PADILLA DE BORDON NEVES - PLG N°66/2021 - Prazo 5 anos

JOSE JAIME SZNELWAR
Superintendente

### DESPACHO
Relação nº 60/2021

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
830.758/2021-COOPERATIVA DOS PEQUENOS E MÉDIOS GARIMPEIROS
831.865/2020-COOPERATIVA DE TRABALHO DE GARIMPEIROS EM AREAS MINERAVEIS LEGAIS

JOSE JAIME SZNELWAR
Superintendente

## AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

## DIRETORIA IV

## SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

### AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 396, DE 29 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP n.º 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo n.º 48610.204847/2021-42, resolve: autorizar a empresa AHS INDÚSTRIA E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ n.º 00.064.368/0003-85, a operar a instalação de coletor de óleo lubrificante usado ou contaminado, localizada a Rua Ângelo Costa, nº 218, Bairro Costeira, São José dos Pinhais/PR - CEP: 83.015-212, [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -25:33:48,121; -49:10:12,504 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 82,20 m³.

| TQ | Ø (m) | Altura (m) | Capacidade (m³) | Classe | Tipo |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 3,04 | 6,00 | 41,10 | III B | aéreo vertical |
| 2 | 3,04 | 6,00 | 41,10 | III B | aéreo vertical |

CEZAR CARAM ISSA

### DESPACHO SDL-ANP Nº 665, DE 29 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

| Nº de Registro | Razão Social | CNPJ | Processo |
|---|---|---|---|
| PR/AL0211136 | AUTO POSTO DOIS IRMAOS EIRELI | 29.763.548/0001-75 | 48610.210091/2021-71 |
| PR/GO0211096 | AUTO POSTO G7 LTDA | 35.640.349/0001-72 | 48610.209848/2021-83 |
| PR/PE0211176 | AUTO POSTO LIMA LTDA | 24.777.073/0001-52 | 48610.210086/2021-68 |
| PR/SP0211156 | AUTO POSTO SCANDALLO LTDA | 40.817.831/0001-75 | 48610.209313/2021-11 |
| PR/RS0211196 | COOPERATIVA MISTA SAO LUIZ LTDA | 98.338.072/0106-15 | 48610.210249/2021-11 |
| PR/BA0211056 | INACIO DA PAZ DOS SANTOS | 32.629.163/0001-24 | 48610.209471/2021-62 |
| PR/PE0211116 | POSTOS BRASIL 5 COMBUSTIVEIS LTDA | 41.649.466/0001-08 | 48610.208903/2021-18 |
| PR/BA0211076 | TANIZE MUTERLE & CIA LTDA | 39.354.943/0001-58 | 48610.210080/2021-91 |

CEZAR CARAM ISSA

### DESPACHO SDL-ANP Nº 666, DE 29 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

| Nº de Registro | Razão Social | CNPJ | Processo |
|---|---|---|---|
| GLPPR0380464 | A SIMEAO DA COSTA LTDA | 27.057.057/0002-64 | 48610.208580/2021-62 |
| GLPRS0380458 | ABASTECEDORA MV COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA | 39.814.152/0001-63 | 48610.210064/2021-06 |
| GLPSP0380487 | ADALBERTO GONCALVES FERREIRA GAS EIRELI | 41.798.144/0001-12 | 48610.210231/2021-19 |
| GLPSC0380460 | ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EIRELI | 13.016.235/0001-13 | 48610.209645/2021-97 |
| GLPMG0380401 | ANA KARLA DA FONSECA ESTEVES | 41.749.633/0001-84 | 48610.208616/2021-16 |
| GLPSP0380413 | ANTONIO PAULO DOS SANTOS SILVA | 32.066.584/0001-94 | 48610.210136/2021-15 |
| GLPSC0380483 | BASE - GAS REGIONAL LTDA | 06.983.577/0011-19 | 48610.210264/2021-51 |
| GLPSC0380493 | BASE - GAS REGIONAL LTDA | 06.983.577/0012-08 | 48610.210266/2021-40 |
| GLPPR0380403 | COMERCIO DE GAS ROJAS E VENTURA LTDA | 39.948.841/0001-60 | 48610.209269/2021-31 |
| GLPRS0380407 | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ROHENKOHL LTDA | 05.747.578/0002-00 | 48610.207931/2021-18 |
| GLPMT0380438 | COMERCIO VAREJISTA DE GAS MOLINA LTDA | 08.775.117/0026-07 | 48610.209636/2021-04 |
| GLPSP0380445 | DANIEL FERREIRA DA COSTA PANIFICADORA | 22.595.035/0001-53 | 48610.002489/2021-35 |
| GLPMG0380450 | DISTRIBUIDORA ANTORIC LTDA | 01.687.199/0001-30 | 48610.209368/2021-12 |
| GLPBA0380440 | DISTRIBUIDORA DE GAS MONTE LIBANO EIRELI | 41.458.685/0001-00 | 48610.209028/2021-91 |
| GLPMS0380415 | DUDA GAS - COMERCIO VAREJISTA LTDA | 41.750.881/0001-45 | 48610.210139/2021-41 |
| GLPMG0380478 | EDIMAR FERREIRA DOS SANTOS 05037053650 | 34.684.932/0001-12 | 48610.210253/2021-71 |
| GLPPB0380481 | ELOHIM GAS LTDA | 37.953.851/0001-69 | 48610.210262/2021-61 |
| GLPSP0380425 | G A FIRMINO GAS | 40.760.227/0001-50 | 48610.210192/2021-41 |
| GLPMG0380429 | GAS PRIMEIRA OPCAO LTDA | 41.114.253/0001-73 | 48610.210228/2021-97 |
| GLPSC0380423 | GENILTON BRASIL VIEIRA | 32.174.604/0001-40 | 48610.210178/2021-48 |
| GLPSP0380405 | GUILHERME HENRIQUE SILVA | 23.188.945/0001-84 | 48610.209414/2021-83 |
| GLPPR0380419 | HCL COMERCIO DE GAS LTDA | 39.823.863/0001-02 | 48610.210152/2021-08 |
| GLPMT0380473 | J M DE S GOMES - EIRELI | 05.507.040/0001-48 | 48610.210250/2021-37 |
| GLPCE0380471 | J M P COMBUSTIVEIS LTDA | 40.040.761/0001-91 | 48610.210244/2021-80 |
| GLPRJ0380491 | JOAQUIM DO GAS COMERCIO DE GAS LTDA | 28.726.855/0001-13 | 48610.007914/2019-68 |
| GLPRS0380495 | JP COMERCIO DE GAS LTDA | 37.852.249/0001-35 | 48610.210270/2021-16 |
| GLPTO0380468 | M. NORONHA DE SOUSA | 39.459.646/0001-77 | 48610.209656/2021-77 |
| GLPCE0380455 | MANOEL RAFAEL DE LIMA | 41.830.459/0001-08 | 48610.209602/2021-10 |
| GLPPR0380466 | MARIA VITORIA DOS SANTOS | 38.614.808/0001-31 | 48610.206041/2021-99 |
| GLPRO0380417 | PAULO VAGNER DOS SANTOS CARNEIRO | 40.375.411/0001-86 | 48610.210144/2021-53 |
| GLPAM0380409 | PJB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS GLP E LUBRIFICANTES LTDA | 29.423.780/0001-64 | 48610.206819/2021-60 |
| GLPRS0380427 | POSTO 15 DE NOVEMBRO LTDA. | 23.532.964/0001-86 | 48610.210216/2021-62 |
| GLPMG0380453 | RAFAEL APARECIDO DE ASSIS LTDA | 19.130.703/0001-62 | 48610.209570/2021-44 |
| GLPSP0380411 | RAFALDINI & MARCAL LTDA | 05.354.390/0002-00 | 48610.210125/2021-27 |
| GLPPE0380489 | RITA DE CASSIA TORQUATO DOS SANTOS | 20.390.994/0001-07 | 48610.208425/2021-46 |
| GLPSP0380476 | ROBERTO MARCIO PIRES EBERT | 38.164.873/0001-02 | 48610.210252/2021-26 |
| GLPPA0380432 | S CIRINO DE PAIS EIRELI | 41.431.049/0001-86 | 48610.002446/2021-50 |
| GLPPR0380485 | SUPERMERCADO PAGUE MENOS LTDA | 23.265.561/0005-41 | 48610.210263/2021-14 |
| GLPMG0380462 | TELEGAS PAIS E FILHOS LTDA | 41.852.097/0001-48 | 48610.208250/2021-77 |
| GLPGO0380421 | VANIA RODRIGUES GAS EIRELI | 40.971.246/0001-25 | 48610.210175/2021-12 |
| GLPMT0380501 | VILMA APARECIDA BOBBI | 03.503.789/0001-91 | 48610.001187/2020-69 |

CEZAR CARAM ISSA

**DESPACHO SDL-ANP Nº 667, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 1, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

| Nº de Registro | Razão Social | CNPJ | Processo |
|---|---|---|---|
| 001/GLP/SP0015834 | A. J. DOS SANTOS - ME | 08.664.637/0001-94 | 48610.008912/2007-52 |
| GLP/AM0188026 | A. J. SAVINO DE ANDRADE - ME | 63.709.596/0001-13 | 48610.010424/2010-19 |
| GLP/SP0208721 | A. M. PASCOAL GÁS LTDA - ME | 12.531.119/0001-70 | 48610.008686/2011-96 |
| GLP/SP0175931 | A.C.R. COMÉRCIO DE GÁS LTDA. | 09.542.375/0001-58 | 48610.014300/2008-80 |
| GLP/BA0212399 | ADEMILTON PEREIRA DOS SANTOS ME | 14.031.258/0001-60 | 48610.016003/2011-74 |
| GLP/SP0186220 | ADEMIR M. DE OLIVEIRA GÁS - ME | 11.465.401/0001-33 | 48610.006508/2010-40 |
| 001/GLP/SP0013500 | ADENIR FRANCISCA DE LIMA JESUS - ME | 07.272.190/0001-45 | 48610.007613/2006-11 |
| GLP/SP0221729 | ADILSON BARBOSA DE OLIVEIRA POA | 04.962.175/0001-30 | 48610.004801/2013-15 |
| GLP/SP0178919 | ADILSON RUGOLO - ME | 62.688.759/0001-66 | 48610.009224/2009-71 |
| GLPSP0309134 | ADNA RAQUEL ROCHA DO NASCIMENTO 42683194846 | 29.771.234/0001-14 | 48610.011920/2018-39 |
| GLP/SP0227046 | ADRIANA MELNIKI RODRIGUES | 19.955.168/0001-89 | 48610.007284/2014-17 |
| 001/GLP/SP0013354 | ALDEMIR APARECIDO LOPES - ME | 04.132.834/0001-01 | 48610.004470/2006-94 |
| GLP/SP0244837 | ALEXANDRE V. CORDEIRO DE SOUZA - ME | 29.210.691/0001-30 | 48610.003400/2018-52 |
| GLP/SP0235004 | ALEXANDRO FRANCISCO AMORIM 21810327857 | 22.804.772/0001-19 | 48610.006185/2016-80 |
| GLP/MT0243954 | AMARILDO RODRIGUES PINHEIRO 72472367953 | 28.308.254/0001-90 | 48610.000117/2018-79 |
| GLP/BA0217463 | ANAILSON DE SANTANA GOMES ME | 13.377.597/0001-30 | 48610.009233/2012-68 |
| GLPSP0318966 | ANDERSON APARECIDO DE OLIVEIRA 34929683840 | 27.051.997/0001-65 | 48610.002050/2019-98 |
| GLP/SP0175024 | ANDRE LUIS GIANNONI - ME | 10.266.281/0001-82 | 48610.012733/2008-09 |
| 001/GLP/SP0007111 | ANDREA ARLETE ARANTES RAMOS ME | 03.631.919/0001-71 | 48610.004711/2006-11 |
| GLP/BA0231049 | ANEANDRA AUREA DA SILVA - ME | 22.687.773/0001-20 | 48610.009296/2015-67 |
| GLP/BA0203041 | ANTONIO ANDRADE CUNHA-ME | 11.353.852/0001-89 | 48610.016365/2010-84 |
| 001/GLP/BA0019304 | ANTÔNIO CARLOS SANTOS GALVÃO | 02.943.141/0001-73 | 48610.001076/2008-66 |
| GLPSP0314174 | ANTONIO DE FREITAS BARBOSA NETO EIRELI | 30.624.318/0001-04 | 48610.009746/2018-64 |
| 001/GLP/SP0011572 | ARIOVALDO APARECIDO BRAZ | 07.807.643/0001-90 | 48610.000050/2007-11 |
| GLP/BA0180222 | AURELINO CARVALHO DA SILVA | 02.914.144/0001-89 | 48610.011754/2009-80 |
| GLP/AC0181589 | AUTO POSTO VITORIA LTDA | 84.308.824/0001-13 | 48610.014569/2009-47 |
| 001/GLP/SP0017403 | AYRTON & THAMIRIS COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA MINERAL LTDA. | 05.318.809/0001-80 | 48610.010982/2007-71 |
| GLP/SP0217144 | B & J COMERCIAL DE ALIMENTICIOS LTDA - ME | 15.350.854/0001-75 | 48610.010111/2012-14 |
| 001/GLP/SP0011272 | B. C. BERALDO GÁS ME. | 07.934.983/0001-82 | 48610.000782/2007-18 |
| GLP/SP0233796 | BM DISTRIBUIDORA DE AGUAS E GÁS LTDA - ME | 23.025.973/0001-80 | 48610.002072/2016-13 |
| GLP/SP0179348 | CARINA ALECRIM NOGUEIRA - ME | 10.485.934/0001-14 | 48610.010181/2009-77 |
| GLP/SP0187446 | CARLOS ALBERTO SANTANA OLIVEIRA ME | 04.350.841/0001-80 | 48610.009098/2010-99 |
| GLP/SP0172401 | CASA EDSON COMÉRCIO DE G.L.P. LTDA. - EPP. | 43.062.413/0001-03 | 48610.009397/2008-17 |
| GLPSP0302060 | C&C GAS E AGUA LTDA | 28.868.387/0001-11 | 48610.006160/2018-48 |
| GLP/SP0210899 | CD DE SOUZA DEPOSITO DE GÁS - ME | 13.593.350/0001-50 | 48610.012010/2011-05 |
| 001/GLP/SP0011027 | CÉLIA MACEDO ANTUNES FAGUNDES - ME | 07.195.049/0001-96 | 48610.000788/2007-87 |
| GLP/SP0242587 | CELIO EDUARDO DOS SANTOS DAMASCENO 27834329863 | 28.072.861/0001-02 | 48610.011979/2017-46 |
| 001/GLP/SP0017408 | CELSO ROBERTO PEREIRA GÁS - ME | 07.208.917/0001-25 | 48610.011458/2007-17 |
| GLP/BA0218949 | CHAME GAS EIRELI - ME | 17.224.398/0001-42 | 48610.014670/2012-01 |
| GLPMA0305198 | CLAUDINEI DA SILVA DOS ANJOS 72337621391 | 30.018.339/0001-86 | 48610.009720/2018-16 |
| GLP/GO0245780 | CLERIA ONITA LIMA - ME | 28.611.574/0001-15 | 48610.004739/2018-76 |
| GLP/BA0233690 | COMERCIAL DE GAS E BEBIDAS CALDAS LTDA - ME | 22.267.696/0001-50 | 48610.003329/2016-46 |
| GLP/BA0172937 | COMERCIAL DE GÁS JL LTDA. | 09.622.696/0001-62 | 48610.009899/2008-30 |
| GLPBA0345765 | COMERCIO DE GAS DO CIA LTDA | 32.334.768/0001-98 | 48610.004345/2019-07 |
| GLPBA0308313 | CPN REVENDEDORA DE GAS LTDA | 31.698.835/0001-90 | 48610.011656/2018-33 |
| 001/GLP/SP0005023 | CREMONESE GÁS LTDA - ME. | 06.282.716/0001-05 | 48610.005766/2005-41 |
| 001/GLP/SP0015553 | CRISTINA APARECIDA CORREA DE CAMPOS - ME. | 08.618.558/0001-47 | 48610.008099/2007-11 |
| GLPMT0353611 | D A DE SOUZA | 34.613.602/0001-36 | 48610.009248/2019-01 |
| 001/GLP/SP0014874 | D FERNANDES VARZEA PAULISTA | 02.979.654/0001-34 | 48610.006652/2007-81 |
| GLPAC0343362 | D.A. CONCEICAO EIRELI | 26.938.650/0001-76 | 48610.006174/2019-42 |
| GLPAC0309319 | DANIEL OLIVEIRA DE MOURA | 31.535.417/0001-82 | 48610.012240/2018-32 |
| GLP/SP0211436 | DANNY LAFANI SCARMELOTI - ME | 10.684.332/0001-96 | 48610.014022/2011-66 |
| GLP/SP0217879 | DANTAS E SOUZA GAS E AGUA LTDA - ME | 13.134.426/0001-80 | 48610.011523/2012-71 |
| GLP/BA0228815 | DAVILA GAS COMERCIAL LTDA - ME | 20.167.578/0001-44 | 48610.002265/2015-85 |
| GLP/BA0223929 | DEIVIDY CARNEIRO SILVA - ME. | 19.174.562/0001-80 | 48610.012833/2013-94 |
| 001/GLP/RJ0014005 | DEPÓSITO DE GÁS DOIS IRMÃOS DE CASIMIRO LTDA. | 07.838.821/0001-40 | 48610.005028/2007-66 |
| GLPSP0305360 | DI DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA LTDA | 23.350.066/0001-07 | 48610.007439/2018-49 |
| 001/GLP/SP0015435 | DISTIBUIDORA DE GÁS ALDEIA LTDA ME | 05.353.010/0001-24 | 48610.008023/2007-95 |
| 001/GLP/SP0009682 | DISTRIBUIDORA DE GÁS FAGIANA LTDA | 00.919.672/0001-03 | 48610.011491/2006-66 |
| GLP/BA0188597 | DIVA MARIA BENTES HUGHES FARIAS - ME | 04.219.039/0001-55 | 48610.011696/2010-28 |
| GLP/BA0185912 | DLB CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA | 03.969.943/0001-15 | 48610.002496/2010-84 |
| GLP/BA0244767 | DORIVAL DA CUNHA NASCIMENTO 81855176572 | 26.253.131/0001-74 | 48610.003402/2018-41 |
| GLP/SP0201762 | EDES LIMA AMARAL | 09.444.077/0001-25 | 48610.013235/2010-90 |
| GLP/BA0177008 | EDSON DA SILVA SANTOS DO GAS LIQUEFEITO - ME | 08.832.400/0001-75 | 48610.002149/2009-18 |
| 001/GLP/BA0009163 | ELISÂNGELA NEIVA SANTOS | 08.060.778/0001-06 | 48610.010204/2006-17 |
| GLP/BA0244863 | EMERSON DE SOUZA CRISPIM COMERCIO DE GAS | 29.736.461/0001-09 | 48610.002430/2018-41 |
| GLP/TO0240859 | EUDIMAR TONETTE E CIA LTDA ME | 26.289.106/0001-40 | 48610.008151/2017-19 |
| GLPBA0349830 | EVA GAS LTDA | 35.606.306/0001-70 | 48610.008840/2019-87 |
| GLP/SP0209986 | EVERTON DA SILVA SANTOS DISTRIBUIDORA DE GÁS - ME | 13.539.692/0001-92 | 48610.010208/2011-46 |
| GLP/SP0229907 | FABIANA DE LIMA 28882703827 | 20.691.842/0001-44 | 48610.005689/2015-00 |
| GLP/SP0211515 | FELIPRICE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LTDA - ME | 12.759.022/0001-19 | 48610.014128/2011-60 |
| 001/GLP/BA0013233 | FENIX COMÉRCIO DE GÁS EIRELI ME | 08.235.978/0001-44 | 48610.002987/2007-21 |
| GLPMT0302355 | FERNANDES COMERCIO DE GAS LTDA | 30.552.448/0001-89 | 48610.007167/2018-87 |
| GLP/GO0242549 | FLAVIA FERREIRA DA SILVA ME | 27.092.948/0001-70 | 48610.012128/2017-11 |
| GLP/MT0240545 | G. MARTINS DE OLIVEIRA EIRELI | 26.845.901/0001-78 | 48610.006516/2017-62 |
| GLP/MT0243656 | G. REYNAUD FILHO - ME | 28.436.718/0001-44 | 48610.014621/2017-75 |
| GLP/SP0236561 | G.A.MAIA COMERCIO DE GAS - ME | 24.425.627/0001-52 | 48610.011075/2016-30 |
| GLP/SP0241898 | GAS BOM DISTRIBUIDORA DE GAS E BEBIDAS EIRELI EPP | 26.296.469/0001-03 | 48610.010586/2017-15 |
| 001/GLP/BA0004769 | GD COMÉRCIO DE GÁS E BEBIDAS LTDA. | 07.318.144/0001-30 | 48610.005020/2005-38 |
| 001/GLP/SP0012494 | GENALDO LIRA DA SILVA - ME. | 08.066.163/0001-89 | 48610.003198/2007-14 |
| 001/GLP/SP0006079 | GIRALL GÁS EIRELI - ME | 56.881.543/0001-10 | 48610.000654/2006-85 |
| 001/GLP/SP0018279 | GLP ORLANDIA COMÉRCIO DE GÁS LTDA. | 08.573.335/0001-00 | 48610.013062/2007-12 |
| GLP/AM0188412 | GRIJALBA DE M. FERNANDES | 63.674.121/0001-39 | 48610.010878/2010-81 |
| GLP/RJ0176849 | GUIMARÃES MAFRA COMÉRCIO DE GÁS LTDA. | 05.369.758/0001-15 | 48610.001358/2009-44 |
| GLP/SP0176755 | GUSTAVO RENAN FELICIANO - ME | 07.521.488/0001-41 | 48610.001209/2009-85 |
| GLP/SP0239671 | HELIO MEDEIROS ALVES 33127250894 | 23.487.738/0001-20 | 48610.004811/2017-84 |
| 001/GLP/SP0011606 | HELLEM KATIANE DE ASSIS - ME | 07.753.597/0001-94 | 48610.001453/2007-86 |
| 001/GLP/SP0013041 | HENRIQUE ANTONIO CONTIERO ME. | 08.422.539/0001-40 | 48610.002967/2007-59 |
| GLP/SP0209425 | HENRIQUE GUASTALLI CESSAR | 12.099.012/0001-02 | 48610.009694/2011-50 |
| GLP/BA0228512 | HJ REVENDEDORA DE GAS LTDA - ME | 21.711.366/0001-49 | 48610.001008/2015-26 |
| GLP/SP0231499 | ILSON ALVES PINTO - ME | 21.643.300/0001-69 | 48610.010688/2015-79 |
| GLP/BA0186576 | IRMÃOS SENA COMÉRCIO DE GÁS LTDA ME | 10.951.180/0001-40 | 48610.006974/2010-25 |
| GLP/GO0239441 | ISMAEL FERREIRA DE SOUZA ME | 26.611.204/0001-52 | 48610.004462/2017-09 |
| GLPSP0356372 | J & A REVENDEDORA DE GAS EIRELI | 27.038.170/0001-11 | 48610.002709/2020-40 |
| 001/GLP/SP0013556 | J. C. URBANO - GÁS ME. | 07.880.489/0001-82 | 48610.004349/2007-43 |
| GLP/MT0219314 | J FRANCISCO FERREIRA - ME | 26.768.457/0001-34 | 48610.000701/2013-10 |
| GLP/BA0224167 | J PERI REVENDEDORA DE GAS LTDA - ME. | 19.374.389/0001-63 | 48610.000298/2014-18 |
| GLP/RJ0178374 | J. R COMERCIO DE GÁS LTDA | 07.992.467/0001-04 | 48610.007391/2009-88 |
| 001/GLP/SP0013242 | JAQUELINE FIGUEIREDO CRUZ PALMIERI- ME | 07.765.551/0001-95 | 48610.003768/2007-68 |
| GLPMT0356305 | JEAN CARLO VIOLA | 27.483.434/0001-46 | 48610.002683/2020-30 |
| GLPMT0346542 | JEAN CARLO VIOLA | 27.483.434/0003-08 | 48610.007795/2019-43 |
| GLP/BA0179865 | JIREH COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL E GÁS LTDA | 10.596.140/0001-28 | 48610.010766/2009-97 |
| 001/GLP/SP0021990 | JOÃO ROBERTO PINHEIRO LARANJAL PAULISTA - ME | 00.522.911/0001-89 | 48610.006874/2008-84 |
| GLP/SP0236398 | JONATAS DE SOUSA SEVERINO 43489706889 | 25.017.657/0001-92 | 48610.010569/2016-05 |
| GLP/SP0239882 | JORGE DOS SANTOS 30417676867 | 24.176.904/0001-30 | 48610.002956/2017-41 |
| GLP/SP0227965 | JOSE APARECIDO DONIZETTI P. BUENO - ME | 62.882.782/0001-97 | 48610.011804/2014-96 |
| GLP/BA0223771 | JOSE BENEDITO DE SOUSA SOBRINHO - ME | 18.844.526/0001-13 | 48610.012300/2013-11 |
| GLP/SP0231092 | JOSÉ GENILDA COMERCIO DE ÁGUA E GÁS LTDA - ME | 04.856.003/0001-82 | 48610.009292/2015-89 |
| 001/GLP/CE0014517 | JOSÉ HUMBERTO JÚNIOR | 72.258.171/0001-26 | 48610.006039/2007-63 |
| GLP/SP0175083 | JOSÉ SEBASTIÃO TEIXEIRA - GÁS | 09.563.082/0001-57 | 48610.012582/2008-81 |
| GLP/SP0244059 | JOSEANE DE SANTANA SOUSA 38169183871 | 28.810.432/0001-87 | 48610.001262/2018-77 |
| GLP/BA0179443 | JUCELINO JESUS DO NASCIMENTO COMÉRCIO DE GÁS ME. | 09.595.255/0001-19 | 48610.010073/2009-02 |
| GLPGO0301758 | JULIA MARTINS LAMIN | 29.006.859/0001-90 | 48610.006555/2018-41 |
| 001/GLP/SP0011396 | LUANA ESTARÓPOLIS ME | 07.447.092/0001-00 | 48610.000879/2007-12 |
| 001/GLP/SP0015100 | LUCÉLIA CLEMENTINO DA SILVA GÁS - ME | 05.758.340/0001-08 | 48610.006901/2007-38 |
| GLP/SP0183316 | LUCHETI E DANIEL DEPOSITO DE GAS LTDA ME | 09.327.405/0001-03 | 48610.001274/2010-44 |
| GLP/SP0171654 | LUCIANO CARLOS FERREIRA - MINIMERCADO - ME | 07.966.905/0001-60 | 48610.008007/2008-83 |
| GLP/BA0224759 | LUCIVALDO RODRIGUES DOS SANTOS - ME | 17.740.315/0001-78 | 48610.002198/2014-18 |
| GLP/AM0187068 | M. A. DA SILVA OLIVEIRA ME | 84.537.620/0001-54 | 48610.008265/2010-84 |
| GLP/RR0185954 | M D D SA E GOES | 84.020.015/0001-01 | 48610.005880/2010-39 |
| GLP/AC0242978 | M. DE MORAIS DE PAULA - ME | 28.581.381/0001-69 | 48610.013028/2017-10 |
| GLP/MA0244255 | M. F. DA SILVA JUNIOR - ME | 26.441.563/0001-09 | 48610.015341/2017-84 |
| GLP/PA0240557 | M F PRATA COMERCIO ME | 27.455.756/0001-81 | 48610.007163/2017-18 |
| GLP/GO0240824 | MAICON JUNIO GONÇALVES DE ANDRADE ASSIS EIRELI ME | 27.090.573/0001-00 | 48610.007726/2017-78 |
| 001/GLP/SP0020961 | MARCELO ALVES DE SOUZA GAS ME | 06.205.971/0001-54 | 48610.004895/2008-65 |
| GLP/SP0240646 | MARCELO BARBOSA DOS SANTOS | 18.656.217/0001-10 | 48610.007511/2017-57 |
| GLPMA0312368 | MARIA DE FATIMA FERREIRA SILVA | 30.702.758/0001-32 | 48610.013493/2018-23 |
| 001/GLP/SP0014623 | MARIA DO SOCORRO A DE OLIV. ME | 01.849.662/0001-01 | 48610.005843/2006-44 |
| GLP/AM0213457 | MARIA JOSE RODRIGUES DOS SANTOS ESTIVAS | 84.479.625/0002-59 | 48610.014927/2011-36 |
| GLP/BA0229494 | MARLENE TEIXEIRA FRANCO PAGIO - ME | 22.056.934/0001-88 | 48610.004340/2015-42 |
| GLPSP0313576 | MAURICIO BUENO DE SOUZA GAS | 05.845.000/0001-06 | 48610.000199/2019-32 |
| GLP/SP0214402 | MAYRA DENISE GONÇALVES MATSUGUMA ME | 13.730.473/0001-96 | 48610.002061/2012-00 |
| 001/GLP/SP0013473 | MERCADO CONQUISTA BASTOS LTDA ME | 01.879.682/0001-17 | 48610.003256/2007-18 |
| GLP/GO0243615 | MERCADO ZUZARTE LTDA - ME | 97.536.927/0001-82 | 48610.015052/2017-85 |
| GLP/BA0219001 | METROPOLE DISTRIBUIDORA E REVENDA DE GAS LTDA - ME | 16.864.547/0001-75 | 48610.014671/2012-48 |
| GLP/BA0220198 | MIRELLE DA CONCEIÇÃO DE JESUS 01644399512 | 17.660.423/0001-30 | 48610.002966/2013-52 |
| GLP/SP0202482 | M.M. GARCIA - GÁS | 10.145.573/0001-67 | 48610.014565/2010-01 |
| GLP/SP0230574 | MOISES CARNEIRO DE MOURA | 17.467.029/0001-80 | 48610.003940/2015-93 |
| GLP/AM0186251 | M.O.LIMA | 84.508.498/0001-98 | 48610.006512/2010-16 |
| GLP/MS0238802 | MULTIGÁS COMECIO DE GÁS E AGUA LTDA - ME | 26.527.719/0001-79 | 48610.002163/2017-21 |
| GLPAC0365441 | NERES & SANTANA LTDA | 35.590.533/0001-55 | 48610.006939/2020-88 |
| 001/GLP/SP0016691 | NILSON FRANCO GONÇALVES ME | 01.360.707/0001-71 | 48610.010118/2007-79 |
| 001/GLP/SP0009962 | NORIVAL APARECIDO F. GONCALVES ME. | 00.997.870/0001-87 | 48610.000124/2006-37 |
| 001/GLP/BA0019466 | NOSSA TERRA GÁS LTDA | 14.416.234/0001-29 | 48610.000986/2008-21 |
| GLPAM0319961 | OLIVEIRA COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVICOS DE CONSTRUCAO CIVIL EIRELI | 27.036.057/0001-05 | 48610.003263/2019-37 |
| GLPBA0326691 | PALMARES COMERCIO VAREJISTA DE GAS GLP TRES IRMAOS LTDA | 31.023.239/0001-00 | 48610.001862/2019-16 |
| GLP/AM0210086 | PANTOJA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME | 90.033.135/0001-46 | 48610.011027/2011-37 |
| GLPBA0364950 | PARQUE VERDE COMERCIO DE GAS LTDA | 32.694.444/0001-60 | 48610.005572/2020-85 |
| GLP/BA0172379 | PAU DA LIMA COMERCIAL DE GAS LTDA. | 41.989.419/0001-03 | 48610.008958/2008-52 |
| GLPSP0343328 | PEDRO MENDONCA TOLEDO | 09.472.546/0001-10 | 48610.006429/2019-77 |
| GLP/SP0201674 | PEREIRA ALVIS GÁS LTDA - ME | 11.492.736/0001-40 | 48610.012773/2010-67 |
| GLP/BA0223441 | PEREIRA GAS EIRELI - ME | 19.052.294/0001-23 | 48610.011622/2013-34 |
| 001/GLP/SP0015788 | PRIMAZ GAZ COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LTDA. - ME. | 07.872.586/0001-23 | 48610.008083/2007-16 |
| GLP/MA0238257 | R. F. DISTRBUIDORA DE GAS LTDA ME | 26.341.103/0001-09 | 48610.015124/2016-11 |
| GLPBA0304173 | R. F. DOS SANTOS GAS | 30.277.326/0001-21 | 48610.008819/2018-09 |
| GLP/SP0219242 | RAFAEL KUNIO KOBORI | 13.678.845/0001-82 | 48610.000485/2013-11 |
| GLP/SP0245506 | RAIMUNDO ALEXANDRE DA SILVA 25118762804 | 27.929.293/0001-42 | 48610.004604/2018-19 |
| GLP/BA0176992 | RAMA GAS LTDA | 02.964.984/0001-56 | 48610.001652/2009-56 |
| 001/GLP/SP0007827 | RAMPAZZO - EXTINTORES E GAS LTDA-ME | 02.819.692/0001-20 | 48610.006785/2006-76 |
| 001/GLP/SP0005652 | RAQUEL IGNES DE LIMA BERNINI - PLATINA - ME | 05.128.968/0001-11 | 48610.008114/2005-69 |
| GLP/BA0058064 | REGINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS DE SIMOES FILHO - ME. | 09.303.583/0001-02 | 48610.007608/2008-79 |
| GLP/SP0245977 | REJANE SONIA GOMES 05737331806 | 29.521.072/0001-66 | 48610.005030/2018-98 |
| GLP/SP0232319 | RENATA FERNANDA DA SILVA | 19.292.047/0001-02 | 48610.012801/2015-51 |
| GLP/SP0235853 | RODOLFO CESAR DE OLIVEIRA COMERCIO DE GAS - ME N | 24.949.055/0001-00 | 48610.009123/2016-20 |
| 001/GLP/SP0021813 | ROGÉRIO PORTO MIRANDA GÁS - ME. | 05.647.240/0001-04 | 48610.006669/2008-19 |
| GLPSP0346769 | ROMEU ABRAHAO NETO | 34.480.175/0001-65 | 48610.006292/2019-51 |
| GLP/BA0220896 | RONICLEIDSON ESTRELA DA SILVA ME | 03.576.075/0001-03 | 48610.004893/2013-33 |
| GLPCE0354077 | ROSAL COMERCIO DE GLP E MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA | 32.856.799/0001-09 | 48610.009143/2019-43 |
| GLP/SP0226188 | ROSEDALIA CARDOSO BATISTA DOS SANTOS | 19.975.311/0001-02 | 48610.007323/2014-86 |
| GLP/SP0202432 | ROSICLEIA DA SILVA PARDIM | 12.317.930/0001-52 | 48610.014519/2010-01 |
| 001/GLP/AM0004403 | R.S. RIBEIRO COMERCIAL | 63.650.584/0001-60 | 48610.004081/2005-88 |
| GLP/AM0240519 | S M DE SOUZA COMERCIO ME | 27.569.124/0001-49 | 48610.006898/2017-24 |
| GLP/SP0188011 | SALETE FORNARI DE GODOI - ME | 10.883.367/0001-54 | 48610.010386/2010-96 |
| GLP/SP0058260 | SANDRA A D CORDEIRO | 56.177.983/0001-90 | 48610.007897/2008-14 |
| 001/GLP/SP0020515 | SANDRA APARECIDA BRANDÃO - ME | 08.853.334/0001-10 | 48610.004116/2008-21 |
| GLP/BA0231835 | SANDRO MARQUES DA SILVA - ME | 23.528.986/0001-72 | 48610.011662/2015-48 |
| 001/GLP/PA0014654 | SAO PEDRO COMERCIO DE GAS LTDA | 83.305.136/0001-37 | 48610.006101/2007-17 |
| GLP/SP0221009 | SHAGÁS COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA LTDA | 12.855.198/0001-74 | 48610.005201/2013-74 |
| 001/GLP/SP0014538 | SILVANA CLEIDE DE ARAÚJO - ME. | 08.429.113/0001-19 | 48610.005596/2007-67 |
| 001/GLP/SP0013195 | SILVANA SHITARA PRECIOSO ME | 08.382.861/0001-93 | 48610.003703/2007-12 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| GLP/SP0237989 | SILVIO ANTONIO BORGHI ME | 54.578.422/0001-78 | 48610.015100/2016-54 |
| 001/GLP/SP0021158 | SILVIO ARANTES BATATAIS ME | 02.227.724/0001-06 | 48610.005207/2008-84 |
| GLP/MA0239555 | SOARES & OLIVEIRA LTDA - ME | 26.326.936/0001-09 | 48610.002452/2017-21 |
| 001/GLP/BA0019284 | SPEED GÁS COMÉRCIO LTDA. | 08.848.881/0001-07 | 48610.000772/2008-55 |
| 001/GLP/SP0008496 | SUZANA PIRES RODRIGUES BATISTA ME | 06.108.105/0001-45 | 48610.007567/2006-59 |
| GLP/BA0173065 | T& N COMERCIO DE GAS GLP LTDA | 01.938.902/0001-36 | 48610.009406/2008-61 |
| GLP/CE0241359 | TAMBORIL COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA ME | 27.842.811/0001-96 | 48610.009084/2017-41 |
| GLP/SP0217895 | TATIANE DE CARVALHO SILVA - ME | 15.599.056/0001-81 | 48610.011535/2012-04 |
| 001/GLP/SP0021838 | TOGNINI SUPERMERCADO LTDA. ME. | 96.587.746/0001-12 | 48610.006687/2008-09 |
| GLPMS0302567 | TROMBETA & TROMBETA LTDA | 30.420.453/0001-38 | 48610.006465/2018-50 |
| GLP/SP0180581 | TURFE COMÉRCIO DE BOTIJÃO DE GÁS LTDA. | 02.110.485/0001-00 | 48610.010109/2009-40 |
| GLP/SP0180653 | VALDELINO SOUZA ALVES ME | 68.860.691/0001-37 | 48610.012667/2009-40 |
| GLP/MT0238291 | VALDETE AUGUSTA NAZARIO DE MORAIS - ME | 37.480.035/0001-85 | 48610.000813/2017-02 |
| 001/GLP/SP0013107 | VALDOMIRO PRINA GAS | 08.345.152/0001-38 | 48610.002933/2007-64 |
| 001/GLP/SP0020354 | VALMIR ANTONIO CIA LTDA | 96.175.401/0001-51 | 48610.003701/2008-12 |
| GLP/BA0203587 | VELOZ GÁS COMÉRCIO LTDA. | 12.363.756/0001-84 | 48610.017182/2010-86 |
| 001/GLP/SP0013203 | VILMA IDINA DE OLIVEIRA SANTOS - ME | 07.658.031/0001-83 | 48610.003422/2007-61 |
| GLP/BA0238081 | VIVIANE BARBOSA DA CRUZ | 26.530.693/0001-18 | 48610.015104/2016-32 |
| 001/GLP/SP0006962 | W ROSOLEM DIST. DE GÁS LTDA | 67.719.724/0001-60 | 48610.004315/2006-78 |
| GLP/SP0227696 | WAGNER SOUZA DA SILVA - GAS - ME | 19.958.973/0001-66 | 48610.006217/2014-85 |

CEZAR CARAM ISSA

**DESPACHO SDL-ANP Nº 668, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº PR/RJ0159298 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao PETROGRAN COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 02.846.659/0001-99, pelas razões constantes do 48610.008873/2016-84.

CEZAR CARAM ISSA

## DIRETORIA III
## SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

**RETIFICAÇÃO**

Na Autorização SPC-ANP Nº 396, de 28 de junho de 2021, publicada no DOU de 29 de junho de 2021, Seção 1, página 75, onde se lê:

"AUTORIZAÇÃO SPC-ANP Nº 396, DE 28 DE JUNHO DE 2021"

Leia-se:

"DESPACHO SPC-ANP Nº 664, DE 28 DE JUNHO DE 2021"

# Ministério da Saúde

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA GM/MS Nº 1.446, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Torna pública a decisão de incorporar a vacina da Fiocruz [ChAdOx-1 (vacina Covid-19 recombinante)] e a da Pfizer/Wyeth [BNT162b2 (vacina Covid-19)] para prevenção da Covid-19, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do art. 29, do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, e dos arts. 25-A e 25-B, do Anexo XVI da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1/2017, resolve:

Art. 1º Incorporar a vacina da Fiocruz [ChAdOx-1 (vacina Covid-19 recombinante)] e a da Pfizer/Wyeth [BNT162b2 (vacina Covid-19)] para prevenção da Covid-19, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto nº 7.646/2011, o prazo máximo para efetivar a oferta ao SUS é de cento e oitenta dias.

Art. 3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

**PORTARIA GM/MS Nº 1.447, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Dispõe sobre o repasse dos recursos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional para o exercício de 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando o Art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabelece a combinação de critérios segundo a análise técnica de programas e projetos para o estabelecimento de valores;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando os Arts. 3º e 4º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que determinam a forma de repasse de recursos aos Estados, Municípios e Distrito Federal e as condições para que os entes recebamos recursos;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nº 11.494, de 20 de junho de 2007, nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando a Portaria Interministerial MS/GM/MJ nº 1, de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde; e

Considerando o Capítulo VI do Título V da Portaria de Consolidação nº 6/2020, que dispõe sobre as normas para financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o repasse de recursos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) para o exercício de 2021.

Art. 2º Os recursos de que trata o art. 1º correspondem a R$ 17,73 (dezessete reais e setenta e três centavos) por pessoa privada de liberdade no Sistema Prisional e serão repassados na modalidade fundo a fundo da seguinte forma:

I - para o Distrito Federal e os Estados, constantes do Anexo I; e

II - para os Municípios, constantes do Anexo II.

Parágrafo único. Os Municípios constantes do Anexo II aderiram à PNAISP e pactuaram com os respectivos estados, em Comissão Intergestores Bipartite (CIB), a descentralização dos recursos do CBAF, no âmbito da PNAISP, para os Municípios.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 4º Os recursos financeiros de que trata esta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo ser transferidos ao Bloco de Financiamento - "Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde" e onerar a Funcional Programática 10.303.5017.20AE - "Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde", Plano Orçamentário (0000).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA FINANCIAMENTO DO COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DA PNAISP, POR UNIDADE FEDERATIVA, NO ANO DE 2021.

| Nº | UF | POPULAÇÃO PRISIONAL | VALOR DO REPASSE |
|---|---|---|---|
| 1 | AC | 5.117 | R$ 90.724,41 |
| 2 | AL | 6.872 | R$ 121.840,56 |
| 3 | AM | 5.944 | R$ 105.387,12 |
| 4 | AP | 2.188 | R$ 38.793,24 |
| 5 | BA | 12.797 | R$ 226.890,81 |
| 6 | CE | 22.256 | R$ 394.598,88 |
| 7 | DF | 15.090 | R$ 267.545,70 |
| 8 | ES | 21.814 | R$ 386.762,22 |
| 9 | GO | 13.783 | R$ 244.372,59 |
| 10 | MA | 10.807 | R$ 191.608,11 |
| 11 | MG | 59.183 | R$ 1.049.314,59 |
| 12 | MT | 11.713 | R$ 207.671,49 |
| 13 | PA | 9.835 | R$ 174.374,55 |
| 14 | PB | 10.749 | R$ 190.579,77 |
| 15 | PE | 32.960 | R$ 584.380,80 |
| 16 | PI | 4.273 | R$ 75.760,29 |
| 17 | PR | 18.545 | R$ 328.802,85 |
| 18 | RJ | 9.732 | R$ 172.548,36 |
| 19 | RN | 311 | R$ 5.514,03 |
| 20 | RO | 8.902 | R$ 157.832,46 |
| 21 | RR | 2.762 | R$ 48.970,26 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 22 | RS | 6.763 | R$ 119.907,99 |
| 23 | SC | 3.446 | R$ 61.097,58 |
| 24 | SE | 5.036 | R$ 89.288,28 |
| 25 | SP | 218.909 | R$ 3.881.256,57 |
| 26 | TO | 1.772 | R$ 31.417,56 |
| | **TOTAL** | **521.559** | **R$ 9.247.241,07** |

ANEXO II

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA FINANCIAMENTO DO COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DA PNAISP, POR MUNICÍPIO, NO ANO DE 2021.

| Nº | UF | IBGE | MUNICÍPIO | POPULAÇÃO PRISIONAL | VALOR DO REPASSE |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | AC | 120050 | SENA MADUREIRA | 535 | R$ 9.485,55 |
| 2 | AC | 120060 | TARAUACÁ | 523 | R$ 9.272,79 |
| 3 | GO | 520110 | ANÁPOLIS | 1.085 | R$ 19.237,05 |
| 4 | GO | 520160 | ARAÇU | 44 | R$ 780,12 |
| 5 | GO | 520330 | BELA VISTA DE GOIÁS | 81 | R$ 1.436,13 |
| 6 | GO | 520410 | CACHOEIRA ALTA | 63 | R$ 1.116,99 |
| 7 | GO | 520540 | CERES | 95 | R$ 1.684,35 |
| 8 | GO | 520549 | CIDADE OCIDENTAL | 266 | R$ 4.716,18 |
| 9 | GO | 520580 | CORUMBÁ DE GOIÁS | 65 | R$ 1.152,45 |
| 10 | GO | 520590 | CORUMBAÍBA | 43 | R$ 762,39 |
| 11 | GO | 520640 | CRIXÁS | 85 | R$ 1.507,05 |
| 12 | GO | 520790 | FLORES DE GOIÁS | 39 | R$ 691,47 |
| 13 | GO | 520860 | GOIANÉSIA | 284 | R$ 5.035,32 |
| 14 | GO | 520880 | GOIANIRA | 157 | R$ 2.783,61 |
| 15 | GO | 520840 | GOIANÓPOLIS | 50 | R$ 886,50 |
| 16 | GO | 520910 | GOIATUBA | 141 | R$ 2.499,93 |
| 18 | GO | 520970 | HIDROLÂNDIA | 47 | R$ 833,31 |
| 19 | GO | 521040 | ITABERAÍ | 122 | R$ 2.163,06 |
| 20 | GO | 521090 | ITAPACI | 59 | R$ 1.046,07 |
| 17 | GO | 521100 | ITAPIRAPUÃ | 64 | R$ 1.134,72 |
| 21 | GO | 521120 | ITAPURANGA | 69 | R$ 1.223,37 |
| 22 | GO | 521140 | ITAUÇU | 57 | R$ 1.010,61 |
| 23 | GO | 521150 | ITUMBIARA | 460 | R$ 8.155,80 |
| 24 | GO | 521190 | JATAÍ | 363 | R$ 6.435,99 |
| 25 | GO | 521220 | JUSSARA | 77 | R$ 1.365,21 |
| 26 | GO | 521280 | MARA ROSA | 43 | R$ 762,39 |
| 27 | GO | 521308 | MINAÇU | 391 | R$ 6.932,43 |
| 28 | GO | 521380 | MORRINHOS | 283 | R$ 5.017,59 |
| 29 | GO | 521400 | MOZARLÂNDIA | 84 | R$ 1.489,32 |
| 30 | GO | 521523 | NOVO GAMA | 542 | R$ 9.609,66 |
| 31 | GO | 521560 | PADRE BERNARDO | 195 | R$ 3.457,35 |
| 32 | GO | 521830 | POSSE | 113 | R$ 2.003,49 |
| 33 | GO | 521860 | RIALMA | 114 | R$ 2.021,22 |
| 34 | GO | 521880 | RIO VERDE | 978 | R$ 17.339,94 |
| 35 | GO | 521890 | RUBIATABA | 72 | R$ 1.276,56 |
| 36 | GO | 521900 | SANCLERLÂNDIA | 48 | R$ 851,04 |
| 37 | GO | 521930 | SANTA HELENA DE GOIÁS | 198 | R$ 3.510,54 |
| 38 | GO | 521975 | SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO | 437 | R$ 7.748,01 |
| 39 | GO | 522010 | SÃO LUÍS DE MONTES BELOS | 122 | R$ 2.163,06 |
| 40 | GO | 522140 | TRINDADE | 358 | R$ 6.347,34 |
| 41 | GO | 522170 | URUANÃ | 75 | R$ 1.329,75 |
| 42 | MG | 310260 | ANDRADAS | 164 | R$ 2.907,72 |
| 43 | MG | 310740 | BOM DESPACHO | 193 | R$ 3.421,89 |
| 44 | MG | 312510 | EXTREMA | 98 | R$ 1.737,54 |
| 45 | MG | 312800 | GUANHÃES | 139 | R$ 2.464,47 |
| 46 | MG | 313170 | ITABIRA | 292 | R$ 5.177,16 |
| 47 | MG | 313240 | ITAJUBÁ | 660 | R$ 11.701,80 |
| 48 | MG | 314810 | PATROCÍNIO | 1.181 | R$ 20.939,13 |
| 49 | MG | 315180 | POÇOS DE CALDAS | 260 | R$ 4.609,80 |
| 50 | MG | 315570 | RIO PIRACICABA | 51 | R$ 904,23 |
| 51 | MG | 315960 | SANTA RITA DO SAPUCAÍ | 152 | R$ 2.694,96 |
| 52 | MS | 500020 | ÁGUA CLARA | 4 | R$ 70,92 |
| 53 | MS | 500060 | AMAMBAI | 264 | R$ 4.680,72 |
| 54 | MS | 500070 | ANASTÁCIO | 1 | R$ 17,73 |
| 55 | MS | 500100 | APARECIDA DO TABOADO | 9 | R$ 159,57 |
| 56 | MS | 500110 | AQUIDAUANA | 313 | R$ 5.549,49 |
| 57 | MS | 500190 | BATAGUASSU | 140 | R$ 2.482,20 |
| 58 | MS | 500220 | BONITO | 10 | R$ 177,30 |
| 59 | MS | 500230 | BRASILÂNDIA | 1 | R$ 17,73 |
| 60 | MS | 500240 | CAARAPÓ | 76 | R$ 1.347,48 |
| 61 | MS | 500260 | CAMAPUÃ | 13 | R$ 230,49 |
| 62 | MS | 500270 | CAMPO GRANDE | 6.439 | R$ 114.163,47 |
| 63 | MS | 500290 | CASSILÂNDIA | 183 | R$ 3.244,59 |
| 64 | MS | 500295 | CHAPADÃO DO SUL | 11 | R$ 195,03 |
| 65 | MS | 500320 | CORUMBÁ | 745 | R$ 13.208,85 |
| 66 | MS | 500325 | COSTA RICA | 4 | R$ 70,92 |
| 67 | MS | 500330 | COXIM | 265 | R$ 4.698,45 |
| 68 | MS | 500348 | DOIS IRMÃOS DO BURITI | 529 | R$ 9.379,17 |
| 69 | MS | 500370 | DOURADOS | 3.074 | R$ 54.502,02 |
| 70 | MS | 500380 | FÁTIMA DO SUL | 4 | R$ 70,92 |
| 71 | MS | 500430 | IGUATEMI | 3 | R$ 53,19 |
| 72 | MS | 500440 | INOCÊNCIA | 2 | R$ 35,46 |
| 73 | MS | 500450 | ITAPORÃ | 16 | R$ 283,68 |
| 74 | MS | 500470 | IVINHEMA | 119 | R$ 2.109,87 |
| 75 | MS | 500500 | JARDIM | 305 | R$ 5.407,65 |
| 76 | MS | 500510 | JATEÍ | 70 | R$ 1.241,10 |
| 77 | MS | 500568 | MUNDO NOVO | 4 | R$ 70,92 |
| 78 | MS | 500570 | NAVIRAÍ | 825 | R$ 14.627,25 |
| 79 | MS | 500600 | NOVA ALVORADA DO SUL | 27 | R$ 478,71 |
| 80 | MS | 500620 | NOVA ANDRADINA | 146 | R$ 2.588,58 |
| 81 | MS | 500630 | PARANAÍBA | 536 | R$ 9.503,28 |
| 82 | MS | 500660 | PONTA PORÃ | 966 | R$ 17.127,18 |
| 83 | MS | 500710 | RIBAS DO RIO PARDO | 1 | R$ 17,73 |
| 84 | MS | 500720 | RIO BRILHANTE | 361 | R$ 6.400,53 |
| 85 | MS | 500730 | RIO NEGRO | 1 | R$ 17,73 |
| 86 | MS | 500740 | RIO VERDE DE MATO GROSSO | 3 | R$ 53,19 |
| 87 | MS | 500769 | SÃO GABRIEL DO OESTE | 54 | R$ 957,42 |
| 88 | MS | 500770 | SETE QUEDAS | 7 | R$ 124,11 |
| 89 | MS | 500790 | SIDROLÂNDIA | 5 | R$ 88,65 |
| 90 | MS | 500793 | SONORA | 5 | R$ 88,65 |
| 91 | MS | 500830 | TRÊS LAGOAS | 1.051 | R$ 18.634,23 |
| 92 | PA | 150420 | MARABÁ | 957 | R$ 16.967,61 |
| 93 | PA | 150650 | SANTA IZABEL DO PARÁ | 5.781 | R$ 102.497,13 |
| 94 | PR | 410480 | CASCAVEL | 1.533 | R$ 27.180,09 |
| 95 | PR | 410500 | CATANDUVAS | 135 | R$ 2.393,55 |
| 96 | PR | 410660 | CRUZEIRO DO OESTE | 932 | R$ 16.524,36 |
| 97 | PR | 411150 | IVAIPORÃ | 120 | R$ 2.127,60 |
| 98 | PR | 411950 | PIRAQUARA | 6.245 | R$ 110.723,85 |
| 99 | PR | 412060 | PRUDENTÓPOLIS | 49 | R$ 868,77 |
| 100 | PR | 412440 | SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE | 48 | R$ 851,04 |
| 101 | PR | 412500 | SÃO JOÃO DO IVAÍ | 35 | R$ 620,55 |
| 102 | RJ | 330220 | ITAPERUNA | 418 | R$ 7.411,14 |
| 103 | RJ | 330330 | NITERÓI | 957 | R$ 16.967,61 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 104 | RJ | 330420 | RESENDE | 406 | R$ 7.198,38 |
| 105 | RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 32.906 | R$ 583.423,38 |
| 106 | RJ | 330490 | SÃO GONÇALO | 3.662 | R$ 64.927,26 |
| 107 | RJ | 330630 | VOLTA REDONDA | 165 | R$ 2.925,45 |
| 108 | RN | 240100 | APODI | 69 | R$ 1.223,37 |
| 109 | RN | 240200 | CAICÓ | 488 | R$ 8.652,24 |
| 110 | RN | 240230 | CARAÚBAS | 203 | R$ 3.599,19 |
| 111 | RN | 240260 | CEARÁ-MIRIM | 1.049 | R$ 18.598,77 |
| 112 | RN | 240800 | MOSSORÓ | 988 | R$ 17.517,24 |
| 113 | RN | 240810 | NATAL | 1.468 | R$ 26.027,64 |
| 114 | RN | 240820 | NÍSIA FLORESTA | 2.408 | R$ 42.693,84 |
| 115 | RN | 240830 | NOVA CRUZ | 201 | R$ 3.563,73 |
| 116 | RN | 240325 | PARNAMIRIM | 971 | R$ 17.215,83 |
| 117 | RS | 430110 | ARROIO DOS RATOS | 619 | R$ 10.974,87 |
| 118 | RS | 430290 | CACEQUI | 39 | R$ 691,47 |
| 119 | RS | 430300 | CACHOEIRA DO SUL | 235 | R$ 4.166,55 |
| 120 | RS | 430420 | CANDELÁRIA | 75 | R$ 1.329,75 |
| 121 | RS | 430440 | CANELA | 197 | R$ 3.492,81 |
| 122 | RS | 430450 | CANGUÇU | 66 | R$ 1.170,18 |
| 123 | RS | 430460 | CANOAS | 2.492 | R$ 44.183,16 |
| 124 | RS | 430510 | CAXIAS DO SUL | 1.546 | R$ 27.410,58 |
| 125 | RS | 430520 | CERRO LARGO | 89 | R$ 1.577,97 |
| 126 | RS | 430535 | CHARQUEADAS | 4.313 | R$ 76.469,49 |
| 127 | RS | 430610 | CRUZ ALTA | 214 | R$ 3.794,22 |
| 128 | RS | 430660 | DOM PEDRITO | 227 | R$ 4.024,71 |
| 129 | RS | 430700 | ERECHIM | 475 | R$ 8.421,75 |
| 130 | RS | 430750 | ESPUMOSO | 126 | R$ 2.233,98 |
| 131 | RS | 430850 | FREDERICO WESTPHALEN | 186 | R$ 3.297,78 |
| 132 | RS | 430890 | GETÚLIO VARGAS | 133 | R$ 2.358,09 |
| 133 | RS | 430940 | GUAPORÉ | 161 | R$ 2.854,53 |
| 134 | RS | 431020 | IJUÍ | 833 | R$ 14.769,09 |
| 135 | RS | 431050 | IRAÍ | 70 | R$ 1.241,10 |
| 136 | RS | 431060 | ITAQUI | 89 | R$ 1.577,97 |
| 137 | RS | 431120 | JÚLIO DE CASTILHOS | 73 | R$ 1.294,29 |
| 138 | RS | 431140 | LAJEADO | 311 | R$ 5.514,03 |
| 139 | RS | 431240 | MONTENEGRO | 1.820 | R$ 32.268,60 |
| 140 | RS | 431350 | OSÓRIO | 1.475 | R$ 26.151,75 |
| 141 | RS | 431370 | PALMEIRA DAS MISSÕES | 163 | R$ 2.889,99 |
| 142 | RS | 431440 | PELOTAS | 851 | R$ 15.088,23 |
| 143 | RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 4.821 | R$ 85.476,33 |
| 144 | RS | 431560 | RIO GRANDE | 863 | R$ 15.300,99 |
| 145 | RS | 431680 | SANTA CRUZ DO SUL | 327 | R$ 5.797,71 |
| 146 | RS | 431720 | SANTA ROSA | 422 | R$ 7.482,06 |
| 147 | RS | 431730 | SANTA VITÓRIA DO PALMAR | 105 | R$ 1.861,65 |
| 148 | RS | 431710 | SANTANA DO LIVRAMENTO | 200 | R$ 3.546,00 |
| 149 | RS | 431740 | SANTIAGO | 180 | R$ 3.191,40 |
| 150 | RS | 431750 | SANTO ÂNGELO | 385 | R$ 6.826,05 |
| 151 | RS | 431790 | SANTO CRISTO | 71 | R$ 1.258,83 |
| 152 | RS | 431800 | SÃO BORJA | 332 | R$ 5.886,36 |
| 153 | RS | 431830 | SÃO GABRIEL | 228 | R$ 4.042,44 |
| 154 | RS | 431890 | SÃO LUIZ GONZAGA | 252 | R$ 4.467,96 |
| 155 | RS | 431960 | SÃO SEPÉ | 74 | R$ 1.312,02 |
| 156 | RS | 431980 | SÃO VICENTE DO SUL | 34 | R$ 602,82 |
| 157 | RS | 432070 | SOBRADINHO | 143 | R$ 2.535,39 |
| 158 | RS | 432190 | TRÊS PASSOS | 275 | R$ 4.875,75 |
| 159 | RS | 432260 | VENÂNCIO AIRES | 537 | R$ 9.521,01 |
| 160 | SC | 420140 | ARARANGUÁ | 360 | R$ 6.382,80 |
| 161 | SC | 420210 | BARRA VELHA | 125 | R$ 2.216,25 |
| 162 | SC | 420230 | BIGUAÇU | 38 | R$ 673,74 |
| 163 | SC | 420240 | BLUMENAU | 1.586 | R$ 28.119,78 |
| 164 | SC | 420290 | BRUSQUE | 138 | R$ 2.446,74 |
| 165 | SC | 420300 | CAÇADOR | 228 | R$ 4.042,44 |
| 166 | SC | 420360 | CAMPOS NOVOS | 102 | R$ 1.808,46 |
| 167 | SC | 420380 | CANOINHAS | 137 | R$ 2.429,01 |
| 168 | SC | 420420 | CHAPECÓ | 2.211 | R$ 39.201,03 |
| 169 | SC | 420430 | CONCÓRDIA | 236 | R$ 4.184,28 |
| 170 | SC | 420460 | CRICIÚMA | 2.108 | R$ 37.374,84 |
| 171 | SC | 420730 | IMBITUBA | 159 | R$ 2.819,07 |
| 172 | SC | 420820 | ITAJAÍ | 2.760 | R$ 48.934,80 |
| 173 | SC | 420830 | ITAPEMA | 106 | R$ 1.879,38 |
| 174 | SC | 420890 | JARAGUÁ DO SUL | 567 | R$ 10.052,91 |
| 175 | SC | 420900 | JOAÇABA | 215 | R$ 3.811,95 |
| 176 | SC | 420910 | JOINVILLE | 1.927 | R$ 34.165,71 |
| 177 | SC | 420930 | LAGES | 806 | R$ 14.290,38 |
| 178 | SC | 420940 | LAGUNA | 131 | R$ 2.322,63 |
| 179 | SC | 421010 | MAFRA | 212 | R$ 3.758,76 |
| 180 | SC | 421050 | MARAVILHA | 84 | R$ 1.489,32 |
| 181 | SC | 421360 | PORTO UNIÃO | 135 | R$ 2.393,55 |
| 182 | SC | 421480 | RIO DO SUL | 322 | R$ 5.709,06 |
| 183 | SC | 421605 | SÃO CRISTÓVÃO DO SUL | 1.637 | R$ 29.024,01 |
| 184 | SC | 421670 | SÃO JOSÉ DO CEDRO | 88 | R$ 1.560,24 |
| 185 | SC | 421720 | SÃO MIGUEL DO OESTE | 145 | R$ 2.570,85 |
| 186 | SC | 421725 | SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA | 1.304 | R$ 23.119,92 |
| 187 | SC | 421800 | TIJUCAS | 335 | R$ 5.939,55 |
| 188 | SC | 421930 | VIDEIRA | 164 | R$ 2.907,72 |
| 189 | SC | 421950 | XANXERÊ | 253 | R$ 4.485,69 |
| 190 | TO | 170100 | ANANÁS | 55 | R$ 975,15 |
| 191 | TO | 170190 | ARAGUACEMA | 40 | R$ 709,20 |
| 192 | TO | 170200 | ARAGUAÇU | 28 | R$ 496,44 |
| 193 | TO | 170220 | ARAGUATINS | 69 | R$ 1.223,37 |
| 194 | TO | 170240 | ARRAIAS | 82 | R$ 1.453,86 |
| 195 | TO | 170255 | AUGUSTINÓPOLIS | 124 | R$ 2.198,52 |
| 196 | TO | 170300 | BABAÇULÂNDIA | 28 | R$ 496,44 |
| 197 | TO | 170310 | BARROLÂNDIA | 39 | R$ 691,47 |
| 198 | TO | 170386 | CARIRI DO TOCANTINS | 314 | R$ 5.567,22 |
| 199 | TO | 170550 | COLINAS DO TOCANTINS | 60 | R$ 1.063,80 |
| 200 | TO | 171670 | COLMEIA | 46 | R$ 815,58 |
| 201 | TO | 170610 | CRISTALÂNDIA | 37 | R$ 656,01 |
| 202 | TO | 170700 | DIANÓPOLIS | 65 | R$ 1.152,45 |
| 203 | TO | 170950 | GURUPI | 128 | R$ 2.269,44 |
| 204 | TO | 171200 | LAJEADO | 23 | R$ 407,79 |
| 205 | TO | 171320 | MIRACEMA DO TOCANTINS | 117 | R$ 2.074,41 |
| 206 | TO | 171330 | MIRANORTE | 44 | R$ 780,12 |
| 207 | TO | 171420 | NATIVIDADE | 32 | R$ 567,36 |
| 208 | TO | 171575 | PALMEIRÓPOLIS | 34 | R$ 602,82 |
| 209 | TO | 171610 | PARAÍSO DO TOCANTINS | 300 | R$ 5.319,00 |
| 210 | TO | 171650 | PEDRO AFONSO | 22 | R$ 390,06 |
| 211 | TO | 171820 | PORTO NACIONAL | 179 | R$ 3.173,67 |
| 212 | TO | 172097 | TALISMÃ | 37 | R$ 656,01 |
| 213 | TO | 172120 | TOCANTINÓPOLIS | 40 | R$ 709,20 |
| **TOTAL** | | | | **137.592** | **R$ 2.439.506,16** |

**PORTARIA GM/MS Nº 1.448, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Cancela a autorização de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 237, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional e temporário, para o atendimento exclusivo de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave SRAG/COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 501, de 19 de março de 2021 e Portaria GM/MS nº 559, de 26 de março de 2021, que autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios;

Considerando o Oficio nº 74/2021-SESAU/CGRAC/DESIS, de 14 de junho de 2021, que solicita o cancelamento da autorização de 36 leitos de leitos UTI COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.092029/2021-73, resolve:

Art. 1º Fica cancelada a autorização de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo COVID-19, do estabelecimentos descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O cancelamento da autorização será a partir do mês de Junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

| UF | IBGE | MUNICÍPIO | ESTABELECIMENTO | CNES | GESTÃO | Nº PROPOSTA SAIPS | PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO DOS LEITOS UTI COVID-19 | LEITOS UTI ADULTO COVID-19 CANCELADOS - Cód 26.12 | MÊS DE COMPETÊNCIA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RR | 140010 | BOA VISTA | HOSPITAL GERAL DE RORAIMA - HGR | 2319659 | ESTADUAL | 140226 | PORTARIA GM/MS Nº 559 DE 26/03/2021 | 28 | junho/2021 |
| | | | | | | 138337 | PORTARIA GM/MS Nº 501 DE 19/03/2021 | 8 | junho/2021 |
| TOTAL | | | | | | | | | |

**PORTARIA GM/MS Nº 1.453, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico dos Estados e Municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Art. 1º Fica liberada, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de 24.580 (vinte e quatro mil e quinhentos e oitenta) leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico dos Estados e Municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, correspondente ao mês de junho/2021, cuja solicitação de autorização tenha sido feita com base na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos valores previstos nos Anexos I e II a esta Portaria, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º O descumprimento das regras previstas na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, ensejará a devolução dos recursos recebidos, nos termos das normas aplicáveis.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVC0 - Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021, no montante de R$ 82.527.124,00 (oitenta e dois milhões, quinhentos e vinte sete reais e cento e vinte quatro centavos) e Plano Orçamentário CVD0 - Medida Provisória nº 1.043, de 16 de abril de 2021, no montante de R$ 1.095.200.876,00 (um bilhão, noventa e cinco milhões, duzentos mil e oitocentos e setenta e seis reais).

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria são referentes ao mês de junho de 2021 e corresponderão ao montante total de R$ 1.177.728.000,00 (um bilhão, cento e setenta e sete milhões e setecentos e vinte e oito mil reais), referente a recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme Anexos I e II.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

| UF | IBGE | MUNICIPIO | CNES | ESTABELECIMENTO | GESTÃO DO RECURSO | PCEP | Nº LEITOS UTI COVID-19 ADULTO (CÓD 26.12) | VALOR CUSTEIO MÊS R$ | PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AC | 120020 | CRUZEIRO DO SUL | 5336171 | HOSPITAL REGIONAL DO JURUA | E | | 10 | 480.000,00 | 37um3/GM/MS 02/03/2021 |
| AC | 120020 | CRUZEIRO DO SUL | 5336171 | HOSPITAL REGIONAL DO JURUA | E | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| AC | 120040 | RIO BRANCO | 2001578 | HOSPITAL GERAL DE CLINICAS DE RIO BRANCO | E | | 30 | 1.440.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| AC Total | | | | | | | 50 | 2.400.000,00 | |
| AL | 270030 | ARAPIRACA | 2005050 | HOSPITAL REGIONAL DE ARAPIRACA | M | | 10 | 480.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| AL | 270030 | ARAPIRACA | 2005417 | CHAMA | M | | 11 | 528.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| AL | 270030 | ARAPIRACA | 2005417 | CHAMA | M | | 14 | 672.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| AL | 270030 | ARAPIRACA | 3015408 | UNIDADE DE EMERGENCIA DR DANIEL HOULY | E | | 7 | 336.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| AL | 270030 | ARAPIRACA | 3015408 | UNIDADE DE EMERGENCIA DR DANIEL HOULY | E | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| AL | 270030 | ARAPIRACA | 3015408 | UNIDADE DE EMERGENCIA DR DANIEL HOULY | E | | 20 | 960.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| AL | 270230 | CORURIPE | 2010356 | CARVALHO BELTRAO SERVICOS DE SAUDE LTDA | M | | 5 | 240.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| AL | 270230 | CORURIPE | 2010356 | CARVALHO BELTRAO SERVICOS DE SAUDE LTDA | M | | 10 | 480.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| AL | 270430 | MACEIO | 0136581 | HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS | E | | 15 | 720.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| AL | 270430 | MACEIO | 2006448 | HOSPITAL VEREDAS | M | | 9 | 432.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| AL | 270430 | MACEIO | 2006510 | HOSPITAL GERAL DO ESTADO DR OSVALDO BRANDAO VILELA | E | | 6 | 288.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| AL | 270430 | MACEIO | 2006510 | HOSPITAL GERAL DO ESTADO DR OSVALDO BRANDAO VILELA | E | | 9 | 432.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| AL | 270430 | MACEIÓ | 0136581 | HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS | E | | 20 | 960.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| AL | 270430 | MACEIÓ | 0136581 | HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS | E | | 30 | 1.440.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| AL | 270430 | MACEIÓ | 2006197 | HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF ALBERTO ANTUNES | M | | 14 | 672.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| AL | 270430 | MACEIÓ | 2006448 | HOSPITAL VEREDAS | M | | 11 | 528.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| AL | 270430 | MACEIÓ | 2006510 | HOSPITAL GERAL DO ESTADO DR OSVALDO BRANDAO VILELA | E | | 9 | 432.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| AL | 270430 | MACEIÓ | 2007037 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO | M | | 15 | 720.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| AL | 270430 | MACEIÓ | 9923837 | HOSPITAL DA MULHER DRA NISE DA SILVEIRA | E | | 74 | 3.552.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| AL | 270630 | PALMEIRA DOS ÍNDIOS | 2010631 | HOSPITAL REGIONAL SANTA RITA E MATERNIDADE SANTA OLIMPIA | M | | 4 | 192.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| AL | 270630 | PALMEIRA DOS ÍNDIOS | 2010631 | HOSPITAL REGIONAL SANTA RITA E MATERNIDADE SANTA OLIMPIA | M | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| AL | 270670 | PENEDO | 2003775 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PENEDO | M | | 3 | 144.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| AL | 270670 | PENEDO | 2003775 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PENEDO | M | | 7 | 336.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| AL | 270730 | PORTO CALVO | 7042671 | HOSPITAL REGIONAL DO NORTE | E | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| AL | 270800 | SANTANA DO IPANEMA | 5616298 | HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| AL | 270800 | SANTANA DO IPANEMA | 5616298 | HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO | M | | 5 | 240.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| AL | 270800 | SANTANA DO IPANEMA | 5616298 | HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO | M | | 2 | 96.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| AL | 270800 | SANTANA DO IPANEMA | 5616298 | HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO | M | | 3 | 144.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| AL | 270860 | SÃO MIGUEL DOS CAMPOS | 2010151 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS | M | | 10 | 480.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| AL | 270930 | UNIÃO DOS PALMARES | 7753470 | HOSPITAL REGIONAL DA MATA | E | | 15 | 720.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| AL Total | | | | | | | 369 | 17.712.000,00 | |
| AM | 130260 | MANAUS | 2013606 | FUNDACAO DE MEDICINA TROPICAL | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| AM | 130260 | MANAUS | 2013649 | HOSPITAL PRONTO SOCORRO 28 DE AGOSTO | E | | 12 | 576.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| AM | 130260 | MANAUS | 2013649 | HOSPITAL PRONTO SOCORRO 28 DE AGOSTO | E | | 40 | 1.920.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| AM | 130260 | MANAUS | 2017644 | HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS HUGV | E | | 10 | 480.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| AM | 130260 | MANAUS | 2017644 | HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS HUGV | E | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| AM | 130260 | MANAUS | 2018098 | HOSPITAL PORTUGUES | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| AM | 130260 | MANAUS | 2018403 | HOSPITAL UNIVERSITARIO FRANCISCA MENDES | E | | 5 | 240.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| AM | 130260 | MANAUS | 2019574 | HOSPITAL P S DR JOAO LUCIO P MACHADO | E | | 15 | 720.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| AM | 130260 | MANAUS | 3151794 | MATERNIDADE DE REFERENCIA ANA BRAGA | E | | 5 | 240.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| AM | 130260 | MANAUS | 7564546 | HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIZ | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| AM | 130260 | MANAUS | 7564546 | HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIZ | E | | 80 | 3.840.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| AM | 130260 | MANAUS | 7564546 | HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIZ | E | | 30 | 1.440.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| AM | 130260 | MANAUS | 7564546 | HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIZ | E | | 30 | 1.440.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| AM | 130260 | MANAUS | 7564546 | HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIS | E | | 10 | 480.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AM Total | | | | | | | 287 | 13.776.000,00 | |
| AP | 160030 | MACAPA | 0176664 | HOSPITAL DE CAMPANHA CENTRO COVID IV | E | | 66 | 3.168.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| AP | 160030 | MACAPA | 0176664 | HOSPITAL DE CAMPANHA CENTRO COVID IV | E | | 19 | 912.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| AP Total | | | | | | | 85 | 4.080.000,00 | |
| BA | 290070 | ALAGOINHAS | 2487438 | HOSPITAL REGIONAL DANTAS BIAO | E | | 8 | 384.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| BA | 290270 | BARRA | 3048209 | HOSPITAL SANTA RITA | E | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| BA | 290320 | BARREIRAS | 3972925 | HOSPITAL DO OESTE | E | | 5 | 240.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 290320 | BARREIRAS | 3972925 | HOSPITAL DO OESTE | E | | 25 | 1.200.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 290320 | BARREIRAS | 3972925 | HOSPITAL DO OESTE | E | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| BA | 290460 | BRUMADO | 2386569 | HOSPITAL MUNICIPAL PROF MAGALHAES NETO | E | | 10 | 480.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| BA | 290520 | CAETITE | 7319770 | HOSPITAL MUNICIPAL DE CAETITE | E | | 10 | 480.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| BA | 290570 | CAMACARI | 2388057 | HOSPITAL GERAL DE CAMACARI | E | | 17 | 816.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| BA | 290570 | CAMAÇARI | 2647036 | HOSPITAL SANTA HELENA | M | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 290600 | CAMPO FORMOSO | 2799839 | HOSPITAL SAO FRANCISCO | E | | 10 | 480.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| BA | 291072 | EUNAPOLIS | 2556510 | HOSPITAL DE TRATAMENTO COVID19 CENTRO ATEND DE EUNAPOLIS | E | | 2 | 96.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| BA | 291072 | EUNÁPOLIS | 2556510 | HOSPITAL DE TRATAMENTO COVID19 CENTRO ATEND DE EUNAPOLIS | E | | 5 | 240.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 291072 | EUNÁPOLIS | 2556510 | HOSPITAL DE TRATAMENTO COVID19 CENTRO ATEND DE EUNAPOLIS | E | | 13 | 624.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 291080 | FEIRA DE SANTANA | 0180505 | HOSPITAL DE FEIRA DE SANTANA | M | | 8 | 384.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 291080 | FEIRA DE SANTANA | 0180505 | HOSPITAL DE FEIRA DE SANTANA | M | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| BA | 291080 | FEIRA DE SANTANA | 2799758 | HOSPITAL GERAL CLERISTON ANDRADE | E | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 291080 | FEIRA DE SANTANA | 2799758 | HOSPITAL GERAL CLERISTON ANDRADE | E | | 20 | 960.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 291080 | FEIRA DE SANTANA | 2799758 | HOSPITAL GERAL CLERISTON ANDRADE | E | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| BA | 291080 | FEIRA DE SANTANA | 6602533 | HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANCA | E | | 5 | 240.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 291170 | GUANAMBI | 2804034 | HOSPITAL REGIONAL DE GUANAMBI | E | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| BA | 291360 | ILHEUS | 3906787 | HOSPITAL DE ILHEUS | E | | 1 | 48.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| BA | 291360 | ILHEUS | 3906787 | HOSPITAL DE ILHEUS | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| BA | 291360 | ILHEUS | 7518846 | VIDA MEMORIAL | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 291360 | ILHEUS | 9388133 | HOSPITAL REGIONAL COSTA DO CACAU | E | | 11 | 528.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| BA | 291360 | ILHEUS | 9388133 | HOSPITAL REGIONAL COSTA DO CACAU | E | | 9 | 432.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 291360 | ILHEUS | 9388133 | HOSPITAL REGIONAL COSTA DO CACAU | E | | 20 | 960.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| BA | 291460 | IRECÊ | 4026896 | HOSPITAL REGIONAL DR MARIO DOURADO SOBRINHO | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 291460 | IRECÊ | 4026896 | HOSPITAL REGIONAL DR MARIO DOURADO SOBRINHO | E | | 5 | 240.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 291460 | IRECÊ | 4026896 | HOSPITAL REGIONAL DR MARIO DOURADO SOBRINHO | E | | 5 | 240.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 291470 | ITABERABA | 3245500 | HOSPITAL DA CHAPADA | E | | 5 | 240.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 291470 | ITABERABA | 3245500 | HOSPITAL DA CHAPADA | E | | 15 | 720.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 291480 | ITABUNA | 2385171 | HOSPITAL DE BASE LUIS EDUARDO MAGALHAES | M | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 291480 | ITABUNA | 2772280 | HOSPITAL CALIXTO MIDLEJ FILHO | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 291750 | JACOBINA | 2470748 | HOSPITAL REGIONAL VICENTINA GOULART | M | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 291750 | JACOBINA | 2470748 | HOSPITAL REGIONAL VICENTINA GOULART | M | | 10 | 480.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| BA | 291800 | JEQUIÉ | 2400693 | HOSPITAL GERAL PRADO VALADARES | E | | 19 | 912.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| BA | 291800 | JEQUIÉ | 2494930 | HOSPITAL SAO VICENTE | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 291840 | JUAZEIRO | 2557509 | PROMATRE DE JUAZEIRO | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 291840 | JUAZEIRO | 4028155 | HOSPITAL REGIONAL DE JUAZEIRO | E | | 19 | 912.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 291840 | JUAZEIRO | 4028155 | HOSPITAL REGIONAL DE JUAZEIRO | E | | 1 | 48.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| BA | 291920 | LAURO DE FREITAS | 0607126 | HOSPITAL METROPOLITANO | E | | 20 | 960.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| BA | 291920 | LAURO DE FREITAS | 0607126 | HOSPITAL METROPOLITANO | E | | 80 | 3.840.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| BA | 292400 | PAULO AFONSO | 2549905 | HOSPITAL PAULO AFONSO | M | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 292530 | PORTO SEGURO | 2802090 | HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO LUIS EDUARDO MAGALHAES | E | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| BA | 292530 | PORTO SEGURO | 6659772 | NEUROCCOR | E | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| BA | 292600 | REMANSO | 2509369 | HOSPITAL SAO PEDRO | E | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0003832 | HOSPITAL SANTA ISABEL | M | | 14 | 672.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0003980 | HOSPITAL ELADIO LASSERRE | E | | 10 | 480.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0004073 | HOSPITAL GERAL ERNESTO SIMOES FILHO | E | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0004073 | HOSPITAL GERAL ERNESTO SIMOES FILHO | E | | 20 | 960.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0004251 | HOSPITAL PORTUGUES | M | | 5 | 240.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0005428 | INSTITUTO COUTO MAIA | E | | 28 | 1.344.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0005428 | INSTITUTO COUTO MAIA | E | | 40 | 1.920.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0005428 | INSTITUTO COUTO MAIA | E | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0103594 | HOSPITAL COVID 19 ITAIGARA | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0103594 | HOSPITAL COVID 19 ITAIGARA | M | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0106526 | HOSPITAL ESPANHOL | E | | 64 | 3.072.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0106526 | HOSPITAL ESPANHOL | E | | 95 | 4.560.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0108375 | HOSPITAL FAMILIA SAGRADA | M | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0108375 | HOSPITAL FAMILIA SAGRADA | M | | 20 | 960.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0108375 | HOSPITAL FAMILIA SAGRADA | M | | 30 | 1.440.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0559458 | HOSPITAL ESPECIALIZADO SALVADOR | M | | 40 | 1.920.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 3956369 | MATERNIDADE PROFESSOR JOSE MARIA DE MAGALHAES NETO | E | | 5 | 240.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 6595197 | HOSPITAL DO SUBURBIO | E | | 118 | 5.664.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 6852300 | MEDTOWER | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 9443665 | HOSPITAL MUNICIPAL DE SALVADOR HMS | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 9443665 | HOSPITAL MUNICIPAL DE SALVADOR HMS | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 9443665 | HOSPITAL MUNICIPAL DE SALVADOR HMS | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 9443665 | HOSPITAL MUNICIPAL DE SALVADOR HMS | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| BA | 292870 | SANTO ANTONIO DE JESUS | 6414702 | HOSPITAL REGIONAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS | E | | 10 | 480.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| BA | 292990 | SEABRA | 9383298 | HOSPITAL REGIONAL DA CHAPADA | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 292990 | SEABRA | 9383298 | HOSPITAL REGIONAL DA CHAPADA | E | | 7 | 336.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| BA | 292990 | SEABRA | 9383298 | HOSPITAL REGIONAL DA CHAPADA | E | | 8 | 384.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| BA | 293010 | SENHOR DO BONFIM | 2770512 | HOSPITAL MUNICIPAL DOM ANTONIO MONTEIRO | E | | 20 | 960.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| BA | 293050 | SERRINHA | 2801914 | HOSPITAL MUNICIPAL DE SERRINHA | M | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| BA | 293050 | SERRINHA | 2801914 | HOSPITAL MUNICIPAL DE SERRINHA | M | | 10 | 480.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| BA | 293135 | TEIXEIRA DE FREITAS | 2301318 | HOSPITAL MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS | M | | 15 | 720.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 293290 | VALENÇA | 2525933 | HOSPITAL DR HEITOR GUEDES DE MELLO | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 293330 | VITORIA DA CONQUISTA | 2402076 | HOSPITAL GERAL DE VITORIA DA CONQUISTA | E | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| BA | 293330 | VITORIA DA CONQUISTA | 2402084 | HCC HOSPITAL DE CLINICA DE CONQUISTA | E | | 20 | 960.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| BA | 293330 | VITÓRIA DA CONQUISTA | 2402076 | HOSPITAL GERAL DE VITORIA DA CONQUISTA | E | | 30 | 1.440.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA | 293330 | VITÓRIA DA CONQUISTA | 2487756 | HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| BA Total | | | | | | | 1302 | 62.496.000,00 | |
| CE | 230120 | ARACOIABA | 4010779 | HOSP MATERN SANTA IZABEL ARACOIABA | M | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| CE | 230190 | BARBALHA | 2564211 | HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| CE | 230190 | BARBALHA | 2564211 | HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO | M | | 5 | 240.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230190 | BARBALHA | 2564211 | HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO | M | | 5 | 240.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| CE | 230190 | BARBALHA | 2564238 | HOSPITAL MATERNIDADE SANTO ANTONIO HMSA | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| CE | 230250 | BREJO SANTO | 2480646 | IMTAVI | M | | 3 | 144.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230250 | BREJO SANTO | 2480646 | IMTAVI | M | | 7 | 336.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| CE | 230280 | CANINDE | 2527413 | HOSPITAL E MATERNIDADE REGIONAL SÃO FRANCISCO | M | | 10 | 480.000,00 | 1.147 GM/MS 07/06/2021 |
| CE | 230370 | CAUCAIA | 2562316 | HOSP MUN ABELARDO GADELHA DA ROCHA | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230370 | CAUCAIA | 2562316 | HOSP MUN ABELARDO GADELHA DA ROCHA | M | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| CE | 230410 | CRATEÚS | 2481073 | HOSPITAL SAO LUCAS | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| CE | 230410 | CRATEÚS | 2481073 | HOSPITAL SAO LUCAS | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230420 | CRATO | 2415461 | CASA DE SAUDE E MATERNIDADE SAO MIGUEL | M | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| CE | 230420 | CRATO | 2415488 | HOSPITAL E MATERNIDADE SAO FRANCISCO DE ASSIS | M | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| CE | 230428 | EUSEBIO | 2611295 | HOSPITAL MUNICIPAL DOUTOR AMADEU SA | M | | 10 | 480.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 0086673 | HOSPITAL ESTADUAL LEONARDO DA VINCI | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 0086673 | HOSPITAL ESTADUAL LEONARDO DA VINCI | E | | 154 | 7.392.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 0086673 | HOSPITAL ESTADUAL LEONARDO DA VINCI | E | | 15 | 720.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2479214 | HM HOSPITAL DE MESSEJANA DR CARLOS ALBERTO STUDART GOMES | E | PCEP | 60 | 2.880.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2479214 | HM HOSPITAL DE MESSEJANA DR CARLOS ALBERTO STUDART GOMES | E | PCEP | 26 | 1.248.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2479907 | H J M A HOSPITAL JOSE MARTINIANO DE ALENCAR | E | PCEP | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2479907 | H J M A HOSPITAL JOSE MARTINIANO DE ALENCAR | E | PCEP | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2497654 | HGF HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA | E | PCEP | 32 | 1.536.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2497654 | HGF HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA | E | PCEP | 34 | 1.632.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2499363 | HGCC HOSPITAL GERAL DR CESAR CALS | E | PCEP | 10 | 480.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2499363 | HGCC HOSPITAL GERAL DR CESAR CALS | E | PCEP | 15 | 720.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2529149 | IJF INSTITUTO DR JOSE FROTA CENTRAL | M | | 30 | 1.440.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2529149 | IJF INSTITUTO DR JOSE FROTA CENTRAL | M | | 40 | 1.920.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2561417 | HOSPITAL SAO JOSE DE DOENCAS INFECCIOSAS | E | PCEP | 24 | 1.152.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2561492 | HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO | M | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2785900 | HOSPITAL GERAL DR WALDEMAR ALCANTARA | E | | 5 | 240.000,00 | 1.147 GM/MS 07/06/2021 |
| CE | 230540 | ICÓ | 2611309 | HOSPITAL REGIONAL DE ICO PREFEITO WALFRIDO MONTEIRO SOBRINHO | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| CE | 230550 | IGUATU | 2675536 | HOSPITAL MATERNIDADE AGENOR ARAUJO | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| CE | 230550 | IGUATU | 2675560 | HOSPITAL REGIONAL DE IGUATU | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230550 | IGUATU | 5292190 | HOSPITAL SAO VICENTE | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230640 | ITAPIPOCA | 0153087 | HOSPITAL REGIONAL DE ITAPIPOCA | M | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| CE | 230640 | ITAPIPOCA | 2552086 | HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230640 | ITAPIPOCA | 2552086 | HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO | M | | 10 | 480.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| CE | 230640 | ITAPIPOCA | 2552086 | HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO | M | | 17 | 816.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| CE | 230640 | ITAPIPOCA | 2552086 | HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO | M | | 3 | 144.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| CE | 230730 | JUAZEIRO DO NORTE | 6779522 | HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI | E | | 29 | 1.392.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| CE | 230730 | JUAZEIRO DO NORTE | 6779522 | HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI | E | | 32 | 1.536.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230760 | LIMOEIRO DO NORTE | 2527707 | HOSPITAL SAO RAIMUNDO | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| CE | 230760 | LIMOEIRO DO NORTE | 2527707 | HOSPITAL SAO RAIMUNDO | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230765 | MARACANAU | 2806215 | HOSPITAL MUNICIPAL DR JOAO ELISIO DE HOLANDA | M | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| CE | 230765 | MARACANAU | 2806215 | HOSPITAL MUNICIPAL DR JOAO ELISIO DE HOLANDA | M | | 20 | 960.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230770 | MARANGUAPE | 2554798 | HOSP MUNICIPAL DR ARGEU BRAGA HERBSTER | M | | 5 | 240.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 230770 | MARANGUAPE | 2554798 | HOSP MUNICIPAL DR ARGEU BRAGA HERBSTER | M | | 5 | 240.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| CE | 231130 | QUIXADA | 2328399 | HOSP E MATERNIDADE JESUS MARIA JOSE HMJMJ | M | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| CE | 231140 | QUIXERAMOBIM | 7061021 | HOSPITAL REGIONAL DO SERTAO CENTRAL | E | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| CE | 231140 | QUIXERAMOBIM | 7061021 | HOSPITAL REGIONAL DO SERTAO CENTRAL | E | | 32 | 1.536.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 231140 | QUIXERAMOBIM | 7061021 | HOSPITAL REGIONAL DO SERTAO CENTRAL | E | | 4 | 192.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| CE | 231160 | REDENÇÃO | 2664666 | HOSP MATERN PAULO SARASATE | M | | 5 | 240.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 231290 | SOBRAL | 0100358 | HOSPITAL DR FRANCISCO ALVES | M | | 15 | 720.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 231290 | SOBRAL | 0100358 | HOSPITAL DR FRANCISCO ALVES | M | | 5 | 240.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| CE | 231290 | SOBRAL | 0100358 | HOSPITAL DR FRANCISCO ALVES | M | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| CE | 231290 | SOBRAL | 3021114 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| CE | 231290 | SOBRAL | 3021114 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL | M | | 10 | 480.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| CE | 231290 | SOBRAL | 3021114 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL | M | | 10 | 480.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| CE | 231290 | SOBRAL | 6848710 | HOSPITAL REGIONAL NORTE | E | | 30 | 1.440.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 231290 | SOBRAL | 6848710 | HOSPITAL REGIONAL NORTE | E | | 20 | 960.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| CE | 231290 | SOBRAL | 6848710 | HOSPITAL REGIONAL NORTE | E | | 34 | 1.632.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| CE | 231330 | TAUÁ | 2328046 | HOSPITAL DR ALBERTO FEITOSA LIMA | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| CE | 231330 | TAUÁ | 2328046 | HOSPITAL DR ALBERTO FEITOSA LIMA | M | | 10 | 480.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| CE | 231340 | TIANGUÁ | 2560852 | HOSPITAL MATERNIDADE MADALENA NUNES | M | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| CE | 231340 | TIANGUÁ | 2560852 | HOSPITAL MATERNIDADE MADALENA NUNES | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| CE | 231340 | TIANGUÁ | 2560852 | HOSPITAL MATERNIDADE MADALENA NUNES | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| CE Total | | | | | | | 1068 | 51.264.000,00 | |
| DF | 530010 | BRASILIA | 0010456 | HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL | E | | 20 | 960.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 0010456 | HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL | E | | 20 | 960.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 0010464 | HRAN | E | | 10 | 480.000,00 | 557/GM /MS 26/03/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 0010472 | HRG | E | | 12 | 576.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 0010480 | HOSPITAL REGIONAL DE CEILANDIA | E | | 20 | 960.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 2672197 | HRSAM HOSPITAL REGIONAL DE SAMAMBAIA | E | | 7 | 336.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 3018520 | HOSPITAL SAO FRANCISCO | E | | 5 | 240.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 5717515 | HRSM | E | | 21 | 1.008.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 5717515 | HRSM | E | | 20 | 960.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 5717515 | HRSM | E | | 30 | 1.440.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 6243495 | HOME HOSPITAL ORTOPEDICO E MEDICINA ESPECIALIZADA | E | | 5 | 240.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 6243495 | HOME HOSPITAL ORTOPEDICO E MEDICINA ESPECIALIZADA | E | | 5 | 240.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 6243495 | HOME HOSPITAL ORTOPEDICO E MEDICINA ESPECIALIZADA | E | | 5 | 240.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 6730914 | HOSPITAL SAO MATEUS | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 6876617 | HOSPITAL DA CRIANCA DE BRASILIA JOSE ALENCAR HCB | E | | 10 | 480.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 7978642 | HOSPITAL DAHER LAGO SUL SA | E | | 8 | 384.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| DF | 530010 | BRASILIA | 7978642 | HOSPITAL DAHER LAGO SUL SA | E | | 20 | 960.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| DF Total | | | | | | | 228 | 10.944.000,00 | |
| ES | 320060 | ARACRUZ | 2770326 | HOSPITAL SAO CAMILO ARACRUZ | M | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| ES | 320060 | ARACRUZ | 2770326 | HOSPITAL SAO CAMILO ARACRUZ | M | | 4 | 192.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| ES | 320120 | CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 2485680 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320120 | CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 2485729 | HIFA HOSPITAL MATERNO INFANTIL FRANCISCO DE ASSIS | E | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| ES | 320120 | CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 2485729 | HIFA HOSPITAL MATERNO INFANTIL FRANCISCO DE ASSIS | E | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| ES | 320120 | CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 2485729 | HIFA HOSPITAL MATERNO INFANTIL FRANCISCO DE ASSIS | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320120 | CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 2485729 | HIFA HOSPITAL MATERNO INFANTIL FRANCISCO DE ASSIS | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| ES | 320120 | CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 2547821 | HOSPITAL EVANGELICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | E | | 10 | 480.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| ES | 320120 | CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 2547821 | HOSPITAL EVANGELICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | E | | 13 | 624.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| ES | 320150 | COLATINA | 2446030 | HOSPITAL E MATERNIDADE SILVIO AVIDOS | M | | 12 | 576.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| ES | 320150 | COLATINA | 2446030 | HOSPITAL E MATERNIDADE SILVIO AVIDOS | M | | 11 | 528.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320150 | COLATINA | 2446030 | HOSPITAL MATERNIDADE SILVIO AVIDOS | M | | 10 | 480.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| ES | 320150 | COLATINA | 2448424 | CASA DE SAUDE SANTA MARIA | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320150 | COLATINA | 2448521 | HOSPITAL SAO JOSE | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| ES | 320150 | COLATINA | 2448521 | HOSPITAL SAO JOSE | M | | 11 | 528.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320150 | COLATINA | 2448637 | SANTA CASA | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320150 | COLATINA | 2448637 | SANTA CASA | M | | 1 | 48.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| ES | 320230 | GUACUI | 2447029 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUACUI | E | | 12 | 576.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| ES | 320230 | GUACUI | 2447029 | SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUACUI | E | | 2 | 96.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| ES | 320230 | GUACUI | 2447029 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUACUI | E | | 8 | 384.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| ES | 320280 | ITAPEMIRIM | 6945368 | HECI ITAPEMIRIM | E | | 20 | 960.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| ES | 320280 | ITAPEMIRIM | 7336578 | HOSPITAL MATERNO INFANTIL MENINO JESUS | M | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| ES | 320320 | LINHARES | 0678627 | HOSPITAL LINHARES MEDICAL CENTER AS | E | | 20 | 960.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| ES | 320320 | LINHARES | 2465825 | HOSPITAL GERAL DE LINHARES HGL | M | | 12 | 576.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| ES | 320320 | LINHARES | 2465825 | HOSPITAL GERAL DE LINHARES HGL | M | | 8 | 384.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| ES | 320320 | LINHARES | 2465825 | HOSPITAL GERAL DE LINHARES HGL | M | | 14 | 672.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| ES | 320320 | LINHARES | 2465833 | HOSPITAL RIO DOCE | M | | 8 | 384.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320320 | LINHARES | 2465833 | HOSPITAL RIO DOCE | M | | 8 | 384.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| ES | 320460 | SANTA TEREZA | 2532190 | HOSPITAL MADRE REGINA PROTMANN | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320480 | SÃO JOSÉ DO CALÇADO | 2547317 | HOSPITAL SAO JOSE | M | | 17 | 816.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| ES | 320480 | SÃO JOSÉ DO CALÇADO | 2547317 | HOSPITAL SAO JOSE | M | | 11 | 528.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320490 | SAO MATEUS | 2550687 | HOSPITAL DR ROBERTO ARNIZAUT SILVARES | E | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| ES | 320490 | SAO MATEUS | 2550687 | HOSPITAL DR ROBERTO ARNIZAUT SILVARES | E | | 8 | 384.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ES | 320490 | SAO MATEUS | 2550687 | HOSPITAL DR ROBERTO ARNIZAUT SILVARES | E | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| ES | 320500 | SERRA | 2486199 | HOSPITAL DOUTOR DORIO SILVA | E | | 24 | 1.152.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320500 | SERRA | 2486199 | HOSPITAL DOUTOR DORIO SILVA | E | | 18 | 864.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| ES | 320500 | SERRA | 2486199 | HOSPITAL DR. DORIO SILVA | E | | 16 | 768.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| ES | 320500 | SERRA | 7257406 | HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES | E | | 3 | 144.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| ES | 320500 | SERRA | 7257406 | HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES | E | | 8 | 384.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| ES | 320500 | SERRA | 7257406 | HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES | E | | 17 | 816.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| ES | 320500 | SERRA | 7257406 | HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES | E | | 50 | 2.400.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320500 | SERRA | 7257406 | HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES | E | | 140 | 6.720.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| ES | 320520 | VILA VELHA | 2494442 | HOSPITAL EVANGÉLICO DE VILA VELHA | E | | 5 | 240.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| ES | 320520 | VILA VELHA | 2494442 | HOSPITAL EVANGÉLICO DE VILA VELHA | E | | 5 | 240.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| ES | 320520 | VILA VELHA | 2546957 | HOSPITAL ANTONIO BEZERRA DE FARIAS | E | | 6 | 288.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| ES | 320520 | VILA VELHA | 5417139 | CENTRO MEDICO HOSPITALAR DE VILA VELHA S A | E | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| ES | 320520 | VILA VELHA | 2494442 | HOSPITAL EVANGELICO DE VILA VELHA | E | | 4 | 192.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320520 | VILA VELHA | 2494442 | HOSPITAL EVANGELICO DE VILA VELHA | E | | 15 | 720.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| ES | 320520 | VILA VELHA | 2546957 | HOSPITAL ANTONIO BEZERRA DE FARIAS | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320520 | VILA VELHA | 3537943 | HSM LTDA | E | | 9 | 432.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320520 | VILA VELHA | 3537943 | HSM LTDA | E | | 10 | 480.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| ES | 320520 | VILA VELHA | 3537943 | HSM LTDA | E | | 20 | 960.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| ES | 320520 | VILA VELHA | 5417139 | CENTRO MEDICO HOSPITALAR DE VILA VELHA S A | E | | 40 | 1.920.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| ES | 320520 | VILA VELHA | 7530706 | HOSPITAL ESTADUAL DE VILA VELHA | E | | 19 | 912.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| ES | 320520 | VILA VELHA | 7530706 | HOSPITAL ESTADUAL DE VILA VELHA | E | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320530 | VITORIA | 0011738 | HOSPITAL SANTA RITA DE CASSIA VITORIA | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| ES | 320530 | VITORIA | 0011746 | HOSPITAL SANTA CASA DE VITORIA | E | | 12 | 576.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| ES | 320530 | VITORIA | 0011746 | HOSPITAL SANTA CASA DE VITORIA | E | | 2 | 96.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| ES | 320530 | VITORIA | 0011746 | HOSPITAL SANTA CASA DE VITORIA | E | | 5 | 240.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| ES | 320530 | VITORIA | 0548650 | HOSPITAL VITORIA | E | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| ES | 320530 | VITORIA | 4044916 | HOSPITAL UNIVERSITARIO CASSIANO ANTONIO MORAES HUCAM | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| ES | 320530 | VITORIA | 6559131 | HOSPITAL ESTADUAL | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| ES | 320530 | VITORIA | 6559131 | HOSPITAL ESTADUAL | E | | 5 | 240.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| ES | 320530 | VITORIA | 7621442 | HOSPITAL ESTADUAL DE URGENCIA E EMERGENCIA | E | | 30 | 1.440.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| ES Total | | | | | | | 878 | 42.144.000,00 | |
| GO | 520110 | ANÁPOLIS | 3771962 | HOSPITAL DE URGENCIAS DR HENRIQUE SANTILLO | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| GO | 520140 | APARECIDA DE GOIANIA | 9680977 | HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP | M | | 50 | 2.400.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| GO | 520140 | APARECIDA DE GOIANIA | 2589737 | HOSPITAL GARAVELO | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 520140 | APARECIDA DE GOIANIA | 2589737 | HOSPITAL GARAVELO | M | | 5 | 240.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| GO | 520140 | APARECIDA DE GOIANIA | 2589737 | HOSPITAL GARAVELO | M | | 13 | 624.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| GO | 520140 | APARECIDA DE GOIANIA | 9680977 | HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP | M | | 10 | 480.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| GO | 520140 | APARECIDA DE GOIANIA | 9680977 | HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP | M | | 30 | 1.440.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| GO | 520140 | APARECIDA DE GOIANIA | 9680977 | HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP | M | | 30 | 1.440.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 520140 | APARECIDA DE GOIANIA | 9680977 | HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP | M | | 50 | 2.400.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| GO | 520510 | CATALÃO | 2442604 | HOSPITAL NASR FAIAD | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 520510 | CATALÃO | 2442612 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CATALAO | M | | 8 | 384.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 520800 | FORMOSA | 2534967 | HOSPITAL REGIONAL DE FORMOSA DR CESAR SAAD FAYAD | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| GO | 520800 | FORMOSA | 2534967 | HOSPITAL REGIONAL DE FORMOSA DR CESAR SAAD FAYAD | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 0024074 | HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL CELIA CAMARA | M | | 29 | 1.392.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 0024074 | HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL CELIA CAMARA | M | | 53 | 2.544.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 0086126 | HOSPITAL DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS DE GOIANIA | E | | 50 | 2.400.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 0086126 | HOSPITAL DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS DE GOIANIA | E | | 50 | 2.400.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 2337800 | HOSPITAL JACOB FACURI | M | | 7 | 336.000,00 | 472/GM/MS 17/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 2337800 | HOSPITAL JACOB FACURI | M | | 16 | 768.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 2338351 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GOIANIA | M | | 3 | 144.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 2338424 | HOSPITAL DAS CLINICAS | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 2338424 | HOSPITAL DAS CLINICAS | M | | 30 | 1.440.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 2338424 | HOSPITAL DAS CLINICAS | M | | 30 | 1.440.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 2339110 | GASTRO SALUSTIANO HOSPITAL | M | | 27 | 1.296.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 2339110 | GASTRO SALUSTIANO HOSPITAL | M | | 32 | 1.536.000,00 | 472/GM/MS 17/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 2339234 | HOSPITAL RUY AZEREDO | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 2339234 | HOSPITAL RUY AZEREDO | M | | 10 | 480.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 2506661 | HOSPITAL ESTADUAL DE DOENCAS TROPICAIS DR ANUAR AUAD | E | PCEP | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 2518155 | HOSPITAL RENAISSANCE LTDA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 2519208 | HOSPITAL ORTOPEDICO DE GOIANIA GERALDO PEDRA | M | | 7 | 336.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 2673932 | CRER | M | | 20 | 960.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 3051625 | CLINICA DO ESPORTE ORTOPEDIA FRAT E FISIOTERAPIA LTDA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 7743068 | HOSPITAL DE URGENCIAS GOV OTAVIO LAGE DE SIQUEIRA HUGOL | E | PCEP | 13 | 624.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 520870 | GOIÂNIA | 7743068 | HOSPITAL DE URGENCIAS GOV OTAVIO LAGE DE SIQUEIRA HUGOL | E | PCEP | 14 | 672.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| GO | 520890 | GOIÁS | 2343525 | HOSPITAL DE CARIDADE SAO PEDRO DALCANTARA | M | | 5 | 240.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| GO | 521150 | ITUMBIARA | 2589265 | HOSPITAL REGIONAL DE ITUMBIARA SAO MARCOS | E | | 8 | 384.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| GO | 521150 | ITUMBIARA | 2589265 | HOSPITAL REGIONAL DE ITUMBIARA SAO MARCOS | E | | 22 | 1.056.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| GO | 521150 | ITUMBIARA | 2589265 | HOSPITAL REGIONAL DE ITUMBIARA SAO MARCOS | E | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| GO | 521150 | ITUMBIARA | 2789647 | HOSPITAL MUNICIPAL MODESTO DE CARVALHO | M | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| GO | 521180 | JARAGUÁ | 2361949 | HOSPITAL ESTADUAL DE JARAGUA SANDINO DE AMORIM | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 521190 | JATAÍ | 2535556 | HOSPITAL DAS CLINICAS DR SERAFIM DE CARVALHO | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| GO | 521190 | JATAÍ | 2535556 | HOSPITAL DAS CLINICAS DR SERAFIM DE CARVALHO | E | | 10 | 480.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| GO | 521190 | JATAÍ | 2535556 | HOSPITAL DAS CLINICAS DR SERAFIM DE CARVALHO | E | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| GO | 521250 | LUZIÂNIA | 2340194 | HOSPITAL REGIONAL DE LUZIANIA | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 521250 | LUZIÂNIA | 2340194 | HOSPITAL REGIONAL DE LUZIANIA | E | | 20 | 960.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| GO | 521310 | MINEIROS | 8013543 | HOSPITAL MUNICIPAL DR EVARISTO VILELA MACHADO | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| GO | 521310 | MINEIROS | 8013543 | HOSPITAL MUNICIPAL DR EVARISTO VILELA MACHADO | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 521880 | RIO VERDE | 2340690 | HOSPITAL MUNICIPAL DE RIO VERDE GOIAS | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| GO | 521880 | RIO VERDE | 2340690 | HOSPITAL MUNICIPAL DE RIO VERDE GOIAS | M | | 15 | 720.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| GO | 522010 | SÃO LUÍS DE MONTES BELOS | 3912140 | HOSPITAL VITAL | M | | 9 | 432.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| GO | 522010 | SÃO LUIS DE MONTES BELOS | 2382474 | HOSPITAL REGIONAL DE S LUIS DE MONTES BELOS DR GERALDO LANDO | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| GO | 522010 | SÃO LUIS DE MONTES BELOS | 2382474 | HOSPITAL REGIONAL DE S LUIS DE MONTES BELOS DR GERALDO LANDO | E | | 5 | 240.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| GO | 522140 | TRINDADE | 5095808 | HOSPITAL DE URGENCIAS DE TRINDADE WALDA FERREIRA DOS SANTOS | E | | 10 | 480.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| GO | 522160 | URUAÇU | 0547484 | HOSPITAL DE ENFRENTAMENTO AO COVID DO CENTRO NORTE GOIANO | E | | 20 | 960.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| GO | 522160 | URUAÇU | 0547484 | HOSPITAL DE ENFRENTAMENTO AO COVID DO CENTRO NORTE GOIANO | E | | 40 | 1.920.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| GO Total | | | | | | | 901 | 43.248.000,00 | |
| MA | 210120 | BACABAL | 2458055 | HOSPITAL MARIA SOCORRO BRANDAO | M | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| MA | 210120 | BACABAL | 2460262 | HOSPITAL REGIONAL LAURA VASCONCELOS | E | | 5 | 240.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MA | 210120 | BACABAL | 2460262 | HOSPITAL REGIONAL LAURA VASCONCELOS | E | | 6 | 288.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| MA | 210140 | BALSAS | 9336508 | HOSPITAL REGIONAL DE BALSAS | E | | 6 | 288.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MA | 210140 | BALSAS | 9336508 | HOSPITAL REGIONAL DE BALSAS | E | | 12 | 576.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| MA | 210300 | CAXIAS | 3388301 | COMPLEXO HOSPITALAR GENTIL FILHO | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MA | 210300 | CAXIAS | 7891067 | HOSPITAL REGIONAL DE CAXIAS DR EVERALDO FERREIRA ARAGAO | E | | 6 | 288.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| MA | 210300 | CAXIAS | 7891067 | HOSPITAL REGIONAL DE CAXIAS DR EVERALDO FERREIRA ARAGAO | E | | 8 | 384.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MA | 210300 | CAXIAS | 7891067 | HOSPITAL REGIONAL DE CAXIAS DR EVERALDO FERREIRA ARAGAO | E | | 8 | 384.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| MA | 210320 | CHAPADINHA | 9613374 | HOSPITAL REGIONAL DE CHAPADINHA | E | | 12 | 576.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MA | 210360 | COROATA | 7088302 | HOSPITAL REGIONAL ALEXANDRE MAMEDE TROVAO DE COROATA | E | | 12 | 576.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| MA | 210480 | GRAJAÚ | 0145602 | UTI GRAJAU | M | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MA | 210530 | IMPERATRIZ | 2452383 | HRMI HOSPITAL REGIONAL MATERNO INFANTIL DE IMPERATRIZ | E | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MA | 210530 | IMPERATRIZ | 9065768 | HOSPITAL MACRORREGIONAL DRA RUTH NOLETO | E | | 30 | 1.440.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| MA | 210530 | IMPERATRIZ | 9065768 | HOSPITAL MACRORREGIONAL DRA RUTH NOLETO | E | | 1 | 48.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| MA | 210570 | LAGO DA PEDRA | 0188425 | HOSPITAL REGIONAL DR RUBENS JORGE | E | | 4 | 192.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| MA | 210570 | LAGO DA PEDRA | 0188425 | HOSPITAL REGIONAL DR RUBENS JORGE | E | | 1 | 48.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MA | 210860 | PINHEIRO | 2310511 | HOSPITAL REGIONAL DR ANTENOR ABREU | M | | 5 | 240.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| MA | 210860 | PINHEIRO | 7826060 | HOSPITAL REGIONAL DA BAIXADA MARANHENSE DR JACKSON LAGO | E | | 1 | 48.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MA | 210860 | PINHEIRO | 7826060 | HOSPITAL REGIONAL DA BAIXADA MARANHENSE DR JACKSON LAGO | E | | 3 | 144.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| MA | 210860 | PINHEIRO | 7826060 | HOSPITAL REGIONAL DA BAIXADA MARANHENSE DR JACKSON LAGO | E | | 6 | 288.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| MA | 210860 | PINHEIRO | 7826060 | HOSPITAL REGIONAL DA BAIXADA MARANHENSE DR JACKSON LAGO | E | | 4 | 192.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MA | 210860 | PINHEIRO | 7826060 | HOSPITAL REGIONAL DA BAIXADA MARANHENSE DR JACKSON LAGO | E | | 6 | 288.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| MA | 210910 | PRESIDENTE DUTRA | 6483089 | HOSPITAL DE URGENCIA E EMERGENCIA DE PRESIDENTE DUTRA | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MA | 210990 | SANTA INÊS | 9077413 | HOSPITAL REGIONAL TOMAS MARTINS | E | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| MA | 210990 | SANTA INÊS | 9077413 | HOSPITAL REGIONAL TOMAS MARTINS | E | | 10 | 480.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MA | 211003 | SANTA LUZIA DO PARUA | 2311313 | HOSPITAL REGIONAL DE SANTA LUZIA DO PARUA | E | | 8 | 384.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| MA | 211003 | SANTA LUZIA DO PARUA | 2311313 | HOSPITAL REGIONAL DE SANTA LUZIA DO PARUA | E | | 2 | 96.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| MA | 211130 | SAO LUIS | 0180637 | HOSPITAL DR RAIMUNDO LIMA SLZ | E | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MA | 211130 | SAO LUIS | 2309254 | MATERNIDADE DE ALTA COMPLEXIDADE DO MARANHAO | E | | 6 | 288.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| MA | 211130 | SAO LUIS | 2309254 | MATERNIDADE DE ALTA COMPLEXIDADE DO MARANHAO | E | | 8 | 384.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MA | 211130 | SAO LUIS | 2309475 | HOSPITAL DR GENESIO REGO | E | | 8 | 384.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| MA | 211130 | SAO LUIS | 2309475 | HOSPITAL DR GENESIO REGO | E | | 12 | 576.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MA | 211130 | SAO LUIS | 2464594 | HOSPITAL DE REF EST DE ALTA COMPLEXIDADE DR CARLOS MACIEIRA | E | | 74 | 3.552.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| MA | 211130 | SAO LUIS | 2464594 | HOSPITAL DE REF EST DE ALTA COMPLEXIDADE DR CARLOS MACIEIRA | E | | 74 | 3.552.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| MA | 211130 | SAO LUIS | 2726653 | EBSERH HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SAO LUIS | M | | 20 | 960.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| MA | 211130 | SAO LUIS | 5446546 | HOSPITAL DE REFERENCIA COVID 19 HOSPITAL DA MULHER | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MA | 211130 | SAO LUIS | 9161449 | HOSPITAL DE CUIDADOS INTENSIVOS HCI | E | | 11 | 528.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| MA | 211130 | SAO LUIS | 9161449 | HOSPITAL DE CUIDADOS INTENSIVOS HCI | E | | 21 | 1.008.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MA | 211130 | SAO LUIS | 9161449 | HOSPITAL DE CUIDADOS INTENSIVOS HCI | E | | 41 | 1.968.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| MA | 211220 | TIMON | 2452782 | HOSPITAL REGIONAL ALARICO NUNES PACHECO | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MA | 211220 | TIMON | 2452782 | HOSPITAL REGIONAL ALARICO NUNES PACHECO | E | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| MA Total | | | | | | | 463 | 22.224.000,00 | |
| MG | 310120 | AIURUOCA | 2760681 | HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 310150 | ALÉM PARAÍBA | 2122677 | HOSPITAL SAO SALVADOR | E | | 5 | 240.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 310160 | ALFENAS | 2171945 | SANTA CASA DE ALFENAS | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 310160 | ALFENAS | 2171945 | SANTA CASA DE ALFENAS | M | | 20 | 960.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 310170 | ALMENARA | 2108992 | HOSPITAL DERALDO GUIMARAES | M | | 10 | 480.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 310340 | ARAÇUAI | 2134276 | HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO ARACUAI | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 310350 | ARAGUARI | 2145960 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ARAGUARI | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 310350 | ARAGUARI | 2145960 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ARAGUARI | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 310350 | ARAGUARI | 2145960 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ARAGUARI | M | | 10 | 480.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 310400 | ARAXÁ | 2164620 | SANTA SANTA CASA DE MISERICORDIA | M | | 7 | 336.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 310420 | ARCOS | 2168693 | SANTA CASA DE ARCOS | E | | 10 | 480.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| MG | 310490 | BAEPENDI | 2761106 | HOSPITAL CONEGO MONTE RASO | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 310560 | BARBACENA | 2098474 | HOSPITAL POLICLINICA E MATERNIDADE DE BARBACENA | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 310560 | BARBACENA | 2098938 | HOSPITAL IBIAPABA CEBAMS | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 310560 | BARBACENA | 2138875 | SANTA CASA MISERICORDIA BARBACENA | M | | 6 | 288.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 310560 | BARBACENA | 2138875 | SANTA CASA MISERICORDIA BARBACENA | M | | 4 | 192.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 0027014 | SANTA CASA DE BELO HORIZONTE | M | | 20 | 960.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 0027863 | HOSPITAL RISOLETA TOLENTINO NEVES | M | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 7866801 | HOSPITAL METROPOLITANO DOUTOR CELIO DE CASTRO HMDCC | M | | 5 | 240.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 7866801 | HOSPITAL METROPOLITANO DOUTOR CELIO DE CASTRO HMDCC | M | | 10 | 480.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 0026808 | HOSPITAL EVANGELICO DE BELO HORIZONTE | M | | 6 | 288.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 0026840 | COMPLEXO HOSPITALAR SAO FRANCISCO | M | | 8 | 384.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 0027014 | SANTA CASA DE BELO HORIZONTE | M | | 15 | 720.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 0027014 | SANTA CASA DE BELO HORIZONTE | M | | 16 | 768.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 0027014 | SANTA CASA DE BELO HORIZONTE | M | | 60 | 2.880.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 0027022 | HOSPITAL JULIA KUBITSCHEK | M | | 9 | 432.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 0027022 | HOSPITAL JULIA KUBITSCHEK | M | | 29 | 1.392.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 0027863 | HOSPITAL RISOLETA TOLENTINO NEVES | M | | 9 | 432.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 2181770 | HOSPITAL EDUARDO DE MENEZES | M | | 20 | 960.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 2192896 | HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS HOB | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 2192896 | HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS HOB | M | | 21 | 1.008.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 2200457 | ASSOCIACAO MARIO PENNA | M | | 5 | 240.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 2200457 | ASSOCIACAO MARIO PENNA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 2200457 | ASSOCIACAO MARIO PENNA | M | | 5 | 240.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 2695324 | HOSPITAL DA BALEIA | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 7866801 | HOSPITAL METROPOLITANO DOUTOR CELIO DE CASTRO HMDCC | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 7866801 | HOSPITAL METROPOLITANO DOUTOR CELIO DE CASTRO HMDCC | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 7866801 | HOSPITAL METROPOLITANO DOUTOR CELIO DE CASTRO HMDCC | M | | 10 | 480.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 310670 | BETIM | 2126494 | HOSPITAL PUBLICO REGIONAL PREFEITO OSVALDO REZENDE FRANCO | M | | 70 | 3.360.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 310670 | BETIM | 2126494 | HOSPITAL PUBLICO REGIONAL PREFEITO OSVALDO REZENDE FRANCO | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 310670 | BETIM | 2126494 | HOSPITAL PUBLICO REGIONAL PREFEITO OSVALDO REZENDE FRANCO | M | | 20 | 960.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| MG | 310670 | BETIM | 2126494 | HOSPITAL PUBLICO REGIONAL PREFEITO OSVALDO REZENDE FRANCO | M | | 30 | 1.440.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| MG | 310710 | BOA ESPERANÇA | 2775972 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BOA ESPERANCA | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 310740 | BOM DESPACHO | 2168707 | HOSP SANTA CASA DE BOM DESPACHO | M | | 4 | 192.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 310740 | BOM DESPACHO | 2168707 | HOSP SANTA CASA DE BOM DESPACHO | M | | 16 | 768.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 311120 | CAMPO BELO | 2192020 | SANTA CASA DE CAMPO BELO | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 311230 | CAPELINHA | 2135124 | FUNDACAO HOSPITALAR SAO VICENTE DE PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 311330 | CARANGOLA | 2114267 | HOSPITAL EVANGELICO DE CARANGOLA | E | | 6 | 288.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 311330 | CARANGOLA | 2114267 | HOSPITAL EVANGELICO DE CARANGOLA | E | | 6 | 288.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 311340 | CARATINGA | 6697054 | CASU IRMA DENISE | M | | 30 | 1.440.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| MG | 311340 | CARATINGA | 6697054 | CASU IRMA DENISE | M | | 40 | 1.920.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| MG | 311530 | CATAGUASES | 2098911 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CATAGUASES | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 311800 | CONGONHAS | 2172259 | HOSPITAL BOM JESUS | M | | 10 | 480.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 311830 | CONSELHEIRO LAFAIETE | 0107689 | HOSPITAL MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE | M | | 4 | 192.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 311830 | CONSELHEIRO LAFAIETE | 0107689 | HOSPITAL MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE | M | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | 311830 | CONSELHEIRO LAFAIETE | 2098326 | HOSPITAL E MATERNIDADE SAO JOSE | M | | 17 | 816.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 311860 | CONTAGEM | 2200473 | HOSPITAL MUNICIPAL DE CONTAGEM | M | | 31 | 1.488.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 311860 | CONTAGEM | 2200473 | HOSPITAL MUNICIPAL DE CONTAGEM | M | | 39 | 1.872.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 311860 | CONTAGEM | 2200473 | HOSPITAL MUNICIPAL DE CONTAGEM | M | | 10 | 480.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| MG | 311940 | CORONEL FABRICIANO | 7082886 | HOSPITAL DR JOSE MARIA MORAIS | M | | 10 | 480.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 311940 | CORONEL FABRICIANO | 7082886 | HOSPITAL DR JOSE MARIA MORAIS | M | | 10 | 480.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 311940 | CORONEL FABRICIANO | 7082886 | HOSPITAL DR JOSÉ MARIA MORAIS | M | | 10 | 480.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| MG | 312090 | CURVELO | 2148293 | HOSPITAL IMACULADA CONCEICAO | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 312090 | CURVELO | 2148293 | HOSPITAL IMACULADA CONCEIÇÃO | M | | 5 | 240.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| MG | 312090 | CURVELO | 2178559 | HOSPITAL SANTO ANTONIO | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 312090 | CURVELO | 2178559 | HOSPITAL SANTO ANTONIO | M | | 5 | 240.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 312090 | CURVELO | 2178559 | HOSPITAL SANTO ANTONIO | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 312160 | DIAMANTINA | 2135132 | SANTA CASA DE CARIDADE | M | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 312230 | DIVINÓPOLIS | 2159252 | HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS | M | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 312510 | EXTREMA | 2127881 | HOSPITAL E MATERN SAO LUCAS DE EXTREMA | E | | 5 | 240.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 312610 | FORMIGA | 2142376 | HOSPITAL SAO LUIZ DE FORMIGA | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 312610 | FORMIGA | 2142376 | HOSPITAL SAO LUIZ DE FORMIGA | M | | 5 | 240.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 312770 | GOVERNADOR VALADARES | 2118661 | HOSPITAL BOM SAMARITANO | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 312770 | GOVERNADOR VALADARES | 2118661 | HOSPITAL BOM SAMARITANO | M | | 18 | 864.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 312770 | GOVERNADOR VALADARES | 2222043 | HOSPITAL MUNICIPAL | M | | 30 | 1.440.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 312800 | GUANHÃES | 2144530 | HOSPITAL REGIONAL IMACULADA CONCEICAO | M | | 10 | 480.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 312870 | GUAXUPE | 2796449 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUAXUPE | M | | 3 | 144.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| MG | 312870 | GUAXUPE | 2796449 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUAXUPE | M | | 5 | 240.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 312870 | GUAXUPE | 2796449 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUAXUPE | M | | 9 | 432.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 312980 | IBIRITE | 6892256 | HOSPITAL E MATERNIDADE REGIONAL DE IBIRITE | M | | 20 | 960.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| MG | 313130 | IPATINGA | 2193310 | HOSPITAL MUNICIPAL ELIANE MARTINS | M | | 7 | 336.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 313130 | IPATINGA | 2193310 | HOSPITAL MUNICIPAL ELIANE MARTINS | M | | 13 | 624.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 313130 | IPATINGA | 2193310 | HOSPITAL MUNICIPAL ELIANE MARTINS | M | | 10 | 480.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| MG | 313130 | IPATINGA | 2205440 | HOSPITAL MARCIO CUNHA | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 313130 | IPATINGA | 2205440 | HOSPITAL MARCIO CUNHA | M | | 15 | 720.000,00 | 568/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 313170 | ITABIRA | 2218690 | FSFX O S S HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS CHAGAS | M | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 313170 | ITABIRA | 2218690 | FSFX O S S HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS CHAGAS | M | | 10 | 480.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| MG | 313240 | ITAJUBA | 2127687 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAJUBA | M | | 8 | 384.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 313240 | ITAJUBA | 2127687 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAJUBA | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 313240 | ITAJUBA | 2208857 | AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 313240 | ITAJUBA | 2208857 | AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 313240 | ITAJUBA | 2208857 | AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA | M | | 15 | 720.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 313240 | ITAJUBA | 2208857 | AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA | M | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MG | 313310 | ITANHANDÚ | 2764792 | CASA DE CARIDADE DE ITANHANDU | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 313330 | ITAOBIM | 2139073 | HOSPITAL VALE DO JEQUITINHONHA | M | | 4 | 192.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 313330 | ITAOBIM | 2139073 | HOSPITAL VALE DO JEQUITINHONHA | M | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 313380 | ITAUNA | 2105780 | HOSPITAL MANOEL GONCALVES | M | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| MG | 313380 | ITAUNA | 2105780 | HOSPITAL MANOEL GONCALVES | M | | 2 | 96.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 313380 | ITAUNA | 2105780 | HOSPITAL MANOEL GONCALVES | M | | 8 | 384.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 313420 | ITUIUTABA | 0196495 | CMIN CENTRO DE MEDICINA INTENSIVA DE MINAS GERAIS | M | | 9 | 432.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 313420 | ITUIUTABA | 2200902 | HOSPITAL SAO JOSE | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 313510 | JANAUBA | 2205939 | FUNDAJAN | M | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| MG | 313510 | JANAUBA | 6920977 | HOSPITAL REGIONAL DE JANAUBA | M | | 2 | 96.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| MG | 313510 | JANAUBA | 6920977 | HOSPITAL REGIONAL DE JANAUBA | M | | 5 | 240.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 313510 | JANAUBA | 6920977 | HOSPITAL REGIONAL DE JANAUBA | M | | 13 | 624.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 313620 | JOAO MONLEVADE | 2709848 | HOSPITAL MARGARIDA | M | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| MG | 313630 | JOÃO PINHEIRO | 2101777 | HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO CARNEIRO VALADARES | M | | 10 | 480.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 2153084 | HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS | M | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 2153114 | IBG SAUDE | M | | 10 | 480.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 2221756 | HOSPITAL ANA NERY DE JUIZ DE FORA | M | | 8 | 384.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 2221756 | HOSPITAL ANA NERY DE JUIZ DE FORA | M | | 8 | 384.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 2221772 | HSVP JUIZ DE FORA | M | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 3019063 | HOSPITAL ALBERT SABIN | M | | 9 | 432.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 2111624 | HOSPITAL REGIONAL JOAO PENIDO | E | PCEP | 11 | 528.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 2153882 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JUIZ DE FORA | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 2208156 | HPS DR MOZART GERALDO TEIXEIRA | M | | 2 | 96.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 2208156 | HPS DR MOZART GERALDO TEIXEIRA | M | | 8 | 384.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 2218798 | HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UNIV FEDERAL DE JUIZ DE FORA | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 2218798 | HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UNIV FEDERAL DE JUIZ DE FORA | M | | 8 | 384.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 2221756 | HOSPITAL ANA NERY DE JUIZ DE FORA | M | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 2221756 | HOSPITAL ANA NERY DE JUIZ DE FORA | M | | 10 | 480.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 3013588 | HOSPITAL MONTE SINAI | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 3013588 | HOSPITAL MONTE SINAI | M | | 2 | 96.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | 3013588 | HOSPITAL MONTE SINAI | M | | 8 | 384.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 313720 | LAGOA DA PRATA | 2132877 | HOSPITAL SAO CARLOS | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 313760 | LAGOA SANTA | 2120542 | LAGOA SANTA HOSPITAL LINDOURO AVELAR | M | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MG | 313820 | LAVRAS | 2111659 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LAVRAS | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 313820 | LAVRAS | 2111659 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LAVRAS | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 313820 | LAVRAS | 2112175 | HOSPITAL VAZ MONTEIRO | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 313840 | LEOPOLDINA | 2122650 | CASA DE CARIDADE LEOPOLDINENSE | E | | 2 | 96.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 313840 | LEOPOLDINA | 2122650 | CASA DE CARIDADE LEOPOLDINENSE | E | | 15 | 720.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| MG | 313840 | LEOPOLDINA | 2122650 | CASA DE CARIDADE LEOPOLDINENSE | E | | 1 | 48.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MG | 313940 | MANHUAÇU | 2173166 | HOSPITAL CESAR LEITE | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 313940 | MANHUAÇU | 2173166 | HOSPITAL CESAR LEITE | M | | 20 | 960.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 313960 | MANTENA | 2099217 | HOSPITAL EVANGELICO DE MANTENA | M | | 1 | 48.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 313960 | MANTENA | 2099217 | HOSPITAL EVANGELICO DE MANTENA | M | | 5 | 240.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| MG | 314310 | MONTE CARMELO | 9847227 | HOSPITAL MUNICIPAL DE MONTE CARMELO | M | | 6 | 288.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 314310 | MONTE CARMELO | 9847227 | HOSPITAL MUNICIPAL DE MONTE CARMELO | M | | 14 | 672.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| MG | 314330 | MONTES CLAROS | 7366108 | HOSPITAL DAS CLINICAS DOUTOR MARIO RIBEIRO DA SILVEIRA | M | | 19 | 912.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| MG | 314330 | MONTES CLAROS | 9321330 | HOSPITAL PRO VIDA | M | | 10 | 480.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| MG | 314330 | MONTES CLAROS | 2149990 | HOSPITAL SANTA CASA DE MONTES CLAROS | M | | 5 | 240.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 314330 | MONTES CLAROS | 2149990 | HOSPITAL SANTA CASA DE MONTES CLAROS | M | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 314330 | MONTES CLAROS | 2149990 | HOSPITAL SANTA CASA DE MONTES CLAROS | M | | 9 | 432.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 314330 | MONTES CLAROS | 2219638 | HOSPITAL AROLDO TOURINHO | M | | 4 | 192.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 314330 | MONTES CLAROS | 2219638 | HOSPITAL AROLDO TOURINHO | M | | 6 | 288.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | 314330 | MONTES CLAROS | 2219646 | HOSPITAL DILSON GODINHO | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 314330 | MONTES CLAROS | 2219654 | HOSPITAL UNIVERSITARIO CLEMENTE DE FARIA | M | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 314330 | MONTES CLAROS | 2219654 | HOSPITAL UNIVERSITARIO CLEMENTE DE FARIA | M | | 14 | 672.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 314330 | MONTES CLAROS | 7366108 | HOSPITAL DAS CLINICAS DOUTOR MARIO RIBEIRO DA SILVEIRA | M | | 20 | 960.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 314390 | MURIAÉ | 2195453 | HOSPITAL DO CANCER DE MURIAE | E | | 5 | 240.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 314390 | MURIAÉ | 4042085 | CASA DE CARIDADE DE MURIAE HOSPITAL SAO PAULO | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 314390 | MURIAÉ | 4042085 | CASA DE CARIDADE DE MURIAE HOSPITAL SAO PAULO | E | | 7 | 336.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 314520 | NOVA SERRANA | 2143801 | HOSPITAL SAO JOSE DE NOVA SERRANA | M | | 17 | 816.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 314560 | OLIVEIRA | 2144298 | HOSPITAL SAO JUDAS TADEU DE OLIVEIRA | M | | 4 | 192.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 314560 | OLIVEIRA | 2144298 | HOSPITAL SAO JUDAS TADEU DE OLIVEIRA | M | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 314610 | OURO PRETO | 2163829 | OURO PRETO SANTA CASA DE OURO PRETO | M | | 5 | 240.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 314610 | OURO PRETO | 2163829 | OURO PRETO SANTA CASA DE OURO PRETO | M | | 15 | 720.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| MG | 314710 | PARA DE MINAS | 2206064 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO | M | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MG | 314710 | PARA DE MINAS | 2206064 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 314790 | PASSOS | 2775999 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS | E | | 5 | 240.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| MG | 314790 | PASSOS | 2775999 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 314790 | PASSOS | 2775999 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 314800 | PATOS DE MINAS | 2726726 | HOSPITAL REGIONAL ANTONIO DIAS | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 314810 | PATROCINIO | 2209187 | PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DOUTOR CARLOS AFONSO NUNES | M | | 10 | 480.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 314810 | PATROCINIO | 2209195 | HOSPITAL SANTA CASA DE PATROCINIO | M | | 9 | 432.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 314810 | PATROCINIO | 2209195 | HOSPITAL SANTA CASA DE PATROCINIO | M | | 9 | 432.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 314860 | PEÇANHA | 2103257 | HOSPITAL SANTO ANTONIO DE PECANHA | M | | 4 | 192.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| MG | 314860 | PEÇANHA | 2103257 | HOSPITAL SANTO ANTONIO DE PECANHA | M | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 315120 | PIRAPORA | 2119528 | HOSPITAL DR MOISES MAGALHAES FREIRE | M | | 10 | 480.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 315120 | PIRAPORA | 2119528 | HOSPITAL DR MOISES MAGALHAES FREIRE | M | | 1 | 48.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 315180 | POCOS DE CALDAS | 2129469 | SANTA CASA DE POCOS DE CALDAS | M | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MG | 315180 | POCOS DE CALDAS | 2129469 | SANTA CASA DE POCOS DE CALDAS | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 315180 | POCOS DE CALDAS | 2129566 | HOSPITAL SANTA LUCIA HOSPITAL DO CORAÇÃO | M | | 12 | 576.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| MG | 315180 | POCOS DE CALDAS | 2129566 | HOSPITAL SANTA LUCIA HOSPITAL DO CORACAO | M | | 18 | 864.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 315210 | PONTE NOVA | 2111640 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 315210 | PONTE NOVA | 2111640 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES | M | | 5 | 240.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 315210 | PONTE NOVA | 2111640 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES | M | | 5 | 240.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| MG | 315210 | PONTE NOVA | 2206382 | HOSPITAL ARNALDO GAVAZZA FILHO | M | | 3 | 144.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 315210 | PONTE NOVA | 2206382 | HOSPITAL ARNALDO GAVAZZA FILHO | M | | 11 | 528.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 315210 | PONTE NOVA | 2206382 | HOSPITAL ARNALDO GAVAZZA FILHO | M | | 6 | 288.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| MG | 315220 | PORTEIRINHA | 2205971 | SANTA CASA E HOSPITAL SAO VICENTE | M | | 5 | 240.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 315250 | POUSO ALEGRE | 2127989 | HOSPITAL DAS CLIN SAMUEL LIBANIO POUSO ALEGRE | M | | 20 | 960.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 315460 | RIBEIRÃO DAS NEVES | 2756749 | HOSPITAL MUNICIPAL SAO JUDAS TADEU | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 315580 | RIO POMBA | 2149419 | HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO RIO POMBA | E | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 315700 | SALINAS | 2204649 | HOSPITAL MUNICIPAL DR OSWALDO PREDILIANO SANTANA | M | | 10 | 480.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| MG | 315960 | SANTA RITA DO SAPUCAÍ | 2208822 | HOSPITAL ANTONIO MOREIRA DA COSTA STA RITA SAPUCAI | E | | 4 | 192.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 315960 | SANTA RITA DO SAPUCAÍ | 2208822 | HOSPITAL ANTONIO MOREIRA DA COSTA STA RITA SAPUCAI | E | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 315780 | SANTA LUZIA | 2164299 | HOSPITAL DE SAO JOAO DE DEUS | M | | 6 | 288.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 315780 | SANTA LUZIA | 2164299 | HOSPITAL DE SAO JOAO DE DEUS | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 316070 | SANTOS DUMONT | 2796562 | HOSPITAL DE SANTOS DUMONT | M | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| MG | 316210 | SÃO GOTARDO | 2100681 | HOSPITAL MUNICIPAL DE SAO GOTARDO | M | | 10 | 480.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| MG | 316250 | SÃO JOÃO DEL REI | 2161354 | SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SAO JOAO DEL REI | M | | 2 | 96.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 316250 | SÃO JOÃO DEL REI | 2161354 | SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SAO JOAO DEL REI | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 316250 | SÃO JOÃO DEL REI | 2161354 | SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SAO JOAO DEL REI | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 316250 | SÃO JOÃO DEL REI | 2173565 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS MERCES | M | | 3 | 144.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| MG | 316250 | SÃO JOÃO DEL REI | 2173565 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS MERCES | M | | 7 | 336.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 316250 | SÃO JOÃO DEL REI | 2173565 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS MERCES | M | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 316370 | SAO LOURENCO | 2764814 | CASA DE CARIDADE DE SAO LOURENCO | M | | 3 | 144.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MG | 316370 | SAO LOURENCO | 2764814 | CASA DE CARIDADE DE SAO LOURENCO | M | | 2 | 96.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| MG | 316370 | SAO LOURENCO | 2764814 | CASA DE CARIDADE DE SAO LOURENCO | M | | 6 | 288.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 316370 | SAO LOURENCO | 2764814 | CASA DE CARIDADE DE SAO LOURENCO | M | | 14 | 672.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 316470 | SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO | 2146525 | SANTA CASA DE PARAISO | M | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 316800 | TAIOBEIRAS | 2098369 | HOSPITAL SANTO ANTONIO | M | | 8 | 384.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 316800 | TAIOBEIRAS | 2098369 | HOSPITAL SANTO ANTONIO | M | | 2 | 96.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MG | 316860 | TEÓFILO OTONI | 2184834 | HOSPITAL BOM SAMARITANO | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 316860 | TEÓFILO OTONI | 2208172 | HOSPITAL SANTA ROSALIA | M | | 4 | 192.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MG | 316860 | TEÓFILO OTONI | 2208172 | HOSPITAL SANTA ROSALIA | M | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 316860 | TEÓFILO OTONI | 2210924 | HOSPITAL PHILADELFIA | M | | 17 | 816.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 316940 | TRES PONTAS | 2139200 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DO HOSP SAO FRANCISCO DE ASSIS | M | | 5 | 240.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| MG | 316940 | TRES PONTAS | 2139200 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DO HOSP SAO FRANCISCO DE ASSIS | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 316930 | TRÊS CORAÇÕES | 2760657 | HOSPITAL SAO SEBASTIAO | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 316930 | TRÊS CORAÇÕES | 2760657 | HOSPITAL SAO SEBASTIAO | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 316970 | TURMALINA | 2135108 | HOSPITAL SAO VICENTE TURMALINA | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 316990 | UBA | 2195437 | HOSPITAL SANTA ISABEL | E | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| MG | 316990 | UBA | 2195437 | HOSPITAL SANTA ISABEL | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 316990 | UBA | 2195437 | HOSPITAL SANTA ISABEL | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 317010 | UBERABA | 2206595 | HOSPITAL DE CLINICAS DA UFTM | M | | 10 | 480.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| MG | 317010 | UBERABA | 9141839 | HOSPITAL REGIONAL JOSE ALENCAR | M | | 15 | 720.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 317010 | UBERABA | 9141839 | HOSPITAL REGIONAL JOSE ALENCAR | M | | 25 | 1.200.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 317020 | UBERLANDIA | 2146355 | HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA | M | | 8 | 384.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| MG | 317020 | UBERLANDIA | 2146355 | HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA | M | | 8 | 384.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 317020 | UBERLANDIA | 2146355 | HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA | M | | 8 | 384.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 317020 | UBERLANDIA | 2146355 | HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA | M | | 9 | 432.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG | 317020 | UBERLANDIA | 2146355 | HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA | M | | 7 | 336.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| MG | 317020 | UBERLANDIA | 2151855 | HOSPITAL SANTA CATARINA ANEXO HMMDOLC | M | | 8 | 384.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 317020 | UBERLANDIA | 2151855 | HOSPITAL SANTA CATARINA ANEXO HMMDOLC | M | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 317020 | UBERLANDIA | 2151855 | HOSPITAL SANTA CATARINA ANEXO HMMDOLC | M | | 20 | 960.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 317020 | UBERLANDIA | 2151855 | HOSPITAL SANTA CATARINA ANEXO HMMDOLC | M | | 24 | 1.152.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 317020 | UBERLANDIA | 6601804 | HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL DR ODELMO LEAO CARNEIRO | M | | 20 | 960.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| MG | 317040 | UNAI | 0062197 | INTENSI LIFE | M | | 5 | 240.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | 317040 | UNAI | 0062197 | INTENSI LIFE | M | | 5 | 240.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MG | 317040 | UNAI | 2760924 | HOSPITAL MUNICIPAL DR JOAQUIM BROCHADO | M | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MG | 317070 | VARGINHA | 2761041 | HOSPITAL REGIONAL DO SUL DE MINAS | M | | 3 | 144.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 317070 | VARGINHA | 2761041 | HOSPITAL REGIONAL DO SUL DE MINAS | M | | 7 | 336.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MG | 317120 | VESPASIANO | 6856209 | HOSPITAL DE DEUS | M | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MG | 317130 | VICOSA | 2099438 | HOSPITAL SAO JOAO BATISTA | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 317130 | VICOSA | 2099454 | HOSPITAL SAO SEBASTIAO | M | | 7 | 336.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| MG | 317200 | VISCONDE DE RIO BRANCO | 2760843 | HOSPITAL SAO JOAO BATISTA | E | | 2 | 96.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MG Total | | | | | | | 2438 | 117.024.000,00 | |
| MS | 500100 | APARECIDA DO TABOADO | 7456530 | FUNDACAO HOSPITALAR ENFERMEIRO PEDRO FRANCISCO SOARES | M | | 5 | 240.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MS | 500100 | APARECIDA DO TABOADO | 7456530 | FUNDACAO HOSPITALAR ENFERMEIRO PEDRO FRANCISCO SOARES | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MS | 500190 | BATAGUASSU | 2371782 | SANTA CASA DE BATAGUASSU | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MS | 500270 | CAMPO GRANDE | 0009717 | SANTA CASA | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MS | 500270 | CAMPO GRANDE | 0009725 | HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL | E | PCEP | 13 | 624.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MS | 500270 | CAMPO GRANDE | 0009725 | HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL | E | PCEP | 25 | 1.200.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| MS | 500270 | CAMPO GRANDE | 0009725 | HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL | E | PCEP | 35 | 1.680.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MS | 500270 | CAMPO GRANDE | 0009725 | HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL | E | PCEP | 12 | 576.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| MS | 500270 | CAMPO GRANDE | 2599856 | CLINICA DE CAMPO GRANDE SA | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MS | 500270 | CAMPO GRANDE | 2646773 | HOSPITAL ADVENTISTA DE CAMPO GRANDE UNIDADE MATRIZ | M | | 14 | 672.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MS | 500270 | CAMPO GRANDE | 2646773 | HOSPITAL ADVENTISTA DE CAMPO GRANDE UNIDADE MATRIZ | M | | 16 | 768.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MS | 500270 | CAMPO GRANDE | 3984338 | HOSPITAL GERAL EL KADRI LTDA | M | | 5 | 240.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MS | 500320 | CORUMBÁ | 2376334 | SANTA CASA DE CORUMBA | M | | 7 | 336.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MS | 500320 | CORUMBÁ | 2376334 | SANTA CASA DE CORUMBA | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MS | 500325 | COSTA RICA | 2375826 | FUNDACAO HOSPITALAR DE COSTA RICA | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MS | 500325 | COSTA RICA | 2375826 | FUNDACAO HOSPITALAR DE COSTA RICA | M | | 5 | 240.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MS | 500330 | COXIM | 6426190 | HOSPITAL REGIONAL DR ALVARO FONTOURA SILVA | M | | 5 | 240.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MS | 500330 | COXIM | 6426190 | HOSPITAL REGIONAL DR ALVARO FONTOURA SILVA | M | | 3 | 144.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| MS | 500370 | DOURADOS | 2371375 | HOSPITAL EVANGELICO DR SRA GOLDSBY KING | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MS | 500370 | DOURADOS | 2710935 | EBSERH HOSPITAL UNIVERSITARIO GRANDE DOURADOS | M | | 5 | 240.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MS | 500370 | DOURADOS | 2710935 | EBSERH HOSPITAL UNIVERSITARIO GRANDE DOURADOS | M | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MS | 500370 | DOURADOS | 3074889 | HOSPITAL SANTA RITA LTDA | M | | 5 | 240.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| MS | 500370 | DOURADOS | 5610044 | HOSPITAL DA VIDA | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MS | 500500 | JARDIM | 2558289 | HOSPITAL MARECHAL RONDON | M | | 6 | 288.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MS | 500570 | NAVIRAÍ | 2710498 | HOSPITAL MUNICIPAL DE NAVIRAI | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MS | 500620 | NOVA ANDRADINA | 2371243 | FUNDACAO SERVICOS DE SAUDE DE NOVA ANDRADINA FUNSAU NA | M | | 8 | 384.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| MS | 500630 | PARANAÍBA | 2375850 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PARANAIBA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MS | 500630 | PARANAÍBA | 2375850 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PARANAIBA | M | | 5 | 240.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| MS | 500660 | PONTA PORÃ | 2651610 | HOSPITAL REGIONAL DR JOSE DE SIMONE NETTO | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MS | 500660 | PONTA PORÃ | 2651610 | HOSPITAL REGIONAL DR JOSE DE SIMONE NETTO | E | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| MS | 500660 | PONTA PORÃ | 2651610 | HOSPITAL REGIONAL DR JOSE DE SIMONE NETTO | E | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MS | 500790 | SIDROLÂNDIA | 2370816 | SOCIEDADE BENEFICENTE DONA ELMIRIA SILVERIO BARBOSA | M | | 5 | 240.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| MS | 500830 | TRES LAGOAS | 2756951 | HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA | M | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MS | 500830 | TRES LAGOAS | 2756951 | HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA | M | | 5 | 240.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| MS | 500830 | TRES LAGOAS | 2756951 | HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA | M | | 5 | 240.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| MS | 500830 | TRES LAGOAS | 2756951 | HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MS Total | | | | | | | 320 | 15.360.000,00 | |
| MT | 510020 | ÁGUA BOA | 2473046 | HOSPITAL REGIONAL DE AGUA BOA | M | | 4 | 192.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| MT | 510020 | ÁGUA BOA | 2473046 | HOSPITAL REGIONAL DE AGUA BOA | M | | 6 | 288.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| MT | 510025 | ALTA FLORESTA | 3913899 | HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA RITA | M | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| MT | 510025 | ALTA FLORESTA | 3913899 | HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA RITA | M | | 4 | 192.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| MT | 510025 | ALTA FLORESTA | 3913899 | HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA RITA | M | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MT | 510025 | ALTA FLORESTA | 3913899 | HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA RITA | M | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MT | 510180 | BARRA DO GARÇAS | 2395886 | HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL MILTON PESSOA MORBECK | M | | 4 | 192.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MT | 510180 | BARRA DO GARÇAS | 2395886 | HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL MILTON PESSOA MORBECK | M | | 5 | 240.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MT | 510250 | CÁCERES | 2534460 | HOSPITAL REGIONAL DR ANTONIO FONTES | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MT | 510250 | CÁCERES | 2534460 | HOSPITAL REGIONAL DR ANTONIO FONTES | E | | 5 | 240.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MT | 510267 | CAMPO VERDE | 2396106 | HOSPITAL MUNICIPAL CORACAO DE JESUS | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MT | 510267 | CAMPO VERDE | 2396106 | HOSPITAL MUNICIPAL CORACAO DE JESUS | M | | 5 | 240.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| MT | 510340 | CUIABA | 2495015 | HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE CUIABA | M | | 20 | 960.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| MT | 510340 | CUIABA | 2495015 | HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE CUIABA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MT | 510340 | CUIABA | 2495015 | HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE CUIABA | M | | 55 | 2.640.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| MT | 510340 | CUIABA | 2655411 | HOSPITAL UNIVERSITARIO JULIO MULLER EBSERH | M | | 8 | 384.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MT | 510340 | CUIABA | 7349270 | HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO DE CUIABÁ | M | | 20 | 960.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| MT | 510340 | CUIABA | 7349270 | HOSPITAL MUNICIPAL SAO BENEDITO DE CUIABA | M | | 40 | 1.920.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| MT | 510340 | CUIABA | 9841903 | HOSPITAL ESTADUAL SANTA CASA | E | | 10 | 480.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| MT | 510340 | CUIABA | 9841903 | HOSPITAL ESTADUAL SANTA CASA | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MT | 510340 | CUIABA | 9841903 | HOSPITAL ESTADUAL SANTA CASA | E | | 15 | 720.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MT | 510340 | CUIABA | 9841903 | HOSPITAL ESTADUAL SANTA CASA | E | | 30 | 1.440.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| MT | 510515 | JUINA | 4069803 | HOSPITAL MUNICIPAL DE JUINA DR HIDEO SAKUNO | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MT | 510525 | LUCAS DO RIO VERDE | 2767953 | HOSPITAL SAO LUCAS LUCAS DO RIO VERDE | M | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| MT | 510622 | NOVA MUTUM | 0181277 | HOSPITAL REGIONAL HILDA STRENGER RIBEIRO | M | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| MT | 510622 | NOVA MUTUM | 0181277 | HOSPITAL REGIONAL HILDA STRENGER RIBEIRO | M | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MT | 510622 | NOVA MUTUM | 0181277 | HOSPITAL REGIONAL HILDA STRENGER RIBEIRO | M | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MT | 510642 | PEIXOTO DE AZEVEDO | 2699842 | HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO | M | | 10 | 480.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MT | 510704 | PRIMAVERA DO LESTE | 2397463 | HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LUCAS | M | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| MT | 510704 | PRIMAVERA DO LESTE | 2397463 | HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LUCAS | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MT | 510704 | PRIMAVERA DO LESTE | 2397463 | HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LUCAS | M | | 5 | 240.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| MT | 510704 | PRIMAVERA DO LESTE | 2397463 | HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LUCAS | M | | 3 | 144.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MT | 510704 | PRIMAVERA DO LESTE | 2397463 | HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LUCAS | M | | 7 | 336.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| MT | 510706 | QUERENCIA | 4070070 | HOSPITAL MUNICIPAL DE QUERENCIA | M | | 10 | 480.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MT | 510760 | RONDONOPOLIS | 2396866 | SANTA CASA DE RONDONOPOLIS | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MT | 510760 | RONDONOPOLIS | 2396866 | SANTA CASA DE RONDONOPOLIS | M | | 15 | 720.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MT | 510760 | RONDONOPOLIS | 2604434 | HOSPITAL REGIONAL IRMÃ ELZA GIOVANELLA | E | | 20 | 960.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| MT | 510760 | RONDONOPOLIS | 2604434 | HOSPITAL REG IRMA ELZA GIOVANELLA | E | | 10 | 480.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MT | 510790 | SINOP | 6085423 | HOSPITAL REGIONAL JORGE DE ABREU | E | | 5 | 240.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MT | 510790 | SINOP | 6085423 | HOSPITAL REGIONAL JORGE DE ABREU | E | | 14 | 672.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MT | 510790 | SINOP | 6085423 | HOSPITAL REGIONAL JORGE DE ABREU | E | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MT | 510795 | TANGARÁ DA SERRA | 2767384 | HOSPITAL MUNICIPAL ARLETE DAISY CICHETTI DE BRITO | M | | 10 | 480.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MT | 510840 | VARZEA GRANDE | 2391635 | HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE | M | | 10 | 480.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| MT | 510840 | VARZEA GRANDE | 6853781 | METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA | E | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| MT | 510840 | VARZEA GRANDE | 6853781 | METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA | E | | 19 | 912.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| MT | 510840 | VARZEA GRANDE | 6853781 | METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA | E | | 10 | 480.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| MT | 510840 | VARZEA GRANDE | 6853781 | METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA | E | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| MT | 510840 | VARZEA GRANDE | 6853781 | METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA | E | | 20 | 960.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| MT | 510840 | VARZEA GRANDE | 6853781 | METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA | E | | 40 | 1.920.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| MT Total | | | | | | | 590 | 28.320.000,00 | |
| PA | 150060 | ALTAMIRA | 5597501 | HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DA TRANSAMAZONICA | E | | 20 | 960.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PA | 150080 | ANANINDEUA | 2328798 | HOSPITAL DAS CLINICAS DE ANANINDEUA | M | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| PA | 150080 | ANANINDEUA | 6250564 | HOSPITAL MODELO DE ANANINDEUA | M | | 5 | 240.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PA | 150140 | BELEM | 0090301 | HOSPITAL RETAGUARDA DOM VICENTE ZICO | M | | 2 | 96.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| PA | 150140 | BELEM | 0090301 | HOSPITAL DE RETAGUARDA DOM VICENTE ZICO | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PA | 150140 | BELEM | 2332671 | HOSPITAL D LUIZ I | M | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| PA | 150140 | BELEM | 2332981 | HOSPITAL UNIVERSITARIO JOAO DE BARROS BARRETO | M | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| PA | 150140 | BELEM | 2333015 | HOSPITAL REDENTOR | M | | 9 | 432.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| PA | 150140 | BELEM | 2333031 | HOSPITAL DE CLINICAS GASPAR VIANA | E | | 17 | 816.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PA | 150140 | BELEM | 2752700 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA | E | | 30 | 1.440.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PA | 150140 | BELEM | 7486413 | HOSPITAL PUBLICO ESTADUAL GALILEU | E | | 8 | 384.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| PA | 150140 | BELEM | 9917322 | HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DR ABELARDO SANTOS | E | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| PA | 150140 | BELEM | 9917322 | HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DR ABELARDO SANTOS | E | | 85 | 4.080.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PA | 150170 | BRAGANÇA | 2678403 | HOSPITAL SANTO ANTONIO MARIA ZACCARIA | E | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PA | 150240 | CASTANHAL | 0007641 | ABSJ | E | | 12 | 576.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PA | 150270 | CONCEIÇAO DO ARAGUAIA | 2328992 | HOSPITAL REGIONAL DE CONCEICAO DO ARAGUAIA | E | | 12 | 576.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PA | 150360 | ITAITUBA | 0179817 | HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DO TAPAJOS ITAITUBA | E | | 75 | 3.600.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PA | 150420 | MARABA | 5599504 | HOSPITAL REGIONAL DO SUDESTE DO PARA DR GERALDO VELOSO | E | | 25 | 1.200.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PA | 150613 | REDENÇAO | 5498465 | HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DO ARAGUAIA | E | | 21 | 1.008.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PA | 150680 | SANTAREM | 5585422 | HOSPITAL REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS DO PA DR WALDEMAR PENNA | E | | 45 | 2.160.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| PA | 150810 | TUCURUI | 2621649 | HOSPITAL MUNICIPAL DE TUCURUI | M | | 5 | 240.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| PA Total | | | | | | | 426 | 20.448.000,00 | |
| PB | 250370 | CAJAZEIRAS | 2613476 | HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PB | 250370 | CAJAZEIRAS | 2613476 | HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS | E | | 6 | 288.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| PB | 250370 | CAJAZEIRAS | 2613476 | HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS | E | | 12 | 576.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| PB | 250400 | CAMPINA GRANDE | 0220337 | HOSPITAL DE CLINICAS DE CAMPINA GRANDE | E | | 15 | 720.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PB | 250400 | CAMPINA GRANDE | 0220337 | HOSPITAL DE CLINICAS DE CAMPINA GRANDE | E | | 45 | 2.160.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| PB | 250400 | CAMPINA GRANDE | 2362287 | INSTITUTO DE SAUDE ELPIDIO DE ALMEIDA | M | | 9 | 432.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PB | 250400 | CAMPINA GRANDE | 2363070 | HOSPITAL MUNICIPAL PEDRO I COVID 19 | M | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PB | 250400 | CAMPINA GRANDE | 2613743 | SAS | M | | 9 | 432.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| PB | 250400 | CAMPINA GRANDE | 2676060 | HOSPITAL UNIVERSITARIO ALCIDES CARNEIROUFCG | M | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| PB | 250750 | JOAO PESSOA | 0147907 | HOSPITAL PRONTOVIDA | M | | 4 | 192.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| PB | 250750 | JOAO PESSOA | 0147907 | HOSPITAL PRONTOVIDA | M | | 6 | 288.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| PB | 250750 | JOAO PESSOA | 0147907 | HOSPITAL PRONTOVIDA | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PB | 250750 | JOAO PESSOA | 2399555 | HOSPITAL MUNICIPAL SANTA ISABEL | M | | 20 | 960.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PB | 250750 | JOAO PESSOA | 2399555 | HOSPITAL MUNICIPAL SANTA ISABEL | M | | 30 | 1.440.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| PB | 250750 | JOAO PESSOA | 2399628 | COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA GOV TARCISIO BURITY | M | | 10 | 480.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| PB | 250750 | JOAO PESSOA | 2399717 | COMPLEXO DE DOENCAS INFECTO CONTAGIOSAS CLEMENTINO FRAGA | E | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| PB | 250750 | JOAO PESSOA | 2399717 | COMPLEXO DE DOENCAS INFECTO CONTAGIOSAS CLEMENTINO FRAGA | E | | 3 | 144.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| PB | 250750 | JOAO PESSOA | 2399717 | COMPLEXO DE DOENCAS INFECTO CONTAGIOSAS CLEMENTINO FRAGA | E | | 12 | 576.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PB | 250750 | JOAO PESSOA | 2593262 | HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA | E | | 25 | 1.200.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| PB | 250750 | JOAO PESSOA | 2707527 | MATERNIDADE FREI DAMIAO | E | | 12 | 576.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| PB | 250750 | JOAO PESSOA | 2707527 | MATERNIDADE FREI DAMIAO | E | | 2 | 96.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| PB | 250750 | JOAO PESSOA | 2707527 | MATERNIDADE FREI DAMIAO | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PB | 250890 | MAMANGUAPE | 7666772 | HOSPITAL GERAL DE MAMANGUAPE | E | PCEP | 10 | 480.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| PB | 251080 | PATOS | 2605473 | COMPLEXO HOSPITALAR DEP JANDUHY CARNEIRO | E | | 4 | 192.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| PB | 251080 | PATOS | 2605473 | COMPLEXO HOSPITALAR DEP JANDUHY CARNEIRO | E | | 16 | 768.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PB | 251080 | PATOS | 2605473 | COMPLEXO HOSPITALAR DEP JANDUHY CARNEIRO | E | | 12 | 576.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| PB | 251370 | SANTA RITA | 9467718 | HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSE MARIA PIRES | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PB | 251370 | SANTA RITA | 9467718 | HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSE MARIA PIRES | E | | 12 | 576.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| PB | 251370 | SANTA RITA | 9467718 | HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSE MARIA PIRES | E | | 20 | 960.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PB | 251370 | SANTA RITA | 9467718 | HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSÉ MARIA PIRES | E | | 12 | 576.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| PB Total | | | | | | | 371 | 17.808.000,00 | |
| PE | 260010 | AFOGADOS DA INGAZEIRA | 2428385 | HOSPITAL REGIONAL EMILIA CAMARA | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE | 260010 | AFOGADOS DA INGAZEIRA | 2428385 | HOSPITAL REGIONAL EMILIA CAMARA | E | | 10 | 480.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| PE | 260010 | AFOGADOS DA INGAZEIRA | 2428385 | HOSPITAL REGIONAL EMILIA CAMARA | E | | 10 | 480.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| PE | 260110 | ARARIPINA | 2639262 | HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE | 260110 | ARARIPINA | 2639262 | HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA | E | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| PE | 260110 | ARARIPINA | 2639262 | HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA | E | | 20 | 960.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| PE | 260110 | ARARIPINA | 2639262 | HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA | E | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| PE | 260120 | ARCOVERDE | 2551764 | HOSPITAL REGIONAL RUI DE BARROS CORREIA | E | | 8 | 384.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| PE | 260120 | ARCOVERDE | 2551764 | HOSPITAL REGIONAL RUI DE BARROS CORREIA | E | | 12 | 576.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| PE | 260120 | ARCOVERDE | 3369293 | HOSPITAL MEMORIAL ARCOVERDE LTDA | E | | 6 | 288.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| PE | 260190 | BEZERROS | 2344254 | HOSPITAL JESUS PEQUENINO | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE | 260190 | BEZERROS | 2344254 | HOSPITAL JESUS PEQUENINO | E | | 10 | 480.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| PE | 260290 | CABO DE SANTO AGOSTINHO | 6559379 | HOSPITAL DOM HELDER CAMARA | E | | 40 | 1.920.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| PE | 260410 | CARUARU | 5093619 | HOSPITAL MUNICIPAL DE CARUARU DR MANOEL AFONSO PORTO NETO | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PE | 260410 | CARUARU | 7498810 | HOSPITAL MESTRE VITALINO | E | | 10 | 480.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| PE | 260410 | CARUARU | 7498810 | HOSPITAL MESTRE VITALINO | E | | 10 | 480.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| PE | 260410 | CARUARU | 7498810 | HOSPITAL MESTRE VITALINO | E | | 20 | 960.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| PE | 260410 | CARUARU | 7498810 | HOSPITAL MESTRE VITALINO | E | | 30 | 1.440.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE | 260410 | CARUARU | 7498810 | HOSPITAL MESTRE VITALINO | E | | 20 | 960.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| PE | 260600 | GARANHUNS | 2702983 | HOSPITAL REGIONAL DOM MOURA | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE | 260640 | GRAVATÁ | 2435802 | H G G DR PAULO DA VEIGA PESSOA | M | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PE | 260790 | JABOATAO DOS GUARARAPES | 2319454 | HOSPITAL MEMORIAL GUARARAPES | E | | 20 | 960.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PE | 260790 | JABOATAO DOS GUARARAPES | 5356067 | HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO | M | | 20 | 960.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| PE | 260790 | JABOATAO DOS GUARARAPES | 5356067 | HOSPITAL MEMORIAL JABOATAO | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE | 260890 | LIMOEIRO | 7551584 | HOSPITAL DO VALE | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE | 260890 | LIMOEIRO | 7551584 | HOSPITAL DO VALE | E | | 10 | 480.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| PE | 260960 | OLINDA | 2344858 | MATERNIDADE BRITES DE ALBUQUERQUE | E | | 18 | 864.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE | 260960 | OLINDA | 2344858 | MATERNIDADE BRITES DE ALBUQUERQUE | E | | 42 | 2.016.000,00 | 1.147 GM/MS 07/06/2021 |
| PE | 260960 | OLINDA | 2344882 | HOSPITAL DO TRICENTENARIO | E | | 10 | 480.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| PE | 260990 | OURICURI | 2712040 | HOSPITAL REGIONAL FERNANDO BEZERRA | E | | 2 | 96.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| PE | 260990 | OURICURI | 2712040 | HOSPITAL REGIONAL FERNANDO BEZERRA | E | | 8 | 384.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PE | 261000 | PALMARES | 2428393 | HOSPITAL REGIONAL DE PALMARES DR SILVIO MAGALHAES | E | | 20 | 960.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| PE | 261070 | PAULISTA | 6431569 | HOSPITAL MIGUEL ARRAES | E | | 20 | 960.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| PE | 261110 | PETROLINA | 2430118 | NEUROCARDIO | E | | 7 | 336.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PE | 261110 | PETROLINA | 2430118 | NEUROCARDIO | E | | 8 | 384.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| PE | 261110 | PETROLINA | 6042414 | HU UNIVASF | M | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| PE | 261110 | PETROLINA | 6042414 | HU UNIVASF | M | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| PE | 261110 | PETROLINA | 7297394 | UPAE DR EMANUEL ALIRIO BRANDAO PETROLINA | E | | 20 | 960.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE | 261110 | PETROLINA | 7297394 | UPAE DR EMANUEL ALIRIO BRANDAO PETROLINA | E | | 10 | 480.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| PE | 261110 | PETROLINA | 9569723 | INSTITUTO MEMORIAL DO VALE | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0000396 | HOSPITAL DAS CLINICAS | E | | 8 | 384.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0000418 | HOSPITAL AGAMENON MAGALHAES | E | PCEP | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0000418 | HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES | E | PCEP | 6 | 288.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0000426 | HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS | E | PCEP | 30 | 1.440.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0000426 | HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS | E | PCEP | 15 | 720.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0000434 | IMIP | E | | 30 | 1.440.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0000477 | HOSPITAL OSWALDO CRUZ | E | PCEP | 20 | 960.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0000477 | HOSPITAL OSWALDO CRUZ | E | PCEP | 13 | 624.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0000566 | HOSPITAL MARIA LUCINDA | E | | 4 | 192.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0000566 | HOSPITAL MARIA LUCINDA | E | | 10 | 480.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0000582 | HOSPITAL DE CANCER DE PERNAMBUCO | E | | 20 | 960.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0000981 | HOSPITAL CORREIA PICANCO | E | PCEP | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0001120 | REAL HOSPITAL PORTUGUES | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0001120 | REAL HOSPITAL PORTUGUES | E | | 10 | 480.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0001120 | REAL HOSPITAL PORTUGUES | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0001120 | REAL HOSPITAL PORTUGUES | E | | 10 | 480.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0001120 | REAL HOSPITAL PORTUGUES | E | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0001120 | REAL HOSPITAL PORTUGUES | E | | 30 | 1.440.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0134252 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS | E | | 47 | 2.256.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0134252 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS | E | | 73 | 3.504.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0134252 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS | E | | 20 | 960.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0147028 | SOCIEDADE HOSPITALAR MARIA VITORIA | E | | 15 | 720.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0147028 | SOCIEDADE HOSPITALAR MARIA VITORIA | E | | 30 | 1.440.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0147028 | SOCIEDADE HOSPITALAR MARIA VITORIA | E | | 10 | 480.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0265500 | US 111 HOSPITAL EDUARDO CAMPOS DA PESSOA IDOSA DO RECIFE | M | | 70 | 3.360.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 2427427 | HOSPITAL BARAO DE LUCENA | E | PCEP | 8 | 384.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 2752808 | HOSPITAL EVANGELICO DE PERNAMBUCO | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 2752808 | HOSPITAL EVANGELICO DE PERNAMBUCO | E | | 10 | 480.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 2752808 | HOSPITAL EVANGELICO DE PERNAMBUCO | E | | 10 | 480.000,00 | 769/GM/MS 22/04/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 2802783 | HOSPITAL GETULIO VARGAS | E | PCEP | 10 | 480.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 3374599 | HOSPITAL SAO MARCOS | E | | 10 | 480.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 6683630 | HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DO O RECIFE | E | | 30 | 1.440.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 6683630 | HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DO O RECIFE | E | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 7958838 | US 444 HOSPITAL DA MULHER DO RECIFE DRA MERCES PONTES CUNHA | M | | 20 | 960.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 7958838 | US 444 HOSPITAL DA MULHER DO RECIFE DRA MERCES PONTES CUNHA | M | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| PE | 261220 | SALGUEIRO | 2356287 | HOSPITAL REGIONAL INACIO DE SA | E | | 20 | 960.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| PE | 261390 | SERRA TALHADA | 0226491 | HOSPITAL EDUARDO CAMPOS | E | | 10 | 480.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| PE | 261390 | SERRA TALHADA | 0226491 | HOSPITAL EDUARDO CAMPOS | E | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| PE | 261390 | SERRA TALHADA | 0226491 | HOSPITAL EDUARDO CAMPOS | E | | 20 | 960.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| PE | 261390 | SERRA TALHADA | 0226491 | HOSPITAL EDUARDO CAMPOS | E | | 30 | 1.440.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PE | 261390 | SERRA TALHADA | 2348489 | HOSPITAL PROFESSOR AGAMENON MAGALHAES | E | | 10 | 480.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| PE | 261640 | VITORIA DE SANTO ANTAO | 2712008 | HOSPITAL JOAO MURILO E POLICLINICA DE VITORIA | E | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| PE | 261640 | VITORIA DE SANTO ANTAO | 2712008 | HOSPITAL JOAO MURILO E POLICLINICA DE VITORIA | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PE Total | | | | | | | 1291 | 61.968.000,00 | |
| PI | 220190 | BOM JESUS | 2364816 | HOSP REG DE BOM JESUS | E | | 9 | 432.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| PI | 220390 | FLORIANO | 2365146 | HOSPITAL REGIONAL TIBERIO NUNES | M | | 5 | 240.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| PI | 220700 | OEIRAS | 2777762 | HOSP REG DEOLINDO COUTO | E | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| PI | 220770 | PARNAIBA | 8015899 | HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE | E | PCEP | 10 | 480.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| PI | 220770 | PARNAIBA | 8015899 | HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE | E | PCEP | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PI | 220770 | PARNAIBA | 8015899 | HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE | E | PCEP | 20 | 960.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| PI | 220800 | PICOS | 4009622 | HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ | E | PCEP | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PI | 220840 | PIRIPIRI | 2777746 | HOSP REG CHAGAS RODRIGUES | E | PCEP | 15 | 720.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| PI | 221060 | SAO RAIMUNDO NONATO | 2777649 | HOSP REG SEN CANDIDO FERRAZ | E | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| PI | 221060 | SAO RAIMUNDO NONATO | 2777649 | HOSP REG SEN CANDIDO FERRAZ | E | | 5 | 240.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| PI | 221060 | SAO RAIMUNDO NONATO | 2777649 | HOSP REG SEN CANDIDO FERRAZ | E | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| PI | 221100 | TERESINA | 2323338 | INSTITUTO DE DOENCAS TROPICAIS NATAN PORTELLA | M | | 30 | 1.440.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| PI | 221100 | TERESINA | 2323397 | MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA | M | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| PI | 221100 | TERESINA | 2323451 | HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE | M | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| PI | 221100 | TERESINA | 2323524 | HOSPITAL GERAL DO MONTE CASTELO | M | | 20 | 960.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| PI | 221100 | TERESINA | 2726971 | HOSPITAL GETULIO VARGAS | M | | 20 | 960.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| PI | 221100 | TERESINA | 2726971 | HOSPITAL GETULIO VARGAS | M | | 20 | 960.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PI | 221100 | TERESINA | 2726971 | HOSPITAL GETULIO VARGAS | M | | 30 | 1.440.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| PI | 221100 | TERESINA | 3285391 | HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI | M | | 30 | 1.440.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| PI | 221100 | TERESINA | 5828856 | UNIDADE DE URGENCIA DE TERESINA PROF ZENON ROCHA HUT | M | | 30 | 1.440.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| PI | 221100 | TERESINA | 5828856 | UNIDADE DE URGENCIA DE TERESINA PROF ZENON ROCHA HUT | M | | 18 | 864.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| PI Total | | | | | | | 332 | 15.936.000,00 | |
| PR | 410140 | APUCARANA | 2439360 | HNSG HOSPITAL DA PROVIDENCIA | M | | 10 | 480.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 410140 | APUCARANA | 2439360 | HNSG HOSPITAL DA PROVIDENCIA | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| PR | 410150 | ARAPONGAS | 2576341 | HONPAR HOSPITAL NORTE PARANAENSE | E | | 3 | 144.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 410150 | ARAPONGAS | 2576341 | HONPAR HOSPITAL NORTE PARANAENSE | E | | 7 | 336.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PR | 410150 | ARAPONGAS | 2576341 | HONPAR HOSPITAL NORTE PARANAENSE | E | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| PR | 410150 | ARAPONGAS | 2576341 | HONPAR HOSPITAL NORTE PARANAENSE | E | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 410150 | ARAPONGAS | 2576341 | HONPAR HOSPITAL NORTE PARANAENSE | E | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PR | 410150 | ARAPONGAS | 2576341 | HONPAR HOSPITAL NORTE PARANAENSE | E | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| PR | 410200 | ASSIS CHATEAUBRIAND | 4051165 | ASSOCIACAO HOSPITALAR BENEFICENTE MOACIR MICHELETTO | E | | 14 | 672.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 410200 | ASSIS CHATEAUBRIAND | 4051165 | ASSOCIACAO HOSPITALAR BENEFICENTE MOACIR MICHELETTO | E | | 14 | 672.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| PR | 410240 | BANDEIRANTES | 2577410 | SANTA CASA DE BANDEIRANTES | E | | 7 | 336.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| PR | 410370 | CAMBE | 2730650 | SANTA CASA DE CAMBE | E | | 5 | 240.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| PR | 410400 | CAMPINA GRANDE DO SUL | 0013633 | HOSPITAL ANGELINA CARON | E | | 20 | 960.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| PR | 410420 | CAMPO LARGO | 0013846 | HOSPITAL DO ROCIO | E | | 52 | 2.496.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| PR | 410430 | CAMPO MOURAO | 0014109 | HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICORDIA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 410430 | CAMPO MOURAO | 0014109 | HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICORDIA | M | | 7 | 336.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| PR | 410430 | CAMPO MOURAO | 0014109 | HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICORDIA | M | | 7 | 336.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | 410430 | CAMPO MOURAO | 0014125 | CENTER CLINICAS | M | | 5 | 240.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| PR | 410480 | CASCAVEL | 2738252 | HOSPITAL DO CORACAO | E | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 410480 | CASCAVEL | 2738368 | HOSPITAL UNIVERSITARIO DO OESTE DO PARANA | E | | 12 | 576.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| PR | 410480 | CASCAVEL | 2738368 | HOSPITAL UNIVERSITARIO DO OESTE DO PARANA | E | | 15 | 720.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 410480 | CASCAVEL | 2738368 | HOSPITAL UNIVERSITARIO DO OESTE DO PARANA | E | | 23 | 1.104.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| PR | 410480 | CASCAVEL | 2738368 | HOSPITAL UNIVERSITARIO DO OESTE DO PARANA | E | | 20 | 960.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| PR | 410480 | CASCAVEL | 9543767 | HOSPITAL MUNICIPAL DE RETAGUARDA ALLAN BRAME PINHO | E | | 14 | 672.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 410480 | CASCAVEL | 9543767 | HOSPITAL MUNICIPAL DE RETAGUARDA ALLAN BRAME PINHO | E | | 16 | 768.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 410540 | CHOPINZINHO | 7039344 | INSTITUTO SAO RAFAEL | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 410550 | CIANORTE | 2735989 | FUNDHOSPAR FUNDACAO HOSPITALAR DO PARANA | M | | 6 | 288.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 410590 | COLORADO | 2733307 | HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA CLARA | M | | 20 | 960.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 410640 | CORNÉLIO PROCÓPIO | 2577380 | CEGEN | E | | 5 | 240.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015245 | HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO MACKENZIE | M | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015245 | HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO MACKENZIE | M | | 30 | 1.440.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015245 | HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO MACKENZIE | M | | 33 | 1.584.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015334 | HOSPITAL SANTA CASA DE CURITIBA | M | | 15 | 720.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015334 | HOSPITAL SANTA CASA DE CURITIBA | M | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015334 | HOSPITAL SANTA CASA DE CURITIBA | M | | 20 | 960.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015334 | HOSPITAL SANTA CASA DE CURITIBA | M | | 35 | 1.680.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015369 | COMPLEXO HOSPITALAR DO TRABALHADOR | M | | 18 | 864.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015369 | COMPLEXO HOSPITALAR DO TRABALHADOR | M | | 64 | 3.072.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015423 | CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO PARANA | M | | 2 | 96.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015423 | CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO PARANA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015423 | CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO PARANA | M | | 5 | 240.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015644 | HOSPITAL ERASTO GAERTNER | M | | 1 | 48.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015644 | HOSPITAL ERASTO GAERTNER | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015644 | HOSPITAL ERASTO GAERTNER | M | | 4 | 192.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 2384299 | COMPLEXO HOSPITAL DE CLINICAS | M | | 11 | 528.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 2384299 | COMPLEXO HOSPITAL DE CLINICAS | M | | 16 | 768.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 2384299 | COMPLEXO HOSPITAL DE CLINICAS | M | | 61 | 2.928.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 3075516 | HOSPITAL SAO VICENTE | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 6388671 | HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS | M | | 10 | 480.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 6388671 | HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS | M | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 6388671 | HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS | M | | 12 | 576.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 6388671 | HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS | M | | 29 | 1.392.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 6388671 | HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS | M | | 40 | 1.920.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 6388671 | HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS | M | | 49 | 2.352.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| PR | 410830 | FOZ DO IGUACU | 5061989 | HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK | M | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| PR | 410830 | FOZ DO IGUACU | 5061989 | HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PR | 410830 | FOZ DO IGUACU | 5061989 | HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| PR | 410830 | FOZ DO IGUACU | 5061989 | HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK | M | | 10 | 480.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 410830 | FOZ DO IGUACU | 5061989 | HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK | M | | 30 | 1.440.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 410840 | FRANCISCO BELTRÃO | 6424341 | HOSPITAL REGIONAL DO SUDOESTE WALTER ALBERTO PECOITS F B | E | | 4 | 192.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 410840 | FRANCISCO BELTRÃO | 6424341 | HOSPITAL REGIONAL DO SUDOESTE WALTER ALBERTO PECOITS F B | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 410840 | FRANCISCO BELTRÃO | 6424341 | HOSPITAL REGIONAL DO SUDOESTE WALTER ALBERTO PECOITS F B | E | | 10 | 480.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| PR | 410860 | GOIOERE | 2735970 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GOIOERE | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 410940 | GUARAPUAVA | 0213845 | HOSPITAL REGIONAL DE GUARAPUAVA | E | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PR | 410940 | GUARAPUAVA | 0213845 | HOSPITAL REGIONAL DE GUARAPUAVA | E | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PR | 410940 | GUARAPUAVA | 0213845 | HOSPITAL REGIONAL DE GUARAPUAVA | E | | 10 | 480.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| PR | 411070 | IRATI | 2783789 | SANTA CASA DE IRATI | E | | 7 | 336.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| PR | 411070 | IRATI | 2783789 | SANTA CASA DE IRATI | E | | 5 | 240.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| PR | 411320 | LAPA | 0017663 | HOSPITAL REGIONAL DA LAPA SAO SEBASTIAO | E | | 6 | 288.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| PR | 411330 | LARANJEIRAS DO SUL | 2741873 | INSTITUTO SAO JOSE | E | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| PR | 411370 | LONDRINA | 2781859 | HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DO NORTE DO PARANA | M | | 66 | 3.168.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 411370 | LONDRINA | 2781859 | HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ | M | | 40 | 1.920.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| PR | 411520 | MARINGÁ | 2587335 | HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DE MARINGA | M | | 20 | 960.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 411520 | MARINGÁ | 2594714 | SANTA CASA DE MARINGA HOSPITAL E MAT M AUXILIADORA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 411520 | MARINGÁ | 2743477 | HOSPITAL MUNICIPAL DE MARINGA THELMA VILLANOVA KASPROWICZ | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 411520 | MARINGÁ | 2743477 | HOSPITAL MUNICIPAL DE MARINGA THELMA VILLANOVA KASPROWICZ | M | | 16 | 768.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 411580 | MEDIANEIRA | 2582716 | HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DA LUZ | E | | 5 | 240.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 411670 | NOVA AURORA | 2573172 | HOSPITAL DR AURELIO | E | | 6 | 288.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| PR | 411760 | PALMAS | 2738287 | INSTITUTO SANTA PELIZZARI | M | | 3 | 144.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 411760 | PALMAS | 2738287 | INSTITUTO SANTA PELIZZARI | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| PR | 411790 | PALOTINA | 4054695 | HOSPITAL MUNICIPAL PREFEITO QUINTO ABRAO DELAZERI | E | | 8 | 384.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| PR | 411790 | PALOTINA | 4054695 | HOSPITAL MUNICIPAL PREFEITO QUINTO ABRAO DELAZERI | E | | 2 | 96.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| PR | 411820 | PARANAGUA | 2687127 | HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL | E | | 5 | 240.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| PR | 411820 | PARANAGUA | 2687127 | HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 411820 | PARANAGUA | 2687127 | HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL | E | | 10 | 480.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| PR | 411820 | PARANAGUA | 2687127 | HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL | E | | 10 | 480.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 411840 | PARANAVAI | 2754738 | SANTA CASA DE PARANAVAI | E | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| PR | 411840 | PARANAVAI | 2754738 | SANTA CASA DE PARANAVAI | E | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 411850 | PATO BRANCO | 0017884 | ISSAL | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 411990 | PONTA GROSSA | 6542638 | HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS | E | | 8 | 384.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| PR | 411990 | PONTA GROSSA | 6542638 | HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 411990 | PONTA GROSSA | 6542638 | HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS | E | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PR | 411990 | PONTA GROSSA | 6542638 | HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS | E | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| PR | 412410 | SANTO ANTONIO DA PLATINA | 3316300 | HOSPITAL REGIONAL DO NORTE PIONEIRO | E | | 5 | 240.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 412410 | SANTO ANTONIO DA PLATINA | 3316300 | HOSPITAL REGIONAL DO NORTE PIONEIRO | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PR | 412625 | SARANDI | 2825589 | METROPOLITANA DE SARANDI | E | | 14 | 672.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| PR | 412625 | SARANDI | 2825589 | METROPOLITANA DE SARANDI | E | | 31 | 1.488.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 412625 | SARANDI | 2825589 | METROPOLITANA DE SARANDI | E | | 3 | 144.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| PR | 412710 | TELEMACO BORBA | 2740435 | IDF | E | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| PR | 412710 | TELEMACO BORBA | 2740435 | IDF | E | | 8 | 384.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| PR | 412710 | TELEMACO BORBA | 7442157 | HOSPITAL REGIONAL DE TELEMACO BORBA | E | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PR | 412770 | TOLEDO | 4056752 | HOESP | E | | 8 | 384.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | 412770 | TOLEDO | 4056752 | HOESP | E | | 16 | 768.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 412810 | UMUARAMA | 2679736 | ASSOCIACAO BENEFICENTE SAO FRANCISCO DE ASSIS | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| PR | 412810 | UMUARAMA | 7845138 | UOPECCAN FILIAL UMUARAMA | E | | 17 | 816.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 412810 | UMUARAMA | 7845138 | UOPECCAN FILIAL UMUARAMA | E | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| PR | 412820 | UNIÃO DA VITÓRIA | 2568349 | HOSPITAL REGIONAL DE CARIDADE NOSSA SRA APARECIDA | E | | 8 | 384.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| PR Total | | | | | | | 1518 | 72.864.000,00 | |
| RJ | 330010 | ANGRA DOS REIS | 0126772 | HOSPITAL DE REFERENCIA COVID 19 | M | | 20 | 960.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| RJ | 330010 | ANGRA DOS REIS | 2281384 | HOSPITAL DE PRAIA BRAVA | M | | 5 | 240.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| RJ | 330045 | BELFORD ROXO | 2289571 | HOSPITAL MUNICIPAL DE BELFORD ROXO | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RJ | 330045 | BELFORD ROXO | 9887725 | HOSPITAL CENTRAL DA BAIXADA FLUMINENSE | M | | 16 | 768.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RJ | 330060 | BOM JESUS DO ITABAPOANA | 2696940 | HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO | M | | 40 | 1.920.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RJ | 330060 | BOM JESUS DO ITABAPOANA | 2696940 | HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO | M | | 15 | 720.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| RJ | 330100 | CAMPOS DOS GOYTACAZES | 2287374 | HOSPITAL SAO JOSE | M | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RJ | 330100 | CAMPOS DOS GOYTACAZES | 2287382 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CAMPOS | M | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RJ | 330100 | CAMPOS DOS GOYTACAZES | 2287447 | HOSPITAL ESCOLA ALVARO ALVIM | M | | 7 | 336.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| RJ | 330100 | CAMPOS DOS GOYTACAZES | 2287579 | HOSPITAL FERREIRA MACHADO | M | | 10 | 480.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| RJ | 330100 | CAMPOS DOS GOYTACAZES | 2298317 | HOSPITAL DOS PLANTADORES DE CANA | M | | 12 | 576.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| RJ | 330100 | CAMPOS DOS GOYTACAZES | 3002187 | HOSPITAL GERAL DE GUARUS | M | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RJ | 330140 | CONCEICAO DE MACABU | 2290073 | HOSPITAL MUNICIPAL ANA MOREIRA | M | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| RJ | 330150 | CORDEIRO | 9491619 | HOSPITAL DE CORDEIRO | M | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| RJ | 330170 | DUQUE DE CAXIAS | 0105805 | HOSPITAL SAO JOSE | M | | 100 | 4.800.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RJ | 330170 | DUQUE DE CAXIAS | 6007317 | HOSPITAL MUNICIPAL MOACYR RODRIGUES DO CARMO | M | | 6 | 288.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RJ | 330185 | GUAPIMIRIM | 6146376 | HOSPITAL MUNICIPAL JOSE RABELLO DE MELLO | M | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| RJ | 330190 | ITABORAI | 0131237 | HOSPITAL MUNICIPAL SAO JUDAS TADEU | M | | 17 | 816.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| RJ | 330200 | ITAGUAI | 2284634 | HOSPITAL MUNICIPAL SAO FRANCISCO XAVIER | M | | 5 | 240.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RJ | 330200 | ITAGUAI | 2284634 | HOSPITAL MUNICIPAL SAO FRANCISCO XAVIER | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RJ | 330240 | MACAE | 2697041 | HOSPITAL SAO JOAO BATISTA DE MACAE | M | | 8 | 384.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| RJ | 330240 | MACAE | 5412447 | HOSPITAL PUBLICO MUNICIPAL DE MACAE HPM | M | | 11 | 528.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| RJ | 330240 | MACAE | 5412447 | HOSPITAL PUBLICO MUNICIPAL DE MACAE HPM | M | | 22 | 1.056.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RJ | 330270 | MARICÁ | 9895124 | ERNESTO CHE GUEVARA SMSM | M | | 40 | 1.920.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| RJ | 330290 | MIGUEL PEREIRA | 2283239 | HOSPITAL MUNICIPAL LUIZ GONZAGA | M | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RJ | 330300 | MIRACEMA | 2285932 | HOSPITAL DE MIRACEMA | M | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| RJ | 330330 | NITEROI | 0012513 | HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS TORTELLY | M | | 13 | 624.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RJ | 330330 | NITERÓI | 0012769 | SES RJ INSTITUTO ESTADUAL DE DOENCAS DO TORAX ARY PARREIRAS | E | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| RJ | 330340 | NOVA FRIBURGO | 2272784 | HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTA | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| RJ | 330340 | NOVA FRIBURGO | 2272784 | HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTA | M | | 10 | 480.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| RJ | 330370 | PARAÍBA DO SUL | 2276186 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE | M | | 8 | 384.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RJ | 330390 | PETROPOLIS | 0088935 | HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA HNSA | M | | 45 | 2.160.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| RJ | 330390 | PETROPOLIS | 2275589 | HOSPITAL MUNICIPAL DR NELSON DE SA EARP | M | | 13 | 624.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| RJ | 330390 | PETROPOLIS | 3030415 | BENEFICENCIA PORTUGUESA DE PETROPOLIS | M | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| RJ | 330415 | QUISSAMA | 2267209 | HOSPITAL MUNICIPAL MARIANA MARIA DE JESUS | M | | 5 | 240.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| RJ | 330415 | QUISSAMA | 2267209 | HOSPITAL MUNICIPAL MARIANA MARIA DE JESUS | M | | 5 | 240.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2270609 | SMS RIO HOSPITAL MUNICIPAL LOURENCO JORGE | M | | 9 | 432.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2273411 | SES RJ HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS | E | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2280167 | HOSPITAL UNIVERSITARIO CLEMENTINO FRAGA FILHO | M | | 45 | 2.160.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2280167 | HOSPITAL UNIVERSITARIO CLEMENTINO FRAGA FILHO | M | | 15 | 720.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2280183 | HOSPITAL MUNICIPAL SOUZA AGUIAR | M | | 35 | 1.680.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2288338 | INI FIOCRUZ | M | | 114 | 5.472.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2288338 | INI FIOCRUZ | M | | 6 | 288.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2295407 | SMS HOSPITAL MUNICIPAL ROCHA FARIA AP 52 | M | | 7 | 336.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2295415 | HOSPITAL UNIVERSITARIO GAFFREE E GUINLE | M | | 7 | 336.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2296306 | SMS RIO HOSPITAL MUNICIPAL SALGADO FILHO | M | | 18 | 864.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2298120 | SMS HOSPITAL MUNICIPAL ALBERT SCHWEITZER AP 51 | M | | 32 | 1.536.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2298724 | SES RJ HOSPITAL ESTADUAL ANCHIETA | E | | 16 | 768.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2298724 | SES RJ HOSPITAL ESTADUAL ANCHIETA | E | | 14 | 672.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 5717256 | SMS HOSPITAL MUNICIPAL RONALDO GAZOLLA AP 33 | M | | 213 | 10.224.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 5717256 | SMS HOSPITAL MUNICIPAL RONALDO GAZOLLA AP 33 | M | | 12 | 576.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 6716849 | SMS COORD DE EMERGENCIA REGIONAL CER LEBLON AP 21 | M | | 20 | 960.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 6716849 | SMS COORD DE EMERGENCIA REGIONAL CER LEBLON AP 21 | M | | 15 | 720.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 6995462 | SMS HOSPITAL MUNICIPAL PEDRO II AP 53 | M | | 24 | 1.152.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 7166494 | SMS HOSPITAL MUNICIPAL EVANDRO FREIRE AP 31 | M | | 15 | 720.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 7166494 | SMS HOSPITAL MUNICIPAL EVANDRO FREIRE AP 31 | M | | 24 | 1.152.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RJ | 330480 | SAO FIDELIS | 2283328 | HOSPITAL ARMANDO VIDAL | M | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RJ | 330490 | SAO GONCALO | 0113115 | HOSPITAL DE RETAGUARDA GONCALENSE | M | | 11 | 528.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| RJ | 330490 | SAO GONCALO | 0113891 | HOSPITAL FRANCISCANO | M | | 17 | 816.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| RJ | 330490 | SAO GONCALO | 2696746 | PRONTO SOCORRO CENTRAL DR ARMANDO GOMES DE SA COUTO | M | | 7 | 336.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| RJ | 330510 | SÃO JOÃO DE MERITI | 2298708 | HOSPITAL MUNICIPAL DE SAO JOAO DE MERITI ABDON GONCALVES | M | | 30 | 1.440.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RJ | 330530 | SAO SEBASTIAO DO ALTO | 2704633 | HOSPITAL SAO SEBASTIAO | M | | 5 | 240.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| RJ | 330540 | SAPUCAIA DO SUL | 2274310 | PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE SAPUCAIA | M | | 5 | 240.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RJ | 330580 | TERESÓPOLIS | 2292386 | HOSPITAL SAO JOSE | M | | 18 | 864.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| RJ | 330580 | TERESÓPOLIS | 2297795 | HOSPITAL DAS CLINICAS DE TERESOPOLIS | M | | 23 | 1.104.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| RJ | 330600 | TRÊS RIOS | 2294923 | HOSPITAL DE CLINICAS NOSSA SENHORA DA CONCEICAO | M | | 10 | 480.000,00 | 559/GM/Ms 26/03/2021 |
| RJ | 330610 | VALENCA | 2292912 | HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI | M | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| RJ | 330620 | VASSOURAS | 2273748 | HUV HOSPITAL UNIVERSITARIO DE VASSOURAS | M | | 40 | 1.920.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RJ | 330620 | VASSOURAS | 2273748 | HUV HOSPITAL UNIVERSITARIO DE VASSOURAS | M | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| RJ | 330630 | VOLTA REDONDA | 9074457 | SES RJ HOSP REGIONAL MEDIO PARAIBA DRA ZILDA ARNS NEUMANN | E | | 140 | 6.720.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RJ Total | | | | | | | 1546 | 74.208.000,00 | |
| RN | 240020 | AÇU | 2410486 | HOSPITAL REGIONAL NELSON INACIO DOS SANTOS | E | PCEP | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| RN | 240100 | APODI | 2410443 | HOSPITAL REGIONAL HELIO MORAIS MARINHO | E | PCEP | 5 | 240.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| RN | 240200 | CAICO | 6778550 | HOSPITAL REGIONAL TELECILA FREITAS FONTES | E | | 5 | 240.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| RN | 240200 | CAICO | 6778550 | HOSPITAL REGIONAL TELECILA FREITAS FONTES | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RN | 240200 | CAICO | 6778550 | HOSPITAL REGIONAL TELECILA FREITAS FONTES | E | | 20 | 960.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| RN | 240310 | CURRAIS NOVOS | 2476487 | HOSPITAL DR MARIANO COELHO | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RN | 240450 | GUAMARE | 2474506 | HOSPITAL MANOEL LUCAS DE MIRANDA | M | | 5 | 240.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| RN | 240580 | JOAO CAMARA | 2474751 | HOSPITAL REGIONAL DE JOAO CAMARA | E | | 1 | 48.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| RN | 240580 | JOAO CAMARA | 2474751 | HOSPITAL REGIONAL DE JOAO CAMARA | E | | 6 | 288.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RN | 240710 | MACAÍBA | 2473577 | HOSPITAL REGIONAL ALFREDO MESQUITA | E | PCEP | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RN | 240710 | MACAÍBA | 2473577 | HOSPITAL REGIONAL ALFREDO MESQUITA | E | PCEP | 5 | 240.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RN | 240800 | MOSSORO | 2410281 | HOSPITAL MATERNIDADE ALMEIDA CASTRO | M | | 20 | 960.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| RN | 240800 | MOSSORO | 2410281 | HOSPITAL MATERNIDADE ALMEIDA CASTRO | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RN | 240800 | MOSSORO | 2410281 | HOSPITAL MATERNIDADE ALMEIDA CASTRO | M | | 20 | 960.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RN | 240800 | MOSSORO | 2503654 | HOSPITAL RAFAEL FERNANDES | E | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RN | 240800 | MOSSORO | 2503689 | HOSPITAL REGIONAL DR TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA | E | | 1 | 48.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| RN | 240800 | MOSSORO | 2503689 | HOSPITAL REGIONAL DR TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA | E | | 3 | 144.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| RN | 240800 | MOSSORO | 2503689 | HOSPITAL REGIONAL DR TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA | E | | 9 | 432.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| RN | 240800 | MOSSORO | 3675580 | HOSPITAL DA LMECC | E | | 8 | 384.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| RN | 240810 | NATAL | 0282715 | HOSPESC HOSPITAL DOS PESCADORES | M | | 5 | 240.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RN | 240810 | NATAL | 2408260 | HOSPITAL COLONIA DR JOAO MACHADO | E | PCEP | 13 | 624.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RN | 240810 | NATAL | 2408260 | HOSPITAL COLONIA DR JOAO MACHADO | E | PCEP | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RN | 240810 | NATAL | 2408260 | HOSPITAL COLONIA DR JOAO MACHADO | E | PCEP | 12 | 576.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| RN | 240810 | NATAL | 2408260 | HOSPITAL COLONIA DR JOÃO MACHADO | E | PCEP | 3 | 144.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RN | 240810 | NATAL | 2408570 | HOSPITAL DR JOSE PEDRO BEZERRA | E | PCEP | 5 | 240.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RN | 240810 | NATAL | 2653982 | HUOL HOSPITAL UNIVERSITARIO ONOFRE LOPES | M | | 9 | 432.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RN | 240810 | NATAL | 2653982 | HUOL HOSPITAL UNIVERSITARIO ONOFRE LOPES | M | | 1 | 48.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| RN | 240810 | NATAL | 2653982 | HUOL HOSPITAL UNIVERSITARIO ONOFRE LOPES | M | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| RN | 240810 | NATAL | 2679469 | HOSPITAL CENTRAL CORONEL PEDRO GERMANO | E | | 3 | 144.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RN | 240810 | NATAL | 2679469 | HOSPITAL CENTRAL CORONEL PEDRO GERMANO | E | | 7 | 336.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| RN | 240810 | NATAL | 3708926 | HOSPITAL MUNICIPAL DE NATAL | M | | 21 | 1.008.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| RN | 240810 | NATAL | 4013484 | HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO | E | PCEP | 26 | 1.248.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| RN | 240810 | NATAL | 4013484 | HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO | E | PCEP | 9 | 432.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| RN | 240325 | PARNAMIRIM | 2473380 | HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| RN | 240940 | PAU DOS FERROS | 2409275 | HOSPITAL REGIONAL DR CLEODON CARLOS DE ANDRADE | E | PCEP | 3 | 144.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| RN | 240940 | PAU DOS FERROS | 2409275 | HOSPITAL REGIONAL DR CLEODON CARLOS DE ANDRADE | E | PCEP | 3 | 144.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RN | 240940 | PAU DOS FERROS | 2409275 | HOSPITAL REGIONAL DR CLEODON CARLOS DE ANDRADE | E | PCEP | 7 | 336.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RN | 240940 | PAU DOS FERROS | 2409275 | HOSPITAL REGIONAL DR CLEODON CARLOS DE ANDRADE | E | PCEP | 2 | 96.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| RN | 241120 | SANTA CRUZ | 4014138 | HOSPITAL MUNICIPAL ALUIZIO BEZERRA | M | | 5 | 240.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| RN | 241150 | SANTO ANTONIO | 2375265 | HOSPITAL REGIONAL LINDOLFO GOMES VIDAL | E | PCEP | 2 | 96.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RN | 241150 | SANTO ANTÔNIO | 2375265 | HOSPITAL REGIONAL LINDOLFO GOMES VIDAL | E | PCEP | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RN | 241200 | SÃO GONÇALO DO AMARANTE | 4014235 | HOSPITAL MATERNIDADE BELARMINA MONTE | M | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RN | 241260 | SÃO PAULO DO PONTENGI | 2475227 | UNID MAT INFANTIL INTEGRADA DE SAO PAULO DO POTENGI | E | | 6 | 288.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RN Total | | | | | | | 351 | 16.848.000,00 | |
| RO | 110002 | ARIQUEMES | 0102091 | HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 C DE AFECCOES RESPIRATORIAS | M | | 12 | 576.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| RO | 110002 | ARIQUEMES | 0102091 | HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 C DE AFECCOES RESPIRATORIAS | M | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RO | 110002 | ARIQUEMES | 0102091 | HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 C DE AFECCOES RESPIRATORIAS | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RO | 110004 | CACOAL | 6599877 | HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL HRC | E | | 28 | 1.344.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| RO | 110011 | JARU | 2808609 | HOSPITAL MUNICIPAL SANDOVAL DE ARAUJO DANTAS JARU | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RO | 110011 | JARU | 2808609 | HOSPITAL MUNICIPAL SANDOVAL DE ARAUJO DANTAS JARU | M | | 5 | 240.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| RO | 110012 | JI-PARANA | 2495279 | HOSPITAL DR CLAUDIONOR COUTO RORIZ | M | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RO | 110012 | JI-PARANA | 3152928 | HOSPITAL CANDIDO RONDON | E | | 6 | 288.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| RO | 110020 | PORTO VELHO | 2493853 | CEMETRON PORTO VELHO | E | | 18 | 864.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| RO | 110020 | PORTO VELHO | 2515369 | HOSPITAL SAMAR | E | | 33 | 1.584.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| RO | 110020 | PORTO VELHO | 2515369 | HOSPITAL SAMAR | E | | 18 | 864.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| RO | 110020 | PORTO VELHO | 4001303 | HOSPITAL DE BASE PORTO VELHO | E | | 12 | 576.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| RO | 110020 | PORTO VELHO | 7068336 | HOSPITAL DE AMOR AMAZONIA | E | | 22 | 1.056.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| RO | 110030 | VILHENA | 2798484 | HOSPITAL REGIONAL ADAMASTOR TEIXEIRA DE OLIVEIRA | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RO Total | | | | | | | 195 | 9.360.000,00 | |
| RR | 140010 | BOA VISTA | 2319659 | HOSPITAL GERAL DE RORAIMA HGR | E | | 28 | 1.344.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RR | 140010 | BOA VISTA | 2319659 | HOSPITAL GERAL DE RORAIMA HGR | E | | 62 | 2.976.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| RR Total | | | | | | | 90 | 4.320.000,00 | |
| RS | 430040 | ALEGRETE | 2248328 | SANTA CASA DE ALEGRETE | E | | 5 | 240.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 430040 | ALEGRETE | 2248328 | SANTA CASA DE ALEGRETE | E | | 7 | 336.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430040 | ALEGRETE | 2248328 | SANTA CASA DE ALEGRETE | E | | 1 | 48.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| RS | 430040 | ALEGRETE | 2248328 | SANTA CASA DE ALEGRETE | E | | 2 | 96.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| RS | 430060 | ALVORADA | 2232081 | HOSPITAL ALVORADA | E | | 6 | 288.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| RS | 430160 | BAGÉ | 2261987 | SANTA CASA DE CARIDADE DE BAGE | E | | 3 | 144.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 430160 | BAGÉ | 2261987 | SANTA CASA DE CARIDADE DE BAGE | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430210 | BENTO GONÇALVES | 2241021 | HOSPITAL TACCHINI | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430210 | BENTO GONÇALVES | 2241021 | HOSPITAL TACCHINI | M | | 5 | 240.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 430300 | CACHOEIRA DO SUL | 2266474 | HOSPITAL DE CARIDADE E BENEFICENCIA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430300 | CACHOEIRA DO SUL | 2266474 | HOSPITAL DE CARIDADE E BENEFICENCIA | M | | 5 | 240.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 430310 | CACHOEIRINHA | 2232103 | HOSPITAL PADRE JEREMIAS | E | | 2 | 96.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 430310 | CACHOEIRINHA | 2232103 | HOSPITAL PADRE JEREMIAS | E | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 430310 | CACHOEIRINHA | 2232103 | HOSPITAL PADRE JEREMIAS | E | | 6 | 288.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| RS | 430350 | CAMAQUA | 2257548 | HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA DE CAMAQUA | E | | 4 | 192.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 430350 | CAMAQUA | 2257548 | HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA DE CAMAQUA | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 430390 | CAMPO BOM | 2232073 | HOSPITAL DE CAMPO BOM DR LAURO REUS | M | | 12 | 576.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| RS | 430440 | CANELA | 2235609 | HOSPITAL DE CANELA | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 430440 | CANELA | 2235609 | HOSPITAL DE CANELA | M | | 5 | 240.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 430440 | CANELA | 2235609 | HOSPITAL DE CANELA | M | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| RS | 430460 | CANOAS | 2232014 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 430460 | CANOAS | 2232014 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS | M | | 30 | 1.440.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 430460 | CANOAS | 3508528 | HOSPITAL UNIVERSITARIO | M | | 20 | 960.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430460 | CANOAS | 3508528 | HOSPITAL UNIVERSITARIO | M | | 28 | 1.344.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 430460 | CANOAS | 3626245 | HOSPITAL PRONTO SOCORRO DE CANOAS DEP NELSON MARCHEZAN | M | | 11 | 528.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430463 | CAPÃO DA CANOA | 2707969 | HOSPITAL BENEFICIENTE SANTA LUZIA | E | | 10 | 480.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| RS | 430470 | CARAZINHO | 2262274 | HOSPITAL DE CARIDADE DE CARAZINHO | M | | 3 | 144.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 430470 | CARAZINHO | 2262274 | HOSPITAL DE CARIDADE DE CARAZINHO | M | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430470 | CARAZINHO | 2262274 | HOSPITAL DE CARIDADE DE CARAZINHO | M | | 3 | 144.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 430470 | CARAZINHO | 2262274 | HOSPITAL DE CARIDADE DE CARAZINHO | M | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430510 | CAXIAS DO SUL | 2223538 | HOSPITAL GERAL | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 430510 | CAXIAS DO SUL | 2223538 | HOSPITAL GERAL | M | | 7 | 336.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 430510 | CAXIAS DO SUL | 2223538 | HOSPITAL GERAL | M | | 8 | 384.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 430510 | CAXIAS DO SUL | 2223538 | HOSPITAL GERAL | M | | 18 | 864.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430510 | CAXIAS DO SUL | 2223546 | HOSPITAL POMPEIA | M | | 7 | 336.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 430510 | CAXIAS DO SUL | 2223562 | HOSPITAL VIRVI RAMOS | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430510 | CAXIAS DO SUL | 2223562 | HOSPITAL VIRVI RAMOS | M | | 8 | 384.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 430535 | CHARQUEADAS | 9528792 | HOSPITAL DE CHARQUEADAS | E | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 430535 | CHARQUEADAS | 9528792 | HOSPITAL DE CHARQUEADAS | E | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 430610 | CRUZ ALTA | 2263858 | HOSPITAL DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 430610 | CRUZ ALTA | 2263858 | HOSPITAL DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430660 | DOM PEDRITO | 2262002 | HOSPITAL SAO LUIZ | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 430680 | ENCANTADO | 2252228 | HOSPITAL SANTA TERESINHA ENCANTADO | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430700 | ERECHIM | 2707918 | FUNDACAO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM | E | | 6 | 288.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 430700 | ERECHIM | 2707918 | FUNDACAO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM | E | | 3 | 144.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 430700 | ERECHIM | 2707918 | FUNDACAO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 430700 | ERECHIM | 2707918 | FUNDACAO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430700 | ERECHIM | 2707918 | FUNDACAO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM | E | | 5 | 240.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 430750 | ESPUMOSO | 2246813 | HOSPITAL NOTRE DAME SAO SEBASTIAO | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430770 | ESTEIO | 2232030 | FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA SAO CAMILO DE ESTEIO | M | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430770 | ESTEIO | 2232030 | FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA SAO CAMILO DE ESTEIO | M | | 12 | 576.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| RS | 430780 | ESTRELA | 2252260 | HOSPITAL ESTRELA | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430790 | FARROUPILHA | 2240335 | HOSPITAL SAO CARLOS | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 430790 | FARROUPILHA | 2240335 | HOSPITAL SAO CARLOS | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430790 | FARROUPILHA | 2240335 | HOSPITAL SAO CARLOS | M | | 5 | 240.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| RS | 430800 | FAXINAL DO SOTURNO | 2244101 | HOSPITAL DE CARIDADE SAO ROQUE | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 430850 | FREDERICO WESTPHALEN | 2228602 | HOSPITAL DIVINA PROVIDENCIA FREDWEST | E | | 5 | 240.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 430860 | GARIBALDI | 2257645 | HOSPITAL SAO PEDRO | M | | 5 | 240.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 430860 | GARIBALDI | 2257645 | HOSPITAL SAO PEDRO | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430910 | GRAMADO | 2241153 | HOSPITAL ARCANJO SAO MIGUEL | M | | 8 | 384.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 430920 | GRAVATAÍ | 2232049 | HOSPITAL DOM JOAO BECKER | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RS | 430920 | GRAVATAÍ | 2232049 | HOSPITAL DOM JOAO BECKER | M | | 6 | 288.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 430930 | GUAIBA | 0181927 | HOSPITAL REGIONAL NELSON CORNETET | E | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431010 | IGREJINHA | 2227665 | HOSPITAL BOM PASTOR | E | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431020 | IJUI | 2261030 | HOSPITAL BOM PASTOR IJUI | E | | 4 | 192.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431020 | IJUI | 2261030 | HOSPITAL BOM PASTOR IJUI | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 431020 | IJUI | 2261057 | HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUI | E | | 4 | 192.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| RS | 431020 | IJUI | 2261057 | HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUI | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 431020 | IJUI | 2261057 | HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUI | E | | 11 | 528.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| RS | 431140 | LAJEADO | 2252287 | HOSPITAL BRUNO BORN | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431240 | MONTENEGRO | 2257556 | HOSPITAL MONTENEGRO | E | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 431240 | MONTENEGRO | 2257556 | HOSPITAL MONTENEGRO | E | | 4 | 192.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| RS | 431340 | NOVO HAMBURGO | 2232146 | FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA DE NOVO HAMBURGO FSNH | M | | 3 | 144.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 431340 | NOVO HAMBURGO | 2232146 | FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA DE NOVO HAMBURGO FSNH | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431340 | NOVO HAMBURGO | 2232146 | FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA DE NOVO HAMBURGO FSNH | M | | 17 | 816.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431350 | OSÓRIO | 2257815 | HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| RS | 431350 | OSÓRIO | 2257815 | HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO | E | | 20 | 960.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431370 | PALMEIRA DAS MISSOES | 2235323 | HOSPITAL DE CARIDADE PALMEIRA DAS MISSOES | E | | 10 | 480.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| RS | 431390 | PANAMBI | 2254956 | HOSPITAL PANAMBI | M | | 5 | 240.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| RS | 431405 | PAROBE | 2227762 | HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS | E | | 5 | 240.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| RS | 431405 | PAROBE | 2227762 | HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431405 | PAROBE | 2227762 | HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS | E | | 12 | 576.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 431405 | PAROBE | 2227762 | HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS | E | | 16 | 768.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431410 | PASSO FUNDO | 2246929 | HOSPITAL DE CLINICAS DE PASSO FUNDO | E | | 23 | 1.104.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431410 | PASSO FUNDO | 2246988 | HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431410 | PASSO FUNDO | 2246988 | HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 431410 | PASSO FUNDO | 2246988 | HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO | E | | 15 | 720.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431440 | PELOTAS | 2252295 | SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 431440 | PELOTAS | 2252694 | HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL | M | | 2 | 96.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| RS | 431440 | PELOTAS | 2252694 | HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431440 | PELOTAS | 2253046 | UCPEL HOSPITAL UNIVERSITARIO SAO FRANCISCO DE PAULA | M | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431440 | PELOTAS | 2253046 | UCPEL HOSPITAL UNIVERSITARIO SAO FRANCISCO DE PAULA | M | | 3 | 144.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| RS | 431440 | PELOTAS | 2253054 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PELOTAS | M | | 6 | 288.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 2237253 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PORTO ALEGRE | M | | 36 | 1.728.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 2237253 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PORTO ALEGRE | M | | 54 | 2.592.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 2237261 | HOSPITAL BENEFICENCIA PORTUGUESA | M | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 2237571 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO SA | M | | 44 | - | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 2237598 | HOSPITAL DIVINA PROVIDENCIA | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 2237601 | HOSPITAL DE CLINICAS | M | | 50 | 2.400.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 2237601 | HOSPITAL DE CLINICAS | M | | 85 | 4.080.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 2237849 | INSTITUTO DE CARDIOLOGIA | M | | 24 | 1.152.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 2262568 | HOSPITAL SAO LUCAS DA PUCRS | M | | 14 | 672.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 2693801 | ASSOCIACAO HOSPITALAR VILA NOVA | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 2693801 | ASSOCIACAO HOSPITALAR VILA NOVA | M | | 10 | 480.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 2693801 | ASSOCIACAO HOSPITALAR VILA NOVA | M | | 14 | 672.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 2693801 | ASSOCIACAO HOSPITALAR VILA NOVA | M | | 16 | 768.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 2778718 | HPS | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 5026253 | HOSPITAL PORTO ALEGRE | M | | 12 | 576.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 7092571 | HOSPITAL INDEPENDENCIA | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 7092571 | HOSPITAL INDEPENDENCIA | M | | 20 | 960.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 7092571 | HOSPITAL INDEPENDENCIA | M | | 8 | 384.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 7513151 | HOSPITAL RESTINGA E EXTREMO SUL | M | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 7513151 | HOSPITAL RESTINGA E EXTREMO SUL | M | | 30 | 1.440.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| RS | 431530 | QUARAI | 2248247 | FUNDACAO HOSPITALAR DE CARIDADE DE QUARAI | M | | 5 | 240.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| RS | 431560 | RIO GRANDE | 2707675 | HOSPITAL UNIVERSITARIO DR MIGUEL RIET CORREA JR | E | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| RS | 431560 | RIO GRANDE | 2232995 | SANTA CASA DO RIO GRANDE | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 431560 | RIO GRANDE | 2232995 | SANTA CASA DO RIO GRANDE | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431640 | ROSÁRIO DO SUL | 2248239 | HOSPITAL AUXILIADORA | E | | 3 | 144.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431640 | ROSÁRIO DO SUL | 2248239 | HOSPITAL AUXILIADORA | E | | 5 | 240.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 431680 | SANTA CRUZ DO SUL | 2254964 | HOSPITAL SANTA CRUZ | M | | 5 | 240.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 431680 | SANTA CRUZ DO SUL | 2254964 | HOSPITAL SANTA CRUZ | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431680 | SANTA CRUZ DO SUL | 2255936 | HOSPITAL ANA NERY | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431690 | SANTA MARIA | 2244306 | HUSM HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SANTA MARIA | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 431690 | SANTA MARIA | 2244306 | HUSM HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SANTA MARIA | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431690 | SANTA MARIA | 2244306 | HUSM HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SANTA MARIA | E | | 5 | 240.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431690 | SANTA MARIA | 2244306 | HUSM HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SANTA MARIA | E | | 5 | 240.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 431690 | SANTA MARIA | 9575936 | HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 431690 | SANTA MARIA | 9575936 | HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 431690 | SANTA MARIA | 9575936 | HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA | E | | 15 | 720.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431690 | SANTA MARIA | 9575936 | HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA | E | | 8 | 384.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RS | 431720 | SANTA ROSA | 3017060 | HOSPITAL VIDA SAUDE | M | | 5 | 240.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 431720 | SANTA ROSA | 3017060 | HOSPITAL VIDA SAUDE | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 431720 | SANTA ROSA | 3017060 | HOSPITAL VIDA SAUDE | M | | 15 | 720.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431720 | SANTA ROSA | 3017060 | HOSPITAL VIDA SAUDE | M | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| RS | 431710 | SANTANA DO LIVRAMENTO | 2248220 | SANTA CASA DE MISERICORDIA | M | | 6 | 288.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RS | 431740 | SANTIAGO | 2244357 | HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTIAGO | E | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431740 | SANTIAGO | 2244357 | HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTIAGO | E | | 16 | 768.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| RS | 431760 | SANTO ANTONIO DA PATRULHA | 6389104 | HOSPITAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA | E | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| RS | 431750 | SANTO ÂNGELO | 2259907 | HOSPITAL SANTO ANGELO | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431750 | SANTO ÂNGELO | 2259907 | HOSPITAL SANTO ANGELO | E | | 9 | 432.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 431800 | SÃO BORJA | 2248298 | HOSPITAL INFANTIL | M | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431830 | SÃO GABRIEL | 2248204 | SANTA CASA DE SAO GABRIEL | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431870 | SÃO LEOPOLDO | 2232022 | HOSPITAL CENTENARIO | M | | 4 | 192.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| RS | 431840 | SÃO JERÔNIMO | 6424236 | HCSJ HOSPITAL DE CARIDADE SAO JERONIMO | E | | 3 | 144.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| RS | 431840 | SÃO JERÔNIMO | 6424236 | HCSJ HOSPITAL DE CARIDADE SAO JERONIMO | E | | 2 | 96.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 431840 | SÃO JERÔNIMO | 6424236 | HCSJ HOSPITAL DE CARIDADE SAO JERONIMO | E | | 3 | 144.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 431840 | SÃO JERÔNIMO | 6424236 | HCSJ HOSPITAL DE CARIDADE SAO JERONIMO | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431870 | SÃO LEOPOLDO | 2232022 | HOSPITAL CENTENARIO | M | | 2 | 96.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 431870 | SÃO LEOPOLDO | 2232022 | HOSPITAL CENTENARIO | M | | 16 | 768.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431990 | SAPIRANGA | 2232154 | HOSPITAL SAPIRANGA | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 431990 | SAPIRANGA | 2232154 | HOSPITAL SAPIRANGA | E | | 5 | 240.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 431990 | SAPIRANGA | 2232154 | HOSPITAL SAPIRANGA | E | | 20 | 960.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 432000 | SAPUCAIA DO SUL | 2232162 | FUNDACAO HOSPITALAR DE SAPUCAIA DO SUL | M | | 2 | 96.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 432000 | SAPUCAIA DO SUL | 2232162 | FUNDACAO HOSPITALAR DE SAPUCAIA DO SUL | M | | 7 | 336.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 432000 | SAPUCAIA DO SUL | 2232162 | FUNDACAO HOSPITALAR DE SAPUCAIA DO SUL | M | | 20 | 960.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 432080 | SOLEDADE | 2246961 | HOSPITAL FREI CLEMENTE SOLEDADE | E | | 4 | 192.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 432080 | SOLEDADE | 2246961 | HOSPITAL FREI CLEMENTE SOLEDADE | E | | 6 | 288.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 432120 | TAQUARA | 2227932 | HOSPITAL BOM JESUS | E | | 5 | 240.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 432120 | TAQUARA | 2227932 | HOSPITAL BOM JESUS | E | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 432120 | TAQUARA | 2227932 | HOSPITAL BOM JESUS | E | | 15 | 720.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 432130 | TAQUARI | 9563873 | HOSPITAL SAO JOSE | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 432140 | TENTENTE PORTELA | 5384117 | HOSPITAL SANTO ANTONIO TENENTE PORTELA | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 432150 | TORRES | 2707950 | HOSPITAL BENEFICENTE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 432160 | TRAMANDAI | 2793008 | HOSPITAL TRAMANDAI | E | | 5 | 240.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| RS | 432160 | TRAMANDAI | 2793008 | HOSPITAL TRAMANDAI | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 432160 | TRAMANDAI | 2793008 | HOSPITAL TRAMANDAI | E | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 432160 | TRAMANDAI | 2793008 | HOSPITAL TRAMANDAI | E | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RS | 432180 | TRÊS DE MAIO | 2250837 | HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO | E | | 5 | 240.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| RS | 432240 | URUGUAIANA | 2248190 | SANTA CASA DE URUGUAIANA | E | | 8 | 384.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 432240 | URUGUAIANA | 2248190 | SANTA CASA DE URUGUAIANA | E | | 2 | 96.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| RS | 432250 | VACARIA | 2241048 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA | M | | 8 | 384.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| RS | 432260 | VENÂNCIO AIRES | 2236370 | HOSPITAL SAO SEBASTIAO MARTIR | M | | 5 | 240.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| RS | 432260 | VENÂNCIO AIRES | 2236370 | HOSPITAL SAO SEBASTIAO MARTIR | M | | 8 | 384.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS | 432300 | VIAMÃO | 5223962 | INSTITUTO DE CARDIOLOGIA HOSPITAL VIAMAO | E | | 5 | 240.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| RS | 432300 | VIAMÃO | 5223962 | INSTITUTO DE CARDIOLOGIA HOSPITAL VIAMAO | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| RS Total | | | | | | | 1683 | 78.672.000,00 | |
| SC | 420140 | ARARANGUA | 2691515 | IMAS HOSPITAL REGIONAL DE ARARANGUA DEPUTADO AFFONSO GUIZZO | E | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SC | 420140 | ARARANGUA | 2691515 | IMAS HOSPITAL REGIONAL DE ARARANGUA DEPUTADO AFFONSO GUIZZO | E | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| SC | 420140 | ARARANGUA | 2691515 | IMAS HOSPITAL REGIONAL DE ARARANGUA DEPUTADO AFFONSO GUIZZO | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SC | 420140 | ARARANGUA | 2691515 | IMAS HOSPITAL REGIONAL DE ARARANGUA DEPUTADO AFFONSO GUIZZO | E | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| SC | 420200 | BALNEARIO CAMBORIU | 6854729 | HOSPITAL MUNICIPAL RUTH CARDOSO | M | | 11 | 528.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SC | 420200 | BALNEARIO CAMBORIU | 6854729 | HOSPITAL MUNICIPAL RUTH CARDOSO | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420230 | BIGUAÇU | 7486596 | HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU HELMUTH NASS | M | | 10 | 480.000,00 | 769/GM/MS 22/04/2021 |
| SC | 420240 | BLUMENAU | 2558246 | HOSPITAL SANTA ISABEL | M | | 16 | 768.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420240 | BLUMENAU | 2558246 | HOSPITAL SANTA ISABEL | M | | 25 | 1.200.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| SC | 420240 | BLUMENAU | 2558254 | HOSPITAL SANTO ANTONIO | M | | 20 | 960.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| SC | 420290 | BRUSQUE | 2522411 | HOSPITAL AZAMBUJA | M | | 22 | 1.056.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| SC | 420300 | CACADOR | 2301830 | HOSPITAL MAICÉ | E | | 8 | 384.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SC | 420300 | CACADOR | 2301830 | HOSPITAL MAICE | E | | 2 | 96.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| SC | 420300 | CACADOR | 2301830 | HOSPITAL MAICE | E | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| SC | 420380 | CANOINHAS | 2491249 | HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS | M | | 5 | 240.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| SC | 420380 | CANOINHAS | 2491249 | HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS | M | | 5 | 240.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| SC | 420420 | CHAPECO | 2537788 | HOSPITAL REGIONAL DO OESTE | M | | 12 | 576.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SC | 420420 | CHAPECO | 2537788 | HOSPITAL REGIONAL DO OESTE | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SC | 420420 | CHAPECO | 2537788 | HOSPITAL REGIONAL DO OESTE | M | | 35 | 1.680.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420420 | CHAPECO | 2537788 | HOSPITAL REGIONAL DO OESTE | M | | 50 | 2.400.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| SC | 420430 | CONCORDIA | 2303892 | HOSPITAL SAO FRANCISCO | M | | 1 | 48.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| SC | 420430 | CONCORDIA | 2303892 | HOSPITAL SAO FRANCISCO | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420430 | CONCORDIA | 2303892 | HOSPITAL SAO FRANCISCO | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| SC | 420460 | CRICIUMA | 0451126 | HOSPITAL DE RETAGUARDA RIO MAINA | M | | 20 | 960.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SC | 420460 | CRICIUMA | 2758164 | HOSPITAL SÃO JOSÉ | M | | 10 | 480.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SC | 420460 | CRICIUMA | 2758164 | HOSPITAL SAO JOSE | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| SC | 420460 | CRICIUMA | 2758164 | HOSPITAL SAO JOSE | M | | 15 | 720.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420480 | CURITIBANOS | 2302101 | HOSPITAL HELIO ANJOS ORTIZ | E | | 3 | 144.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| SC | 420480 | CURITIBANOS | 2302101 | HOSPITAL HELIO ANJOS ORTIZ | E | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420540 | FLORIANOPOLIS | 0019305 | HOSPITAL DE FLORIANOPOLIS | E | | 10 | 480.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| SC | 420540 | FLORIANOPOLIS | 0019305 | HOSPITAL DE FLORIANOPOLIS | E | | 15 | 720.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SC | 420540 | FLORIANOPOLIS | 0019402 | IMPERIAL HOSPITAL DE CARIDADE | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420540 | FLORIANOPOLIS | 0019402 | IMPERIAL HOSPITAL DE CARIDADE | M | | 10 | 480.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| SC | 420540 | FLORIANOPOLIS | 2664879 | HOSPITAL NEREU RAMOS | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SC | 420540 | FLORIANOPOLIS | 2664879 | HOSPITAL NEREU RAMOS | E | | 6 | 288.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SC | 420540 | FLORIANOPOLIS | 2691841 | HOSPITAL GOVERNADOR CELSO RAMOS | E | | 14 | 672.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SC | 420540 | FLORIANOPOLIS | 3157245 | HOSPITAL UNIV PROFESSOR POLYDORO ERNANI DE SAO THIAGO | E | | 6 | 288.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| SC | 420540 | FLORIANOPOLIS | 3157245 | HOSPITAL UNIV PROFESSOR POLYDORO ERNANI DE SAO THIAGO | E | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| SC | 420540 | FLORIANOPOLIS | 3157245 | HOSPITAL UNIV PROFESSOR POLYDORO ERNANI DE SAO THIAGO | E | | 2 | 96.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| SC | 420590 | GASPAR | 2691485 | HOSPITAL DE GASPAR | M | | 20 | 960.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SC | 420690 | IBIRAMA | 2691884 | HOSPITAL DR WALDOMIRO COLAUTTI | E | | 10 | 480.000,00 | 769/GM/MS 22/04/2021 |
| SC | 420690 | IBIRAMA | 2691884 | HOSPITAL DR WALDOMIRO COLAUTTI | E | | 10 | 480.000,00 | 769/GM/MS 22/04/2021 |
| SC | 420690 | IBIRAMA | 2691884 | HOSPITAL DR WALDOMIRO COLAUTTI | E | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| SC | 420700 | IÇARA | 2420015 | FUNDACAO SOCIAL HOSPITALAR DE ICARA | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420730 | IMBITUBA | 2385880 | HOSPITAL SAO CAMILO | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SC | 420750 | INDAIAL | 2521873 | HOSPITAL BEATRIZ RAMOS | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| SC | 420750 | INDAIAL | 2521873 | HOSPITAL BEATRIZ RAMOS | M | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SC | 420820 | ITAJAI | 2522691 | HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN | M | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SC | 420820 | ITAJAI | 2522691 | HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN | M | | 5 | 240.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SC | 420820 | ITAJAI | 2522691 | HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN | M | | 10 | 480.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| SC | 420820 | ITAJAI | 2522691 | HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN | M | | 15 | 720.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420820 | ITAJAI | 2522691 | HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN | M | | 45 | 2.160.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SC | 420850 | ITUPORANGA | 2377829 | HOSPITAL BOM JESUS | E | | 5 | 240.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| SC | 420850 | ITUPORANGA | 2377829 | HOSPITAL BOM JESUS | E | | 1 | 48.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| SC | 420890 | JARAGUA DO SUL | 2306336 | HOSPITAL SÃO JOSÉ | M | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SC | 420890 | JARAGUÁ DO SUL | 2306336 | HOSPITAL SAO JOSE | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420890 | JARAGUÁ DO SUL | 2306344 | HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUA | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420900 | JOACABA | 2560771 | HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA | E | | 5 | 240.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SC | 420900 | JOACABA | 2560771 | HOSPITAL UNIVERSITARIO SANTA TEREZINHA | E | | 4 | 192.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| SC | 420900 | JOACABA | 2560771 | HOSPITAL UNIVERSITARIO SANTA TEREZINHA | E | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420910 | JOINVILLE | 2436450 | HOSPITAL REGIONAL HANS DIETER SCHMIDT | M | | 27 | 1.296.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SC | 420910 | JOINVILLE | 2436450 | HOSPITAL REGIONAL HANS DIETER SCHMIDT | M | | 13 | 624.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SC | 420910 | JOINVILLE | 2436469 | HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE | M | | 13 | 624.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420910 | JOINVILLE | 2436469 | HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE | M | | 20 | 960.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| SC | 420910 | JOINVILLE | 2436469 | HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ | M | | 12 | 576.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SC | 420910 | JOINVILLE | 2436469 | HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ | M | | 10 | 480.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SC | 420910 | JOINVILLE | 2521296 | HOSPITAL BETHESDA | M | | 8 | 384.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420910 | JOINVILLE | 2521296 | HOSPITAL BETHESDA | M | | 16 | 768.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| SC | 420910 | JOINVILLE | 2521296 | HOSPITAL BETHESDA | M | | 18 | 864.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420930 | LAGES | 2504316 | SOCIEDADE MAE DA DIVINA PROVIDENCIAHOSP N SRA DOS PRAZERES | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SC | 420930 | LAGES | 2504316 | SOCIEDADE MAE DA DIVINA PROVIDENCIAHOSP N SRA DOS PRAZERES | M | | 8 | 384.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420930 | LAGES | 2504332 | HOSPITAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS | M | | 7 | 336.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| SC | 420930 | LAGES | 2504332 | HOSPITAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS | M | | 9 | 432.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420930 | LAGES | 2504332 | HOSPITAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS | M | | 9 | 432.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| SC | 420930 | LAGES | 2504332 | HOSPITAL E MATENRIDADE TEREZA RAMOS | M | | 11 | 528.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SC | 420930 | LAGES | 2504332 | HOSPITAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS | M | | 9 | 432.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SC | 420930 | LAGES | 2662914 | HOSPITAL SEARA DO BEM MATERNO E INFANTIL | M | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SC | 420940 | LAGUNA | 2558017 | HOSPITAL DE CARIDADE S B J DOS PASSOS | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 421010 | MAFRA | 2379333 | HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO | E | | 14 | 672.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 421010 | MAFRA | 2379333 | HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SC | 421150 | NOVA TRENTO | 2778831 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEICAO | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 421150 | NOVA TRENTO | 2778831 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO | M | | 10 | 480.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| SC | 421480 | RIO DO SUL | 2568713 | HOSPITAL REGIONAL ALTO VALE | M | | 5 | 240.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SC | 421500 | RIO NEGRINHO | 2521695 | HOSPITAL RIO NEGRINHO | M | | 10 | 480.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SC | 421480 | RIO DO SUL | 2568713 | HOSPITAL REGIONAL ALTO VALE | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SC | 421580 | SAO BENTO DO SUL | 2521792 | HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMILIA | M | | 5 | 240.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SC | 421630 | SÃO JOÃO BATISTA | 2418967 | HOSPITAL MONSENHOR JOSE LOCKS DE SAO JOAO BATISTA | M | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| SC | 421660 | SÃO JOSÉ | 2555646 | HOSPITAL REGIONAL DE SAO JOSE DRHOMERO MIRANDA GOMES | E | | 14 | 672.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SC | 421720 | SAO MIGUEL DO OESTE | 6683134 | HOSPITAL REGIONAL TEREZINHA GAIO BASSO | E | | 2 | 96.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SC | 421720 | SÃO MIGUEL DO OESTE | 6683134 | HOSPITAL REGIONAL TEREZINHA GAIO BASSO | E | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SC | 421720 | SÃO MIGUEL DO OESTE | 6683134 | HOSPITAL REGIONAL TEREZINHA GAIO BASSO | E | | 12 | 576.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SC | 421660 | SÃO JOSÉ | 2302969 | ICSC | E | | 5 | 240.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| SC | 421660 | SÃO JOSÉ | 2302969 | ICSC | E | | 9 | 432.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SC | 421660 | SÃO JOSÉ | 2555646 | HOSPITAL REGIONAL DE SAO JOSE DRHOMERO MIRANDA GOMES | E | | 19 | 912.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| SC | 421820 | TIMBO | 2537192 | HOSPITAL E MATERNIDADE OASE | E | | 29 | 1.392.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SC | 421870 | TUBARÃO | 2491710 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO | E | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SC | 421870 | TUBARÃO | 2491710 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 421930 | VIDEIRA | 2302500 | HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR | E | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SC | 421950 | XANXERE | 2411393 | HOSPITAL REGIONAL SAO PAULO ASSEC | E | | 4 | 192.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SC | 421950 | XANXERE | 2411393 | HOSPITAL REGIONAL SAO PAULO ASSEC | E | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SC | 421950 | XANXERE | 2411393 | HOSPITAL REGIONAL SAO PAULO ASSEC | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC Total | | | | | | | 1115 | 53.520.000,00 | |
| SE | 280030 | ARACAJU | 0002232 | HOSPITAL SANTA IZABEL | M | | 8 | 384.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| SE | 280030 | ARACAJU | 0002275 | HOSPITAL SAO JOSE | M | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SE | 280030 | ARACAJU | 0002283 | HOSPITAL DE CIRURGIA | E | | 5 | 240.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| SE | 280030 | ARACAJU | 0002283 | HOSPITAL DE CIRURGIA | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SE | 280030 | ARACAJU | 0002283 | HOSPITAL DE CIRURGIA | E | | 10 | 480.000,00 | 635/GM/MS 07/04/2021 |
| SE | 280030 | ARACAJU | 0002283 | HOSPITAL DE CIRURGIA | E | | 5 | 240.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SE | 280030 | ARACAJU | 0002534 | HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SERGIPE HUSE | M | | 5 | 240.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| SE | 280030 | ARACAJU | 2444259 | CLINICA RENASCENCA SA | E | | 18 | 864.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| SE | 280030 | ARACAJU | 2816210 | HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO | E | | 12 | 576.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| SE | 280030 | ARACAJU | 2816210 | HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO | E | | 16 | 768.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SE | 280030 | ARACAJU | 3225798 | HOSPITAL DO CORACAO | E | | 7 | 336.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| SE | 280210 | ESTANCIA | 2423529 | HOSPITAL REGIONAL AMPARO DE MARIA | E | | 20 | 960.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SE | 280210 | ESTANCIA | 2423529 | HOSPITAL REGIONAL AMPARO DE MARIA | E | | 21 | 1.008.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SE | 280210 | ESTANCIA | 6901743 | HOSPITAL REGIONAL DE ESTANCIA JESSE FONTES | E | | 3 | 144.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SE | 280210 | ESTANCIA | 6901743 | HOSPITAL REGIONAL DE ESTANCIA JESSE FONTES | E | | 7 | 336.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| SE | 280210 | ESTANCIA | 6901743 | HOSPITAL REGIONAL DE ESTANCIA JESSE FONTES | E | | 8 | 384.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SE | 280350 | LAGARTO | 2421518 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SE | 280350 | LAGARTO | 2421518 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO | E | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SE | 280350 | LAGARTO | 6568343 | HOSPITAL UNIV MONSENHOR JOAO BATISTA DE CARVALHO DALTRO | E | | 13 | 624.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SE | 280350 | LAGARTO | 6568343 | HOSPITAL UNIV MONSENHOR JOAO BATISTA DE CARVALHO DALTRO | E | | 7 | 336.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SE Total | | | | | | | 201 | 9.648.000,00 | |
| SE | 280350 | LAGARTO | 6568343 | HOSPITAL UNIV MONSENHOR JOAO BATISTA DE CARVALHO DALTRO | E | | 7 | 336.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SE Total | | | | | | | 201 | 9.648.000,00 | |
| SP | 350010 | ADAMANTINA | 2077647 | SANTA CASA DE ADAMANTINA | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 350010 | ADAMANTINA | 2077647 | SANTA CASA DE ADAMANTINA | M | | 4 | 192.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 350160 | AMERICANA | 2058790 | HOSPITAL MUNICIPAL DR WALDEMAR TEBALDI | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 350170 | AMERICO BRASILIENSE | 6164366 | HOSPITAL ESTADUAL AMERICO BRASILIENSE | E | | 20 | 960.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 350190 | AMPARO | 2078848 | SANTA CASA ANNA CINTRA | M | | 9 | 432.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 350190 | AMPARO | 2078848 | SANTA CASA ANNA CINTRA | M | | 11 | 528.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| SP | 350210 | ANDRADINA | 2082691 | SANTA CASA DE ANDRADINA | E | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 350250 | APARECIDA | 2083051 | SANTA CASA DE APARECIDA | E | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 350280 | ARAÇATUBA | 2078775 | SANTA CASA DE ARACATUBA HOSPITAL SAGRADO CORACAO DE JESUS | E | | 6 | 288.000,00 | 558/GM/MS 26/03/2021 |
| SP | 350280 | ARAÇATUBA | 2078775 | SANTA CASA DE ARACATUBA HOSPITAL SAGRADO CORACAO DE JESUS | E | | 19 | 912.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 350280 | ARAÇATUBA | 2078775 | SANTA CASA DE ARACATUBA HOSPITAL SAGRADO CORACAO DE JESUS | E | | 10 | 480.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| SP | 350320 | ARARAQUARA | 2082527 | SANTA CASA DE ARARAQUARA | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 350330 | ARARAS | 2081253 | HOSPITAL SAO LUIZ DE ARARAS | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 350330 | ARARAS | 2081253 | HOSPITAL SAO LUIZ DE ARARAS | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 350330 | ARARAS | 2081253 | HOSPITAL SAO LUIZ DE ARARAS | M | | 15 | 720.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| SP | 350380 | ARTUR NOGUEIRA | 9208127 | INSTITUTO MEDIZIN DE SAUDE IMEDIS | M | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 350390 | ARUJA | 6628842 | PAM POSTO DE ATENDIMENTO MÉDICO BARRETO COVID-19 | M | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 350400 | ASSIS | 2081083 | SANTA CASA DE ASSIS | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 350400 | ASSIS | 2083094 | HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS | E | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 350400 | ASSIS | 2083094 | HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS | E | | 4 | 192.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 350450 | AVARÉ | 2083604 | SANTA CASA DE AVARE | M | | 4 | 192.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 350450 | AVARÉ | 2083604 | SANTA CASA DE AVARE | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 350550 | BARRETOS | 9662561 | HOSPITAL DE AMOR NOSSA SENHORA | M | | 36 | 1.728.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 350550 | BARRETOS | 9662561 | HOSPITAL DE AMOR NOSSA SENHORA | M | | 16 | 768.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 350570 | BARUERI | 6095666 | HOSPITAL MUNICIPAL DE BARUERI DR FRANCISCO MORAN | M | | 46 | 2.208.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| SP | 350570 | BARUERI | 6095666 | HOSPITAL MUNICIPAL DE BARUERI DR FRANCISCO MORAN | M | | 6 | 288.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| SP | 350590 | BATATAIS | 2082853 | HOSPITAL MAJOR ANTONIO CANDIDO BATATAIS | M | | 7 | 336.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 350590 | BATATAIS | 2082853 | HOSPITAL MAJOR ANTONIO CANDIDO BATATAIS | M | | 2 | 96.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 350600 | BAURU | 2790602 | HOSPITAL ESTADUAL BAURU | E | | 36 | 1.728.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 350635 | BERTIOGA | 2083272 | HOSPITAL MUNICIPAL DE BERTIOGA | M | | 5 | 240.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 350635 | BERTIOGA | 2083272 | HOSPITAL MUNICIPAL DE BERTIOGA | M | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 350650 | BIRIGUI | 2078252 | SANTA CASA DE BIRIGUI | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| SP | 350750 | BOTUCATU | 2748223 | HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU | E | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 350750 | BOTUCATU | 2748223 | HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU | E | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 350750 | BOTUCATU | 2748223 | HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU | E | | 24 | 1.152.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 350760 | BRAGANCA PAULISTA | 2688433 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BRAGANCA PAULISTA | M | | 6 | 288.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 350760 | BRAGANCA PAULISTA | 2688433 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BRAGANCA PAULISTA | M | | 17 | 816.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 350760 | BRAGANCA PAULISTA | 2704900 | HOSPITAL UNIVERSITARIO SAO FRANCISCO NA PROV DE DEUS | E | | 3 | 144.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| SP | 350760 | BRAGANCA PAULISTA | 2704900 | HOSPITAL UNIVERSITARIO SAO FRANCISCO NA PROV DE DEUS | E | | 6 | 288.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 350760 | BRAGANCA PAULISTA | 2704900 | HOSPITAL UNIVERSITARIO SAO FRANCISCO NA PROV DE DEUS | E | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| SP | 350850 | CAÇAPAVA | 2024756 | HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DA AJUDA | M | | 5 | 240.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| SP | 350900 | CAIERAS | 6817203 | HOSPITAL DE CLINICAS CAIEIRAS | M | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 350940 | CAJURU | 2023016 | CASA DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULO CAJURU | M | | 6 | 288.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| SP | 350950 | CAMPINAS | 2022648 | HOSPITAL IRMAOS PENTEADO E SANTA CASA DE CAMPINAS | M | | 7 | 336.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 350950 | CAMPINAS | 2022648 | HOSPITAL IRMAOS PENTEADO E SANTA CASA DE CAMPINAS | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 350950 | CAMPINAS | 2022648 | HOSPITAL IRMAOS PENTEADO E SANTA CASA DE CAMPINAS | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 350950 | CAMPINAS | 2079798 | HOSPITAL DAS CLINICAS DA UNICAMP DE CAMPINAS | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 350950 | CAMPINAS | 2081490 | HOSPITAL MUNICIPAL DR MARIO GATTI CAMPINAS | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 350950 | CAMPINAS | 2081490 | HOSPITAL MUNICIPAL DR MARIO GATTI CAMPINAS | M | | 24 | 1.152.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| SP | 350950 | CAMPINAS | 2081946 | CASA DE SAUDE | M | | 14 | 672.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 350950 | CAMPINAS | 2082128 | HOSPITAL E MATERNIDADE CELSO PIERRO | M | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 350950 | CAMPINAS | 2082128 | HOSPITAL E MATERNIDADE CELSO PIERRO | M | | 4 | 192.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| SP | 350950 | CAMPINAS | 6053858 | COMPLEXO HOSPITALAR PREFEITO EDIVALDO ORSI | M | | 15 | 720.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 350950 | CAMPINAS | 6053858 | COMPLEXO HOSPITALAR PREFEITO EDIVALDO ORSI | M | | 40 | 1.920.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 351020 | CAPAO BONITO | 2079097 | SANTA CASA DE CAPAO BONITO | M | | 5 | 240.000,00 | 1.147 GM/MS 07/06/2021 |
| SP | 351020 | CAPAO BONITO | 2079097 | SANTA CASA DE CAPAO BONITO | M | | 5 | 240.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | 351050 | CARAGUATATUBA | 0092894 | HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL NORTE | E | | 30 | 1.440.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 351050 | CARAGUATATUBA | 0092894 | HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL NORTE | E | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 351050 | CARAGUATATUBA | 2082926 | CASA DE SAUDE STELLA MARIS | M | | 1 | 48.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| SP | 351050 | CARAGUATATUBA | 2082926 | CASA DE SAUDE STELLA MARIS | M | | 6 | 288.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 351050 | CARAGUATATUBA | 2082926 | CASA DE SAUDE STELLA MARIS | M | | 6 | 288.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 351050 | CARAGUATATUBA | 2082926 | CASA DE SAUDE STELLA MARIS | M | | 7 | 336.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 351060 | CARAPICUIBA | 2792168 | HOSPITAL GERAL DE CARAPICUIBA | E | | 20 | 960.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 351110 | CATANDUVA | 2089335 | HOSP ESCOLA EMILIO CARLOS CATANDUVA | E | | 3 | 144.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 351110 | CATANDUVA | 2089335 | HOSP ESCOLA EMILIO CARLOS CATANDUVA | E | | 4 | 192.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 351110 | CATANDUVA | 2089335 | HOSP ESCOLA EMILIO CARLOS CATANDUVA | E | | 13 | 624.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 351110 | CATANDUVA | 2089335 | HOSP ESCOLA EMILIO CARLOS CATANDUVA | E | | 15 | 720.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 351280 | COSMÓPOLIS | 9639659 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE COSMOPOLIS | M | | 5 | 240.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 351300 | COTIA | 2792141 | HOSPITAL REGIONAL DE COTIA | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 351300 | COTIA | 2792141 | HOSPITAL REGIONAL DE COTIA | E | | 20 | 960.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 351340 | CRUZEIRO | 2024691 | SANTA CASA | M | | 4 | 192.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 351340 | CRUZEIRO | 2024691 | SANTA CASA | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 351340 | CRUZEIRO | 2024691 | SANTA CASA | M | | 12 | 576.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| SP | 351350 | CUBATÃO | 2078473 | HOSPITAL DR LUIZ CAMARGO DA FONSECA E SILVA | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 351380 | DIADEMA | 2080028 | HOSPITAL MUNICIPAL DE DIADEMA HMD | M | | 20 | 960.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| SP | 351380 | DIADEMA | 2080028 | HOSPITAL MUNICIPAL DE DIADEMA HMD | M | | 20 | 960.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 351380 | DIADEMA | 2084163 | HOSPITAL ESTADUAL DE DIADEMA HOSPITAL SERRARIA | E | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 351440 | DRACENA | 2750988 | SANTA CASA DE DRACENA | M | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 351440 | DRACENA | 2750988 | SANTA CASA DE DRACENA | M | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 351500 | EMBU DAS ARTES | 2079011 | HOSPITAL LEITO IRMA ANETTE MARLENE FERNANDES DE MELLO | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 351500 | EMBU DAS ARTES | 2079011 | HOSPITAL LEITO IRMA ANETTE MARLENE FERNANDES DE MELLO | M | | 5 | 240.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 351518 | ESPIRITO SANTO DO PINHAL | 2751623 | HOSPITAL FRANCISCO ROSAS | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 351518 | ESPIRITO SANTO DO PINHAL | 2751623 | HOSPITAL FRANCISCO ROSAS | M | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 351550 | FERNANDOPOLIS | 2093324 | SANTA CASA DE FERNANDOPOLIS | E | | 4 | 192.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 351550 | FERNANDOPOLIS | 2093324 | SANTA CASA DE FERNANDOPOLIS | E | | 4 | 192.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 351550 | FERNANDOPOLIS | 2093324 | SANTA CASA DE FERNANDOPOLIS | E | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 351570 | FERRAZ DE VASCONCELOS | 2080079 | HOSPITAL DR OSIRIS FLORINDO COELHO FERRAZ DE VASCONCELOS | E | | 10 | 480.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 351570 | FERRAZ DE VASCONCELOS | 2080079 | HOSPITAL DR OSIRIS FLORINDO COELHO FERRAZ DE VASCONCELOS | E | | 16 | 768.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 351570 | FERRAZ DE VASCONCELOS | 2080079 | HOSPITAL DR OSIRIS FLORINDO COELHO FERRAZ DE VASCONCELOS | E | | 10 | 480.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 351570 | FERRAZ DE VASCONCELOS | 2080079 | HOSPITAL DR OSIRIS FLORINDO COELHO FERRAZ DE VASCONCELOS | E | | 16 | 768.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 351620 | FRANCA | 0502138 | HOSPITAL ESTADUAL COVID19 FRANCA | E | | 15 | 720.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SP | 351620 | FRANCA | 2705982 | SANTA CASA DE FRANCA | E | | 30 | 1.440.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 351620 | FRANCA | 2705982 | SANTA CASA DE FRANCA | E | | 7 | 336.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 351630 | FRANCISCO MORATO | 3028399 | HOSPITAL ESTADUAL PROF CARLOS DA SILVA LACAZ FCO MORATO | E | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 351640 | FRANCO DA ROCHA | 2798220 | HOSPITAL PREVINA | M | | 27 | 1.296.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| SP | 351640 | FRANCO DA ROCHA | 6878687 | HOSPITAL ESTADUAL DR ALBANO DA FRANCA ROCHA SOBRINHO | E | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 351640 | FRANCO DA ROCHA | 6878687 | HOSPITAL ESTADUAL DR ALBANO DA FRANCA ROCHA SOBRINHO | E | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 351670 | GARCA | 9680500 | AHBB | M | | 4 | 192.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| SP | 351670 | GARCA | 9680500 | AHBB | M | | 6 | 288.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 351840 | GUARATINGUETA | 2081512 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUARATINGUETA | M | | 10 | 480.000,00 | 499/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 351840 | GUARATINGUETA | 2081512 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUARATINGUETA | M | | 15 | 720.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 351870 | GUARUJA | 2754843 | HOSPITAL SANTO AMARO | M | | 3 | 144.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 351870 | GUARUJA | 2754843 | HOSPITAL SANTO AMARO | M | | 10 | 480.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| SP | 351870 | GUARUJA | 2754843 | HOSPITAL SANTO AMARO | M | | 7 | 336.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 351880 | GUARULHOS | 2079410 | COMPLEXO HOSPITALAR PADRE BENTO DE GUARULHOS | E | | 9 | 432.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 351880 | GUARULHOS | 2079410 | COMPLEXO HOSPITALAR PADRE BENTO DE GUARULHOS | E | | 10 | 480.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 351880 | GUARULHOS | 2079410 | COMPLEXO HOSPITALAR PADRE BENTO DE GUARULHOS | E | | 18 | 864.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 351880 | GUARULHOS | 2080338 | HOSPITAL GERAL DE GUARULHOS PROF DR WALDEMAR DE CARVALHO | E | | 15 | 720.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 351880 | GUARULHOS | 2080338 | HOSPITAL GERAL DE GUARULHOS PROF DR WALDEMAR DE CARVALHO | E | | 25 | 1.200.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 351880 | GUARULHOS | 2082861 | HOSP MUNICIPAL DE URGENCIAS HMU | M | | 22 | 1.056.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SP | 351907 | HORTOLÂNDIA | 2087715 | HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL GOVERNADOR MARIO COVAS | M | | 7 | 336.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| SP | 351960 | IBITINGA | 2082640 | SANTA CASA DE CARIDADE E MATERNIDADE IBITINGA | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 352010 | IGARAPAVA | 2079348 | SANTA CASA DE IGARAPAVA | M | | 10 | 480.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| SP | 352044 | ILHA SOLTEIRA | 2078511 | HOSPITAL REGIONAL DE ILHA SOLTEIRA | E | | 6 | 288.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 352050 | INDAIATUBA | 2784602 | HOSPITAL AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 352050 | INDAIATUBA | 2784602 | HOSPITAL AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO | M | | 10 | 480.000,00 | 769/GM/MS 22/04/2021 |
| SP | 352130 | IPUA | 2080451 | SANTA CASA DE IPUA | M | | 15 | 720.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 352210 | ITANHAEM | 2087804 | HOSPITAL REGIONAL JORGE ROSSMANN DE ITANHAEM | E | | 8 | 384.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 352210 | ITANHAEM | 2087804 | HOSPITAL REGIONAL JORGE ROSSMANN DE ITANHAEM | E | | 12 | 576.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 352220 | ITAPECERICA DA SERRA | 2792176 | HOSPITAL GERAL DE ITAPECERICA DA SERRA | E | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 352230 | ITAPETININGA | 3139050 | HOSPITAL DR LEO ORSI BERNARDES ITAPETININGA | M | | 4 | 192.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 352230 | ITAPETININGA | 3139050 | HOSPITAL DR LEO ORSI BERNARDES ITAPETININGA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 352230 | ITAPETININGA | 3139050 | HOSPITAL DR LEO ORSI BERNARDES ITAPETININGA | M | | 1 | 48.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| SP | 352240 | ITAPEVA | 2027186 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAPEVA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 352250 | ITAPEVI | 2078104 | HOSPITAL GERAL DE ITAPEVI | E | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 352250 | ITAPEVI | 2078104 | HOSPITAL GERAL DE ITAPEVI | E | | 15 | 720.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 352260 | ITAPIRA | 2081091 | HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPIRA | M | | 15 | 720.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 352270 | ITÁPOLIS | 2079836 | SANTA CASA DE MISERICORDIA ITAPOLIS | M | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 352310 | ITAQUAQUECETUBA | 2078562 | HOSPITAL GERAL DE ITAQUAQUECETUBA | E | | 20 | 960.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 352340 | ITATIBA | 2023709 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITATIBA | M | | 12 | 576.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 352340 | ITATIBA | 2023709 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITATIBA | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 352390 | ITU | 2092298 | SANTA CASA DE ITU | M | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 352400 | ITUPEVA | 2078538 | HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA | M | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 352400 | ITUPEVA | 2078538 | HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA | M | | 4 | 192.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 352410 | ITUVERAVA | 2751704 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITUVERAVA | M | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 352410 | ITUVERAVA | 2751704 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITUVERAVA | M | | 5 | 240.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 352430 | JABOTICABAL | 2025477 | HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA ISABEL DE JABOTICABAL | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 352430 | JABOTICABAL | 2025477 | HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA ISABEL DE JABOTICABAL | M | | 3 | 144.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SP | 352440 | JACAREI | 2085194 | HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS | M | | 4 | 192.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 352440 | JACAREI | 2096412 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JACAREI | M | | 6 | 288.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 352440 | JACAREI | 2096412 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JACAREI | M | | 6 | 288.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 352450 | JACI | 2081466 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA DIVINA PROVIDENCIA | E | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 352470 | JAGUARIÚNA | 2023474 | HOSPITAL MUNICIPAL WALTER FERRARI | M | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 352470 | JAGUARIÚNA | 2023474 | HOSPITAL MUNICIPAL WALTER FERRARI | M | | 9 | 432.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 352480 | JALES | 2079895 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JALES | E | | 1 | 48.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 352480 | JALES | 2079895 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JALES | E | | 9 | 432.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 352530 | JAU | 2083086 | HOSPITAL AMARAL CARVALHO JAU | E | | 9 | 432.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| SP | 352530 | JAU | 2791722 | SANTA CASA DE JAU | M | | 28 | 1.344.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 352590 | JUNDIAI | 2786435 | HCSVP HOSPITAL SAO VICENTE | M | | 17 | 816.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| SP | 352590 | JUNDIAI | 2786435 | HCSVP HOSPITAL SAO VICENTE | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 352590 | JUNDIAI | 2786435 | HCSVP HOSPITAL SAO VICENTE | M | | 29 | 1.392.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 352640 | LARANJAL PAULISTA | 2079976 | SANTA CASA DE LARANJAL PAULISTA | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 352640 | LARANJAL PAULISTA | 2079976 | SANTA CASA DE LARANJAL PAULISTA | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 352670 | LEME | 2078074 | SANTA CASA DE LEME | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 352670 | LEME | 2078074 | SANTA CASA DE LEME | M | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 352670 | LEME | 2078074 | SANTA CASA DE LEME | M | | 8 | 384.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| SP | 352680 | LENCOIS PAULISTA | 2077582 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE | M | | 2 | 96.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 352680 | LENCOIS PAULISTA | 2077582 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE | M | | 7 | 336.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 352680 | LENÇOIS PAULISTA | 2077582 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE | M | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 352690 | LIMEIRA | 2081458 | SANTA CASA DE LIMEIRA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 352690 | LIMEIRA | 2081458 | SANTA CASA DE LIMEIRA | M | | 9 | 432.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| SP | 352690 | LIMEIRA | 2087103 | SOCIEDADE OPERARIA HUMANITARIA LIMEIRA | M | | 16 | 768.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 352690 | LIMEIRA | 2087103 | SOCIEDADE OPERARIA HUMANITARIA LIMEIRA | M | | 13 | 624.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | 352710 | LINS | 2758245 | SANTA CASA DE LINS | M | | 5 | 240.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SP | 352720 | LORENA | 2087111 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA LORENA | M | | 18 | 864.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 352730 | LOUVEIRA | 2079917 | SANTA CASA DE LOUVEIRA | M | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 352730 | LOUVEIRA | 2079917 | SANTA CASA DE LOUVEIRA | M | | 6 | 288.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 352900 | MARILIA | 2025507 | HOSPITAL DAS CLINICAS HCFAMEMA | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 352900 | MARILIA | 2025507 | HOSPITAL DAS CLINICAS HCFAMEMA | E | | 20 | 960.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 352900 | MARILIA | 2025507 | HOSPITAL DAS CLINICAS HCFAMEMA | E | | 10 | 480.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 352900 | MARILIA | 2025507 | HOSPITAL DAS CLINICAS HCFAMEMA | E | | 4 | 192.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| SP | 352900 | MARILIA | 2083116 | SANTA CASA DE MARILIA | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 352900 | MARILIA | 2083116 | SANTA CASA DE MARILIA | M | | 2 | 96.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 352900 | MARILIA | 5860490 | HOSPITAL UNIVERSITARIO DE MARILIA | M | | 6 | 288.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 352900 | MARILIA | 5860490 | HOSPITAL UNIVERSITARIO DE MARILIA | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 352930 | MATAO | 2090961 | HOSPITAL CARLOS FERNANDO MALZONI MATAO | E | | 5 | 240.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SP | 352930 | MATAO | 2090961 | HOSPITAL CARLOS FERNANDO MALZONI MATAO | E | | 8 | 384.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 352940 | MAUA | 2082349 | HOSPITAL DE CLINICAS DR RADAMES NARDINI | M | | 30 | 1.440.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 352940 | MAUA | 2082349 | HOSPITAL DE CLINICAS DR RADAMES NARDINI | M | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 353010 | MIRANDOPOLIS | 2083019 | HOSPITAL ESTADUAL DE MIRANDOPOLIS DR OSWALDO BRANDI FARIA | E | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 353050 | MOCOCA | 2705222 | SANTA CASA DE MOCOCA MOCOCA | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 353060 | MOGI DAS CRUZES | 2080680 | HOSPITAL DAS CLINICAS LUZIA DE PINHO MELO MOGI DAS CRUZES | E | | 28 | 1.344.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 353060 | MOGI DAS CRUZES | 2084236 | CENTRO ESP EM REABILITACAO DR ARNALDO PEZZUTI CAVALCANTI MOG | E | | 10 | 480.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 353060 | MOGI DAS CRUZES | 2084236 | CENTRO ESP EM REABILITACAO DR ARNALDO PEZZUTI CAVALCANTI MOG | E | | 30 | 1.440.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 353060 | MOGI DAS CRUZES | 7473702 | HOSP MUN DE MOGI DAS CRUZES PREF WALDEMAR COSTA FILHO | M | | 40 | 1.920.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 353060 | MOGI DAS CRUZES | 7473702 | HOSP MUN DE MOGI DAS CRUZES PREF WALDEMAR COSTA FILHO | M | | 26 | 1.248.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 353070 | MOGI GUACU | 2096463 | SANTA CASA DE MOGI GUACU | M | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 353070 | MOGI GUACU | 2096498 | HOSPITAL MUNICPAL DR TABAJARA RAMOS | M | | 2 | 96.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| SP | 353070 | MOGI GUACU | 2096498 | HOSPITAL MUNICIPAL DR TABAJARA RAMOS | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 353070 | MOGI GUACU | 2096498 | HOSPITAL MUNICIPAL DR TABAJARA RAMOS | M | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| SP | 353080 | MOGI MIRIM | 2088193 | IRMANDADE DA STA CASA DE MISERICORD DE MOGI MIRIM MOGI MIRIM | M | | 14 | 672.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 353130 | MONTE ALTO | 2028204 | SANTA CASA DE MONTE ALTO | M | | 3 | 144.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 353130 | MONTE ALTO | 2028204 | SANTA CASA DE MONTE ALTO | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 353350 | NOVO HORIZONTE | 2088487 | SANTA CASA DE NOVO HORIZONTE | M | | 4 | 192.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 353350 | NOVO HORIZONTE | 2088487 | SANTA CASA DE NOVO HORIZONTE | M | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 353390 | OLIMPIA | 2082845 | SANTA CASA DE OLIMPIA | M | | 5 | 240.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| SP | 353390 | OLIMPIA | 2082845 | SANTA CASA DE OLIMPIA | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 353390 | OLIMPIA | 2082845 | SANTA CASA DE OLIMPIA | M | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 353440 | OSASCO | 0008028 | HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO GIGLIO | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 353440 | OSASCO | 0008028 | HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO GIGLIO | M | | 22 | 1.056.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| SP | 353440 | OSASCO | 0008052 | HOSPITAL REGIONAL DR VIVALDO MARTINS SIMOES OSASCO | E | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 353440 | OSASCO | 0008052 | HOSPITAL REGIONAL DR VIVALDO MARTINS SIMOES OSASCO | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 353440 | OSASCO | 0008052 | HOSPITAL REGIONAL DR VIVALDO MARTINS SIMOES OSASCO | E | | 20 | 960.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 353440 | OSASCO | 0008052 | HOSPITAL REGIONAL DR VIVALDO MARTINS SIMOES OSASCO | E | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 353460 | OSVALDO CRUZ | 2082586 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OSVALDO CRUZ | M | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 353460 | OSVALDO CRUZ | 2082586 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OSVALDO CRUZ | M | | 4 | 192.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 353470 | OURINHOS | 4049020 | SANTA CASA DE OURINHOS | M | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 353470 | OURINHOS | 4049020 | SANTA CASA DE OURINHOS | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 353550 | PARAGUAÇU PAULISTA | 2082519 | SANTA CASA DE PARAGUACU PAULISTA | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 353550 | PARAGUAÇU PAULISTA | 2082519 | SANTA CASA DE PARAGUACU PAULISTA | M | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 353620 | PARIQUERA-AÇU | 2077434 | HOSPITAL DR LEOPOLDO BEVILACQUA | E | | 5 | 240.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 353620 | PARIQUERA-AÇU | 2077434 | HOSPITAL DR LEOPOLDO BEVILACQUA | E | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 353650 | PAULINIA | 2081059 | HOSPITAL MUNICIPAL DE PAULINIA | M | | 4 | 192.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 353650 | PAULINIA | 2081059 | HOSPITAL MUNICIPAL DE PAULINIA | M | | 6 | 288.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| SP | 353670 | PEDERNEIRAS | 2791749 | SANTA CASA DE PEDERNEIRAS | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 353670 | PEDERNEIRAS | 2791749 | SANTA CASA DE PEDERNEIRAS | M | | 3 | 144.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 353710 | PEDREIRA | 2078422 | FUNBEPE PEDREIRA | M | | 5 | 240.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 353710 | PEDREIRA | 2078422 | FUNBEPE PEDREIRA | M | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 353730 | PENÁPOLIS | 2078503 | SANTA CASA DE PENAPOLIS | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 353780 | PIEDADE | 2083175 | SANTA CASA PIEDADE | M | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 353800 | PINDAMONHANGABA | 2755092 | SANTA CASA DE PINDAMONHANGABA | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 353800 | PINDAMONHANGABA | 2755092 | SANTA CASA DE PIDAMONHANGABA | M | | 2 | 96.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SP | 353870 | PIRACICABA | 2087057 | HOSPITAL DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 353870 | PIRACICABA | 2087057 | HOSPITAL DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA | M | | 8 | 384.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 353870 | PIRACICABA | 2772310 | SANTA CASA DE PIRACICABA | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 353870 | PIRACICABA | 2772310 | SANTA CASA DE PIRACICABA | M | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 353870 | PIRACICABA | 9425802 | HOSPITAL REGIONAL DE PIRACICABA | E | | 12 | 576.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 353870 | PIRACICABA | 9425802 | HOSPITAL REGIONAL DE PIRACICABA | E | | 18 | 864.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| SP | 353930 | PIRASSUNUNGA | 2785382 | SANTA CASA DE PIRASSUNUNGA | M | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354070 | PORTO FERREIRA | 2082322 | HOSPITAL DONA BALBINA | M | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354100 | PRAIA GRANDE | 2716097 | COMPLEXO HOSPITALAR IRMA DULCE O S S | M | | 30 | 1.440.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354130 | PRESIDENTE EPITÁCIO | 2751038 | SANTA CASA DE PRESIDENTE EPITACIO | M | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354140 | PRESIDENTE PRUDENTE | 2080532 | SANTA CASA HOSP DR ARISTOTELES OLIVEIRA MARTINS PRES PRUDENT | E | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 354140 | PRESIDENTE PRUDENTE | 2080532 | SANTA CASA HOSP DR ARISTOTELES OLIVEIRA MARTINS PRES PRUDENT | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 354140 | PRESIDENTE PRUDENTE | 2755130 | HOSPITAL DOMINGOS LEONARDO CERAVOLO PRESIDENTE PRUDENTE | E | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| SP | 354140 | PRESIDENTE PRUDENTE | 2755130 | HOSPITAL DOMINGOS LEONARDO CERAVOLO PRESIDENTE PRUDENTE | E | | 20 | 960.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354140 | PRESIDENTE PRUDENTE | 2755130 | HOSPITAL DOMINGOS LEONARDO CERAVOLO PRESIDENTE PRUDENTE | E | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 354160 | PROMISSÃO | 2790610 | HOSPITAL GERAL PREFEITO MIGUEL MARTIN GUALDA DE PROMISSAO | E | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354220 | RANCHARIA | 2081873 | HOSPITAL E MATERNIDADE DE RANCHARIA | E | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354260 | REGISTRO | 2079593 | HOSPITAL SAO JOAO REGISTRO | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 354260 | REGISTRO | 9556095 | HOSPITAL REGIONAL DE REGISTRO REGISTRO | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 354260 | REGISTRO | 9556095 | HOSPITAL REGIONAL DE REGISTRO REGISTRO | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 354340 | RIBEIRÃO PRETO | 2080400 | HOSPITAL IMACULADA CONCEIÇÃO RIBEIRÃO PRETO | M | | 2 | 96.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| SP | 354340 | RIBEIRÃO PRETO | 2080400 | HOSPITAL IMACULADA CONCEICAO RIBEIRAO PRETO | M | | 8 | 384.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 354340 | RIBEIRÃO PRETO | 2081164 | HOSPITAL SANTA LYDIA RIBEIRAO PRETO | M | | 21 | 1.008.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | 354340 | RIBEIRÃO PRETO | 2081164 | HOSPITAL SANTA LYDIA RIBEIRAO PRETO | M | | 3 | 144.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 354340 | RIBEIRÃO PRETO | 2081164 | HOSPITAL SANTA LYDIA RIBEIRAO PRETO | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 354340 | RIBEIRÃO PRETO | 2082187 | HOSPITAL DAS CLINICAS FAEPA RIBEIRAO PRETO | E | | 19 | 912.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| SP | 354340 | RIBEIRÃO PRETO | 2082187 | HOSPITAL DAS CLINICAS FAEPA RIBEIRAO PRETO | E | | 12 | 576.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 354340 | RIBEIRÃO PRETO | 2082187 | HOSPITAL DAS CLINICAS FAEPA RIBEIRAO PRETO | E | | 25 | 1.200.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 354340 | RIBEIRÃO PRETO | 2082187 | HOSPITAL DAS CLINICAS FAEPA RIBEIRAO PRETO | E | | 26 | 1.248.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354340 | RIBEIRÃO PRETO | 2084414 | SANTA CASA DE RIBEIRAO PRETO | M | | 4 | 192.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 354340 | RIBEIRÃO PRETO | 2084414 | SANTA CASA DE RIBEIRAO PRETO | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 354340 | RIBEIRÃO PRETO | 5171946 | HOSPITAL SAO LUCAS RIBEIRANIA | M | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 354390 | RIO CLARO | 2082888 | SANTA CASA DE RIO CLARO | M | | 8 | 384.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354390 | RIO CLARO | 2082888 | SANTA CASA DE RIO CLARO | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 354400 | RIO DAS PEDRAS | 2766167 | HOSPITAL E MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO RIO DAS PEDRAS | M | | 5 | 240.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 354580 | SANTA BARBARA D'OESTE | 2079232 | HOSPITAL SANTA BARBARA | M | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354580 | SANTA BARBARA D'OESTE | 2079232 | HOSPITAL SANTA BARBARA | M | | 15 | 720.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| SP | 354580 | SANTA BARBARA D'OESTE | 2079232 | HOSPITAL SANTA BARBARA | M | | 5 | 240.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 354640 | SANTA CRUZ DO RIO PARDO | 2084058 | SANTA CASA MISER STACRUZ RIO PARDO | M | | 5 | 240.000,00 | 769/GM/MS 22/04/2021 |
| SP | 354660 | SANTA FÉ DO SUL | 2093332 | SANTA CASA DE SANTA FE DO SUL | M | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 354780 | SANTO ANDRE | 0008923 | CENTRO HOSPITALAR DE SANTO ANDRE DR NEWTON DA COSTA BRANDAO | M | | 70 | 3.360.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 354780 | SANTO ANDRE | 0008923 | CENTRO HOSPITALAR DE SANTO ANDRE DR NEWTON DA COSTA BRANDAO | M | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354780 | SANTO ANDRE | 0008923 | CENTRO HOSPITALAR DE SANTO ANDRE DR NEWTON DA COSTA BRANDAO | M | | 20 | 960.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 354780 | SANTO ANDRE | 0008923 | CENTRO HOSPITALAR DE SANTO ANDRE DR NEWTON DA COSTA BRANDAO | M | | 32 | 1.536.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 354780 | SANTO ANDRE | 2080273 | HOSPITAL ESTADUAL MARIO COVAS DE SANTO ANDRE | E | | 13 | 624.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 354850 | SANTOS | 0104795 | HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL VITORIA | M | | 40 | 1.920.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 354850 | SANTOS | 2025752 | SANTA CASA DE SANTOS | M | | 30 | 1.440.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| SP | 354850 | SANTOS | 2079720 | HOSPITAL GUILHERME ALVARO SANTOS | E | | 19 | 912.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354850 | SANTOS | 2079720 | HOSPITAL GUILHERME ALVARO SANTOS | E | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 354850 | SANTOS | 2080354 | HOSPITAL SANTO ANTONIO SANTOS | M | | 9 | 432.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 354850 | SANTOS | 2698471 | SECAO HOSPITAL MUNICIPAL DR ARTHUR DOMINGUES PINTO | M | | 13 | 624.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| SP | 354850 | SANTOS | 6998704 | COMPLEXO HOSPITALAR DOS ESTIVADORES | M | | 20 | 960.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354850 | SANTOS | 6998704 | COMPLEXO HOSPITALAR DOS ESTIVADORES | M | | 20 | 960.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| SP | 354870 | SAO BERNARDO DO CAMPO | 0105759 | HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL DE URGENCIA | M | | 9 | 432.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| SP | 354870 | SAO BERNARDO DO CAMPO | 0105759 | HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL DE URGENCIA | M | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 354870 | SAO BERNARDO DO CAMPO | 0105759 | HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL DE URGENCIA | M | | 70 | 3.360.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 354870 | SAO BERNARDO DO CAMPO | 0105767 | HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL ANCHIETA | M | | 1 | 48.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 354870 | SAO BERNARDO DO CAMPO | 0105759 | HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL DE URGENCIA | M | | 70 | 3.360.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 354870 | SAO BERNARDO DO CAMPO | 0105767 | HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL ANCHIETA | M | | 1 | 48.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 354870 | SAO BERNARDO DO CAMPO | 0105767 | HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL ANCHIETA | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| SP | 354870 | SAO BERNARDO DO CAMPO | 0105767 | HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL ANCHIETA | M | | 19 | 912.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 354870 | SAO BERNARDO DO CAMPO | 2069776 | HOSPITAL E PRONTO SOCORRO CENTRAL | M | | 19 | 912.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| SP | 354870 | SAO BERNARDO DO CAMPO | 7373465 | HOSPITAL DE CLINICAS MUNICIPAL | M | | 20 | 960.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| SP | 354870 | SAO BERNARDO DO CAMPO | 7373465 | HOSPITAL DE CLINICAS MUNICIPAL | M | | 30 | 1.440.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 354880 | SAO CAETANO DO SUL | 2082594 | COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL | M | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 354880 | SAO CAETANO DO SUL | 2082594 | COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL | M | | 40 | 1.920.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 354880 | SAO CAETANO DO SUL | 6938361 | HOSPITAL SAO CAETANO | M | | 30 | 1.440.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| SP | 354890 | SAO CARLOS | 2080931 | SANTA CASA DE SAO CARLOS | M | | 16 | 768.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 354890 | SAO CARLOS | 5586348 | HOSPITAL UNIVERST DA UFSCAR PROF DR HORACIO C PANEPUCCI | M | | 4 | 192.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| SP | 354910 | SÃO JOÃO DA BOA VISTA | 2084228 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DONA CAROLINA MALHEIROS SJBV | M | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354940 | SÃO JOAQUIM DA BARRA | 2080044 | SANTA CASA DE SAO JOAQUIM DA BARRA | E | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354970 | SAO JOSE DO RIO PARDO | 2080923 | HOSPITAL SAO VICENTE | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 354980 | SAO JOSE DO RIO PRETO | 2077396 | HOSPITAL DE BASE DE SAO JOSE DO RIO PRETO | E | | 20 | 960.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 354980 | SAO JOSE DO RIO PRETO | 2077396 | HOSPITAL DE BASE DE SAO JOSE DO RIO PRETO | E | | 30 | 1.440.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354980 | SAO JOSE DO RIO PRETO | 2077396 | HOSPITAL DE BASE DE SAO JOSE DO RIO PRETO | E | | 49 | 2.352.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 354980 | SAO JOSE DO RIO PRETO | 2798298 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO JOSE DO RIO PRETO | M | | 12 | 576.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 354980 | SAO JOSE DO RIO PRETO | 2798298 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO JOSE DO RIO PRETO | M | | 36 | 1.728.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 354990 | SÃO JOSÉ DOS CAMPOS | 2748029 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO JOSE DOS CAMPOS | E | | 6 | 288.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354990 | SÃO JOSÉ DOS CAMPOS | 9491252 | DR RUBENS SAVASTANO HOSPITAL REGIONAL DE SAO JOSE DOS CAMPOS | E | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355010 | SÃO MANUEL | 2080443 | HOSPITAL DA CASA PIA SAO VICENTE DE PAULA | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 0102075 | HOSPITAL MUNICIPAL BELA VISTA SANTA DULCE DOS POBRES | M | | 70 | 3.360.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 0102105 | HOSPITAL MUNICIPAL BRASILANDIA | M | | 222 | 10.656.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 0158100 | HOSPITAL MUNICIPAL BRIGADEIRO | M | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 0158119 | COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL SOROCABANA | M | | 6 | 288.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 0158119 | COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL SOROCABANA | M | | 6 | 288.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 0161438 | HOSPITAL MUNICIPAL GUARAPIRANGA | M | | 20 | 960.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 0161438 | HOSPITAL MUNICIPAL GUARAPIRANGA | M | | 140 | 6.720.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2028840 | INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS SAO PAULO | E | | 7 | 336.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2028840 | INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS SAO PAULO | E | | 3 | 144.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2028840 | INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS SAO PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2028840 | INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS SAO PAULO | E | | 50 | 2.400.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2066092 | HOSPITAL GERAL DE PEDREIRA | E | | 20 | 960.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2066572 | HOSPITAL HELIOPOLIS UNIDADE DE GESTAO ASSISTENCIAL I SP | E | | 8 | 384.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2066572 | HOSPITAL HELIOPOLIS UNIDADE DE GESTAO ASSISTENCIAL I SP | E | | 10 | 480.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2071568 | HC DA FMUSP INSTITUTO DO CORACAO INCOR SAO PAULO | E | | 19 | 912.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2071568 | HC DA FMUSP INSTITUTO DO CORACAO INCOR SAO PAULO | E | | 21 | 1.008.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2075717 | HOSP MUN MATERNIDADE PROFESSOR MARIO DEGNI | M | | 10 | 480.000,00 | 735 GM/MS 19/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2075962 | HOSP DA STA CASA DE STO AMARO | M | | 20 | 960.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2076896 | HOSPITAL SAO LUIZ GONZAGA | M | | 20 | 960.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077426 | HOSPITAL ESTADUAL DE VILA ALPINA ORG SOCIAL SECONCI SAO PAUL | E | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077426 | HOSPITAL ESTADUAL DE VILA ALPINA ORG SOCIAL SECONCI SAO PAUL | E | | 10 | 480.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077450 | HOSP MUN PIRITUBA JOSE SOARES HUNGRIA | M | | 1 | 48.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077450 | HOSP MUN PIRITUBA JOSE SOARES HUNGRIA | M | | 70 | 3.360.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077477 | HOSPITAL SANTA MARCELINA SAO PAULO | E | | 44 | 2.112.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077477 | HOSPITAL SANTA MARCELINA SAO PAULO | E | | 35 | 1.680.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077485 | HOSPITAL SÃO PAULO HOSPITAL DE ENSINO DA UNIFESP SÃO PAULO | E | | 19 | 912.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077485 | HOSPITAL SAO PAULO HOSPITAL DE ENSINO DA UNIFESP SAO PAULO | E | | 54 | 2.592.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077493 | HOSPITAL GERAL DE SAO MATEUS SAO PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077493 | HOSPITAL GERAL DE SAO MATEUS SAO PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077523 | UNIDADE DE GESTAO ASSISTENCIAL II HOSPITAL IPIRANGA SP | E | | 3 | 144.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077523 | UNIDADE DE GESTAO ASSISTENCIAL II HOSPITAL IPIRANGA SP | E | | 15 | 720.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077574 | CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI SAO PAULO | E | | 20 | 960.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077574 | CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI SAO PAULO | E | | 5 | 240.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077574 | CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI SAO PAULO | E | | 15 | 720.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077620 | HOSPITAL GERAL SANTA MARCELINA DE ITAIM PAULISTA SAO PAULO | E | | 20 | 960.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077639 | HOSP MUN PROF DR WALDOMIRO DE PAULA | M | | 59 | 2.832.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077639 | HOSP MUN PROF DR WALDOMIRO DE PAULA | M | | 1 | 48.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2077671 | HOSPITAL GERAL DO GRAJAU PROF LIBER JOHN ALPHONSE DI DIO SP | E | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2078015 | HC DA FMUSP HOSPITAL DAS CLINICAS SAO PAULO | E | | 20 | 960.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2078015 | HC DA FMUSP HOSPITAL DAS CLINICAS SAO PAULO | E | | 130 | 6.240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2079186 | HOSP MUN MAT ESC DR MARIO DE MORAES A SILVA | M | | 7 | 336.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2079240 | HOSPITAL GERAL JESUS TEIXEIRA DA COSTA GUAIANASES SAO PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2079240 | HOSPITAL GERAL JESUS TEIXEIRA DA COSTA GUAIANASES SAO PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2079240 | HOSPITAL GERAL JESUS TEIXEIRA DA COSTA GUAIANASES SAO PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2079445 | HOSPITAL SANTA ISABEL | M | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2080346 | HOSP MUN DR CARMINO CARICCHIO | M | | 6 | 288.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2080346 | HOSP MUN DR CARMINO CARICCHIO | M | | 4 | 192.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2080494 | HOSPITAL DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA | M | | 20 | 960.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2080583 | HOSP MUN TIDE SETUBAL | M | | 6 | 288.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2080583 | HOSP MUN TIDE SETUBAL | M | | 90 | 4.320.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2081970 | HOSP MUN JABAQUARA ARTUR RIBEIRO DE SABOYA | M | | 33 | 1.584.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2082225 | HOSPITAL KATIA DE SOUZA RODRIGUES TAIPAS SAO PAULO | E | | 11 | 528.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2082225 | HOSPITAL KATIA DE SOUZA RODRIGUES TAIPAS SAO PAULO | E | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2082829 | HOSP MUN PROFESSOR DOUTOR ALIPIO CORREA NETTO | M | | 6 | 288.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2082829 | HOSP MUN PROFESSOR DOUTOR ALIPIO CORREA NETTO | M | | 4 | 192.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2084473 | HOSP MUN DR IGNACIO PROENCA DE GOUVEA | M | | 10 | 480.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2084473 | HOSP MUN DR IGNACIO PROENCA DE GOUVEA | M | | 20 | 960.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2088495 | INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA IDPC SÃO PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2088495 | INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA IDPC SÃO PAULO | E | | 23 | 1.104.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2088495 | INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA IDPC SÃO PAULO | E | | 7 | 336.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2091313 | HOSPITAL REGIONAL SUL SAO PAULO | E | | 7 | 336.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2091313 | HOSPITAL REGIONAL SUL SAO PAULO | E | | 11 | 528.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2091313 | HOSPITAL REGIONAL SUL SAO PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2091585 | HOSPITAL ESTADUAL DE SAPOPEMBA SAO PAULO | E | | 20 | 960.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2091755 | HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO DR JOSE PANGELLA SAO PAULO | E | | 11 | 528.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2091755 | HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO DR JOSE PANGELLA SAO PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2091755 | HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO DR JOSE PANGELLA SAO PAULO | E | | 25 | 1.200.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2688573 | HOSPITAL GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA SAO PAULO | E | | 14 | 672.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2688573 | HOSPITAL GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA SAO PAULO | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2688689 | SANTA CASA DE SAO PAULO HOSPITAL CENTRAL SAO PAULO | E | | 52 | 2.496.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2688689 | SANTA CASA DE SAO PAULO HOSPITAL CENTRAL SAO PAULO | E | | 20 | 960.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 2786680 | HOSP MUN FERNANDO MAURO PIRES DA ROCHA | M | | 20 | 960.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 3212130 | HOSP MUN VER JOSE STOROPOLLI | M | | 10 | 480.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 3212130 | HOSP MUN VER JOSE STOROPOLLI | M | | 20 | 960.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 5420938 | HOSP MUN CARMEN PRUDENTE | M | | 18 | 864.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 5420938 | HOSP MUN CARMEN PRUDENTE | M | | 30 | 1.440.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 5718368 | HOSP MUN M BOI MIRIM | M | | 110 | 5.280.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 5718368 | HOSP MUN M BOI MIRIM | M | | 15 | 720.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 5718368 | HOSP MUN M BOI MIRIM | M | | 30 | 1.440.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 7252455 | HOSPITAL PROFESSORA LYDIA STOROPOLI | M | | 20 | 960.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 7711980 | HOSP MUN GILSON DE CASSIA MARQUES DE CARVALHO | M | | 35 | 1.680.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 7711980 | HOSP MUN GILSON DE CASSIA MARQUES DE CARVALHO | M | | 8 | 384.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 7992890 | UNIDADE DE INTERNACAO COVID HOSPITAL DIA CAPELA DO SOCORRO | M | | 5 | 240.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 7992890 | UNIDADE DE INTERNACAO COVID HOSPITAL DIA CAPELA DO SOCORRO | M | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 7992890 | UNIDADE DE INTERNACAO COVID HOSPITAL DIA CAPELA DO SOCORRO | M | | 5 | 240.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 9465464 | HOSP MUN JOSANIAS CASTANHA BRAGA | M | | 4 | 192.000,00 | 749/GM/MS 20/04/2021 |
| SP | 355030 | SAO PAULO | 9465464 | HOSP MUN JOSANIAS CASTANHA BRAGA | M | | 165 | 7.920.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355040 | SÃO PEDRO | 2084422 | SANTA CASA DE SAO PEDRO | M | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355070 | SÃO SEBASTIÃO | 2765934 | HOSPITAL DE CLINICAS DE SAO SEBASTIAO | M | | 20 | 960.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355100 | SÃO VICENTE | 3021378 | HOSPITAL MUNICIPAL DE SAO VICENTE | M | | 9 | 432.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 354890 | SÃO CARLOS | 2080931 | SANTA CASA DE SAO CARLOS | M | | 6 | 288.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 354890 | SÃO CARLOS | 2080931 | SANTA CASA DE SAO CARLOS | M | | 8 | 384.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 354890 | SÃO CARLOS | 5586348 | HOSPITAL UNIVERST DA UFSCAR PROF DR HORACIO C PANEPUCCI | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 355150 | SERRANA | 9773657 | HOSPITAL ESTADUAL DE SERRANA | E | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355170 | SERTAOZINHO | 2084171 | HOSPITAL E MATERNIDADE SAO JOSE SERTAOZINHO | M | | 5 | 240.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 355170 | SERTAOZINHO | 2084171 | HOSPITAL E MATERNIDADE SAO JOSE SERTAOZINHO | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 355210 | SOCORRO | 2079704 | HOSPITAL DR RENATO SILVA DE SOCORRO | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 355210 | SOCORRO | 2079704 | HOSPITAL DR RENATO SILVA DE SOCORRO | M | | 2 | 96.000,00 | 1.028 GM/MS 21/05/2021 |
| SP | 355220 | SOROCABA | 2081695 | CONJUNTO HOSPITALAR SOROCABA | E | | 15 | 720.000,00 | 623/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 355220 | SOROCABA | 2708779 | SANTA CASA DE SOROCABA | M | | 55 | 2.640.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 355220 | SOROCABA | 9491112 | HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA | E | | 10 | 480.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 355220 | SOROCABA | 9491112 | HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA | E | | 10 | 480.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| SP | 355220 | SOROCABA | 9491112 | HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA | E | | 10 | 480.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 355220 | SOROCABA | 9491112 | HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA | E | | 10 | 480.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 355240 | SUMARE | 2083981 | HOSPITAL ESTADUAL SUMARE | E | | 6 | 288.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| SP | 355240 | SUMARE | 2083981 | HOSPITAL ESTADUAL SUMARE | E | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355240 | SUMARE | 2083981 | HOSPITAL ESTADUAL SUMARE | E | | 5 | 240.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| SP | 355280 | TABOAO DA SERRA | 2079828 | HOSPITAL GERAL PIRAJUSSARA TABOAO DA SERRA | E | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP | 355370 | TAQUARITINGA | 2078295 | SANTA CASA DE TAQUARITINGA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 355380 | TAQUARITUBA | 2079879 | SANTA CASA DE TAQUARITUBA | M | | 10 | 480.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355400 | TATUÍ | 2079135 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE TATUI | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 355400 | TATUÍ | 2079135 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE TATUI | M | | 5 | 240.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| SP | 355410 | TAUBATE | 2749319 | HOSPITAL MUNICIPAL UNIVERSITARIO DE TAUBATE | M | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 355410 | TAUBATE | 2749319 | HOSPITAL MUNICIPAL UNIVERSITARIO DE TAUBATE | M | | 20 | 960.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355410 | TAUBATE | 3126838 | HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAIBA | E | | 4 | 192.000,00 | 947 GM/MS DE 11/05/2021 |
| SP | 355410 | TAUBATE | 3126838 | HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAIBA | E | | 20 | 960.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355500 | TUPÃ | 2080664 | SANTA CASA DE TUPA | E | | 15 | 720.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 355540 | UBATUBA | 2702193 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE UBATUBA | M | | 5 | 240.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355540 | UBATUBA | 2702193 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE UBATUBA | M | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 355620 | VALINHOS | 2097877 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE VALINHOS | M | | 8 | 384.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SP | 355670 | VINHEDO | 2699915 | SANTA CASA DE VINHEDO | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 355700 | VOTORANTIM | 2087618 | HOSPITAL MUNICIPAL DE VOTORANTIM | M | | 7 | 336.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355700 | VOTORANTIM | 2087618 | HOSPITAL MUNICIPAL DE VOTORANTIM | M | | 2 | 96.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 355710 | VOTUPORANGA | 2081377 | SANTA CASA DE VOTUPORANGA | E | | 8 | 384.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| SP | 355710 | VOTUPORANGA | 2081377 | SANTA CASA DE VOTUPORANGA | E | | 8 | 384.000,00 | 478/GM/MS 17/03/2021 |
| SP | 355710 | VOTUPORANGA | 2081377 | SANTA CASA DE VOTUPORANGA | E | | 1 | 48.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 355710 | VOTUPORANGA | 2081377 | SANTA CASA DE VOTUPORANGA | E | | 2 | 96.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| SP Total | | | | | | | 6040 | 289.920.000,00 | |
| TO | 170210 | ARAGUAÍNA | 2600536 | HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUAINA | E | | 7 | 336.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| TO | 170210 | ARAGUAÍNA | 3663051 | HOSPITAL MUNICIPAL DE ARAGUAINA | M | | 10 | 480.000,00 | 501/GM/MS 19/03/2021 |
| TO | 170950 | GURUPI | 2786109 | HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI | E | | 5 | 240.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| TO | 172100 | PALMAS | 2755246 | HOSPITAL OSWALDO CRUZ | E | | 5 | 240.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| TO | 172100 | PALMAS | 2786117 | HOSPITAL GERAL DE PALMAS DR FRANCISCO AYRES | E | | 10 | 480.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| TO Total | | | | | | | 37 | 1.776.000,00 | |
| Total Geral | | | | | | | 24.175 | 1.158.288.000,00 | |

ANEXO II

| UF | IBGE | MUNICIPIO | CNES | ESTABELECIMENTO | GESTÃO DO RECURSO | PCEP | Nº LEITOS UTI COVID-19 PEDIÁTRICO (CÓD 26.13) | VALOR CUSTEIO MÊS R$ | PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AL | 270430 | MACEIÓ | 9923837 | HOSPITAL DA MULHER DRA NISE DA SILVEIRA | E | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| AL Total | | | | | | | 10 | 480.000,00 | |
| BA | 291080 | FEIRA DE SANTANA | 6602533 | HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANCA | E | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0004278 | HOSPITAL MARTAGAO GESTEIRA | M | | 10 | 480.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 0005428 | INSTITUTO COUTO MAIA | E | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 9443665 | HOSPITAL MUNICIPAL DE SALVADOR HMS | M | | 7 | 336.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| BA Total | | | | | | | 32 | 1.536.000,00 | |
| CE | 230190 | BARBALHA | 2564238 | HOSPITAL MATERNIDADE SANTO ANTONIO HMSA | M | | 10 | 480.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2499363 | HGCC HOSPITAL GERAL DR CESAR CALS | M | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2526638 | SOPAI HOSPITAL INFANTIL | M | | 10 | 480.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 2563681 | HIAS HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN | E | PCEP | 8 | 384.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| CE Total | | | | | | | 38 | 1.824.000,00 | |
| DF | 530010 | BRASILIA | 6876617 | HOSPITAL DA CRIANCA DE BRASILIA JOSE ALENCAR HCB | E | | 10 | 480.000,00 | 947 GM/MS 11/05/2021 |
| DF Total | | | | | | | 10 | 480.000,00 | |
| ES | 320120 | CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 2485729 | HIFA | E | | 10 | 480.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| ES | 320150 | COLATINA | 2446030 | HOSPITAL E MATERNIDADE SILVIO AVIDOS | M | | 5 | 240.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| ES | 320530 | VITORIA | 0011800 | HOSPITAL INFANTIL NOSSA SENHORA DA GLORIA | E | | 7 | 336.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| ES Total | | | | | | | 22 | 1.056.000,00 | |
| MA | 211130 | SÃO LUÍS | 2464594 | HOSPITAL DE REF EST DE ALTA COMPLEXIDADE DR CARLOS MACIEIRA | E | | 9 | 432.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| MA Total | | | | | | | 9 | 432.000,00 | |
| MG | 312160 | DIAMANTINA | 2761203 | HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DA SAUDE | M | | 10 | 480.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| MG | 312230 | DIVINÓPOLIS | 2159252 | HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS | M | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| MG | 312230 | DIVINÓPOLIS | 2159252 | HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS | M | | 5 | 240.000,00 | 769/GM/MS 22/04/2021 |
| MG Total | | | | | | | 20 | 960.000,00 | |
| MT | 510340 | CUIABÁ | 2495015 | HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE CUIABA | M | | 10 | 480.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| MT Total | | | | | | | 10 | 480.000,00 | |
| PA | 150140 | BELEM | 2752700 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA | E | | 15 | 720.000,00 | 683/GM/MS 13/04/2021 |
| PA | 150680 | SANTAREM | 5585422 | HOSPITAL REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS DO PA DR WALDEMAR PENNA | E | | 7 | 336.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| PA Total | | | | | | | 22 | 1.056.000,00 | |
| PB | 250400 | CAMPINA GRANDE | 7113692 | HOSPITAL MUNICIPAL DR SEVERINO BEZERRA DE CARVALHO | M | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PB | 251080 | PATOS | 2605481 | HOSPITAL INFANTIL NOALDO LEITE | E | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PB Total | | | | | | | 12 | 576.000,00 | |
| PE | 260960 | OLINDA | 2344858 | MATERNIDADE BRITES DE ALBUQUERQUE | E | | 5 | 240.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| PE | 260960 | OLINDA | 2344858 | MATERNIDADE BRITES DE ALBUQUERQUE | E | | 5 | 240.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0000434 | IMIP | E | | 10 | 480.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 0000477 | HOSPITAL OSWALDO CRUZ | E | PCEP | 6 | 288.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| PE | 261160 | RECIFE | 2427427 | HOSPITAL BARAO DE LUCENA | E | PCEP | 10 | 480.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| PE Total | | | | | | | 36 | 1.728.000,00 | |
| PI | 221100 | TERESINA | 2323249 | HOSPITAL INFANTIL LUCIDIO PORTELLA | M | | 9 | 432.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| PI Total | | | | | | | 9 | 432.000,00 | |
| PR | 410690 | CURITIBA | 0015563 | HOSPITAL INFANTIL PEQUENO PRINCIPE | M | | 5 | 240.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 2384299 | COMPLEXO HOSPITAL DE CLINICAS | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR | 411370 | LONDRINA | 2781859 | HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DO NORTE DO PARANA | M | | 5 | 240.000,00 | 624/GM/MS 06/04/2021 |
| PR | 411520 | MARINGÁ | 2594714 | SANTA CASA DE MARINGA HOSPITAL E MAT M AUXILIADORA | M | | 5 | 240.000,00 | 431/GM/MS 11/03/2021 |
| PR Total | | | | | | | 20 | 960.000,00 | |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2269341 | SMS RIO HOSPITAL MUNICIPAL JESUS | M | | 8 | 384.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RJ | 330490 | SAO GONCALO | 2704595 | HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS | M | | 6 | 288.000,00 | 947 GM/MS 11/05/2021 |
| RJ | 330490 | SAO GONCALO | 2704595 | HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS | M | | 1 | 48.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| RJ Total | | | | | | | 15 | 720.000,00 | |
| RN | 240810 | NATAL | 2654261 | HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES | E | PCEP | 5 | 240.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| RN | 240810 | NATAL | 2654261 | HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES | E | PCEP | 10 | 480.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| RN Total | | | | | | | 15 | 720.000,00 | |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | 2237253 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PORTO ALEGRE | M | | 10 | 480.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| RS Total | | | | | | | 10 | 480.000,00 | |
| SC | 420240 | BLUMENAU | 2558254 | HOSPITAL SANTO ANTONIO | M | | 5 | 240.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| SC | 420540 | FLORIANOPOLIS | 2691868 | HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMAO | E | | 5 | 240.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| SC | 420820 | ITAJAÍ | 2744937 | HOSPITAL INFANTIL PEQUENO ANJO | M | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SC | 420910 | JOINVILLE | 6048692 | HOSPITAL INFANTIL DR JESER AMARANTE FARIA | M | | 5 | 240.000,00 | 851/GM/MS 30/04/2021 |
| SC | 420930 | LAGES | 2662914 | HOSPITAL SEARA DO BEM MATERNO E INFANTIL | M | | 5 | 240.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SC | 421870 | TUBARAO | 2491710 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO | E | | 5 | 240.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SC Total | | | | | | | 31 | 1.488.000,00 | |
| SE | 280030 | ARACAJU | 5714397 | MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES | E | | 6 | 288.000,00 | 373/GM/MS 02/03/2021 |
| SE Total | | | | | | | 6 | 288.000,00 | |
| SP | 350950 | CAMPINAS | 2081490 | HOSPITAL MUNICIPAL DR MARIO GATTI CAMPINAS | M | | 6 | 288.000,00 | 559/GM/MS 26/03/2021 |
| SP | 352690 | LIMEIRA | 2081458 | SANTA CASA DE LIMEIRA | M | | 4 | 192.000,00 | 1.011 GM/MS 20/05/2021 |
| SP | 354260 | REGISTRO | 9556095 | HOSPITAL REGIONAL DE REGISTRO REGISTRO | E | | 5 | 240.000,00 | 839/GM/MS 29/04/2021 |
| SP | 354780 | SANTO ANDRE | 0008923 | CENTRO HOSPITALAR DE SANTO ANDRE DR NEWTON DA COSTA BRANDAO | M | | 5 | 240.000,00 | 809/GM/MS 27/04/2021 |
| SP | 354850 | SANTOS | 2025752 | SANTA CASA DE SANTOS | M | | 9 | 432.000,00 | 518/GM/MS 23/03/2021 |
| SP | 354980 | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 2077396 | HOSPITAL DE BASE DE SAO JOSE DO RIO PRETO | E | | 14 | 672.000,00 | 567/GM/MS 29/03/2021 |
| SP | 355030 | SÃO PAULO | 2078325 | HOSP MUN INFANTIL MENINO JESUS | M | | 10 | 480.000,00 | 557/GM/MS 26/03/2021 |
| SP | 355030 | SÃO PAULO | 2088517 | HOSPITAL INFANTIL CANDIDO FONTOURA SAO PAULO | E | | 20 | 960.000,00 | 641/GM/MS 07/04/2021 |
| SP | 355410 | TAUBATE | 2749319 | HOSPITAL MUNICIPAL UNIVERSITÁRIO DE TAUBATÉ | M | | 5 | 240.000,00 | 1.149 GM/MS 07/06/2021 |
| SP Total | | | | | | | 78 | 3.744.000,00 | |
| Total Geral | | | | | | | 405 | 19.440.000,00 | |

## SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

### PORTARIA Nº 659, DE 9 DE JUNHO DE 2021 (*)

Desabilita o Hospital Nossa Senha das Graças - Sete Lagoas (MG) e habilita o Hospital Imaculada Conceição de Curvelo - Curvelo (MG) como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON - com serviço de radioterapia.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria SAES/MS nº 1.399, de 17 de dezembro de 2019, que redefine os critérios e parâmetros referenciais para a habilitação de estabelecimentos de saúde na alta complexidade em oncologia no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria SAES/MS nº 163, de 20 de fevereiro de 2020, que altera a Portaria SAES/MS nº 1.399, de 17 de dezembro de 2019, que redefine os critérios e parâmetros referenciais para a habilitação de estabelecimentos de saúde na alta complexidade em oncologia no âmbito do SUS;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e a aprovação pela aprovada pela SES/MG e pela Deliberação CIB Macro Centro nº 477 de 09 de junho de 2020;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 102, de 03 de fevereiro de 2012, que habilitou o Hospital Nossa Senhora das Graças; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Especializada, do Departamento de Atenção Especializada e Temática e da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados os estabelecimentos a seguir descrito como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON - com serviço de radioterapia.

| Razão Social/Nome fantasia/Município/UF | CNES | CNPJ | TIPO DE HABILITAÇÃO (CÓDIGO DO CNES) | TIPO DE HABILITAÇÃO (Descrição) |
|---|---|---|---|---|
| Irmandade de Nossa Senhora das Graças/ Hospital Nossa Senha das Graças/Sete Lagoas/MG | 2206528 | 24.993.560/0001-52 | 17.07 | Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON com serviço de radioterapia |
| Hospital Imaculada Conceição/Hospital Imaculada Conceição Curvelo/MG | 2148293 | 16.881.161/0001-71 | 17.06 | Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON |

Art. 2º Fica excluído o código de habilitação 17.07 - UNACON com serviço de radioterapia do Hospital Nossa Senha das Graças e o código de habilitação 17.06 - Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON do Hospital Imaculada Conceição.

Art. 3º Ficam habilitados os estabelecimentos a seguir descrito como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON - com serviço de radioterapia.

| Razão Social/Nome fantasia/Município/UF | CNES | CNPJ | TIPO DE HABILITAÇÃO (CÓDIGO DO CNES) | TIPO DE HABILITAÇÃO (Descrição) |
|---|---|---|---|---|
| Hospital Imaculada Conceição/Hospital Imaculada Conceição Curvelo/MG | 2148293 | 16.881.161/0001-71 | 17.07 | Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON com serviço de radioterapia |
| Irmandade de Nossa Senhora das Graças/ Hospital Nossa Senha das Graças/Sete Lagoas/MG | 2206528 | 24.993.560/0001-52 | 17.06 | Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON |

Art. 4º O recurso para o custeio da habilitação constante do art. 3º será remanejado do Teto de Média e Alta Complexidade do Município de Sete Lagoas (MG), em virtude da desabilitação do Hospital Nossa Senha das Graças no cód 17.07, para o Teto de Média e Alta Complexidade do Município de Curvelo (MG).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais nos sistemas de informações do SUS para a competência seguinte a da sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 111, de 16-6-2021, Seção 1, página 241, com incorreção no original.

### PORTARIA Nº 693, DE 18 DE JUNHO DE 2021

Altera atributo de medicamento pertencente ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria Conjunta SCTIE-SAES/MS nº 09, de 21 de maio de 2021, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) da Artrite Psoríaca; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Departamento da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, resolve:

Art. 1º Fica alterado, para o medicamento do CEAF da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, o atributo conforme a seguir especificado:

| CÓDIGO/NOME | ALTERAÇÃO |
|---|---|
| 06.04.32.015-9 TOFACITINIBE 5mg (POR COMPRIMIDO) | Incluir CID-10: M07.0, M07.2, M07.3 |

Art. 2º Cabe à Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - CGSI/DRAC/SAES/MS, a adoção das providências necessárias no sentido de adequar o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP) e o Repositório de Terminologias em Saúde (RTS), com vistas a implantar as alterações definidas nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais no Sistema de Informação Ambulatorial - SIA/SUS, na competência seguinte à data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

### PORTARIA Nº 708, DE 25 DE JUNHO DE 2021

Altera atributos de medicamentos pertencentes ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria Conjunta SCTIE-SAES/MS nº 17, de 18 de novembro de 2020, que aprova as Diretrizes Brasileiras para Diagnóstico e Tratamento da Insuficiência Cardíaca com Fração de Ejeção Reduzida;

Considerando a Resolução CTE-CMED nº 6, de 27 de maio de 2021, que divulga o novo rol de produtos sobre quais se deve aplicar o Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), e inclui o medicamento Sacubitril Valsartana sódica hidratada e suas concentrações;

Considerando a lista de preços máximos de medicamentos por princípio ativo, para compras públicas da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), atualizada em 07 de junho de 2021, que inclui o medicamento Sacubitril Valsartana sódica hidratada e suas concentrações; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Departamento da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, constante do NUP/SEI 25000.088156/2021-78, resolve:

Art.1º Fica alterado, para medicamentos do CEAF da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, o atributo referente a valor ambulatorial, conforme a seguir especificado:

| CÓDIGO/NOME | ALTERAÇÃO |
|---|---|
| 06.04.83.001-7 - SACUBITRIL 24 mg+VALSARTANA 26 mg (POR COMPRIMIDO) | Valor ambulatorial SA: R$3,46<br>Valor ambulatorial total: R$3,46 |
| 06.04.83.002-5 - SACUBITRIL 49 mg+VALSARTANA 51mg (POR COMPRIMIDO) | |
| 06.04.83.003-3 - SACUBITRIL 97mg+VALSARTANA 103mg (POR COMPRIMIDO) | |

Art. 2º Cabe à Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (CGSI/DRAC/SAES/MS) a adoção das providências necessárias para adequar o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS - SIGTAP e o Repositório de Terminologias em Saúde - RTS, com vistas a implantar as alterações definidas por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais no Sistema de Informação Ambulatorial - SIA/SUS na competência seguinte à sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

### PORTARIA Nº 709, DE 25 DE JUNHO DE 2021

Altera atributos de medicamentos pertencentes ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria Conjunta SCTIE-SAES/MS nº 17, de 12 de novembro de 2019, a qual aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Diabete Melito Tipo 1, que apresenta como um dos critérios de exclusão "Pacientes fora a faixa de idade preconizada em bula"; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Departamento da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, constante do NUP/SEI 25000.094944/2021-01, resolve:

Art.1º Fica alterado, para o medicamento do CEAF da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, o atributo referente a idade mínima, conforme especificado a seguir:

| MEDICAMENTO - CÓDIGO/NOME | 06.04.78.001-0 INSULINA ANÁLOGA DE AÇÃO RÁPIDA 100 UI/mL (TUBETES DE 3 mL) | |
|---|---|---|
| Alterar o atributo " Idade mínima" | De: 2 anos | Para: 4 anos |

Art. 2º Cabe à Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (CGSI/DRAC/SAES/MS) a adoção das providências necessárias para adequar o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS - SIGTAP e o Repositório de Terminologias em Saúde - RTS, com vistas a implantar a alteração definida por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais no Sistema de Informação Ambulatorial - SIA/SUS na competência seguinte à sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

**PORTARIA Nº 712, DE 25 DE JUNHO DE 2021**

Cancela o CEBAS da Sociedade Hospitalar São José, com sede em Amaral Ferrador (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 399, de 21 de fevereiro de 2017, constante do SIPAR/SEI nº 25000.079831/2015-20, que concede a Concessão do CEBAS, para o período de 22 de fevereiro de 2017 à 21 de fevereiro de 2020;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 203/2021-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS, FTS nº 3270, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.108484/2020-17, que conclui pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) concedido à Sociedade Hospitalar São José, CNPJ nº 89.646.509/0001-10, com sede em Amaral Ferrador (RS).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 22 de janeiro de 2017, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

**PORTARIA Nº 713, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia Padre Eustáquio, com sede em Ibiá (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 461/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.212695/2019-10, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia Padre Eustáquio, CNPJ nº 20.049.300/0001-72, com sede em Ibiá (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 12 de maio de 2020 a 11 de maio de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

## AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

### DIRETORIA COLEGIADA

**RESOLUÇÃO - RDC Nº 416, DE 27 DE AGOSTO DE 2020**

(Publicada no DOU de 31-8-2020)

ANEXO(**)

.....

| ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO - CERTIFICAÇÃO BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO DE RISCO | PRAZO |
|---|---|---|
| ALIMENTOS - Alteração de Razão Social em Certificado vigente de Sítio Certificado em Boas Práticas de Fabricação | RISCO II | 60 dias |
| ALIMENTOS - Certificação de Boas Práticas de Fabricação para Indústria Internacional, exceto Mercosul - Palmito em conserva | RISCO III | 180 dias |
| ALIMENTOS - Certificação de Boas Práticas de Fabricação para Indústria no país ou Mercosul - Palmito em conserva | RISCO III | 180 dias |
| ALIMENTOS - Renovação de Certificação de Boas Práticas de Fabricação para Indústria Internacional, exceto Mercosul | RISCO III | 180 dias |
| ALIMENTOS - Renovação de Certificação de Boas Práticas de Fabricação para Indústria no país ou Mercosul | RISCO III | 180 dias |
| ALIMENTOS - Anuência para Veicular Publicidade Contendo Alerta à População, no Prazo e Condições Indicadas pela Autoridade Sanitária | RISCO III | 48 h |
| ALIMENTOS - Retificação de Publicação - EMPRESA | RISCO III | 60 dias |
| COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias em outros países - AEROSSÓIS | RISCO III | 365 dias |
| COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias em outros países - LÍQUIDOS | RISCO III | 365 dias |
| COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias em outros países - SEMISSÓLIDOS | RISCO III | 365 dias |
| COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias em outros países - SÓLIDOS | RISCO III | 365 dias |
| COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias no País e Mercosul - LÍQUIDOS | RISCO III | 365 dias |
| COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias no País e no Mercosul - AEROSSÓIS | RISCO III | 365 dias |
| COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias no País e no Mercosul - SEMISSÓLIDOS | RISCO III | 365 dias |
| COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias no País e no Mercosul - SÓLIDOS | RISCO III | 365 dias |
| COSMÉTICOS, Perfumes e Produtos de Higiene - Segunda Via de Documento expedido pela ANVISA - CERTIFICADO DE BPF. (Este assunto não deve ser utilizado para a obtenção de cópia reprográfica) | RISCO I | 60 dias |
| COSMÉTICOS - Atualização de Certificado Nacional de BPF em decorrência de operações societárias ou operações comerciais | RISCO II | 60 dias |
| COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - Renovação de Certificação de Boas Práticas de FABRICAÇÃO para Indústria Nacional | RISCO III | 365 dias |
| COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - Renovação de Certificação de Boas Práticas de FABRICAÇÃO para Indústrias no MERCOSUL | RISCO III | 365 dias |
| COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - Retificação de Publicação - EMPRESA | RISCO III | 60 dias |
| COSMÉTICOS - Notificação de Terceirização de Etapas de Produção e/ou Controle de Qualidade | RISCO II | 60 dias |
| SANEANTES - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias em outros países - AEROSSÓIS | RISCO III | 365 dias |
| SANEANTES - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias em outros países - LÍQUIDOS | RISCO III | 365 dias |
| SANEANTES - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias em outros países - SEMISSÓLIDOS | RISCO III | 365 dias |
| SANEANTES - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias em outros países - SÓLIDOS | RISCO III | 365 dias |
| SANEANTES Domissanitários - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias no País e Mercosul - LÍQUIDOS | RISCO III | 365 dias |
| SANEANTES Domissanitários - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias no País e no Mercosul - AEROSSÓIS | RISCO III | 365 dias |
| SANEANTES Domissanitários - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias no País e no Mercosul - SEMISSÓLIDOS | RISCO III | 365 dias |
| SANEANTES Domissanitários - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias no País e no Mercosul - SÓLIDOS | RISCO III | 365 dias |
| SANEANTES Domissanitários - Segunda Via de Documento expedido pela ANVISA - CERTIFICADO DE BPF. (Este assunto não deve ser utilizado para a obtenção de cópia reprográfica). | RISCO I | 60 dias |
| SANEANTES Domissanitários - Renovação de Certificação de Boas Práticas de FABRICAÇÃO para Indústria Nacional | RISCO III | 365 dias |
| SANEANTES Domissanitários - Renovação de Certificação de Boas Práticas de FABRICAÇÃO para Indústrias no MERCOSUL | RISCO III | 365 dias |
| SANEANTES - Atualização de Certificado Nacional de BPF em decorrência de operações societárias ou operações comerciais | RISCO II | 60 dias |
| SANEANTES - Retificação de Publicação - EMPRESA | RISCO III | 60 dias |
| SANEANTES - Notificação de Terceirização de Etapas de Produção e/ou Controle de Qualidade | RISCO II | 60 dias |

.....

(*) RISCO I - Nos termos do art. 8º do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, está dispensada a solicitação de qualquer ato público de liberação, sendo os prazos informados apenas para fins de gestão interna.

(*) Republicada a tabela de ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO - CERTIFICAÇÃO BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO por ter saído com incorreção no original publicado no DOU nº 167, de 31 de agosto de 2020, Seção 1, pág. 135.

**RESOLUÇÃO RDC Nº 521, DE 23 DE JUNHO DE 2021**

Aprova o Regulamento Técnico "Lista de Substâncias de Uso Cosmético" da Resolução GMC n° 48/2010 do MERCOSUL e as condições de uso do acetato de chumbo, pirogalol, formaldeído e paraformaldeído em produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV, ao art. 8º, § 1º, III, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VI, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 22 de junho de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Ficam aprovados o Regulamento Técnico "Lista de Substâncias de Uso Cosmético" da Resolução GMC n° 48/2010 do MERCOSUL e as condições de uso do acetato de chumbo, pirogalol, formaldeído e paraformaldeído em produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, que constam, respectivamente, como Anexos I e II da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução incorpora ao ordenamento jurídico nacional a Resolução GMC n° 48/2010 do MERCOSUL e que dispõe sobre a "Lista de Substâncias de Uso Cosmético" .

Art. 3º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei n° 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 4º Para os produtos cosméticos já registrados com pirogalol, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) meses para adequação ao disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. Os produtos de que trata o caput, fabricados antes da sua adequação a esta Resolução, poderão ser comercializados até o final dos seus prazos de validade.

Art. 5º Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 15, de 26 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 59, de 27 de março de 2013, Seção 1, pág. 55.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor em 2 de agosto de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO I

LISTA DE SUBSTÂNCIAS DE USO COSMÉTICO

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e as Resoluções Nº 110/94, 133/96, 04/99, 72/00, 25/05, 26/05, 29/05 e 51/08 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que os produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes devem ser seguros sob as condições normais ou previsíveis de uso;

Que é necessária a atualização periódica das listas a fim de assegurar a correta utilização das matérias primas na fabricação de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes.

O GRUPO MERCADO COMUM, resolve:

Art. 1º - Aplicar o Artigo 8º da Resolução GMC N° 51/08 "Critérios e Mecanismo para a Atualização das Listas MERCOSUL de Substâncias em Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes" às substâncias abaixo listadas:

| | SUBSTÂNCIA |
|---|---|
| 1 | Acetato de chumbo |
| 2 | Pirogalol |
| 3 | Formaldeído e paraformaldeído |

Art. 2º - O uso das substâncias listadas no artigo 1º será regulamentado por cada Estado Parte, devendo ser respeitadas as condições estabelecidas por cada um deles.

Art. 3° - Os organismos nacionais competentes para a implementação da presente Resolução são:

Argentina: Administración Nacional de Medicamentos, Alimentos y Tecnología Médica - (ANMAT)

Brasil: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - (ANVISA)

Paraguai: Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social (MSPyBS) / Dirección Nacional de Vigilancia Sanitaria

Uruguai: Ministerio de Salud Pública - (MSP)

Art. 4º - Esta Resolução deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes antes de 1º/IV/2011.

LXXXI GMC - Manaus, 1º/X/10.

ANEXO II

LISTA DE SUBSTÂNCIAS QUE OS PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, COSMÉTICOS E PERFUMES NÃO DEVEM CONTER EXCETO NAS CONDIÇÕES E COM AS RESTRIÇÕES ESTABELECIDAS

| Nº | SUBSTÂNCIA | NOMENCLATURA INTERNACIONAL DE INGREDIENTE COSMÉTICO (INCI) DA SUBSTÂNCIA | CAMPO DE APLICAÇÃO E/OU UTILIZAÇÃO | CONCENTRAÇÃO MÁXIMA E/OU pH AUTORIZADOS NO PRODUTO PRONTO PARA USO | OUTROS REQUISITOS | ADVERTÊNCIAS QUE DEVEM CONSTAR NO RÓTULO DO PRODUTO ACABADO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Acetato de chumbo | LEAD ACETATE | Tintura Capilar | 0,6%, calculados como chumbo | **a)** Pureza: acetato de chumbo > 99%.<br>**b)** Matéria insolúvel em água: não mais que 0,02%.<br>**c)** pH (solução 30% peso/volume a 25ºC): de 4,7 a 5,8.<br>**d)** Concentração máxima de impurezas:<br>**I)** Arsênico (expresso em As): 3 ppm.<br>**II)** Mercúrio (expresso em Hg): 1 ppm. | 1) Manter fora do alcance de crianças.<br>2) Evitar contato com os olhos.<br>3) Não utilizar durante a gravidez.<br>4) Lavar bem as mãos após o uso.<br>5) Contém acetato de chumbo.<br>6) Não usar para tingir os cílios, sobrancelhas e bigodes.<br>7) Em caso de irritação suspender o uso e procurar orientação médica.<br>8) Não usar caso o couro cabeludo esteja irritado ou ferido.<br>9) Leia atentamente e siga corretamente as instruções de uso.<br>10) É recomendável o uso de luvas durante a aplicação. |
| 2 | Formaldeído e paraformaldeído | FORMALDEHYDE e PARAFORMALDEHYDE | Conservante | 0,1% (em produtos de higiene oral)<br>0,2% (outros produtos não destinados à higiene oral) (expresso como formaldeído livre) | Proibido em sistemas pulverizáveis (como aerossóis e sprays). | Contém formaldeído (somente para concentrações superiores a 0,05% no produto final). |
| 3 | Formaldeído | FORMALDEHYDE | Produtos para endurecer as unhas | 5 % calculados como formaldeído | | 1) Proteger as cutículas com óleos.<br>2) Contém formaldeído (somente para concentrações superiores a 0,05% no produto final). |
| 4 | Pirogalol | PYROGALLOL | Produtos para alisar e tingir os cabelos. | 3%, até pH 3,5 | | No MODO DE USO deve constar, logo após o tempo de pausa do produto nos cabelos, a etapa:<br>-Enxágue com água em abundância até a remoção completa do produto.<br>Outras advertências:<br>1) Este produto pode causar irritação ou alergia.<br>2)Contém Pirogalol.<br>3) Não utilizar nos cílios, sobrancelhas e buço.<br>4) Manter fora do alcance das crianças.<br>5) Usar luvas adequadas.<br>6) Alisa e tinge os cabelos. |

Notas:

1. A restrição relativa a sistemas pulverizáveis se aplica a formas de apresentação que geram partículas no ar, por exemplo, "aerossóis", "sprays", "pumps" e "squeezes".

2. Para os aerossóis que não liberam partículas no ar, como, por exemplo, mousse ou creme de barbear, a restrição relativa a sistemas pulverizáveis não se aplica.

3. A coluna com as nomenclaturas internacionais de ingredientes cosméticos (INCI) das substâncias não contempla todas as nomenclaturas INCI existentes, portanto, podem existir outras que não constam nesta lista.

4. O valor de casas decimais não expressas para concentrações e pH presentes nesta lista é "zero".

**RESOLUÇÃO RDC Nº 522, DE 23 DE JUNHO DE 2021**

Dispõe sobre a apreciação e deliberação de recursos administrativos, em última instância, por meio de Circuito Deliberativo, em virtude da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente do surto do novo coronavírus - SARS-CoV-2.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VI, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 22 de junho de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a apreciação e deliberação dos recursos administrativos, em última instância, por meio de Circuito Deliberativo.

Parágrafo único. O Circuito Deliberativo dar-se-á mediante a coleta de votos dos Diretores em meio eletrônico, na forma do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018.

Art. 2º As Diretorias relatoras solicitarão à Secretaria-Geral da Diretoria Colegiada a inscrição de recursos administrativos em Circuito Deliberativo.

Parágrafo único. A inscrição dar-se-á por meio do Formulário de Pedido de Inclusão em Pauta da Diretoria Colegiada (Dicol).

Art. 3º O recurso administrativo será submetido à deliberação em Reunião Pública ou Interna, a pedido das partes interessadas, seus representantes legais, ou dos Diretores, a fim de proporcionar o debate oral das questões suscitadas.

Parágrafo único. A solicitação das partes interessadas ou seus representantes legais deve ser feita por meio do endereço eletrônico disponibilizado para esse fim.

Art. 4º O Circuito Deliberativo poderá ser encerrado a critério do Diretor Relator.

Parágrafo único. O encerramento do Circuito Deliberativo deverá ser formalizado por meio de despacho no processo administrativo de gestão da reunião pública.

Art. 5º Após a abertura do Circuito Deliberativo, os Diretores terão prazo de 5 (cinco) dias úteis para análise e manifestação.

Parágrafo único. A contagem do prazo do Circuito Deliberativo iniciará no dia seguinte à realização das Reuniões Públicas.

CAPÍTULO II
DOS PROCEDIMENTOS
Seção I
Das Pautas

Art. 6º A divulgação da pauta das Reuniões Públicas, no sítio eletrônico da Agência, contemplará os recursos administrativos em última instância que serão apreciados em Circuito Deliberativo.

Art. 7º A divulgação da pauta, no sítio eletrônico da Agência, de cada reunião pública, será feita com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, constando o horário, as matérias que serão tratadas em Circuito Deliberativos, a identificação dos interessados, os procedimentos a serem seguidos, bem como outras informações relevantes.

Seção II
Do pedido de vista

Art. 8º Os Diretores poderão pedir vista do recurso administrativo inscrito em Circuito Deliberativo, caso entendam ser necessário para melhor compreensão dos temas julgados.

§ 1º O pedido de vista deverá ser formalizado por meio de despacho no processo administrativo de gestão da reunião pública.

§ 2º O pedido de vista, por um dos diretores, encerra a possibilidade de deliberação no Circuito Deliberativo.

§ 3º A vista será concedida uma única vez por Diretor, pelo prazo de duas reuniões públicas, sendo automaticamente inscrito o item na pauta da reunião subsequente, salvo necessidade de maior prazo devidamente fundamentada pelo Diretor que solicitou o pedido de vista.

Seção III
Do requerimento de sigilo

Art. 9º As partes interessadas, seus representantes legais ou os Diretores da Anvisa poderão requerer apreciação do recurso administrativo em sigilo.

§ 1º Os interessados poderão requerer a apreciação em sigilo por meio do endereço eletrônico disponibilizado para esse fim, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data da reunião, não computado o dia da reunião para a contagem do prazo.

§ 2º O Requerimento deverá ser motivado e o número do item da pauta a que se refere deverá ser informado.

§ 3º O Requerimento para apreciação em sigilo, quando acompanhado de inscrição para sustentação oral, deverá identificar o responsável pelo uso da palavra.

§ 4º A solicitação de sigilo será apreciada pelos Diretores durante as reuniões públicas.

§ 5º Os recursos administrativos julgados em sigilo não terão os votos disponibilizados no sítio eletrônico da Agência.

§ 6º Os votos referentes aos recursos administrativos julgados em sigilo serão encaminhados para as partes interessadas ou seus representantes legais mediante solicitação para a Gerência-Geral de Recursos.

Seção IV
Da sustentação oral

Art. 10. As partes interessadas ou seus representantes poderão realizar sustentação oral.

Parágrafo único. A sustentação oral será permitida por uma única vez, com tempo delimitado, sem interrupção e exclusivamente sobre a matéria objeto do recurso a ser julgado.

Art. 11. A sustentação oral requer inscrição prévia.

§1º A inscrição para sustentação oral deverá ser feita por meio do endereço eletrônico disponibilizado para esse fim, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data da Reunião Pública que antecede o Circuito Deliberativo, não se computando o dia da Reunião para a contagem do prazo.

§2º A inscrição para sustentação oral deve especificar o item da pauta a que se refere, bem como trazer a identificação do responsável pela manifestação.

§3º O responsável pela manifestação deverá apresentar procuração do recorrente no momento da inscrição.

Art. 12. A sustentação oral dar-se-á somente por meio de vídeo gravado, com duração de até 3 (três) minutos, em formato MP4 e tamanho máximo de 25MB, que deverá ser enviado antes da abertura do prazo do Circuito Deliberativo.

§1º Os vídeos das sustentações orais recebidos tempestivamente e no formato, tamanho e duração indicados neste artigo serão disponibilizados de forma antecipada a todos os Diretores para o devido conhecimento, a fim de subsidiar os convencimentos a respeito dos recursos administrativos.

§2º Os vídeos de sustentação oral recebidos serão considerados públicos, exceto os relativos a recursos que forem julgados em sigilo.

§3º Não serão recebidos documentos relacionados ao item em apreciação depois da abertura do prazo do Circuito Deliberativo.

Seção V
Da publicidade dos votos

Art. 13. A Secretaria-Geral da Diretoria Colegiada disponibilizará o(s) voto(s) do(s) Diretor(es), no sítio eletrônico da Anvisa, em até 48 (quarenta e oito) horas após a conclusão do Circuito Deliberativo.

Parágrafo único. Quando a publicidade ampla puder violar sigilo protegido por lei ou a intimidade, privacidade ou dignidade de alguém, a divulgação dos documentos emitidos e seus conteúdos serão restritas às partes e a seus procuradores.

Seção VI
Do Extrato de Deliberação da Dicol e Ata

Art. 14. As decisões referentes aos recursos administrativos apreciados e deliberados por meio de Circuito Deliberativo serão publicados em Extrato de Deliberação da Dicol.

Art. 15. A Secretaria-Geral da Diretoria Colegiada disponibilizará o Extrato de Deliberação da Dicol, no sítio eletrônico da Anvisa, em até 48 (quarenta e oito) horas após a conclusão do Circuito Deliberativo.

Art. 16. As atas dos Circuitos Deliberativos serão assinadas pelo(a) Secretário(a)-Geral da Diretoria Colegiada ou seu substituto(a) legal, com as seguintes informações:

I - o nome dos Diretores e demais participantes; e

II - o resultado do exame de cada recurso administrativo constante no Circuito Deliberativo com a respectiva votação, indicando eventuais impedimentos ou suspeições.

Parágrafo único. As atas serão disponibilizadas no sítio eletrônico da Agência, em até 5 (cinco) dias úteis, após aprovadas pelas autoridades competentes.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. A vigência desta Resolução cessará automaticamente a partir do reconhecimento pelo Ministério da Saúde de que não mais se configura a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

Art. 18. Os casos omissos desta Resolução serão submetidos a deliberação em Reunião Pública ou Interna.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

## INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 75, DE 23 DE JUNHO DE 2021

Altera o Anexo da Instrução Normativa - IN nº 64, de 27 de julho de 2020, que estabelece a "Lista de ativos permitidos em produtos cosméticos para alisar ou ondular os cabelos" com requisitos para seu uso, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 409, de 27 de julho de 2020.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III e IV, ao art. 8º, § 1º, III, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, em reunião realizada em 22 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º O Anexo da Instrução Normativa - IN n° 64, de 27 de julho de 2020, que estabelece a "Lista de ativos permitidos em produtos cosméticos para alisar ou ondular os cabelos", passa a vigorar na forma do Anexo a esta Instrução Normativa.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 2 de agosto de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

LISTA DE ATIVOS PERMITIDOS EM PRODUTOS COSMÉTICOS PARA ALISAR OU ONDULAR OS CABELOS

| Nº | ATIVO | NOMENCLATURA INTERNACIONAL DE INGREDIENTE COSMÉTICO (INCI) DO ATIVO | CONCENTRAÇÃO MÁXIMA E/OU pH AUTORIZADOS NO PRODUTO PRONTO PARA USO | ADVERTÊNCIAS QUE DEVEM CONSTAR NO RÓTULO DO PRODUTO ACABADO | OUTROS REQUISITOS |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Ácido tioglicólico e seus sais | AMMONIUM THIOGLYCOLATE, CALCIUM THIOGLYCOLATE, CALCIUM THIOGLYCOLATE HYDROXIDE, ETHANOLAMINE THIOGLYCOLATE, MAGNESIUM THIOGLYCOLATE, POTASSIUM THIOGLYCOLATE, SODIUM THIOGLYCOLATE, STRONTIUM THIOGLYCOLATE, THIOGLYCOLIC ACID | 1-Uso geral: 8%, pH 7 a 9,5.<br>2-Uso profissional: 11%, pH 7 a 9,5.<br>(porcentagens calculadas como ácido tioglicólico) | No MODO DE USO devem constar obrigatoriamente as seguintes informações:<br>- Evitar contato com os olhos.<br>-Em caso de contato, enxaguar com água imediata e abundantemente e procurar um médico.<br>-Usar luvas adequadas.<br>**Outras advertências:**<br>-Contém sais de ácido tioglicólico.<br>-Seguir as instruções de uso.<br>-Manter fora do alcance de crianças.<br>-Só para uso profissional (quando for o caso). | |
| 2 | Ésteres do ácido tioglicólico | BUTYL THIOGLYCOLATE, ETHYL THIOGLYCOLATE, GLYCERYL THIOGLYCOLATE, ISOOCTYL THIOGLYCOLATE, ISOPROPYL THIOGLYCOLATE, METHYL THIOGLYCOLATE | 1-Uso geral: 8%, pH 6 a 9,5;<br>2-Uso profissional: 11%, pH 6 a 9,5<br>(porcentagens calculadas como ácido tioglicólico) | No MODO DE USO devem constar obrigatoriamente as seguintes informações:<br>-Pode causar sensibilização por contato com a pele.<br>-Evitar contato com os olhos.<br>-No caso de contato com os olhos, lavar com água imediata e abundantemente e consultar um médico.<br>-Usar luvas adequadas.<br>**Outras advertências:**<br>-Contém ésteres de ácido tioglicólico.<br>-Seguir as instruções de uso.<br>-Manter fora do alcance de crianças.<br>-Só para uso profissional (quando for o caso). | |
| 3 | Hidróxido de sódio ou potássio | SODIUM HYDROXIDE, POTASSIUM HYDROXIDE | 1-Uso geral: 2% em massa.<br>2-Uso profissional: 4,5% em massa.<br>A soma dos hidróxidos é calculada em massa como hidróxido de sódio. | - Contém álcali.<br>-Evitar contato com os olhos.<br>-Pode causar cegueira.<br>-Manter fora do alcance de crianças.<br>-Só para uso profissional (quando for o caso). | -Podem ser utilizadas isoladamente ou misturadas entre si desde que a soma destas substâncias não exceda a concentração máxima autorizada para cada uma delas. |
| 4 | Hidróxido de Lítio | LITHIUM HYDROXIDE | 1-Uso geral: 2% em massa.<br>2-Uso profissional: 4,5% em massa.<br>A concentração de hidróxido de lítio é calculada em peso de hidróxido de sódio. No caso de misturas, a soma não deve exceder a concentração máxima autorizada. | 1 - Contém álcali.<br>-Evitar contato com os olhos.<br>-Pode causar cegueira.<br>-Manter fora do alcance de crianças.<br>2 – Só para uso profissional.<br>-Contém álcali.<br>-Evitar contato com os olhos.<br>-Pode causar cegueira. | |
| 5 | Hidróxido de Cálcio | CALCIUM HYDROXIDE | 7% em peso como hidróxido de cálcio | -Contém álcali.<br>-Evitar contato com os olhos.<br>-Pode causar cegueira.<br>-Manter fora do alcance de crianças. | -Alisante para cabelos contendo dois componentes: hidróxido de cálcio e um sal de guanidina |
| 6 | Sulfitos e bissulfitos inorgânicos | AMMONIUM BISULFITE, AMMONIUM SULFITE, POTASSIUM METABISULFITE, POTASSIUM SULFITE, SODIUM BISULFITE, SODIUM METABISULFITE, SODIUM SULFITE | 6,7% expressos em $SO_2$ livre | | |
| 7 | Pirogalol | PYROGALLOL | 3%, até pH 3,5. | No MODO DE USO deve constar, logo após o tempo de pausa do produto nos cabelos, a etapa:<br>-Enxágue com água em abundância até a remoção completa do produto.<br>**Outras advertências:**<br>-Este produto pode causar irritação ou alergia.<br>-Contém Pirogalol.<br>-Não utilizar nos cílios, sobrancelhas e buço.<br>-Manter fora do alcance das crianças.<br>-Usar luvas adequadas.<br>-Alisa e tinge os cabelos. | |

Notas:

1. A coluna com as nomenclaturas internacionais de ingredientes cosméticos (INCI) dos ativos não contempla todas as nomenclaturas INCI existentes, portanto, podem existir outras que não constam nesta lista.

2. O valor de casas decimais não expressas para concentrações e pH presentes nesta lista é "zero".

## ARESTO Nº 1.439, DE 29 DE JUNHO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 23/2019, realizada em 15 de outubro de 2019, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, VIII, § 1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e em conformidade com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, decidiu sobre o recurso, conforme anexo.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A.
CNPJ: 14.522.178/0001-07
Processo: 25759.255341/2015-46
Expediente: 1857642/19-7
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator - Voto nº 36/2019/DIRE5/Anvisa.

## CONSULTA PÚBLICA Nº 1.051, DE 28 DE JUNHO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º , III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, conforme deliberado em reunião realizada em 22 de junho de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da Proposta de Resolução de Diretoria Colegiada - RDC que dispõe sobre a identificação positiva de dispositivos médicos regularizados na Anvisa, por meio do sistema de Identificação Única de Dispositivos Médicos (UDI), conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: https://pesquisa.anvisa.gov.br/index.php/931146?lang=pt-BR.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde - GGTPS, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.910027/2021-96
Assunto: Proposta de Resolução de Diretoria Colegiada RDC que dispõe sobre a identificação positiva de dispositivos médicos regularizados na Anvisa, por meio do sistema de Identificação Única de Dispositivos Médicos (UDI).
Agenda Regulatória 2021-2023: Tema 11.10 - Identificação única de dispositivos médicos - UDI
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde - GGTPS
Diretor Relator: Cristiane Rose Jourdan Gomes

**DESPACHO Nº 91, DE 23 DE JUNHO DE 2021**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve aprovar a abertura do Processo Administrativo de Regulação, em Anexo, com dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e de Consulta Pública (CP) previstas, respectivamente, no art. 18 e no art. 39 da Portaria nº 162, de 12 de março de 2021, conforme deliberado em reunião realizada em 22 de junho de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO

Processo nº: 25351.913228/2021-45
Assunto: Abertura de processo regulatório para dispor sobre a apreciação e deliberação de recursos administrativos em última instância, por meio de Circuito Deliberativo, em virtude da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente do surto do novo coronavírus - SARS-CoV-2, na forma do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018.
Área responsável: Gerência-Geral de Recursos (GGREC)
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema 1.2 - Procedimentos de Recurso Administrativo
Agenda Regulatória 2021-2023: Não está previsto na Agenda
Excepcionalidade: Dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e de Consulta Pública (CP) para enfrentamento de situação de urgência.
Relatoria: Antonio Barra Torres

**DESPACHO Nº 92, DE 24 DE JUNHO DE 2021**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, em reunião realizada por meio do Circuito Deliberativo - CD_DN 549/2021, de 18 de junho de 2021, resolve arquivar processos de regulamentação da Agenda Regulatória 2017/2020, conforme anexo, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO

Agenda Regulatória 2017-2020: Tema 1.5 - Autorização de funcionamento de empresas (AFE) e autorização especial (AE)
Processo: 25351.062654/2011-77 e 25351.566071/2016-06
Assunto: Autorização de Funcionamento de Empresa em Portos, Aeroportos, Pontos de Fronteira e Recintos Alfandegados (Revisão das normas Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345/2002, RDC nº 346/2002, RDC nº 61/2004)
Justificativa do Arquivamento: Em função de novo direcionamento para a proposta, o tema de AFE de PAF passou a ser tratado no processo 25351.938951/2019-12, que está presente na nova Agenda Regulatória 2021-2023, no projeto 10.1 - Requisitos técnicos e administrativos para concessão de autorizações de funcionamento de empresas, estabelecimento de boas práticas de armazenamento e certificação de boas práticas de armazenamento no âmbito de portos, aeroportos e fronteiras (Revisão da RDC 346/2002 e RDC 61/2004)
Área responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras (GGPAF)
Diretor Relator: Sob condução do Gerente-Geral ou equivalente
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema 1.8 - Compartilhamento de áreas produtivas entre produtos para saúde, produtos de higiene, cosméticos, alimentos e/ou insumos farmacêuticos
Processo: 25351.909594/2020-19
Assunto: Proposta de Instrução Normativa Conjunta que dispõe sobre o compartilhamento entre áreas produtivas de produtos de higiene, cosméticos e perfumes de uso humano e de produtos de higiene e embelezamento de uso veterinário
Justificativa do Arquivamento: Tendo em vista o provável impacto econômico que a Instrução Normativa Conjunta poderá gerar sobre as empresas do mercado de cosméticos pet, o qual foi trazido à Anvisa durante as discussões da consulta pública e seu período de consolidação, entendeu-se necessário realizar Análise de Impacto Regulatório (AIR). A referida AIR será realizada no contexto do projeto 1.4 da nova Agenda Regulatória 2021-2023, que trata do "Compartilhamento de áreas produtivas entre produtos para saúde, produtos de higiene, cosméticos, alimentos e/ou insumos farmacêuticos", de maneira a avaliar os impactos nos diversos setores e tipos de produtos.
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária (GGFIS)
Diretora Relatora: Cristiane Rose Jourdan Gomes
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema 2.4 -Controle sanitário na importação de bens e produtos para fins de Vigilância Sanitária
Processo: 25351.915172/2020-82
Assunto: Revisão da RDC nº 383, de 12 de maio de 2020, que dispõe sobre a importação para unidade hospitalar ou estabelecimento de assistência à saúde.
Justificativa do Arquivamento: Em função de novo direcionamento para a proposta, o assunto passou a ser tratado no processo 25351.903807/2021-80, que está presente na nova Agenda Regulatória 2021-2023, no projeto 10.12 - Revisão de normativos para importação de produtos sujeitos a vigilância sanitária por unidades de saúde.
Área responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras (GGPAF)
Diretor Relator: Sob condução do Gerente-Geral ou equivalente
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema 2.4 -Controle sanitário na importação de bens e produtos para fins de Vigilância Sanitária
Processo: 25351.559757/2012-41
Assunto: Proposta de Revogação do Capítulo IX da RDC nº 81/08 e publicação de Instrução Normativa, que disciplina a importação por unidade hospitalar ou estabelecimento de assistência à saúde.
Justificativa do Arquivamento: Mudanças na condução da proposta levaram ao tratamento do assunto por meio de outro processo regulatório 25351.915172/2020-82. Informa-se que tal processo já resultou na publicação da Resolução RDC nº 383, de 12/05/2020, que dispõe sobre a importação para unidade hospitalar ou estabelecimento de assistência à saúde, e que foi revogada pela Resolução RDC nº 488, de 07/04/2021, e que dispõe sobre a importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária por unidade de saúde, para seu uso exclusivo
Área responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras (GGPAF)
Diretor Relator: Sob condução do Gerente-Geral ou equivalente
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema 7.4 - Registro e pós-registro de produtos biológicos
Processo: 25351.250363/2017-96
Assunto: Registro de produtos biológicos de menor complexidade
Justificativa do Arquivamento: O tema não será tratado no ano de 2021 devido à alta demanda da GPBIO durante a pandemia.
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos (GGMED)
Diretora Relatora: Cristiane Rose Jourdan Gomes
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema 7.9 - Metodologias de controle de qualidade, segurança e eficácia de medicamentos
Processo: 25351.330126/2009-55
Assunto: Estudos de Equivalência Farmacêutica e de Perfil de Dissolução Comparativo
Justificativa do Arquivamento: Por uma decisão estratégica da GGMED, não haverá avanço nesse processo em virtude dos esforços estarem focados em outras atividades da Coordenação de Equivalência Terapêutica (CETER).
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos (GGMED)
Diretor Relator: Sob condução do Gerente-Geral ou equivalente
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema 9.1 - Registro e notificação de produtos saneantes
Processo: 25351.274086/2014-78
Assunto: Estabelece requisitos técnicos e operacionais para fins de regularização de produtos saneantes de risco 2, com a unificação das RDCs nºs 42/09 e 59/10.
Justificativa do Arquivamento: Processo descontinuado em função de mudança de escopo para tratamento da atualização das normas de registros de saneantes no âmbito do Mercosul. Informa-se que o assunto qestá sendo trabalhado por meio do processo 25351.944098/2019-78 - Registro e Notificação de Produtos Saneantes, que está presente na nova Agenda Regulatória 2021-2023, no projeto 12.5 Revisão do regulamento técnico com requisitos para o registro e notificação de produtos saneantes
Área responsável: Gerência de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes (GHCOS)
Diretor Relator: Sob condução do Gerente-Geral ou equivalente

**DESPACHO Nº 93, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve aprovar a abertura do Processo Administrativo de Regulação, em Anexo, com dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) prevista no art.18 da Portaria nº 162, de 12 de março de 2021, conforme deliberado em reunião realizada em 22 de junho de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO

Processo nº: 25351.910027/2021-96
Assunto: Abertura de processo regulatório para proposta de identificação positiva de dispositivos médicos regularizados na Anvisa, por meio do sistema de Identificação Única de Dispositivos Médicos (UDI).
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde (GGTPS)
Agenda Regulatória 2021-2023: Projeto 11.10 - Identificação única de dispositivos médicos - UDI.
Excepcionalidade: Dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) para manter a convergência a padrões internacionais.
Relatoria: Cristiane Rose Jourdan Gomes

## 3ª DIRETORIA

## GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

**RESOLUÇÃO RE Nº 2.549, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)
_____
BEIERSDORF INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 01.786.983/0001-04
NIVEA SUN PROTECT &LIGHT FEELING FPS 50 PROTECTOR SOLAR FACIAL
25351.075781/2021-70 / 227210753
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0668208/21-0
---
BIOSPHERE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - EPP / 07.476.137/0001-66
BEYOUNG FACIAL ESSENTIAL FPS 30 PROTETOR SOLAR
25351.515324/2020-41 / 247540008
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4143963/20-5
---
Capilax Industria e Comercio de Cosmeticos Eireli EPP / 23.361.994/0001-77
ÁLCOOL GEL ASSEPT CLEAN ORQUÍDEA AZUL

25351.722711/2020-31 / 287430008
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4551968/20-0
---
CDC INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA / 16.584.409/0001-32
ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO MB FARMÁCIAS
25351.154462/2021-20 / 275010004
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0904065/21-9
---
&CO. INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - EPP / 17.153.030/0001-30
PROTETOR SOLAR MINERAL - OZÜ
25351.907622/2021-44 / 280880016
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0255676/21-2
---
CORPO DOURADO INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS E PERFUMARIA LTDA / 11.132.348/0001-59
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS CORPO DOURADO
25351.098681/2021-11 / 425800002
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0736629/21-1
---
FARMOQUÍMICA S/A / 33.349.473/0001-58
HELIOMAX FPS 90 MAX DEFENSE
25351.591530/2016-05 / 235400204
290 - REG. COSMÉTICOS - Mudança de Nome de Produto Registrado / 4551701/20-3
HELIOMAX FPS 90 MAX DEFENSE
25351.591530/2016-05 / 235400204
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 4554310/20-5
---
FRANCISCO MELQUESEDEQUE MARTINS MORORÓ ME / 13.181.864/0001-07
ÁLCOOL EM GEL ASSEPTLIMP FLATTER
25351.854746/2021-10 / 405950001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0156005/21-2
---
Lyska Industria e Comércio de Cosméticos Ltda EPP / 15.486.670/0001-37
Gel Antisséptico Para as Mãos Lyska
25351.277754/2020-59 / 269320001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3654037/20-8
---
NATURAL D´GAIA EXPORTAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - ME / 07.207.505/0001-70
SUNNATURE PROTETOR SOLAR FACIAL FPS 30 - NESH
25351.004230/2021-21 / 241580037
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0445249/21-8
---
Nutriex Indústria de Nutracêuticos Ltda. / 22.966.065/0001-29
PROTETOR SOLAR FPS 60 FACIAL PUBLIC
25351.138641/2019-03 / 291200282
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4420289/20-1
ÁLCOOL EM GEL HIGIENIZADOR FRESH NUTRIEX
25351.171340/2021-06 / 291200348
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0951686/21-6
ÁLCOOL EM GEL HIGIENIZADOR FRESH BIOGEX
25351.171439/2021-08 / 291200351
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0951845/21-7
ÁLCOOL EM GEL FRESH NUTRIEX
25351.171440/2021-24 / 291200349
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0951846/21-3
ÁLCOOL EM GEL SUAVE PERFUME NUTRIEX
25351.171450/2021-60 / 291200350
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0951857/21-5
PROTETOR SOLAR FPS 30 KIDS SOLAR GOLD
25351.708510/2017-26 / 291200175
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4420323/20-5
---
PRO NOVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP / 11.151.445/0001-99
SUN IN PROTETOR SOLAR PELE MOLHADA FPS 8
25351.069644/2021-04 / 255160020
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0650484/21-5
SUN IN PROTETOR SOLAR HIDRATANTE FACIAL FPS 50
25351.069819/2021-75 / 255160021
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0650699/21-1
SUN IN PROTETOR SOLAR MOUSSE FPS 30
25351.070158/2021-21 / 255160022
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0651060/21-4
---
R2M DO BRASIL INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA / 24.475.141/0001-29
ÁLCOOL EM GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS SÃO JOÃO
25351.125133/2021-71 / 299600010
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0817958/21-5
---
SALUTARIS INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA / 07.421.681/0001-00
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS PINEAPLLE 70ºGL / AMORÁVEL
25351.481162/2019-04 / 252640052
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0968224/20-2
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS PINEAPLLE 70ºGL / AMORÁVEL
25351.481162/2019-04 / 252640052
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 3071516/20-7
---
USINA NATURAL COSMÉTICOS LTDA / 05.692.841/0001-20
ÁLCOOL GEL SANTOS
25351.283450/2020-21 / 238410018
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3669987/20-7

## 4ª DIRETORIA

## GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

### RESOLUÇÃO RE Nº 2.548, DE 29 DE JUNHO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: Suport Comercio e Industria de Cosmeticos Ltda-ME - CNPJ: 07722471000152
Produto - (Lote): VISTO.BIO NATURAL ANTISSÉPTICO SEM FRAGRANCIA(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 2466089/21-2
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que os estudos de segurança apresentados não comprovam a segurança do produto para todas as faixas etárias, conforme informado no rótulo, e não sustenta a segurança inalatória e ocular do produto; ainda considerando que não foram apresentados estudos comprovando a eficácia e segurança do ingrediente ativo como antisséptico para as mãos e corpo humano e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

# Ministério do Turismo

## SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

## SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

### PORTARIA Nº 370, DE 29 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
205056 - ARRAIÁ DAS ÁGUAS QUENTES
STUDIO TUR PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.242.120/0001-44
Processo: 01400005047202071
Cidade: Caldas Novas - GO;
Valor Aprovado: R$ 199.980,00
Prazo de Captação: 30/06/2021 à 01/09/2021
Resumo do Projeto: FESTA POPULAR: Realizar o ARRAIÁ DAS ÁGUAS QUENTES, com apresentação de grupos de quadrilha junina, feira gastronômica, artesanato, músicos instrumentais típicos (viola) e dança de catira. CONTRAPARTIDAS SOCIAIS: Promover 02 Palestras, sendo uma sobre música instrumental e mercado de trabalho e outra sobre organização de eventos culturais, entrada franca ao evento, ensaio e palestras, que serão gravação e disponibilizadas on-line para o público em geral no canal do projeto no YouTube. Nosso objetivo principal é aumentar, através da democratização do acesso à cultura, o fluxo turístico na cidade de Caldas Novas - GO, gerando emprego e renda.

205057 - SUL EM DANÇA - 19º EDIÇÃO
Margit Kolling
CNPJ/CPF: 440.821.420-53
Processo: 01400005048202016
Cidade: São Leopoldo - RS;
Valor Aprovado: R$ 586.961,44
Prazo de Captação: 30/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Difundir a arte e contribuir para a formação de plateia, trazendo, para a região de Porto Alegre, profissionais renomados na área da dança de todo Brasil. Dar continuidade ao evento já realizado há 18 anos, marcando o cenário cultural e potencializando a região e Rio Grande do Sul através de um Festival de Danças que oportunize a integração, o fortalecimento da dança, o aperfeiçoamento e a troca de experiências. Reúne apresentações, aulas e palestras.

205058 - MISSAL
FLAVIANO SOUZA E SILVA 02892282632
CNPJ/CPF: 17.131.471/0001-31
Processo: 01400005049202061
Cidade: Ouro Preto - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.671,34
Prazo de Captação: 30/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: MISSAL é um projeto em homenagem à manifestação cultural denominada Bandeira do Divino, muito comum em diversas localidades do interior de Minas Gerais. Apresentará os seguintes produtos: Espetáculos de artes cênicas, Gravação de CD e Palestra, sendo este último a contrapartida social do projeto.

205059 - TÃO SOMENTE, YERMA
Michelle Raja Gebara
CNPJ/CPF: 110.882.107-32
Processo: 01400005050202095
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.998,65
Prazo de Captação: 30/06/2021 à 08/06/2021
Resumo do Projeto: Tão somente, YERMA é um solo teatral de 60min. É uma readaptação do espetáculo "Yerma, de Todos os Tempos", patrocinado pela SECEC no edital emergencial cultura presente nas Redes 2020. Yerma é uma mulher que vive o drama de não poder conceber um filho. Busca de todas as formas engravidar e enfrenta a indiferença do marido, João, que não demonstra nenhum interesse em compartir da sua angústia. O projeto prevê como plano de distribuição o espetáculo teatral "Tão Somente, Yerma" (produto principal) e como contrapartida social, palestras sobre o Teatro Clássico, relacionado à Federico García Lorca e demais autores da época.

205061 - Sentindo o Brasil-Uma História de Inclusão
SOCIEDADE SUSTENTAVEL EIRELI
CNPJ/CPF: 56.320.344/0001-32
Processo: 01400005052202084
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 677.661,60
Prazo de Captação: 30/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Montagem e circulação de um espetáculo de dança inédito, com a participação de pessoas com deficiência visual e síndrome de down. Realização de oficinas para professores de escolas publicas de expressão corporal relacionada a educação.

205062 - Mostra de Solos Cênicos Mulheres em Cena
RODRIGO FLAVIO ALCANTARA
CNPJ/CPF: 443.790.248-30
Processo: 01400005053202029
Cidade: São Sebastião do Paraíso - MG;
Valor Aprovado: R$ 99.715,67
Prazo de Captação: 30/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Este projeto visa a realização da Mostra de Solos Cênicos 'Mulheres em Cena' com duração de 5 (cinco) dias promovendo a apresentação de um Espetáculo Teatral e quatro Cenas Curtas. Como medida de democratização do acesso será realizada uma Live Conferência com as Atrizes. E como ação de contrapartida a realização de dez palestras de 1h para alunos de Escolas da Rede Pública.

205063 - Espetáculo Despertar da Dança
Alexandre Grivicich da Silva
CNPJ/CPF: 965.727.360-91
Processo: 01400005054202073
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 194.369,89
Prazo de Captação: 30/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O "Espetáculo Despertar da Dança" esta destinado à rede de ensino e público em geral do Estado do Rio Grande do Sul; é uma ac–ão cultural direta para criação de público crítico e também uma ação pedagógica transversal, que utiliza espetáculos presenciais para apresentar expressões culturais e folcloricas gaúchas tendo por contextos os ciclos econõmicos do Brasil, evoluc–ão industrial brasileira, educac–ão ambiental, gênero, formac–ão, etnologia e etnografia do Brasil e esta composto pelo espetáculo "Despertar da Dança" e por palestra com o tema "Folclore e a Educação!"

205064 - CONSTRUINDO TALENTOS
LETICIA GAZAL RIBEIRO GOMES
CNPJ/CPF: 264.815.898-78
Processo: 01400005055202018
Cidade: Santos - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.875,72
Prazo de Captação: 30/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O objetivo do projeto é desenvolver um trabalho com ballet classico, a fim de fortalecer a formação de crianças, adolescentes e jovens carentes, ocupando-as com uma das mais delicadas artes existentes, e capacitando-as para oportunidades profissionais no Brasil e no exterior. Realizar workshop aberto para a comunidade.

205070 - Casa de Joana - Incubadora Criativa
CITY WEB EIRELI
CNPJ/CPF: 31.506.656/0001-04
Processo: 01400005061202075
Cidade: Hortolândia - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.962.005,00
Prazo de Captação: 30/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Criação e manutenção de uma encubadora criativa, com espaço para desenvolvimento de Artes Cenicas, Dança, Musica e Tecnologia aplicada a cultura (Games e Apps Culturais), com apresnetação de espetaculos, pesquisa e residencias de grupos, oficinas para professores.

211406 - TEATRO EM INGLÊS
Associação Cristã dos Artistas
CNPJ/CPF: 18.301.494/0001-00
Processo: 01400001406202101
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 132.932,80
Prazo de Captação: 30/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto TEATRO EM INGLÊS, assim como o próprio nome diz, tem o intuito de produzir um trabalho de processo colaborativo no desenvolvimento da arte teatral em língua estrangeira, no caso o Inglês, através de oficinas para o estudo da arte, gerando o gosto por outro idioma em crianças e pré-adolescentes, e também inferindo o interesse e democratizando o acesso à cultura. Ao final do ciclo de estudos, apresentar a peça teatral resultante do processo. E como contrapartida social, realizar uma palestra sobre teatro, com experimentação prática.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )
205065 - SOM DAS CAIEIRAS
Usiel Carneiro de Souza
CNPJ/CPF: 779.251.817-53
Processo: 01400005056202062
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 199.999,15
Prazo de Captação: 30/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto Som das Caieiras, consiste na formação de uma Orquestra-Coral Infanto-juvenil que valorize a diversidade cultural brasileira e a sonoridade CAPIXABA. Pretende-se contribuir para o aprendizado musical de crianças e jovens socialmente vulneráveis da região da Grande São Pedro em Vitória- ES e o contraste socio-histórico-cultural da importante região turística da Ilha das Caieiras. Iremos reunir 60 jovens em uma Orquestra-Coral, para oficinas de aprendizados ais quais contaram com bolsas incentivos (para adolescentes), e trazendo um repertório com músicas brasileiras e regionais, realizaremos com essa Orquestra-Coral apresentações gratuitas em espaços coletivos..

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º )
210978 - FESTA DO PAU DA BANDEIRA DE SANTO ANTONIO DE BARBALHA
SOCIEDADE ARTÍSTICA E CULTURAL ENGENHO VELHO
CNPJ/CPF: 13.544.354/0001-49
Processo: 01400000978202164
Cidade: Barbalha - CE;
Valor Aprovado: R$ 992.871,00
Prazo de Captação: 30/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realizar a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antonio de Barbalha, reconhecida como patrimônio cultural do povo brasileiro pelo IPHAN e patrimônio cearense pelo COEPA, Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará, contribuindo com a valorização e salvaguarda da mesma, oferendo,gratuitamente, para estudantes e pessoas de todas as idades e classes sociais do Brasil, festa popular, oficinas, palestras (Responsabilidade Social) e apresentações musicais.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
205089 - DOMINGUINHOS EM JAZZ E CANÇÃO
Gisele Pennella
CNPJ/CPF: 21.950.933/0001-10
Processo: 01400005080202000
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 595.725,90
Prazo de Captação: 30/06/2021 à 01/10/2021
Resumo do Projeto: O projeto realizará a montagem e apresentação de um show musical de jazz e canção em homenagem à Dominguinhos.

**PORTARIA Nº 371, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
203061 - PLANO ANUAL CINE THEATRO BRASIL 2021
ASSOCIACAO CINE THEATRO BRASIL - VALLOUREC
CNPJ/CPF: 09.207.902/0001-78
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Complementado: R$ 2.692.309,21
Valor total atual: R$ 9.640.341,32

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )
193530 - SOM E TECNOLOGIA - VI EDIÇÃO
INSTITUTO AMAFIL
CNPJ/CPF: 10.486.366/0001-76
Cidade: Cianorte - PR;
Valor Complementado: R$ 102.529,02
Valor total atual: R$ 336.136,57

200343 - Centro Cultural 25 de Julho - Plano Anual 2021
CENTRO CULTURAL 25 DE JULHO DE PORTO ALEGRE
CNPJ/CPF: 92.911.270/0001-72
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Complementado: R$ 32.723,14
Valor total atual: R$ 178.774,56

**PORTARIA Nº 372, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
203730 - Manutenção e Programação do Teatro Casa Grande 2021
Sociedade Teatral Casa Grande
CNPJ/CPF: 33.627.100/0001-00
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º )
200810 - Brasília Photo Show - VI Edição
Brasília Photo Show LTDA
CNPJ/CPF: 23.955.639/0001-26
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º )
204566 - Restauro do Palacete Tira-Chapéu
ELYSIUM
CNPJ/CPF: 81.907.552/0001-80
Cidade: Goiânia - GO;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

**PORTARIA Nº 373, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
185605 - ENCONTRO SESI DE ARTES CÊNICAS - Vale do Rio Grande
SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
CNPJ/CPF: 03.773.834/0074-83
Cidade: Uberaba - MG;
Valor Reduzido: R$ 161.793,52
Valor total atual: R$ 929.704,67

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )
172399 - Blues Festival
DANÇAR MARKETING E COMUNICAÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 65.935.280/0001-75
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 86.400,00
Valor total atual: R$ 6.247.764,66

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º )
162247 - Mapeamento da produção cultural
J.LEIVA COMUNICACOES S/S LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05.142.723/0001-49
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 22.407,21
Valor total atual: R$ 930.032,19

**PORTARIA Nº 374, DE 29 DE JUNHO DE 2021**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 172399 - Blues Festival, publicado na portaria nº 0642/17 de 23/10/2017, no D.O.U. de 24/10/2017, para Samsung Best of Blues & Rock.

Art. 2.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 200343 - Centro Cultural 25 de Julho - Plano Anual 2021, publicado na portaria nº 0048/20 de 20/01/2020, no D.O.U. de 21/01/2020.

Onde se lê: O projeto cria ações para o Centro Cultural 25 de Julho de Porto Alegre, visando aumentar a participação de crianças e jovens em grupos de iniciação à música através do canto coral, a formação musical através de instrumentos diversos e a formação técnica em teatro de bonecos, com bolsas gratuitas a alunos de escolas públicas do entorno da sede, e grande espetáculo de final de ano. Entre as ações, também a realização de evento cultural mensal com grupos externos ou da casa

e a organização e preservação do acervo documental, em vista do próximo 70º aniversário do Centro Cultural.

Leia-se: O projeto cria ações para o Centro Cultural 25 de Julho de Porto Alegre, visando aumentar a participação de crianças e jovens em grupos de iniciação à música através do canto coral, a formação musical através de instrumentos diversos e a formação técnica em teatro de bonecos, com bolsas gratuitas a alunos de escolas públicas do entorno da sede, e grande espetáculo de final de ano. Entre as ações, também a realização de evento cultural mensal com grupos externos ou da casa e a organização e preservação do acervo documental, em vista do próximo 70º aniversário do Centro Cultural. Acrescenta-se, aqui, que todas as atividades propostas serão realizadas em versão online, enquanto não for vencida a pandemia do corona vírus, com retorno às ações presenciais.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

## AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

### PORTARIA ANCINE Nº 555-E, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Torna pública a atualização do Plano de Integridade da Agência Nacional do Cinema - ANCINE.

O DIRETOR - PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso IV do art. 13 do Anexo I ao Decreto n.º 8.283, de 3 de julho de 2014, e pelo inciso III do art. 17 do Regimento Interno da ANCINE,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo n.º 01416.006178/2018-82, resolve:

Art. 1º Tornar pública a atualização do Plano de Integridade da ANCINE, válido até 31 de dezembro de 2021, conforme proposta apresentada pela unidade de gestão e aprovada por meio da Deliberação Ad Referendum n.º 28-E, de 2021.

Parágrafo único. Até 31 de dezembro de 2021, a Secretaria de Gestão Interna, enquanto unidade gestora da integridade, deverá apresentar à Diretoria Colegiada relatório detalhado das ações propostas e dos resultados obtidos.

Art. 2º Disponibilizar o Plano de Integridade da ANCINE para consulta dos interessados no endereço eletrônico: www.gov.br/ancine.

Art. 3º Fica revogada a Portaria ANCINE n.º 224-E, de 29 de abril de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

MAURO GONÇALVES DE SOUZA

### PORTARIA ANCINE Nº 556-E, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I, III e IX do art. 17 do Regimento Interno da ANCINE,

CONSIDERANDO a classificação da situação do COVID-19 como pandemia e emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO os efeitos e impactos da pandemia na cadeia produtiva do audiovisual;

CONSIDERANDO a necessidade de mitigação dos impactos da pandemia no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da ANCINE; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 01416.001998/2020-01, resolve:

Art. 1° O art. 11 da Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e os artigos 2°-A e 5-B vigoram até 30 de julho de 2021, admitida a prorrogação."

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO GONÇALVES DE SOUZA

### DESPACHO Nº 69-E, DE 28 DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR - PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2024.

21-0046 TERRITÓRIO ANTÁRTICO
Processo: 01416.003276/2021-63
Proponente: BRUNA STEUDEL PRODUÇÕES E ARTES ME
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 14.323.160/0001-86
Valor total aprovado: R$ 299.670,51
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 284.686,99
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 796, realizada em 10/06/2021

21-0057 WEE BOOM (2º TEMPORADA) - ANIMAÇÃO
Processo: 01416.003159/2021-08
Proponente: SPLIT STUDIO PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.717.663/0001-48
Valor total aprovado: R$ 3.808.095,55
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/01: R$ 3.617.690,78
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 796, realizada em 10/06/2021

21-0058 OPAÍ,Ó! DENDICASA?
Processo: 01416.010079/2020-10
Proponente: DUETO PRODUÇÕES E PUBLICIDADES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 27.872.415/0001-01
Valor total aprovado: R$ 1.834.353,88
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 242.636,18
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Aprovado no âmbito do Circuito Deliberativo nº. 33-E, encerrado em 07/06/2021

21-0059 A FLOR DA IDADE
Processo: 01416.000956/2021-25
Proponente: MACHADO FILMES E PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: Brasília / DF
CNPJ: 13.631.016/0001-44
Valor total aprovado: R$ 474.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 450.000,00
Aprovado no âmbito do Circuito Deliberativo nº. 32-E, encerrado em 07/06/2021

21-0060 A MISSÃO DE ULISSES
Processo: 01416.003361/2021-21
Proponente: CONSPIRAÇÃO FILMES ENTRETENIMENTO 3º MILÊNIO LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total aprovado: R$ 9.837.829,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/01: R$ 3.500.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 797, realizada em 24/06/2021

21-0061 O SEQUESTRO DO VOO 375
Processo: 01416.002479/2021-32
Proponente: ESCARLATE CONTEÚDO AUDIOVISUAL E EXPERIÊNCIAS CRIATIVAS LTDA-ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 13.029.754/0001-16
Valor total aprovado: R$ 11.001.666,50
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/01: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 797, realizada em 24/06/2021

Art. 2º Devolver o prazo remanescente do seguinte projeto audiovisual, para captação de recursos incentivados até 31/12/2023, nos termos da Deliberação de Diretoria Colegiada n.º 1064-E, de 2020, realizada em 17/12/2020:

19-0333 A VIDA DOS CORAIS
Processo: 01416.007012/2019-64
Proponente: RJ SERVIÇOS CINE GROUP LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 13.021.376/0001-24
Valor total aprovado: R$ 1.525.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.448.750,00
Aprovado pela Deliberação do Diretor-Presidente Substituto nº. 101-E, em 19/12/2019

Art. 3º As Deliberações produzem efeitos a partir da data desta publicação.

MAURO GONÇALVES DE SOUZA

# Controladoria-Geral da União

## SECRETARIA EXECUTIVA

### PORTARIA Nº 1.541, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a descentralização de Divisões de Coordenações-Gerais vinculadas à Secretaria Federal de Controle Interno para as Controladorias Regionais da União nos Estados.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 5º e o inciso V do art. 28, ambos do Decreto nº 9.681, de 03 de janeiro de 2019, e considerando a subordinação das Controladorias Regionais da União nos Estados à Secretaria-Executiva e os potenciais benefícios em termos de melhoria da eficiência e da celeridade da descentralização de atividades e da otimização da utilização do quadro de servidores lotados no Órgão Central e nas Controladorias Regionais da União nos Estados, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo Único da Portaria nº 1.108, de 14 de março de 2019, que passa a vigorar nos termos do Anexo Único a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE MARCELO CASTRO DE CARVALHO

ANEXO ÚNICO

| Função Comissionada vinculada à Divisão descentralizada | Coordenação-Geral de origem da Divisão | Controladoria Regional de destino da Divisão |
|---|---|---|
| FCPE 101.2 | Coordenação-Geral de Auditoria de Estatais dos Setores de Logística e Serviços (CGLOG) | Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul (CGU-R/RS) |
| FCPE 101.2 | Coordenação-Geral de Auditoria de Estatais dos Setores de Energia e Petróleo (CGEP) | Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro (CGU-R/RJ) |
| FCPE 101.2 | Coordenação-Geral de Auditoria de Estatais dos Setores Financeiro e de Desenvolvimento (CGFIN) | Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo (CGU-R/SP) |
| FCPE 101.2 | Coordenação-Geral de Auditoria de Estatais dos Setores de Energia e Petróleo (CGEP) | Controladoria Regional da União no Estado do Goiás (CGU-R/GO) |
| FCPE 101.2 | Coordenação-Geral de Auditoria de Políticas Econômicas (CGPEC) | Controladoria Regional da União no Estado da Bahia (CGU-R/BA) |
| FCPE 101.2 | Coordenação-Geral de Auditoria de Políticas Econômicas (CGPEC) | Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais (CGU-R/MG) |
| FCPE 101.2 | Coordenação-Geral de Auditoria de Patrimônio e de Desburocratização (CGPAT) | Controladoria Regional da União no Estado de Sergipe (CGU-R/SE) |
| FCPE 101.2 | Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Educação Básica, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (CGEBC) | Controladoria Regional da União no Estado do Ceará (CGU-R/CE) |
| FCPE 101.2 | Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Educação Superior e Profissionalizante (CGESUP) | Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais (CGU-R/MG) |
| FCPE 101.2 | Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Educação Superior e Profissionalizante (CGESUP) | Controladoria Regional da União no Estado do Paraná (CGU-R/PR) |
| FCPE 101.2 | Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Saúde (CGSAU) | Controladoria Regional da União no Estado do Pernambuco (CGU-R/PE) e Controladoria Regional da União no Estado da Paraíba (CGU-R/PB) |
| FCPE 101.2 | Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Educação Básica, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (CGEBC) | Controladoria Regional da União no Estado do Goiás (CGU-R/GO) |
| FCPE 101.2 | Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Minas e Energia (CGENE) | Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais (CGU-R/MG) |
| FCPE 101.2 | Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CGAGR) | Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul (CGU-R/RS) |

# Ministério Público da União

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
### COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
### PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

**PORTARIA Nº 11, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em ofício na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, na forma do art. 8º, §1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil, registrado no SISPROWEB nº 08190.016320/21-74, como interessados: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DF, COORDENADORIA REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO, CEILÂNDIA, PARANOÁ, SAMAMBAIA e LIVRARIA DO PROFESSOR COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI.

EDUARDO GAZZINELLI VELOSO

## MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
### CONSELHO SUPERIOR

**RESOLUÇÃO Nº 119/CSMPM, DE 16 DE JUNHO DE 2021**

Altera a Resolução nº 90/CSMPM, de 30 de novembro de 2016, que aprova o Regimento Interno da Corregedoria do Ministério Público Militar.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, na forma prevista no artigo 131, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Acrescentar o art. 29-A e parágrafo único à Resolução nº 90/CSMPM, de 30 de novembro de 2016, com a seguinte redação:

"Art. 29-A As portarias de instauração dos procedimentos disciplinares consignarão o termo final do prazo prescricional.

Parágrafo único. No momento da autuação do procedimento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), consignar-se-á o termo final do prazo prescricional do campo Especificação, acessível pelo botão Consultar/Alterar Processo, no formato PRESCREVE EM dd/mm/aaa."

Art. 2º Alterar a redação do caput do art. 31 e acrescentar o inciso III ao mesmo dispositivo da Resolução nº 90/CSMPM, de 30 de novembro de 2016, com a seguinte redação:

"Art. 31 O acompanhamento do estágio probatório dos membros do Ministério Público Miltiar, nos termos do art. 139, III, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, será realizado pelo Corregedor-Geral, a quem caberá:

(...)

III - zelar para que o período de afastamento de Membro, exceto nas hipóteses previstas em lei, não seja computado como de efetivo exercício para fins de estágio probatório (LC nº 75/93, art. 204, § 3º)."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Procurador-Geral de Justiça Militar/Presidente

CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA PEREIRA
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

EDMAR JORGE DE ALMEIDA
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

ALEXANDRE CONCESI
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

ARILMA CUNHA DA SILVA
Subprocuradora-Geral de Justiça Militar/Conselheira

HERMINIA CELIA RAYMUNDO
Subprocuradora-Geral de Justiça Militar/Conselheira

GIOVANNI RATTACASO
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI
Vice-Procurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro-Relator

CEZAR LUÍS RANGEL COUTINHO
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

SAMUEL PEREIRA
Corregedor-Geral do MPM/Conselheiro

**RESOLUÇÃO Nº 120/CSMPM, DE 16 DE JUNHO DE 2021**

Altera a Resolução nº 112/CSMPM, de 27 de agosto de 2020, que dispõe sobre o controle de prazo prescricional no âmbito do Ministério Público Militar.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, na forma prevista no artigo 131, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Acrescentar o art. 5º-A à Resolução nº 112/CSMPM, de 27 de agosto de 2020, com a seguinte redação:

"Art. 5º-A Para fins estatísticos e de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle dos prazos prescricionais, as Procuradorias de Justiça Militar registrarão, em listas anuais, os feitos em que houve declaração de prescrição nas classes judiciais Processo, Procedimento Investigatório e Execução Penal, de acordo com o modelo constante do Anexo 1 desta Resolução.

§1º Para os feitos em trâmite no Superior Tribunal Militar, os registros serão feitos pelo Departamento de Documentação Jurídica, tanto para a classe judicial Originário quanto para a classe Recursal, de acordo com o modelo constante do Anexo 2 desta Resolução.

§2º Havendo impugnação da declaração de prescrição pelo Ministério Público Militar, registrar-se-á a situação na tabela respectiva, com a indicação do número do recurso ou outra medida adotada nos autos originais.

§3º Consignar-se-á, igualmente, se houve manifestação ministerial na forma dos §§ do art. 5º desta Resolução.

§4º Até o dia 31 de janeiro do ano subsequente ao de referência, as Procuradorias de Justiça Militar encaminharão ao Departamento de Documentação Jurídica, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), as listas a que se refere o caput deste artigo.

§5º O Departamento de Documentação Jurídica, até o dia 31 de março do ano subsequente ao de referência, calculará tanto os índices de prescrição para os feitos que tramitaram no Superior Tribunal Militar quanto os índices relativos aos processos de primeiro grau, com base nos dados fornecidos pelas Procuradorias de Justiça Militar, produzindo o relatório respectivo, que indicará também os índices gerais para o primeiro e segundo graus, assim como o índice para a Justiça Militar da União, de acordo com o modelo constante do Anexo 3 desta Resolução.

§6º Para a apuração dos índices de prescrição, expressados em percentuais distintos para cada classe judicial, serão considerados o total de feitos autuados no e-Proc na classe respectiva dentro do ano de referência e o total de feitos nos quais houve declaração de prescrição, ainda que parcial e de qualquer modalidade, no mesmo período.

§7º O relatório de que trata o § 3º deste artigo será apresentado ao Procurador-Geral de Justiça Militar, que o encaminhará à Corregedoria e à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar, e será disponibilizado na intranet até o dia 30 de abril.

§8º O primeiro ano de registro e medição dos índices será o de 2021."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Procurador-Geral de Justiça Militar/Presidente

CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA PEREIRA
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

EDMAR JORGE DE ALMEIDA
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

ALEXANDRE CONCESI
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

ARILMA CUNHA DA SILVA
Subprocuradora-Geral de Justiça Militar/Conselheira

HERMINIA CELIA RAYMUNDO
Subprocuradora-Geral de Justiça Militar/Conselheira

GIOVANNI RATTACASO
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI
Vice-Procurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro-Relator

CEZAR LUÍS RANGEL COUTINHO
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

SAMUEL PEREIRA
Corregedor-Geral do MPM/Conselheiro

# Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

## CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

**RESOLUÇÃO NORMATIVA CFA Nº 600, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

Dispõe sobre o Programa Especial de Parcelamento Incentivado de débitos e dá outras providências

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições e incumbências legais e regimentais, que lhe conferem a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, e o Regimento do CFA;

CONSIDERANDO a necessidade de arrecadação fiscal caracterizada pela contribuição compulsória, determinada por lei e que constitui, nos termos do art. 12 da Lei nº 4.769/1965, a receita principal dos Conselhos Federal e Regionais de Administração;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.514/2011, atribui aos Conselhos Federais a competência para estabelecer as regras de recuperação de créditos;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.105/2015, preconiza a conciliação como método de solução consensual de conflitos e prevenção de litígios;

CONSIDERANDO a orientação do Conselho Nacional de Justiça e do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, juntamente com os Tribunais Regionais Federais Regionais, no sentido de promover política sistematizada de conciliação relacionada aos débitos existentes nos respectivos Conselhos;

CONSIDERANDO a proposição de redução da inadimplência apresentada no 2º Fórum de Presidentes do Sistema CFA/CRAs, realizado nos dias 10 a 11 de junho de 2021, resolve:

ad referendum do Plenário:

Art. 1º Fica instituído o Programa Especial de Parcelamento Incentivado de débitos, destinado a promover a regularização de dívidas com os Conselhos Regionais de Administração (CRA).

Art. 2º Serão concedidos os seguintes descontos sobre juros, multa e correção monetária, para as conciliações administrativas ou judiciais:

I - pagamento em parcela única:

a) 100% (cem por cento);

II - pagamento de 02 (duas) até 04 (quatro) parcelas:

a) 90% (noventa por cento);

III - pagamento de 05 (cinco) até 09 (nove) parcelas:

a) 80% (oitenta por cento);

IV - pagamento de 10 (dez) até 15 (quinze) parcelas:

a) 70% (setenta por cento);

V - pagamento de 16 (dezesseis) até 24 (vinte e quatro) parcelas:

a) 60% (sessenta por cento).

§ 1º O valor das parcelas observará, obrigatoriamente, o mínimo de R$50,00 (cinquenta reais) para pessoas físicas e R$150,00 (cento e cinquenta reais) para pessoas jurídicas.

§ 2º A primeira parcela será quitada na data da assinatura do Termo de Conciliação de Dívida (ANEXO ÚNICO) e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

§ 3º O disposto no caput aplica-se somente aos débitos de exercícios findos.

Art. 3º Os descontos previstos no art. 2º serão concedidos ao devedor mediante a assinatura do Termo de Conciliação de Dívida perante o CRA, o qual importa na:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos;

II - renúncia expressa ao direito de ação sobre débitos objeto do acordo, inclusive desistência de ações judiciais eventualmente ajuizadas e lides administrativas;

III - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas.

§ 1º O sujeito passivo que desejar parcelar, na forma desta resolução, débitos objeto de parcelamento ativo deverá, previamente à assinatura do novo Termo de Conciliação de Dívida, manifestar expressa desistência do parcelamento em curso.

§ 2º Caso o Termo de Conciliação de Dívida seja cancelado ou não produza efeitos, os parcelamentos para os quais houver desistência não serão restabelecidos.

Art. 4º Os débitos serão consolidados na data de assinatura do Termo de Conciliação de Dívida ou do acordo judicial, conforme o caso, atualizados pela variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou pelo índice oficial que venha a substituí-lo.

Parágrafo único - O termo de conciliação de dívida indicará o valor do débito consolidado, o percentual de desconto concedido com seu respectivo valor pecuniário e o valor a ser liquidado de forma diferida pelo devedor.

Art. 5º O não pagamento de 2 (duas) ou mais parcelas implica na rescisão automática do termo de conciliação de dívida, perda integral dos descontos concedidos e no vencimento antecipado do débito remanescente.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência de 1º de julho até 30 de setembro de 2021.

MAURO KREUZ

ANEXO

TERMO DE CONCILIAÇÃO DE DÍVIDA Nº /2021

O Conselho Regional de Administração de(o)_, doravante denominado CREDOR, neste ato representado por_ , nos termos da Resolução Normativa CFA nº 499, 10 de maio de 2017, e o(a) Adm. _, inscrito (a) no CRA/_ sob o nº_, residente e domiciliado(a) na _, doravante denominado(a) DEVEDOR(A); considerando o permissivo previsto no art. 6º § 2º, da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que expressamente autoriza os Conselhos de Profissões Regulamentadas a promoverem recuperação de créditos, isenções e conceder descontos;, resolve:

celebrar CONCILIAÇÃO em relação ao(s) débito(s) referente(s) à(s) anuidade(s) do(s) exercício(s) de _ que o (a) devedor(a), neste ato o(s) reconhece(m) na integralidade, devido(s), mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - O montante da dívida reconhecida pelo (a) devedor(a), nela incluídos correção monetária, juros e multa(s), corresponde ao valor de R$ _( );

Cláusula Segunda - Para efeitos da presente CONCILIAÇÃO fica concedido o desconto de %, incidentes exclusivamente sobre juros e multa(s) do montante acima apurado, correspondendo ao valor de R$ _ (_). Assim o débito a ser quitado pelo(a) Devedor(a) será no importe de R$_ (_).

Cláusula Terceira - Fica estabelecido que o valor constante na Cláusula Segunda será solvido em _ (_) parcela(s), conforme abaixo discriminado:

| PARCELA(S) | VENCIMENTO | VALOR |
|---|---|---|
| 01 | | |
| 02 | | |
| 03 | | |

Cláusula Quarta - O CREDOR não está obrigado a providenciar qualquer Notificação ou Interpelação para constituir o(a) DEVEDOR(A) em mora, ficando convencionado entre as partes que o não pagamento de quaisquer das parcelas nos vencimentos estipulados, implicará a imediata rescisão deste Termo, o vencimento antecipado do débito com o acréscimo dos descontos incidentes sobre as parcelas remanescentes e adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, com os acréscimos legais.

Cláusula Quinta - A assinatura deste instrumento pelo (a) DEVEDOR(A) importa em confissão irrevogável e irretratável do(s) débito(s); renúncia expressa ao direito de ação sobre débitos objeto do acordo, inclusive desistência de ações judiciais eventualmente ajuizadas e lides administrativas; e aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas.

Por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o presente termo em duas vias.

## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

### ACÓRDÃOS

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 053/2021 (PAe 000053.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000084/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 05 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade não foi confirmada sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 14, 32, 34, 35 e 82 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 30 de abril de 2021. (data do julgamento) VENANCIO GUMES LOPES, Presidente da Sessão; ALCINDO CERCI NETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 015/2021 (PAe 000015.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (PEP nº 000036/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 05 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por maioria não foi confirmada sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por maioria, foi descaracterizada a infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator Venâncio Gumes Lopes. Brasília, 27 de maio de 2021. (data do julgamento) EDSON YUZUR YASOJIMA, Presidente da Sessão; VENANCIO GUMES LOPES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 043/2021 (PAe 000043.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 11.072-282/13) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b", para aplicar-lhe a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 67 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 67 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração ao artigo 63 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de maio de 2021. (data do julgamento) TOMÉ CESAR RABELO, Presidente da Sessão; MAÍRA PEREIRA DANTAS, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 086/2021 (PAe 000086.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.155-112/15) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes/denunciados. Com relação ao 1º apelante/denunciado, por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º e 32 o Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18). Com relação ao 2º apelante/denunciado, por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º e 32 o Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), tudo nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de maio de 2021. (data do julgamento) TOMÉ CESAR RABELO, Presidente da Sessão; MAÍRA PEREIRA DANTAS, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 087/2021 (PAe 000087.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000064/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 18 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 18 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2021. (data do julgamento) FLÁVIO FREITAS BARBOSA, Presidente da Sessão; CLEITON CASSIO BACH, Relator.

Brasília-DF, 29 de junho de 2021.
JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ

### PORTARIA CRCCE Nº 42, DE 17 DE JUNHO DE 2021

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que preceitua o Art. 4º da Resolução CRC nº 748/2020, de 30 de novembro de 2020, que aprovou o orçamento para o exercício de 2021, CONSIDERANDO a necessidade de suprir dotações orçamentárias, resolve:

Art. 1º -Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R$ 66.900,00 (sessenta e seis mil e novecentos reais) para a seguinte dotação em cumprimento a Lei 4.320/64:

| | | |
|---|---|---|
| 6.3.1.1.01.01.010 | INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS | 49.500,00 |
| 6.3.1.3.02.01.005 | SERVIÇOS TECNOL. DA INFORMAÇÃO | 4.200,00 |
| 6.3.1.3.02.01.008 | SERV. LIMP, CONSERV E JARDINAGEM | 100,00 |
| 6.3.1.3.02.01.021 | SERV. DE APOIO ADM. OPERACIONAL | 100,00 |
| 6.3.1.3.02.01.022 | DEMAIS SERVIÇOS PROFISSIONAIS | 10.000,00 |
| 6.3.1.6.01.01.001 | INSS SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS | 3.000,00 |
| | **TOTAL SUPLEMENTAÇÃO** | 66.900,00 |

Art. 2º - Os recursos para cobertura deste crédito suplementar é proveniente da anulação da seguinte dotação:

| | | |
|---|---|---|
| 6.3.1.1.01.01.001 | SALÁRIOS | 11.250,57 |
| 6.3.1.1.01.01.002 | GRAT. POR TEMPO DE SERVIÇOS | 8.750,00 |
| 6.3.1.1.01.01.003 | GRAT. POR EXERCICIO DE CARGO | 12.029,26 |
| 6.3.1.1.01.01.004 | GRAT. DE NATAL - 13º SALÁRIO | 2.000,00 |
| 6.3.1.1.01.02.001 | INSS ENTIDADE | 8.375,00 |
| 6.3.1.1.01.02.002 | FGTS | 2.200,00 |
| 6.3.1.1.01.02.003 | PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO | 395,17 |
| 6.3.1.1.01.03.002 | PROG. ALIMENT. DO TRABALHADOR | 4.500,00 |
| 6.3.1.3.01.01.001 | MATERIAL DE EXPEDIENTE | 2.500,00 |
| 6.3.1.3.01.01.016 | MATERIAL HIGIENE, LIMP E CONSERV. | 4.612,14 |
| 6.3.1.3.02.06.004 | ESTACIONAMENTO | 2.287,86 |
| 6.3.2.1.01.01.001 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 8.000,00 |
| | **TOTAL ANULAÇÃO** | 66.900,00 |

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ROBINSON PASSOS DE CASTRO E SILVA

## CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO

### RESOLUÇÃO CREF8 Nº 165, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Prorroga o prazo de vencimento para pagamento das anuidades do exercício de 2021 e outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO - CREF8/AM-AC-RO-RR, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF8/AM-AC-RO-RR, e; CONSIDERANDO a Resolução CREF8 nº 156/2020, Publicado no DOU nº 223 em 23/11/2020, Seção 1, Página: 212; CONSIDERANDO a Resolução CREF8 nº 160/2021, Publicado no DOU nº 23 em 03/02/2021, Seção 1, Página: 206; CONSIDERANDO a Resolução CREF8 nº 161/2021, Publicado no DOU nº 61-E em 01/04/2021, Seção 1 - Extra E, Página: 68; CONSIDERANDO a declaração de pandemia do Covid-19 doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), realizada pela Organização Mundial de Saúde - OMS, em 11 de março de 2020; CONSIDERANDO as medidas preventivas adotadas pelas autoridades competentes, resultantes da pandemia; CONSIDERANDO a restrição ao exercício de diversas atividades empresariais e profissionais, com impactos diretos na capacidade financeira e econômica de cada um; CONSIDERANDO o deliberado em Reunião Plenária Extraordinária do CREF8, realizada no dia 26 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º - Prorrogar o desconto de 50% (cinquenta por cento) da anuidade de Pessoa Física. Tendo o dia 22 de dezembro de 2021 como nova data de vencimento. Parágrafo Único: o valor com desconto poderá ser parcelado via CARTÃO DE CRÉDITO em até 3 (três) parcelas sem acréscimo, exclusivamente no Portal do CREF8.

Art. 2º - Prorrogar o vencimento da anuidade de Pessoa Jurídica e, consequentemente, o desconto concedido na antecipação do pagamento. Tendo o dia 22 de dezembro de 2021 como nova data de vencimento.

Art. 3º - Ficam mantidos os critérios de aplicação monetária, multa e juros estabelecidos na Resolução CREF8 nº 156/2020 para pagamentos após as datas acima alteradas.

Art. 4º - Os pedidos de baixa de registro, de Pessoa Jurídica e Pessoa Física, inclusive de profissionais que completaram 65 anos de idade, terão o dia 31 de julho de 2021, como data limite para o pedido com isenção do pagamento da anuidade de 2021.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JEAN CARLO AZEVEDO DA SILVA

## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ

### DECISÃO COREN/PR Nº 30, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Atualiza valores do Piso Salarial Ético para os Profissionais de Enfermagem no Paraná.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, com o Secretário da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal nº 5.905/1973 e Regimento Interno do COREN/PR; CONSIDERANDO o estabelecido no inciso III do artigo 1º sobre o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e o preceito ético disposto no inciso V do artigo 7º da Constituição Federal, que o piso salarial é proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; CONSIDERANDO que a dignidade da pessoa é consequência imediata e lógica de uma boa remuneração; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (CEPE), aprovado pela Resolução COFEN nº 564/2017, que no seu preâmbulo estabelece que o profissional da Enfermagem "tem direito a remuneração justa e a condições adequadas de trabalho, que possibilitem um cuidado profissional seguro e livre de danos"; CONSIDERANDO, ainda, o disposto no Art. 3º do referido Código de Ética que estabelece o direito dos profissionais da Enfermagem de "apoiar e/ou participar de movimentos de defesa da dignidade profissional, do exercício da cidadania e das reivindicações por melhores condições de assistência, trabalho e remuneração, observados os parâmetros e limites da legislação vigente"; CONSIDERANDO que o trabalho da Enfermagem é essencial à organização e funcionamento dos serviços de saúde no País; CONSIDERANDO dados resultantes da pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil, que caracterizam os baixos salários percebidos pelos que atuam na Enfermagem; CONSIDERANDO que o salário mínimo nominal e necessário no Brasil deveria ser em março de 2021 no valor de R$ R$ 5.315,74 (Cinco mil, trezentos e quinze reais e setenta e quatro centavos), de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos-Dieese, o que seria suficiente "para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência"; CONSIDERANDO deliberação da 673ª Reunião Ordinária de Plenário do Coren/PR de 10 de junho de 2021, decide:

Art. 1º Estabelecer o entendimento que salário corresponde a indicação aos ganhos recebidos diretamente pelo empregado na contraprestação do trabalho.

Art. 2º Indicar para efeitos de parâmetros, os valores do piso salarial ético, que atendam minimamente, as necessidades de sustento dos profissionais de Enfermagem, a serem pagos pelas instituições públicas e privadas aos trabalhadores da Enfermagem no Paraná conforme segue: Enfermeiro de R$ 5.315,74 (cinco mil, trezentos e quinze reais e setenta e quatro centavos), Técnico em Enfermagem R$ 3.189,14 (três mil, cento e oitenta e nove reais e quatorze centavos) e Auxiliar de Enfermagem R$ 2.657,57 (dois mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e sete centavos). O valor do Piso Salarial Ético do Enfermeiro é referente à 100%, o valor do Técnico em Enfermagem é referente à 60% e o valor do Auxiliar em Enfermagem é referente à 50% do valor proposto pelo Dieese.

Art. 3º Indicar para efeitos de parâmetros, que o valor do piso salarial ético no Estado do Paraná, é baseado numa jornada de 30 horas semanais.

Art. 4º Indicar para efeitos de parâmetros, que o valor do piso salarial ético, sofrerá reajuste anual de acordo com o salário nominal proposto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese.

Art. 5º Difundir aos profissionais/trabalhadores da Enfermagem, por meio de campanha e mídias sociais os valores supracitados.

Art. 6º Esta Decisão passa a vigorar na data de sua assinatura, revogando a Decisão Coren/PR nº 33/2019.

RITA SANDRA FRANZ
Presidente do Conselho

EDUARDO JOSÉ TRUPPEL
Secretário

## CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 8ª REGIÃO

### RESOLUÇÃO CRP-08 Nº 4, DE 24 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre remuneração/hora atividade para aprimoramento da equipe trabalhadora do CRP-PR.

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 8ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971; CONSIDERANDO a atribuição do Plenário do Conselho de promover a aprimoramento da equipe trabalhadora do CRP-PR. CONSIDERANDO a decisão deste Plenário em Sessão nº 862, realizada no dia 19 de junho de 2021; CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer regras e regulamentar procedimentos para remuneração da(o) ministrante das atividades de aprimoramento, resolve:

Art. 1º - Aprovar as regras e regulamentar procedimentos para remuneração da(o) ministrante das atividades de aprimoramento, que regulamenta os seguintes dispositivos:

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O Conselho Regional de Psicologia - 8ª Região (CRP-PR) oferecerá à sua equipe trabalhadora cursos de aprimoramento, atualização e aperfeiçoamento profissional, bem como estratégia de formação continuada. § 1º - As formações versarão sobre temas levantados pela equipe em conjunto com suas Coordenações e Gerências. § 2º - As formações oportunizarão aos partícipes aperfeiçoamentos, ao mesmo tempo em que serão agentes de aprendizagem e multiplicadores de conhecimentos, objetos de constructos teórico-práticos pertinentes ao campo de ação comum, contribuindo para a melhoria dos serviços do Conselho Regional, prestados à categoria e à comunidade.

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º - A definição dos conteúdos a serem ministrados em cada curso/aprimoramento será definida em conjunto com a equipe solicitante e ministrante, de acordo com as demandas internas e planejamento estratégico situacional.

Art. 4º - Aprovada a proposta pela Diretoria ad referendum do Plenário. A equipe administrativa providenciará as condições para a realização da atividade.

DOS CUSTOS

Art. 5º - A remuneração máxima da hora aula ao(s) ministrante(s) dos cursos será equivalente 30% (trinta por cento) do valor da anuidade vigente, estipulada pela assembleia orçamentária. Parágrafo único: o pagamento do valor, em relação ao percentual descrito no art. 5º, dar-se-á com a apresentação de nota fiscal fornecida pela ministrante ou RPA - Recibo de Pagamento a Autônomo, emitido pelo CRP-PR.

DOS DEVERES, DIREITOS E RESPONSABILIDADES

Art. 6º - É dever do(s) docente(s) cumprir o cronograma e o conteúdo aprovados, nas datas, modalidades (presencial ou remota), local ou plataforma e horários estipulados pelo CRP-PR.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria ad referendum do Plenário do CRP-PR.

Art. 8º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, conforme aprovada em reunião plenária de 19 de junho de 2021.

CÉLIA MAZZA DE SOUZA
Conselheira Presidente

ANA LÍGIA BRAGUETO
Conselheira Tesoureira

